

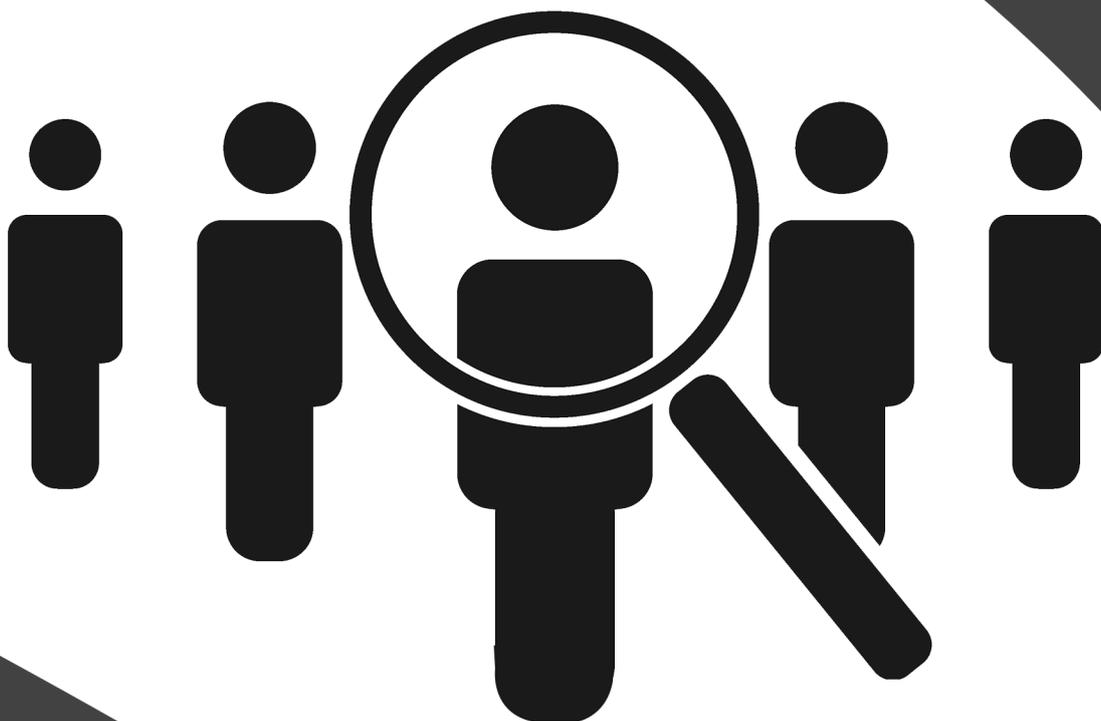
Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 4



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 4



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-35-1 DOI 10.22533/at.ed.991192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM DESAFIO A SER SUPERADO	
Erotilde Mendes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9911923121	
CAPÍTULO 2	15
CURRÍCULO INTERCULTURAL, INSERÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS DE INCLUSÃO: PERCEPÇÃO DO DOCENTE INDÍGENA SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	
Catarina Janira Padilha Leila Soares de Souza Perussolo	
DOI 10.22533/at.ed.9911923122	
CAPÍTULO 3	28
A NECESSIDADE DO ESTUDO DO EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO	
Jordana Franke Guerreiro Diogo Daniel Marques Drum Malu Napp dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9911923123	
CAPÍTULO 4	41
CONTRIBUIÇÕES DO USO DA METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM <i>CHALLENGE BASED LEARNING</i> NO CURSO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	
Bruno Silva Costa Queila Pahim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9911923124	
CAPÍTULO 5	54
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VIA RÁDIO E REDES SOCIAIS COMO FOMENTADORA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	
Jéssica Alves da Motta Danielle Rosa Nascimento Ana Júlia Teixeira Senna Sarmiento Barata	
DOI 10.22533/at.ed.9911923125	
CAPÍTULO 6	62
O USO DA PESQUISA-AÇÃO NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS INCUBADAS EM UMA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA DO SUL DO BRASIL	
Émerson Oliveira Rizzatti Roseclair Lacerda Barroso Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão	
DOI 10.22533/at.ed.9911923126	

CAPÍTULO 7	83
SISTEMA TUTOR INTELIGENTE PARA AUXILIAR CRIANÇAS EM PROBLEMAS COM OPERAÇÕES ARITMÉTICAS DE ADIÇÃO	
Danilo Rodrigo Cavalcante Bandeira Diego Silveira Costa do Nascimento Anne Magaly de Paula Canuto	
DOI 10.22533/at.ed.9911923127	
CAPÍTULO 8	94
UNIVERSIDADES CORPORATIVAS: UMA REFLEXÃO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	
Gislaine Dias Ana Cláudia de Oliveira Ré	
DOI 10.22533/at.ed.9911923128	
CAPÍTULO 9	105
ESTUDO ESTÉTICO SOBRE O CÔMICO E A IDEIA DO VAZIO	
Claryssa Suemi Oyama	
DOI 10.22533/at.ed.9911923129	
CAPÍTULO 10	117
BASE DE DADOS ELABORADA NUMA PLATAFORMA S.I.G. E DIRECIONADA PARA APLICAÇÕES EM “SMART CAMPUS”	
Fernando Rodrigues Lima Marcos Vinícius Silva Maia Santos Maria Lívia Real de Almeida Raphael Corrêa de Souza Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.99119231210	
CAPÍTULO 11	133
CONTRIBUIÇÕES DO BISPO JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (1743-1821) AO PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	
Rosalina Lima Izepão	
DOI 10.22533/at.ed.99119231211	
CAPÍTULO 12	146
CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU: LUGAR DE PERTENCIMENTO DO POVO ARACAJUANO	
Itala Margareth Ranyol Aben-Athar Aline Andrade Santos Lício Valério Lima Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231212	
CAPÍTULO 13	158
ESPAÇO TURÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE PENEDO-AL: BERÇO DA CULTURA ALAGOANA	
Aline Andrade Santos Itala Margareth Ranyol Aben-Athar Lício Valério Lima Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231213	

CAPÍTULO 14	171
MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS: ATORES E FATORES INFLUENTES DA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DA BELÉM AMAZÔNICA	
Vânia Lúcia Quadros Nascimento	
Felipe da Silva Gonçalves	
Helena Doris de Almeida Barbosa	
Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.99119231214	
CAPÍTULO 15	184
O LAZER E O TURISMO DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA NA CASA RONALD MCDONALD – BELÉM/PA	
Helena Doris de Almeida Barbosa	
Vinícius Silva Caldas	
Maria do Socorro Maciel Castro	
Daiany Clay Flexa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.99119231215	
CAPÍTULO 16	196
PLANEJAMENTO MUNICIPAL E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARCARENA (PA)	
Evelyn Cristina Castro Barros	
Vânia Lúcia Quadros Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.99119231216	
CAPÍTULO 17	209
CULTURA E VIDA: O SUICÍDIO INDÍGENA EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS	
Izaura Rodrigues Nascimento	
José Vicente de Souza Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.99119231217	
CAPÍTULO 18	222
EMPREENDEDORISMO, INDÚSTRIA CRIATIVA E ECONOMIA CRIATIVA: UMA EVOLUÇÃO CONCEITUAL	
Audemir Leuzinger de Queiroz	
Celia Lima Paradela	
DOI 10.22533/at.ed.99119231218	
CAPÍTULO 19	237
ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO EM INCUBADORAS INSTALADAS NO RIO GRANDE DO SUL	
Émerson Oliveira Rizzatti	
Vitor Rodrigues Almada	
Émerson Oliveira Rizzatti	
Thiago Eliandro de Oliveira Gomes	
Daniel Gomes Mesquita	
Debora Nayar Hoff	
DOI 10.22533/at.ed.99119231219	

CAPÍTULO 20	247
REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS DO EMPREENDEDOR	
Thiago Eliandro de Oliveira Gomes Émerson Oliveira Rizzatti Vitor Rodrigues Almada Darlen de Oliveira Almirão	
DOI 10.22533/at.ed.99119231220	
CAPÍTULO 21	259
PARQUES TECNOLÓGICOS: AMBIENTES DE INOVAÇÃO	
Carlos Henrique Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.99119231221	
CAPÍTULO 22	271
TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL	
Leonardo Oliveira Muniz da Silva Giovani Manso Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.99119231222	
CAPÍTULO 23	284
VIABILIDAD SOCIAL Y ECONÓMICA DE LA REACTIVACIÓN DEL SERVICIO FERROVIARIO ROSARIO-CAÑADA DE GÓMEZ (ARG)	
Leonel Raúl Swistoniuk	
DOI 10.22533/at.ed.99119231223	
CAPÍTULO 24	296
A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS ESCÂNDALOS MUDIÁTICOS LAVA JATO AND MEDIA SCANDALS	
Rafael D'Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231224	
CAPÍTULO 25	314
IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DO CRIME ORGANIZADO	
Maxwell Marques Mesquita Guilherme José Sette Júnior Lilian Barbosa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231225	
CAPÍTULO 26	325
O LO-FI E A PRODUÇÃO DE SIGNOS EM UMA SOCIEDADE EM REDE	
Lucas Peluffo dos Santos Portilho César André Luiz Beras	
DOI 10.22533/at.ed.99119231226	

CAPÍTULO 27	333
O SACRIFÍCIO E A PERDA COMO FATORES RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NOS JOGOS DIGITAIS: UM OUTRO OLHAR À JORNADA DO HERÓI	
Júlio César da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231227	
CAPÍTULO 28	346
MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO: PARA UMA COMPREENSÃO ALÉM DOS ELEMENTOS EXPLÍCITOS DO TEXTO	
Ellen Valotta Elias Borges	
Mariana Rodrigues Gomes de Mello	
Lucilene Cordeiro da Silva Messias	
DOI 10.22533/at.ed.99119231228	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	360
ÍNDICE REMISSIVO	361

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM DESAFIO A SER SUPERADO

Data de aceite: 19/11/2019

Erotilde Mendes Ribeiro

Universidade Federal de Roraima-UFRR

Boa Vista-Roraima

RESUMO: O desenvolvimento sustentável se impõe aos tempos atuais como o único caminho capaz de reverter os graves problemas ambientais advindos em nome do crescimento econômico, e capaz de evitar as previsões catastróficas, caso não se mude os rumos da conduta predatória em relação à natureza. Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como um caminho para a construção de um novo paradigma, que incorpore as dimensões social e ambiental como condição e indicativo de desenvolvimento. Com a Constituição de 1988 e com o advento da Lei 9.795/99, instituiu-se a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil, sendo estabelecidas as bases para um trabalho sistematizado, a ser desenvolvido em caráter formal e não formal. Nas instituições de ensino, de acordo com a legislação, o Meio Ambiente não se constitui em uma nova disciplina, mas deve fazer parte do currículo como um tema *transversal*. Assim, deve ser tratado de maneira interdisciplinar, uma prática que apesar da vasta literatura existente, ainda

representa um desafio a ser superado nas práticas escolares. O presente artigo visa fazer um comparativo entre o que dizem as diretrizes educacionais acerca do tratamento interdisciplinar da educação ambiental, os pressupostos teóricos dessa prática, e aspectos da formação acadêmica no sentido de habilitar os professores para o trabalho com conteúdos de ensino a partir dessa perspectiva.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Educação Ambiental. Interdisciplinaridade. Formação de professores.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND INTERDISCIPLINARY WORK IN SCHOOLS OF BASIC EDUCATION: A CHALLENGE TO BE OVERCOMED

ABSTRACT: The sustainable development is needed to the current times as the only way able to reverse the serious environmental problems arising in the name of economic growth, and able to avoid the catastrophic forecasts, if not change the course of predatory conduct in relation to nature. In this context, environmental education appears as a path to building a new paradigm that incorporates social and environmental dimensions as a condition and index development. With the 1988 Constitution and the enactment of Law 9.795/99, instituted the National Politic for Environmental Education

in Brazil, the foundation for a systematic work being established, to be developed in formal and non-formal character. In educational institutions, according to legislation, the environment is not a new discipline, but should be part of the curriculum as a cross-cutting theme. So, it should be treated in an interdisciplinary way, a practice that despite the vast literature also represents a challenge to be overcome in school practices. This article aims to make a comparison between what they say educational guidelines on the interdisciplinary treatment of Environmental Education, the theoretical assumptions of this practice, and aspects of academic training in order to enable teachers to work with educational content from this perspective.

KEYWORDS: Sustainability. Environmental education. Interdisciplinarity. Teacher formation

1 | INTRODUÇÃO

A fim de reverter as previsíveis catástrofes ambientais caso não se modifique a relação histórica sociedade-natureza, diversos eventos internacionais caracterizaram o esforço conjunto de muitos países para uma mesma finalidade: conciliar o desenvolvimento com a sobrevivência da humanidade. O termo sustentabilidade relacionado ao processo de desenvolvimento surge em virtude da ameaça real à qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo necessário trazer a educação como meio para uma mudança efetiva do paradigma de desenvolvimento.

Nesse contexto, a educação ambiental aparece como fator essencial para a consecução dos objetivos referentes a essa nova visão, devendo ser tratada de forma interdisciplinar. No Brasil, coerente com essa visão e conforme legislação pertinente, deve ser incorporada ao currículo escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, não se constituindo em uma nova disciplina.

Com relação a relevância que o direito constitucional à educação tem ocupado nas políticas públicas do nosso país existem muito pontos de análise, impossíveis de serem esgotados ou mesmo tratados neste artigo, razão pela qual optamos por restringir nossa análise a abordagem da educação ambiental nas escolas enquanto prática interdisciplinar, mostrando as contradições existentes entre o que é proclamado na legislação pertinente e as dificuldades referentes à prática para alcançar os objetivos ali propostos.

Inicialmente trataremos brevemente sobre a sustentabilidade, já que historicamente se verifica que a Educação Ambiental surgiu desta discussão e ganhou status de estratégia de governo, veremos alguns aspectos normativos e conceituais, com o intuito de esclarecer o que se determina na esfera de gestão nacional e no âmbito do Estado de Roraima para o trabalho com Educação Ambiental; e finalmente, colocaremos em foco a interdisciplinaridade, já que esta é a forma

própria de se trabalhar os conteúdos de Educação Ambiental. Como esta prática se apresenta como fator determinante, abordaremos aspectos metodológicos e dificuldades ao seu desenvolvimento, como a formação do professor e o currículo tradicional adotado pelas instituições de ensino.

2 | EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Na década de 70, em especial tendo como marco a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo, em junho de 1972, nasce o campo da sustentabilidade. Foi também na Conferência de Estocolmo que se decidiu pela criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com sede em Nairobi (Quênia). Após 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Pnuma organizaram o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) que ficou responsável pela promoção de encontros regionais e nacionais sobre educação ambiental.

Como marco histórico para a evolução da educação ambiental, a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental realizada em Tbilisi, Capital da Geórgia (ex URSS) em 1977 constitui-se em referência internacional para o seu desenvolvimento, sendo que, de acordo com Sato (1997) vem dela a definição mundialmente mais conhecida:

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificação de atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. (p.86)

Já o termo sustentável como atributo da noção de desenvolvimento foi lançado em 1987 com o Relatório Brundtland. Esse relatório cunhou o termo *desenvolvimento sustentável*, com o seguinte conceito: “é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades.” (PHILIPPI Jr; PELICIONI, 2014, p.310). A partir de então surgem vários acontecimentos que solidificaram tais questões, como a Conferência Rio-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, ocorrida em Johannesburgo em 2002; e a Conferência Rio+20 ocorrida no Rio de Janeiro em 2012.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, PCN - Meio Ambiente, 1998), a forma de organização das sociedades modernas constitui-se

no maior problema para a busca da sustentabilidade - e aqui estão embutidas as profundas diferenças entre países centrais e periféricos. A crise ecológica tem dimensão tal que essas sociedades se veem forçadas a juntar esforços, planejar conjuntamente e efetivar ações, mesmo que em pequena escala, para garantir minimamente a qualidade de vida no planeta. Vê-se que esta não tem se constituído em tarefa fácil, sendo evidentes as dificuldades neste processo.

Por fim, cabe lembrar que a sustentabilidade vai além da dimensão ambiental, a qual se relaciona com a capacidade da natureza de absorver as ações antrópicas e se recompor. Além desta, Barbieri (2013) apresenta as seguintes dimensões: dimensão ecológica, dimensão social, dimensão política, e dimensão institucional. Vê-se que o desenvolvimento sustentável não se resume a questão ambiental, porém é indiscutível que a supõe, sendo a educação fator determinante para a mudança de atitude na relação que o homem tem estabelecido historicamente com o meio em que vive.

De acordo com Leontiev (2004 *apud* Peternella; Galuch, 2012) o homem poderá, por meio da educação se desenvolver paulatinamente, desde o nascimento, ao se apropriar das aptidões imbricadas nos objetos da cultura, produtos da evolução sócio-histórica e frutos do aperfeiçoamento intelectual do gênero humano. Inserido no campo de análise, esse processo de “apropriação” das aptidões por meio da educação através da comunicação com outros homens, ou seja, a apropriação do ideal de sustentabilidade pelas novas gerações, depende fundamentalmente do processo educativo, aqui tratado como processo formal no âmbito das instituições de ensino.

Assim, a educação para o desenvolvimento deve corresponder a formação de pessoas que venham a participar de forma ativa de iniciativas capazes de transformar seu território em função das suas necessidades (ação inerente a cultura humana), porém observando que não seja uma ação predatória, que inviabilize o uso desse território pelas gerações futuras. A essência da educação formal está no desenvolvimento de conteúdos e da práxis, numa relação dialética com o ambiente.

Somente através de um processo educativo preocupado com as questões ambientais, com o desenvolvimento sustentado, com o ecodesenvolvimento, com a preservação e conservação do nosso patrimônio cultural, genético, ambiental e antropológico é que poderão surgir soluções para reverter o atual quadro de uso inadequado dos recursos naturais. (DIAS, 2004, p. 175)

É preciso acentuar que, em especial nos países subdesenvolvidos, existe o discurso retórico de que a educação é requisito básico para o desenvolvimento de uma nação, porém a realidade mostrada por meio de dados fornecidos por diferentes mecanismos de avaliação nas diversas esferas administrativas não tem evidenciado um tratamento prioritário ou uma prática efetiva que revele preocupação com os

aspectos qualitativos do processo educacional.

Independente do contexto, é preciso conceber a educação como processo necessário a mudança de atitude, com formação de uma consciência ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que estes têm grande responsabilidade na formação cidadã das novas gerações, sendo necessário um trabalho intencional no sentido de criar um novo olhar com relação a como usufruir os recursos oferecidos pela natureza, atuando na defesa de um novo modelo de desenvolvimento que tenha por base as potencialidades do contexto para promover a qualidade de vida, porém que respeite o equilíbrio entre o homem e o ambiente.

A educação para o desenvolvimento sustentável é uma dimensão particularmente importante da educação de qualidade. Ela deve ser fortalecida e promovida em todos os níveis e em todos os contextos educativos ao longo da vida, por meio de políticas educacionais que promovam o desenvolvimento sustentável, sendo processos interdependentes.

A educação não é um fim em si mesma, é um direito fundamental e um instrumento-chave para mudar valores, comportamentos e estilos de vida: para alcançar um futuro sustentável é necessário fomentar, entre a população, a consciência da importância do meio ambiente. Uma das formas de as pessoas adquirirem esta consciência, os conhecimentos e habilidades necessárias à melhoria de sua qualidade de vida se dá por meio da educação ambiental. (UNESCO, Ciências Naturais: Educação para o desenvolvimento sustentável)

A educação, nesse contexto, é elemento indispensável ao desenvolvimento sustentável e incluyente, o qual requer a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. A respeito da relação necessária entre educação e desenvolvimento, pode-se afirmar, de acordo com Sachs (2008) que: “A educação é essencial para o desenvolvimento, pelo seu valor intrínseco, na medida em que contribui para o despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos...” (p. 82)

No seu Art. 1º, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96 - estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ora, trata-se aqui dos “processos formativos”, constituindo-se em exercício para a cidadania, onde o educando é o sujeito do processo educativo, devendo ser capaz de enxergar as contradições a sua volta e, diante da complexidade do mundo saiba posicionar-se e orientar suas opções e ações.

3 | A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Na Conferência de Estocolmo em 1972, evento onde a concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas, o governo brasileiro se fez presente e escandalizou o mundo e os ambientalistas brasileiros ao defender, juntamente com representantes de países menos desenvolvidos, o direito às oportunidades de crescimento econômico sem nenhuma restrição, mesmo que fosse de natureza ambiental. Apesar dessa posição minoritária, foi proclamado que a forma ideal de planejamento ambiental é aquela que associa a prudência ecológica com as ações pró-desenvolvimento, ou seja, o ecodesenvolvimento. (ALMEIDA, 2011)

Segundo Dias (2004), no Brasil, após a Conferência de Estocolmo, devido às iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema nas agendas dos governos, foi criada em 1973 a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) ligada à Presidência da República, transformada posteriormente, em 1992, no Ministério do Meio Ambiente. Hoje se tem um vasto aparato institucional nesta área, sendo que o País possui uma das melhores legislações ambientais do mundo.

Apesar de tardiamente, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, o conceito do desenvolvimento sustentável ganha força, de acordo com a previsão contida no caput, do Art. 225, que prevê que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. No parágrafo primeiro, inciso VI, do artigo citado, existe a previsão de determinar ao Poder Público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1988).

Considerando o papel do Estado no que se refere a ética da sustentabilidade e aos pressupostos da cidadania, segundo Sorrentino et al (2005) tem-se nas políticas públicas um conjunto de procedimentos que expressam a relação de poder e se destinam à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum. As políticas públicas em educação ambiental implicarão numa crescente capacidade do Estado de responder, ainda que com mínima intervenção direta, às demandas que surgem do conjunto articulado de instituições atuantes na educação ambiental.

A construção da educação ambiental como política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), implica processos de intervenção direta e regulamentação que fortalecem a articulação de diferentes atores sociais. Sobre os processos de intervenção direta e a regulamentação com vistas ao deslocamento de diretrizes da esfera da institucionalização para a esfera da operacionalização já referidas anteriormente

tem-se que:

No mundo atual, a regulação se dá em grande medida pela via normativa, com mecanismos de comando e controle. Entretanto, como o ritmo das transformações (e seus efeitos), está em constante aceleração, estamos fragilizados, pois as regras geralmente só são estabelecidas *a posteriori*. A defasagem entre manifestação dos problemas e invenção de soluções é, assim, cada vez maior. (LOPES et al, 2014, p.103)

Não se pode esquecer que existe uma enorme distância entre o proclamado em educação ambiental e o que de fato se realiza no âmbito das instituições, em especial quando se observa que o conhecimento (entendido aqui como o currículo formal das instituições de ensino) está burocratizado e afastado da realidade, distanciando dos termos propostos nestes novos tempos, onde se exige mudança de pensamento, postura e prática na educação, fundamentada numa relação de reciprocidade, diálogo, cooperação e interação.

Essa é a mudança que se defendia nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998) a mais de duas décadas atrás, ao tratar o Meio Ambiente como um tema transversal, integrado às áreas de modo que impregne toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, crie uma visão global e abrangente da questão ambiental, visualizando os aspectos físicos e histórico-sociais, assim como as articulações entre a escala local e planetária desses problemas.

Para que os alunos construam a visão da globalidade das questões ambientais é necessário que cada profissional de ensino, mesmo especialista em determinada área do conhecimento, seja um dos agentes da interdisciplinaridade que o tema exige. A riqueza do trabalho será maior se os professores de todas as disciplinas discutirem e, apesar de todo o tipo de dificuldades, encontrarem eles para desenvolver um trabalho conjunto. Essa interdisciplinaridade pode ser buscada por meio de uma estruturação institucional da escola, ou da organização curricular, mas requer, necessariamente, a procura da superação da visão fragmentada do conhecimento pelos professores especialistas. (BRASIL, PCN-MEIO AMBIENTE, p. 193)

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999, pela Lei Federal N^o [9.795](#), a qual, em seu Artigo 1^o, define a Educação Ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda enfatiza a questão da interdisciplinaridade metodológica e epistemológica da educação ambiental no seu Art. 2^o, que estabelece: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal". Nesta perspectiva, apresenta um caráter interdisciplinar, onde sua abordagem deve ser integrada e contínua, não sendo uma

nova disciplina.

O tratamento interdisciplinar para a Educação Ambiental é também contemplada na Resolução nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O seu Artigo 8º estabelece que:

A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. (BRASIL, 2012)

No Estado de Roraima, a Lei Nº 445 de 07 de junho de 2004 dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99, no âmbito estadual. Nesta estão estabelecidos os objetivos e princípios da educação ambiental, preconizando no inciso III do Artigo 5º o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas tendo como perspectivas a inter, a multi e a transdisciplinaridade como um dos princípios para o desenvolvimento da mesma.

É inegável que a existência de instrumentos normativos representam algum avanço, porém, de acordo com Dias (2004) as conquistas das últimas décadas são insuficientes para provocar as mudanças de rumo que a velocidade da degradação ambiental requer. Ele aponta diversos problemas, dentre eles a falta de qualificação dos professores, a evasão de carreira, a rotatividade, a falta de recursos instrucionais atualizados cientificamente e os currículos das universidades brasileiras, as quais em sua maioria não incorporam devidamente as dimensões ambientais aos seus cursos e continuam produzindo profissionais que refletem o seu despreparo e vão engrossar o rol dos devastadores.

Dentre os diversos problemas que se apresentam entre o proclamado para a educação ambiental e o que de fato se realiza nos currículos e práticas docentes nas instituições de ensino, focaremos nossa atenção na metodologia interdisciplinar, um tema que apesar de fazer parte de todos os documentos normativos que regulamentam a matéria ainda representa desafio para a maioria dos profissionais da educação.

4 | EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INTERDISCIPLINARIDADE: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

Já na primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental promovida pela Unesco em colaboração com o Pnuma em 1977 na cidade de Tbilisi, antiga URSS, evento considerado marco histórico da educação ambiental, esta é definida com caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador (ALMEIDA, 2011).

Dando ênfase ao caráter interdisciplinar da Educação Ambiental, Tozoni-Reis (2008) destaca que a ideia de interdisciplinaridade está presente tanto nos documentos produzidos em diferentes eventos internacionais que trataram sobre o Meio Ambiente - a Carta de Belgrado (1975), Declaração de Tbilisi (1977), a Agenda 21 (1992) e o tratado das ONGs (1992) – como na literatura acadêmica.

A partir da perspectiva desses documentos oficiais, o caráter interdisciplinar foi mantido nos documentos normativos que tratam da Educação Ambiental no Brasil, como a Lei Federal 9.795/99 e as Diretrizes Curriculares Nacionais, e a Lei Estadual 445/2004, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental em Roraima, conforme já tratado.

Apesar de destacar dificuldades na implementação de práticas interdisciplinares, Carvalho (2012) considera que os problemas ecológicos que se impõem na atualidade fizeram surgir a necessidade de desacomodar os modos já aprendidos para compreender as interrelações na base dos problemas ecológicos, sendo a interdisciplinaridade uma forma de suprir a insuficiência dos saberes disciplinares. Ela considera que este é um caminho ousado, já que se trata de “convidar a escola para a aventura de transitar entre saberes e áreas disciplinares, deslocando-se de seu território já consolidado rumo a novos modos de compreender, ensinar e aprender”. (p. 125)

Fazenda (2001) destaca que é muito comum se falar em interdisciplinaridade, em especial por ocasião da elaboração dos planejamentos anuais, mas em geral não se chega a um consenso de como fazê-lo. Para ela, isso decorre quase sempre da ausência de conhecimento do seu significado ou ainda porque as normas educacionais apresentam-se como obstáculos naturais à construção da interdisciplinaridade do conhecimento.

Para que se entenda a extensão dos desafios para se concretizar os objetivos da educação ambiental por meio de práticas interdisciplinares, é essencial que se compreenda o que significa o “ser interdisciplinar”. Na definição de Carvalho (2012) a interdisciplinaridade deseja a abertura de um espaço de mediação entre os conhecimentos e articulação de saberes, onde as disciplinas (e seus atores) estejam em mútua coordenação e cooperação, construindo um marco conceitual e metodológico comum para a compreensão de realidades complexas.

Fazenda (2001) considera que conceituar interdisciplinaridade é tarefa bastante complexa, e aponta que esta não possui uma definição estanque. Para ela, a interdisciplinaridade deve ser entendida como *atitude*, e somente após apreensão do termo com essa conotação esta servirá para as reais transformações emancipatórias. Ser interdisciplinar, na sua definição, requer uma atitude política e pedagógica que demanda coragem, despojamento e muita dedicação.

A apreensão da atitude interdisciplinar garante, para aqueles que a praticam, um grau elevado de maturidade. Isso ocorre devido ao exercício de uma certa forma de encarar e pensar os acontecimentos. Aprende-se com a interdisciplinaridade que um fato ou solução nunca é isolado, mas sim consequência da relação entre muitos outros. (FAZENDA, 2001, p.35)

No que se refere a *atitude* de cada educador, Fazenda (2001) diz que este deve despir-se de toda postura positivista que o tem caracterizado neste século, superando o parcelamento do saber em busca da compreensão global. Nesse sentido, a atitude interdisciplinar estimula a competência do educador, constituindo-se em possibilidade de reorganizar o saber para a produção de um novo conhecimento.

As dificuldades da atitude interdisciplinar também são tratadas por Fazenda (2001). Para ela, essa prática sofre impedimentos resultantes da formação cultural da sociedade que se reflete na formação do professor, treinado por um saber fragmentado e realizando o seu trabalho sob as mais diversas influências. Ela destaca que o fazer do professor é solitário e com ausência de estímulos.

Tozoni-Reis (2008) traz a formação do educador como um fator que tem dificultado a atitude interdisciplinar:

No entanto, a realidade, hoje, no que diz respeito à formação dos educadores ambientais nas universidades, apesar da necessidade de integração entre as disciplinas, é a convivência cotidiana com um currículo constituído por compartimentos estanques e incomunicáveis que produzem uma formação humana e profissional insuficiente para alunos e professores no enfrentamento de práticas sociais que exigem formação crítica e competente. (p.83)

Sato (1997), também aponta para a necessidade de mudança no interior das instituições formadoras. Ela coloca que diversos trabalhos de pesquisa realizados nas universidades voltados para a educação ambiental revelam a importância do compromisso com a ciência na perspectiva interdisciplinar, com experimentação de novos métodos de formação, sejam de profissionais da educação ou não.

de tempos em tempos a universidade é chamada para responder aos anseios da sociedade, mas existe uma estrutura falha nos sistemas universitários, pois estamos mais voltados aos modelos clássicos do passado do que aos novos paradigmas do presente ou do futuro. Como nem sempre as pessoas informadas tomam as decisões corretas, devemos romper com a velha transmissão de conhecimentos consolidados, revolucionando nossos projetos acadêmicos e reconhecendo nossos alunos como profissionais do amanhã. (SATO, 1997, p. 121 apud SATO, 1993)

Carvalho (2012) destaca que a interdisciplinaridade jamais será uma posição fácil, cômoda ou estável, já que representa um novo modo de conceber o modo de produção de conhecimento, diferenciando-se de um contexto de mentalidade disciplinar vivenciado historicamente. Para ela, a interdisciplinaridade

Trata-se de um combate ao mesmo tempo externo e interno, no qual a reorganização

das áreas e das formas de relacionar os conhecimentos corresponde à reestruturação de nossa própria maneira de conhecer e nos posicionar perante o conhecimento, desfazendo-nos dos condicionamentos históricos que nos constituem. (CARVALHO, 2012, p. 122-123)

Tais desafios levam a considerações sobre a formação continuada do professor no sentido de corresponder às novas demandas: além de uma obrigação profissional, tornou-se exigência da sociedade. Para Sato (1997) “Se o/a professor/a quiser romper com as meras convenções e experiências fortuitas de seu cotidiano, necessita também de uma reflexão científica e crítica sobre a educação. (p.114)

O número de projetos educacionais que se intitulam interdisciplinares vêm crescendo, um reflexo da literatura educacional e também das diretrizes a nível de sistema estadual/municipal. Para Fazenda (1994) esses projetos surgem “da intuição ou da moda, sem lei, sem regras, sem intenções explícitas” (p.34). Ainda segundo Fazenda (1994) várias tentativas foram empreendidas pelos estudiosos da interdisciplinaridade na busca por uma metodologia madura e inquestionável que desse sustentação aos projetos nascentes, sendo que estas serviram apenas para elucidar equívocos. Apesar de considerar que não se encontrou ainda uma metodologia inquestionável, Fazenda (1994) aponta um caminho para essa questão metodológica:

Entretanto, supondo-se que uma epistemologia interdisciplinar requereria um método próprio, o método que nos parece natural, porque decorrente da concepção de interdisciplina, é o do *discurso interdisciplinar*. Tomando-se por base o *discurso*, o método dele decorrente surge do envolvimento e da complexidade na participação no questionar, no indagar, no pesquisar. (p. 68)

A metodologia interdisciplinar requer uma atitude especial ante o conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das possibilidades e limites da própria disciplina e do profissional, no conhecimento e na valorização suficientes das demais disciplinas. Alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovação, criação, de ir além das suas “fronteiras” e exercitar-se na arte de pesquisar. (FAZENDA, 1994)

Uma outra questão trazida por Fazenda (1994) é com relação a atitude de se condenar rotinas consagradas em nome de hipóteses de trabalho improvisadas e impensadas. Para ela, um processo de intervenção ou proposta de mudança que não saiba partir do que já existe, que se propõe a romper com o passado de práticas já consolidadas, tende rapidamente à falência. Nesse sentido, o processo de passagem de uma didática tradicional para uma didática interdisciplinar supõe uma revisão dos aspectos trabalhados cotidianamente pelo professor, pois são na forma como esses aspectos são revistos que se inicia o processo de ingresso a uma didática interdisciplinar.

No contexto das nossas instituições de ensino, os currículos são organizados

pelas disciplinas tradicionais. Acrescentar uma nova disciplina – a Educação Ambiental, por exemplo – só faria aumentar o volume de informações e as fronteiras entre as disciplinas. O desenvolvimento tecnológico atual é tão rápido que se torna impossível à escola processar com a velocidade correspondente as informações, na forma sistematizada que tradicionalmente vem trabalhando. Para Carvalho (2012), o conhecimento disciplinar – despedaçado, compartimentalizado, fragmentado e especializado - reduz a complexidade do real.

Partindo desta visão, enquanto não forem rompidas as fronteiras “construídas” no currículo tradicional, enquanto não se estabelecer como cotidiana a atitude interdisciplinar na prática docente, a Educação Ambiental e a sua proposta de desenvolver nos educandos “valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente” (Brasil, Lei 9795, 1999) ficará apenas no discurso dos documentos legais e institucionais.

Neste sentido, o desafio de desenvolver a Educação Ambiental está diretamente relacionado ao desafio de se assumir uma atitude interdisciplinar, ou seja, de propor uma mudança no que até então se pratica nos diversos níveis e modalidades de ensino. Colocando também no sujeito a incumbência de se propor a mudança, Fazenda (2001) traz que “a responsabilidade individual é a marca do projeto interdisciplinar” (p.17), é uma questão de atitude, que supõe envolvimento com o projeto em si, com as pessoas (parcerias), com a instituição, com o outro.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À educação ambiental foi atribuído o importante papel de promover a conscientização e, como consequência, a adesão das pessoas e sociedade em geral ao novo paradigma do desenvolvimento, ou seja, aquele que incorpora a dimensão ambiental como um dos seus indicativos. Assim, com a finalidade de atender ao imperativo da sustentabilidade, ou pelo menos, para compor o discurso esperado a nível internacional e de uma parcela da população brasileira, a educação ambiental ganha importância como estratégia de governo.

Independente da vertente em que se acredita com relação aos indicativos do desenvolvimento, neste artigo destacamos a relação necessária entre desenvolvimento sustentável e educação ambiental, ou melhor, não apenas a educação ambiental, mas ao processo educacional, como um todo, já que conforme evidenciamos, a educação *precisa* ser ambiental e tem estreita relação com o desenvolvimento, havendo interdependência nesses processos.

Colocar em foco a educação ambiental relacionada a sustentabilidade, bem como as diretrizes sobre como desenvolvê-la no ensino formal a partir de uma perspectiva interdisciplinar, demonstra que temos ações concretas do Estado,

parte de uma política pública que busca atender a determinação constitucional de proteger o meio ambiente (Constituição Federal, Art.225). Porém, ao focar a análise na atividade de ensino, ou seja, no campo de execução dessa política, evidencia-se a distância entre a prática nas instituições e o proclamado na base legal. A execução esbarra nos desafios a serem superados, como por exemplo as deficiências na formação inicial e continuada do professor.

A interdisciplinaridade é o modo próprio de se desenvolver a educação ambiental, sendo que esta deve estar presente no currículo de todas as instituições educacionais, em todos os níveis e modalidades de ensino. Por não se constituir em uma nova disciplina, as dificuldades em trabalhar dentro de uma metodologia interdisciplinar termina por inviabilizar a presença da educação ambiental de forma a atender aos objetivos a que se propõe, daí considerarmos que ambas se constituem em desafios a serem superados.

Repensar o papel das universidades diante das demandas atuais, em especial com relação a formação inicial e continuada de professores - conforme previsto nos Artigos 61,62,63 da LDB 9394/96, promover a formação em serviço e a planejamento participativo dentro das instituições de ensino e incentivar a pesquisa são medidas que podem contribuir para a formação da atitude interdisciplinar, um primeiro passo para que se supere o desafio epistêmico e metodológico da interdisciplinaridade. Esse é o primeiro passo também para que se efetive nas instituições de ensino a presença da educação ambiental, buscando a totalidade que o tema requer em função dos objetivos a que se propõe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jacqueline Praxedes de. **Educação Ambiental**: história e formação docente. Maceió : Edufal, 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 14 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. – Coleção Educação Ambiental

Brasil. Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa atualizada em outubro de 2013. Brasília, 2014.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Vol.10.3 Temas Transversais Meio Ambiente / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/par/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12657-parametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series>> Acesso em 03/12/15

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre educação ambiental. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 10/07/15

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/l93.pdf>> Acesso em 29/06/15.

_____. **Resolução nº 2** de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 10 de 15 de setembro de 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9ª ed. São Paulo : Gaia, 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinidade**: história, teoria e pesquisa. 10. ed. Campinas, SP : Papirus, 1994

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Coord.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 8. ed. São Paulo : Cortez, 2001.

LOPES, Carlso. et al. **Desenvolvimento. Inovação e Sustentabilidade**: contribuições de Ignacy Sachs. 1. ed. Rio de Janeiro : Garamond, 2014.

PETERNELLA, Alessandra; GALUCH, Maria Terezinha Bellanda. **A relação teoria e prática na formação do pedagogo**. Maringá ; Eduem, 2012.

PHILIPPI Jr, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (editores). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2 ed rec e atual. Barueri, SP : Manole, 2014. (Coleção Ambiental, 2014)

RORAIMA. **Lei nº 445** de 07 de junho de 2004. Institui a política estadual de educação ambiental. Disponível em <http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/lei_lei_4452004_21827.pdf> Acesso em 08/07/15.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: Incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro : Garamond, 2008.

SATO, Michèle. **Educação para o ambiente amazônico**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 1997. 245 p.

SORRENTINO, Marcos et al. **Educação Ambiental como política pública**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em 29/06.15

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental**: natureza, razão e história. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção educação contemporânea)

UNESCO – Ciências Naturais: Educação para o desenvolvimento sustentável. Disponível em < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/environment/education-for-sustainable-development/>> Acesso em 15 de outubro de 2015.

CURRÍCULO INTERCULTURAL, INSERÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS DE INCLUSÃO: PERCEPÇÃO DO DOCENTE INDÍGENA SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Data de aceite: 19/11/2019

Catarina Janira Padilha

Universidad Evangélica del Paraguay – UEP/PY
Docente SRM/AEE – SEED/RR,
SMEC/PMBV – Boa Vista - RR
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em
Ciências da Educação - Universidade Evangélica
do Paraguay/PY

Leila Soares de Souza Perussolo

Universidad Evangélica del Paraguay – UEP/PY
Secretária de Estado da Educação de Roraima
SEED, Boa Vista - RR
Profa. Doutora do Programa de Pós Graduação
em Ciências da Educação - Universidade
Evangélica do Paraguay/PY

RESUMO: O ensaio aborda a compreensão docente referente aos elementos da prática pedagógica e ações metodológicas do AEE no Currículo Intercultural em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) implantadas em Escolas Estaduais Indígenas. A problematização debate a formação e acompanhamento pedagógico da atuação docente que atuam no AEE em SRM. A análise apoia-se nos pressupostos da Pedagogia Histórica – Crítica e na Teoria Histórico – Cultural, como fundamento no processo de desenvolvimento da inclusão integrado aos Estudos Culturais e sua relação no

currículo intercultural e formação de professores indígenas. Os resultados preliminares apontam: a não compreensão da função do AEE na SRM, a adaptação e integração de ações metodológicas no processo de intervenção didática, a não promoção de programas de formação docente para o AEE integradas ao Currículo Intercultural e a não orientação das ações didáticas por parte da coordenação pedagógica, de técnicos e especialistas em como proceder metodologicamente e registrar a evolução da aprendizagem. Essas informações foram obtidas nas primeiras observações *in loco* em três escolas que participam da pesquisa de tese em desenvolvimento. Considera-se que o tema promove o debate e reflexão referente à política de formação continuada a prática pedagógica inclusiva meio do currículo intercultural, aplicado nas comunidades indígenas, ao atender alunos com NEEs. Os registros ocorreram entre Agosto e Setembro de 2018.

PALAVRAS-CHAVE: Docente, Formação, Currículo, Práticas Inclusivas, AEE.

INTERCULTURAL CURRICULUM, SOCIAL INSERTION AND INCLUSION PRACTICES: INDIGENOUS TEACHER'S PERCEPTION OF SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE (ESA)

ABSTRACT: The essay addresses teaching

comprehension regarding the elements of pedagogical practice and methodological actions of the ESA in the Intercultural Curriculum in Multifunctional Resource Room (SRM) implemented in Indigenous State Schools. The problematization discusses the formation and pedagogical accompaniment of the teaching performance that work in the AEE in SRM. The analysis is based on the assumptions of the Historical - Critical Pedagogy and the Historical - Cultural Theory, as foundation in the process of development of the inclusion integrated to the Cultural Studies and its relation in the intercultural curriculum and formation of indigenous teachers. Preliminary results point out: the lack of understanding of the role of ESA in SRM, the adaptation and integration of methodological actions in the didactic intervention process, the non promotion of teacher education programs for ESA integrated in the Intercultural Curriculum and the non-orientation of didactic actions. by pedagogical coordination, technicians and specialists on how to proceed methodologically and record the evolution of learning. This information was obtained from the first on-site observations in three schools participating in the thesis research under development. It is considered that the theme promotes debate and reflection regarding the policy of continuing education and inclusive pedagogical practice through the intercultural curriculum, applied in indigenous communities, when attending students with SEN. Records occurred between August and September 2018.

KEYWORDS: Teacher, Training, Curriculum, Inclusive Practices, ESA.

1 | INTRODUÇÃO

A concretização de uma educação democrática se estabelece através das oportunidades de aprendizagem, estimulando as potencialidades dos alunos, respeitando suas diferenças individuais, logo, todo sujeito aprendente independente de sua condição social e de grupo étnico, que esteja em processo de construção e evolução intelectual, emocional, cultural e social merece ter acesso a práticas educacionais que atendam as suas necessidades, possibilitando melhor desenvolvimento das suas habilidades.

Para tanto, a relação entre o Currículo Intercultural fomentado nas inserções sociais e nas práticas metodológicas no Atendimento Educacional Especializado, desenvolvido pelos docentes nas SRMs implementados nos últimos anos em Escolas Estaduais Indígenas, promove a reflexão em como esse processo se materializa nas práticas inclusivas do aluno indígena com deficiência.

Partindo desses pressupostos, este ensaio visa aproximar a compreensão e das relações entre Escola, o Docente, o Discente, desenvolvimento das práticas inclusivas e suas inter-relações e implicações à luz da Pedagogia Histórico – Crítica integrada aos Estudos Culturais na análise do Currículo Intercultural.

1.1 As relações entre escola, professor e o aluno na pedagogia histórico - crítica

Compreende-se que a escola é um dos principais espaços de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela em papel primordial no desenvolvimento do sujeito aprendente, pois, é neste espaço que as relações de convivência no coletivo diversificado e fora do contexto familiar passam a existir.

Sendo assim, o espaço escolar é um dos principais locais que se estabelece o respeito à diversidade, onde se efetiva o respeito às diferenças. Neste espaço não se pode permitir a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim espaço norteador e de desenvolvimento de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltada para a construção de contextos sociais inclusivos.

Nesse contexto, a escola é um dos principais espaços de integração, assim como de exclusão, uma vez que a relação se estabelece através do discurso da racionalização dos resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos, sendo consolidado nesse processo, o currículo escolar e sua intervenção no processo de construção da identidade tanto escolar, como na construção e aprimoramento da aprendizagem. (SILVA, 2017).

Baptista (2006, p. 22) corrobora ao promover o diálogo sobre a necessidade de avançar o olhar sobre as relações que unem sujeito e contexto, na busca de modos “refinados” de classificar a maneira mais precisa e correta àquilo que tende a não se encaixar em nossas classificações.

A ruptura de paradigmas, voltados ao padrão adequado de aluno que ao longo do processo de evolução histórica e social passou a ser um dos maiores desafios enfrentados pelos processos educativos nos últimos tempos, uma vez que ao fomentar o conceito de que a escola é o espaço de desenvolvimento integral é o mesmo que referendar a diversidade como elemento essencial da promoção do sujeito.

Ao estabelecer essa relação entre currículo, escola e desafios docentes das inclusivas, nos reporta a Pedagogia Histórico – Crítica por promover a compreensão sobre a estrutura da relação e humanização da produção do conhecimento entre escola e currículo e sua intervenção no processo de ensino e aprendizagem entre professor e aluno, em que:

“[...] o conhecimento, como instrumento particular do processo educacional, pode ser tratado de forma a contribuir ou negar o processo de humanização. Nesse sentido, o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens.” (SAVIANI, 2013, p. 24)

Essas relações são efetivadas na convivência e no coletivo diversificado, enriquecendo os processos de formação social e de desenvolvimento no cotidiano.

Vygotsky (1996) refere a dois tipos de conceito sobre o cotidiano: o conceito cotidiano que é as coisas que ela aprende fora da escola, e o conceito científico que são adquiridos nas interações escolarizadas. Para aprender um conceito além de informações recebidas do exterior é necessário realizar uma intensa atividade mental, por parte da criança como capacidade de comparar.

A educação para ser válida deve levar em consideração a vocação ontológica do sujeito, assim como as condições em que ele vive, nessa premissa Mannoni (1998) dialoga o fato de que a educação não se materializa apenas pela condição pessoal de pais e educadores, mas também deve ser considerado o contexto histórico, uma vez que as relações entre sujeitos aprendentes são marcadas pelo inconsciente.

Logo, o sujeito aprendente é um ser concreto, que se situa no tempo – espaço, integralizado em um contexto sócio – econômico, cultural e político, concretizando assim, o sujeito histórico.

Configurado ainda na visão Mannoni (1998), que partilha da posição lacaniana ao considerar que além das relações entre o homem e seus semelhantes são determinadas pelo inconsciente e que essas relações são determinadas não apenas pelo contexto sócio econômico e político, mas também pelo cultural.

Considerando o educar para a diversidade, enquadrando assim a as práticas inclusivas no currículo intercultural, tendo esta à função essencial de desempenhar o papel de transformação e conscientização da conduta cultural na sociedade, mais especificamente em relação ao aluno indígena com NEEs, principalmente, no que diz respeito à reflexão sobre os mitos e estereótipos atribuídos durante a evolução histórica dos grupos étnicos, Maturana (1995, p. 226) define a conduta cultural como a “[...] estabilidade transgeracional de configurações comportamentais adquiridas ontogeneticamente na dinâmica comunicativa de um meio social.”

É por meio da dinâmica comunicativa que Baptista (2004, p. 2) materializa o diálogo no sentido de que é através da identificação de diferentes necessidades que se caracterizam a vida dos sujeitos da educação: alunos, professores, gestores, família e exprimem-se as diferentes atribuições aos mesmos.

Nesse contexto, reconhecer o aluno como sujeito aprendente e um sujeito histórico, faz como que o ato de educar na perspectiva da interculturalidade implica, portanto, uma clara e objetiva intenção de promover o diálogo e a troca entre os diferentes grupos e indivíduos que o constituem abertos e em permanente movimento de construção, decorrente dos intensos processos de hibridização cultural (CANDAU E KOFF, 2006, p.102);

O docente ao fomentar a aprendizagem, reconhecendo o aluno como sujeito histórico, resultado da integração da materialização do ato de educação através da interculturalidade, otimizando a sua sala de aula como espaço de superação do senso comum, promove o conhecimento através da prática social, sistematizado

suas relações sociais durante a evolução histórica, compreendida e sua totalidade para transformação e superação.

Neste contexto, Baptista (2004, p. 03) considera que o debate sobre "a intervenção pedagógica, as instituições, as políticas e as diferenças" dever transcender os limites da Educação Especial. A inclusão escolar tem sido um processo que considerada a sua natureza de ação "mista" e "não fragmentada", tem exigido que a discussão teórica pedagógica também ultrapassasse os muros disciplinares específicos.

Ao reportar os conceitos de inclusão e interculturalidade ao campo educacional torna-se imprescindível a atenção às múltiplas relações que se estabelecem entre os sujeitos no processo pedagógico, entre as quais, a dimensão intercultural vem assumindo cada vez mais importância.

O meio cultural influencia as nossas percepções sobre os outros e é neste campo que a psicologia e a comunicação intercultural têm oferecido à educação ferramentas importante de compreensão do mundo para uma melhor atuação no domínio pedagógico.

1.2 O currículo intercultural, inserção social e as práticas inclusivas

A prática de inclusão no âmbito intercultural e curricular no processo de escolarização do discente indígena com NEEs se pauta justamente a aplicação desse currículo intercultural, uma vez que a cultura indígena tem uma lógica própria, seus valores e sua metodologia.

Para Abadio do Carmo (1994, p. 22) ao analisar os comportamentos específicos das etnias indígenas, buscou compreender certas práticas:

Nas culturas primitivas que sobreviviam basicamente da caça e da pesca, os idosos, doentes e portadores de deficiência eram geralmente abandonados, por um considerável número de tribos, em ambientes agrestes e perigosos, e a morte se dava por inanição ou por ataque de animais ferozes. O estilo de vida nômade não somente dificultava a aceitação e a manutenção destas pessoas, consideradas dependentes, como também colocava em risco todo o grupo, face aos perigos da época.

Entretanto, esse mesmo autor apontou situações nas quais a recepção para as pessoas com necessidades especiais, ganha um olhar positivo, daí a necessidade e estudar cada caso e entender especificidades culturais, históricas a própria relação de alteridade. Lembra que:

[] existia nas florestas situadas entre o sul do Sudão e Congo, uma tribo muito primitiva denominada Azande. Os componentes desta tribo, apesar de acreditarem em feitiçaria, não chegaram a relacionar defeitos físicos com intervenções sobrenaturais. As crianças anormais nunca foram abandonadas ou mortas. Para eles, dedos adicionais nas mãos ou pés eram bastante comuns e se orgulhavam de possuí-los. [] já o povo Xangga, que vivia ao norte da Tanzânia, leste da África. Vivendo em estado primitivo, estes povos também não prejudicavam ou matavam as

crianças ou adultos com deficiência. Acreditavam que os maus espíritos habitavam essas pessoas e nelas arquitetavam e se deliciavam para tornar possível a todos os demais membros a normalidade (CARMO, 1994, p.22).

Desta forma, há necessidade de se refletir sobre a diversidade cultural e étnica, pois cada povo tem a sua cultura que atende aos seus interesses e necessidades da comunidade em que vive. Para Díaz-Aguado (2000),

[] a interculturalidade, é vista como um meio de melhorar o respeito pelos direitos humanos e não como um fim em si mesmo, pode permitir a resolução de alguns conflitos e controvérsias colocados nos últimos anos sempre que está em causa a sua aplicação prática. A multiculturalidade/interculturalidade é, provavelmente, uma das questões de maior importância com a qual se defrontam os professores na atualidade e um dos maiores desafios da educação num contexto global de crescente diversidade.

Quanto à educação formal, as barreiras encontradas pelos professores indígenas, para ministrarem aulas aos índios com necessidades especiais é uma realidade. Os currículos para a Escola dos indígenas devem ser construídos valorizando os seus conhecimentos tradicionais, respeitando a diversidade cultural de cada povo (RCNEI/MEC, 1998). No que se refere aos índios com necessidades especiais, tais processos de Educação Escolar devem contemplar estes sujeitos, cabendo-lhes um lugar especificado no conteúdo, material didático, ou questões metodológicas de ensino que lhes sejam próprias.

Ribeiro (1996) lembra a existência de um conjunto de mitos e ritos em grande parte projetados no sentido da explicação para o nascimento de crianças com deficiências:

Antigamente a mulher indígena tinha todo cuidado especial dado pela mãe e pai. Ao passar de jovem para adulto, começava se preparar, ser uma mulher sadia na vida para quando fosse dar o parto, não tivesse problema. Orientavam-na para que não consumisse a juriti, por exemplo, esta ave contém muito sangue e conseqüentemente na sua menstruação sangraria muito e no parto também. São cuidados necessários para uma boa saúde, na visão indígena. O consumo de peixe também tem restrições, por exemplo, o consumo do jejú, não pode ser consumido, também não é aconselhável brincar com arco e flecha, uma vez que se o mesmo cruzar em sua barriga vai prejudicar a criança. Todo esse cuidado especial era garantido para que ele [criança] não tivesse problema ao nascer. Não pode apontar o arco para a barriga porque a criança vai nascer aleijada. Outra crença é a de que a mãe não podia consumir ovo de beija-flor que o nenê nascia miudinho (RIBEIRO, 1996, p.354).

Logo, a integração de um currículo intercultural e a prática diversificada para a obtenção do aprimoramento cultural, ético e pedagógico faz com que a aprendizagem e dos alunos se torne flexível e rica em seu dimensionamento. Essa diversidade não ocorre somente na instancia escolar, porém é necessário que esse processo seja desenvolvido na formação tanto do professor como do aluno.

Sendo assim, é imprescindível buscar desenvolver atividades que integram ações que promovam as funções mentais durante o ato da execução da reflexão individual ou de forma coletiva na troca de informações.

O fracasso escolar e as condições sociais e culturais, ocorridas ao longo dos tempos provocaram situações que levem o docente à reflexão para a melhoria da intervenção pedagógica, isso se dá pelos movimentos das abordagens de desenvolvimento cognitivo em busca de alternativas para o surgimento da mudança de visão da escola pública no processo de inclusão.

Esses movimentos resultaram em uma reestruturação na qualificação do atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais, principalmente na constituição do currículo, uma vez que:

Na concepção inclusiva, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e testemunha a sua emancipação intelectual. Essa emancipação é consequência do processo de auto – regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece. (MANTOAN & BATISTA, 2007, p.17)

A nova base prática do professor para atender as expectativas de melhoria no quadro da aprendizagem dos alunos está estruturada em desenvolver as reflexões no espaço escolar, principalmente na sala de aula, juntamente com os meus alunos, proporcionando uma análise e reflexão da prática, oferecendo desafios a serem alcançados.

Por isso, é que não só deve ser utilizada a sala de aula como espaço de aprendizagem, mas todo espaço que seja disponibilizado para que a articulação entre o desenvolvimento das funções mentais e sociais possam a vir acontecer.

O discente com NEEs, como os demais, participa igualmente de todos esses momentos: planejamento, execução, avaliação, e socialização dos conhecimentos produzidos. Por mais que se pretenda construir um conhecimento a partir do “concreto”, ele não se esgotará da sua dimensão física. (MANTOAN, 2007, p.19)

A dinamização da reflexão sobre a aprendizagem do indígena com necessidades educacionais especiais dá um novo significado profissional, pois a busca do aprimoramento de prática pedagógica, refletindo sobre os saberes, favorecendo a análise e a reelaboração do processo de reconstrução do conhecimento durante a atuação em sala com os alunos.

Esses pontos ofereceram subsídios para repensar sobre o papel pedagógico, principalmente em como designar as ações, articulando novos horizontes emancipadores na perspectiva crítica, com a busca da construção da identidade.

O resgate da aprendizagem proporciona a ampliação da visão da ação educativa de forma contextualizada e multidimensional no processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, levando a debater questões referentes ao processo de

ensino e aprendizagem em ação articulatória com as áreas do conhecimento.

Porém, a produção e o desenvolvimento da aprendizagem não podem estar voltados a um único espaço, o espaço escolar, deve atender aos espaços pluriculturais, ao tempo e a linguagem do indivíduo como um todo.

Não cabe somente aos professores e escola o desenvolvimento da aprendizagem, ela deve ocorrer em vários espaços de busca, construção, diálogo e confronto e de fazer a reflexão e a organização entre outros elementos. Portanto, para que venha ocorrer a aprendizagem é necessário que se trabalhe de forma diferenciada fundamentando e ampliando o preceito de diversidade de forma lógica e organizada.

1.3 O desafio docente e as práticas inclusivas na escola indígena

Denominamos as escolas visitadas de (E1, E2 e E3) para fins de preservação de seus dados, em que na Escola (E1) localizada na Comunidade Indígena do Canauanim, Município do Cantá, possui dez discentes das etnias Macuxi e Wapichana diagnosticados com: Paralisia Cerebral, Deficiência Intelectual, Síndrome de Down, Atraso Neuromotor, matriculados na SRM. Esses alunos são atendidos por dois docentes indígenas que desenvolvem o AEE. As observações pontuam que o processo de implantação da SRM ocorreu entre os anos de 2008/2009 por uma professora da comunidade na época que propôs a implantação após ter participado de curso de formação na área de Educação Especial.

A 2ª Escola (E2) participante da pesquisa fica localizada na Comunidade Boca da Mata, Município de Pacaraima possui dois discentes das etnias Macuxi diagnosticados com Hidrocefalia e Paralisia Cerebral, no entanto, os docentes pontuam a necessidade de avaliação especializada de outros discentes para avaliação diagnóstica, porém os responsáveis apresentam resistência para encaminhamento. A escola atende a cinco etnias (Macuxi, Taurepang, Saporá, Wapichana e Tucano do Alto Rio Negro) e também não indígenas (Brasileiros e Venezuelanos) matriculados atende a turmas do Ensino Fundamental e Médio.

Na escola possui dois docentes que tiveram a formação inicial do AEE, uma vez que até 2015 a escola possuía uma Sala de Recursos, mas devido à necessidade de abertura de turmas para atendimento ao Ensino Regular a sala foi desativada. O plano de gestão da escola a reativação da sala, assim como a aquisição dos recursos pedagógicos com recursos da APM e a construção do espaço em mutirão pela própria comunidade está programada para 2019.

A 3ª Escola (E3) da Comunidade Campo Alegre, Município de Boa Vista Rural, atende a 08 discentes com Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, atraso Neuromotor e Deficiência Intelectual. Na escola possui 02 docentes com formação sem formação

do AEE.

Nos dados preliminares coletados, foram identificados quatro pontos desafiadores para prática docente, pautados na não compreensão da fundação do AEE na SRM, na resistência dos pais e/ou responsáveis sobre a importância das crianças participarem das atividades escolares e do AEE, na adaptação atividades e integrar ações metodológicas no processo de intervenção didática, ausência no acompanhamento e orientação da coordenação pedagógica, de técnicos e especialistas dos departamentos responsáveis pelo acompanhamento das ações didáticas, em como proceder metodologicamente e registrar a evolução da aprendizagem conforme estabelecido no plano de atendimento.

O primeiro desafio identificado nas falas dos docentes titulares do Ensino Regular refere-se a não compreensão do que seja a SRM, para eles a SRM é o espaço para realização de procedimentos de estímulo motor similar a fisioterapia, um espaço de atender as crianças “doentes”.

No entanto, a SRM é o espaço da escola onde se realiza o AEE para os discentes com NEE, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreçam a construção de conhecimentos pelos discentes, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2007).

Conforme a orientação 01/05 as salas necessitam estar implantadas e implementadas escola regulares ou em espaços não formais (centros de Atendimento, hospitais), com docente capacitado a oferecer a complementação ou suplementação curricular, exclusivamente para discentes que apresentam deficiências e condutas típicas, matriculados em escolas comuns. Elas têm, entre outras finalidades: apoiar o/a professor/a da escola de origem do/a aluno/a; atender alunos/as de várias escolas da região (bairros); permitir a utilização de equipamentos e recursos pedagógicos que facilitem o processo educacional. (CARLETO *et al*, 2013)

Os procedimentos desenvolvidos nas SRMs estão pautados no AEE, compreendido como um serviço de desenvolvimento de ações pedagógicas pautadas nos princípios da Educação Especial que “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Suas ações metodológicas necessitam estar articulados com o currículo escolar, neste caso nas escolas indígenas, no currículo intercultural, embora suas atividades se “diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum.” (MEC, 2009)

Para que o currículo atenda as reais necessidades dos discentes atendidos no AEE é necessário que a intervenção docente “ultrapasse as barreiras impostas pela deficiência”, buscando atender as necessidades educacionais dos estudantes excepcionais, por meio de recursos adaptados os quais contribuam

no desenvolvimento da aprendizagem destes educandos, fazendo com que estes desenvolvam a autonomia durante a realização de suas atividades tanto na sala comum quanto na especializada (BATISTA, 2006, p. 17)

O segundo desafio é a quebra de paradigma da família dos discentes, pois no âmbito cultural as crianças são consideradas como “doentes” e que essas manifestações ocorreram porque a família não seguiu os conselhos dos anciãos, dos “mais velhos”, fazendo com que aumente o aparecimento de crianças “doentes” (deficiência), o que antes não era visto.

Compreendo que de modo cultural as crianças sempre foram “invisíveis” perante a cultura a sua comunidade ou etnia. Para Geertz (2001, p. 215), as culturas são “[...] estruturas de sentido em que as pessoas vivem e formam suas convicções, suas individualidades e seus estilos de solidariedade” e uma “[...] força ordenadora das questões humanas”. Assim, a cultura são representações sistematizadas e representadas por signos e símbolos. (SILVA & BRUNO, 2016, p. 243)

Logo, as práticas inclusivas podem desempenhar importante papel de transformação cultural em relação ao indígena com necessidade especial, principalmente, no que diz respeito à reflexão sobre os mitos e estereótipos atribuídos durante a evolução histórica dos grupos étnicos.

Nesse contexto, compreender as transformações culturais nos processos de escolarização das crianças indígenas, promove o repensar de como a escola deverá conduzir suas intervenções para assegurar o direito dessas crianças inseri-los nas ações do cotidiano em comunidade, conforme os seus valores, crenças e significados. Além de ajudá-los na construção da sua identidade. (SILVA & BRUNO, 2016)

O terceiro desafio está relacionado às questões metodológicas no processo de intervenção didática e de adaptação curricular durante a promoção de estratégias e na integração temática do currículo intercultural. Para tanto, é imprescindível que o docente desenvolva atividades que integram ações que promovam as funções mentais durante o ato da execução, da reflexão individual ou de forma coletiva na troca de informações.

Nessa premissa, Vygotsky (1998) enfatiza o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo, a centralidade do processo consiste na aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio, uma vez que, o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, através da mediação.

Compreende-se que a prática docente necessita promover em suas intervenções metodológicas de construção social dos indígenas com necessidades especiais, uma vez que as barreiras atitudinais e culturais influenciam as relações sociais, as formas de interação e a formação do outro conceito dessas pessoas. As formas de interação,

comunicação e significados socialmente construídos são fatores determinantes para o processo de desenvolvimento, aprendizagem e adaptação social dos indígenas com NEEs em suas comunidades.

Nesse contexto, o docente necessita compreender como ocorre o processo inclusivo no contexto escolar, assim como o de planejar estratégias metodológicas e procedimento adaptados para ação educacional, considerando a identidade cultural, desencadeando e garantindo assim a igualdade de oportunidades na aquisição das competências básicas, necessárias para a sua integração efetiva, o respeito a identidade e a igualdade de oportunidades.

É imprescindível também que o docente indígena tenha acesso à formação continuada e direcionada para práticas interventoras que fomentem metodologias que estimulem o desenvolvimento cognitivo dos alunos indígenas atendidos nas SRMs respeitando sua identidade e cultura no espaço escolar.

Por fim, o quarto desafio refere-se à ausência no acompanhamento e orientação da coordenação pedagógica, de técnicos e especialistas dos departamentos responsáveis pelo acompanhamento das ações didáticas, em como proceder metodologicamente e registrar a evolução da aprendizagem conforme estabelecido no plano de atendimento.

A ausência do acompanhamento do coordenador pedagógico promove intensifica o vaco gerado pelos desafios da prática, associados à falta de formação continuada. Para Libâneo (2001), o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição à assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação.

Compreende-se que o acompanhamento pedagógico seja de fato efetivado para o docente possa ter maior segurança e suporte ao promover as práticas inclusivas, corroborando no atendimento as expectativas de melhoria no quadro da aprendizagem dos docentes, assim como, na proporcionando a reflexão da prática e oportunizando a integração entre o Currículo Intercultural as Práticas Inclusivas.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o Currículo Intercultural nas Práticas Inclusivas no AEE: o Desafio Docente na Escola Indígena fomenta o debate referente às ações desenvolvidas no contexto escolar, no aprimoramento de prática pedagógica, refletindo sobre os saberes, favorecendo a análise e a reelaboração do processo de reconstrução do

conhecimento durante a atuação da SRM com a comunidade escolar. Esses pontos ofereceram subsídios para repensar sobre o papel pedagógico, principalmente em como designar as ações, articulando novos horizontes emancipadores na perspectiva crítica, com a busca da construção da identidade.

O espaço escolar deve atender aos espaços pluriculturais, ao tempo e a linguagem do indivíduo como um todo. A temática discursiva oportunizou para o processo de reflexão, estruturação e aplicabilidade de Políticas Públicas para o desenvolvimento da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusivas voltadas a população indígena.

O respeito aos aspectos interculturais e curriculares é preciso, assim como para construção de práticas inclusivas no processo de escolarização, de socialização e integração do aluno com NEE's atendido nas escolas indígenas, no qual tenho a oportunidade de contribuir para a evolução social e educacional não apenas para os povos indígenas do Estado de Roraima, mas para toda sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R & DORNELES, B. Políticas de Inclusão Escolar no Brasil: descrição e análise do município de Porto Alegre. In: PRIETO, Rosângela. Políticas de Inclusão Escolar no Brasil: descrição e análise de sua implementação em municípios das diferentes regiões. Trabalho encomendado do GT-15 Educação Especial na 27ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, 2004.
- BATISTA, C. A. M. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.] / Cristina Abranches Mota Batista, Maria Teresa Egler Mantoan. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva SEESP/MEC. 2007
- BRASIL. RCNEI - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF. 2002.
- CANAU, V. M. & KOFF, A.M.N.S. CONVERSAS COM... SOBRE A DIDÁTICA E A PERSPECTIVA MULTI/INTERCULTURAL. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 471-493, maio/ago. 2006 471 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>
- CARMO, Apolônio Abadio. Deficiência Física: a sociedade cria, "recupera" e discrimina. 2ª ed. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1994.
- DÍAZ-AGUADO, M. J. (2000). *Educação intercultural e aprendizagem cooperativa*. Porto: Porto Editora.
- GEERTZ, C. Nova luz sobre a antropologia, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e de gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.
- MANNONI, M. (1998). A contribuição de Winnicott para um trajeto na psicanálise. *Estilos Da Clínica*, 3(4), 8-19. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v3i4p8-19>

MANTOAN, Tereza Égler & BAPTISTA, Cláudio Roberto BRASIL, Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado - Deficiência Mental. - São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MATURANA, Humberto R. VARELA, Francisco G. A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano. Ed. Psy II, 1998.

SAVIANE, D. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10. Ed. Campinas: Autores Associados, 2008

SILVA, J. H & BRUNO, M.M.G. A Escolarização de Indígenas com Deficiência nas Aldeias de Dourados-MS. Revista Comunicações Piracicaba v. 23 n. 3 Número Especial p. 241-258 2016 DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23nespp241-258>

SILVA, T. T. Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo.- 3.ed.; 10. Reimp. - Belo Horizonte: Autentica, 2017

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

A NECESSIDADE DO ESTUDO DO EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO

Data de aceite: 19/11/2019

Jordana Franke Guerreiro

Diogo Daniel Marques Drum, graduado em Administração. E-mail: diogodrumadm@gmail.com

Diogo Daniel Marques Drum

Diogo Daniel Marques Drum, graduado em Administração. E-mail: diogodrumadm@gmail.com

Malu Napp dos Santos

Malu Napp dos Santos, graduada em Administração. E-mail: mallu-napp@hotmail.com

RESUMO: O empreendedorismo se tornou uma tendência, aonde vem para agregar valor, saber identificar oportunidades e transformá-las em um negócio lucrativo. O número de trabalhadores autônomos cresce a cada ano, mas crescem também o número de pessoas despreparadas para administrar essas unidades de negócios. Logo, surge a importância de despertar nos alunos do ensino médio o espírito empreendedor e a necessidade das pessoas se preparem melhor antes de se lançarem no mercado de trabalho. Diante disso, utilizou-se métodos exploratórios e descritivos, pesquisa bibliográfica e de campo com métodos qualitativos e quantitativos. Observou-se forte vontade de aprender sobre empreendedorismo, com características empreendedoras marcantes e disposição dos professores em ensinar.

PALAVRAS-CHAVE: Empreender. Alunos.

Ensino Médio.

ABSTRACT: Entrepreneurship has become a trend, where it comes to add value, know how to identify opportunities and turn them into a profitable business. The number of self-employed is growing every year, but also increase the number of people unprepared to manage these business units. Soon comes the importance of awakening the high school students entrepreneurship and the need for people to better prepare before launching in the labor market. Therefore, we used exploratory and descriptive methods, literature and field research with qualitative and quantitative methods. A strong desire to learn about entrepreneurship, with outstanding entrepreneurial characteristics and willingness of teachers to teach.

KEYWORDS: Undertake. Students. High school.

1 | INTRODUÇÃO

O impacto do empreendedorismo no mundo inteiro vem sendo muito grande, principalmente no que se refere às mudanças no mercado, que se tornou muito mais competitivo e amplo a partir da prática influenciada pelo potencial empreendedor. A primeira noção que tivemos de empreendedorismo veio com os

franceses que criaram o termo empreendedorismo para diferenciar um empreendedor de um capitalista – o profissional que fornecia capital – (iPED 2015).

Mas o empreendedor logo teve seu aspecto expandido no mercado de trabalho, tornando-se um profissional real, com intenções variadas e amplos planejamentos. Rumo ao sucesso da carreira, o empreendedor se fortaleceu em áreas diversas, buscando a auto realização, procurando estimular o desenvolvimento como um todo e o desenvolvimento local, apoiando a pequena empresa, ampliando a base tecnológica e criando novos empregos.

O empreendedor surge como uma figura independente, que atualmente se refere ao profissional que dá início a uma organização, tanto em setores inovadores quanto tradicionais, é aquele que tem a habilidade de ver e avaliar oportunidades de negócios, eles são orientados para a ação, altamente motivados e assumem riscos para atingirem seus objetivos.

Dessa maneira, percebe-se que jovens entram no mercado de trabalho despreparados, abrem seus próprios negócios sem saber a base de um planejamento, em virtude disto que surge a necessidade de instigar e despertar nos alunos do ensino médio o desejo e a vontade de empreender, ensinando desde cedo, todos os passos para criar futuros empreendedores preparados e prontos para exercer suas atividades.

Posteriormente, optou-se pela utilização de entrevistas estruturadas com alunos e professores, considerando os seguintes critérios: Vontade de inovar, Características empreendedoras e Formas de despertar interesse; utilizou-se também um processo de questionários, buscando a percepção e a conexão do assunto com o dia-a-dia.

2 | CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO

Ao longo dos anos, inúmeros estudiosos definiram o conceito de Empreendedorismo, muitos afirmam que o termo surgiu na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX com Joseph Schumpeter e Jean Baptiste Say, sendo que ambos consideravam os empreendedores pessoas que corriam riscos, porque investiam o seu próprio dinheiro.

Segundo Jeffry Timmons (1990), o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX. Para José Dornelas (2001), o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização.

Hirsch e Peters (1992), conceituam o empreendedorismo como o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal.

O termo empreendedorismo pode ser definido como o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. A exatidão da implementação dessas oportunidades, leva à criação de negócios de sucesso. Para o termo empreendedor, uma das definições mais antigas, porém que identifica o espírito empreendedor seja a de Joseph Schumpeter (1949), “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

Para Kirzner (1973), o termo possui uma interpretação diferente. Para esse autor, o empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, identifica oportunidades na ordem presente. Os dois autores, porém, afirmam que o empreendedor é um identificador de oportunidades, é curioso e atento a informações, sabendo que suas chances melhoram quando seu crescimento aumenta.

A visão de alguns autores se completa, por exemplo, Cole (1942), definiu empreendedorismo como “uma atividade que permite criar, manter e fazer crescer uma empresa lucrativa”. Gartner (1990) retoma essa definição, esclarecendo que o empreendedorismo está relacionado ao “comportamento que leva à criação de uma nova empresa”.

Portanto, existem inúmeras definições realizadas pelos mais variados autores, uma delas e talvez a mais aceita por estudiosos é a de Fillion (1999):

O Empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos, e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um Empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação, continuará a desempenhar um papel Empreendedor [...]. Um Empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões.

A principal ferramenta do empreendedor é a criatividade onde segundo Matias (2007, p. 01) “é a capacidade de analisar a realidade de forma diferente da maioria das pessoas; é a capacidade de apresentar, construir algo diferente daquilo que são as normas estabelecidas”. Para Stein (1974) “criatividade é o processo que resulta em um produto novo, que é aceito como útil, e/ou satisfatório por um número significativo de pessoas em algum ponto no tempo”.

Ao analisar-se os diversos conceitos, de diferentes autores e estudiosos, percebemos que apesar do tempo, o significado de empreendedorismo se interliga e continua na mesma linha de pensando, tornando-se apenas mais aprimorado para a época em que vivemos. Todas as características que formam um empreendedor são valiosas e neste momento, vive-se o auge das novas empresas com conceitos

inovadores, é agora a oportunidade de incentivar os jovens e adolescentes a abusarem da criatividade e não terem medo de errar, para que persistam e se tornem profissionais referentes, para que cada vez mais o país se desenvolva e o empreendedorismo esteja presente no ensino médio em todas as escolas.

3 | VANTAGENS DO APRENDIZADO SOBRE EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO

A vontade de fazer algo novo é a principal característica de um empreendedor. Empreender engloba o desenvolvimento da cooperação, ética e cidadania, promove o crescimento pessoal e principalmente profissional. É trabalhar no que se gosta, no que se quer conquistar, empreender é almejar sonhos, bem como ter autonomia para tomar decisões livres.

Em virtude disso, deparamo-nos com inúmeras vantagens em aprender sobre empreendedorismo no ensino médio, uma vez que é na adolescência que pode-se descobrir características determinantes e de um futuro empreendedor.

Desenvolve-se ainda na infância qualidades empreendedoras como por exemplo: a criatividade, curiosidade e persistência, essas características são fundamentais para chegar ao sucesso de qualquer negócio e são nessa fase da vida que elas estão mais evidenciadas, porque as crianças sonham coisas fabulosas, estimulá-las seria como fazer com que elas nunca perdessem seu espírito empreendedor (BRAGA, 2015).

O aprendizado específico aplicado gradativamente durante o crescimento, mantém o foco direcionado à uma área que leva ao planejamento e visão do futuro, para aprender e agir por conta própria, com autonomia e assim ter a possibilidade de buscar a realização de seus sonhos.

A aprendizagem precisa ser provocada, estimulada e desenvolvida naturalmente para que os jovens sintam interesse pelos elementos que lhe rodeiam. Despertar nos alunos do ensino médio a capacidade instigadora para observar características pessoais empreendedoras seria o incentivo e o apoio ideal para que se manifestem pequenas coisas – mas grandes ideias – pois, na maioria do tempo eles são espontâneos e enérgicos e as ideias acabam surgindo e desaparecendo rapidamente, pelo devido fato de não darmos a atenção necessária.

Para manter uma postura profissional em constante aprendizado é indispensável abusar da criatividade, ela ajuda a desenvolver a autonomia, e tendo esta capacidade só necessita-se saber quando será preciso utilizá-la e contar com a mesma naqueles momentos em que você busca soluções para determinados problemas que irá enfrentar ao longo de toda sua trajetória profissional. Ser criativo é sinônimo de ser

organizado e ter boa análise dos acontecimentos ao seu redor (NAVARRO, 2015).

Nesse sentido, acredita-se que compreender aspectos do empreendedorismo e do mercado no desenvolvimento do jovem e do adolescente, é basicamente melhorar a formação profissional e pessoal, para depois atuar no mundo do trabalho. O estudante com estes conhecimentos mantém sua essência permanente em uma visão mais ampla da sua cultura e de atuação de mercado.

Dessa maneira, para que os jovens que percorrem o ensino médio, instiguem e busquem descobrir o espírito do empreendedorismo, precisam que as escolas os capacitem através de cursos, palestras e exemplos de jovens empreendedores de sucesso, para que depois, naturalmente estejam possibilitados a devolver planos criativos para conhecer o mercado de trabalho, aprendendo a vencer as adversidades, para depois estarem qualificados e possuindo um diferencial competitivo.

4 | O JOVEM EMPREENDEDOR

O desemprego no Brasil não é nenhuma novidade e no primeiro período de 2016, percebe-se um aumento significativo de perda de renda e falta de oportunidades para diversas classes da população e também para determinados grupos.

Diante disso, destaca-se no desemprego que assola o país a fora, os jovens, como mostra o estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) onde apresenta-se a informação de que estes da faixa etária de 14 à 24 anos foram os mais afetados no primeiro trimestre de 2016. Na mesma pesquisa, entre os mesmos percebe-se um aumento de 15,25% no quarto trimestre de 2014 para 20,89% no mesmo período de 2015, avançando entre janeiro e março de 2016 para 26,36%.

Os dados são necessários e importantes para compreensão de que o período em que o país atravessa, é sem sombra de dúvida, alarmante e preocupante no que tange ao futuro dos jovens no Brasil. Existe uma cultura, de que o jovem não serve para determinado tipo de função, pelo fato de não ter experiência na área exigida pelo cargo, acaba-se então contratando menos e um grande número de desempregados aglomera-se dentro desse grupo.

Nesse sentido, acende-se uma luz de que o jovem empreendedor surge como um protagonista potencial para não somente escapar do quadro supracitado, mas para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Logo, percebe-se o quão é importante o aprendizado desde cedo acerca do empreendedorismo já no ensino médio.

Para Chiavenato (2007), há três características básicas para um empreendedor, sendo elas: Necessidade de realização, Disposição para assumir riscos e

Autoconfiança. Nota-se que o jovem possui atributos suficientes para desenvolver quem sabe o “espírito” empreendedor que nele há, pois o mesmo ao iniciar sua vida está repleto de sonhos ou desejos que poderiam ser colocado em prática desde cedo, sua juventude e disposição para vislumbrar o futuro fazem dele um ser capaz de correr riscos, pois está no início de sua vida, destaca-se também sua autoconfiança, ou seja, segurança ao sentir que pode enfrentar os desafios e problemas que por ventura surjam.

Existem diferenças entre o jovem empreendedor e os velhos empreendedores, porém, estas diferenças não estão atreladas ao fator idade, aparência e sim pelo fato de serem possuidores de características que os divergem, estas mencionadas no presente artigo. Mas cabe ressaltar, que o jovem de hoje é inovador, enquanto o empreendedor mais experiente é mais seguro e diante desse fator obtém menor propensão ao risco (MARINHO, 2005).

Neste contexto, cabe ao jovem empreendedor dos dias atuais, obter um aprendizado intelectual na área do empreendedorismo já nos primeiros passos de sua jornada estudantil, vislumbra-se com o aprendizado uma coletânea de ensinamentos preponderantes para enfrentar o risco com capacidade técnica para tal, obtendo vantagem competitiva no mercado em que está atuante.

Sabe-se, que existem diversas razões para a falta de capacitação dos empreendedores no início de suas atividades, mas o que destaca-se sem sombra de dúvidas é a falta de incentivo para abrir sua própria empresa desde cedo (SEPROSC, 2016), lhes mostrando passos para que sua ideia venha ser colocada em prática com segurança ou com conhecimento necessário para o desenvolvimento de suas atividades e para prolongamento da existência do negócio.

Os jovens empreendedores da presente década são capazes de criar projetos extraordinários e inovadores, contando é claro com toda tecnologia disponível inclusive na palma de sua mão, essa capacidade cognitiva desde cedo é capaz de gerar soluções inovadoras para o desenvolvimento da sociedade onde estão inseridos, para tanto, nada adianta se não estiver alinhado com o conhecimento técnico necessário para tal desenvolvimento.

Pode-se destacar que a escola seria o lugar propício para estes jovens, desenvolverem suas capacidades, inclusive um ambiente salutar para errar e começar de novo, pois sabe-se que o grande desafio do empreendedorismo está no início de suas atividades, ou seja, nas primeiras etapas da criação de um negócio. Nesse sentido, haveria a compreensão de que o risco é eminente e a convivência com ele não seria tão assustador, aprendendo inclusive a conviver com o mesmo.

Segundo Mariana Fonseca (2016), quando o jovem se identifica com algo que gosta, realiza as tarefas não por obrigação e sim pela satisfação futura. Logo, o empreendedorismo seria bastante salutar no desenvolvimento estudantil e

profissional, abrindo novos horizontes, garantindo até mesmo o amadurecimento precoce, diante de responsabilidades e pelo fato de gerir quem sabe um negócio na adolescência.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 A visão dos alunos

Durante o desenvolvimento, os jovens exploram, investigam, descobrem e criam com muita facilidade, aprendendo a conhecer o mundo que os cercam de acordo com seu interesse. Dessa forma, os alunos foram questionados conforme seus desejos de abrir um negócio, mostrando fortes características empreendedoras, como pode-se observar em afirmações de alguns deles:

“Eu abriria um supermercado, pois acho um ponto chamativo, já que é uma necessidade para todas as pessoas (16 anos)”.

“Gostaria de abrir uma clínica de fisioterapia, porque meu sonho é fazer a faculdade e assim teria muito mais oportunidades (15 anos)”.

“Se eu tivesse a chance de abrir um negócio, seria um salão de beleza ou uma academia, pois são lugares que aumentam a autoestima das pessoas (17 anos)”.

A natureza do sucesso exige qualificação, ambição, trabalho duro e motivação. As palavras dos alunos mostram o que eles acreditam se abrissem seu próprio negócio:

“Se eu abrir meu próprio negócio, acredito que faria sucesso, pois tentaria fazer dele o melhor da cidade (17 anos)”.

“Eu faria faculdade para me qualificar e ser um empreendedor de sucesso (16 anos)”.

“Abrindo meu negócio, faria o melhor e persistiria para ter sucesso (16 anos)”.

Nesta pesquisa, foram entrevistados 30 alunos do ensino médio, onde obteve-se o seguinte diagnóstico:

Pergunta 1:

36,67% dos estudantes gostariam de abrir um negócio na área alimentícia; 26,66% dos alunos se tivessem uma oportunidade, abririam um salão de beleza ou academia; 20% dos entrevistados iriam abrir um estabelecimento no ramo da saúde; 16,67% dos alunos optariam pela área dos esportes e oficina mecânica.

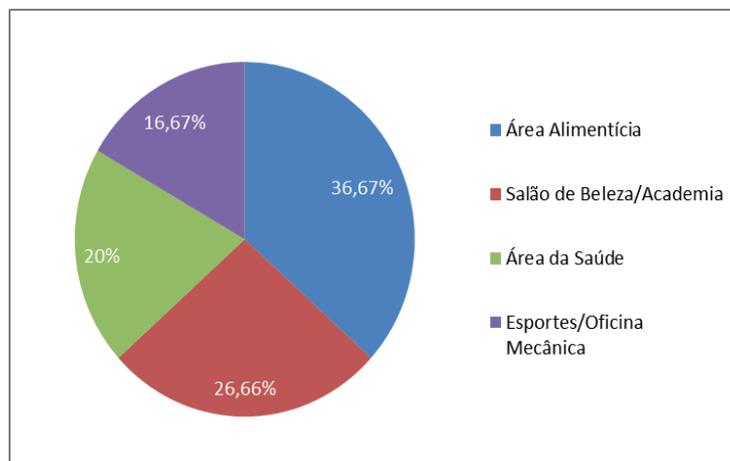


Gráfico 1 – Futura Área de Atuação dos Alunos Entrevistados

Fonte: DRUM, D., GUERREIRO, J., SANTOS, M. (2016)

Pergunta 2:

100% dos estudantes acreditam que teriam sucesso em seus negócios.

6 | A VISÃO DOS PROFESSORES

As seguintes entrevistas, foram concedidas por 6 professores de diferentes áreas, onde ambos acreditam que para despertar o interesse em empreender, os estudantes precisam de motivação para desenvolver os pontos fracos e potencializar os pontos fortes, que com novos conhecimentos conseguiriam identificar tendências, estabelecer objetivos e metas a serem alcançados por meio de planejamento, como pode-se constatar:

“Incentiva-los na pesquisa, nos conhecimentos sobre gestão, planejamento e nas habilidades para gerenciar uma empresa (Educação Física)”.

“Trabalhar conceitos e situações práticas para que os alunos visualizassem possibilidades de empreendedorismo no futuro, mostrando bons exemplos de profissionais que deram certo (Matemática)”.

“Ações criativas que integram o cotidiano, conversar a respeito de empreendedorismo, trazer empreendedores para palestrar na escola e trocar ideias e experiências com os alunos (Português)”.

Os estudantes precisam entender o seu papel no atual contexto, cheio de possibilidades para quem tem conhecimentos e atitudes empreendedoras, onde os professores conseguem identificar características e potenciais empreendedores, como refere:

“Eu vejo muitos alunos persistentes e criativos, que buscam por conhecimento e coisas novas (Espanhol)”.

“Percebo muitos alunos que são inovadores, que são dispostos a fazer coisas

novas sem medo de errar (Artes)”.

“Vejo alunos que nas dificuldades acham alternativas para mudarem, então acredito que existem muitos adolescentes com grandes características empreendedoras (História/Geografia)”.

TABELAS

Pergunta	Feminino		Masculino	
	Sim	Não	Sim	Não
Você sabe o que é Empreendedorismo?	28,85%	25%	25%	21,15%
Você teria interesse em aprender sobre Empreendedorismo no Ensino Médio?	46,15%	7,69%	32,70%	13,46%
Você acha que teria melhores oportunidades se soubesse empreender?	51,93%	1,92%	38,46%	7,69%

Tabela 1 – Questionário alunos

Fonte: DRUM, D., GUERREIRO, J., SANTOS, M. (2016)

Participaram da pesquisa objetiva, 52 estudantes, sendo: 28 do sexo feminino e 24 do sexo masculino.

Pergunta 1:

Ao analisar o conhecimento dos alunos do ensino médio, em relação a empreendedorismo, verificou-se que em ambos os sexos, as porcentagens para sim e não estão muito semelhantes, ampliando a necessidade de ser um assunto aplicado em todo o ensino médio, tornando-se um objetivo de colaborar para o desenvolvimento integral dos adolescentes.

(Breve explicação sobre empreendedorismo)

Pergunta 2:

No que diz respeito a vontade dos alunos em aprender sobre empreendedorismo, analisa-se que a maioria, em ambos os sexos, tem interesse em aprender sobre o assunto. Esse dado, mostra o quanto é necessário inserir na formação escolar o empreendedorismo, procurando estimular o protagonismo juvenil, encorajar e preparar os estudantes para os desafios do mundo do trabalho, instigando-os a identificarem oportunidades e planejarem seu futuro por meio de atitudes empreendedoras.

Pergunta 3:

No questionamento sobre melhores oportunidades, pode-se perceber que os jovens, após entenderem o que é empreendedorismo, se sentem mais capacitados a aprender e assim a maioria acredita que conseguiria oportunidades superiores. Os estudantes precisam reconhecer seu potencial realizador e as escolas a incentiva-los a desenvolver uma postura empreendedora, para que planejem o futuro procurando encontrar e aproveitar oportunidades de integração no mercado de trabalho e na criação do seu próprio negócio.

Pergunta	Feminino		Masculino	
	Sim	Não	Sim	Não
Você considera importante trabalhar com seus alunos sobre Empreendedorismo?	77,78%	0%	22,22%	0%
Você acredita que o Empreendedorismo seria bom para o desenvolvimento de seus alunos?	77,78%	0%	22,22%	0%
Você acredita que o Brasil reúne condições favoráveis para incentivar Jovens Empreendedores?	66,67%	11,11%	11,11%	11,11%

Tabela 2 – Questionário Professores

Fonte: FRANKE, J.; DRUM, D.; SANTOS, M. (2016)

Participaram da pesquisa objetiva, 9 professores de diferentes áreas, sendo: 7 do sexo feminino e 2 do sexo masculino.

Pergunta 1:

Quando os professores foram questionados em relação a trabalhar sobre empreendedorismo com seus alunos, todos acreditam na importancia do assunto, no objetivo de estimular os jovens estudantes do ensino médio, transmitindo-lhes uma visão de mundo abrangente, para que possam identificar suas potencialidades e descobrir oportunidades diferentes.

Pergunta 2:

Os professores em unanimidade, acreditam que o empreendedorismo seria uma peça chave para o desenvolvimento dos alunos, tornando-se uma nova forma de proporcionar que os estudantes sejam estimulados a despertar para uma visão mais ampla, que engloba todas as necessidades do mercado atual, fazendo deles mais proativos e comprometidos com o seu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

Pergunta 3:

No que se refere as condições do Brasil para incentivar jovens empreendedores, os professores ficaram divididos, principalmente por ser um tema atual, muitas

vezes não é tão divulgado por empresas, programas ou ações que incentivam os adolescentes, mas pode-se destacar “O Programa Nacional de Educação Empreendedora do Sebrae”, que oferece três cursos dos quais o jovem estudante do ensino médio pode participar.

7 | METODOLOGIA E/OU MATERIAL E MÉTODOS

Quanto aos objetivos essa pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, pois houve levantamento bibliográfico, entrevistas de estudantes e professores e também realização de um questionário com observação sistemática.

Para Fauze Mattar (2001), os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, estudos de casos selecionados e observação informal.

De acordo com Aaker, Kumar & Day (2004), a pesquisa descritiva, normalmente, usa dados dos levantamentos e caracteriza-se por hipóteses especulativas que não especificam relações de causalidade. Esse tipo de pesquisa, segundo Sellitz et al. (1965), busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

A presente pesquisa, quanto aos procedimentos técnicos, define-se como bibliográfica, onde utilizou-se de materiais já publicados, como livros e artigos; e também como uma pesquisa de campo, onde foi observado diretamente os estudantes e também obteve-se entrevistas com os mesmos.

Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de fornecer ao investigador um instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

Segundo José Filho (2006, p.64), “a pesquisa de campo, com o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

Quanto à sua natureza, a presente pesquisa é classificada como quantitativa, pois houve análise com os dados e informações levantadas e também qualitativa, na observação numérica das pesquisas.

Segundo Malhotra (2001), “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão

e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”. Logo, pode-se compreender que a pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo observou o interesse dos alunos em estudar empreendedorismo no ensino médio, buscou analisar suas características empreendedoras e de que maneira pode-se despertar o espírito empreendedor em cada um.

A maioria dos alunos são adolescentes, na faixa etária de 14 a 18 anos, que é a idade de muitas descobertas, curiosidades e espontaneidade, tornando-se o momento propício as escolas de aproveitarem esta vontade que eles têm em aprender e proporcionar aulas que possam trabalhar assuntos que também fazem parte do futuro de cada um.

De acordo com as respostas, foi possível diagnosticar que a maioria dos jovens tem interesse em aprofundar o estudo sobre empreendedorismo, nota-se no grupo estudado que há empolgação necessária para o desenvolvimento das atividades, pode-se observar também a carência de um estudo aprofundado com intuito de despertar a mentalidade para ações inovadoras e ampliar a visão de uma forma cíclica com relação aos mercados de atuação.

Tais ações, estimulariam o anseio dos jovens e o desenvolvimento de suas atividades, com intuito de empreender seu próprio negócio ainda na adolescência, o ambiente propiciaria uma forma de discutir junto com colegas e professores experientes, questões a respeito das constantes mudanças do mundo em que vivemos, como devemos nos colocar e buscar realizar nossos sonhos e projetos de vida.

Dessa forma, analisou-se que se as escolas de ensino médio desenvolvessem metodologias de ensino sobre empreendedorismo, estariam com jovens mais preparados para criar seu próprio negócio e até mesmo atuar no mercado de trabalho, pois haveria na bagagem o aprendizado, experiência, desenvolvimento paralelo com todas as dificuldades e adversidades que poderiam surgir.

Há de se destacar, que os professores entrevistados estariam dispostos para a condução dos trabalhos, pois enxergam a ajuda e o incentivo do governo para que as ações venham a sair do papel, observa-se que a aplicação do ensino é bem vinda por parte de professores e alunos, mas restringe-se a tomada de ações para realização desse objetivo no ensino médio.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, C. **Como despertar a capacidade empreendedora nas crianças.** Disponível em: <https://crisbortolossi.com/2015/04/08/como-despertar-a-capacidade-empreendedora-nas-criancas/> Acesso em: 29 jul. 2016.
- CAMPOS, F. **O que é o empreendedor?** Disponível em: <http://www.empreendaja.com.br/p/o-que-e-empreender.html> Acesso em: 07 jul. 2016
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- COLE, A. H. **Empreendedorismo como uma área de pesquisa.** Revista de História Econômica Complementar, n 2, p. 118-126, 1942.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001. 299 p.
- FILION, L. J. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.
- FONSECA, M. **O que o Brasil perde ao não ensinar a empreender na escola.** Disponível em: exame.abril.com.br/pme/noticias/o-que-o-brasil-perde-ao-nao-ensinar-a-empreender-na-escola Acesso em: 27 jul. 2016.
- GARTNER, W. B. **O que estamos falando quando falamos de empreendedorismo?** Revista Arriscar nos Negócios, v. 5, n. 1, p. 15-29, 1990.
- HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo.** Porto Alegre: Bookman, 1992.
- IPED. **Quando surgiu o empreendedorismo?** Disponível em: <https://www.iped.com.br/materias/gestao-e-lideranca/empreendedorismo.html> Acesso em: 07 jul. 2016
- KIRZNER, I. M. **Concorrência e Empreendedorismo.** Chicago: Chicago University Press, 1973.
- MATIAS, Alberto Borges. **Finanças corporativas de curto prazo: a gestão do valor do capital de giro.** vol. 1 São Paulo: Atlas, 2007.
- NAVARRO, L. **Torne sua postura empreendedora um estilo de vida.** Disponível em: <http://www.cloudcoaching.com.br/torne-sua-postura-empreendedora-um-estilo-de-vida/post#.V71a7pgrLIU> Acesso em: 29 jul. 2016.
- SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1949.
- SEPROSC, **Brasil perde ao não ensinar empreendedorismo nas escolas.** Disponível em: www.noticenter.com.br Acesso em 27 jul. 2016.
- STEIN M.I. **Estimular a criatividade.** Group procedures. v.2. New York, Academic Press, 1974.
- TIMMONS, Jeffrey. **Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século 21,** 1990. Adaptação da 8ª edição americana, DORNELAS, José. São Paulo: Elsevier, 2010.

CONTRIBUIÇÕES DO USO DA METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM *CHALLENGE BASED LEARNING* NO CURSO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA

Data de aceite: 19/11/2019

Bruno Silva Costa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Cultura
de Brasília

Brasília – DF

Queila Pahim da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Cultura
de Brasília

Brasília - DF

RESUMO: As metodologias ativas de ensino alcançaram maior destaque na contemporaneidade, transformando estudantes nos principais agentes de seu aprendizado. Neste artigo, apresentaremos o relato de uma experiência bem-sucedida da utilização de uma metodologia ativa, o *Challenge Based Learning* ou Aprendizagem Baseada em Desafios, aplicada em turmas do curso técnico em manutenção automotiva do Instituto Federal de Brasília. A revisão bibliográfica foi realizada por meio de pesquisas na base de dados *Web of Science*, utilizando-se palavras chave que tivessem conexão com a temática do estudo. Os resultados da experiência confirmaram aquilo que consta na literatura, apontando para a necessidade de mudanças, seja na reconfiguração de espaços de salas de aula, seja na otimização ao uso de tecnologias

ou na ressignificação da prática pedagógica do professor, que deverá ser um mediador no processo, estimulando um aprendizado ativo, proporcionando uma maior autonomia ao discente, que assume o protagonismo de construção do seu conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino-Aprendizagem; Metodologias Ativas, *Challenge Based Learning*.

CONTRIBUTIONS TO THE USE OF ACTIVE TEACHING METHODOLOGY CHALLENGE BASED LEARNING IN AUTOMOTIVE MAINTENANCE TECHNICAL COURSE

ABSTRACT: Active teaching methodologies have become more prominent in contemporary times, transforming students into the main agents of their learning. In this article, we will present a report on a successful experience of using one of active methodology, the *Challenge Based Learning*, applied in classes of the automotive maintenance technical course of the Instituto Federal de Brasília. The bibliographic review was carried out by searching the web of science database, using keywords that had a connection with the thematic of the study. The results of the experiment confirmed what is reported in the literature, pointing to the need for changes, either in the reconfiguration of classroom spaces, in the optimization of the use of technologies or in the re-signification of the

teacher's pedagogical practice, which should be a mediator in process, stimulating an active learning, providing a greater autonomy to the student, who assumes the leading role of building his knowledge.

KEYWORDS: Teaching Learning; Active Methodologies, Challenge Based Learning.

1 | INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos novas estruturas e configurações sociais surgiram, fazendo com que algumas estruturas fossem repensadas e alguns modelos redesenhados, a fim de atender às demandas da sociedade. Na contemporaneidade, o mundo vem experimentando uma pluralidade de mudanças que perpassam pelas mais variadas áreas. O processo de globalização encurtou distâncias, permitiu avanços nas ciências e possibilitou variadas formas e estratégias de construção do conhecimento.

Espaços de ensino e aprendizagem não se resumem mais apenas à escola. Todavia, para alguns, esse ainda é o único ambiente que serve como referência para produção do conhecimento. Acredita-se que uma simples combinação de fatores como, regulamentos, espaços físicos, tecnologias, pluralidade de saberes de estudantes e professores, dentre outros mais, quando estão funcionando adequadamente, são suficientes para motivar os estudantes, gerando dessa forma maior eficácia no processo de ensino-aprendizagem. Cabe destacar, nesse contexto, que embora houvesse a efetiva combinação desses fatores, ainda assim, por vezes, esses elementos não seriam capazes de minimizar a desmotivação que alguns estudantes demonstram por determinada disciplina. Nesse contexto, caberia indagar: quais fatores estão relacionados a essa desmotivação?

É possível elencar vários aspectos que ajudem a explicar as razões que levam a tal desmotivação. Um desses pode estar associado à configuração que algumas escolas apresentam para atender o perfil dos estudantes da atualidade. As salas de aulas, por exemplo, talvez seja um dos grandes obstáculos à efetivação do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo na escola pública. Não é raro deparar-se em pleno século XXI com ambientes de sala de aula que se assemelham a espaços cuja configuração é a mesma das escolas de pelo menos um século atrás.

A maneira como os currículos são desenvolvidos, sem levar em consideração o contexto no qual o estudante está inserido, bem como os saberes adquiridos através de experiências vivenciadas, deveriam servir como alguns dos elementos norteadores a serem contemplados na construção desse documento, ao invés de concentrar a preocupação em grades enrijecidas, com objetivos de aprendizagem não tão claros, muitas vezes sem conexão com a realidade e sem significado para o estudante.

Por sua vez, as tecnologias apresentam-se na atualidade como uma ferramenta que potencializa o acesso a uma diversidade e amplitude de informações. No entanto, é necessário que seu uso como ferramenta pedagógica seja precedido de planejamento, que possua clareza quanto à sua finalidade pedagógica, deixando de ser um aliado para se tornar em obstáculo no processo de aprendizagem.

Cabe também destacar lacunas na formação inicial de professores, que precisa apontar para uma realidade futura ao invés de priorizar abordagens muito presas ao passado. A quebra de paradigmas é algo que reconhecidamente não é fácil de ser alcançado. A formação tradicional oferecida pelas universidades acaba por induzir alguns dos futuros professores a reproduzirem as mesmas práticas pedagógicas vivenciadas nessa formação, que pouco se preocupa em inovar nos seus métodos.

Na escola é possível que se encontrem algumas resistências para implementação de mudanças. Uma delas diz respeito às metodologias utilizadas na prática do docente, em cuja centralidade do processo de ensino-aprendizagem não está no aluno. Esses são apenas alguns dos aspectos que a escola não consegue fazer uma leitura, por vezes desconsiderando uma realidade que a rodeia.

Assim sendo, a prática pedagógica dos docentes centrada no professor e não aluno, bem como os espaços de ensino-aprendizagem, precisa ser repensado, rompendo assim com paradigmas, adequando essas questões às necessidades dos estudantes. Desta forma, a adoção do aprendizado ativo ou “*active learning*” é apontando como uma prática pedagógica diferenciada que proporciona uma autonomia maior aos estudantes, levando-os a refletir sobre o verdadeiro significado daquilo que estão aprendendo, a partir de experiências reais que se aproximam daquelas vivenciadas no cotidiano. _

Diversos estudos apontam para melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem, quando são utilizadas metodologias ativas. O *Challenge Based Learning (CBL)* ou Aprendizagem Baseada em Desafios (ABD) é uma dessas metodologias que permitem aos alunos construir caminhos, bem como buscar meios que levem a respostas para uma determinada situação posta, partindo de uma situação problema.

Nessa perspectiva, este estudo se propõe a apresentar o relato de uma experiência de aplicação do *Challenge Based Learning (CBL)* ou Aprendizagem Baseada em Desafios (ABD), como uma ferramenta pedagógica aplicada em um curso técnico de nível médio em manutenção automotiva, avaliando o nível de aquisição de competências previamente definidas, tanto genéricas quanto específicas, relacionando os resultados alcançados pelos estudantes com o desafio de intervenção proposto no projeto.

A revisão bibliográfica foi realizada na base de dados “*Web of Science*”, a partir da busca de termos como “teaching AND learning” e “active learning”, que possibilitou

o acesso a diversas publicações. O foco da pesquisa nessa base foi investigar como a literatura tem abordado as contribuições proporcionadas para a aprendizagem do estudante, quando são utilizadas metodologias ativas. Os resultados encontrados permitiram um aprofundamento sobre conceitos e características da aprendizagem ativa, bem como, foi possível identificar quais dificuldades se apresentam no contexto educacional para adoção desse tipo de metodologia.

2 | ENSINO E APRENDIZAGEM

Os educadores, tendem a pensar que ensinar é um simples ato relacionado a professores e que são eles quem exercem o papel mais importante no processo de ensino-aprendizagem, o de ensinar. De acordo com Miño Puigercós et. al. (2019), o papel do professor pode ser categorizado em tradicional, quando centrado no docente ou moderno quando centrado no aluno. Mas, de acordo com Sequeira (2012), a principal parte no processo educacional são os alunos e o que eles aprendem. Para ancorar a abordagem sobre esta temática, recorreu-se a base de dados *Web of Science* fazendo uma busca a partir da expressão “*teaching and learning*”. De posse das 24.172 publicações encontradas, delimitou-se a escolha para os seguintes tipos de documentos: *article*, *proceedings paper*, *book review e review*, totalizando 23.283 resultados. Na etapa posterior, optou-se pela análise das 5 referências mais citadas e das 5 mais recentes.

Sequeira (2012), afirma que a aprendizagem diz respeito a uma mudança trazida pelo desenvolvimento de uma nova habilidade, que é a modificação de uma atitude. A aprendizagem é uma mudança geralmente provocada de maneira intencional. Quando alguém participa de um curso ou realiza uma pesquisa em um livro ou documento, isso pode caracterizar-se como um processo de partida rumo à aprendizagem. Outra forma que a aprendizagem pode acontecer, segundo destaca Sequeira (2012), é aquela que ocorre sem planejamento, como uma experiência. Prossegue esse autor afirmando que geralmente há um elemento intrínseco em cada um que deseja lembrar e entender a razão das coisas acontecerem, servindo então como aprendizado para que se faça melhor em outra oportunidade.

Neste contexto, cabe uma reflexão sobre como se efetiva o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Garet et al. (2001), ensino é um conjunto de episódios que pertencem ao mundo exterior dos alunos, sendo esses acontecimentos aqueles que apoiam o processo interno de aprendizagem. Para esse autor, a aprendizagem é interna aos discentes, que necessitam estar motivados para aprender.

Miño Puigercós et. al. (2019), realizaram um estudo com a implementação do projeto “*Do it Yourself in Education: expanding digital competence to foster Student*

Agency and collaborative learning, (DYTlab)”- ou simplificando a tradução para o português, “Faça você mesmo na Educação: expandindo a competência digital para promover a Agência Estudantil e aprendizagem colaborativa” em escolas de ensino fundamental e médio da Espanha, Finlândia e República Tcheca.

O foco principal do estudo foi incorporar modalidades de aprendizado relacionadas à cultura do “Faça Você Mesmo”, formuladas a partir de contextos informais dos estudantes, fomentando a criatividade, a colaboração, a auto regulação, a autoria e o uso crítico da tecnologia digital através da criação de uma plataforma digital aberta (<http://hub.diylib.eu>), que compartilhava as produções audiovisuais dos alunos. Nessa experiência, os professores atuaram como facilitadores, contribuindo, segundo resultados da pesquisa, para o aumento da aprendizagem dos discentes. A implementação do projeto foi avaliada através de um processo de ação participativa de todos envolvidos: pesquisadores, docentes, administradores e estudantes, a fim de tornar sustentável melhorias em cada contexto institucional.

Esses pesquisadores concluíram nesse estudo que o aprendizado individual é diferente e cada um aprende em seu próprio ritmo. Conseguiram também identificar que alunos com ritmos cognitivos mais lentos, necessitam de maior atenção do professor.

3 | A APRENDIZAGEM ATIVA

A revisão bibliográfica foi realizada na base de dados “*Web of Science*”, cujo ponto de partida inicial foi a busca do termo “*teaching and learning*”. De posse das 24.148 publicações encontradas, delimitou-se a busca com o termo “*active learning*” que gerou o quantitativo de 495 publicações, sendo publicados de 1992 a 2018. Como critério de seleção, foram analisados os cinco artigos mais citados e os cinco mais recentes. A leitura desses documentos permitiu um aprofundamento relacionado a conceitos, características, além dos obstáculos enfrentados e os resultados alcançados com a adoção do ensino ativo como método pedagógico.

A análise dessas publicações constatou que as pesquisas sobre a utilização e eficácia da aprendizagem ativa concentram-se nos cursos de graduação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (PRINCE, 2004; FREEMAN, et al., 2014). Outra possibilidade apontada nos trabalhos é a aplicação em outras áreas e níveis da educação, como, por exemplo, aprender sobre a mitologia grega, em turmas de alunos de História do nível fundamental, por meio da aplicação de um jogo educativo ou gamificação, objetivando aumentar interesse sobre o tema (EVANGELOPOULOU; XINO GALOS, 2018).

Grover, Sood e Chaudhary, (2018) apresentam os resultados de uma experiência

em um curso de especialização em medicina cujo objetivo era o de compreender as características clínicas de vários tipos de anemia. Para tanto, utilizaram o método de ensino e aprendizagem assistidos por pares, como forma de motivar e despertar maior interesse dos alunos, além de envolver professores. Wallace, et al., (2018), relatam os ganhos na aprendizagem com base numa experiência de mensuração de aprendizagem de astronomia, realizada por alunos universitários que usaram estratégias de aprendizagem ativa em pelo menos 25% do tempo.

Prince (2004), destaca que o aprendizado ativo polariza o corpo docente da engenharia, sendo vista por alguns como uma mudança radical da instrução tradicional e considerada por outros apenas como um modismo passageiro. Para alguns docentes, ainda restam dúvidas sobre o que é o *active learning* e como ele difere de metodologias tradicionais em engenharia. Parte desses professores considera a realização de tarefas em casa ou em laboratório como um ensino “ativo”. Esse conflito de entendimento fica mais evidenciado quando se analisa a percepção que alguns docentes de engenharia têm sobre como as formas comuns de aprendizado ativo diferem umas das outras. Segundo o estudo, a maioria não está inclinada a buscar na literatura educacional respostas para essas dúvidas.

Michael (2006), aponta preocupações com uma aprendizagem significativa para o aluno, citando a publicação de “Uma nação em risco: o imperativo para Reforma” da Comissão Nacional de Excelência em Educação dos Estados Unidos, que foi apenas o primeiro de muitos pedidos de reforma da educação científica para o ensino fundamental e médio naquele país. Esse autor corrobora com a crítica feita por Volpe (1984), que a comunidade em geral tem com relação aos resultados da ciência. Neste estudo, a autor aponta que na opinião da sociedade, os resultados insatisfatórios alcançados pela ciência devem-se ao sistema educacional dos Estados Unidos. Segundo afirmação dele, a incapacidade dos alunos de apreciar o escopo, o significado e as limitações da ciência refletem o currículo orientado a modelos convencionais de aula, com ênfase em aprendizagem passiva. Nesse contexto, o papel do aluno era o de anotador passivo sendo um mero repetidor e memorizador de conteúdos.

Na década de 1980, Volpe (1984), já afirmava que urgia a necessidade de implementação de um programa educacional no qual os alunos demonstrassem interesse na aprendizagem ativa, em vez de ficarem passivamente acreditando. Aparentemente, pouco mudou de lá para cá, pois percebeu-se que as metodologias atuais são reproduções de modelos ancorados na pedagogia tradicional.

No século XXI, apresenta-se um debate mais aprofundado com relação ao papel do estudante, que sai de uma condição de suposta passividade para atuar como protagonista no processo de aprendizagem. A literatura aponta que o ensino ativo permite a flexibilidade de escolha de um dentre variados métodos, que colocam o

estudante numa condição de protagonismo no processo de sua aprendizagem. Nessa perspectiva, as conhecidas técnicas clássicas de ensino normalmente adotadas pelo ensino tradicional perdem espaço para métodos que propiciam maior autonomia ao estudante. Com isso, busca-se desenvolver habilidades nos estudantes alicerçada numa prática de ensino que os leve à resolução de problemas, num cenário de mundo real ou muito próximo a isso.

De acordo com Oloughlin (1992) são muitos os benefícios trazidos pelas metodologias ativas em sala de aula, mas o principal deles é a transformação na forma de conceber o aprendizado, ao possibilitar ao aluno pensar de maneira diferente, bem como resolver problemas conectando ideias que, em princípio, parecem desconectadas.

Portanto, romper com os paradigmas do modelo tradicional é um dos desafios que se apresenta na contemporaneidade. Dessa forma, o ensino deve ser centrado no estudante, fazendo com que ele desenvolva habilidades cognitivas e que seja capaz de solucionar problemas. Nesse contexto, assume relevância o método do *Challenge Based Learning (CBL)* ou Aprendizagem Baseada em Desafio (ABD).

4 | CHALLENGE BASED LEARNING (CBL) OU APRENDIZAGEM BASEADA EM DESAFIO

Mitre et al., (2008) explicam que as metodologias ativas utilizam a problematização como estratégia de ensino-aprendizagem, com o objetivo de alcançar e motivar o discente, pois diante do problema, ele se detém, examina, reflete, relaciona a sua história e passa a ressignificar suas descobertas. Segundo esses autores, a problematização pode levar o aluno ao contato com as informações e à produção do conhecimento, principalmente, com a finalidade de solucionar possíveis impasses e promover o seu próprio desenvolvimento.

Neste contexto, inclui-se o *Challenge Based Learning (CBL)* ou Aprendizagem Baseada em Desafios (ABD), que fornece condição efetiva para aprender enquanto se resolvem questões do mundo real, através de um sistema colaborativo e prático onde todos os envolvidos - alunos, professores, gestão escolar, família, comunidade - criam perguntas, desafios e propostas para a resolução de problemas e/ou situações do cotidiano, cujo objetivo principal é o de encontrar soluções. De acordo com o Guia CBL (2016), ao dedicar-se à resolução desses desafios, os participantes desenvolvem suas habilidades sociais, afetivas, cognitivas, sensoriais, emocionais, dentre tantas outras requeridas do profissional do século XXI.

Moresi et. al. (2018, p. 72), destacam que o uso do CBL é capaz de proporcionar resultados positivos no processo de aprendizagem dos estudantes, pois apresenta as seguintes características:

estrutura flexível e personalizável que pode ser implementada como uma pedagogia orientadora ou integrada a outras abordagens progressivas de aprendizado; um modelo escalável com múltiplos pontos de entrada; um sistema livre e aberto sem ideias, produtos ou assinaturas proprietárias; um processo que coloca todos os estudantes em atividade e responsáveis pelo aprendizado; um ambiente autêntico para atender aos padrões acadêmicos e estabelecer conexões mais profundas com o conteúdo; um foco em ideias globais, desafios significativos e o desenvolvimento de soluções locais; uma relação autêntica entre disciplinas acadêmicas e experiências do mundo real; uso final da tecnologia para pesquisar, analisar, organizar, colaborar, criar redes, comunicar, publicar e refletir; uma maneira de documentar e avaliar o processo de aprendizado e os produtos resultantes; um ambiente para reflexão profunda sobre ensino e aprendizagem.

Gonzalez et al. (2017), aplicou o *CBL* em sua pesquisa, dividindo uma turma de estudantes em grupos que eram estimulados pelo *PLA* (Performance Learning Activity). Os alunos eram confrontados com um desafio e utilizando-se de experiências pessoais e recursos internos e externos, desenvolveram um plano para encontrar a melhor resolução. As fases do projeto consistiam em *Performance* (P) ou Desempenho: aluno guiado por um profissional ou situação de treinamento a fim de obter um resultado relacionado a um desafio; *Learning* (L) ou Aprendizagem: com o objetivo de dominar as habilidades, conhecimentos, atitudes e valores que surgem das competências do programa; *Activity* (A) ou Atividade: processo de aprendizagem guiado por uma atividade de avaliação contínua. Cada etapa continha um desafio que estimulava as competências elencadas como necessárias ao aprendizado para aquela situação. As avaliações e reflexões feitas pelos autores concluíram que o projeto *PLA* proporcionou a obtenção de um aprendizado com qualidade em várias áreas, sem perder o foco na especificidade de cada conteúdo.

Dessa forma, observa-se que o uso do *CBL* cria a oportunidade de romper com a estrutura hierárquica que caracteriza os tradicionais ambientes de aprendizagem. Nesse novo cenário, Nichols, Cator, e Torres, (2016), destacam que o uso desse tipo de metodologia não tira a responsabilidade dos professores, tão pouco a importância desse profissional no processo, pois os docentes continuam ensinando, mas gozando de liberdade de também poderem aprender com seus próprios alunos. Além dessas questões, esses autores mostram que o trabalho dos professores fica menos pesado, já que a proposta é instigar os estudantes a estarem mais envolvidos, compartilhando esforços, responsabilidades e resultados.

5 | USO DE METODOLOGIA ATIVA - UMA APLICAÇÃO PRÁTICA

Este estudo apresenta o relato de uma experiência de aplicação de uma ferramenta pedagógica denominada Aprendizagem Baseada em Desafios (ABD) ou *Challenge Based Learning* (*CBL*), desenvolvido em uma disciplina do curso técnico de nível médio em manutenção automotiva do Instituto Federal de Brasília.

Nesse curso são abordados aspectos relacionados à Gestão da Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho, além de outras disciplinas que compõem a estrutura curricular. Para alcance dos objetivos, procurou-se avaliar o nível de aquisição de competências, sejam estas genéricas ou específicas, alcançadas pelos estudantes, que foram demandados a identificar um problema possível de ocorrer em um determinado setor de uma empresa, para posteriormente levantar e propor soluções que pudessem ser implementadas com vistas à correção desse problema.

O projeto desenvolvido nessa disciplina previu que os alunos construíssem e apresentassem um documento denominado “Procedimento Operacional Padrão - POP”. Na proposta deveria conter a descrição detalhada (passo a passo) de uma tarefa ou atividade realizada de forma rotineira por um setor de uma empresa. De forma sucinta, esse documento é construído e instituído com a finalidade de se tentar estabelecer uma uniformidade nos procedimentos, onde cada setor procura detalhar a maneira como as tarefas devem ser realizadas, buscando uma uniformidade na realização dos serviços.

O desafio consistiu na construção e apresentação desse documento, como resultado de um estudo realizado pelos estudantes, com a finalidade de contribuir com a otimização de um dos processos numa determinada empresa. Importante destacar que cada equipe deveria identificar uma tarefa distinta, para então construir o POP. Para o alcance desse objetivo, os alunos foram divididos em equipes, cujos critérios de composição de cada uma delas ficou sob a responsabilidade deles. As equipes teriam que seguir o seguinte roteiro: mapeamento e escolha de uma oficina mecânica para realização do trabalho; definição sobre qual tarefa deveria ser observada; identificação de como era realizado o procedimento dessa tarefa na empresa; registro de cada uma das etapas desse procedimento; identificação de possíveis inconsistências no procedimento; identificação dos aspectos que estavam em desacordo com a legislação; elaboração de uma proposta de Procedimento Operacional Padrão (POP) para a tarefa objeto de observação; e por fim, socialização e avaliação dos resultados.

A expectativa dos professores da disciplina era que os estudantes buscassem de forma autônoma o percurso que julgassem mais adequado para o atingimento dos objetivos, evidenciando-se assim o desenvolvimento de uma habilidade de tomada de decisões. Foram atribuídas notas para cada etapa do trabalho, à medida que os objetivos parciais iam sendo alcançados. A apresentação desses resultados deveria seguir o cronograma de atividades previsto no projeto. Outro aspecto a ser destacado diz respeito à forma como esses estudantes interagiram com a bibliografia proposta. Cada equipe buscou na literatura aprofundamento nos conteúdos que mais tinham conexão com a área correlata ao desafio proposto, não dispensando evidentemente a necessidade de leituras complementares.

Na etapa final, esses resultados deveriam ser sistematizados e a partir de então seria construída uma proposta, apontando lacunas que foram levantadas na etapa de observação e quais as possíveis contribuições poderiam ser apresentadas em forma de *feedback* para a empresa na qual foi realizada a observação. Como um dos critérios de avaliação, os professores analisaram os resultados alcançados em cada uma das etapas de execução da atividade, desenvolvida pelos estudantes, bem como as conexões que eles conseguiam fazer com os conteúdos trabalhados. A expectativa em termos de alinhamento com o projeto era de que cada uma das equipes pudesse demonstrar como os conteúdos relacionados às áreas de Gestão da Qualidade, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho foram contemplados no trabalho.

Na primeira turma analisada os resultados apontaram um elevado nível de motivação daqueles que apresentaram os resultados do projeto participantes. Do total de 27 alunos que cursaram a disciplina, foram registradas 9 desistências. Os resultados das avaliações do projeto nessa turma variaram de 49,4% a 86,8% da nota máxima. Segundo relatos de alguns alunos, o ser humano aprende mais quando é desafiado. Na opinião desses, não faria qualquer sentido concluir uma disciplina sem ter vivenciado uma situação que se assemelhasse com aquelas que provavelmente irão deparar-se ou já enfrentam no exercício da profissão.

Na segunda turma avaliada, havia 18 participantes. Desses, apenas 2 não apresentaram os resultados finais do trabalho sob a alegação de ausência de uma liderança capaz de conduzir a equipe ao atingimento do objetivo. Os demais obtiveram percentuais que variaram de 63% a 91% da nota máxima.

Durante o processo de avaliação, os testemunhos dos alunos revelaram uma forte conexão dos aspectos teóricos com a atividade prática trabalhados ao longo da disciplina. No entanto, cabe destacar que nessa turma o nível de dificuldade para compreensão da proposta foi bastante elevado quando comparado à primeira. Isso talvez tenha ocorrido em razão da dificuldade que os professores tiveram ao longo do semestre em discutir e materializar propostas de integração de conteúdos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Aprendizagem Baseada em Desafios gera a expectativa de que os alunos estejam ativamente envolvidos no desafio que lhes é proposto. Quando os estudantes percebem mais sentido na aprendizagem, maior seu nível de envolvimento segundo destacam Nichols, Cator e Torres (2016).

Percebeu-se que a utilização desse método, foi capaz de propiciar uma aprendizagem na qual os estudantes conseguiram entender o sentido das teorias em situações reais, cujo foco das abordagens não se resumiu à abstração intelectual,

mas uma reflexão da *práxis* educativa como resultado da sua aplicação.

Nessa experiência, observou-se que os estudantes demonstraram uma melhor compreensão sobre os conteúdos trabalhados ao longo da disciplina, comprovando a aquisição das competências exigidas na disciplina. O nível de engajamento dos estudantes nessas turmas foi mais acentuado quando comparado a outras, cujas abordagens não aconteceram mediante utilização de métodos ativos de aprendizagem. Essa é uma questão destacada por Karin (2010), ao afirmar que é perceptível maior envolvimento dos estudantes quando são utilizados métodos de ensino-aprendizagem que propiciam ao estudante chegar a respostas da solução de um determinado problema, mediante experiências que se aproximam de casos reais.

Outro aspecto a destacar na metodologia *CBL* é como elementos da teoria estabeleceram um diálogo com a prática. Os conteúdos quando abordados por meio de problemas de forma contextualizada, permitiu maior integração e interdisciplinaridade de conhecimentos. Nesse contexto, evidenciou-se a necessidade de uma compreensão mais profunda por parte dos diversos atores quanto ao uso das metodologias ativas, que não dispensa a utilização de teorias, mas procura dar sentido a elas de modo mais prático. Trata-se de uma mudança de natureza cultural, seja por parte de alguns professores, alunos, como também membros da gestão, que por vezes oferecem resistências quanto à sua aplicação. Portanto, a quebra de paradigmas no contexto escolar, apresenta-se como um dos obstáculos a serem enfrentados.

Contudo, não se defende aqui que a efetivação do processo de aprendizagem acontece apenas quando são desenvolvidas metodologias ativas de ensino, mas sua utilização como ferramenta pedagógica aumenta o estímulo dos estudantes nas atividades, tornando-os mais engajados nos desafios em busca da resolução de problemas. A resultante desse processo pode ser percebida quando utilizados outros métodos, conforme destacam Gonçalves et al. (2017, p. 1133):

Metodologias tradicionais de ensino com aulas expositivas, apesar de capazes de fornecer uma boa base teórica, nem sempre expõem os alunos a aplicações práticas significativas dos conceitos que aprenderam, nem trabalham habilidades técnicas ou processuais específicas, tornando o conhecimento passível de esquecimento ou dificultando a sua aplicação em contextos reais.

Vários são os aspectos que podem caracterizar o processo de ensino-aprendizagem como métodos ativos. Para que esses métodos possam ser implementados é necessário que haja clareza, além de domínio de técnicas apropriadas para sua aplicação. Para tanto, a utilização dessa ferramenta requer planejamento adequado, aliando tecnologias educacionais a ambientes interativos, como também clareza quanto aos objetivos de aprendizagem pretendidos, de tal forma que a conjugação desses elementos possibilite a partilha e a efetivação da

aprendizagem.

Por fim, a aceitação quanto ao uso dessas metodologias é um processo que deve acontecer naturalmente, jamais sendo colocado de forma impositiva ou como algo que resolverá todas as lacunas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem. Contudo, sua correta utilização pode, conforme destacam Huber e Krein (2008), contribuir para uma aprendizagem com mais sentido na formação do estudante, não limitando-o a ser um mero acumulador de teorias.

REFERÊNCIAS

- EVANGELOPOULOU, O.; XINOGALOS, S. Mith troubles: An Open-Source Educational Game in Scratch for Greek Mythology. **Simulation & Gaming**, v. 49, p. 72-91, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322082550_MYTH_TROUBLES_An_Open-Source_Educational_Game_in_Scratch_for_Greek_Mythology>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- FREEMAN, S.et.al. Active learning increases student performance in science, engineering and mathematics. Disponível em: <<http://www.pnas.org/content/111/23/8410>>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- GARET, M.S.; PORTER, A.C; DESIMORE, L. ET AL. What makes professional development effective? Results from a national sample of teachers. **American Educational Research Journal**. v. 38, n. 4, p. 915-945, 2001. Disponível em: <https://www.air.org/sites/default/files/downloads/report/aera_designing_0.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- GONÇALVES, M. D.; SOUZA, S. M.; BARROS, F. L. F.; BITTENCOURT, R. A. Percepções Sobre Metodologias Ativas de Aprendizagem de Programação no Ensino Profissionalizante. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 2017, Recife. **Anais...** Porto Alegre: SBC, 2017. p. 1132-1141.
- GONZALEZ, L; GIRONA, C; PASTOR, L.; MERINO, M. Challenge Based Learning designer in Higher Education: a new context for learning beyond competency approach. In: In: European Distance and e-learning Network, 26, 2017, Jönköping. **Proceedings...** Budapest: EDEN, 2017.
- GROVER, S.; SOOD, N.; CHAUDHARY, A. Student perception of peer teaching and learning in pathology: A qualitative analysis of modified seminar fishbowls, and interactive classroom activities. **Indian Journal of Pathology and Microbiology**, v. 61, n. 4, p. 537-544, 2018. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/30303144>>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- MIÑO PUIGERCÓS, R.; DOMINGO COSCOLLOLA, M.; SANCHO GIL, J. Transforming the teaching and learning culture in higher education from a DIY perspective. **Educación XXI**, v. 22, p. 139-160, 2019. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/educacionXX1/article/view/20057/18460>>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- MITRE, S. M.; SIQUEIRA-BATISTA, R.; GIRARDIDE MENDONÇA, J. M.; MORAIS-PINTO, N. M.; MEIRELLES, C.A.B.; PINTO-PORTO, C.; MOREIRA, T.; HOFFMANN, L. M. A. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, 2008.
- MICHAEL, J. Where's the evidence that active learning works? **Advances in Physiology Education**, v. 30, n. 4. p. 159-167, 2006.
- MORESI, E. A. D., BARBOSA, J. A., BRAGA FILHO, M. O. O emprego da metodologia Aprendizado Baseado em Desafios na elaboração da revisão de literatura. In: CONGRESSO DE AVALIAÇÃO QUALITATIVA, 7º, 2018. Lisboa. **Anais...** Lisboa: CIAQ, 2018, v. 1, p. 69-78.

NICHOLS, M., CATOR, K., and TORRES, M. **Challenge Based Learner User Guide**, 2016. Redwood City, CA: Digital Promise.

OLOUGHLIN, M. Rethinking science education beyond piagetian constructivism toward a sociocultural model of teaching and learning. **Journal of Research in Science Teaching**, v. 29, n. 8, p. 791-820, 1992. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/tea.3660290805>. Acesso em 30 nov. 2018.

PRINCE, M. Does active learning work? A review of the research. **Journal of engineering Education**, v. 93. Edição 3, p 223-231, 2004. Disponível em: <http://www4.ncsu.edu/unity/lockers/users/f/felder/public/Papers/Prince_AL.pdf> Acesso em: 29 nov. 2018.

SEQUEIRA, A.H. **Introductions to concepts of teaching and learning**. 2012. Disponível em:<<file:///C:/Users/ifb/Downloads/SSRN-id2150166.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2018.

WALLACE, C. S.; CHAMBERS, T. G.; PRATHER, E. E. Item response theory evaluation of the Light and Spectroscopy Concept Inventory national data set. **Physical Review Physics Education Research**, v.14, n. 010149, 2018. Disponível em:< <https://eric.ed.gov/?id=EJ1182551>>. Acesso em: 30 nov., 2018.

VOLPE, E.P. **The shame of science education**. Am Zoologist. v. 24, p.433–441, 1984.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VIA RÁDIO E REDES SOCIAIS COMO FOMENTADORA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Data de aceite: 19/11/2019

Jéssica Alves da Motta

Universidade Federal do Pampa
Santana do Livramento – RS

Danielle Rosa Nascimento

Universidade Federal do Pampa
São Gabriel – RS

Ana Júlia Teixeira Senna Sarmento Barata

Universidade Federal do Pampa
São Gabriel – RS

RESUMO: Buscando o cumprimento do princípio da indissociabilidade, o presente trabalho teve como objetivo realizar ações de comunicação e extensão em rádio e redes sociais, debatendo temas relacionados à Universidade e aos seus cursos, despertando a comunidade, rural e urbana, para temas contemporâneos emergentes. O trabalho justificou-se pela necessidade de interação entre a Unipampa e a comunidade local e regional. As ações de comunicação e extensão foram realizadas, mensalmente, em segundas-feiras, às 14 horas, em uma rádio local do município de São Gabriel-RS e transmitida ao vivo no facebook. Na primeira etapa foram escolhidos os temas prioritários a serem debatidos. Na sequência foram realizadas pesquisas bibliográficas em cada um destes temas a fim de se criar

roteiros na forma de perguntas e respostas, que serviram como guia no momento da participação nos programas. Os roteiros foram ensaiados e cronometrados, a fim de corrigir eventuais erros e possibilitar uma maior fluência. Após o ensaio, docentes, discentes e técnicos administrativos participaram de programas de rádio, transmitidos também ao vivo no facebook. Os temas apresentados envolveram a estrutura física e acadêmica da Unipampa Campus São Gabriel; as formas de ingresso; temas relevantes, como solos e resíduos eletrônicos e oleosos; e ainda projetos desenvolvidos pelo campus. Considera-se que o trabalho levou até a comunidade, rural e urbana, temas contemporâneos emergentes. Espera-se que os temas abordados esclareçam a população com informações técnicas e científicas que auxiliem no cotidiano. Destaca-se que os membros do projeto buscaram ser criativos na escolha dos temas e hábeis na prática da comunicação para assim atrair a atenção dos ouvintes. Percebeu-se que a população recebeu bem a proposta do projeto visto que interagiu pelas redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; extensão; ciência; rádio; redes sociais

UNIVERSITY EXTENSION VIA RADIO AND
SOCIAL NETWORKS AS A PROMOTER OF
SCIENTIFIC DISCLOSURE

ABSTRACT: Seeking to comply with the principle of inseparability, the present work aimed to carry out communication and extension actions in radio and social networks, debating themes related to the University and its courses, awakening the community, rural and urban, to emerging contemporary themes. The work was justified by the need for interaction between Unipampa and the local and regional community. The communication and extension actions were held monthly, in Mondays at 2 pm, on a local radio in the city of São Gabriel-RS and broadcast live on facebook. In the first stage the priority themes to be debated were chosen. Subsequently, bibliographic research was carried out on each of these themes in order to create question and answer scripts that served as a guide when participating in the programs. The scripts were rehearsed and timed in order to correct any errors and enable greater fluency. After the rehearsal, teachers, students and administrative technicians participated in radio programs, also broadcast live on facebook. The themes presented involved the physical and academic structure of Unipampa Campus São Gabriel; the forms of admission; relevant topics such as soil and electronic and oily waste; and projects developed by the campus. The work is considered to have brought to the community, rural and urban, emerging contemporary themes. It is expected that the topics addressed clarify the population with technical and scientific information that help in daily life. It is noteworthy that the project members sought to be creative in choosing the themes and skilled in communication practice to attract the attention of listeners. It was noticed that the population welcomed the project proposal as it interacted through social networks.

KEYWORDS: Communication; extension; science; radio; social networks

1 | INTRODUÇÃO

O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 fixa que as Universidades, usando de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, deverão cumprir com a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 1988).

A extensão, como um destes três pilares, é o que mais se aproxima da sociedade, sendo capaz de contribuir para o desenvolvimento regional ao intervir na criticidade e autonomia da população por meio da produção do conhecimento (NAVES, 2015). A extensão universitária articula Ensino e Pesquisa, objetivando uma ação transformadora entre a universidade e a sociedade (RODRIGUES, 2003).

Nesse sentido, as mídias se configuram como importantes instrumentos para que a extensão cumpra com seus objetivos. Através da mídia é possível alavancar a educação, pois ela se constitui em um instrumento para que a sociedade possa ter acesso ao conhecimento, contribuindo assim para o estabelecimento da igualdade social, reforçando a cidadania e a democracia (CARDOSO; SOUSA; MONTEIRO, 2015; SOUZA; GIGLIO, 2015).

Pode-se destacar o potencial de duas mídias: rádio e redes sociais. O Rádio,

especialmente, por ser o primeiro meio amplamente utilizado por nossa sociedade, e ainda permanecer sendo acessível, barato, simples de usar e capaz de levar qualquer mensagem a qualquer lugar em qualquer tempo, mesmo em locais sem acesso a eletricidade (CARDOSO; SOUSA; MONTEIRO, 2015). E as redes sociais por representarem um movimento mundial de produção de mídia digital, aberta, livre e voluntária, que se organiza em um sistema sem fins lucrativos e que possui uma dimensão internacional (SOUZA; GIGLIO, 2015).

Nesse sentido, buscando o cumprimento do princípio da indissociabilidade, o presente trabalho tem como objetivo realizar ações de comunicação e extensão em rádio e redes sociais, debatendo temas relacionados à Universidade e aos seus cursos, despertando a comunidade, rural e urbana, para temas contemporâneos emergentes.

O trabalho justifica-se pela necessidade de interação entre a Unipampa e a comunidade local e regional, através da prática da comunicação e extensão com a participação dos alunos, professores e técnicos em ações extensionistas.

2 | METODOLOGIA

As ações de comunicação e extensão foram realizadas, mensalmente, nas segundas-feiras às 14 horas, em uma rádio local do município de São Gabriel-RS e transmitida ao vivo no facebook. Docentes, discentes e técnicos administrativos participaram falando sobre temas de sua área de atuação na Universidade e a pertinência destes temas para a comunidade gabrielense.

Na primeira etapa foram escolhidos os temas prioritários a serem abordados nos programas de rádio. Na sequência foram realizados levantamentos bibliográficos, em artigos científicos, livros e pesquisa na internet. Após o levantamento de dados e informações sobre os temas, foram elaborados roteiros, na forma de perguntas e respostas, que serviram como guia no momento da participação nos programas.

Na sequência, os roteiros foram ensaiados e cronometrados, a fim de corrigir eventuais erros e possibilitar uma maior fluência. Após o ensaio, os grupos participaram de programas de rádio, transmitidos também ao vivo no facebook.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro programa (Figura 1) tratou-se da estrutura física e acadêmica do Campus São Gabriel. Discorreu-se sobre os cursos de graduação e pós-graduação, laboratórios e corpo docente. Além disso, tratou-se das problemáticas relacionadas as instalações do campus, como trevo de acesso inadequado, estacionamento precário e prédios, acadêmico 2 e casa do estudante, inacabados.



Figura 1 - Coordenadores acadêmico e administrativo expõem a estrutura física e acadêmica do campus São Gabriel

Fonte: Autores, 2018.

Destaca-se a importância de debater estes temas pelo fato de que o campus São Gabriel está distante geograficamente do centro do município, fazendo com que a maioria da população desconheça a realidade da instituição.

O segundo programa (Figura 2) referiu-se aos cursos e as formas de ingresso na Unipampa. A divulgação dessa temática se faz necessária para que a população da cidade, conhecendo a universidade, desperte interesse e saiba como proceder para ingressar na acadêmica.



Figura 2 - Equipe diretiva e secretaria acadêmica divulgando os cursos e a forma de ingresso na Unipampa

Fonte: Autores, 2018.

No terceiro programa (Figura 3) abordou-se a energia solar. Justifica-se a necessidade de tratar este tema devido a crescente demanda da população por esse tipo de energia renovável. O assunto já debatido nos cursos do campus São Gabriel foi levado até a comunidade com a preocupação de informar sobre o que se trata, as legislações pertinentes, as formas de acesso, as vantagens econômicas e ambientais, dentre outros aspectos.

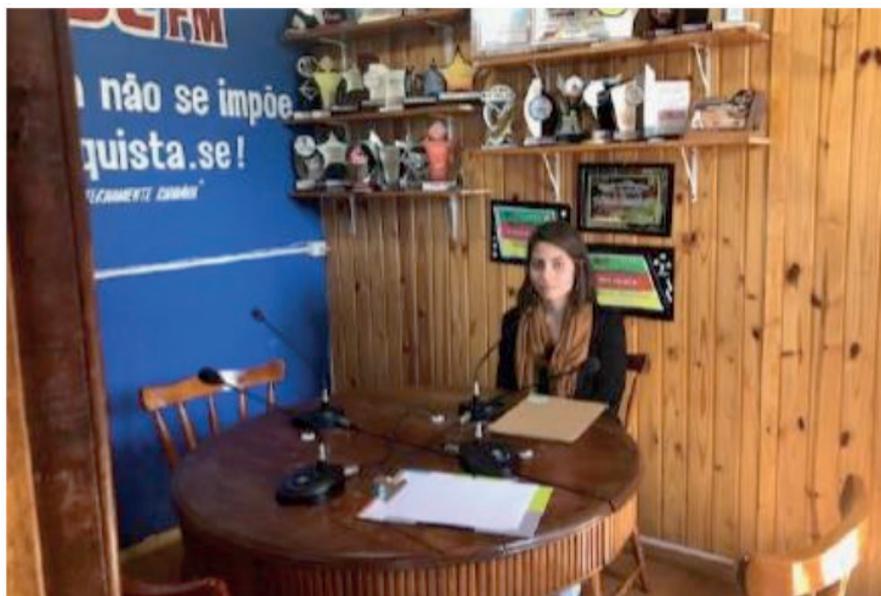


Figura 3 - Discente disseminando o tema energia solar

Fonte: Autores, 2018.

O quarto programa (Figura 4) apresentou a problemática dos resíduos de óleo de fritura e as atividades do projeto de extensão sobre solos, desenvolvido por uma docente nas escolas do município.



Figura 4 - Docente e discente divulgando os temas solos e resíduos de óleo de fritura

Fonte: Autores, 2018.

Hoje a questão dos resíduos oleosos é presente na vida da população, visto que o preparo de alimentos através da fritura é amplamente utilizado. Este roteiro preocupou-se em alertar sobre o impacto que esses resíduos causam sobre o ambiente e à própria comunidade, as possíveis formas de reciclagem e os pontos de coleta disponíveis no município.

No que diz respeito ao projeto de solos, tratou-se da forma como este é desenvolvido, quem participa, o tempo de duração, as experiências vivenciadas e, principalmente, a importância de levar o trabalho da universidade até a população.

O quinto programa (Figura 5) expôs a problemática dos resíduos eletrônicos, que constantemente causam dúvidas na população sobre como proceder para o descarte correto. O programa informou a comunidade sobre a realidade do consumo de eletrônicos no país, os impactos do descarte inadequado, bem como as maneiras corretas de o fazê-lo. Destacou-se, durante o programa, os pontos de coleta presentes no município de São Gabriel - RS.



Figura 5 - Discente e docente expõem a problemática dos resíduos eletrônicos

Fonte: Autores, 2018.

O sexto programa (Figura 6) apresentou à comunidade dois projetos, são eles:

- a) **”Música na Universidade”** – que oportuniza que docentes, discente, técnicos e população em geral tenham acesso à música. O grupo idealizador do projeto se reúne semanalmente para ensino da musica e troca de experiências;
- b) **”Oliveira Silveira: o poeta da consciência negra”** – que busca disseminar para a população gabriellense a importância do poeta para a cultura afro brasileira.



Figura 6 - Docente, técnico e discente apresentando os projetos

Fonte: Autores, 2019.

Até o presente momento estes foram os temas abordados, com considerável interação da população através das redes sociais. Destaca-se que foi solicitado aos participantes que realizem os programas semanalmente, para que assim a população reconheça a presença da universidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho levou até a comunidade, rural e urbana, as atividades desenvolvidas na universidade com temas contemporâneos emergentes. Espera-se que os temas abordados esclareçam a população com informações técnicas e científicas que auxiliem no cotidiano.

Os membros do projeto buscaram ser criativos na escolha dos temas e hábeis na prática da comunicação para assim atrair a atenção dos ouvintes.

Percebeu-se que a população recebeu bem a proposta do projeto visto que

interagiu pelas redes sociais. Dessa forma, pretende-se nas próximas etapas realizar um *feedback* dos comunicadores da rádio e de seus ouvintes (comunidade), para detectar os temas que se destacaram e as dúvidas e curiosidades que poderão ser sanadas nos próximos programas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

CARDOSO, A. B., SOUSA, R. R.; MONTEIRO, D. F. B. Estudo qualitativo dos principais atributos que determinam a percepção de qualidade de um programa de rádio educativo universitário conduzido por alunos do programa de educação tutorial do curso de Administração. **Revista Multiface**, Belo Horizonte, v. 3, p. 4-18, 2015.

NAVES, E. T. Fazer-saber: reflexões sobre a função acadêmica da extensão universitária. **Revista em Extensão**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p.9-29, 2015.

RODRIGUES, M. Revisitando a história ± 1980-1995: A extensão universitária na perspectiva do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 2, n. 16, p.135-175, 2003.

SOUZA, M. V.; GIGLIO, K. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede**: experiências na pesquisa universitária. São Paulo: Editora Blusher, 2015.

O USO DA PESQUISA-AÇÃO NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS INCUBADAS EM UMA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA DO SUL DO BRASIL

Data de aceite: 19/11/2019

Émerson Oliveira Rizzatti

Programa de Pós-Graduação em Administração,
Universidade Federal do
Pampa
Alegrete - RS

Roseclair Lacerda Barroso

Programa de Pós-Graduação em Administração,
Universidade Federal do
Pampa
Santana do Livramento - RS

Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão

Programa de Pós-Graduação em Administração,
Universidade Federal do
Pampa
Santana do Livramento - RS

RESUMO: As Incubadoras de Empresas buscam fomentar o empreendedorismo e o desenvolvimento de regiões ao redor do mundo, e as universidades têm papel relevante neste processo. Para alcançar seus objetivos, essas organizações precisam monitorar constantemente o desempenho das empresas nelas incubadas. No entanto, não existe um modelo padrão de avaliação de desempenho que seja utilizado pela maioria das incubadoras do Brasil, como é o caso da Incubadora Universitária da Universidade Federal do Pampa

- UNIPAMPA. O objetivo deste estudo foi criar um modelo formal capaz de aprimorar o processo de avaliação do desempenho das empresas incubadas na incubadora da UNIPAMPA. A pesquisa foi conduzida com o método de Pesquisa-ação, através da cooperação entre pesquisadores e gestores da incubadora na busca do modelo mais adequado e sua aplicação à realidade encontrada. Como resultado, destaca-se a aplicação do modelo proposto nas três empresas incubadas, avaliando o atual estágio de desenvolvimento do negócio, assim como a validação do instrumento de avaliação de desempenho. O modelo aplicado se mostrou adequado, alcançando o objetivo deste estudo. Contudo, não é definitivo, pois a realidade das empresas de tecnologia é de constantes inovações, exigindo um olhar atento dos gestores às mudanças do mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação de desempenho; Incubadoras de empresas de base tecnológica; Empresas incubadas.

THE USE OF ACTION RESEARCH METHOD IN THE PERFORMANCE MEASUREMENT OF INCUBATED COMPANIES IN A TECHNOLOGY BUSINESS INCUBATOR IN THE SOUTH OF BRASIL

ABSTRACT: The Business Incubators serve as tools to foster entrepreneurship and the

development of regions around the world, and universities play an important role in this process. To achieve their goals, these organizations need to constantly monitor the performance of the incubated companies. However, there is no standard model of performance evaluation that is used by most incubators in Brazil, such as the technology business incubator of the Federal University of Pampa - UNIPAMPA. This study's aim was to create a formal model capable of improving the performance measurement process of incubated companies in the UNIPAMPA technology business incubator. The research was conducted through the action research method, in cooperation between researchers and managers of the incubator in the search for the most appropriate model and its application to the reality found. As a result, we highlight the application of the proposed model in the three incubated companies, evaluating the current stage of business development, as well as the validation of the performance measurement instrument. The applied model was adequate, reaching the aim of this study. However, it is not definitive, because the reality of technology companies is constant innovations, requiring a watchful eye of managers to the changes of the market.

KEYWORDS: Performance measurement, Technology Business Incubator, Incubated Companies.

1 | INTRODUÇÃO

Com o crescimento do empreendedorismo no Brasil ao longo dos últimos anos, cresceram também as perspectivas da educação empreendedora nas universidades e com isso a demanda dos empreendedores por suporte gerencial e tecnológico para evoluir e inovar nos seus negócios. Daí o crescimento do movimento das incubadoras de empresas no Brasil, especialmente a partir de ações de incentivo por parte do governo e do papel decisivo na execução dessas políticas pelas universidades.

A incubação de empresas teve suas origens em uma experiência realizada nos Estados Unidos, mais especificamente na cidade de Batavia/NY, em 1959, em consequência da proliferação dos distritos industriais no país (Aerts et al., 2007).

No Brasil, a primeira incubadora de empresas foi criada na cidade de São Carlos/SP em 1985. A base do conceito de uma incubadora de empresas é a ideia de acompanhar um negócio desde o seu estágio inicial, auxiliar no desenvolvimento de empreendimentos, mesmo antes do seu nascimento formal e de sua abertura para atuar no mercado (ANPROTEC, 2016).

No contexto brasileiro, as universidades são responsáveis pela gestão de mais de 80% das incubadoras de empresas, segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC (2012), desempenhando um importante papel como agentes do processo de formação das empresas e no desenvolvimento econômico das regiões em que estão inseridas. Sendo assim, cabe ressaltar que o principal objetivo das incubadoras universitárias

é fomentar o surgimento de empresas de sucesso, ou seja, empresas que estejam em constante desenvolvimento, tornando-se financeiramente viáveis e competitivas em seu mercado, mesmo após deixar de serem empresas incubadas (DORNELAS, 2002).

Ainda conforme a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC, em 2016 o Brasil tinha 369 incubadoras em operação, que abrigavam 2.310 empresas incubadas e 2.815 empresas graduadas, gerando 53.280 postos de trabalho. O faturamento das empresas apoiadas por incubadoras ultrapassa os R\$ 15 bilhões (ANPROTEC, 2017).

Com o aumento do número de incubadoras no Brasil nos últimos 30 anos, também aumentou a complexidade de seus processos na busca de alcançar seus objetivos e promover o desenvolvimento regional. Assim, é fundamental que a incubadora cumpra seu principal papel que é dar suporte e orientação às empresas incubadas para que se consolide a sua sustentabilidade ao longo do tempo, evitando o fechamento precoce do negócio. Desse modo, acompanhar e avaliar frequentemente se as empresas incubadas estão alcançando seus objetivos, se necessitam ser orientadas para a tomada de decisões ou possível redirecionamento do negócio, se torna indispensável para a incubadora de empresas (LALKAKA, 2003).

A Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, criada em 2006, surgiu com a missão de fomentar o desenvolvimento do seu entorno. Assim, a criação da Incubadora de Empresas de base tecnológica em 2013 se caracteriza como um mecanismo para apoiar o surgimento de novos empreendimentos de base tecnológica e promover o desenvolvimento sustentável (RESOLUÇÃO nº 57, 2013).

Dentro dessa perspectiva, o presente estudo apresenta a incubadora de empresas de base tecnológica, criada pela Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA, e a sua necessidade de formalizar um modelo de acompanhamento sistemático das ações dos empreendedores e dos resultados obtidos pelas empresas incubadas. Nesse contexto, desenvolveu-se como questão-problema da presente pesquisa: **Qual o modelo formal capaz de aprimorar o processo de avaliação do desempenho das empresas incubadas na incubadora da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA?** Buscando responder esta pergunta, o objetivo geral deste estudo é criar um modelo formal capaz de aprimorar o processo de avaliação do desempenho das empresas incubadas na incubadora da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

O presente estudo justifica-se pela importância de se ter, na incubadora da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, um sistema eficaz de avaliação de desempenho através da criação de um modelo padrão, que atenda às necessidades de verificação do desempenho das empresas incubadas para que estas, ao atingirem a graduação, estejam preparadas para o mercado.

Um processo de avaliação de desempenho periódico se torna importante quando essa ferramenta, nas mãos dos dirigentes da incubadora, sirva para auxiliar no desenvolvimento das empresas incubadas. Acredita-se que este processo de avaliação de desempenho auxiliará esta incubadora universitária (I.U.) a desempenhar de forma mais eficaz seu papel de acelerar o desenvolvimento econômico, auxiliando as empresas iniciantes, particularmente aquelas baseadas em tecnologia, durante sua fase inicial de crescimento e desenvolvimento (SOMSUK; LAOSIRIHONGTHONG, 2014).

Também, o retorno dos resultados das avaliações às empresas incubadas pode dar aos empreendedores, informações relevantes para o seu processo de tomada de decisões. Em síntese, o tema é relevante e atual tanto para as incubadoras universitárias quanto para a academia e para a sociedade. Na seção a seguir, apresenta-se o referencial teórico. Nas seções posteriores são apresentadas a metodologia, a análise e discussão dos dados e as considerações finais, que compõem a última seção.

2 | DA CARACTERIZAÇÃO DA INCUBADORA AO ESTUDO DOS MODELOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM EMPRESAS INCUBADAS

2.1 A incubadora de base tecnológica da UNIPAMPA

A incubadora de empresas de base tecnológica que é objeto deste estudo foi criada em 2013 através da Resolução 57/2013 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, com sede no Parque Científico e Tecnológico do Pampa, PampaTec, com sede no Campus Alegrete/RS. Segundo seu regimento a incubadora é o “órgão responsável pelo processo de incubação de empresas de base tecnológica e pelo desenvolvimento da cultura empreendedora no âmbito de atuação do Campus Alegrete” (RESOLUÇÃO nº 57, 2013, p. 1).

Trabalhando em conjunto com o PampaTec e com a UNIPAMPA, a incubadora tem entre seus objetivos apoiar as iniciativas empresariais de empreendedores comprometidos com a concepção e desenvolvimento de novos negócios de base tecnológica, visando disseminar a cultura empreendedora, contribuir para a capacitação e qualificação de novos empreendedores, preparando-os para gerenciamento do seu próprio negócio. Busca também promover a aproximação entre investidores e a comunidade acadêmica, incluindo a captação de capital de risco para o desenvolvimento dos projetos, estabelecendo parcerias entre a Universidade e empresas que busquem a promoção da inovação e do empreendedorismo (RESOLUÇÃO nº 57, 2013).

A incubadora possui dois programas a fim de atender seus objetivos, Pré-

incubação e Incubação. O primeiro visa estimular o empreendedorismo preparando projetos que apresentem potencial de negócios, enfatizando a conscientização empreendedora, no desenvolvimento de protótipo de produtos ou serviços, do plano de negócios e da capacitação empresarial. O programa de Incubação trata-se de um conjunto de atividades que objetiva o fortalecimento das empresas nascentes com ênfase na formação do empreendedor e na estruturação de seu negócio (RESOLUÇÃO nº 57, 2013).

Durante o período de incubação, a incubadora possui diversas atribuições para com as empresas nela incubadas. Uma delas é avaliar o desempenho da empresa incubada, para que esta alcance a graduação, ou seja, a maturidade suficiente para ingressar no mercado. Conforme a Resolução nº 57 do Conselho Universitário da UNIPAMPA, em seu artigo 9º, a Incubadora de Base Tecnológica da UNIPAMPA, deve “definir procedimentos de avaliação continuada do plano de negócio, da gestão e do desempenho das empresas incubadas” (Resolução nº 57, 2013, p. 3). Com base nessa atribuição identifica-se a origem legal do presente estudo, sendo que a seguir aborda-se a avaliação de desempenho organizacional e avaliação de desempenho de empresas incubadas.

2.2 Avaliação de desempenho organizacional

A competitividade é um dos fatores que implica na necessidade de novos atributos de avaliação de desempenho das organizações. A avaliação de desempenho é conceituada como um procedimento onde se pode quantificar a eficiência, a eficácia e o custo da ação, através de indicadores de gestão que devem ser medidos e monitorados. A análise destes resultados através do tempo permite a prospecção de modelos para os indicadores de desempenho. O processo de avaliação do desempenho deve ser capaz de interpretar o comportamento de todo o sistema e fornecer informações coerentes ao processo de formulação de estratégias e ao monitoramento do desempenho (BANDEIRA, 2007).

Cabe ressaltar que a ausência de medidas consistentes com os reais objetivos da organização não traz, de fato, expectativas de um real e bom desempenho, impedindo a identificação de possíveis melhorias. A avaliação de desempenho resultante de medidas inconsistentes ou que apresente ausência de informações tende a ser distorcida e, às vezes, irreal. Na visão do autor acima, a falta de medidas corretas pode induzir a decisões imprecisas devido a inexistência de um diagnóstico real e a escassez de informações sobre as suas correlações com os objetivos da organização. Medir é uma parte natural do processo de análise e controle, da administração e da evolução da organização.

A avaliação de Desempenho é um processo em que se pode construir

conhecimentos de decisão, a respeito de um contexto específico do que se propõe a avaliar, por meio de atividades que identifique, organize e mensure, e onde seja possível fazer a integração entre os meios e visualizar o impacto das ações e seu gerenciamento. A avaliação de desempenho em uma abordagem construtivista deve contemplar a mensuração dos resultados, segundo a percepção do gestor. Lacerda et al. (2011), comentaram que essa visão tem sido utilizada por permitir melhor explicitar o conteúdo e os resultados da gestão estratégica da organização, com foco em seus resultados.

O processo de avaliar o desempenho é composto por rotinas ou procedimentos formais utilizados pelos gestores para manter ou alterar os padrões de atuação das organizações. Uma avaliação de desempenho típica deve auxiliar a organização a ajustar periodicamente suas metas a partir dos resultados mensurados. O período dessas mensurações pode ser de um ano, para metas de curto prazo, ou de vários anos, para metas de longo prazo (SIMONS; DÁVILA; KAPLAN, 2000).

A compreensão do desempenho depende da identificação de um modelo causal que descreve como as ações atuais podem influenciar os resultados no futuro. O desempenho não é um evento único. O desempenho é dinâmico. Uma medida de desempenho é uma instância no processo de criação de desempenho contínuo. Contudo, torna-se um indicador líder do desempenho somente se a organização adquiriu o conhecimento e o domínio de suas relações causais, podendo reproduzir esse resultado ou resultado no futuro. Assim, é sugerido por Lebas e Euske (2007), que o termo desempenho seja reservado para a soma de todos os processos que conduzem a uma sequência potencial ou futura de resultados e resultados.

No conceito de avaliação de desempenho organizacional formulado por Igarashi e Ensslin (2006, p. 4), uma avaliação válida e legítima deve investigar:

- (i) o que vai ser avaliado – ou seja, conhecer o objeto da avaliação, incluindo aqui a sua identidade, a cultura sobre a qual esta identidade é construída, as instâncias que respondem pelo objeto a ser avaliado, resultando nos objetivos a serem perseguidos;
- (ii) como proceder à avaliação – ou seja, identificar como cada objetivo será avaliado e quanto cada objetivo contribui para a avaliação do todo, possibilitando a identificação do perfil de desempenho do objeto avaliado;
- (iii) como conduzir ao gerenciamento interno – com base na análise das fragilidades e potencialidades identificadas para sugerir ações de aperfeiçoamento - promovendo a alavancagem do desempenho institucional.

Na visão de Dornelas (2002), a avaliação do desempenho deve ser um conjunto de técnicas a serem adotadas a fim de apurar a eficiência e a eficácia da organização. A eficiência trata da relação entre utilização dos recursos econômicos, comparando-o com um determinado nível de satisfação. Já a eficácia avalia o resultado de um processo satisfatório, em maior ou menor intensidade, às expectativas de seus

usuários.

2.3 Modelos de avaliação de desempenho de empresas incubadas

O surgimento de novas empresas é um processo repleto de riscos, e requer a implantação de mecanismos de gestão empresarial capazes de dar visibilidade à evolução do negócio, apoiando o fortalecimento da produtividade e o aumento da competitividade no mercado. Casado (2012), relata que nas empresas incubadas esse risco é maior, pois o foco está na inovação de base tecnológica, o que por si só já é mais arriscado e incerto. Portanto, existe uma necessidade premente de avaliação constante de suas ações para que os empreendedores estejam atentos a necessidade de ajustes nos planos.

Para avaliar o desempenho organizacional se buscou na literatura estudada alguns modelos entre os mais utilizados na aplicação em empresas incubadas, sendo a nível internacional o *Balanced Scorecard* (BSC) de Kaplan e Norton e a nível nacional o Modelo de Excelência da Gestão (MEG) organizado pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o qual inclui as diretrizes do BSC e várias outras referências (MARSHALL JUNIOR et al, 2010).

O método de Avaliação de Desempenho chamado *Balanced Scorecard* (BSC), foi apresentado por Robert S. Kaplan e David P. Norton em 1992, após um estudo empírico em diversas empresas para verificar como avaliavam seu desempenho durante os anos de 1990 e 1991. Inicialmente focado em encontrar uma maneira de relatar os principais indicadores de desempenho de uma empresa, no lugar de medidas contábeis tradicionais como indicadores financeiros que são um retrato do passado, o BSC foi reorientado para medir a estratégia da empresa. Ao invés de medir sem critério, as empresas devem mensurar o que realmente se relaciona diretamente com as suas estratégias (KAPLAN; NORTON, 1997).

O BSC propõe, na visão de Kaplan e Norton (1997), uma avaliação equilibrada traduzindo a estratégia em objetivos e medidas. Está organizado em quatro perspectivas: financeira, do cliente, dos processos internos e do aprendizado e crescimento. Para além da avaliação, o BSC é uma ferramenta para comunicação a todos os funcionários sobre os indicadores que contribuem para o sucesso atual e futuro da organização.

Publicações mais recentes propõem a adaptação de outras metodologias à avaliação de empresas incubadas. Assim, para exemplificar, no Quadro 1, são citados três modelos encontrados durante a revisão de literatura:

Teoria	Descrição	Autor do estudo
R.B.V. - Visão Baseada em Recursos.	Utilizada uma visão das empresas a partir dos Recursos Humanos, Tecnológicos, Financeiros e Organizacionais.	Laosirihongthon et al, 2010.
MCDA-C - Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista.	Utiliza a abordagem em Fases: identificação do contexto, diagnóstico, avaliação e recomendações; para permitir aos envolvidos o maior conhecimento sobre o problema e propiciar o melhor apoio à decisão.	Casado, 2012.
Fuzzy AHP - Método multi-atributo para auxiliar na tomada de decisões complexas em situações de incerteza e imprecisão.	Uma abordagem Fuzzy AHP usando valores linguísticos, incluindo a imprecisão associada com especialistas no processo de tomada de decisão.	Somsuk; Laosirihongthong, 2014.

Quadro 1 - Metodologias aplicadas à avaliação de empresas incubadas

Fonte: Elaborado pelos autores.

No entanto, os modelos acima ainda não foram adotados em larga escala, pois são estudos de casos em situações pontuais, tanto em realidades de países desenvolvidos, onde as incubadoras universitárias já estão bem estabelecidas, quanto nas condições mais difíceis dos países em desenvolvimento, em que as incubadoras universitárias ainda estão emergindo, o que aponta para a necessidade de se continuar pesquisando na busca por modelos mais adequados (SOMSUK; LAOSIRIHONGTHONG, 2014).

Mesmo não propondo um método realmente novo, Ries (2012) afirma fortemente, baseado em suas experiências, que é fundamental avaliar a situação atual da empresa, ainda que não pareça ser mais que um modelo numa folha de papel. Propondo a abordagem da “Contabilidade para a Inovação”, o autor reforça que é deveras importante medir o que a startup está fazendo, sempre aprender com os resultados e fundamentalmente fazer isso em ciclos muito curtos. Na velocidade da tecnologia, não é possível esperar o próximo mês e a consolidação de relatórios contábeis tradicionais para aprender com os erros e corrigir o rumo (RIES, 2012).

3 | METODOLOGIA

O presente estudo tem abordagem qualitativa e possui natureza empírica. Caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, cuja finalidade é desenvolver, esclarecer e até modificar conceitos e ideias através da formulação de problemas mais precisos e pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2008).

Como método utilizou-se a Pesquisa-ação por ser um tipo de investigação participante que, na visão de Martins e Theóphilo (2009), se caracteriza por ter em seu propósito uma ação planejada sobre os problemas detectados. Também se qualifica como pesquisa-ação por haver realmente uma ação por parte dos

autores e pesquisados no problema em observação, com ação de relevância não trivial, ou seja, uma questão problemática merecendo investigação a ser elaborada e conduzida, conforme Thiollent (2011). Assim, a aplicação do método se mostra pertinente, considerando a necessidade de melhoria contínua na gestão dos órgãos universitários em direção ao alcance de seus propósitos, e de maneira específica no caso da incubadora universitária da UNIPAMPA.

Seguindo o que apontam Coughlan e Coughlan (2002), buscando o desenvolvimento adequado de uma pesquisa-ação, este estudo foi desenvolvido em três fases: estudo preliminar, ciclo de condução e meta-fase. Tal processo e seu detalhamento constam a seguir, a partir da Figura 1:

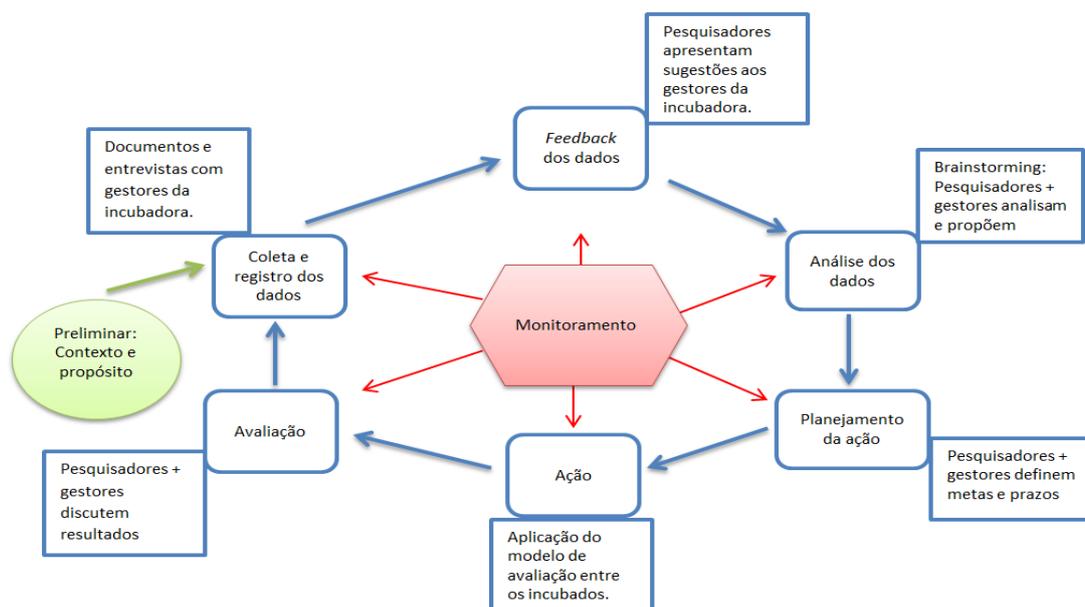


Figura 1 – Resumo do processo de Pesquisa-ação nas empresas incubadas.

Fonte: Adaptado de Coughlan e Coughlan (2002).

Na fase do estudo preliminar, a coleta de dados se deu através de observação participante, onde houve um contato direto dos pesquisadores com o fenômeno estudado a fim de colher as informações e as ações dos atores no seu ambiente natural (CHIZZOTTI, 2010).

Nessa etapa, foram realizadas duas reuniões com a equipe da incubadora para compreender o contexto organizacional e discutir qual a necessidade prioritária da equipe gestora em relação às necessidades de pesquisa e suporte técnico-científico. Os registros da observação foram feitos em um diário de campo. Procurou-se dar ênfase à observação devido a singularidade das informações obtidas pelo fato dos pesquisadores encontrarem-se no contexto físico, possibilitando condições adequadas para a coleta de informações (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Na segunda fase, Ciclo de Condução da pesquisa-ação, a pesquisa foi realizada

em seis etapas. A partir das etapas de Coleta de dados, *Feedback* de dados e Análise de dados, identificou-se a necessidade de criação de um modelo de avaliação de desempenho onde fosse possível capturar o estágio de desenvolvimento do negócio, justificada por três razões: atender às necessidades gerenciais da incubadora, cumprir com as exigências do regimento da incubadora e atender a demanda de suporte e acompanhamento das empresas residentes. Sendo assim, optou-se por utilizar o *Balanced Scorecard* (BSC), como modelo de avaliação de desempenho para este estudo.

Considerando a larga adoção do método BSC em empresas ao redor do planeta, sua grande flexibilidade na abordagem de aspectos financeiros e não financeiros e sua visão estratégica, utilizou-se as quatro perspectivas do BSC como base do modelo proposto: financeira, cliente, processos internos e aprendizado e crescimento (KAPLAN; NORTON, 1997).

Na etapa de Planejamento foi desenvolvido um roteiro para a realização das entrevistas e definido o cronograma para as próximas etapas da pesquisa. Na etapa de Ação foram realizadas as entrevistas com os empreendedores sócios das três empresas com contrato de incubação assinado com a UNIPAMPA. Além do roteiro, os pesquisadores utilizaram gravação em áudio durante as entrevistas, formalmente autorizada.

A análise dos dados, da primeira (preliminar) e da segunda fase (ciclo de condução) foram realizadas por meio da Análise de Conteúdo que, conforme Bardin (2011), procurou descrever o conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos e a compreensão dos atores e seu ambiente que, num determinado momento, buscou fundamentar as impressões e juízos intuitivos e que conduziram a resultados de confiança. A seguir, no Quadro 2, apresenta-se a classificação temática que balizou a estrutura das entrevistas:

TEMA	SUBTEMAS	UNIDADES TEMÁTICAS
● Avaliação de Desempenho no Modelo BSC	● Perspectiva Financeira	● Origem do capital
		● Recebimento de investimento externo
	● Perspectiva de Clientes e Mercado	● Área de atividade
		● Alcance do público-alvo e segmentação de clientes
		● Estratégia de modelos de receita, canais de venda e formas de entrega
		● Validação do modelo de negócio
	● Perspectiva de Processos internos - tecnologia	● Tipo de inovação
		● Estágio de desenvolvimento do produto ou serviço
		● Ferramentas utilizadas na modelagem do negócio
		● Utilização de métricas e/ou indicadores de desempenho
	● Perspectiva de Aprendizado, Crescimento e Inovação	● Participação em projetos com a Universidade
		● Registro de propriedade
		● Treinamento e capacitações
● Pontos positivos e negativos da incubação no Pampatec		

Quadro 2 – Classificação temática da pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A terceira e última fase, Meta-fase ou monitoramento, ocorreu em todos os momentos do ciclo de pesquisa-ação, sendo uma oportunidade de melhoria contínua para todo o processo como abordam Coughlan e Coughlan (2002). O monitoramento de todas as etapas foi realizado sempre em conjunto entre os pesquisadores e os gestores da incubadora.

Os dados e resultados obtidos, assim como as discussões da presente pesquisa são apresentados na próxima seção.

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram objeto deste estudo as três empresas incubadas na Incubadora Universitária situada junto ao Parque Científico e Tecnológico do Pampa - PampaTec, localizada no Campus da UNIPAMPA na cidade de Alegrete/RS, sendo que todas possuíam contrato em vigor para participarem do programa de incubação como residentes, durante o tempo de realização desta pesquisa.

A partir da realidade vivenciada, o presente estudo possibilitou a constatação

da prioridade de adoção de um método de avaliação de desempenho das empresas incubadas, porém num modelo adequado à situação encontrada na incubadora. Com base na revisão bibliográfica, foi possível constatar que a maioria dos modelos consultados na literatura não respondia às necessidades atuais da incubadora, tanto pela visão dos gestores da incubadora, quanto na prática junto aos empreendedores incubados. A escolha do BSC, se mostrou mais adequada à realidade das *startups*, incubadas no PampaTec.

4.1 O perfil das empresas incubadas e seus integrantes

A primeira empresa incubada na incubadora da UNIPAMPA atua no setor de energia elétrica e possui três sócios fundadores, em que ambos se consideram empreendedores e não investidores, pois iniciaram o negócio sem capital e apenas um deles já participou da criação de outro negócio anteriormente, também na área de Engenharia Elétrica. A empresa possui um quadro funcional composto por três postos de trabalho. Um deles pela CLT e dois bolsistas.

A segunda empresa incubada atua no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (T.I.C.) e possui dois sócios fundadores, sendo que apenas um deles é também investidor da empresa. Conta com um quadro funcional com três postos de trabalho, sendo que dois contratados pela CLT e uma vaga de estágio.

A terceira empresa incubada também atua no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (T.I.C.) e possui dois sócios fundadores, porém um deles entrou apenas como investidor na criação do negócio e orientações jurídico-contábeis. Possui um quadro funcional com quatro postos de trabalho, onde três são contratados pela CLT e uma é vaga de estágio.

As áreas de formação dos integrantes das três empresas incubadas no PampaTec estão no Quadro 3, a seguir:

Empresas	Formação dos sócios	Formação dos colaboradores
Empresa 1	3 sócios: Engenharia Elétrica, sendo 2 com mestrado na área.	- 1 com ensino médio; - 2 cursando Eng. Elétrica.
Empresa 2	1 sócio Administração; 1 sócio cursando Ciência da Computação.	- 2 cursando Eng. de Software; - 1 cursando Ciência da Computação.
Empresa 3	1 sócio Direito e Contábeis; 1 sócio Engenharia de Software.	- 4 cursando Engenharia de Software.

Quadro 3 – Formação dos sócios e dos colaboradores das empresas incubadas

Fonte: Dados da pesquisa.

Cabe ressaltar que tanto sócios quanto colaboradores das empresas incubadas, citados no Quadro 3, cursaram ou estão cursando graduação ou pós-graduação na UNIPAMPA, o que reforça a importância do programa de incubação da Universidade

para a formação integral do acadêmico e também para a introdução dos futuros profissionais no mercado de trabalho.

4.1.1 Da ideia à incubação

Os sócios foram questionados sobre a ideia, a oportunidade ou necessidade de criação do negócio. Todos os sócios foram unânimes em dizer que identificaram uma oportunidade a partir de uma necessidade percebida no mercado. A definição dada por Herrington e Kew (2017) no relatório *Global Entrepreneurship Monitor*, corrobora este resultado, definindo o empreendedor por oportunidade como alguém visionário, que sabe aonde quer chegar por meio da criação do seu próprio negócio, com planejamento prévio, buscando o crescimento e visando a geração de lucros, empregos e riqueza. Este tipo de empreendedorismo está ligado ao desenvolvimento econômico (HERRINGTON; KEW, 2017).

Quanto aos motivos que os levaram a buscar a incubadora universitária, os sócios de duas empresas relataram que o convite de um dos gestores da incubadora serviu como um fator incentivador. Um dos sócios da segunda empresa incubada foi vencedor do programa Desafio de Ideias, promovido pela incubadora, na categoria inovação. Uma das empresas atribuiu a busca pela incubadora à oportunidade de subsídio e ressaltou seu desejo de percorrer a trajetória da UNIPAMPA até a incubadora e em seguida para o Mercado.

O tempo entre pôr a ideia em prática e a assinatura do contrato com a incubadora foi de um ano para as duas primeiras empresas incubadas e de cinco meses para a terceira empresa, coincidindo com o tempo de cadastro no CNPJ das mesmas. O tempo de incubação é de dois anos e meio da empresa de energia elétrica e de um ano para as empresas de T.I.C.

Com relação às dificuldades encontradas ao iniciar o empreendimento, os sócios relataram a dificuldade de montar uma equipe qualificada como a mais relevante. A parte burocrática como registro de CNPJ e alvarás também foi citada. A mudança de ramo de atuação no meio do percurso, bem como a resistência de aceitação do mercado ao novo produto ou serviço foram consideradas por alguns sócios das empresas incubadas.

A dificuldade de desenvolver estratégias, devido a formação técnica foi mencionada por um sócio. As dificuldades relatadas acima convergem para o que se encontra em autores como Dornelas (2002) e Greatti e Senhorini (2000), quando citam fatores que inibem o comportamento empreendedor ou dificultam a criação e o desenvolvimento de empresas, tais como burocracia, acesso ao mercado e de capacitação gerencial.

4.2 Perspectiva financeira

Quanto à perspectiva financeira, através do modelo de avaliação utilizado, as empresas foram questionadas sobre a origem do capital e o recebimento de investimento externo. Todas as empresas incubadas foram constituídas com capital próprio.

Com relação ao investimento externo, duas empresas não receberam nenhum tipo de capital externo e uma delas recebeu apenas propostas. Duas das empresas incubadas estão em busca de investimento externo, sendo que uma delas já está em negociação com um investidor-anjo. Ambas buscam investimentos para treinamento de pessoal, infraestrutura, marketing e comercial. Uma das empresas citou o termo expansão.

Dentro do contexto financeiro a teoria se mostra com duas faces, por vezes complementares, outras antagônicas. Recursos financeiros são fundamentais para o desenvolvimento dos negócios, no entanto a quantidade e o momento apropriados para aportar em cada empreendimento podem significar sucesso rápido e duradouro ou fracasso igualmente acelerado. Assim, é indispensável que os empreendedores estejam preparados, com uma estratégia financeira e um plano de negócio consistente e persuasivo, além de capacitados para a gestão desses recursos (LALKAKA, 2003; RIES, 2012).

4.3 Clientes e mercado

A perspectiva de Clientes e Mercado trouxe questionamentos sobre a área de atividade das empresas, o alcance de público-alvo e a segmentação de clientes, estratégia de modelos de receita, canais de vendas e formas de entrega e sobre a validação do modelo de negócio.

A empresa incubada atuante no setor de energia elétrica tem sua área de atividade na distribuição e geração distribuída de energia, projetos de eficiência e gestão energética e na área de desenvolvimento. Seu público-alvo e segmentação de clientes abrange o consumidor final, empresas, produtores rurais e em um futuro breve, o governo. Conforme Lima et al (2012), é importante direcionar e desenvolver programas para cada público-alvo buscando melhor atendê-los, levando em consideração além de uma metodologia, a vivência e o conhecimento de mercado, fatores indispensáveis para a seleção de critérios adequados para a segmentação. A estratégia de receita, canais de venda e formas de entrega é por meio de consultoria individualizada por projeto e/ou por hora trabalhada.

Duas empresas incubadas que atuam no setor de T.I.C. trabalham com *Software Web*. A primeira no desenvolvimento de um sistema E.R.P. (*Enterprise Resource Planning*) para apoio à gestão de empresas de diversos ramos como

agronegócio, comércio, indústria e serviços. Seu público-alvo e a segmentação de clientes abrangem empresas e produtores rurais. A estratégia de receita, canais de venda e formas de entrega é por meio de software como serviço e futuramente aplicativo para *smartphones*. A segunda empresa incubada atuante no setor de T.I.C. trabalha no desenvolvimento de um *Software Web* para apoio à gestão de clínicas e consultórios na área da saúde. Seu público-alvo e segmentação de clientes são empresas, profissionais autônomos e liberais e pretende futuramente alcançar o consumidor final. Sua estratégia de receita, canais de venda e formas de entrega é também por meio de software como serviço e tem como projeto futuro um aplicativo para smartphones.

Com relação à validação do modelo de negócio, duas empresas incubadas não realizaram formalmente uma pesquisa de mercado, porém identificaram a oportunidade de negócio e a necessidade dos clientes através de contatos realizados e do conhecimento do mercado em que atuam. A terceira empresa incubada realizou pesquisa de mercado e utilizou-se da participação em eventos da área para a comprovação da necessidade ou oportunidade de negócio. Ainda quanto à validação, as três empresas incubadas já testaram seus produtos e serviços junto aos clientes, porém somente uma delas já obtém retorno financeiro. É possível constatar, através dos resultados, que as empresas incubadas estão seguindo o que diz Ries (2012) ao priorizar o contato com os clientes, a experimentação e a validação junto a eles, e não desperdiçando tempo em um “planejamento muito extenso ou uma execução cega”.

4.4 Processos internos - tecnologia

Para a perspectiva de Processos Internos, através do modelo de avaliação as empresas foram questionadas sobre o tipo de inovação que está sendo desenvolvido, o estágio de desenvolvimento do produto ou serviço, as ferramentas utilizadas na modelagem do negócio, a utilização métricas e/ou de indicadores de desempenho.

A empresa atuante no setor de energia elétrica identifica sua inovação no desenvolvimento de três produtos: sensor para sistema de irrigação (gestão energética), rastreador solar e um inversor de frequência. Os dois primeiros já estão no estágio de protótipos e o terceiro ainda consta em projeto de software. Os serviços da empresa já estão em escala de vendas. As ferramentas utilizadas para a modelagem do negócio são *Business Model CANVAS* e o Plano de Negócio, e utiliza-se do Planejamento Estratégico. No momento seu único indicador de desempenho é o faturamento.

As duas empresas de T.I.C. que trabalham com software relatam que sua inovação está no desenvolvimento dos serviços de softwares de gestão em suas

respectivas áreas. Quanto ao estágio de desenvolvimento, ambas as empresas incubadas estão no MVP - Produto Minimamente Viável. Com relação às ferramentas para a modelagem do negócio, o *Business Model CANVAS* e o Plano de Negócio são utilizados pelas duas empresas. Uma das empresas utiliza também a variação de hipótese e não utiliza nenhuma métrica ou indicador de desempenho. A empresa atuante na área da saúde utiliza-se do Planejamento Estratégico, Matriz S.W.O.T. e Google Analytics como métrica para seus indicadores de desempenho.

Entendendo que as três empresas avaliadas estão em estágios diferentes de desenvolvimento, compreende-se que utilizam ferramentas e métricas diferentes no planejamento e no acompanhamento dos negócios. No entanto, somente uma delas segue as sugestões de Ries (2012) e adota métricas que registram o comportamento dos clientes, o que poderá fornecer mais informações para a tomada de decisões rápidas e acertadas do que simplesmente acompanhar uma métrica bruta tradicional como o faturamento.

4.5 Aprendizado, crescimento e inovação

Na perspectiva Aprendizado, Crescimento e Inovação, através do modelo de avaliação as empresas foram questionadas sobre a participação em projetos com a Universidade, registros de propriedade, treinamentos e capacitações e pontos positivos e negativos da incubação no PampaTec. Quanto à participação de projetos com a UNIPAMPA, a empresa da área de energia elétrica possui dois projetos em andamento com a Universidade, referentes ao desenvolvimento de produtos, em que um já possui protótipo.

A empresa incubada do setor de T.I.C. na área da saúde não possui no momento nenhum projeto em parceria com a Universidade, mas relata que já participou anteriormente de um projeto de ensino, sendo esse decisivo para o negócio. A outra empresa do mesmo setor não possui projeto com a Universidade, mas já tiveram conversas iniciais com docentes nas áreas de inteligência artificial, engenharia de software e arquitetura de software.

Por meio desses resultados, é possível identificar que todas as empresas estão agindo de acordo com (Dornelas (2002), Lalkaka (2003), Laosirihongthon et al. (2010), Casado (2012) e Ries (2012) que indicam como fator crítico de sucesso buscar e criar ou manter vínculo com a universidade, o que facilita muito no acesso aos potenciais funcionários qualificados, aos recursos de pesquisa e, também, aos potenciais clientes. Com relação aos registros de propriedade intelectual, apenas a empresa de tecnologia da área da saúde está realizando processo do registro de propriedade intelectual da marca. Conforme o Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI (2016), para ter exclusividade sobre o nome de um serviço ou

produto, ou ainda um logotipo que o identifique, é preciso registrar uma marca.

No que se refere aos treinamentos e capacitações internas, as três empresas incubadas realizaram nos últimos seis meses tanto capacitações e treinamentos internos como externos. Os resultados vão ao encontro do que aponta Lenzi (2009), de que conhecimento é fundamental e deve ser perseguido através de uma capacitação constante e da busca de informações.

Com relação aos pontos positivos, todas as empresas citaram credibilidade e imagem por estarem dentro de uma instituição de ensino superior, relação e interação com a Universidade, interação e apoio dos docentes, mentoria, acesso ao capital humano, possibilidade de novos projetos e estágios, infraestrutura e redução de custos. Uma das empresas também citou a segurança como ponto positivo de ser uma empresa incubada.

Sobre o atendimento das necessidades pela incubadora, as empresas destacaram melhorias referentes ao sistema de energia elétrica e internet, onde foram unânimes. Também foi unânime a detecção da necessidade de maior interação com a Universidade e com seus docentes. Duas das empresas sugeriram a criação de eventos periódicos com docentes e também com o público para oportunizar maior aproximação. Foi reivindicado por uma das empresas o acesso à biblioteca para as incubadas e a busca de parcerias com empresas da área.

Os empresários entrevistados foram questionados quanto a alguma contribuição para a pesquisa ou para o modelo proposto de avaliação. Uma das empresas contribuiu dizendo que acreditava ser relevante a pesquisa para a incubadora e também considera importante o retorno para as empresas incubadas do resultado da avaliação.

O método Pesquisa-ação se mostrou adequado, possibilitando um ciclo de etapas marcadas pela interação entre os pesquisadores e atores do presente estudo, além de uma forte ligação com a aplicação dos resultados encontrados na prática, a devida análise dos resultados e a aprendizagem para novas ações.

Através dos resultados apresentados nesta seção, foi possível observar que os empreendedores perceberam a adequação do modelo à sua realidade por duas prováveis razões. Uma por suas manifestações diretas nesse sentido e outra por não demonstrarem insegurança ou receio de fornecer informações estratégicas de seus negócios aos pesquisadores.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se o relevante papel que as incubadoras de empresas prestam para o desenvolvimento do Brasil, em especial no suporte ao surgimento de novas

empresas e também a carência de ferramentas de avaliação de desempenho que apoiem as atividades gerenciais das mesmas, é que este estudo objetivou criar um modelo formal capaz de aprimorar o processo de avaliação do desempenho das empresas incubadas na incubadora da UNIPAMPA, contribuindo para a melhoria na gestão desse órgão.

Com o desenvolvimento em conjunto com a equipe gestora da incubadora, formada por servidores da universidade, e a aplicação de um modelo de avaliação de desempenho formal para as empresas incubadas, num primeiro momento aplicado em forma de roteiro de entrevista baseado no BSC, buscou-se atender o objetivo do presente estudo.

No intuito de alcançar a solução para o problema de pesquisa que foi qual o modelo formal capaz de aprimorar o processo de avaliação do desempenho das empresas incubadas nesta incubadora, levantou-se a base teórica e conceitual acerca do tema, partindo-se da caracterização da Incubadora de Empresas de base tecnológica até o estudo dos modelos de Avaliação de Desempenho em Incubadoras de Empresas.

Com a análise dos resultados obtidos no presente estudo, se pôde concluir que o modelo de avaliação desenvolvido mostrou-se adequado às necessidades operacionais e estratégicas da incubadora de empresas de base tecnológica da UNIPAMPA, respondendo assim ao problema de pesquisa. Por ter relação direta com a teoria do BSC, nas suas quatro perspectivas, mundialmente aceita e aplicada, e com modernas abordagens já verificadas em publicações que tratam de *startups*, o modelo proposto também se mostra adequado a uma possível extrapolação para aplicação em outras incubadoras de empresas de base tecnológica, indicando uma oportunidade para estudos futuros.

A adequação do modelo, comprovada pela aplicação da pesquisa, possibilitará aos gestores da incubadora e das empresas residentes uma melhor visualização das oportunidades de melhorias em seus processos de gestão, na busca da competitividade no mercado e do sucesso dos negócios. Considerando que a UNIPAMPA é a responsável legal pela gestão da incubadora, o presente estudo também colabora para a melhoria da gestão na universidade, na medida em que contribui para a utilização adequada dos recursos disponíveis ao evitar desperdício de tempo e de orçamento em projetos de empreendimentos que não estão atingindo seus objetivos.

Com a aplicação do modelo de avaliação, foi possível constatar a necessidade de melhorias do modelo proposto e aplicado, no que se refere à periodicidade da aplicação da avaliação do desempenho das empresas incubadas, Existem tópicos que não necessitam ser contemplados em uma próxima avaliação das mesmas empresas incubadas, pois se mostram mais adequados para uma avaliação de

desempenho inicial.

Como recomendação aos gestores da incubadora propõe-se a adaptação desses tópicos para uma futura avaliação periódica de desempenho. Também se identifica a possibilidade de construção futura de um modelo de avaliação para as empresas incubadas prestes a alcançar a graduação. Como sugestão para futuras pesquisas, os autores do presente estudo, apontam o mapeamento do processo que envolve a avaliação de desempenho como pertinente, visando fornecer esclarecimentos sobre as etapas e também assegurar transparência a todo o processo.

Por fim, ressalta-se que o ciclo de avaliação do desempenho assim como uma condução estruturada do processo e seu monitoramento, poderá proporcionar à gestão da incubadora o encadeamento de melhoria contínua na aplicação do modelo proposto. Caberá à equipe gestora da incubadora ficar atenta a grande dinâmica do mercado de tecnologia, buscando testar e validar as inovações que possam surgir nos métodos de avaliação de desempenho destinados às empresas incubadas.

REFERÊNCIAS

AERTS, K.; MATTHYSSENS, P.; VANDENBEMPT, K. Critical role and screening practices of European business incubators. **Technovation**, v. 27, n. 0, p. 254–267, 2007.

ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil – relatório técnico. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.** Brasília, DF: ANPROTEC: SEBRAE, 2012.

_____. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Estudo de Impacto Econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil.** Brasília, DF: ANPROTEC: SEBRAE, 2016.

_____. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Incubadoras e Parques.** Disponível em: <<http://anprotec.org.br/site/menu/incubadoras-e-parques>> Acesso em: 28. mar. 2017.

BANDEIRA, A. A. **Avaliação de Desempenho: uma Abordagem Estratégica em Busca da Proatividade.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo, Edições 70, 2011.

CASADO, F. L. **Modelo de Avaliação do Desempenho de Empresas de Base Tecnológica.** 2012. 1-119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2012.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COUGHLAN, P.; COUGHLAN, D. Action Research for Operations Management. **IJOPM International Journal of Operations & Production Management**, v. 22, n. 2, p. 220–240, 2002.

DORNELAS, J. C. A. **Planejando Incubadoras de Empresas**: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREATTI, L.; SENHORINI, V. M. Empreendedorismo – uma visão comportamentalista. **Anais do I Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 2000, n. 1518–4382, p. 22–34, 2000.

HERRINGTON, M.; KEW, P. **Global Entrepreneurship Monitor 2016/17**. Global Entrepreneurship Research Association. Disponível em: <www.gemconsortium.org/report>. Acesso em: 15 set. de 2017.

IGARASHI, D. C. C.; ENSSLIN, S. R. Avaliação de desempenho institucional como subsídio para o gerenciamento interno: estudo de caso no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina. In: **Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 6, 2006, São Paulo. Anais. São Paulo: FEA-USP, 2006.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Intelectual. **Guia Básico de Marca**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/marcas>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard**. 21. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1997.

LACERDA, R. T. de O.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. Contribuições à Gestão Estratégica de Organizações Quando Analisados na Visão do seu Desempenho. **GESTÃO.Org Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. n. 9. v. 2, p. 327- 358, mai./ago. 2011.

LALKAKA, R. Technology Business Incubation: Role, Performance, Linkages, Trends. In: **National Workshop on Technology Parks and Business Incubators**, 2003, Isfahan. *Anais...* Isfahan Science & Technology Town, 2003. p. 1–36.

LAOSIRIHONGTHONG, T.; PUNNAKITIKASHEM, P.; SOMSUK, N. Determining enabling factors of University Technology Business Incubation program: Resource-based view theory. In: **International Conference on Industrial Engineering and Engineering Management**, 2010, Macau. *Anais...* Macau: IEEE, 2010. p. 1032–1037.

LEBAS, M.; EUSKE, K. A conceptual and Operational Delineation of Performance. In: Neely, Andy (Org.). **Business Performance Measurement: Unifying theories and integrating practice**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 125–139.

LENZI, F. C. **A nova Geração de Empreendedores**: guia para elaboração de um plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, M. et al. **Marketing**. FGV Management. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARSHALL JUNIOR et al. **Gestão da Qualidade**. FGV Management. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIES, E. **A startup enxuta: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas**. São Paulo: Lua de Papel, 2012.

SIMONS, R.; DÁVILA, A.; KAPLAN, R. S. **Performance Measurement & Control Systems for Implementing Strategy**. Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, 2000.

SOMSUK, N.; LAOSIRIHONGTHONG, T. A fuzzy AHP to prioritize enabling factors for strategic management of university business incubators: Resource-based view. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 85, p. 198–210, 2014.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. Conselho Universitário. **Resolução nº 57, de 23 de maio de 2013**: Regimento da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica PAMPATEC Alegrete. Brasil: Unipampa, 2013.

SISTEMA TUTOR INTELIGENTE PARA AUXILIAR CRIANÇAS EM PROBLEMAS COM OPERAÇÕES ARITMÉTICAS DE ADIÇÃO

Data de aceite: 19/11/2019

Danilo Rodrigo Cavalcante Bandeira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)

Natal – Rio Grande do Norte

Diego Silveira Costa do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Natal – Rio Grande do Norte

Anne Magaly de Paula Canuto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)

Natal – Rio Grande do Norte

RESUMO: A pesquisa apresenta as contribuições para o desenvolvimento de um Sistema Tutor Inteligente que auxilia crianças no processo de aprendizagem de operações aritméticas de adição. O objetivo é fornecer ao estudante problemas a serem resolvidos. As respostas são avaliadas automaticamente pelo sistema, e nos casos em que na resolução obtém-se êxito, novos problemas são fornecidos, nos casos contrários, um exemplo resolvido é recomendado. Assim, possibilita ao estudante analisar o próprio erro, corrigi-lo e aprender durante o processo. De forma geral, os resultados dos experimentos empíricos, corroboram com a proposta de que a solução

é plausível a ser adotada em ambientes digitais de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizado de Máquina, Sistemas Tutores Inteligentes, Aprendizado Baseado em Vizinhança, Comitês de Máquinas, Redes Neurais Artificiais de Múltiplas Camadas.

INTELLIGENT TUTORING SYSTEM FOR ASSIST CHILDREN IN ARITHMETICAL ADDITION OPERATIONS

ABSTRACT: This research shows the contribution of the development of an intelligent tutoring system to help children in the learning process of addition arithmetic. The aim is to give problem for the student to solve. The answers are automatically evaluated by the system, in case success, new problems are shown, otherwise, a resolved sample is recommended. This possibility to student analyse own mistake, correct it and learn with the process. In a nutshell, the empirical results confirm that the proposed is a plausible solution to be used over virtual learning environment.

KEYWORDS: Machine Learning, Intelligent Tutoring Systems, Neighborhood Based Learning, Ensemble, Multi-layer Artificial Neural Network.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a evolução tecnológica tem sido a principal causa de inúmeros avanços, iniciando uma revolução em diversas áreas da sociedade. Em setores de produção industrial podemos observar como a automação tem tornado a execução de tarefas mais rápida, uniforme e causando menos desperdício. No setor de telecomunicações os avanços foram ainda mais evidentes, sendo possível atualmente enviar grande quantidade de dados em tempo recorde ou realizar videoconferências que conectam pessoas de várias partes do mundo praticamente sem nenhum atraso de transmissão, mudando completamente a forma com as pessoas se comunicam e se relacionam. Na educação não vem sendo diferente, várias pesquisas estão sendo realizadas incansavelmente para que novas ferramentas possibilitem que a aprendizagem ocorra de forma satisfatória e eficiente.

Entretanto, quando novas descobertas são feitas e tecnologias são criadas e/ou aprimoradas, novos questionamentos e desafios começam a surgir. Apesar de todo o avanço, a capacidade de processamento aumentada e os novos recursos tecnológicos descobertos, os computadores ainda não eram capazes de realizar tarefas diárias simples, como por exemplo, reconhecer uma pessoa pelos seus traços ou voz, distinguir entre duas espécies de flores, analisar a semântica de um texto, ou até mesmo auxiliar um estudante na resolução de um exercício prático, levando em consideração as suas especificidades de aprendizado. Um ser humano leva anos para aprender e aperfeiçoar essas habilidades, e mesmo assim não consegue total domínio de todas as áreas, porém, quando se depara com uma nova situação problema é capaz de usar conhecimentos adquiridos previamente para poder propor uma solução. Essa capacidade de evoluir e aprender de forma inteligente acaba por dar a nós humanos uma enorme vantagem sobre as máquinas, por mais avançadas que essas sejam.

Paralelamente com a evolução computacional, foram surgindo novas ideias de como utilizá-los em diversas situações de cunho profissional e do cotidiano. Uma dessas ideias diz respeito à utilização de computadores na resolução de problemas que até então só humanos eram capazes resolver. A partir desse momento foram dados os primeiros passos nos estudos sobre Inteligência Artificial (IA) que nada mais é do que o estudo das faculdades mentais através do uso de modelos computacionais [Charniak e McDermott 1985]. Um problema frequente que vem recorrendo a IA para achar soluções é o de classificação. O Aprendizado de Máquina (AM) é uma subárea da Inteligência Artificial que tem como objetivo o desenvolvimento de técnicas e sistemas que são capazes de adquirir conhecimento autonomamente, e com isso, ter a capacidade de tomar suas decisões baseado em experiências que se mostraram corretas anteriormente [Monard and Baranauskas 2003].

Com o avanço nas pesquisas em IA e AM, programas inteligentes começaram a atuar cada vez mais em situações em que somente humanos tinham autonomia. No setor automobilístico já existem carros sendo comercializados com um programa integrado que através de sensores tem a capacidade de perceber o ambiente externo, e a partir dele, toma decisões em tempo real, podendo evitar acidentes e até mesmo guiar o carro sem o auxílio de um humano. Na educação, por exemplo, o uso de AM pode otimizar a construção do conhecimento e a experiência educativa do aluno, sendo um programa computacional capaz de orientá-lo levando em considerações suas características pessoais, havendo assim, uma aprendizagem significativa [Ausubel 1963]. O conceito de Aprendizagem Significativa vem sendo muito utilizado em conjunto com Agentes Inteligentes, que de acordo com [Coppin 2004], são entidades capazes de realizar uma determinada tarefa normalmente com o intuito de auxiliar um usuário humano, podendo essas entidades serem dos tipos biológica, robótica ou computacional.

O presente artigo está organizado em cinco seções que incluem esta. Na Seção 2 são apresentados os conceitos de Sistemas Tutores Inteligentes, bem como o desenvolvimento do trabalho. Na Seção 3, é apresentada a metodologia adotada para realização do trabalho. Já na Seção 4, são realizadas as análises sobre os resultados alcançados. E por fim, o artigo é finalizado na Seção 5, e são apresentados as considerações finais e previsão de trabalhos futuros.

2 | SISTEMAS TUTORES INTELIGENTES

Diversos estudos vêm sendo realizados ao redor do mundo sobre o desenvolvimento e aplicação de Sistemas Tutores Inteligentes (STI) para o auxílio no processo de aprendizagem de diversas áreas. Na pesquisa de [Kurup et al. 2016] por exemplo, os autores desenvolvem um STI para ajudar crianças a aprender as regras de pontuação em inglês, oferecendo frases sem pontuação onde as crianças deverão realizá-las, caso necessário o próprio sistema ajuda os alunos na correção. Já na pesquisa de [Britto et al. 2017], os autores apresentam um STI para auxiliar estudantes do ensino médio no processo de aprendizagem de eletrônica básica, considerado por muitos estudantes, de acordo com sua pesquisa, uma disciplina complexa.

O sistema aqui proposto tem seu uso totalmente voltado para um público infantil, formado por crianças entre cinco e seis anos de idade. Para esse propósito, é de extrema importância que o sistema possua uma interface gráfica amigável e atrativa para seus usuários. Usando para isso, cores e desenhos animados, que possibilitem com que as crianças se interessem pelo programa. A ideia principal da tela inicial do sistema é apresentar um problema de adição que consiste em somar dois números

inteiros. Como exemplo, usaremos a soma dos valores 99 e 103. Para realizar a operação de modo satisfatório, a criança deve não somente realizar a adição, mas considerar as transposições de algarismos (vai um) necessárias. O primeiro passo para a criança seria realizar a soma dos valores 9 e 3 (referentes a coluna das unidades), que equivale a 12, nesse caso devido o resultado da soma conter dois dígitos, as unidades devem ser separadas das dezenas. Repetindo o processo para as colunas das dezenas e centenas. Após a crianças terminar o cálculo a mesma irá informar a ação ao sistema, que por sua vez, poderá seguir por dois caminhos, sendo estes: a criança acertar ou errar o cálculo.

A correção do cálculo realizado pela criança é feita de forma computacional, e no caso de acerto, uma mensagem de sucesso, juntamente com um convite a resolver outro problema irá ser apresentada ao usuário, incentivando-o a continuar praticando. A importância desta mensagem está no fato de dar um retorno positivo a criança, se tornando assim uma forma de apoio e de tornar o processo de aprendizagem mais prazeroso.

2.1 Situação de erro

Caso a criança não acerte na resolução do problema proposto, o sistema irá apresentar uma mensagem informando ao usuário do erro. Neste momento, o sistema também irá fazer uso da função de recomendação, que escolherá um exemplo correto semelhante ao problema proposto, e o apresentará à criança juntamente com a mensagem. O exemplo será escolhido da base gerada anteriormente, caso a mesma venha a ser devidamente validada. A Figura 1 ilustra um protótipo da tela em situação de erro. É possível perceber que além de exibir uma mensagem informando que a criança não obteve êxito na realização do cálculo, de forma descontraída, o sistema exibe um exemplo de uma adição semelhante, porém resolvida corretamente. Após a criança observar o exemplo recomendado pelo sistema, ela tem a chance de voltar ao problema original e descobrir onde errou e tentar novamente.

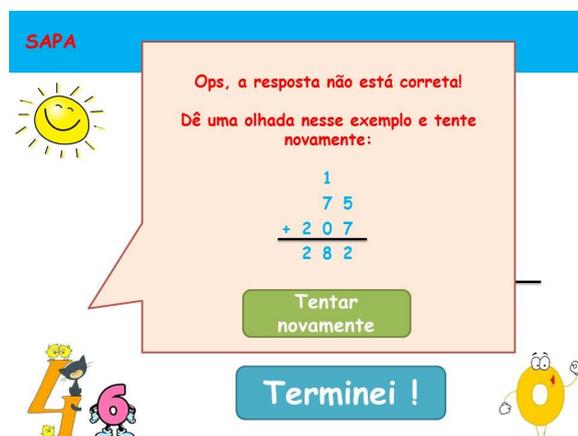


Figura 1: Protótipo da tela de erro do sistema.

É importante analisar nesta tela o modo como o não êxito da criança é informado, pois ao se usar de uma mensagem mais descontraída, a criança não se sente desmotivada a continuar o processo de aprendizagem. Devido ao fato de se mostrar um exemplo correto, juntamente com a opção de voltar ao problema original observando onde errou, a criança tem a chance de refletir sobre o seu trabalho e através do processo de observação, deduzir onde a mesma cometeu o erro, tornando assim o processo de construção do conhecimento muito mais sólido e fundamentado.

3 | METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foi usado o framework scikit-learn [Pedregosa et al. 2011], este por sua vez possui a implementação de diversos algoritmos de AM de forma bem consolidada. Para esta pesquisa foram usados os algoritmos: KNN, Redes Neurais com múltiplas camadas (RNA) e o comitê de máquina Bagging. Esses algoritmos são identificados no framework com os seguintes nomes: KNeighborsClassifier, MLPClassifier e BaggingClassifier, respectivamente.

3.1 Base de dados

Para a pesquisa foram usadas três bases de dados principais distintas, a primeira contendo 1.000 padrões, a segunda 10.000 padrões e a terceira contendo 100.000 padrões. Cada uma das três bases, foram transformadas em mais três bases contendo erros aleatórios em um percentual controlado de 10%, 20% e 30%, simulando um aluno errando ao tentar resolver uma questão de adição aritmética. As porcentagens de erro foram escolhidas com a intenção de testar a capacidade de generalização dos algoritmos durante a fase de treinamento, garantindo assim a validade das bases. A Figura 2 ilustra como se deu a geração das bases, onde cada uma das bases originais se desdobra em mais três, totalizando nove bases de dados.

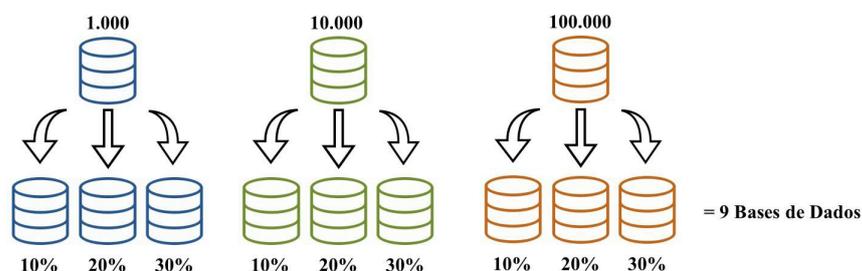


Figura 2: Ilustração da geração das bases de dados.

A geração das bases foi feita por um algoritmo escrito em Python que escolhe dois números aleatórios, e os soma levando em consideração o método usado pelos

usuários do sistema. A soma realizada é persistida em uma estrutura de lista de modo que a mesma soma não venha a se repetir em uma mesma base de dados. Logo após, a soma como um todo é convertida do formato natural em um formato representativo, que pode ser usado pelos algoritmos de AM, e salva em um arquivo com a extensão csv (comma separated values). A Figura 3 apresenta a mesma operação tanto em sua forma natural (a), como na sua forma convertida para um formato de leitura direta dos algoritmos (b), pode-se destacar também o fato que na imagem (b) o último dígito representa a classe, ou seja, se a soma está correta ou não.

$$\begin{array}{r}
 1\ 0\ 1\ 0\ 0 \\
 6\ 1\ 2\ 0\ 2 \\
 +\ 5\ 7\ 9\ 5\ 4 \\
 \hline
 1\ 1\ 9\ 1\ 5\ 6
 \end{array}$$

(a)

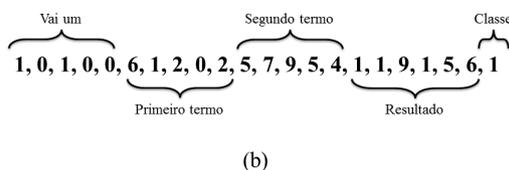


Figura 3: Formato da soma real e o formato transformado para ser usado nos algoritmos de AM.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para quantificar e validar o desempenho de cada algoritmo foi escolhida a técnica de validação cruzada, vide Figura 4, que consiste em dividir os dados de treinamento em x partes, e treinar o algoritmo usando $x - 1$ das partes resultantes, deixando a última para teste. O processo é repetido até que todas as x partes tenham sido usadas como base de testes. Cada um dos testes realizados tem seu resultado adicionado a uma estrutura de array, que no final terá o mesmo tamanho de x , de onde pode-se obter a média dos resultados e o desvio padrão [Faceli et al. 2015]. Para todos os testes realizados nesta pesquisa assume-se $x = 10$. Na Tabela 1, são apresentados os resultados para média e desvio padrão das execuções da validação cruzada para os algoritmos KNN, RNA e Bagging sobre os conjuntos de dados gerados.

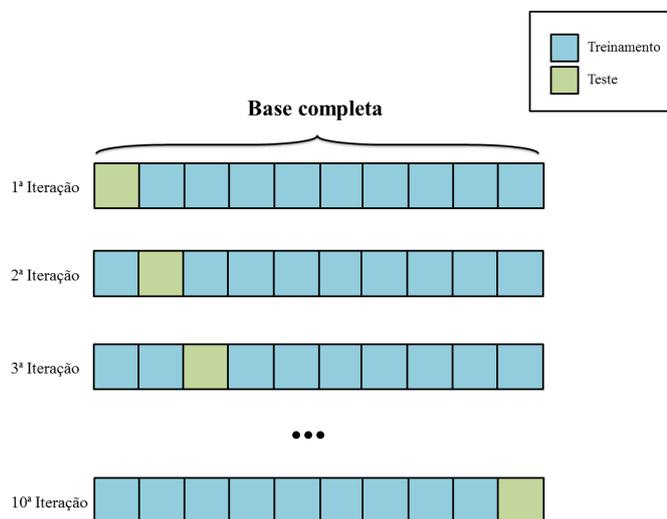


Figura 4: Funcionamento da validação cruzada.

Nº Padrões	% de Erro	KKN	RNA	Bagging
1.000	10%	0,8970 ± 0,0046	0,8980 ± 0,0040	0,9000 ± 0,0000
	20%	0,7850 ± 0,0157	0,7960 ± 0,0169	0,8010 ± 0,0137
	30%	0,6570 ± 0,0374	0,6850 ± 0,0297	0,7060 ± 0,0262
10.000	10%	0,8989 ± 0,0011	0,9943 ± 0,0019	0,9937 ± 0,0014
	20%	0,7943 ± 0,0029	0,9935 ± 0,0013	0,9929 ± 0,0015
	30%	0,6868 ± 0,0101	0,9950 ± 0,0016	0,9936 ± 0,0025
100.000	10%	0,9009 ± 0,0006	0,9994 ± 0,0003	0,9993 ± 0,0002
	20%	0,8067 ± 0,0015	0,9993 ± 0,0002	0,9993 ± 0,0002
	30%	0,7198 ± 0,0031	0,9990 ± 0,0003	0,9993 ± 0,0002

Tabela 1: Resultados das simulações por algoritmo e percentual de erro

É possível afirmar que de acordo com resultados dos testes apresentados na Tabela 1, que nas bases contendo 1.000 padrões todos os algoritmos obtiveram resultados bem semelhantes. Devido ao fato de haver poucos padrões para treinamento, o uso do Bagging possibilitou tanto um aumento da taxa de precisão quanto à diminuição no desvio padrão em todas as diferentes porcentagens de erro. Outro comportamento que todos os algoritmos apresentaram, foi a perda de precisão em razão do aumento do percentual de padrões contendo erro nas bases. Esta característica apresentada acaba por evidenciar que os resultados estão diretamente associados a quantidade de exemplos errados. Em relação ao desvio padrão, todos os algoritmos tiveram o seu valor aumentado em função do aumento do percentual de erro nos padrões. O Bagging manteve seus valores mais baixos, uma vez que o mesmo possui um melhor suporte a ausência e/ou ruídos nos dados de treinamento, com uma melhor adaptação e capacidade de generalização em comparação com um algoritmo de AM atuando isoladamente.

A simulação realizada nas bases com 10.000 padrões obteve um comportamento diferente da simulação anterior em alguns dos algoritmos. A RNA e o Bagging

obtiveram um aumento considerável em suas taxas de acerto, ficando ambos acima de 99% em todos os cenários, isso se deve ao aumento no número de exemplos na fase treinamento. Como descrito na seção anterior, Redes Neurais tendem a ter um melhor desempenho com uma maior quantidade de treinamento. Nesta simulação, a RNA e o Bagging também mudaram drasticamente a perda de performance em função do aumento de erro nas bases, havendo em alguns casos uma relação inversamente proporcional como pode ser notado na Tabela 1. Assim como nas bases de 1.000 padrões, o KNN nas bases de 10.000 e 100.000 manteve a perda de precisão ao se aumentar o percentual de erro nas bases, porém o aumento no número de padrões também proporcionou uma melhora nos resultados do mesmo.

Relacionando o RNA com o Bagging, pode-se notar que em alguns casos, a RNA obteve um melhor resultado que o seu comitê, mesmo que de forma modesta, tanto nas bases de 10.000 padrões, como nas bases de 100.000 padrões. Apesar dos números, a RNA tem obtido um resultado melhor. [Dietterich 2000] afirma que nesses casos o uso do Bagging ainda é mais aconselhável, tendo em vista sua maior capacidade de lidar com uma baixa quantidade de dados de treinamento, assim como em situações específicas da base, uma vez que cada um dos estimadores treinados pode se especializar em diferentes visões dos dados de treinamento.

Com base nos resultados obtidos nos testes, foi possível classificar as bases de dados como aptas a serem usadas no sistema, uma vez que todos os algoritmos conseguiram uma taxa de generalização elevada, provando que apesar de geradas artificialmente, as bases possuem padrões que possibilitam uma boa recomendação. A base escolhida para ser usada pelo sistema é a de 100.000 padrões, porém sem a presença de erros, uma vez que será utilizada somente para recomendação de adições como forma de apoio.

Uma vez escolhida a base de recomendação devidamente validada, foi chegada a hora de escolher a metodologia usada para a função de recomendação. Para desempenhar esta tarefa foi definida a distância euclidiana, que consistem na diferença entre os pontos que se deseja comparar elevado a segunda potência como mostra na Equação (1). Porém, antes de realizar qualquer cálculo, foi necessário fazer a distribuição dos dados de recomendação em um espaço multidimensional, onde o número de dimensões é igual ao número de atributos de um padrão da base. Logo após, o cálculo contendo erro, que se deseja achar o padrão mais próximo, é também inserido no espaço e os seus vizinhos mais próximos são achados, calculando a distância entre o exemplo com erro e os padrões.

$$d(x_i, x_j) = \sum_{l=1}^d (x_i^l - x_j^l)^2 \quad (1)$$

Para demonstração da capacidade de recomendação da metodologia escolhida, com a base de recomendação, a Figura 5 apresenta como se dá o processo de escolha de um exemplo correto a ser recomendado usando a distância euclidiana. A ilustração em questão representa o espaço multidimensional contendo todos os objetos usados no processo. Acima temos a operação de adição na qual a criança não obteve êxito, e abaixo temos os cinco vizinhos mais próximos com classificação de acerto. Próximo a cada linha que liga o exemplo com cada um dos vizinhos, está o resultado do cálculo da distância, sendo o padrão com menor distância o escolhido, o mesmo está circulado na Figura 5.

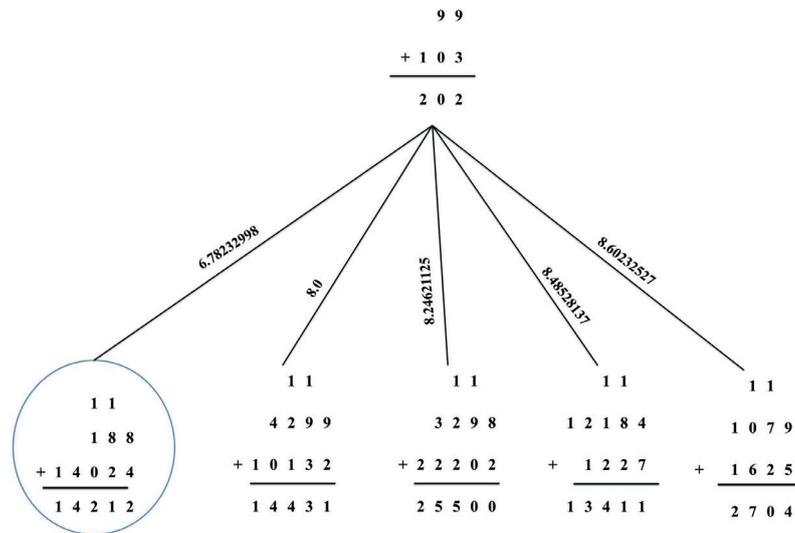


Figura 5: Recomendação de problema exemplo via distância euclidiana.

Ao analisar os 5 objetos mais próximos, é possível observar que todos possuem o processo de transportar um algarismo para a coluna seguinte (vai um), que foi exatamente a etapa da operação realizada de forma errônea. Entretanto, como forma de validar a distância euclidiana como métrica válida para a recomendação, foi decidido aplicar a Correlação de Pearson (CP), conforme apresentada na Equação (2), com o intuito de comparar com os resultados obtidos usando a distância euclidiana. O coeficiente de correlação de Pearson consiste em um cálculo que retorna um valor entre [-1 e 1]. O valor 1 indica total correlação, o valor 0 indica total independência dos termos e -1 dependência reversa. Na equação de CP, x_i e x_j , representam o exemplo que se deseja comparar, respectivamente, enquanto \bar{x} representa a média. A tabela a seguir apresenta a relação entre os resultados da distância euclidiana e o coeficiente de correlação para o exemplo acima apresentado.

$$CP(x_i, x_j) = \frac{\sum_{l=1}^d (x_i^l - \bar{x})(x_j^l - \bar{x})}{\sqrt{(\sum_{k=1}^d (x_i^k - \bar{x})^2 \sum_{l=1}^d (x_j^l - \bar{x})^2)}} \quad (2)$$

Ordem de distância	Distância Euclidiana	Coefficiente de Correlação
1	06.7823	0.8675
100	10.7703	0.7036
1.000	13.1149	0.5775
10.000	16.0000	0.3931

Tabela 2: Relação entre a distância euclidiana e a correlação.

A Tabela 2 apresenta os valores da distância euclidiana e os coeficientes de correlação para o exemplo da Figura 5. Para cada elemento é possível perceber que quanto maior a distância, entre o cálculo realizado pela criança e o exemplo recomendado pelo sistema, a correlação diminui. De acordo com a Equação (2), apresentada anteriormente, pode-se perceber que o elemento mais próximo apresenta o grau de correlação alto (se aproxima de 1), indicando uma boa semelhança entre os exemplos. Entretanto, ao passo que se aumenta a distância entre os exemplos, o coeficiente de correlação diminui (se aproxima de 0), indicando que os mesmos não apresentam um alto grau de semelhança. Analisando a relação apresentada na Tabela 2, pode-se afirmar que os resultados obtidos com o coeficiente de correlação validam a distância euclidiana como uma boa métrica a ser usada para o agente recomendador.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema aqui proposto tem como uma de suas premissas tornar a ação de aprender a somar significativa para a criança, através de um ambiente atrativo e divertido, que além de procurar manter a atenção do aluno, também irá usar de técnicas da Inteligência Artificial e do Aprendizado de Máquina para auxiliá-la no seu aprendizado, o que implica em considerar as suas estruturas cognitivas como sendo essenciais para o seu modo de construir o conhecimento. Pelo fato do sistema oferecer uma função de recomendação, que ao invés de simplesmente buscar exemplos em uma base de dados, o faz de forma inteligente, acaba por torna a função de tutoria muita mais personalizada ao usuário, mantendo sempre a preocupação de considerar suas especificidades no momento de tomar decisões. Como trabalho futuro, pretende-se aplicar os conceitos aqui estudados para as demais operações aritméticas básicas restantes.

REFERÊNCIAS

Ausubel, D. P. (1963). **The psychology of meaningful verbal learning**.

Britto, R., de Oliveira Filho, W. G., Barros, C. G., and Lopes, E. C. (2017). **Intelligent tutor system model applied to basic electronics**. In 2017 12th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI), pages 1–5.

Charniak, E. and McDermott, D. (1985). **Introduction to AI**. Reading (Mass.): Addison.

Coppin, B. (2004). **Artificial intelligence illuminated**. Jones & Bartlett Learning.

Dietterich, T. G. (2000). **Ensemble methods in machine learning**. In International workshop on multiple classifier systems, pages 1–15. Springer.

Faceli, K., Lorena, A. C., Gama, J., and Carvalho, A. (2015). **Inteligência Artificial: Uma abordagem de aprendizado de máquina**.

Kurup, L., Joshi, A., and Shekhokar, N. (2016). **Intelligent tutoring system for learning english punctuation**. In 2016 International Conference on Computing Communication Control and automation (ICCUBEA), pages 1–6.

Monard, M. C. and Baranauskas, J. A. (2003). **Sistemas Inteligentes-Fundamentos e Aplicações**, 1(1).

Pedregosa, F., Varoquaux, G., Gramfort, A., Michel, V., Thirion, B., Grisel, O., Blondel, M., Prettenhofer, P., Weiss, R., Dubourg, V., Vanderplas, J., Passos, A., Cournapeau, D., Brucher, M., Perrot, M., and Duchesnay, E. (2011). **Scikit-learn: Machine learning in Python**. Journal of Machine Learning Research, 12:2825–2830.

UNIVERSIDADES CORPORATIVAS: UMA REFLEXÃO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

Data de aceite: 19/11/2019

Gislaine Dias

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Etec Deputado Ary de Camargo Pedroso, Piracicaba/ SP

Ana Cláudia de Oliveira Ré

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Etec Deputado Ary de Camargo Pedroso, Piracicaba/ SP

RESUMO: A Universidade Corporativa se apresenta como estratégia competitiva no mundo globalizado, por promover a aprendizagem organizacional como um fenômeno que objetiva gerenciar os conhecimentos e desenvolvimento humano. Entretanto, ainda se encontram muitas lacunas nesta temática, dificultando a apresentação de resultados sólidos que valorizem a implementação da UC como diferencial de resultados das empresas. Este ensaio tem como objetivo discutir a relevância e as possíveis contribuições das Universidades Corporativas para o aumento das capacidades do capital humano no âmbito empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Corporativa, Aprendizagem Organizacional, Capacidade Organizacional.

CORPORATE UNIVERSITIES: A

REFLECTION FROM THE PERSPECTIVE OF ORGANIZATIONAL LEARNING THEORY

ABSTRACT: The Corporate University presents itself as a competitive strategy in the globalized world, for promoting organizational learning as a phenomenon that aims to manage knowledge and human development. However, there are still many gaps in this issue, making it difficult to present solid results that value the implementation of UC as a differential of companies' results. This essay aims to discuss the relevance and possible contributions of Corporate Universities to increase the capacities of human capital in the business sphere.

KEYWORDS: Corporate University, Organizational Learning, Organizational Capacity.

INTRODUÇÃO

As necessidades latentes de estratégias de posicionamento para barreiras de entrada e para inovação das empresas, estimulam a alta administração a buscar ferramentas para o desenvolvimento do capital humano. Tal ação favorece vínculos das pessoas com a empresa, pelo envolvimento gerado nos contextos organizacionais e, conseqüentemente, pela possibilidade de ampliação de suas

capacidades, refletindo impactos positivos para ambos os lados.

Embora a aprendizagem organizacional seja um fenômeno teórico, os conceitos são experimentais (WEICK e WESTLEY, 1998). Dessa forma, é necessário que haja prática, que deve ser aplicada por meio de um processo para que os conhecimentos realmente sejam legitimados nas organizações. Por meio do conceito *learn by doing*, a aprendizagem se torna positiva, pois as experiências práticas trarão a especialização das atividades e, portanto, melhores resultados (LEVITT e MARCH, 1988).

A aprendizagem organizacional ocorre por meio da aquisição e expansão de conhecimentos, como também pela ação de desaprender os conhecimentos inúteis (JIMÉNES-JIMÉNES e CEGARRA-NAVARRO, 2007). Desta forma, compreende-se que, a partir de uma interrelação entre indivíduos, é possível fazer com que os conhecimentos sejam expandidos e multiplicados. A aprendizagem se dá por um sujeito coletivo que aprende (GHERARDI, 2001).

É importante destacar que a Aprendizagem Organizacional não se trata apenas de mudanças comportamentais nas empresas, mas também se classifica como importante instrumento de inteligência organizacional. Sob a perspectiva da inteligência, as capacidades individuais dão condições para que as empresas aprendam mais rapidamente e de forma mais precisa (LEVITT e MARCH, 1988).

Apesar da ênfase dada à inteligência como instrumento determinante da aprendizagem organizacional, ela nem sempre legitima um comportamento inteligente. Há outros determinantes que interferem nessa afirmação, como a superstição na aprendizagem, armadilhas de competência e inferências errôneas (LEVITT e MARCH, 1988).

Nesse sentido, a Universidade Corporativa (UC) surge com o propósito de criar vantagens competitivas por meio da construção de um currículo corporativo com recursos significativos para lidar com a gestão da inovação, totalmente voltados para o contexto organizacional e suas necessidades (RHEAUME e GARDONI, 2015).

Tais conhecimentos podem ser imbricados na organização, formalmente organizados por meio de um programa de Educação Corporativa - reificado pela Universidade Corporativa - que por meio da perspectiva do conhecimento, permitirá um processo de conteúdos e aprendizagens que conduzirão os indivíduos as máximas capacidades organizacionais.

Diante desses levantamentos alguns questionamentos se tornam importantes: As Universidades Corporativas podem ser consideradas contribuições para soluções de criação de valor e potencialização das capacidades organizacionais? Seriam as UCs as instituições responsáveis por cumprir as agendas de desenvolvimento dos instrumentos de inteligência das organizações?

Esses questionamentos direcionam este ensaio para uma reflexão sobre a existência e relevância das Universidades Corporativas como ferramenta de criação

de valor e vantagens no mundo corporativo. Diante dessa reflexão, o objetivo deste ensaio é discutir, sob a luz da Aprendizagem Organizacional, a relevância e as possíveis contribuições das Universidades Corporativas para o aumento das capacidades organizacionais no mercado competitivo.

EXPLORANDO OS CONCEITOS DE APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

A Aprendizagem Organizacional como tema de estudo, surgiu em um primeiro momento, para atendimento das expectativas da comunidade econômica. No final dos anos 80, os estudos se intensificam, e a Aprendizagem Organizacional (AO) enquanto teoria, passa a fazer contribuições relevantes para as pesquisas organizacionais (EASTERBY-SMITH e LYLES, 2011).

A Aprendizagem Organizacional é uma teoria que parte dos estudos comportamentais, em que as rotinas, as ações e as metas são os principais pilares das organizações. Portanto, pode ser considerada uma teoria experimental, considerando que os resultados se dão por meio de experiências diretas, como a tentativa e erro e as investigações organizacionais – a partir das próprias rotinas internas identificadas, que podem trazer melhores resultados para a empresa. As organizações também aprendem por meio do *learn by doing*, ou seja, nas experiências produtivas internas por meio das atividades observadas e postas em práticas (LEVITT e MARCH, 1988).

A Aprendizagem Organizacional desenvolve uma visão alternativa, que representa fenômenos como cultura e institucionalização da empresa. Esse mecanismo alternativo, se torna atraente para o desenvolvimento da aprendizagem, uma vez que a perspectiva cognitiva dos indivíduos fará a contribuição para a legitimação da teoria (WEICK e WESTLEY, 1998).

Nesse sentido, a AO ocorre quando há estímulos externos, ou seja, as organizações criam condições para que os comportamentos dos indivíduos se voltem para o atendimento das pressões ambientais a que são expostos constantemente. Essa questão justifica a necessidade de compreender como os indivíduos podem contribuir para a configuração ou reconfiguração de suas ações de aprendizagem, e quanto essas ações podem se refletir positivamente nos resultados organizacionais. A dinâmica da aprendizagem, sob a perspectiva comportamental, considera que há uma forte influência do passado, e, portanto, todas as inferências ocorridas em um determinado período, codificam, influenciam e guiam os roteiros, os artefatos e a linguagem que se estabelecem nas relações entre os indivíduos. Dessa forma, considera-se que a aprendizagem é um processo social. Indivíduos ou grupos nunca aprendem sozinhos, pois há o pressuposto de uma constante relação dialógica (NEDER e BIDO, 2017). É por meio dos processos de aprendizagem organizacional que as empresas se adaptam ao ambiente em que estão inseridas.

O diálogo é o veículo condutor da Aprendizagem Organizacional, portanto, a boa comunicação entre gestores e empregados facilita a distribuição de conhecimento e promove uma maior interação entre os indivíduos, estimulando-os na partilha e propagação das melhores práticas entre departamentos e entre si. Os gestores podem ser agentes incentivadores de resolução de problemas, de forma criativa e inovadora, podendo conduzir a equipe a um patamar de autonomia, em que todos cumprem com a função de disseminação dos conhecimentos (GOMES e WOJAHN, 2017).

Quanto a forma de aprendizagem, Gherardi (2001) oferece relevante contribuição sobre a reflexão do conceito de aprendizagem organizacional, pois se refere a um sujeito coletivo que aprende. Este pode ser desenvolvido na atividade que mobiliza o conhecimento utilizado e relevante na organização. É apresentada uma metáfora referente à relação entre a aprendizagem e o objeto de estudo, no caso, a organização, uma vez que permite aos sujeitos – individuais, coletivos, organizacionais e institucionais - associarem-se a uma rede de conhecimento.

A AO é um processo que ocorre internamente nas empresas e é particular e único para cada organização. Os conhecimentos adquiridos internamente são propriedades de todos os membros da equipe. Considerando que há particularidades nos processos de aprendizagem, reconhece-se que são estas as que moldam as estruturas e capacidades, ou seja, elas que definem seus recursos e potenciais competitivos. Grande parte da aprendizagem é oriunda de fontes informais advindas das relações sociais dentro das organizações. Portanto, todas as atividades sociais e relações individuais e/ou grupais são oportunidades de aprendizagem, e se tornam tão importantes quanto as conduzidas formalmente (ANTONELLO e GODOY, 2009).

Avançando nesse aspecto, os estudos de Saleem, Saqib e Zahra (2015), reúnem esforços para confirmar que o estilo de liderança dos gestores reflete uma relação positiva entre o contrato de trabalho e a aprendizagem organizacional. Os autores confirmaram que além do trabalho em equipe, os processos de engajamento (ou as responsabilidades pelo contrato de trabalho), são altamente afetados pela função modeladora do estilo de liderança.

Observando esse fato, para que ocorra uma aprendizagem efetiva nas organizações, é preciso que esta esteja aberta e preparada, com uma cultura favorável. Ambientes amistosos, culturas do ócio criativo e programas flexíveis ajustados às necessidades das empresas e empregados são imprescindíveis para a promoção da aprendizagem. Ao contrário, a rigidez e os tabus sob a perspectiva do poder impede a aprendizagem, bloqueando as possibilidades. Inclusive Weick e Westley (1998), alegam que o humor fornece a flexibilidade, correção e *insight* sem prejuízo da ordem. O humor permite a reprodução mais efetiva do conhecimento, buscando a criação pela 'desordem', porém ajustada a uma ordem efetiva. A dúvida

e a curiosidade devem ser cultivadas.

Segundo Easterby-Smith e Lyles (2011), há poucos estudos que abordem como o conhecimento é armazenado, quando é utilizado e qual sua periodicidade. Os autores alegam inclusive que faltam estudos que suportem as teorias relacionadas ao conhecimento e o quanto isso reflete diretamente nos resultados das empresas. Sugerem inclusive, que haja esforços de pesquisas quanto a concentração, as trajetórias e a terceirização do conhecimento, conquistados possivelmente por meio da inovação aberta.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA: AGENTE DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

Em um mercado competitivo e dinâmico, em que a adaptação e a proatividade das empresas tornam-se necessárias para sua sobrevivência e posicionamento de mercado, as equipes de trabalho são valorizadas, observando-se as necessidades de preparação dos indivíduos para enfrentamento das novas e inesperadas situações impostas pela competição.

Para o atendimento dessa constante necessidade, não basta apenas a promoção e a aplicação de programas de treinamento e desenvolvimento de colaboradores, mas sim, do envolvimento dos funcionários de diferentes níveis em processos de Educação Corporativa, cujos objetivos visam atender as necessidades estratégicas das empresas. Busca-se também, ampliar os horizontes, expandindo a visão geral do mercado, abrangendo fornecedores, clientes e grupos sociais que podem sofrer influência sobre as empresas (GODOY *et al*, 2008).

Desse modo, algumas organizações passaram a buscar formas de empreender ações focadas em desenvolvimento de competências às suas equipes de trabalho, desenvolvendo estratégias internas que pudessem subsidiá-las nas exigentes tarefas de posicionamento e ações empresariais (ALPERSTEDT, 2001).

Como definição, Allen (2002, p. 9) classifica a Universidade Corporativa como,

“uma entidade educacional que é uma ferramenta estratégica desenhada para assistir sua organização-mãe na construção de sua missão pela condução de atividades que cultivam o aprendizado, o conhecimento e a sabedoria, tanto do indivíduo quanto o da organização”.

Para Paton *et al* (2005), a Universidade Corporativa (UC) é uma instituição que oferece graus secundários de formação, através de uma entidade com ou sem fins lucrativos, cuja principal missão é algo diferente do que as demais instituições públicas ou privadas de educação formal se propõem a oferecer. Nasceu em meados do século XIX nos Estados Unidos a fim de preencher as lacunas de educação da época, oferecendo soluções que se encaixassem às novas condições de trabalho.

Logo, as UC assumiram três características diferentes com a nova geração de estratégias de aprendizagem: 1) são iniciativas de nível corporativo em ambientes grandes, complexos e diferenciados; 2) busca o contínuo alinhamento estratégico; 3) tentativa de elevar os padrões, expectativas e impacto no que diz respeito a formação e desenvolvimento.

Para Meister (1999), precursora dos estudos sobre Educação Corporativa e Universidade Corporativa, defende que alguns temas atuam de acordo com princípios e objetivos semelhantes, como: a) a aprendizagem como suporte para o atingimento dos objetivos empresariais; b) facilitam o processo de aprendizagem; c) oferecem currículo conectado com os objetivos do negócio; d) atendem também a terceiros; e) adotam diversos formatos de aprendizagem; f) envolvem os líderes como facilitadores da aprendizagem; g) buscam o autofinanciamento dos serviços; h) orientam a aprendizagem para a globalização; i) avaliam os resultados obtidos; j) facilitam o desenvolvimento de uma competência empresarial diferenciada.

As UC demandam uma visão abrangente, sustentados por atividades, design e ferramentas de suporte, mas principalmente por atores, papéis e responsabilidades. Para que isso ocorra, é preciso o compromisso e envolvimento de vários agentes organizacionais e pessoas externas que possam contribuir para a implementação de habilidades táticas e operacionais.

Nessa discussão, partindo do que é proposto por Eboli (2005), uma das práticas que produz efeitos positivos é o envolvimento dos principais líderes de alto escalão como aprendizes e acadêmicos. A participação destes como atores dos processos propostos pela UC permitem um trânsito facilitado das informações estratégicas da direção para a Universidade Corporativa. Além disso, a liderança cria um ambiente de trabalho em que sua equipe possa expressar e questionar opiniões, construindo uma visão de que não é apenas um lugar para se trabalhar, mas também para crescer e aprender. A atuação exemplar da liderança, os tornam agentes da disseminação e consolidação da cultura organizacional, pois legitima os modelos comportamentais da equipe.

Embora a palavra Universidade remeta a uma estrutura física, como um *campus*, a versão corporativa pode apresentar uma configuração diferente. Existem UC que apresentam estruturas físicas, com unidades capilarizadas em diversas localidades. Outras não possuem estrutura física, promovendo o conhecimento de forma virtual, as *e-learning*s, onde as equipes de trabalho acessam a qualquer hora e em qualquer lugar, facilitando e acelerando seu aprendizado. Há uma série de elementos que determinam a formatação das Universidades Corporativas, como o currículo a ser oferecido, com um programa de aprendizagem que compreenda as competências, habilidades e áreas de conhecimento que se pretende obter, a organização do conteúdo e a estrutura interna que pretenderá atingir (BARLEY, 2002, p. 43).

As Universidades Corporativas se diferenciam das universidades acadêmicas e por isso não se tornam concorrentes. A aprendizagem obtida pelo aluno da universidade acadêmica, atende somente a ele, preparando-o de maneira técnica e abrangente para as mais diversas situações do mercado que possam enfrentar. Já o “aluno-funcionário” utiliza-se da aprendizagem para transformá-la em resultado concreto e efetivo para a organização (GODOY *et al*, 2008).

Existem empresas que promovem a aprendizagem por meio de aulas estruturadas em modelos tradicionais com salas de aula e professor. Outras fazem uso, quase que exclusivo, de ferramenta virtual, que permitem flexibilidade de acesso. Essas empresas, preocupadas em atender as expectativas e aproximar os conhecimentos dos perfis da equipe de trabalho, desenvolvem métodos atrativos e funcionais, que permitam um melhor aproveitamento de todos, como os aplicativos em dispositivos móveis, celulares, entre outros. Qualquer que seja a ferramenta, o interesse das empresas é na qualidade e efetividade de abordagem e conseqüentemente seus resultados (GRISCI e DENGO, 2003).

Mediante a essa discussão, torna-se importante salientar que, nem toda a aprendizagem organizacional ocorre somente dentro ou por meio das UC. Existem empresas conceituadas no mercado que têm feito grandes investimentos em iniciativas de aprendizagem, porém sem o selo da UC, e mesmo assim conquistam resultados igualmente positivos. Outros, utilizam o rótulo da UC no processo de formação através de departamentos separados de formação a nível de unidade de negócio (PATON *et al*, 2005).

Alguns levantamentos feitos por Castro e Eboli (2013) apontam algumas fragilidades das UC que são: a) oferta de programas de aprendizagem como função social, para atender a uma “responsabilidade social” da organização, vindo a comprometer a eficácia da UC – que é a promoção da equidade; b) a lacuna do sistema de educação formal do Brasil, utilizando-se dos programas da UC para compensar essas deficiências dos funcionários; c) as deficiências nas avaliações de desempenho dos programas desenvolvidos e aplicados nas equipes de trabalho; d) a baixa acessibilidade das UC aos CEOs, identificado pelo descompasso entre planejamento, soluções oferecidas e as atividades da empresa; e) baixa adoção de práticas de EAD (apresentando-se forte em países como Estados Unidos e França), o que dificulta a pulverização dos conhecimento no amplo território nacional.

Além disso, Silva e Freire (2017), propõe a formatação de um modelo de UC, com princípios e diretrizes para basilar o processo, com procedimentos metodológicos que minimizem a carência de gerenciamento e a falta de alinhamento das estratégias corporativas com a gestão do conhecimento. A referida gestão, se estabelece fundamentalmente pelos sistemas de apoio para os processos de criação, compartilhamento, estruturação, disseminação e utilização de conhecimentos

na organização junto aos stakeholders. Tal como sugere Silva e Freire (2017), as diretrizes devem abarcar o alcance (público interno e externo); a interconexão (tecnologias interativas); reconhecimento dos stakeholders (quem são e como compreendem o conhecimento intelectual, social e relacional); tecnologia (ambientes virtuais inteligentes); foco (processos de comunicação); nível (relacionamento com universidades, certificações e diversidade de cursos e treinamentos); gestão do conhecimento (alinhamento estratégico, cultura organizacional e gestão de mudanças).

A criação de programas de aprendizagem, com cursos próprios é, portanto, motivada pelas mudanças organizacionais orientadas para a busca efetiva de melhores capacidades e, refletem o grau de importância dada a promoção da aprendizagem organizacional, a preocupação com sua imagem e os resultados no mercado (ALPERSTEDT, 2001).

Outro fator importante a ser considerado, são as oportunidades de retenção de talentos que as Universidades Corporativas podem favorecer. Como as UC cumprem com currículos que abordem aspectos relacionados a estratégias empresariais e estas, promovem as previsões das evoluções de todos os setores da organização, a expansão das competências pessoais das equipes de trabalho pode ser considerada como forma de retenção de talentos. Quando os funcionários passam a se sentir valorizados e envolvidos com as ações e contextos empresariais, naturalmente reduz-se a desmotivação e o interesse dos funcionários em sair da empresa passam a ser minimizados (RHÉAUME e GARDONI, 2015).

Que as UC existem para cumprir com uma agenda estratégica que preencham as lacunas de aprendizagem, ampliem a visão do negócio e preparem as equipes para potencializar seu desempenho no mercado, não há como negar, pois, muitos estudos (ALPERSTEDT, 2001; EBOLI, 2004; PATON *et al*, 2005; VERGARA e RAMOS, 2008; CASTRO e EBOLI, 2013; PATRUCCO *et al*, 2017) confirmam essas afirmativas. Entretanto, é importante ir além. Atualmente as universidades são fortemente impactadas pelas inovações tecnológicas e, enquanto estas apenas cumprirem seu papel de fornecer oportunidades de melhorar o desempenho, não impactam a sua proposta inicial. Inversamente ocorre caso se tornem concorrentes e passem a ser substituídas pelos gigantes das web – como a Google, Apple, Facebook, LinkedIn entre outras – que injetam conteúdo de aprendizagem em massa a um custo baixo.

Outro ponto de atenção na implantação de uma Universidade Corporativa é o cuidado quanto a sua formação. As UC não são estruturas fixas e permanentes. Ao contrário, deverão ser revisitados sempre que o direcionamento da organização sofrer mudanças ou o mercado apresentar determinantes que reforcem a necessidade de ajustes das estratégias (PATON *et al*, 2005). O corpo docente das UC podem ser os próprios funcionários, gestores ou executivos. Essa estratégia contribui para a

redução de custos do programa com profissionais especializados, além de contribuir para a adequação dos conceitos do programa à realidade da equipe de trabalho (OLIVEIRA e MOLLICA, 2016). Como já citado anteriormente, a atuação da liderança legítima a cultura e institucionalização dos comportamentos determinados como padrão para a empresa.

MÉTODO

Este estudo utilizou a forma de ensaio teórico, apropriando-se da liberdade das autoras em fazer uma reflexão a partir de um aparato bibliográfico. Segundo Severino (2017), o ensaio não dispensa o rigor lógico e coerente da argumentação, uma vez que, é exigido um apanhado de informações que suportem os conhecimentos que darão condições para expor as ideias científicas.

Para Meneghetti (2011), um ensaio teórico não exige um modelo específico, pois, pauta-se justamente na busca por novos enfoques e interações, que favoreçam a construção de um novo olhar, a partir de uma forma subjetiva, que avançará para a abordagem do processo de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio discute a importância das Universidades Corporativas como instrumento de promoção da Aprendizagem Organizacional na busca pelo conhecimento, aumento das capacidades produtivas, estratégias e seus impactos nos resultados das empresas.

As UCs podem ser consideradas uma possibilidade para potencializar as capacidades das organizações, favorecendo suas responsabilidades em cumprir as agendas de desenvolvimento dos instrumentos de inteligência. Trata-se de ações afirmativas, uma vez que, pesquisas sobre a temática, já apontadas no referencial teórico, sustentam a vocação das Universidades Corporativas em assumir e disseminar valores, objetivos e cultura da empresa aos funcionários. O fato de algumas Universidades Corporativas contarem com os próprios gestores e executivos como docentes dos programas de aprendizagem, diferenciam os resultados, já que além do conhecimento didático, absorve-se também as características e comportamentos propostos por esses gestores que representam a missão e visão organizacional.

Por outro lado, se as Universidades Corporativas cumprem as agendas de desenvolvimento, essa função não é exclusividade delas. É possível que as organizações possuam áreas que promovam a disseminação dos objetivos e metas da empresa, envolvam as equipes de trabalho para esse fim e consigam aplicar a avaliação de retorno dessas ações, sem o selo de UC.

Ao analisar as Universidades Corporativas no âmbito nacional, há ainda algumas limitações quanto ao seu melhor aproveitamento. As lacunas da educação formal limitam a função da UC a complementar a aprendizagem deficitária dos indivíduos contratados. Isso dificulta inclusive a vinculação das estratégias empresariais e pouco atingem os objetivos comportamentais e culturais que se espera com as Universidades Corporativas, ficando apenas como um instrumento de marketing, alterando o nome da sua área de treinamento e desenvolvimento. Além disso, a falta de um modelo de implementação da UC limita a gestão do conhecimento, pela ausência de diretrizes que orientem e subsidiem a UC como processo e estratégia das organizações.

Portanto, como alega Easterby-Smith e Lyles (2011), ainda faltam estudos que mensurem a quantidade de conhecimento propagado, armazenado e transmitido nas organizações. Espera-se que as Universidades Corporativas possam fazer sua contribuição por meio de modelos que formatem não somente a avaliação da aprendizagem, mas a sua efetiva captação e aproveitamento.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Mark. **The corporate university handbook: Designing, managing, and growing a successful program**. AMACOM Div American Mgmt Assn, 2002.

ALPERSTEDT, Cristiane. Universidades corporativas: discussão e proposta de uma definição. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. 3, p. 149-165, 2001.

ANTONELLO, Claudia Simone; GODOY, Arilda Schmidt. A encruzilhada da aprendizagem organizacional: uma visão multiparadigmática. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, 2010.

BARLEY, K. Corporate university structures that reflect organizational cultures. In: ALLEN, Mark (Org.). **The corporate university handbook**. New York: AMACOM — American Management Association, 2002.

CASTRO, Cláudio de Moura; EBOLI, Marisa. Universidade Corporativa: gênese e questões críticas rumo à maturidade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 4, p. 408-414, 2013.

EASTERBY-SMITH, M.; LYLES, M. A. **Handbook of organizational learning & knowledge management**. 2. ed. Reino Unido: Wiley, 2011.

EBOLI, Marisa. O papel das lideranças no êxito de um sistema de educação corporativa. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, 2005.

GHERARDI, Silvia. From organizational learning to practice-based knowing. **Human relations**, v. 54, n. 1, p. 131-139, 2001.

GRISCI, Carmem Ligia lochins; DENGGO, Normélio. Universidades corporativas: modismo ou inovação? **REAd: revista eletrônica de administração**. Porto Alegre. Edição 35, vol. 9, n. 5 (set/out 2003), documento eletrônico, 2003.

- GODOY, Arilda Schmidt *et al.* **Gestão do fator humano: uma visão baseada nos stakeholders**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- GOMES, Giancarlo; WOJAHN, Rafaela Matte. Organizational learning capability, innovation and performance: study in small and medium-sized enterprises (SMES). **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 52, n. 2, p. 163-175, 2017.
- JIMÉNEZ-JIMÉNEZ, D., & CEGARRA-NAVARRO, J. G. The performance effect of organizational learning and market orientation. *Industrial Marketing Management*, 36(6), 694–708, 2007.
- LEVITT, Barbara; MARCH, James G. Organizational learning. **Annual review of sociology**, p. 319-340, 1988.
- MEISTER, J. **Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas**. São Paulo: Makron Books, 1999
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio teórico. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.
- NEDER, Renato; BIDO, Diógenes de Souza. Tendências de pesquisa em Aprendizagem Organizacional. **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 13, n. 25, p. 323-344, 2017.
- OLIVEIRA, Marister; MOLLICA, Adriana Maria Vieira. Universidade Corporativa Como Ferramenta Estratégica De Treinamento E Desenvolvimento: estudo de caso com uma funcionária da agência do Banco de Brasil de Guarani. **Caderno Científico FAGOC de Graduação e Pós-Graduação**, v. 1, n. 1, 2016.
- PATON, Rob; Peters, Geoff; Storey, John; Taylor, Scott. Corporate universities as strategic learning initiatives. **Handbook of Corporate University Development: Managing Strategic Learning Initiatives in the Public and Private Domains**, p. 5-16, 2005.
- PATRUCCO, Andrea Stefano *et al.* The design process of corporate universities: a stakeholder approach. **Journal of Workplace Learning**, v. 29, n. 4, p. 304-318, 2017.
- RHÉAUME, Louis; GARDONI, Mickaël. The challenges facing corporate universities in dealing with open innovation. **Journal of Workplace Learning**, v. 27, n. 4, p. 315-328, 2015.
- SALEEM, Muhammad Abid; US SAQIB, Najam; ZAHRA, Sadaf. Impact of job engagement and team processes on organizational learning: examining moderating role of leadership style. **Studies**, v. 4, n. 1, 2015.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.
- SILVA, Talita Caetano; FREIRE, Patricia de Sá. Universidade corporativa em rede: Diretrizes que devem ser gerenciadas para a implantação do modelo. **Revista Espacios**, v. 38, n. 10, p. 13, 2017.
- VERGARA, Sylvia Constant; RAMOS, David Ricardo Moreira. Motivos para a criação de universidades corporativas—estudo de casos. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 3, n. 2, 2008.
- WEICK, Karl E.; WESTLEY, Frances. Aprendizagem organizacional: confirmando um oxímoro. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. Vol. III. São Paulo: Atlas, 1998.

ESTUDO ESTÉTICO SOBRE O CÔMICO E A IDEIA DO VAZIO

Data de aceite: 19/11/2019

Claryssa Suemi Oyama

Pontifícia Universidade Católica; Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes
São Paulo, SP

RESUMO: O presente trabalho é uma reflexão acerca do cômico levantando-se hipóteses para tal, principalmente sobre a perspectiva do grotesco. Percebeu-se que não há uma explicação peremptória que suponha os motivos do riso e, para tanto, baseando-se em filósofos como Kant, em *Crítica da faculdade do Juízo*; Schopenhauer, em *O mundo como vontade e representação*; e Sartre, em *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*, elaborou-se, como um diferencial nesta pesquisa, um conjunto de reflexões relacionadas ao ato de imaginar o que se ri. Com o apoio em Vladimir Propp, elaborou-se várias situações em que o cômico é percebido, culminando predominantemente na ideia do vazio.

PALAVRAS-CHAVE: cômico, Filosofia, Estética

AESTHETIC STUDY ABOUT THE COMIC AND THE IDEA OF THE HOLLOW

ABSTRACT: The current work is a reflexion about the comic, raising hypothesis for that, mostly by

the grotesque's perspective. It is known that there are not peremptory explanations which suppose the laughter's motive, and for that it is grounded on philosophers as Kant, in *Critique of Judgment*; Schopenhauer, in *The World as Will and Representation*; and Sartre, in *Being and Nothingness*, it has yielded, as a differential in this research, a set of reflexions related to the imagination act while somebody laughs at. Providing support from Vladimir Propp, it has figured many situations that the comic is realized, culminating on the idea of the hollow.

KEYWORDS: comic, Philosophy, Aesthetics

É inegável que tanto Aristóteles quanto Kant faziam oposição entre beleza e riso: em *Poética*, “o cômico é apenas uma parte do feio” (ARISTÓTELES, 2015, p.67) e, mais adiante, “o cômico é um determinado erro e uma vergonha que não causam dor e destruição” (ARISTÓTELES, 2015, p.67); em *Crítica da Faculdade do Juízo*, o cômico estaria associado à parte “menos nobre do gosto” (KANT, 1993, p.180). Sabendo que existe de fato essa oposição, vale-se neste presente texto esmiuçar esta relação e explorar através de outros filósofos, tracejando e ligando, esses dois polos que parecem desconexos fundamentando-se num estudo estético sobre a arte.

Primeiramente, é necessário introduzir uma breve história do riso na humanidade baseado no livro de Vilma Arêas, *Iniciação à comédia*. Os primeiros registros entrelaçando o cômico e a Arte foram localizados na Antiguidade Clássica com Aristófanes (447 a.C. – 385 a. C.). Dentre alguns de seus livros, estão: *As vespas*, *Lisístrata*, *As nuvens* e *As rãs*. Já na época medieval, a Igreja tomou conta da cultura e foi contra a permissividade que a comédia trazia para as pessoas. Por ora, é necessário saber que o cômico estaria associado à queda de Lúcifer e à desobediência de Adão. Já na Renascença, época a ser estudada mais adiante com Bakhtin, houve vários pontos de irradiação da comédia. Primeiro, Espanha e Portugal, que viviam seu século de Ouro nos séculos XVI e XVII, com Lope de Rueda (1510-1565) através das comédias de capa e espada, com finalidade exclusiva de fazer rir. Havia também a comédia romântica: *El perro del hortelano* de Lope de Vega (1562-1635) e *El vergonzoso en palacio* de Tirso de Molina (1579-1648). Nessa mesma época, houve os entremeses de Chevedo (1580-1645) em *La polilla de Madrid* e de Cervantes (1547-1616) com *El retablo de las maravillas*. Na Itália, ficaram famosas a *commedia sostenuta*, erudita e baseada em Pauto e Terêncio e a *commedia dell'arte*, de caráter popular. Na França, Molière (1622-1673) foi grande expoente e, finalmente, na Inglaterra, sabe-se das grandes obras de Shakespeare (1564-1616) durante a época elisabetana. Um século mais tarde, houve, na França, as chamadas *comédie larmoyante* (comédia lacrimejante) de Nivelles de La Chaussée (1692-1754) e, mais tarde, em 1820, os *vaudevilles* de Eugène Scribe (1791-1861).

1 | RELAÇÕES DO RENASCIMENTO E IDADE MÉDIA COM O GROTESCO

Partindo do princípio que se quer ligar Arte e Comédia, é necessário saber quais ligações o feio (ou o grotesco) tem com os fundamentos do riso. Mikhail Bakhtin se baseia no pesquisador alemão Schneegans ao mencionar que

o exagero do negativo (o que não deveria ser) até os limites do impossível e do monstruoso é a propriedade essencial do grotesco. Disso resulta ser este último sempre satírico. Quando não há intenções satíricas, não existe grotesco (BAKHTIN, 2010, p.267).

Bakhtin trata o grotesco como um gosto popular e afirma:

o autor satírico que apenas emprega o humor negativo, coloca-se fora do objeto aludido e opõe-se a ele; isso destrói a integridade do aspecto cômico do mundo, e então o risível (negativo) torna-se um fenômeno particular. Ao contrário, o riso popular ambivalente expressa uma opinião sobre um mundo em plena evolução no qual estão incluídos os que riem (BAKHTIN, 2010, p.11).

A comunicação que se utiliza da linguagem familiar frequentemente carregada

de grosserias, expressões e palavras injuriosas isola-se no contexto da linguagem, já que são fórmulas fixas do mesmo tipo dos provérbios. As grosserias são, portanto, um gênero verbal particular da linguagem familiar. Sua origem não é advinda da homogeneidade e elas tiveram diversas funções na comunicação primitiva, essencialmente de caráter mágico e encantatório. As bases para o desenvolvimento do sublime a ser estudado mais à frente, através de Kant, podem trazer um importante diálogo na transformação do grotesco no ser humano e se chegar na ideia do belo e do grandioso.

A degradação que entra em comunhão com a vida da parte inferior do corpo, a do ventre e dos órgãos genitais está presente na cultura do Renascimento – como analisa Bakhtin, que deu o nome de “realismo grotesco” e de uma “concepção estética da vida prática que caracteriza a cultura e diferencia claramente das culturas dos séculos posteriores (a partir do Classicismo)” (BAKHTIN, 2010, p.16). O “realismo grotesco” não é de todo negativo, pois se é baixo, seria positivo e regenerador e, portanto, ambivalente.

Precipita-se não apenas para o baixo, para o nada, a destruição absoluta, mas também para o baixo produtivo, no qual se realizam a concepção e o renascimento, e onde tudo cresce profusamente. O realismo grotesco não conhece outro baixo; o baixo é a terra que dá a vida, e o seio corporal; o baixo é sempre o começo (BAKHTIN, 2010, p.19).

Muito se pode relacionar a arte com o grotesco e isso está presente inclusive na arte pré-clássica dos gregos e romanos. Não desaparece tampouco na época clássica que se absteve de uma “arte oficial” e desenvolveu-se em

domínios ‘inferiores’ não-canônicos: o das artes plásticas cômicas, sobretudo as miniaturas, como, por exemplo, as estatuetas de terracota (...), as máscaras cômicas, silênios, demônios da fecundidade, estatuetas extremamente populares do disforme Tersites etc.; nas pinturas cômicas dos vasos, por exemplo, figuras de sócias cômicos (Hércules, Ulisses), cenas de comédias etc. e também nos vastos domínios da literatura cômica, relacionada de uma forma ou outra com as festas carnavalescas; no drama satírico, antiga comédia ática, mimos etc. Nos fins da Antiguidade, o tipo de imagem grotesca atravessa uma fase de eclosão e renovação, e abarca quase todas as esferas da arte e da literatura. Aparece então, sob influência preponderante da arte oriental, uma variedade do grotesco. Mas como o pensamento estético e artístico da Antiguidade se desenvolvera no sentido da tradição clássica, não se deu ao tipo de imagem grotesca uma denominação geral e permanente, isto é, um termo especial; tampouco foi reconhecido pela teoria, que lhe atribuiu um sentido preciso (BAKHTIN, 2010, p. 27).

Mais adiante, Bakhtin menciona que, nos séculos XVII e XVIII, enquanto permanecia os ideais clássicos na arte e na literatura, o grotesco ligava-se à cultura cômica popular, resumia-se ao cômico de baixa qualidade e esmiuçava-se na decomposição naturalista.

Outro importante ponto a se ressaltar é a formalização das imagens grotescas

por meio do carnaval, o que passou a ter fins diversos, sempre iluminando a ousadia da invenção, permitindo associar elementos heterogêneos e aproximando o que está distante. Também ajudou a distanciar do ponto de vista dominante sobre o mundo, das convenções, dos elementos banais e habituais. Permitiu, portanto, olhar o universo com “novos olhos, compreender até que ponto é relativo tudo o que existe” (BAKHTIN, 2010, p.30). Dado esse fato, a capacidade interna do ser humano de se utilizar do grotesco para se produzir arte e de mirar uma nova direção fazendo um esforço para abrandar a feiura que se carrega em seu bojo pode estar bem próximo do ideal estético do belo kantiano.

Por exemplo, durante a Idade Média, o riso desenvolvera-se fora da esfera oficial da ideologia e da literatura elevada. “Foi graças a essa existência extraoficial que a cultura do riso se distinguiu por seu radicalismo e sua liberdade excepcionais, por sua implacável lucidez” (BAKHTIN, 2010, p.62). Porém, durante o Renascimento, o riso ganhou um caráter mais radical, universal e alegre. Ele

separou-se das profundezas populares e com a língua ‘vulgar’ penetrou decisivamente no seio da grande literatura e da ideologia ‘superior’, contribuindo assim para a criação de obras de artes mundiais, como *Decameron* de Boccaccio, o livro de Rabelais, o romance de Cervantes, os dramas e comédias de Shakespeare etc. (BAKHTIN, 2010, p.62).

Os fatores dessa mudança foram a adoção das línguas vulgares em relação ao latim até então oficialmente utilizado e o esfacelamento do regime feudal e teocrático. Na Idade Média, o riso ficou alheio ao culto religioso, do cerimonial feudal e estatal, da etiqueta social e de todos os gêneros da ideologia elevada; o tom sério caracterizava a cultura medieval oficial; “o medo, a veneração, a docilidade etc., constituíam por sua vez os tons e matizes dessa seriedade” (BAKHTIN, 2010, p.63). É importante destacar que o cristianismo primitivo (na época antiga) já condenava o riso. Por exemplo, São João Crisóstomo declara que as burlas e o riso não provêm de Deus, e sim são uma emanção do Diabo. Deve-se conservar uma seriedade constante, o arrependimento e a dor, portanto. Mais tarde, autorizaram-se na vida corrente que coexistisse um culto paralelo, de formas e ritos especificamente cômicos. Trata-se sobretudo das “festas dos loucos” (*festa stultorum, fatuorum, fallorum*).

Quase todos os ritos da festa dos loucos são degradações grotescas dos diferentes ritos e símbolos religiosos transpostos para o plano material e corporal: glutoneria e embriaguez sobre o próprio altar, gestos obscenos, desnudamento etc (BAKHTIN, 2010, p.64).

Mais adiante, Bakhtin diz:

(...) o riso, menos do que qualquer outra coisa, jamais poderia ser um instrumento de opressão embrutecimento do povo. Ninguém conseguiu jamais torná-lo

inteiramente oficial. Ele permaneceu sempre uma arma de liberação nas mãos do povo (BAKHTIN, 2010, p.81).

É também importante ressaltar, do livro de Bakhtin, o tom sério exclusivo que caracterizava a cultura medieval oficial. Isso quer dizer que o riso estava restringido para fora do que era ideologia e das formas vigorosas da vida e do comércio humano. O sério ideológico se concentrava no ascetismo, na crença em uma sinistra providência, no papel dominante desempenhados por categorias como o pecado, a redenção, o sofrimento e o próprio caráter do regime feudal consagrado por essa ideologia. O sério era uma forma de expressar a verdade do bem e tudo o que era importante e considerável.

O povo, nessa época, estava longe do riso não oficial, sendo que desconfiava de tudo o que era sério. Ele tinha o hábito de estabelecer parentesco entre a verdade, a liberdade livre e sem véus, e o riso.

Ainda segundo o livro, foi importante para a época da Idade Média a sensação histórica. O fato de as pessoas destruírem e renovarem o poder dirigente que se estabelecia na relação capital com o tempo fez triunfar o retorno de tempos melhores, da abundância universal e da justiça. Assim, essa consciência foi expressa mais radicalmente por meio do riso.

As festas populares estavam de acordo com essa nova sensação histórica, já que havia disfarces e mistificações até nas formas carnavalescas mais complexas, sua expressão maior. De fato, houve uma mobilização das formas elaboradas ao longo dos séculos:

adeuses alegres no inverno, ao jejum, ao ano velho, à morte, acolhimento alegre da primavera, dos dias de abundância, de matança das reses, das núpcias, do ano novo etc., isto é, todas as imagens da alternância e da renovação do crescimento da abundância, que resistiram aos séculos (BAKHTIN, 2010, p.86).

Retomando a ideia do grotesco, destaca-se o processo de degradação do cotidiano durante o século XVII, pois perdeu-se muito o colorido histórico e o princípio material e corporal rebaixou-se a um domínio inferior.

Tudo se passa a partir da difusão das ideias de Descartes e a estética do Classicismo. Além disso, a monarquia absoluta dá uma nova estabilidade e propõe uma visão progressista para a época. Foi nesse momento que as tendências à estabilidade e à completude dos costumes, ao caráter sério e unilateral das imagens predominariam. Dessa forma, a ambivalência do grotesco tornou-se inadmissível.

No entanto, o grotesco sobrevive tantos nos gêneros canônicos inferiores (comédia, sátira, fábula) como nos gêneros não-canônicos (o romance, a forma particular do diálogo de costumes, os gêneros burlescos). No teatro popular, ele teve um caráter oposicionista, permanecendo em maior ou menor grau, nos limites

da cultura oficial. É por essa razão que o riso e o grotesco veem a sua natureza degradar-se.

Sob o aspecto histórico, é preciso separar o sério trágico do sério dogmático presente na Idade Média. O sério trágico pertence à cultura antiga, mais precisamente na tragédia grega. Sua característica é ser universalista, pois fala-se numa concepção trágica do mundo, e está impregnado pela ideia da morte justificável. Ela não excluía, na cultura antiga, o aspecto cômico do mundo; pelo contrário, coexistiam. O sério trágico não temia em absoluto o riso e a paródia, e exigia, portanto, um corretivo e um complemento cômico. Já o sério dogmático aniquila na mesma proporção a verdadeira tragédia e o verdadeiro riso ambivalente. Dessa forma, pode-se dizer que não existia, no mundo antigo, oposição entre as culturas oficial e popular tão nítida como na Idade Média.

Febvre, um importante historiador francês, julga que:

o riso é sempre o mesmo em todas as épocas, e que a brincadeira nunca foi mais do que uma brincadeira. É por essa razão que ele aplica sua sutil análise histórica às partes sérias da obra de Rabelais (mais precisamente àquelas que lhe parecem como tais), e deixa de lado o riso, elemento não-histórico e imutável (BAKHTIN, 2010, p. 114).

Bakhtin, no entanto, contradiz as ideias de Febvre. Ele diz que:

na literatura mundial do passado, há muito riso e ironia (umas das formas do riso reduzido) do que nosso ouvido é capaz de ouvir e de captar. A literatura (incluindo a retórica) de certas épocas (helenismo, Idade Média) está literalmente saturada de formas variadas de riso reduzido, sendo que algumas mesmo cessaram de ser percebidas por nós. Perdemos frequentemente o sentido da paródia. É certo que devemos reler muitas obras da literatura mundial do passado, para ouvi-las novamente em outro registro. Mas para isso é preciso antes de mais nada compreender a natureza particular do riso popular, seu valor de concepção do mundo, seu universalismo, sua ambivalência, sua relação com a época etc., isto é, tudo aquilo que o riso dos nossos dias quase completamente perdeu (BAKHTIN, 2010, p. 116).

Em outro capítulo, Bakhtin fala que a “projeção de excrementos e a rega por urina são gestos tradicionais de rebaixamento” (BAKHTIN, 2010, p.127) e estão presentes não só no realismo grotesco de François Rabelais (1494-1553), autor de Gargantua e Pantagruel, que explorou lendas populares, farsas, obras clássicas e romances – como também da Antiguidade. Isso se deve à sua significação, que é compreendida por todos.

“O grotesco amarra num mesmo nó indissolúvel *a vida, a morte, o nascimento, as necessidades, o alimento, é o centro da topografia corporal onde o alto e o baixo são permutáveis*” (BAKHTIN, 2010, p.141).

Assim como na obra de Rabelais, de acordo com Bakhtin, não há “‘naturalismo grosseiro’, nem ‘atitude fisiológica’, nem pornografia” (BAKHTIN, 2010, p. 195). Para

compreender melhor, é preciso lê-los com os olhos dos seus contemporâneos e contra o fundo da tradição milenar que eles representam.

Outro paralelo em que Bakhtin cita sobre o grotesco em Rabelais é o sentimento de insatisfação vem a ser a imagem impossível e inverossímil:

não se pode imaginar que uma mulher seja fecundada pela sombra de um campanário de abadia etc. E é essa impossibilidade, essa incapacidade de imaginar que cria um vivo sentimento de insatisfação: primeiro, reconhecemos nessa imagem exagerada a depravação e a imoralidade efetivas que reinam nos mortuários, isto é, recolocamos essa imagem exagerada na realidade; em segundo lugar, experimentamos uma satisfação moral, pois essa imoralidade e essa depravação são fustigadas por meio da caricatura e da ridicularização (BAKHTIN, 2010, p. 267).

Assim, um dos traços da comédia para Schneegans é o exagero do negativo (o que não deveria ser). Quando se estende até os limites do impossível e do monstruoso, ele se torna propriedade do cômico grotesco. Como resultado, este último é sempre satírico:

Quando não há intenções satíricas, não existe grotesco, Schneegans faz decorrer dessa definição todas as propriedades particulares das imagens de Rabelais e do seu estilo verbal: exagero e superabundância, propensão a sempre extrapolar os limites, enumerações de inconcebível extensão, acumulação de sinônimos etc. (BAKHTIN, 2010, p. 267).

2 | ASPECTOS FILOSÓFICOS

Já lançando mão de filósofos como Jean Paul Sartre, Henri Bergson, Arthur Schopenhauer, Immanuel Kant e o acadêmico estruturalista Vladimir Propp, quer-se identificar algum mecanismo que sonda o riso no ser humano, valendo-se, dessa forma, do uso da imaginação e conseqüente lógica para a interpretação do cômico, que serão explicados mais à frente. Como afirma Sartre em *O ser e o nada*. “Na lógica, os pensamentos são captados de tal modo que não tem outro conteúdo senão o do pensamento puro, por este engendrado” (SARTRE, 2013, p. 53). É dessa maneira que o cérebro trabalha ao interpretar qualquer coisa da realidade e, à medida em que se utiliza cada vez mais de lógica, mais se afasta daquela. Portanto, ao interpretar, o ser humano imagina e acaba negando sua existência real, física, por um concentrado lógico que se localiza no cérebro do pensante. É neste lugar que agora está todo o trabalho maquinal para se dar luz da existência à parte da realidade.

‘Cada um dos termos inferiores depende do termo superior, tal como o abstrato depende do concreto que lhe é necessário para realizá-lo’. O verdadeiro concreto, para Hegel, é o Existente, com sua essência; é a Totalidade produzida pela integração sintética de todos os momentos abstratos que nele são transcendidos,

a exigir seu complemento. Nesse sentido, o Ser será abstração mais abstrata e mais pobre; se o considerarmos em si mesmo, quer dizer, suprimindo-lhe seu transcender para a Essência. (SARTRE, 2013, p.53).

Com isso, chega-se ao termo “Essência” de Sartre. Mas por este conjugado de ideias e teorias, quer-se entender que essência se caracteriza nada mais como a ausência de delimitação do ser ao interpretar, agora dotado de raciocínio lógico, e que se distancia da realidade. Para Bergson, a insensibilidade acompanha o riso, ou seja, a indiferença é o ambiente natural do cômico e o mais inimigo deste é a emoção. Vale lembrar que Sartre também fala que o ser, agora “cindido da Essência que é o seu fundamento, torna-se simples imediação vazia” (SARTRE, 2013, p.54). Mais para frente, ele classifica o seguinte: “se o começo da lógica há de ser imediato, encontraremos então esse começo no Ser, que é a ‘indeterminação que precede toda determinação, o indeterminado como ponto de partida absoluto’” (SARTRE, 2013, p. 54).

Em outras palavras, Schopenhauer resume de um outro modo esse pensamento, porém de uma maneira menos física:

Rimo-nos também, muitas vezes, quando descobrimos de repente uma discordância notável entre um objeto real único e o *conceito* no qual ele foi subsumido com razão, mas num único ponto de vista. Quanto mais forte é a subsunção de tais realidade no conceito em questão, tanto mais além disso, o seu contraste com ele será considerável e claramente distinto, e por outro lado, mais poderoso será o efeito ridículo que brotará desta oposição (SCHOPENHAUER, 2004, p. 68).

Nessa mesma linha de raciocínio, Bergson afirma que “a comicidade exige enfim algo como uma anestesia momentânea do coração. Ela se destina à inteligência pura” (BERGSON, 2007, p.4). De fato, à medida que o pensamento se afasta da realidade por ter se tornado desígnios lógicos dentro da mente, ele entra num campo de abstração difícil de ser mesurado.

Ainda, “o riso produz-se, pois, sempre na sequência de uma subsunção paradoxal, e, por consequência, inesperada, quer se exprima por palavras ou por ação. Eis, em resumo, a verdadeira teoria do riso” (SCHOPENHAUER, 2004, p. 68).

Há, no entanto, que se ressaltar o fato de Propp discordar desse paradoxo pois a falta de correspondência dos conceitos às representações que deles fazemos nem sempre é cômica:

quando, por exemplo, um cientista realiza uma descoberta que muda completamente a ideia que tem de seu objetivo de estudos, quando ele se dá conta do erro em que incorrera até então, a descoberta desse equívoco (a ‘falta de correspondência entre o mundo à nossa volta e os conceitos que temos dele’) localiza-se de fora do domínio do cômico. (PROPP, 1992, p.119).

Para resolver essa questão, é preciso distinguir que nem toda lógica é

engraçada. É extremamente simples assumir que, partindo da realidade, um conceito é um concentrado de lógica que entra para a cognição humana e se transforma numa representação. Mais uma vez, volta-se ao ponto de partida e atesta-se que o pensamento imediato de interpretação é o principal motor para o riso, sendo, então, chamado de uma imaginação.

Esta imaginação é trabalhada aqui com duplicidade de caráter tanto para a Arte como para a comédia. Para tanto, é necessário recorrer a Kant, em *Crítica da faculdade do juízo*, em que ele fala por todo o livro sobre a Estética e o “juízo de gosto”, que também inclui a apreensão do cômico.

Em linhas gerais, para se definir o objeto de contemplação:

Porém, aquele elemento subjetivo numa representação *que não pode de modo nenhum ser uma parte do conhecimento* é o *prazer* ou *desprazer*, ligados àquela representação; na verdade através dele nada começo no objeto da representação, ainda que eles possam ser até o efeito de um conhecimento qualquer (KANT, 1993, p. 33).

No trecho em que fala sobre o riso, Kant cita a figura de um ingênuo que, sem querer, comete muitas travessuras mas não tem culpa de nada. De fato, ingênuo não é inocente. O fato de vermos de fora para dentro dele suas incautas decisões não nos diz nada sobre o tamanho mal que pode causar às pessoas a sua volta. Kant diz que lhe falta dissimulação ao mesmo tempo que compara com a Arte por não estar despida da mesma forma. Ele ressalva mais à frente que ambos, tanto Arte quanto riso, nos apraz, pois estão ligados à imaginação do observador, não sendo o riso minorado, como expõe. Ele justifica que a aparência de ingênuo é risível, pois converte-se em nada nos olhos do espectador, graças ao nosso “próprio desacerto em relação ao objeto” (KANT, 1993, p.178). É necessário, então, recorrer ao raciocínio de que um objeto ao ser entendido e apreendido pelo espectador, gera lógica abstrata afastando-se do real. Ao se converter totalmente em lógica, o nada – a anulação da realidade ou de nós mesmos, de acordo com Schopenhauer – trata-se de um absurdo que não podemos ver e até imaginar. O vazio nos causa riso, pois é um absurdo. Como diria Kant: “o riso é um afeto resultante da súbita transformação de uma tensa expectativa em nada” (KANT, 1993, p.177). Propp cita vários casos, por exemplo, no capítulo 6, “A natureza física do homem”, em que um indivíduo gordo é de fato risível para muitos, mas não porque se trata de um defeito físico como ele nos afirma, mas porque logicamente é inadequado e desequilibrado para a estética no imaginário humano. Pode-se pôr do outro lado da balança as ideias de Bergson, dessa forma, em que diz que se ri daquilo que é inerente aos humanos – inclusive o defeito. Mas em muitos casos, isto se transforma num modo de sofrimento (para o gordo, por exemplo, que não consegue andar), nos levando à ideia de beleza dos arranjos e temas que contemplam a vida humana e, do riso, passa-se para a fantasia

e consequente análise do ponto de vista da Arte por suas mazelas. Assim, o cômico tem seu princípio para chegar até o ponto extremo dos problemas humanos vistos, então, pela Arte. Mas eis a delicadeza das afirmações: o riso só está conectado à Arte porque ele tem uma tarefa menor de interpretação da realidade e, com lógica e sentido, categorizados pelas pessoas ao analisar determinado assunto, o riso leva à acepção de Arte quando vistas em momentos separados: o do indivíduo, que se esmiúça em lógica ligante de interpretação e, em outro momento, o da análise da natureza como um todo através da Arte.

Deve-se recorrer ainda, sob os mesmos desígnios da natureza humana, a ideia de desencanto ante a fantasia, característica do riso. No capítulo 4, “O cômico na natureza”, Propp cita um exemplo: “Se de repente um cão enorme e forte se põe a fugir de um gato pequeno e valente, que se volta contra ele por estar sendo perseguido, isto provoca o riso porque lembra uma situação possível também entre os homens” (PROPP, 1992, p.38).

O fato de se esperar uma coisa e se ver outra gera riso. Do mesmo modo, “um móvel absurdo, chapéus ou roupas insólitas podem suscitar o riso” (PROPP, 1992, p. 38). Mais uma vez é um desacerto em relação ao objeto como já se disse em Kant, se afastando do real e do esperado. Com isso, surge a ideia do ridículo e da inadequação próprios da figura do palhaço que tem em exagero suas características particulares. A falta de equilíbrio é um fator de riso.

O exagero é cômico apenas quando desnuda um defeito. Se este não existe, o exagero já não se enquadra no domínio da comicidade. É possível demonstrá-lo através do exagero das três formas fundamentais de exagero: a caricatura, a hipérbole e o grotesco” (PROPP, 1992, p.88).

Propp também revela o grotesco como artifício do cômico:

O grotesco é cômico quando, como tudo que é cômico, encobre o princípio espiritual e revela os defeitos. Ele se torna terrível quando o princípio espiritual se anula nos homens. É por isso que podem ser terrivelmente cômicas as representações de loucos (PROPP, 1992, p.92).

Retomando a ideia de absurdo e vazio ditas linhas atrás, pode-se inferir da ideia de Propp o fato de duas pessoas parecidas ser um fenômeno engraçado, mas, se forem gêmeas, não. Isso se deve ao fato de que absurdos podem acontecer e ativar nossa imaginação para momentos mágicos e belos como se expõe através da Arte. Mais uma conexão entre os dois temas, que se conectam pelo ser humano ser muito humilde na lógica ligante de interpretação para rir de coisas bobas. Isto é, o sofrimento é um dínamo para o riso, pois como afirma Propp: “O naufrágio de iniciativas grandes ou heroicas não é cômico, mas trágico. Será cômico em revés nas coisas miúdas do dia-a-dia dos homens, provocado por circunstância igualmente

banais” (PROPP, 1992, p.94). Trata-se da humildade humana ante à beleza e à grandiosidade, que a lógica pode chegar às proporções da Arte. De fato, burrice (p.107, capítulo 16, do livro de Propp) é um tema grave e gera sofrimento, mas se vimos uma pessoa burra no dia-a-dia, isso se torna risível. É provavelmente por causa do encurtamento do entendimento, que o ser humano trabalha logicamente ao interpretar o mundo, de tal maneira que se torna um absurdo uma pessoa não entender uma coisa simples. “Ao lado do fracasso daquilo que se deseja por causas externas ou internas, há casos em que o fracasso se deve à falta de inteligência. A estultice, a incapacidade mais elementar de observar corretamente, de ligar causas e efeitos, desperta o riso” (PROPP, 1992, p.107).

Sobre a capacidade de imaginar, Kant em seu livro *A crítica da faculdade do juízo* delimita as fronteiras da Arte e faz uma distinção do sublime: “Denominamos sublime o que é absolutamente grande” (KANT, 1993, p. 93). Quer-se conectar a ideia do sublime à essência e conseqüente ideia de inadequação do ser humano quando este revela o aspecto cômico da vida.

pois o verdadeiro sublime não pode estar contido em nenhuma forma sensível, mas concerne somente a ideias da razão, que, embora não possibilitem nenhuma representação adequada a elas, são avivadas e evocadas ao ânimo precisamente por essa inadequação, que se deixa apresentar sensivelmente (KANT, 1993, p.91).

Para comprovar o nível abstrato quando se chega de tanto imaginar até o ponto de encontrar o vazio de alguma acepção, Kant ainda diz: “Na composição que é requerida para a representação de grandeza, a faculdade da imaginação avança por si, sem qualquer impeditivo até o infinito” (KANT, 1993, p.99).

3 | CONCLUSÕES DOS ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

Em linhas gerais, após cercar alguns elementos históricos do riso, é necessário apoiarem-se as razões para se rir. Para tanto, pode-se dizer que a essência cindida de realidade trabalha em meio ao absurdo por estar ausente aspectos físicos da matéria do que se pensa. Este absurdo chega a tal ponto de se contemplar o vazio, revelando sofrimento da parte de quem imagina por se encontrar nulo, inadequado, ridículo e desencantado. A Arte tem a função de pegar pedaços da natureza do ser humano e reuni-las, o que é belo. Porém, o cômico reúne num único fio toda a interpretação do objeto de uma forma encurtada e humilde, tal como na figura de um palhaço. Portanto, o cômico pode ser sublime, mas não belo nos termos kantianos, pois ao retratar as mazelas do ser humano e seu conseqüente sofrimento, muito pode ser desprezível sob a ótica da contemplação do que julgamos ser esteticamente aprazível.

REFERÊNCIAS

ARÊAS, Vilma. **Iniciação à comédia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERGSON, Henri. **O Riso, ensaio sobre a significação da comicidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2012.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BASE DE DADOS ELABORADA NUMA PLATAFORMA S.I.G. E DIRECIONADA PARA APLICAÇÕES EM “SMART CAMPUS”

Data de aceite: 19/11/2019

Fernando Rodrigues Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Programa de Engenharia Urbana
Rio de Janeiro - RJ
frlima@poli.ufrj.br

Marcos Vinícius Silva Maia Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Programa de Engenharia Urbana
Rio de Janeiro - RJ
marcosms08@poli.ufrj.br

Maria Lívia Real de Almeida

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Programa de Engenharia Urbana
Rio de Janeiro - RJ
maria-livia@poli.ufrj.br

Raphael Corrêa de Souza Coelho

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Programa de Engenharia Urbana
Rio de Janeiro - RJ
raphaelcoelho3@gmail.com

RESUMO: Este trabalho apresenta metodologia e resultados da modelagem digital de um Campus Universitário. Emprega SIG no registro, espacialização e organização de dados, de tal forma que a base obtida seja adequada a um “Smart Campus”. A aplicação deste conceito, derivado de “Smart Cities” e voltado para

gestão de sistemas complexos através de modelos, redes e sensores, é aqui inicializado por meio do geoprocessamento de informações relacionadas às atividades universitárias e sua infraestrutura, vislumbrando a elaboração de diagnósticos e prospecção de cenários. Dentre as diversas abordagens possíveis foram selecionadas a mobilidade (acesso e deslocamento interno no Campus) e o mapeamento das principais redes (*backbones*) de infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.), identificadas como mais relevantes junto à Prefeitura Universitária. A metodologia tratou do ajuste e adequação de dados em vários formatos (imagens, plantas, tabelas, arquivos CAD, etc.) para padrões de ontologias de dados e feições geográficas replicáveis em “Smart Campus”. O produto desenvolvido atende à visualização, registro e análise dos dados da base pela Web e dispositivos móveis, e à modelagem de redes de grafos para simulação dos sistemas de mobilidade e infraestrutura. A originalidade da pesquisa foi corroborada através de revisão bibliográfica e por estarem sendo exploradas tecnologias bastante inovadoras. A base de dados foi utilizada na prática durante a oficina de projeto AIM (Atelier para Inovação nas Metrôpoles) realizada em conjunto com a UTC/França, visando a proposição de soluções para a mobilidade no campus.

PALAVRAS-CHAVE: SIG, modelagem gráfica

digital, engenharia urbana, “smart campus”.

DATABASE DRAWN UP ON A G.I.S. PLATFORM AND ORIENTATED FOR SMART CAMPUS APPLICATIONS

ABSTRACT: This paper presents the methodology and results of digital modeling for University Campus. Using GIS to record, spatialize and organize data the resulting database can be applied in "Smart Campus". This concept, which aims to facilitate complex systems management through models, networks and sensors, is implemented by geoprocessed information related to academic activities and infrastructure, thus enabling the development of diagnostics and prospecting scenarios. Among the many possible approaches, mobility (access to Campus and internal mobility) and the mapping of backbone infrastructure (water, sewage, energy, etc.) were the issues identified as most relevant by Campus Administration. The methodology consisted on adjusting and adapting data collected under various formats (pictures, building documents, charts, CAD files, etc.) to standardized data formats that allow the creation of data ontologies and geographic features directed to "Smart Campus" applications. The research focused on visualization, recording and analysis of the database. The employed tools consisted on GIS web platforms, mobile applications and network graphs for simulating mobility and infrastructure systems. The originality of this research is supported by literature review and by the fact that it explores the very latest technologies available. The database was used in practice during the AIM (Atelier for Innovation in Metropolis) project workshop held jointly with UTC / France, aiming at proposing solutions for mobility on campus.

KEYWORDS: GIS, digital graphic modelling, urban engineering, smart campus.

1 | INTRODUÇÃO

Dentre as novas formas de gestão para sistemas complexos empregando Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) destaca-se o conceito de “Smart Cities” como forma inovadora de laboratório cívico capaz de modificar de forma definitiva as relações entre comunidade e serviços urbanos (TOWNSED, A. et al., 2011). Mais do que a implantação no âmbito urbano de rotinas de controle, automação e racionalização por meio de sensores, redes e aplicativos web, a cidade inteligente pode transcender a sua funcionalidade inicial para gestão de serviços e infraestrutura, passando também a agregar Inteligência Geográfica Aplicada às dimensões social, econômica e ambiental.

A Inteligência Geográfica permite correlacionar dados espaciais nos mais diversos temas e níveis, facilitando a elaboração de diagnósticos e a prospecção de cenários através do emprego de SIG (Sistemas de Informação Geográfica). Esta abordagem torna-se Aplicada ao integramos TIC e SIG para a resolução de

problemas concretos e anseios da sociedade. A “Smart City” originou-se como um braço da automação e controle, para agora estendê-lo ao âmbito da cidadania e sustentabilidade.

Também devem ser considerados os aspectos de governança na gestão territorial, uma vez que pressupomos que tal governança será diretamente beneficiada e se apropriará das novas ferramentas digitais. Sendo bem objetivo, o SIG a ser aqui desenvolvido no Campus deve não somente prover monitoramento e controle exclusivos da instancia administrativa, mas tornar-se um objeto a ser apropriado por toda a comunidade universitária e seus eventuais freqüentadores. A questão da governança ainda acrescenta aqui mais uma dimensão, uma vez que na administração do Campus, paralelamente à autonomia universitária, há demanda por um constante diálogo com as esferas da união, estado e município.

Quando replicamos os conceitos de “Smart City” no contexto e escala de um Campus Universitário, passamos a ter um “Smart Campus” (KÖNIG, 2013, p. 273-301). Este é aqui tratado como uma oportunidade para se aplicar em ambientes experimentais fundamentos de “Smart City”, observando os princípios de sustentabilidade, economicidade e gestão participativa. Tal aplicação norteia-se na prototipagem de problemas identificados na escala da cidade, reproduzíveis na dimensão e recursos disponíveis no Campus, e levados a termo mobilizando docentes, alunos, pesquisadores, administradores e usuários que o utilizam.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Podemos indicar que a revisão bibliográfica se concentrou em 3 aspectos principais: as conceituações e aplicações em “Smart City”, os experimentos já elaborados em “Smart Campus” e a modelagem digital em SIG de sítios urbanos.

Em “Smart City” destacamos o trabalho de Prado & Santos (2014), que além de pesquisarem práticas ao longo de cidades de todos os continentes, sintetizaram este conceito a partir da diversidade de referenciais teóricos e definições de vários autores pesquisado, dentre planejadores urbanos, sociólogos e administradores públicos.

É a cidade que quebra os paradigmas do Planejamento Urbano Convencional, consistindo em um ambiente de inovação e integração de sistemas voltado para a eficiência urbana e construído dinamicamente com a participação ativa de usuários e instituições, por meio da aplicação da TIC. (PRADO e SANTOS, 2014, p. 24)

Ainda citando os mesmos autores, podemos empregar para o “Smart Campus” um mesmo organograma conceitual e metodológico aplicado ao “Smart City” conforme apresentado na Figura 1. Nele destacam-se algumas condições que definem as relações existentes ao redor de “Smart City” propostas por Prado e Santos (2014), e

que nos auxiliam a compreender os novos modelos de governança que emergem no cenário da gestão territorial.



Figura 1: Smart City e suas Relações

Fonte: Prado e Santos, 2014

Como observado no esquema acima, o conceito de “Smart City” considera quatro pontos chaves em sua dinâmica: Planejamento Urbano, Administração Pública, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Sociedade e Usuários. A crescente agregação de novos atores na gestão territorial (ONG’s, academia, agentes financeiros e sociedade civil) evidencia que o poder público perde seu monopólio na promoção de novas diretrizes políticas, seja qual for sua escala de ação. A governança vai então além da ação dos governos instituídos, já que outros atores da sociedade também emergem como protagonistas e podem promover a cogestão, compartilhada e participativa (PIRES, 2011).

Em “Smart Campus”, a coletânea editada por König (2013) aborda experimentos que mobilizam a comunidade universitária e a propagação de seus resultados em escala urbana, em temas como gestão ambiental, mudanças climáticas, energia e práticas sustentáveis.

Quanto à modelagem digital, a metodologia aqui adotada foi derivada de métodos e técnicas dos desenvolvedores da plataforma de SIG mais utilizada globalmente (ESRI, 2014). Outras duas publicações da ESRI ajudaram a relacionar a parte de ferramental com a aplicação, como Deilay e Stockton (2012), detalhando métodos e técnicas para modelagem SIG em *Campii* e suas instalações, e Walles (2012), sobre aplicações de SIG voltadas para promover a sustentabilidade no ambiente construído.

Também foram revisados estudos de representação de cidades digitais desenvolvidos por esta equipe (LIMA, 2013), que apresentaram como resultado o modelo 3D da região do Porto Maravilha (Rio de Janeiro) mostrado na Figura 2, e mais adiante aprimorado com metodologias desenvolvidas por parceiros de pesquisa internacionais (MOREL, 2013), no caso a GSU/UTC, voltada para Engenharia de

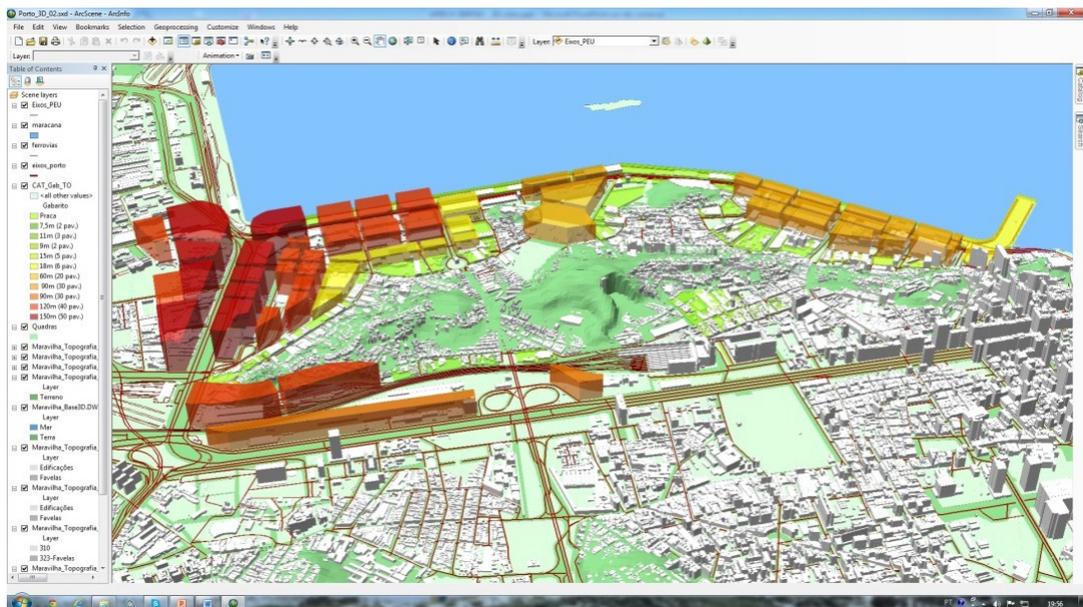


Figura 2: Modelo Digital em 3D do Porto Maravilha

Fonte: Autores, 2011

3 | DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Aqui são apresentados resultados de uma modelagem digital em SIG que foi realizada em parceria com a Prefeitura do Campus da UFRJ, a qual colabora na aquisição e revisão de informações e no estabelecimento de diretrizes, e conseqüentemente utilizará os produtos obtidos para subsidiar suas ações de gestão e governança. Os resultados preliminares já confirmaram a exeqüibilidade do projeto, produzindo em SIG dados para um diagnóstico da demografia do Campus, (endereço de origem e localização no Campus dos alunos, docentes e funcionários) e para a distribuição da infraestrutura básica (água, esgoto, energia, comunicações, etc.).

Neste contexto as plataformas SIG, implementadas em 1962 por Roger Tomlinson, apresentaram-se como um instrumento excepcional na documentação, consulta e registro de informações relacionadas ao Campus. Todo este potencial é viabilizado pela própria arquitetura de um ambiente SIG (Figura 3), que permite associar as feições geográficas dos temas abordados aos dados tabulares que armazenam seus atributos qualitativos e quantitativos.



Figura 3: Esquematização do Ambiente em SIG

Fonte: ESRI, 2015

Detalhando o esquema acima, este ambiente de Inteligência Geográfica Aplicada disponibiliza vasto ferramental para interoperabilidade de toda esta base de dados (geodatabase), que pode ser aplicada desde o gerenciamento da infraestrutura universitária até as rotinas acadêmicas. A modelagem digital de um campus é útil não somente para visualizar e entender a sua complexidade intrínseca (geovisualização), mas também para prover informações que auxiliem na elaboração de diagnósticos, na exploração de cenários e na tomada de decisão por seus gestores (geoprocessamento). Uma das premissas para o êxito na implantação do “Smart Campus” repousa na eficiência da Modelagem Digital que lhe dará suporte, ressaltando que nenhum resultado prospectado pode ser melhor do que a qualidade e aderência dos dados que o alimentaram.

No momento atual, em que se procura empregar conceitos de cidadania e sustentabilidade em todos os níveis de vivência da sociedade, o SIG pode ser importante aliado na consolidação deste objetivo, criando um contexto de plataforma participativa para todos os que se relacionam com o espaço universitário. O já abordado conceito de “Smart Campus” passa então a fomentar iniciativas como disponibilizar dados e experimentos para serem compartilhados entre todo o Corpo Social da universidade, reforçando outro conceito que começa a se propagar nos ambientes de ensino e pesquisa: “*Campus as a Living Lab*” (KÖNIG, 2013), que consiste em agir localmente para efetivar estudos no próprio campus, objetivando uma posterior disseminação e replicação de seus resultados para a cidade.

As universidades apresentam assim um vasto potencial para o desenvolvimento e implantação de redes e tecnologias sustentáveis, mas sem definir metodologias que potencializem esta tarefa - tal como SIG aplicado ao Smart Campus - a validação

dos experimentos realizados e sua aplicação no meio externo podem não atingir o potencial esperado.

4 | DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Em um primeiro momento foram relacionados e consultados os principais atores que objetivam a busca local por ações e práticas sustentáveis: a Prefeitura do Campus, o sistema de gestão acadêmica (SIGA) e os gestores de infraestrutura. Em seguida foi definida uma plataforma SIG desktop que possibilitasse não só uma organização eficiente dos dados, como também implementar rotinas avançadas de geoprocessamento e análise, e a posterior migração da base de dados para um WebSIG.

Foram então identificadas as fontes mais apropriadas e coletadas as informações, grande parte ainda não georeferenciadas e muito diversificadas quanto ao formato (CAD, imagens) e datação, demandando assim uma criteriosa elaboração de metadados. Neste momento se fez necessário um recorte metodológico, onde só um dos *Campii* da UFRJ foi abordado para levantamento e estudo, a ilha da Cidade Universitária, contendo área de 525.000 ha e abrigando 63% do total de seu Corpo Social (cerca de 46.000 pessoas), além do pessoal vinculado aos Centros de Pesquisa, Parque Tecnológico e Vila de Funcionários.

Estas informações foram então convertidas em feições geográficas e tabelas, organizadas em sistemas de coordenadas e projeções padronizados, e em seguida integradas e adequadas às rotinas mais frequentes, consolidando uma primeira versão da base SIG (Figura 4).

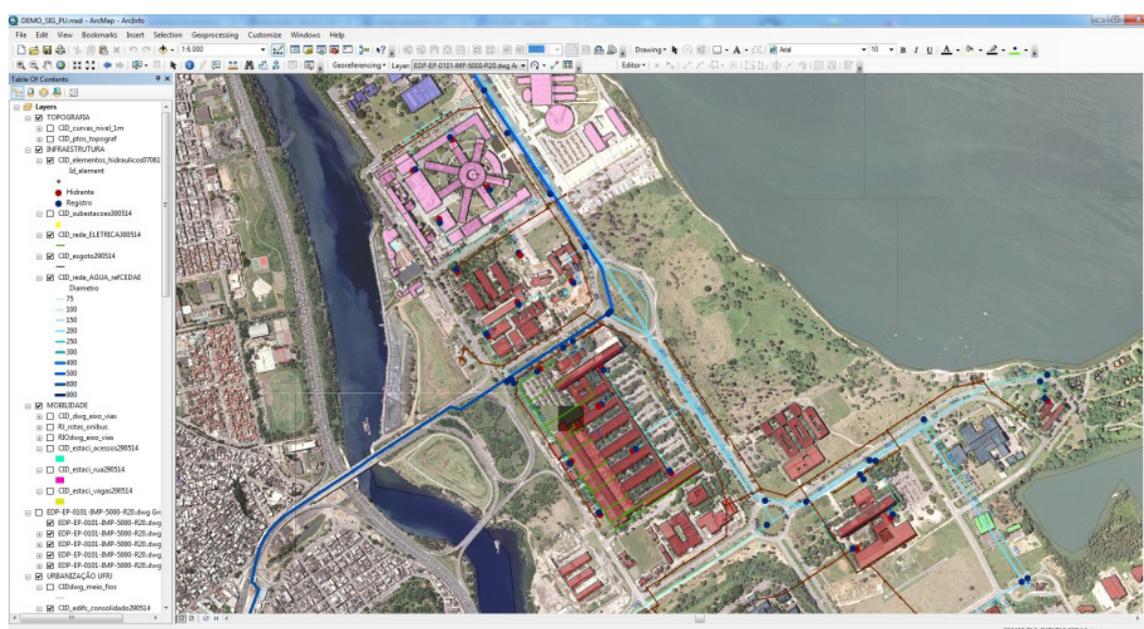


Figura 4: Consolidação da base SIG do Campus

Fonte: Autores, 2015

Dentre estas rotinas estão os módulos de agregação de dados, consulta, visualização avançada, análise espacial e geração de mapas/relatórios. Também houve uma preocupação com outros aspectos operacionais, como flexibilidade, compatibilidade, interoperabilidade, manutenção e atualização. Neste sentido foi implantada uma base de dados em um WebSIG, para efeito de teste piloto: <http://sig-peu-ufrrj.maps.arcgis.com/home/index.html>

A equipe foi subdividida em duas frentes de trabalho, uma voltada para obter a demografia do Campus estudado a partir da geocodificação dos locais em 3 níveis institucionais (Centros, Unidades, Cursos e Departamentos) utilizando dados prospectados do Sistema de Gestão Acadêmica oficial (SIGA), e plotando-os nos respectivos endereços e prédios do Campus (Figura 5).

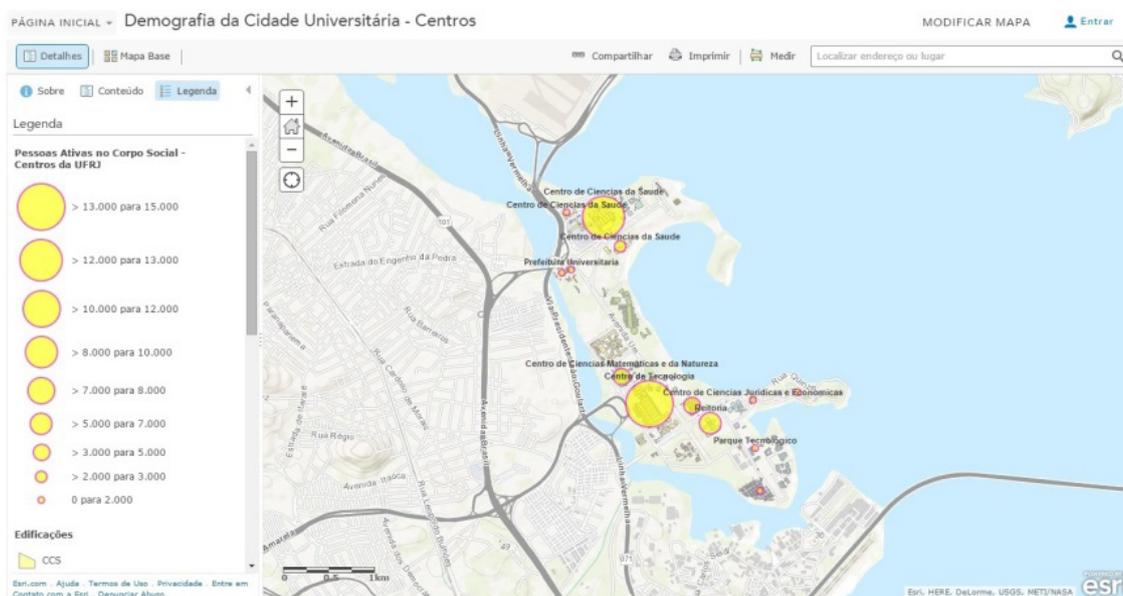


Figura 5: Demografia da Cidade Universitária - Centros

Fonte: Autores <http://sig-peu-ufrrj.maps.arcgis.com/home/index.html>

Esta mesma equipe já havia também anteriormente digitalizado e georeferenciado várias dos elementos de infraestrutura básica, como água, esgoto, iluminação, edificações, etc. (Figura 6) A atividade abrangeu a organização, digitalização e georeferenciamento de informações internas do campus relacionadas à escala urbana, sem entrar na escala da edificação.

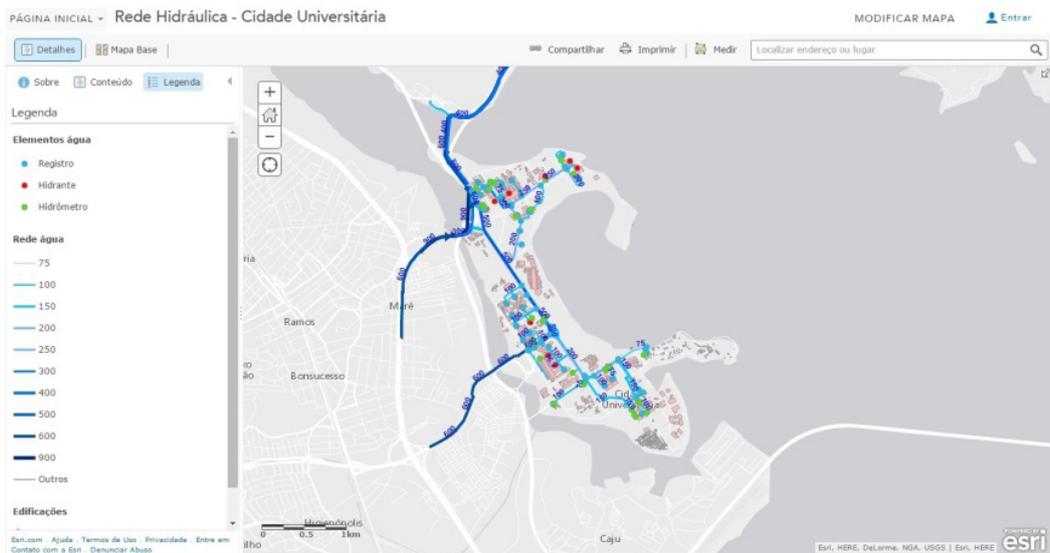


Figura 6: Rede Hidráulica - Cidade Universitária

Fonte: Autores <http://sig-peu-ufrj.maps.arcgis.com/home/index.html>

A outra parte da equipe tratou das informações no tema da mobilidade de acesso ao Campus, realizando um levantamento de todos os modais de transporte público coletivo presentes na região metropolitana com destino ao mesmo. O enfoque foi para a organização e edição dos dados de mobilidade (estações e rotas) com vistas a aplicar teoria de grafos (SANTOS, 2014), de forma que a etapa de integração ao SIG já pudesse minimizar erros e ajustes quando de sua posterior transformação em uma rede de grafos contendo nós e arcos. Esta equipe também contribuiu com o tema Demografia, pois geocodificou todos CEPs dos alunos, docentes e funcionários da universidade, para identificar possíveis origens e suas concentrações (Figura 7).

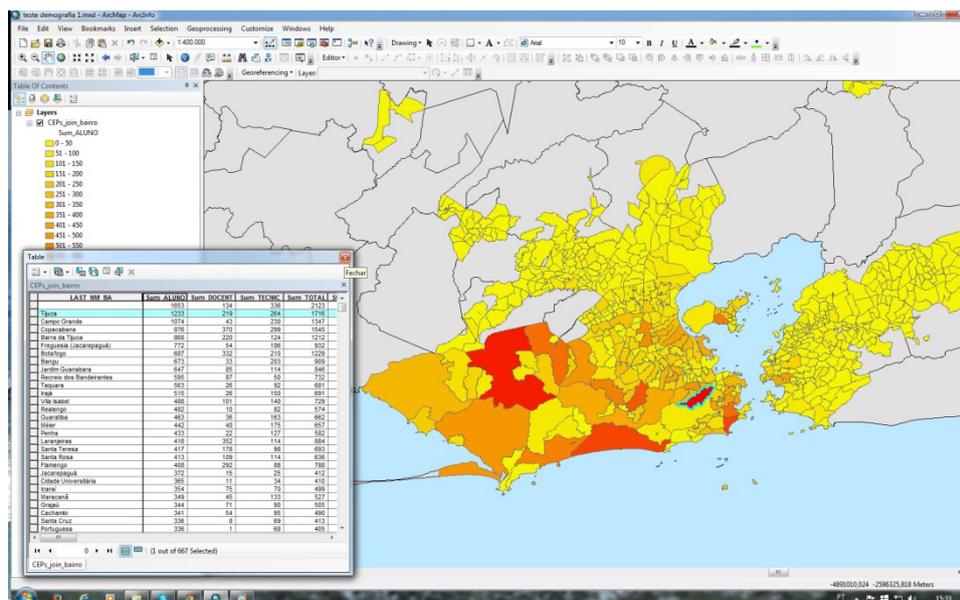


Figura 7: Locais de origem do Corpo Social - Cidade Universitária, RJ

Fonte: Autores, 2015

Em seguida ambas as partes da equipe voltaram a trabalhar mais próximas, definindo alternativas para a questão da mobilidade interna no campus (Figura 8), que leva em conta a fusão das bases de demografia e mobilidade. O objetivo a ser alcançado consiste em definir a melhor forma de deslocamento dentro do campus em função de disponibilidade dos modais, centralidades, rotas origem/destino, diversidade de horários, volume e frequência dos usuários, etc., objetivo este atingido pela Oficina de Projeto AIM, detalhado a seguir.

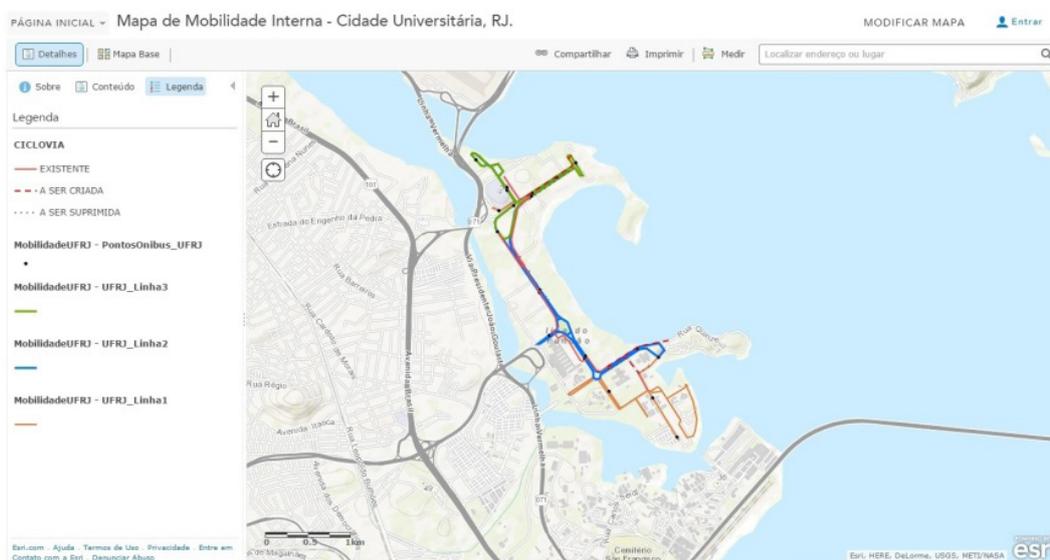


Figura 8: Mapa de Mobilidade Interna - Cidade Universitária, RJ

Fonte: Autores <http://sig-peu-ufrj.maps.arcgis.com/home/index.html>

5 | RESULTADOS

A Base de Dados Georeferenciada aqui descrita teve sua aplicação prática durante o Projeto AIM (Atelier para Inovação nas Metrôpoles) uma oficina de projeto transnacional envolvendo professores e alunos da UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro e a UTC - Université de Technologie de Compiègne, As atividades foram desenvolvidas pelo PEU/POLI – Programa de Engenharia Urbana, e pelo GSU/UTC – Gènie de Systems Urbains, e também contaram com o apoio da Prefeitura Universitária da UFRJ (PU/UFRJ). Maiores detalhes podem ser obtidos no site do projeto: <http://aim.poli.ufrj.br/>

Os professores da UFRJ e UTC operaram como coordenadores locais e escolheram um tema que pudesse ser aplicado nas suas pesquisas em andamento e motivasse a participação discente, ao mesmo tempo em que possibilitasse a aplicação de métodos e técnicas em Engenharia Urbana.

O tema consistiu em estudar a mobilidade e a demografia no campus Cidade Universitária da UFRJ, abordando aspectos de reorganização e otimização dos fluxos internos com a rede de transporte público da Região Metropolitana do Rio de

Janeiro, beneficiando não só o público externo e interno que acessa diariamente o Campus, mas os demais usuários das suas vias e instalações.

Os alunos utilizaram a Base de Dados Georeferenciada para diagnosticar a situação atual, e elaborar cenários possíveis, promovendo assim apoio à Prefeitura Universitária na tomada de decisão e no diálogo com concessionárias e reguladoras de transporte atuantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A metodologia adotada abrangeu as entrevistas com especialistas, a elaboração da base SIG, as visitas de campo e cobertura fotográfica, e um questionário digital sobre mobilidade aplicado a todo o Corpo Social da UFRJ, seguidos das atividades de organização e análise de todos estes dados.

Os resultados obtidos podem ser desmembrados em duas etapas: diagnósticos e propostas. A quantidade de dados apresentadas nestas duas fases é muito grande, por isto aqui procuramos dar uma visão resumida destes resultados, e portanto um detalhamento maior pode ser obtido nos relatórios técnicos publicados na homepage do AIM:

<http://aim.poli.ufrj.br/index.php/final-reports-available-on-french-and-portuguese-versions/>

No diagnóstico, cuja síntese é apresentada na Figura 11, foram apresentados:

- Conceituação de mobilidade para o campus e seus fatores: segurança, sustentabilidade, economicidade, eficiência.
- Situação atual dos sistemas de transporte: infra-estrutura de transporte por modais (carro, ônibus, bicicleta e pedestre), por categoria (público e privado) e por custo, (oneroso e gratuito).
- Conflitos, estresse e riscos na conjunção entre deslocamentos internos e fluxos de tráfego da cidade que passam pelo campus.
- Origem e destino do corpo social: alunos, professores e funcionários, registrando seus fluxos, frequência, horários e tipo de modal que utilizam no acesso ao campus e na mobilidade interna.
- Avaliação do atual Plano Diretor da UFRJ (2011) e suas interseções com os fatores externos (gestão Municipal e Estadual)
- Abordagem sistêmica, considerando os parâmetros de: infra-estrutura viária, demografia, economia, transporte público e particular, segurança pública, mobilidade sustentável, e definindo como caminho para as alternativas uma “repartição modal”. Este conceito estimula a atratividade por transporte público, o uso de deslocamentos alternativos (pedestre, bicicleta e car sharing), e também a demanda pela reorganização de fluxos internos e por melhorias na oferta dos serviços atuais.

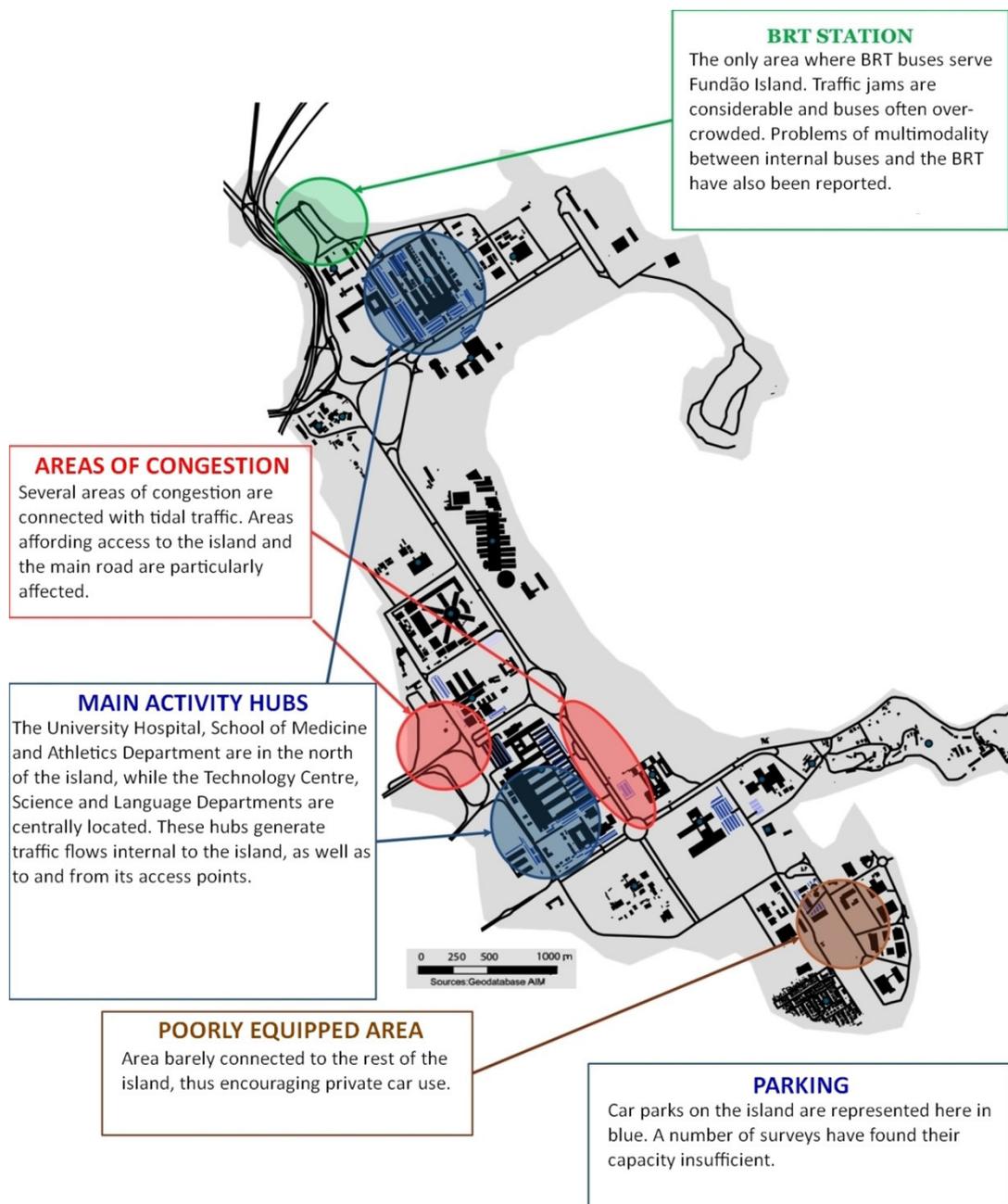


Figura 10: Diagnóstico síntese do campus

Fonte: Relatório AIM, Autores

As propostas resultantes deste diagnóstico foram agrupadas em três horizontes de projeção no tempo: visões de curto, médio e longo prazo. Nas visões de curto prazo, foram abordadas propostas para:

- Linhas de ônibus internas: manutenção da gratuidade, reorganização de trajetos, paradas e horários.
- Transporte compartilhado: gerenciamento por aplicativo web, estacionamento privilegiado para motoristas participantes e definição dos pontos de encontro.
- Bicicleta: estimular a ampliação de uso, com melhorias em bicicletários, ciclovias e segurança.

- Sinalização para pedestres, ciclistas, motoristas e usuários de ônibus interno: placas indicativas, pontos, faixas, codificação por cores, etc.

Nas visões de médio prazo, foram consideradas também alterações no regime de oferta e circulação de ônibus internos e externos:

- Ligação do campus com o município vizinho de Niterói: cuja região metropolitana abriga uma grande parcela do corpo social da UFRJ, mas não dispõe de linhas de ônibus diretas para o campus.
- Instalação de faixas exclusivas para circulação do ônibus internos: visa melhorar a mobilidade interna nos horários em que o fluxo de trânsito da cidade adentra o campus e causa engarrafamentos.
- Alteração mais profunda nos horários, trajetos e paradas dos ônibus internos, baseado na experiência obtida durante a visão de curto prazo.
- Ampliação e melhorias no terminal rodoviário existente: situado ao norte do campus, recebe as linhas de ônibus expressos do município para baldeação com os ônibus internos.
- Restrições de circulação para os ônibus externos: reorganizar trajetos, reduzir linhas com acesso e restringir a circulação às proximidades dos terminais rodoviários
- Criação de um novo terminal no centro do campus, com alterações físicas que permitam a implantação conjunta de uma área de convivência, com bares e serviços, interfaces com estacionamentos, calçadas e ciclovias, etc., sedimentando assim a criação de um pólo multimodal.
- Criação de novas áreas de estacionamento, integradas com políticas sustentáveis (carona, uso de ônibus interno, etc.)

As visões de longo prazo abordam alternativas que dependem menos da gestão universitária, e mais de conjunções com as gestões municipal e estadual, da disponibilidade de orçamentos e financiamentos, e principalmente da vontade política dos gestores.

Elas incluem duas variantes vinculadas à escolha do meio de transporte sustentável que irá percorrer o eixo principal norte-sul: Tamway ou MagLev. Já existe uma linha municipal de Tramway que atende ao bairro próximo do Porto Maravilha, e o Maglev é um projeto de veículo de levitação magnética, totalmente desenvolvido pela UFRJ, com trecho piloto de 500m já implantado.

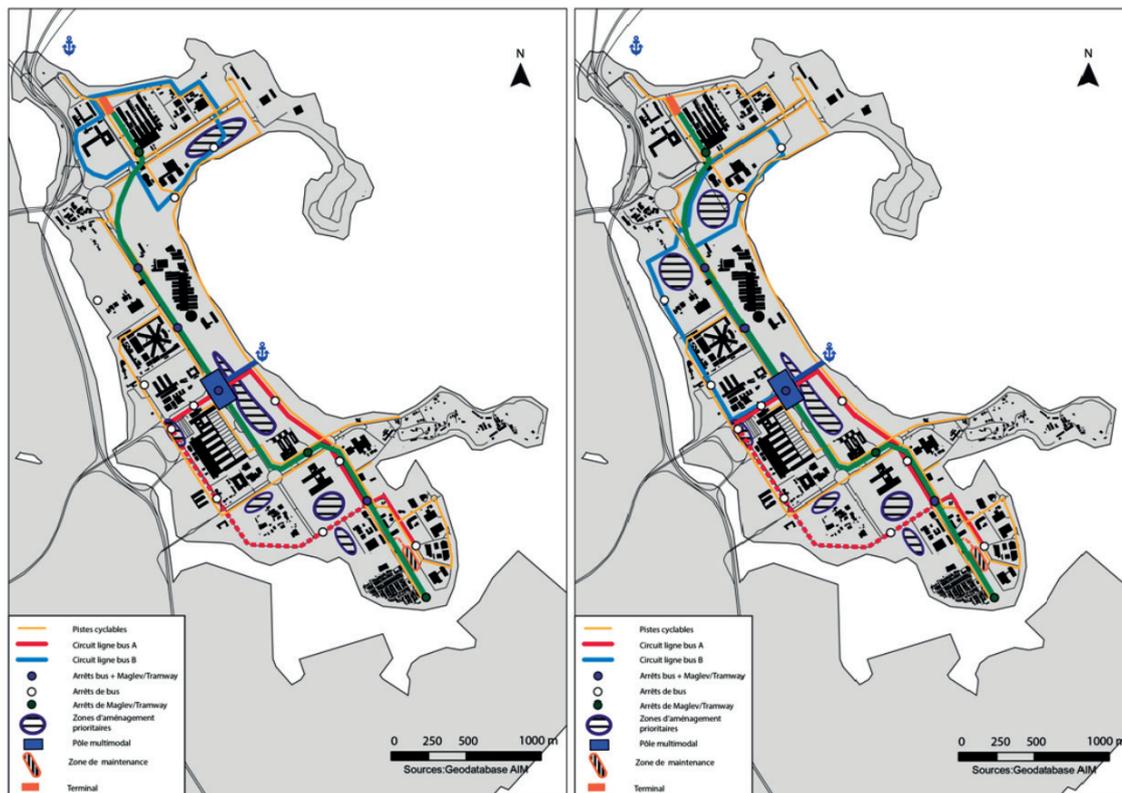


Figura 9: Mapa síntese das duas variantes de cenários produzidas pelo AIM

Fonte: Relatório AIM, Autores

Em ambas fomenta-se a mobilidade no Campus pela criação de conexões entre os diversos meios de transporte, e pelo desenvolvendo de pólos multimodais que incluirão atividades e serviços. Este panorama de longo prazo visa desenvolver os modos de transporte alternativos nestes pólos, propondo deixar subterrânea uma parte da avenida transversal situada no centro do campus, visando facilitar os deslocamentos de pedestres e bicicletas. Nos circuitos de transporte coletivo propostos, a intermodalidade no Campus contemplaria a bicicleta, o ônibus interno, e o Tramway ou Maglev.

Esta perspectiva cria um eixo com novos meios de transporte eficazes e sustentáveis (Maglev ou o Tramway), o que integra e fornece uma melhor acessibilidade das redes de transporte e serviços para as zonas isoladas no sul da ilha. Foram também abordadas as possibilidades de ligação com o centro da cidade por via aquaviária e teleféricos.

6 | CONCLUSÃO

Muitas das ações propositivas em campus universitários deixam de ser mais bem conduzidas devido a dois grandes fatores: 1) a dificuldade em obter informações georeferenciadas e atualizadas, e 2) ausência de instrumentos institucionais para organização de dados e integração entre equipes. Nossa expectativa é de que,

através do emprego de uma base de dados em SIG, os projetos localizados no Campus envolvendo mobilidade, energia renovável e tecnologias urbanas e prediais inovadoras possam ser diretamente beneficiados.

A universidade é por definição um vetor para gênese de ideias e soluções, e ao longo desta pesquisa temos percebido a vontade de cada agente envolvido em ampliar a gama e escopo de suas ações. O SIG permite variadas formas de visualização, interpretação, consulta e atualização dos dados, além de possibilitar que o agente atuante em uma área interaja com as demais. Este viés de plataforma participativa é em nossa opinião a faceta mais importante do SIG aplicado à gestão universitária.

Por outro lado, as universidades ainda não absorveram bem em seus currículos o conceito de oficina de projeto integrado, menos ainda aplicando-o dentro do conceito de “Living Labs” (Kronig, 2013). Percebemos a falta de disciplinas preparatórias para projeto, e a necessidade de uma alocação maior de carga horária e créditos para desenvolvimento destas atividades.

Nos próximos anos, os projetos urbanos integrarão cada vez mais dados de sensores e objetos conectados, e o GIS terá que evoluir com tecnologias de Big Data, Internet das Coisas (IoT) e Inteligência Artificial.

7 | AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Prefeitura Universitária da UFRJ pela parceria nesta pesquisa, e aos Professores Gilles Morel, Hipolito Martell-Flores e Nathalie Molines, pela coordenação do projeto AIM na UTC.

REFERÊNCIAS

DAILEY, G., STOCKTON, S (2012). **GIS in Education: Across Campuses, Inside Facilities** ESRI E-books. Consultado em <http://www.esri.com/library/ebooks/gis-in-education-facilities.pdf>

ESRI. **ArcGIS Reference Documentation**, Redlands, Environmental Systems Research Institute Inc., 2014.

KÖNIG, A. (Ed.) **Regenerative Sustainable Development of Universities and Cities: The Role of Living Laboratories**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2013.

LIMA, F. R. ; MOREL, G. ; MARTELL-FLORES, H. . **Ports and Cities In Brazil: An Opportunity to Integrate and Innovate on Urban Issues?**. In: IV Simpósio de Pos-Graduação em Engenharia Urbana e I Encontro Nacional do GT Urbano., 2013, Rio de Janeiro. Anais do IV SIMPGEU e I ENURB, 2013.

MOREL, G. et al. **Tools for an integrated systems approach to sustainable port city planning**. urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 39-49, Dec. 2013.

PIRES, E. L. S. et al. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades**. Rio Claro: UNESP - IGCE: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2011.

PRADO, K. C. D.; SANTOS, P. E. **Smart Cities: Conceito, Iniciativas e o Cenário Carioca**. 123p. Projeto de Graduação (Engenharia Ambiental) – Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, J. et al. **Uma Análise do Serviço de Transporte Ferroviário da Cidade do Rio de Janeiro: Uma Aplicação de Fluxo em Grafos**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 46., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: SOBRAPO, 2014.

TOWNSEND, A., et al., **A Planet of Civic Laboratories: the Future of Cities, Information, and Inclusion**, Institute for the Future, IFTF, 2011.

WALLES, P. (2012). **The Role of GIS Technology in Sustaining the Built Environment**, ESRI E-books. Consultado em: <http://www.esri.com/library/ebooks/sustaining-the-built-environment.pdf>

CONTRIBUIÇÕES DO BISPO JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (1743-1821) AO PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

Data de aceite: 19/11/2019

Rosalina Lima Izepão

Universidade Estadual de Maringá-Paraná

RESUMO: Os estudos na área de história do pensamento econômico no Brasil são dedicados, em geral, aos autores do período pós-republicano. No entanto, quando se analisa a época colonial, em especial nas últimas décadas que antecederam ao processo de independência, observa-se que existem diversos escritos que discutem questões econômicas ligadas ao Brasil e suas relações com a metrópole, Portugal. Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar as contribuições do bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1743-1821) ao pensamento econômico brasileiro, com base em duas de suas obras voltadas, diretamente, aos estudos econômicos: “Memória sobre o preso do açúcar”, cuja primeira edição é de 1791 e “Ensaio econômico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”, de 1794. O estudo se justifica não apenas porque o bispo é considerado o primeiro economista brasileiro do ponto de vista cronológico, mas, principalmente, porque estas obras refletem o pensamento daqueles que defendiam o exclusivismo metropolitano e as atividades ligadas à comercialização do

açúcar e à produção agrícola do Brasil-colônia. Os resultados do estudo mostraram que além de Coutinho ter sido contrário à taxação do preço do açúcar brasileiro, pregou, também, o desenvolvimento da navegação para intensificar o comércio entre Brasil e Portugal, defendeu o uso da mão de obra indígena na navegação, no comércio e na guerra, além da utilização da mão de obra escrava africana na agricultura. Foi contra a atividade mineradora e a valorização nominal da moeda, além de defensor da administração colonial, pela autoridade do Rei. **PALAVRAS-CHAVE:** Brasil-colônia, Azeredo Coutinho, estudos econômicos.

CONTRIBUTIONS OF BISHOP JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (1743-1821) TO THE ECONOMIC THOUGHT IN BRAZIL

ABSTRACT: Studies in the area of the history of economic thought in Brazil are generally dedicated to the authors of the post-republican period. However, when analyzing the colonial era, especially in the last decades before the independence process, it is observed that there are several writings that discuss economic issues related to Brazil and its relations with the metropolis, Portugal. In this sense, the objective of this study is to analyze the contributions of Bishop Jose Joaquim da Cunha de Azeredo

Coutinho (1743-1821) to Brazilian economic thought, based on two of his works aimed directly at economic studies: “Memória sobre o preso do asucar “ , whose first edition is 1791 and “Ensaio econômico sobre o commercio de Portugal e suas colônias” , from 1794 . The study is justified not only because the bishop is considered the first Brazilian economist from a chronological point of view, but especially because these works reflect the thinking of those who advocated metropolitan exclusivism and the activities linked to sugar commercialization and agricultural production in Brazil-colony. The results of the study showed that in addition to Coutinho being contrary to the Brazilian sugar price taxation, he also preached the development of shipping to intensify trade between Brazil and Portugal, defended the use of indigenous labor in shipping, trade and in war, in addition to the use of African slave labor in agriculture. It was against the mining activity and the nominal appreciation of the currency, besides defending the colonial administration, by the King’s authority.

KEYWORDS: Brazil-colony, Azeredo Coutinho, economic studies.

1 | INTRODUÇÃO

A História do Brasil, nos três primeiros séculos, está intimamente ligada à expansão comercial e colonial europeia na época moderna. Parte integrante do império ultramarino português, o Brasil-colônia teve a sua organização econômica e social pautada na formação de uma empresa mercantil, colonial e escravocrata, tendo como fundamento as ideias da doutrina mercantilista. (PRADO JÚNIOR, 1971)

Embora os principais precursores do pensamento econômico mercantilista fossem europeus e de estados nacionais absolutistas, no Brasil colonial do século XVIII também existiram vários pensadores que se ocuparam em discutir questões que inquietavam os produtores e comerciantes de produtos agrícolas, principalmente aqueles ligados ao comércio do açúcar. As preocupações centravam-se no fato de que os problemas da colônia poderiam prejudicar o enriquecimento do estado nacional português, colocando em xeque a sua manutenção entre as potências econômicas europeias daquele século.

Entre estes pensadores que escreveram e publicaram obras, artigos e outros documentos a respeito da economia política colonial brasileira no século XVIII, está o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1743-1821). O bispo Azeredo Coutinho, como ficou conhecido, é considerado o primeiro economista brasileiro não somente do ponto de vista cronológico de seus estudos, mas, principalmente, pelos seus escritos econômicos (LIMA, 1976). Da mesma forma, apesar de ser nascido no Brasil, em Portugal o bispo se destaca como importante economista português, por ter estudado e vivido algum tempo naquele país e, também, porque defendeu como poucos os interesses de Portugal por meio de seus escritos e de ações desenvolvidas na administração pública no Brasil-colonial.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições do bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, ao pensamento econômico brasileiro. O que motivou o presente estudo é o fato de que, embora existam muitos estudos sobre as obras do bispo Azeredo Coutinho nas áreas da filosofia, educação, direito e religião, quando se trata da Ciência Econômica quer seja no campo do pensamento econômico ou da economia política brasileira, os estudos, em geral, tendem a se concentrar no período pós-republicano, das etapas iniciais à atualidade, ficando mais restritos os estudos relativos aos períodos colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889). Neste aspecto, a análise das publicações “Memoria sobre o preço do assucar” e “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”, do bispo Azeredo Coutinho é salutar para a compreensão do pensamento econômico da época colonial brasileira.

Metodologicamente a pesquisa pode ser caracterizada, por seus objetivos, como bibliográfica onde se utilizou como método de abordagem o dedutivo e de procedimento o histórico-analítico. Como fontes, foram utilizadas as duas obras do bispo Azeredo Coutinho já citadas, além de livros, artigos científicos e uma tese.

O artigo encontra-se estruturado em três seções, além da Conclusão. Na primeira seção tem-se esta Introdução e na segunda apresentam-se algumas considerações a respeito do pensamento econômico no Brasil colonial. Na terceira seção analisam-se as contribuições do bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (1743-1821) ao pensamento econômico brasileiro com base em duas de suas principais obras que estão, diretamente, relacionadas aos estudos econômicos: “Memoria sobre o preço do assucar” e “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”.

2 | O PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL COLONIAL (1500-1822)

É na história da formação dos estados nacionais modernos, da expansão ultramarina e da exploração colonial portuguesa, sob a égide das políticas econômicas mercantilistas vigentes na Europa, que vieram os elementos determinantes da formação econômica do Brasil. Assim, parte integrante do império colonial português, o Brasil foi transformado em uma empresa mercantil colonial, tendo a mão de obra escrava como base do sistema produtivo. (PRADO JÚNIOR, 1971)

O sistema de colonização desenvolvido no Brasil, por Portugal, visava manter a posse do território e o controle fiscal por meio da administração da metrópole, para garantir a exploração de riquezas. Assim, o elemento definidor do sistema foi o monopólio do comércio, fazendo com que toda a política econômica do sistema colonial girasse em torno da preservação deste privilégio assumido pelo Estado

nacional português e a classe mercantil da metrópole. (NOVAIS, 1979)

É sobre as questões internas à colônia portuguesa na América e suas relações com o enriquecimento ou empobrecimento de Portugal, que muitos pensadores brasileiros se debruçaram no século XVIII e início do XIX. Portanto, é sob a influência do contexto político-econômico vivenciado por Portugal, nos quadros do Capitalismo europeu da época, que estes estudiosos direcionaram suas análises relativas à colônia portuguesa na América, ou seja, o Brasil. (NOVAIS, 1984)

De acordo com Novais (1979) Portugal não se enquadrava, na época, como centro gerador de um pensamento “ilustrado” como foi a França com o movimento Iluminista. Portugal, em geral, absorvia ideias estrangeiras não possuindo, portanto, originalidade. O mesmo ocorria com os chamados ilustrados brasileiros, das quais se enquadra o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho.

Nesta época, o que se tinha no plano do pensamento econômico tanto de Portugal, quanto de sua colônia, o Brasil, era uma mistura de mercantilismo tradicional, fisiocracismo e economia clássica inglesa dando origem ao que Novais (1984), chamou de “mercantilismo ilustrado”. Para este autor, foi esta junção de ideias que orientou o pensamento econômico luso-brasileiro durante todo o período colonial.

De acordo com Novais (1984, p. 112): *“A passagem dos princípios gerais para a formulação prática da política econômica colonial caberia a um brasileiro particularmente engajado ao movimento reformista ilustrado: o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho”*. Tanto é que o ponto crucial da obra *“Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”*, diz respeito justamente à ideia de que Portugal deveria ter comércio deficitário com sua colônia, o Brasil, para ser superavitário com as outras metrópoles. Outros pensadores brasileiros contribuíram, na época, para a construção teórico-interpretativa do Brasil nos quadros do sistema colonial, além do bispo Azeredo Coutinho. Entre os que se destacaram, Lima (1976) cita:

- a) Manuel de Arruda Câmara (1752-1810). Este frade carmelita tem em sua biografia publicações como “Aviso aos lavradores sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grão ou pevide, para aumento da colheita”, “Memoria sobre as plantas de que se pode fazer a barrilha entre nós”, “Discurso sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher e semear...” entre outras;
- b) Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (1762-1835), cujas obras se destacam “Memorias economicas de Lisboa” e “Observações acerca do carvão de pedra que se encontra na Freguesia da Carvoaria”;
- c) José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) que, apesar de ser mais conhecido pela forte presença e atuação na política governamental, no

final do período colonial e início do Império, escreveu e publicou vários trabalhos que se enquadram na literatura econômica. Entre os quais, citam-se: “Memórias sobre a pesca da baleia e extração do azeite”, “Memória sobre a mina de ouro da outra banda do Tejo”, “Estatutos da sociedade econômica da província de São Paulo”, “Necessidade da uma academia agrícola no Brasil”, “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”, entre outras. Segundo Lima (1976, p.188):

Foi somente no fim do século XVIII, na era colonial, quando ainda estávamos presos ao domínio português, que apareceram nossos primeiros economistas, como Azeredo Coutinho, Manuel de Arruda Câmara, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, José Bonifácio de Andrada e Silva e Vicente Coelho de Seabra Silva Teles..

Segundo Lima (1976), estes pensadores estudaram e viveram parte de suas vidas em Portugal, durante um período de expressiva comercialização do açúcar e exploração do ouro no Brasil.

3 | AS CONTRIBUIÇÕES DO BISPO JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (1743-1821) AO PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

3.1 O bispo economista

O bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho nasceu em São Salvador dos Campos de Goitacazes, no atual estado do Rio de Janeiro. De família de latifundiários, após o falecimento do pai, por ser o filho primogênito, assumiu a administração das terras da família até 1775, quando passou esta função ao irmão, seguindo para Lisboa completar seus estudos. Em Portugal, formou-se primeiro em Filosofia, depois em Direito Canônico na Universidade de Coimbra. Já no Brasil e seguindo a carreira eclesiástica foi nomeado, em 1794, bispo de Pernambuco. Antes disto já havia sido deputado do Santo Ofício, no Rio de Janeiro. Politicamente foi, interinamente, governador da capitania de Pernambuco mostrando, segundo Novais (1984), grande aptidão para a administração pública.

O bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho é considerado primeiro economista brasileiro e precursor dos estudos econômicos sobre o Brasil-colônia, segundo Carreiro (1957 apud LIMA, 1976). Escreveu e publicou vários trabalhos, em diversas áreas. No campo do pensamento econômico, se destacou defendendo os interesses de Portugal, em detrimento aos do Brasil.

De acordo com Cantarino (2012, p. 214), o bispo Azeredo Coutinho gostava de se apresentar como “proprietário de terras, bispo da Igreja Portuguesa, homem de governo e senhor de escravos. Era assim que queria ser reconhecido”. Contudo, ficou mais conhecido como o bispo economista.

O bispo Azeredo Coutinho deixou registrado em seus estudos econômicos a defesa dos interesses dos proprietários de terras, as suas preocupações com questões ligadas ao comércio do açúcar e do sal, a defesa ardorosa à manutenção da escravidão africana e do pacto colonial e o seu comprometimento no atendimento às necessidades da metrópole, Portugal. O que explica, em parte, o fato de seus escritos serem tão populares naquele país. Os seus trabalhos refletiam o seu interesse em convencer as pessoas que vivam na colônia, da necessidade de evitar a independência, mantendo, assim, o sistema colonial e a escravidão africana, em favor da metrópole.

O bispo Azeredo Coutinho escreveu várias obras, artigos e documentos importantes. Neste estudo, conforme já mencionado, além da bibliografia complementar, foram analisadas duas obras as quais se considera as mais importantes do bispo Azeredo Coutinho, na área da economia: “Memoria sobre o preço do assucar” e “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”. Esta última foi dedicada ao Rei de Portugal. Na capa do livro, de 131 páginas, encontra-se a seguinte dedicatória: “Oferecido ao Serenisimo PRINCEPE DO BRAZIL, NOSSO SENHOR”.

Na contra capa (COUTINHO, 1974, p. 02), lê-se:

SENHOR.

Uma obra ditada pelo mais puro zelo de servir a S. MAGESTADE, e a Corôa destes Reinos, de que VOSA ALTEZA é Erdêiro, não deve sair ao público senão inteiramente consagrada ao Augústo Nome de VOSA ALTEZA, a cujos Reaes Pés a põe.

Jozé Joaquim da Cunha Azerêdo Coutinho.

Em torno desta obra existem controvérsias, quanto aos pressupostos teóricos seguidos pelo bispo. Há autores que defendem a ideia de que Azeredo Coutinho era puramente mercantilista, mas, também existem estudiosos que vêm nesta obra de Coutinho uma proximidade com o pensamento fisiocrata quando se refere à agricultura e sua importância para o aumento da riqueza da metrópole. Neste estudo, entende-se que o bispo foi precursor da doutrina mercantilista, pois quando este defende a agricultura, o faz por entender que esta atividade econômica era, naquele momento, o setor de maior potencial de riqueza da colônia em razão da qualidade do seu clima e solo.

3.2 O Brasil a serviço dos interesses da metrópole

3.2.1 Memória sobre o preço do açúcar

O primeiro escrito de Azeredo Coutinho na área econômica foi “Memória sobre o preço do açúcar”, publicado em 1791 e que, na segunda edição, recebeu o título de Memória sobre o preço do açúcar. Composto de apenas 46 páginas, no livro o bispo critica a atitude da Câmara Municipal de Lisboa por, em 1790, querer taxar o preço do açúcar brasileiro para que o produto ficasse mais barato aos comerciantes e consumidores de Portugal.

O motivo do preço do açúcar ter aumentado demais foi o fato do produto produzido nas Antilhas ter apresentado queda naquele ano, em razão de intempéries e da concorrência com a França, em fase revolucionária. Isto ocasionou o aumento do preço do açúcar produzido no Brasil porque houve a redução da oferta do produto. Para Coutinho (1791, p.02):

Todos sabem do alto preço a que tem subido o açúcar em toda a Europa, (I) pela desagradável revolução das Colônias Francêzas nos maiores rivais neste gênero de agricultura; e pelas grandes inundações; e nas Inglêsas pelos furacões de vento, muito fortes.

Em “Memória sobre o preço do açúcar”, o bispo Azeredo Coutinho mostra-se, radicalmente, contra a taxa ao produto em Portugal, argumentando que a valorização do preço do açúcar só seria benéfica para os produtores, os comerciantes e à coroa portuguesa se o produto fosse exportado para outras nações. Mas, para o bispo, esta taxa deveria ser aprovada, também, pelas possíveis nações importadoras do produto. Segundo Coutinho (1791, p. 42):

[...] fica manifesto o quanto seria prejudicialíssimo a Portugal, e quase mesmo injustificável nas circunstancias presentes, por se huma taxa no açúcar, pois sendo com he hum gênero de commercio de quase todas as Nações, só a convenção geral de todas as Nações he que pode regular, principalmente quando huma Nação não he só agricultora ou única senhora desse gênero...

Nesta obra fica clara a defesa do bispo Azeredo Coutinho ao livre comércio do açúcar, porém, somente entre o Brasil e sua metrópole, Portugal. Na mesma obra, o uso da mão de obra escrava foi defendido, com veemência, por Azeredo Coutinho, pois segundo o bispo, esta seria fundamental para a geração de riqueza na colônia, para a metrópole. Por isto, não poupou críticas aos ingleses e suas políticas abolicionistas. Para o bispo, os ingleses eram falsos ao afirmarem que defendiam a libertação dos escravos por razões humanitárias, quando na realidade desejavam mercado consumidor. (COUTINHO, 1791)

Em outras passagens da mesma obra, o bispo critica as atividades de mineração desenvolvidas em Minas Gerais. Para Coutinho (1791), o governo português deveria

dedicar políticas para aumentar a produção agrícola e não a mineração. O seu argumento é que quando se utilizava mão de obra escrava nas minas, reduzia-se a mão de obra para a agricultura, justamente a maior fonte de riqueza da colônia.

Em “Memoria sobre o preço do assucar”, Coutinho recomendava, ainda, a plantação de cacau, canela, baunilha e café, além da cana de açúcar no Brasil. Segundo Coutinho (1791, p. 26): “[...] *todos estes gêneros dão as mãos entre si, quando se aumentar o gosto destes, tanto mais necessário se fará huma maior abundancia daquele.*”

Na mesma obra, o bispo Azeredo Coutinho discute a importância do sal como alimento indispensável ao gado, além de se constituir em produto de primeira necessidade para a conservação de carnes e pescados. Da mesma forma, desenvolve argumentos em defesa da proibição da pesca da baleia, contribuindo, assim, de maneira significativa para a abolição dos monopólios do comércio do sal e da pesca da baleia na América portuguesa.

3.2.2 Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias

A obra do bispo Azeredo Coutinho mais difundida, inclusive, na Europa foi “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”. No final do século XVIII e início do XIX foram publicadas três edições em inglês, duas em alemão e uma em francês (HOLANDA, s.d). Segundo Holanda, a aceitação pelos leitores europeus foi boa, tendo a obra recebido muitos elogios na época, em razão dos temas tratados.

Quanto à estrutura da obra, a mesma encontra-se estruturada em três partes: Na Parte I, intitulada “Dos interêses, que Portugal pode tirar das suas colônias do Brazil”, em nove capítulos, o bispo: a) apresenta e discute as riquezas existentes no Brasil, as quais as maiores seriam a abundância e a fertilidade da terra para a agricultura, a criação de gado, o clima favorável e a localização geográfica do Brasil, além da importância da pesca; b) indica formas de exploração e comercialização destes produtos, além de sugerir o investimento dos lucros, pelo Estado nacional português, na marinha por meio da aquisição de navios com o objetivo de aumentar o poderio econômico de Portugal, em relação às demais nações. (COUTINHO, 1794)

Segundo Coutinho (1794), era fundamental para Portugal explorar estas riquezas do Brasil colônia para fortalecer a sua marinha mercante e a pesca. Na atividade pesqueira sugeria o uso da mão de obra indígena. Para o bispo, além de ser uma ação civilizatória, os índios poderiam trabalhar, também, na marinha comercial e de guerra, pois apresentavam aptidão para isto. Como exemplos de índios aliados, Coutinho cita os que viviam nos Campos de Goitacazes, no Rio de Janeiro, onde ele próprio nascera e que a família ainda possuía muitas terras.

Outra riqueza da colônia, apontada pelo bispo Azeredo Coutinho, foi a madeira. Na obra, Coutinho tece muitos elogios aos diferentes tipos de madeiras existentes no Brasil, qualidade, beleza e valor comercial. Assim, o bispo recomendava a Portugal a proibição do seu comércio, aos estrangeiros, seja *in natura* ou manufaturada. (COUTINHO, 1794)

Na parte II do livro, intitulada “Sobre os interesses, que Portugal pode tirar das suas Colônias nas três partes do mundo”, o bispo explica, em três capítulos, as vantagens que Portugal possuía, em relação a outras nações e que, por isto, deveria ser um país rico. Para o bispo, uma medida política importante seria deixar as colônias sempre deficitárias com a metrópole. Assim, quanto mais as colônias devessem a Portugal, mais ligadas àquele país ficariam, em razão da sua dependência. Por outro lado, Portugal deveria ser uma nação sempre superavitária em relação às demais nações, mantendo, portanto a balança comercial favorável, um dos princípios importantes do mercantilismo. Ainda nesta parte do livro, defendendo o pacto colonial, outro importante princípio das políticas mercantilistas, Coutinho se mostrou radicalmente contra a independência das colônias, incluindo o Brasil.

Na parte III, intitulada “Sobre os interesses de Portugal para com as outras Nações”, o bispo Coutinho, em três capítulos, expõe suas ideias contrárias às fabricas de produtos de luxo, mesmo em Portugal, porque segundo ele seriam prejudiciais aos interesses econômicos da nação. Isto porque, em sua opinião, toda a riqueza deveria ser investida na agricultura, na pesca e na marinha. Assim, segundo seus argumentos, por meio do comércio, Portugal teria potencial para ser uma grande potência entre as nações.

O bispo destaca, ainda, que Portugal possuía estabelecimentos nas quatro partes do mundo e, mantendo-se neutro, para não intimidar as demais nações conseguiria muita riqueza. Esta seria a receita para o Estado nacional português ser rico e forte, segundo Coutinho (1794). O bispo define riquezas como sendo constituídas de fundos de terras e bens móveis, tais como: dinheiro, letras de câmbio, ações sobre companhias de comércio e de navegação, frotas de navios e mercadorias das mais variadas.

Para Coutinho (1794), Portugal deveria fazer o possível para ser uma nação muito rica, pois na política entre as nações europeias, principalmente entre as que possuíam maiores frotas navais, prevalecia o cuidado para que outras não se enriquecessem, inclusive, impedindo-as de se tornarem poderosas economicamente. Assim, as nações menos ricas acabavam ficando dependentes da sua rival, rica. E esta condição de nação dependente ele não desejava para Portugal. Segundo Coutinho (1794, p. 67):

Uma Nasão com crédito, tem dinheiro, tem soldados, e em pouco tempo fás

marchár um exército de mil ómnes. Não é assim a respeito da marinha; éla não se fás em um dia, não se vende, nem empréstra. Portugal porém pôde pôr uma marinha formidável, sem com tudo dezafiár contra sí a desconfiãnsa das outras Nasões.

Observa-se, portanto, o pensamento mercantilista impregnado nas palavras e ideias de Coutinho (1794), ou seja, defesa do Estado nacional forte e rico, neste caso, Portugal, por meio das atividades comerciais e da balança comercial superavitária com outras nações. Defesa da manutenção e fortalecimento do pacto colonial, inclusive, por meio do endividamento da colônia com a metrópole, numa forma de mantê-la sempre sob o seu poder e submissão. Segundo Coutinho, o Brasil era a colônia portuguesa que apresentava maiores potenciais econômicos, quando comparada às demais, por isto necessitava ser bem administrada. De acordo com Coutinho (1794, p. 89):

Portugal tem duas sortes de estabelecimentos nas duas Índias, e na Còsta de A`frica. Os das Índias Orientáes, e da Còsta de A`frica, só tem por objeto o comércio; e os da América tem por objeto a cultura, e o comercio juntamente; e por isso de todos os estabelecimêntos de Portugal, o Brazil é não somente o mais rico, mas também é aquêle, que merece mais cuidado, e mais atenção.

Para Coutinho, de todas as nações europeias, Portugal era privilegiado tendo o Brasil como sua colônia. Uma colônia com ótimo clima e terras produtivas melhores, segundo o bispo, de todas entre os países da Europa, juntos. A esta riqueza somava-se, segundo Coutinho, a sua privilegiada posição geográfica. De acordo com Coutinho (1794, p. 93)

[...] no meio do mundo, olhando para a A`frica, com um pé em terra, outro no már, com brásos estendidos, um para a Europa, outro para a A`zia; tem os seus portos sempre abertos em todos os tempos do ano, sem gelos, sem furacões de vento, navegação mais cómoda, e mais brève; em uma palavra, a riqueza, e a abundância, que a Providência espalhou por todas as partes, alí estão todas juntas como em um centro.

Observa-se, portanto, que, para Coutinho (1794), o Brasil era a colônia mais rica de Portugal, uma fonte de riqueza que bem explorada e administrada, seria capaz de levar Portugal à categoria de potência econômica no âmbito mundial. Por isto deveria ser mantida como posse da metrópole. Mais adiante, na mesma obra, Coutinho demonstra preocupação com Portugal: “No estado atual do comércio da Európa Portugal não é a Nasão, que se acha na melhor situação de fazer este comércio, com iguál vantagem sobre todos os artigos, e em toda a sua extensão...” (COUTINHO, 1794, p. 103).

Assim, para promover o crescimento econômico da nação portuguesa, Coutinho propôs em sua obra, as políticas econômicas que podem ser resumidas

conforme segue: a) o investimento português na navegação, pois, segundo o autor, isto intensificaria as relações comerciais entre Portugal e suas colônias. Com isto, a metrópole ganharia no transporte, no frete e nas vendas; b) o uso da mão de obra indígena na marinha, no comércio e na guerra, já que os índios não serviam para o trabalho agrícola; c) o combate ao monopólio português do sal, pois isto interferia na produção do pescado, da carne e da atividade pecuária; d) defesa da abertura do comércio de madeiras brasileiras de construção aos portugueses e a proibição aos estrangeiros; e) defesa do fim da fabricação de tecidos rústicos, em Portugal, para confecção de fardas para os soldados, velas para embarcações e cordoarias e; f) defesa do *déficit* da metrópole com as colônias, para que a mesma fosse credora de outras nações. (COUTINHO, 1794)

Por meio da análise das duas obras mencionadas é possível observar o viés mercantilista do bispo Coutinho. É importante destacar, ainda, que o bispo defendia de forma contundente o sistema colonial de produção, a autoridade do Rei e da Igreja, além da manutenção da escravidão africana. Quando às minas de ouro, via a sua exploração como um elemento prejudicial a Portugal porque, segundo Coutinho (1794), as pessoas poderiam viver sem ouro, mas não sem alimentos.

Em relação à moeda, Coutinho era contra o aumento nominal do seu valor porque isto elevaria os preços dos produtos e do ouro no Brasil. Para Romero apud Lima (1976, p. 59), o que desejava Coutinho era “a maior felicidade possível e a maior segurança para um pequeno número de eleitos...”. Ou seja, para a população pobre nada foi dito ou defendido por Coutinho. O bispo era favorável, também, à proibição da criação e do desenvolvimento de manufaturas no Brasil colônia e do comércio do Brasil com outras nações que não fosse Portugal. Para Coutinho (1794), isto não significava sacrifício para a colônia, mas, sim, o preço justo a ser pago pelo recebimento de proteção por parte da metrópole.

4 | CONCLUSÃO

Por meio deste estudo observou-se que as principais contribuições do bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, ao pensamento econômico brasileiro, situam-se, primeiramente, por meio do livro “Memoria sobre o preço do assucar” que trata de questões ligadas à produção e à comercialização do açúcar, sobretudo, no que se refere ao preço. Na mesma obra, o bispo defende a manutenção da utilização da mão de obra escrava africana na agricultura, e, em especial, no plantio da cana e na produção do açúcar. Observa-se, ainda, nesta obra, que o bispo foi um árduo defensor do sistema colonial, tendo por base a defesa do exclusivismo de Portugal em relação às atividades comerciais do Brasil-colônia.

No seu livro “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias”,

observa-se que no pensamento econômico de Azeredo Coutinho prevaleciam as ideias preconizadas pelo mercantilismo, no que se refere à aplicação do pacto colonial como instrumento de enriquecimento da metrópole e um pouquinho do fisiocracismo quanto o autor defende, com muita propriedade, a agricultura em detrimento à mineração e às manufaturas. Assim, concorda-se com Navais (1984) quando diz que o bispo era um “mercantilista ilustrado”.

Na mesma obra, o bispo Coutinho enfatiza, ainda, a importância de Portugal explorar as riquezas do Brasil colônia tanto na agricultura, quanto na pesca, na exploração da madeira e nas atividades comerciais. Tudo isto para que Portugal pudesse enriquecer o suficiente e se tornar uma potência econômica. Para isto, segundo Coutinho, era preciso maciço investimento, também, na marinha comercial, inclusive utilizando-se da mão de obra indígena, abundante no Brasil. O governo português deveria, também, investir menos na mineração e mais na agricultura cultivando além da cana, complementarmente cacau, baunilha, canela e outros produtos tropicais.

No centro das preocupações do bispo Coutinho estava o fato de Portugal não estar entre as nações comerciais mais ricas da Europa. Assim, havia a necessidade de obter riquezas, por meio de suas colônias, entre as quais se destacava o Brasil, inclusive para manter a sua soberania. Neste sentido, o bispo propôs a Portugal um modelo de exploração do Brasil colônia, por ser considerada por ele a posse territorial portuguesa de maior potencial econômico.

Portanto, apesar de ter nascido no Brasil, o bispo Coutinho via nesta colônia portuguesa uma empresa mercantil a ser explorada por Portugal, conforme nos explica Caio Prado Júnior e tantos outros historiadores. Os escritos analisados revelam um bispo conservador, proprietário de terras e engenhos, que nunca abandonou suas raízes. Isto justifica a sua defesa dos produtores agrícolas, comerciantes de açúcar e do governo português.

REFERÊNCIAS

CANTARINO, N. M. **A razão e a ordem**: o bispo José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do antigo regime português (1742-1821). 252f. Tese (Doutorado) em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. **Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colônias**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1794. Disponível em: www.brasilafrika.fflch.usp.br. Acesso em: 03 jan 2017.

COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. **Memoria sobre o preço do assucar**. 1791. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e Alcool, 1946. Disponível em: www.ppe.ipea.gov.br. Acesso em: 10 nov 2016.

HOLANDA, S. B de. Introdução (s.d). In: COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. **Ensaio sobre o commercio de Portugal e suas colônias**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1794. Disponível

em: www.brasilafrica.fflch.usp.br. Acesso em: 03 jan 2017.

LIMA, Heitor F. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1976.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVAIS, F. A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro, alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**. N. 7, 1984. Universidade de São Paulo. Disponível em: www.scielo.br/scielo/php. Acesso em: 20 maio 2017

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU: LUGAR DE PERTENCIMENTO DO POVO ARACAJUANO

Data de aceite: 19/11/2019

Itala Margareth Ranyol Aben-Athar

Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Aracaju – SE

Aline Andrade Santos

Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Aracaju – SE

Lício Valério Lima Vieira

Instituto Federal de Sergipe (IFS), Professor

Doutor Coordenador do Programa de Pós-

Graduação de Mestrado em Turismo

Aracaju – SE

RESUMO: Este estudo abordou o turismo cultural enquanto fenômeno global e seu desenvolvimento utilizou elementos imprescindíveis como: pessoas, história, infraestrutura e a cultura. Seu objetivo geral foi evidenciar o centro histórico da cidade de Aracaju enquanto espaço turístico, baseando-se nos elementos existentes neste cenário que contribuem para a análise da transformação sócio espacial e cultural da localidade. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do conceito de lugar evidenciando o centro histórico de Aracaju dando ênfase à formação histórica e política da capital bem como os monumentos que cercam esse sítio histórico, além da paisagem natural representada pelo

rio Sergipe e compreendida como parte da vida econômica da região. Esta pesquisa foi estruturada em três partes. Na primeira os elementos que contextualizam os aspectos do espaço geográfico. Na segunda os conceitos e as categorias de análise do estudo com base em autores que dissertam sobre Espaço, Lugar e os Elementos do Espaço, enfatizando seus conceitos. Na terceira realizou um apanhado sobre a cidade de Aracaju com ênfase no centro histórico urbano e seu patrimônio cultural enquanto sua utilização turística. Como resultado ficou evidente que o centro histórico é um catalizador de novas modalidades de aproveitamento do espaço urbano, no sentido de promover transformações no modo de reprodução da sociedade principalmente referente ao turismo cultural com seu potencial atrativo para atender a demanda local e visitantes. O turismo pode ser protagonista em melhorias enquanto atividade econômica associada a cultura, com elo de pertencimento do povo aracajuano com seu lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Elementos do espaço. Turismo Cultural. Centro histórico de Aracaju.

ARACAJU HISTORICAL CENTER: PLACE OF BELONGING TO THE ARACAJUAN PEOPLE

ABSTRACT: This study approached cultural tourism as a global phenomenon and its

development used essential elements such as people history infrastructure and culture. Its general objective was to highlight the historical center of the city of Aracaju as a tourist space based on the elements that exist in this scenario that contribute to the analysis of the local social and cultural transformation. Thus, a bibliographic survey about the concept of place was made, highlighting the historical center of Aracaju emphasizing the historical and political formation of the capital as well as the monuments surrounding this historical site, besides the natural landscape represented by the Sergipe river and understood as part of the city. economic life of the region. This research was structured in three parts. The first elements that contextualize aspects of geographic space. The second the concepts and categories of analysis of the study based on authors who dissert about Space Place and Elements of Space, emphasizing their concepts. The third, he made an overview of the city of Aracaju with emphasis on the historical urban center and cultural heritage while its tourist use. As result it was evident that the historic center is catalyst for new ways of making use of urban space in order to promote changes in the reproduction mode of Society regarding cultural tourism with its attractive potential to meet local demand and visitors. Tourism can be a protagonist in improvements as economic activity associated with culture with the Aracajuan people belonging to its place.

KEYWORDS: Elements of space. Cultural Tourism. Historic center of Aracaju.

1 | INTRODUÇÃO

A ciência geográfica estuda e analisa a produção do espaço pelo homem, onde o produz e o transforma de acordo com suas necessidades e interesses. Essas relações se dão a partir da apropriação da natureza dentro de um processo produtivo. Enquanto matéria, a ciência geográfica possibilita a percepção do aprendiz como participante do espaço nos quais os acontecimentos são consequências da vida e do trabalho social. O conhecimento geográfico, na contextualização do espaço, contribui para tornar o indivíduo participante ativo da vida e do cotidiano social à medida que se entende seu papel dentro da sociedade (CAVALCANTI, 1998).

A compreensão da Geografia torna eficaz o entendimento da espacialidade das coisas, das dinâmicas e dos eventos que ocorrem nos espaços e, deste modo, o conhecimento geográfico é importante para a concepção de práticas sociais, econômicas e culturais.

Santos (1996) destaca que não existem lugares neutros e nem isolados, pois, eles são cheios de histórias e as pessoas são parte de um lugar. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral evidenciar o centro histórico da cidade de Aracaju, enquanto espaço turístico, baseando-se nos seguintes elementos: o homem, as instituições, a infraestrutura, o meio ecológico e as firmas que contribuem para a análise da transformação sócio espacial e cultural da localidade.

O presente estudo abordou o turismo cultural enquanto fenômeno global devido o mesmo para seu desenvolvimento, utilizar-se de elementos históricos e culturais existente. O objetivo desse estudo, foi evidenciar a utilização do centro histórico de Aracaju como grande potencial turístico analisando as diversas formas de utilização do lugar sob o olhar turístico. A metodologia adotada para essa pesquisa partiu de levantamento bibliográficos baseando-se em fontes que dissertam sobre lugar, espaço e turismo cultural deforma fortalecer a base desse estudo.

Na primeira parte trouxe uma curta introdução sobre a ciência geográfica enquanto matéria. Na segunda parte do trabalho foi feito um levantamento teórico baseando-se em autores como Milton Santos, Callai, Lemos, dentre outros que dissertam sobre Espaço, Lugar e os Elementos do Espaço, enfatizando seus conceitos.

Na terceira parte buscou-se fazer um apanhado sobre a cidade de Aracaju enfocando o centro histórico e seus patrimônios culturais enquanto elementos desse espaço geográfico. Nesta abordagem, foi possível delimitar a área de estudo e trazer por meio dos elementos existentes a relação da localidade com o turismo cultural o que concluiu a fase final desse estudo.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cidade é uma representação da condição humana e forma-se com o processo de sedentarização do homem, que procurou adaptar o espaço de acordo com suas necessidades, mudando, assim, sua relação com a natureza.

Desta forma, entende o Ministério do Turismo entende que as novas tendências de consumo no mercado cultural do turismo, trazem oportunidades de valorização aos centros urbanos e reconhece, portanto, a necessidade de segmentação e diversificação na oferta para a comercialização de novos destinos já que dentre a diversidade existente nas regiões, o turismo cultural se destaca pelas suas particularidades. Assim, pode-se entender que esse segmento em Aracaju, poderá consolidar-se como complementar ao segmento de sol e praia, colocando-se em um grau de comparação tão significativo quanto, devido à grande oferta cultural existente no centro histórico.

Por outro lado, entender o lugar em que se vive é conhecer a sua história e fazer parte das coisas que ali acontecem. Santos (1996) destaca que nenhum lugar é neutro, pelo contrário, é repleto de história e com pessoas historicamente situadas num tempo e num espaço maior, mas que por hipótese alguma é isolado e independente. Enfatiza ainda que é no lugar que o mundo se manifesta. O lugar determina e define a realização da História.

Santos (1996), diz que o espaço é indissociável e contraditório, apesar de seus

sistemas de ações trabalhem isoladamente, necessitam estar ao mesmo tempo juntos na forma em que se dão os acontecimentos. Segundo esse autor existem elementos que determinam os espaços, os quais são fundamentais para sobrevivência de qualquer atividade seja turística ou não. São estes: O homem; As firmas que são as Instituições financeiras, empresas prestadoras de serviços diversos em benefício da comunidade, lojas comerciais, restaurantes e bares; As Instituições refere-se aos órgãos gestores que regulamentam o turismo como a Organização Mundial de Turismo (OMT), Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR); Secretaria Estadual de Turismo (SETUR); A infraestrutura que são os meios de transportes, saneamento, abastecimento/;e o meio ecológico, compreende tanto o meio natural como cultural material e imaterial das localidades.

Segundo CASTROGIOVANNI (2000), o tecido urbano é dinâmico e insere-se no processo histórico da sociedade e sendo a cidade uma construção física e imaginária, o seu traçado é uma arte processual e representa uma leitura temporal, pois além de ser o que é visível, a cidade é, também, o que pode ser sentido.

A mistura e complexidade do espaço geográfico refletem-se num contexto mais amplo e evidencia suas possibilidades de utilização através de práticas sociais, econômicas ou naturais. Callai (1999), afirma que vários elementos devem ser levados em consideração quando se analisa o espaço geográfico e que, compreender a categoria espaço, significa entender o que acontece no lugar onde se vive de acordo com suas condições humanas e naturais. Por outro lado, Santos (1996) destaca que nenhum lugar é neutro, ou isolado onde a vida está em constante movimento. Para este autor, o lugar determina e define a História.

A literatura atual sobre os processos de gentrificação concentra-se principalmente na análise de áreas impactadas por operações de renovação urbana na qual essa organização espacial tem passado por inúmeras mutações que fundamentam as sociedades contemporâneas e assinalam a evolução de determinados territórios, influenciando os novos moldes de organização e funcionamento dessas estruturas.

O conceito de gentrificação evidencia o processo de substituição das classes populares pelas classes superiores em setores desvalorizados das grandes cidades (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006). Os maiores desafios nas articulações e transformações urbanas, sociais é a estruturação do território muito embora, apontados como fenômenos distintos. O contexto supracitado é esboçado de forma evidente no perímetro estudado onde se instalou a nova capital do Estado de Sergipe.

De acordo com Nogueira (2006), historicamente Aracaju do século XIX, traz a inovação na estruturação socioespacial da cidade, a experiência das ações governamentais e privadas na resultante urbana, que como consequência foram absorvidas pela população gerando segregação e/ou exclusão.

A capital surge contrapondo as irregularidades da velha capital de Sergipe, a cidade de São Cristóvão. Com ruas sinuosas e espontâneas o que para o engenheiro Sebastião Basílio Pirro, essa irregularidade era sinônima de falta de planejamento. Assim, o novo projeto (Figura 1) é idealizado como uma

retícula quadriculada ortogonal” do tipo tabuleiro de xadrez que compreendia a 540 braças (1.188 metros), com quarteirões iguais com 55 braças de lado (110 metros) onde cada está separado por uma via de 60 palmos de largura (13,20 metros), segundo Porto (1945) medidas padrão para a época (NOGUEIRA, 2006, p.144).

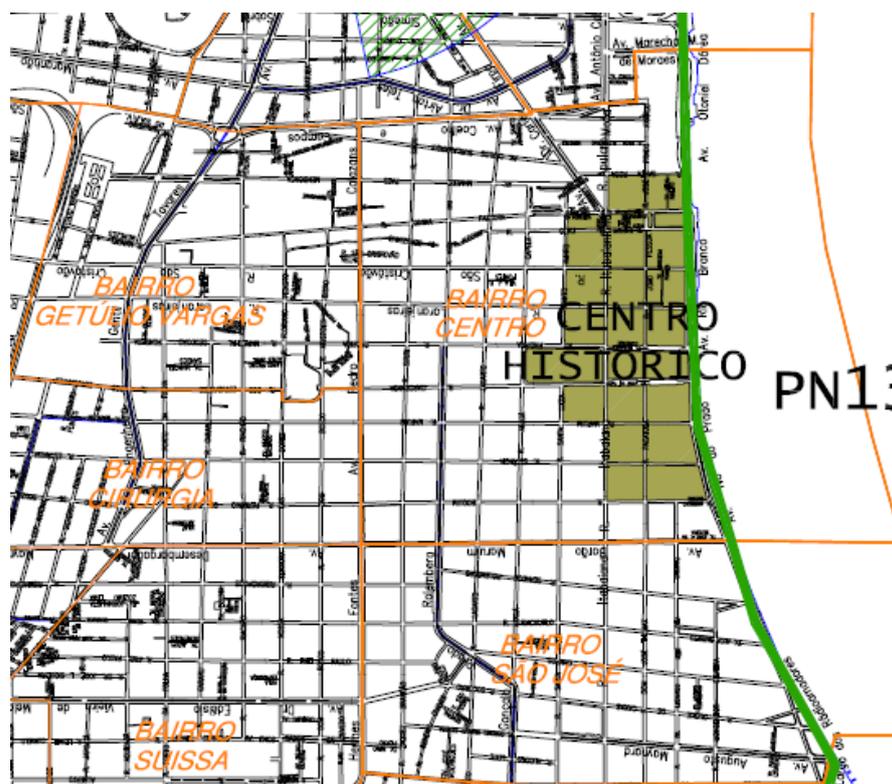


Figura 1 - Aracaju - Delimitação do Centro Histórico

Fonte: Secretaria de Planejamento de Aracaju, 2004, baseado em SANTOS; PINHEIRO (2012).

Contudo, de acordo com Nogueira (2006), o entendimento sobre Aracaju é como uma aglomeração humana de características próprias sem um “desenho de prancheta”, não devendo privilegiar uma classe social mais abastada, como fez o Quadrado de Pirro, excluindo o restante da população para fora da capital. Lemos (2001, p. 435) ressalta que:

Os lugares são considerados como um componente de nossa identidade, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as nossas ações; o lugar como expresso de paisagem e cultura, de experiências e significação diferenciadas. O lugar concentra significados, pensamentos e os sentimentos de seus habitantes, dando conteúdo e formando novas territorialidades.

Contudo, em cada contexto urbano, os lugares se diferenciam uns dos

outros por expressarem particularidades e a partir dessas singularidades e formas organizacionais e culturais é que o turismo se apropria do lugar, seja do mobiliário urbano ou na forma de conservação destes. A isso, soma-se o interesse que as pessoas têm em conhecer diferentes culturas.

Entretanto, para desencadear essa rede de relações, o turismo necessita da articulação entre as políticas públicas, o setor privado e a comunidade. Os espaços de vivências contribuem para o comércio da cidade como conjuntos indissociáveis com variedades de sistemas e são um composto de elementos que se fundem junto à sociedade e seus costumes no local de residência e trabalho de forma harmoniosa e contínua (SANTOS, 1996).

A indústria do turismo vem modificando o contexto de muitas cidades e lugares em favor do desenvolvimento da atividade e com isso, ganhando destaque em sua rápida assimilação pelas administrações públicas. Essa aceleração tem produzido grandes mudanças nas quais o turismo enquanto atividade é capaz de transformar e reorganizar o espaço geográfico criando mecanismos que dinamizam a economia do lugar. Assim, a sociedade configura o seu espaço a partir da necessidade de reprodução de capital, (SOUZA; BHAL; KUSHANO, 2013).

Conforme Castro Giovanni (2000, p. 383), “o tecido urbano é dinâmico e seu traçado é uma arte processual representada por uma leitura temporal”. Neste mesmo contexto considera Wainberg (2000, p. 13), que, “a cidade deve ser vista como uma escritura, uma fala para ser interpretada pelo seu observador e deve ser desvendada através da exploração”. É uma representação da condição humana que se forma a partir da procura do homem na adaptação do seu espaço e das suas necessidades mudando, assim, sua relação com a natureza, independente de sua adjetivação seja centro histórico, de negócios, ou simplesmente centro da cidade. Assim, A vasta carga simbólica, que representa o coração da cidade, as identidades culturais da sociedade e a sua expressão, além da memória coletiva de um povo (MENEGUELLO, 1996).

Os centros históricos se constituem de subsistemas singulares dentro do sistema urbano. Segundo Precado Ledo (1996, p. 249),

um centro histórico tem todas ou parte das funções gerais que caracterizam o sistema urbano, mas para as quais alguns componentes específicos o diferenciam do resto da cidade. cada um deles tem valor e significado diferentes, seu próprio tratamento, seus padrões específicos de movimento e alguns elementos de carapaça urbanísticos e arquitetônicos, todos combinados, combinando espaço incluindo aspectos físicos, funcionais, formais, sociais e aqueles derivados da mobilidade e percepção.

Precado Ledo (1996), afirma que dependendo da evolução das variações e das dinâmicas das cidades, o centro urbano deve ser tratado a partir da memória

coletiva e em uma análise cognitiva Precedo Ledo, (Quadro 1) propõe um modelo de composição dos centros urbanos considerando alguns elementos essenciais.

Componentes	Tratamentos	Movimento	Elementos arquitetônicos Especiais
Monumentalidade	Restauração e novos usos	Pedestres e mudanças periféricas (mobilidade)	Edifícios singulares
Historicidade	Conservação	Pedestre	Conjunto de construções em espaços abertos
Habitabilidade	Renovação	Circulação limitada	Casas, ruas, espaços abertos, dotação
Centralidade	Funcionalidade	Maximização da mobilidade	Linguagem formal
Vitalidade	Revitalização	Circulação restrita	Amenidade

Quadro 1 - Componentes do Centro Urbano
 Fonte: Adaptado de Precedo Ledo (1996, p. 249).

Para Precedo Ledo, os elementos se configuram como a Monumentalidade representada pelos receptáculos de valor aliado à Historicidade, ou seja, a identidade ao testemunho do passado, porém, sua importância pode variar de um centro histórico a outro. A referência ao lugar de pertencimento de vida dos moradores está representada pela Habitabilidade. Junto à Centralidade está a história a sociedade a moradia na qual se agregam diversos problemas de articulação e funcionalidade local. Independente quais sejam esses conflitos nos espaços das cidades existe a Vitalidade, o movimento, as mudanças, as contradições, a vida que pulsa em meio a tradição cultural.

2.1 Centro Histórico de Aracaju e suas Relíquias Culturais

Sergipe é o menor estado da Federação do Brasil. Sua antiga capital foi a cidade de São Cristovão, fundada em primeiro de janeiro de 1590. Hoje, a nova capital Aracaju, fundada em dezessete de março de 1855 é o principal núcleo urbano do estado com uma população de 648.939 habitantes distribuída em uma área de 181,857 km² (IBGE 2018).

Conforme o Ministério do Turismo MTur (2013), a cidade de Aracaju foi incluída dentre os 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional selecionado por pesquisa realizada junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) referendando a capital como grande promessa de destino no mercado brasileiro.

O processo contínuo de evolução urbana de Aracaju está voltado a atender as necessidades de comércio, moradia e lazer, que fazem com que a área central da cidade seja considerada um lugar de concepção histórica e dos guardados culturais da sociedade.

Segundo Pinheiro (2013, p. 67). os centros das cidades são “historicamente eleitos para serem locais de referência, localização de instituições públicas e religiosas, tornando-se o tecido da malha urbana de grande relevância histórica e social do desenvolvimento da sociedade”.

A Prefeitura Municipal de Aracaju no final da década de 1990 projetou a reabilitação o patrimônio arquitetônico através da revitalização do Centro Histórico, como forma de fortalecer e alavancar o turismo, resgatando a relação entre a cidade e os seus elementos naturais como o rio Sergipe que margeia a capital (PINHEIRO; SANTOS, 2012).

A Lei Complementar nº 042 de outubro de 2000, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju, declara o Centro Histórico como um espaço de valor histórico como marco simbólico da cidade aracajuana, constituindo na identidade coletiva e política dos cidadãos (ARACAJU, 2000).

Os centros das cidades trazem em si uma vasta carga simbólica, uma vez que representam o coração da cidade as identidades culturais da sociedade e a sua expressão, além da memória coletiva de um povo (MENEGUELLO, 1996).

Destarte, a relação de reciprocidade segundo Santos (2006), o mundo ganha sentido por ser objeto comum através da mutualidade produzindo a apropriação do lugar seja percebido em sua história cotidiana que redimensiona o local por meio de suas ações e narrativa, materializada de forma social como também, em configurações espaciais existentes na paisagem.

O centro histórico urbano é uma representação desses fatos e da condição humana que se forma a partir da procura do homem na adaptação do seu espaço e das suas necessidades mudando assim, sua relação com a natureza. Muito embora, independente de sua adjetivação seja – centro histórico, de negócios, assume novos espaços.

Neste mesmo contexto, Wainberg (2000, p. 13), considera que, “a cidade deve ser vista como uma escritura, uma fala para ser interpretada pelo seu observador e deve ser desvendada através da exploração”.

Assim, ao analisar o processo de evolução urbana da cidade de Aracaju, Pinheiro; Santos (2012), afirma que a cidade possui elementos caraterísticos que servem a utilização da atividade turística e que se destacam em meio à paisagem do centro histórico. É possível perceber o valor arquitetônico, histórico e cultural deste espaço dentre os quais, são evidenciados os prédios do poder público e religioso, nos quais, muitos ainda cumprem suas funções administrativas junto à suntuosidade da arquitetura, valorizando a história e a cultura (Fotos 1, 2, 3 e 4).

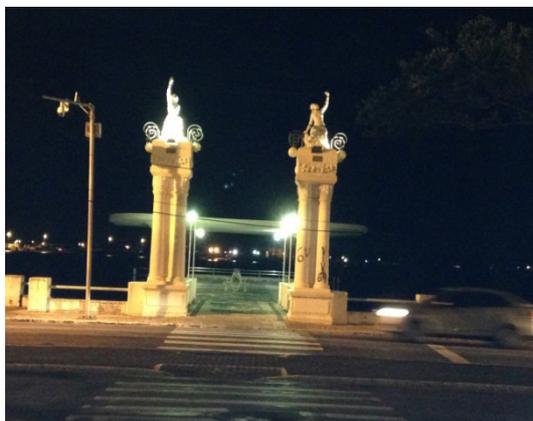


Foto 1 - Ponte do Imperador D. Pedro II e Museu da Gente Sergipana.

Fonte: A Autora, 2018.



Fotos 2 e 3 - Palácio Museu Olímpio Campos e Centro Cultural de Aracaju.

Fonte: A Autora, 2018.

De acordo com Nogueira (2006), Aracaju do século XIX, traz a inovação de um arruamento de traçado definido onde deveriam estar localizadas as principais atividades de acordo com a importância econômica e social local. A via tradicionalmente comercial atua até hoje como um dos pontos de referência da região no que concerne não somente a oferta de serviços, mas também a construção de uma identidade popular local: entre os monumentos arquitetônicos, os mercados, o comércio e a vida da comunidade.

O modo capitalista e o desenvolvimento tecnológico revolucionaram a vida do ser humano, encurtou distâncias, interligou pessoas e culturas das mais diversas. O turismo está envolvido nesse processo de forma sistêmica por meio dos fenômenos que interferem, interrompem tendências ou até mesmo as destinações turísticas (DA SILVA FONSECA, 2008).

O Turismo se interliga aos setores da vida econômica, social, cultural, ambiental e cresce motivado pelas novas tendências de procura e oferta desenvolvendo-se em

torno de produtos turísticos baseado na valorização das experiências e sensações adquiridas pelos turistas nos locais que visitam. Esta nova realidade promove novos mercados turísticos, novas formas e novos instrumentos de gestão e planejamento do setor (TRIBE 1997).

Para De Albuquerque et.al (2017. p. 435-436) o turista do século XXI, chamado de turista pós-moderno,

aos poucos deixa de ser passivo na organização de suas viagens e cada vez mais reconhece seu poder de decisão e escolha, em consonância aos seus desejos e necessidades, e espera das viagens um acontecimento memorável, uma experiência de vida, algo que se conecte ao seu passado e ressignifique suas lembranças a viagem não representa mais somente um status social, mas uma forma de complementação da experiência da vida diária e de suprir o espírito aventureiro e curioso do ser humano.

Conforme Copatti e Oliveira (2016, p. 57) “O lugar é o espaço em que as construções culturais se efetivam e de onde se iniciam as transformações e percepções do mundo”, para os autores, os lugares são compartilhados por diferentes olhares e percepções.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço Geográfico é construído e transformado constantemente, com a finalidade de atender as necessidades humanas, a partir do desenvolvimento de cada sociedade. Este estudo evidenciou o centro histórico de Aracaju como catalizador de novas modalidades de aproveitamento do espaço urbano no sentido de promover transformações próprias, em níveis espaciais no modo de reprodução da sociedade principalmente no que se refere ao turismo cultural e o aproveitamento dos espaços tanto pela comunidade quanto pelos visitantes.

Logo, entende-se que o centro histórico de Aracaju possui elementos que possibilitam sua utilização sobre vários aspectos podendo ainda agregar o desenvolvimento de produtos com potencial atrativo sendo protagonista enquanto atividade econômica em que sua associação a cultura preserva o elo de pertencimento do povo aracajuano.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE TITO, Ana Luiza de; BRUMATTI, Paula Normandia Moreira; MENDONÇA NÓBREGA, Wilker Ricardo de. Pós-modernidade e Turismo: Reflexões Acerca da Experiência Turística no Contexto das Agências de Viagens. Revista Turismo em Análise, v. 28, n. 3, p. 424-437, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/126046>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ARACAJU, Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 042** de 4 de outubro de 2000. Aracaju: Estado de Sergipe, 2000.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo, Annablume. 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo (MTur). **Polo Costa dos Coqueirais, Revisão do plano de integrado de turismo sustentável**. vol. II, versão final do PDITS, 2013. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_COSTA_DOS_COQUEIRAIS.pdf. Acesso em: 09 jan. 2019.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Museu e turismo**: estratégias de cooperação – Brasília, DF: ibram, 2014. disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/Museus_e_Turismo.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

CALLAI, H. C. O Ensino de Geografia: Recortes Espaciais para Análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino da Geografia**: práticas e textualizações no cotidiano. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. São Paulo: Papirus, 1998.

COPATTI, Carina; DE OLIVEIRA, Tarcísio Dorn. A leitura do espaço urbano: interações entre patrimônio, memória e turismo cultural. **Revista de Arquitetura IMED**, v. 5, n. 1, p. 48-58, 2016. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/arqimed/article/viewFile/1293/860>. Acesso em: 24 jan. 2019.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LEMOS, A. I. G. de. **O sentido da cidade hoje**: reflexões teóricas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: Editora UNESP, 2001.

MENEGUELLO, Cristina. **Poeira de estrelas: o cinema hollywoodiano na mídia brasileira das décadas de 40 e 50**. Editora da UNICAMP, 1996.

NOGUEIRA, Adriana Dantas. **Patrimônio Arquitetônico e História Urbana**: Ensaios sobre o patrimônio arquitetônico de Sergipe e sobre a estruturação sócio-espacial de Aracaju. Editoria UFS, Universidade Federal de Sergipe, 2006.

PINHEIRO, Rafaelle Camila dos Santos. **Revitalização urbana e turismo**: o caso dos centros históricos. 120 f. Monografia – Núcleo de Turismo, Universidade Federal de Sergipe, 2013. Consultado.

PINHEIRO, R. C. S.; SANTOS, C. A. J. Revitalização urbana e turismo: o caso do Centro Histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil). **Revista Turismo e Sociedade**. v. 5, n. 1. Curitiba: UFPR, 2012.

PORTO Fernando. **A cidade do Aracaju**: 1855-1865, ensaio de evolução urbana. Aracaju: Estudos sergipanos, 1945.

PRECEDO LEDO, Andrés. **Ciudad y desarrollo urbano**. Síntesis, 1996.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Cristiane Alcântara de J.; PINHEIRO, Rafaelle Camilla Santos. Evolução urbana, cultura e turismo no centro urbano de Aracaju-SE. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 6, n. 11, p. 46-67, 2012. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3327>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/coracao_da_cidade.pdf. Acesso em: 08 jan. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2006. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/1140/1/MILTON%20SANTOS%20%282006%29.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

SILVA FONSECA FILHO da, Ms Ari. **Uma proposta de roteiro turístico para a Estância Turística de São Pedro-SP** 2008. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/3ari.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

SOUZA, Silvana do Rocio de; BAHL, Miguel; KUSHANO, Elizabete Sayuri. O espaço do turismo: produção, apropriação e transformação do espaço social. **Revista Hospitalidade**, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/531>. Acesso em: 17 jan. 2019.

TRIBE, J. **the indiscipline of touism**. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 3, 638-657. 1997.

WAINBERG, Jacques A. Cidades como sites de excitação turística. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

ESPAÇO TURÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE PENEDO-AL: BERÇO DA CULTURA ALAGOANA

Data de aceite: 19/11/2019

Aline Andrade Santos

Instituto Federal de Sergipe (IFS)
Aracaju – SE

Itala Margareth Ranyol Aben-Athar

Instituto Federal de Sergipe (IFS)
Aracaju – SE

Lício Valério Lima Vieira

Instituto Federal de Sergipe (IFS), Coordenador
do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em
Turismo-PPMTUR
Aracaju – SE

RESUMO: O presente artigo traz uma análise sobre a utilização do espaço geográfico pelo turismo, com o propósito de entender de que forma seus reflexos são percebidos, cotidianamente, pela sua população. Este trabalho tem como objetivo principal analisar os elementos que constituem o espaço turístico do Centro Histórico de Penedo/AL e suas funcionalidades como fonte de transformações social, política e cultural. Especificamente, buscou-se: desenvolver uma reflexão sobre os conceitos supracitados, abrangência de desenvolvimento e sua relação com o turismo; caracterizar os elementos do espaço turístico; analisar a oferta turística disponível na localidade; elencar prováveis

entraves que impedem o desenvolvimento do destino; identificar possíveis alternativas para a atividade turística local. A pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa, subsidiada por levantamento bibliográfico, através de livros, artigos, entre outras fontes de leitura, além de visita *in loco* para aplicação de questionários. Com base nas respostas obtidas, o estudo mostrou que o centro histórico apresenta alguns relevantes bens da arquitetura religiosa do Nordeste que são aproveitados pelo turismo, sobretudo do segmento cultural, como atrativos, mas que alguns residentes não demonstram um sentimento de pertencimento pela paisagem, enquanto produção do homem sobre a natureza, uma vez que as mudanças promovidas foram para mais de apenas restaurar o lugar de outrora. As reflexões, acerca destas questões, permitiram concluir que o processo de (re) patrimonialização afeta a percepção da paisagem cultural por parte da população residente, mas incentiva o uso dos monumentos como recurso econômico e fomenta a mercantilização dos lugares com vistas à competitividade no setor turístico.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço geográfico. Espaço turístico. Centro histórico. Penedo. Turismo.

PENEDO-AL HISTORICAL CENTER TOURIST SPACE: CRADLE OF ALAGOAS CULTURE

ABSTRACT: This article presents an analysis of the use of geographical space by tourism, with the purpose of understanding how its reflexes are daily perceived by its population. This paper aims to analyze the elements that constitute the tourist space of the Historical Center of Penedo / AL and its functionalities as a source of social, political and cultural transformations. Specifically, we sought to: develop a reflection on the above concepts, scope of development and their relationship with tourism; characterize the elements of the tourist space; analyze the tourist offer available in the locality; list likely barriers to the development of fate; identify possible alternatives for local tourist activity. The research used the qualitative approach, subsidized by bibliographic survey, through books, articles, among other reading sources, as well as on-site visit for the application of questionnaires. Based on the answers obtained, the study showed that the historical center presents some relevant properties of religious architecture of the Northeast that are used by tourism, especially the cultural segment, as attractive, but that some residents do not show a sense of belonging for the landscape, while man's production on nature, since the changes brought about were more than just restoring the place of yore. Reflections on these issues led to the conclusion that the (re) patrimonialization process affects the perception of the cultural landscape by the resident population, but encourages the use of monuments as an economic resource and promotes the commercialization of places with a view to competitiveness in the sector touristic.

KEYWORDS: Geographic space. Touristic space. Historic center. Penedo. Tourism.

1 | INTRODUÇÃO

A evolução dos tempos trouxe os meios para facilitar a vida das pessoas e, simultaneamente, às incentivou a se atualizarem para se manterem coerentes com o mundo contemporâneo.

Neste contexto, o espaço urbano também se ressignificou. Corrêa (1994, p. 94-95) diz que “o papel exercido por esses centros urbanos, ficou estampado na paisagem das cidades, na organização de seu espaço urbano e na vitalidade ou obsolescência de suas funções”.

Nos últimos anos, o turismo tem crescido no espaço urbano, por este possuir, na maioria das vezes, as condições de abarcar as infraestruturas básica e específica que atendem tanto aos seus cidadãos quanto aos visitantes, bem como por ser por si só um atrativo para os visitantes. Nesse ínterim, as formas de utilização, gestão e manutenção dos espaços onde as relações se desenrolam, também se ampliaram, acarretando uma reconfiguração.

Na processo de apropriação do espaço geográfico pela atividade turística

surge o espaço turístico. Daí a necessidade de se caracterizar os elementos que compõem o espaço turístico de uma localidade. Neste estudo, conceitos como espaço geográfico, espaço turístico, elementos do espaço, gestão e planejamento, são abordados por entender que convergem e atuam de forma sinérgica na obtenção de resultados positivos.

Como objeto de estudo, escolheu-se o Centro Histórico de Penedo-AL, pressupondo-se que dialogar sobre o mesmo enquanto espaço plural, de encontros, realizações e manifestações culturais, poderá contribuir para estudos que compreendam e colabore com o processo de refuncionalização da paisagem histórico-urbana para fomentar o turismo em um ambiente que retrata a beleza de um período da história brasileira.

No que diz respeito às premissas, como elementos essenciais para o turismo, este trabalho traz a referida área de estudo como componente central e tem como objetivo principal analisar os elementos que compõem o espaço turístico do Centro Histórico de Penedo/AL e suas funcionalidades como fonte de transformações social, política e cultural.

Especificamente, buscou-se: desenvolver uma reflexão sobre os conceitos supracitados, abrangência de desenvolvimento e sua relação com o turismo; caracterizar os elementos do espaço turístico; analisar a oferta turística disponível na localidade; elencar prováveis entraves que impedem o desenvolvimento do destino; identificar possíveis alternativas para a atividade turística local.

A pesquisa seguiu, como caminho metodológico, a abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com pesquisa bibliográfica e trabalho de campo com uso de entrevistas semiestruturadas, buscando conhecer as múltiplas percepções sobre os elementos do espaço turístico do centro histórico, objeto deste estudo.

O conteúdo deste trabalho baseia-se em autores que discutem os temas abordados do ponto de vista da Sociologia, do Turismo e da Geografia, sendo possível fazer uma reflexão a partir de múltiplas análises. Destacam-se os autores Canclini (2001), Ruschmann (2004), Sposito (2004), Santos (2006), Beni (1998), dentre outros. Os autores supracitados trazem conceitos expondo contribuições importantes para facilitar o entendimento do tema em questão.

Além desta seção introdutória, o presente artigo possui outras cinco seções. Na seção 2, a seguir, são apresentadas reflexões teóricas acerca dos conceitos de espaço turístico, seus elementos e funcionalidades, fazendo um recorte sobre o presente objeto de estudo. Na seção 3, por sua vez, estão contidos os procedimentos utilizados para realização da pesquisa. Os resultados são apresentados na seção 4 e, na quinta seção, são feitas as considerações finais. Por fim, são elencadas as referências bibliográficas.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de adentrar a discussão sobre espaço turístico, é essencial falar sobre o espaço geográfico e território em si, sua formação, usos e características. Segundo Santos (2006), o espaço geográfico é

[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada de objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 39).

Numa perspectiva dinâmica, “o território deixa de ser considerado como uma mera localização de factores e é tomado mais como um grupo de agentes territoriais e elementos económicos, sócio-culturais, políticos e institucionais que tem organizações e padrões reguladores específicos e que compartilham regras e normas (Cova et al, 1996, p. 654)”.

O turismo, um fenômeno recente e dinâmico, é uma das atividades que mais se apropria desses espaços, transformando-os em espaços turísticos em constante mutação em busca de melhorias dos cenários para que satisfaçam aos que os escolhem como destino. Beni (1998, p. 17) entende que isso ocorre porque “O Turismo é uma Universidade em que o aluno nunca se gradua, é um Templo onde o suplicante cultua mas nunca vislumbra a imagem de sua veneração, é uma Viagem com destino sempre à frente mas jamais atingido.”

Esse espaço é resultado da presença e partilha territorial dos atrativos turísticos que são o principal capital do turismo e, esse elemento somado ao empreendimento e infraestrutura turísticos são suficientes para determinar o espaço turístico de qualquer país, utilizando-se do método empírico para identificar a relação e confluência desses componentes visíveis (BOULLÓN, 2002).

No tocante à subdivisão da infraestrutura presente no espaço turístico, cita-se a infraestrutura básica que, segundo Lohmann e Panosso Neto (2008),

Abarca todos os equipamentos que servem não só às necessidades dos residentes, mas também dos turistas, não importando se a sua construção foi responsabilidade do poder público ou da iniciativa privada, ou se ambos desenvolveram juntos o projeto (LOHMANN; PANOSSO NETO, 2008, p. 381).

E a infraestrutura turística ou específica que, segundo a Embratur

É o conjunto de obras e instalações de estrutura física da base, que cria condições

para o desenvolvimento de uma unidade turística, tais como sistema de transportes, de comunicações, serviços urbanos (água, luz, esgoto, limpeza pública) etc (BRASIL, 1984, p. 8).

Para entender melhor o espaço turístico, através dos seus elementos, Rodrigues (1997) desenvolveu a seguinte análise, baseada nas categorias estabelecidas por Milton Santos - Forma, Função, Estrutura e Processo:

Destacou a FORMA referindo-se ao aspecto visível (a paisagem); a FUNÇÃO, decompondo o espaço turístico em oferta, demanda, transporte, serviços, infraestrutura básica, poder de decisão e de informação, sistema de produção e comercialização; a ESTRUTURA, onde expressa a ação e interação recíproca entre os elementos, ou seja a funcionalidade espacial; e o estudo do PROCESSO, que objetiva investigar a evolução da estrutura, visando a captar dinamismo do espaço que pode apresentar fases de estabilidade, de reformulação parcial ou de completa transformação, produzindo-se novos espaços (RODRIGUES, 1997, p. 38).

Logo, torna-se imprescindível, para o contexto deste estudo, falar de espaço geográfico e espaço turístico e compreender os cinco elementos que o constitui. Na visão de Santos (1985), os elementos do espaço geográfico são: os homens, as firmas, as instituições, as infraestruturas e o meio ecológico. Rodrigues (1997), oportunamente, fez uma transposição desses elementos para o contexto turístico, conforme segue: Rodrigues (1997), oportunamente, fez uma transposição desses elementos para o contexto turístico, conforme segue: **Homens:** correspondem à demanda turística, à população residente e a todos os indivíduos e representantes dos outros elementos; **Firmas:** representadas pelos prestadores de serviços turísticos, como alimentação, hospedagem, agências e operadoras, etc.; **Instituições:** dizem respeito às superestruturas que regulam o turismo global, a exemplo da Organização Mundial do Turismo – OMT; **Infraestrutura:** refere-se aos serviços básicos que devem estar disponíveis em qualquer localidade para usufruto de todos, a citar serviços de abastecimento de água e energia elétrica, transporte, etc.; **Meio ecológico:** composto pelos grandes ecossistemas, alterados ou inalterados, e pelas paisagens singulares.

Estes são influenciados diretamente pelos fixos (aqueles que estão fixados no solo, como os prédios, estradas, pontes e demais construções humanas) e fluxos (que dão vida aos fixos, os que disparam e aqueles pelos quais passam os movimentos, energia, transportes, informações, comunicações, os serviços, etc.) que podem ser considerados como agentes transformadores do espaço ao longo do tempo (SANTOS, 1985).

O turismo é considerado um importante propulsor para preservação de ambientes, sobretudo, históricos, uma vez que estes se configuram como uma importante fonte de atratividade turística. Por essa perspectiva, a revitalização desses espaços ocorre através de ações destinadas a atribuir novas funcionalidades a esses

ambientes, antes esquecidos, no sentido de adequá-los ao mundo contemporâneo configurado, principalmente, pelo consumo, estimulando e (re) impulsionando a vida econômica e social de uma parte da cidade em declínio, como pontua Irving (2002)

(...) é constante o destaque atribuído ao patrimônio; seja por sua importância na caracterização de perfis e realidades diferenciadas; seja pelo retorno econômico que propicia quando utilizado para fins turísticos; seja por seu significado como instrumental de exercício de cidadania, quando é o caso de seu uso servir à recuperação da auto-estima de populações e/ou a revitalização de áreas deprimidas (IRVING, 2002, p. 136).

Contudo, faz-se necessária uma intervenção cautelosa nesse processo para que sejam evidenciadas as raízes, o sentimento de identidade dos autóctones, e não ocorra a descaracterização da paisagem histórica através da sua transformação em “Arquitetura dos espaços de fluxos” na qual, segundo Castells (2002, p. 546) “As formas são tão puras, tão neutras, tão diáfanos, que não pretendem dizer nada”, porque o turista busca algo inovador, diferente e, acima de tudo, a originalidade refletida num cenário condizente com a real história daquela cidade.

Ainda assim, há uma necessidade de reconstituição e de adequações de uso dos espaços nas construções que o perímetro histórico contempla, para que sejam utilizados de forma útil pelos residentes e, ainda, para que seja evidenciado o seu potencial turístico, que de acordo com Almeida (2006),

[...] pode ser entendido como a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente (ALMEIDA, 2006, p. 216).

Com o passar do tempo, os espaços públicos tiveram sua funcionalidade transformada, tornando-se espaços comuns, principalmente em cidades com características históricas, onde os indivíduos não se reconhecem mais como partícipes desse novo cenário, uma vez que a expansão ocorreu no entorno de seus sítios históricos. Essa ampliação trouxe consigo aspectos da contemporaneidade que destoam expressivamente das características auferidas de outrora.

A privatização dos espaços também contribuiu para esta problemática, como diz Fornaciari (2011, p. 48), ao expressar que “a definição clara do limite entre os espaços públicos e privados perdeu-se em vários momentos ao longo da história, assim como a relevância do espaço público na constituição urbana”.

A inter-relação entre geografia e turismo é notória e carece ter como base o planejamento do turismo e sua importância para o desenvolvimento desta atividade, visando demonstrar a necessidade de se obter conhecimentos sistematizados para um planejamento integrado, definido por Ruschmann (2004) como “um fator primordial, no desenvolvimento de qualquer atividade, tendo em vista a organização

e ordenação de ações, visando ao seu implemento e controle sobre seus resultados (RUSCHMANN, 2004, p. 83)”.

Para que haja um desenvolvimento satisfatório, para todos os envolvidos, faz-se necessária uma gestão que tenha como princípio a concepção de uma política cultural, definida por Canclini (2001, p. 65) como

El conjunto de intervenciones realizadas por el estados, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social.

É um conceito inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social, levando-se em consideração que esse resgate só é possível quando se procura entender as necessidades dos residentes, seus anseios e os meios que julgam convenientes para se chegar ao objetivo proposto.

2.1 Centro histórico de Penedo: patrimônio no espaço turístico

A cidade de Penedo, emoldurada pelo rio São Francisco, detém um centro histórico de grande importância, tombado em 18 de dezembro de 1995, pela Portaria nº 169 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (1995). O sítio histórico apresenta alguns relevantes bens da arquitetura religiosa do Nordeste, além de ricos exemplares da arquitetura civil moderna. Possui construções como o Theatro Sete de Setembro, primeiro edifício construído para abrigar um teatro no Estado de Alagoas, (Figura 01), Museu Paço Imperial (Figura 02), Os Galpões da orla do rio, além das igrejas: Igreja do Rosário, Convento Nossa Senhora dos Anjos., Catedral, Igreja Nossa Senhora das Correntes, Igreja de São Gonçalo, construídos entre os séculos XVII e XVIII.

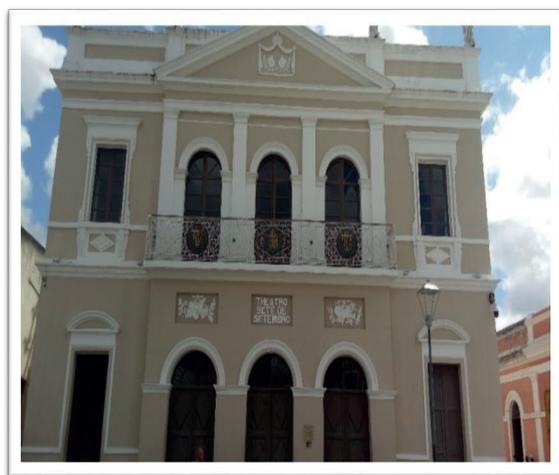


Figura 01: Theatro Sete de Setembro



Figura 02: Museu Paço Imperial

Fonte: Aline Andrade. Pesquisa de Campo, 2019.

O município divide-se em “parte baixa”, onde se localiza o centro histórico e seu acesso ao rio São Francisco, e “parte alta”, zona de expansão e acesso às rodovias que o conectam a outras localidades como Arapiraca e Maceió. É na parte alta que vêm se instalando novos empreendimentos, como bares, restaurantes, pousadas e de outros fragmentos de mercado. A inquietação em revalorizar a partir do tombamento o patrimônio histórico marcou o despertar do município para o turismo, particularmente, para o segmento de Turismo Cultural, definido pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2012d). como “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

Nesse sentido, destaca-se o Programa Monumenta, em parceria com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que propõe ações conjuntas e de cooperação entre os três níveis do setor público, a comunidade e a iniciativa privada, para manter conservados e socialmente apropriados os bens tombados nos municípios atendidos (UNESCO, 2012a), que prima pela preservação de imóveis privados.

Penedo está entre os municípios históricos brasileiros contemplados pela iniciativa que tem como meta promover a autossustentabilidade no tocante à preservação do patrimônio cultural. Destaque para a necessidade de se catalogar os interesses e direcionar as intervenções necessárias a serem realizadas pela população, a partir da promoção de oficinas de planejamento participativo, onde a maioria dos participantes seja originária da comunidade e da iniciativa privada, com o intuito de

[...] valorizar a diversidade da nossa cultura, isto é, buscar a conservação dos bens culturais representativos de todas as etnias, de todas as épocas, de todos os ciclos econômicos brasileiros, nas diferentes regiões do país; (...) e recorrer ao compartilhamento entre as várias esferas de governo e o setor privado na gestão das ações voltadas para a cultura (TADDEI NETO, 2003, p. 108).

De acordo com o Programa, a iniciativa não obteve êxito, em Penedo, devido à resistência de proprietários porque ainda impera o paradigma mercantilista, onde só se investe naquilo que pode ser transformado em bem vendável, que possibilite a obtenção de rendimento econômico, tornando sua preservação autossustentável, principalmente através do turismo. Segundo Bahl e Souza (2011), isto ocorre porque

[...] as políticas de conservação do patrimônio histórico e cultural, assim como a prática do profissional do turismo, inserem-se em um campo ideológico que resgata fragmentos do passado e que pertencem agora à sociedade industrializada do presente que permite indagar as concepções de saber e de poder, de cultura e de sociedade em um movimento entre passado e presente (BAHL; SOUZA, 2011, p. 30).

Penedo, vive atualmente uma estagnação socioeconômica e política, não condizente com a pujança que reverbera seu casario e construções presentes em seu sítio histórico, apesar das formas-ícones do patrimônio cultural edificado ser a aposta para reaquecer a economia local.

3 | METODOLOGIA

A metodologia adotada para um trabalho de pesquisa permite ao pesquisador ter clareza do processo de criação e das etapas de desenvolvimento necessárias ao seu estudo. É uma parte fundamental para o trabalho, pois atua como ferramenta norteadora que auxilia na sua concretização.

Foi realizado levantamento bibliográfico, através de livros, artigos, entre outras fontes de leitura para se conhecer e avaliar acontecimentos culturais, históricos e científicos. Sposito (2004, p. 62), explica que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

De acordo com a sua natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que se define pelo levantamento de dados sobre o objeto ao qual se pesquisa, a fim de entender as motivações dos indivíduos para utilizá-lo, tendo em vista que sejam os mais fidedignos possíveis. Segundo Dencker (1998, p. 106) “nos projetos de pesquisa qualitativa deverão constar todas as informações que puderem ser antecipadas”.

Utilizou-se, como recurso de obtenção de dados, um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas, flexíveis e abertas, visando sempre uma interação entre o pesquisador e o entrevistado, aplicado aos frequentadores do centro histórico do município. Essa técnica de coleta de dados visa explorar o ambiente a ser estudado, descrever a sua comunidade, compreender os seus processos e identificar os seus problemas (LAKATOS, 2010).

Para preservar a identidade dos entrevistados, suas falas foram classificadas como entrevistado 1, entrevistado 2, etc., totalizando 12 entrevistas realizadas num período de 02 dias.

O público foi selecionado de forma aleatória, sem distinção de gênero, cor, faixa etária, se visitante ou autóctone, com total liberdade para que o entrevistado expusesse sua percepção. Todos contribuíram, voluntariamente, com a pesquisa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população estimada de Penedo é de 63.516 habitantes, segundo IBGE (2018).

Essa população tende a crescer consideravelmente em época de eventos, como a tradicional Festa de Bom Jesus dos Navegantes, onde esse número aumenta significativamente quando somado à população flutuante. Contudo, apesar de o município possuir vocação para o segmento de Turismo Cultural, a oferta de atrativos culturais da localidade é consumida, maciçamente, por visitantes excursionistas do segmento de Turismo de Estudos e Intercâmbio.

4.1. Caracterização dos entrevistados

O público entrevistado foi equilibrado no tocante ao gênero, destes foram 07 mulheres e 05 homens, com faixa etária entre 20 e 50 anos, assim distribuídos: 03 entrevistados com idades entre 20 e 30 anos, 06 participantes com faixa etária entre 31 e 40 anos e 03 indivíduos com intervalo entre 41 e 50 anos. Quanto ao grau de escolaridade, 01 havia finalizado o ensino médio, 03 estão cursando o ensino superior e 08 concluíram curso de graduação.

Em relação ao local em que os entrevistados residem, apenas 2 residem no município, 5 são residentes do estado de Alagoas e 5 são turistas de estados como São Paulo, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraná.

Referente à paisagem do centro histórico, enquanto produção do homem sobre a natureza, o respondente 02 diz: “é a segunda vez que visito essa cidade e cada vez que venho a vejo de uma forma diferente. Sei que não houve mudanças significativas nas construções aqui do centro, mas a imagem muda a cada vez que olho pra aquela igreja (refere-se à Igreja de São Gonçalo), por exemplo. Me encanto várias vezes com essas maravilhas que o homem construiu” (Entrevistado 02, 2019).

Pode-se dizer que isso acontece porque a paisagem muda de acordo com o recorte selecionado com intenção sobre o espaço geográfico. Já o entrevistado 03 disse: “esse lugar já foi lindo e hoje não consigo “casar” com a imagem da minha infância. Tem um monte de loja que veio de fora e acabaram com o que era antes. A gente quando era mocinha se arrumava no domingo e vinha pra igreja, depois ia ver o pôr do sol ali da balustrada. Era nossa alegria porque eu não tinha dinheiro pra ir pro cinema, mas me contentava com a lindeza que era esse centro” (Entrevistado 03, 2019).

No tocante à infraestrutura que circunda o sítio histórico, o entrevistado 10 ressalta que: “ainda há muito pra se fazer na cidade, porque é difícil encontrar hotel bom e barato, comida é do mesmo jeito e as pessoas daqui parecem que são parentes do hóspede porque, raramente, dão um bom dia ou perguntam se você precisa de alguma coisa. Uma coisa terrível! As casas com fachada antiga são lindas de se vê, as igrejas nem se fala. O único problema é que na maioria deles um deficiente não acessa, mas eu entendo que é por causa da época em que foram construídos. Outro

problema que eu vi é que naquele prédio do teatro (Theatro Sete de Setembro) não tem ninguém que seja capaz de dar informação pra gente” (Entrevistado 10, 2019).

Isso se deve, em parte, ao fato de a oferta de equipamentos e serviços turísticos na localidade não ter se adequado à demanda. Sobre isso, o pesquisado 12 declarou: “moro aqui desde que nasci e acho que Penedo tem estrutura sim pra receber turista de tudo que é lugar, porque tem o hotel São Francisco, pros ricos, e pousadas a perder de vista pra quem quer lugar mais barato pra ficar. Tem um monte de lugar pra visitar, pra comer e pra dançar. Se não achar aqui embaixo, tem lá pra cima e é perto, a cidade é pequena num instante chega. Agora é bom não adoecer (risos), porque vai perder a viagem esperando pra ser atendido porque demora que só. Água a gente tem pra dar e vender, porque tem o rio se faltar pra tomar banho. Então, acho que não falta nada” (Entrevistado 12).

Perguntados se indicariam Penedo para amigos e parentes conhecerem, todos responderam positivamente.

Vê-se, com base nas respostas dos entrevistados, que não há um consenso sobre o tema proposto, o que é normal, uma vez que a percepção se manifesta de maneira subjetiva, mas é possível perceber que o espaço turístico onde está situado o centro histórico de Penedo precisa de um olhar mais sensível por parte da iniciativa público-privada, no sentido de equipar a cidade com infraestruturas básica e específica para pretender a consolidação enquanto destino turístico, assim como oferecer uma melhor qualidade de vida para os residentes. Falta a sinergia entre os elementos que compõem o referido espaço turístico, o que acarreta a falta de dialeticidade entre fluxos e fixos ali presentes, enquanto agentes transformadores do espaço.

5 | CONCLUSÕES

O referido estudo se propôs a contar um pouco da história, obter respostas e direções no sentido de “chegar” ao principal objetivo do presente estudo que foi apresentar os elementos do espaço turístico do Centro histórico de Penedo-AI, além de classificá-lo como potencial oferta turística, possibilitando a consolidação do destino, sobretudo para o segmento de Turismo Cultural.

Hoje, a realidade do centro histórico de Penedo, no tocante ao turismo, é potencial, pois a sua planta turística é incompleta, em termos de equipamentos e serviços, além de que os elementos que o compõem não se complementam, o que impossibilita atribuir a esse espaço novas funcionalidades para transformá-lo em espaço turístico. Nesse sentido, os empreendimentos a serem estabelecidos devem ser direcionados a fim de atender à carência de serviços qualificados, porém de acordo com as características do espaço turístico identificado.

Nota-se a necessidade de políticas públicas, em conjunto com os autóctones,

voltadas para a valorização das construções que compõem o sítio histórico, uma vez que o uso garante a manutenção dos espaços. As reflexões em torno destas questões permitiram concluir que o processo de (re) patrimonialização afeta a percepção da paisagem cultural por parte da população residente, mas incentiva o uso dos monumentos como recurso econômico e fomenta a mercantilização dos lugares com vistas à competitividade no setor turístico.

A gestão da atividade turística, ainda incipiente, depende, também, da capacidade de interação entre as organizações e os seus clientes. Esse diálogo se dá, prioritariamente, por meio de canais de comunicação eficientes que permitem uma conexão entre o mercado e seu público-alvo, porque a apresentação de informações de maneira organizada representa, para o turismo, um componente de suma importância na convergência da demanda potencial em real.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. de. 2006. **Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras**. Tese (Doutorado) – Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 233p.

BAHL, M.; SOUZA, S. R. Conservação do Patrimônio Histórico Cultural e os Profissionais de Turismo: Uma relação Possível. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 1, n. 2, p. 26-35, 2011. Disponível em: Acesso em: 02 de jan. de 2019.

BENI, M. C. **Análise estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora SENAC, 1998. 477 p.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: Edusc, 2002. BRASIL. Ministério do Turismo (Mtur). **Turismo Cultural**. 2010d. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoess/regionalizacao_turismo/estrutura. Acesso em: 05 de jan. 2019.

BRASIL. **EMBRATUR**. Inventário da oferta turística- Metodologia. Rio de Janeiro: DIPLAN/CEBITUR, maio de 1984.

CANCLINI, N. G. Definiciones en transición. In: MATO, D. (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

CASTELLS, M. (2002), **A sociedade em rede**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 1.

CORRÊA, R. L. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Terra Livre-AGB**, São Paulo, n.10, p.93-116, jan.-jul.,1994. Disponível em: http://www.agb.org.br/files/TL_N10.pdf Acesso em: 08 de jan. 2019.

COVA, B., MAZET, F. e SALLE, R. (1996). Milieu as a Pertinent Unit of Analysis in Project Marketing, *International Business Review*, 5(6), 647-664.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FORNACIARI, D. Z. **A (re)invenção dos espaços públicos: o lazer em Vitória (ES)**. Vitória, 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo**

Demográfico, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/al/penedo.html>. Acesso em: 26 de jan. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Gabinete da Presidência. Portaria nº 169 de 18 de dezembro de 1995. Dispõe sobre o tombamento do Centro Histórico do Município de Penedo. **Diário Oficial da União**, Brasília, D. F. 19 dez. 1995. Seção 1, p. 34 Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos/ organizadora, Érica Diogo. – Brasília, DF : Iphan / **Programa Monumenta**, 2009. 304 p. : il. ; 23 cm.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos- 7. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, G. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

RODRIGUES, A. B. **Turismo Modernidade Globalização**. São Paulo – SP. Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11 ed. Campinas: Papyrus, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 2 ed. Rio de Janeiro – RJ. Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TADDEI NETO, P. **Preservação sustentada de sítios históricos: a experiência do Programa Monumenta**. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 2012a. **Monumenta Programme**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/worldherita>. Acesso em: 11 de jan. 2019.

MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS: ATORES E FATORES INFLUENTES DA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DA BELÉM AMAZÔNICA

Data de aceite: 19/11/2019

Vânia Lúcia Quadros Nascimento

Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Turismo (FACTOR)

Belém – Pará

Felipe da Silva Gonçalves

Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Turismo (FACTOR)

Belém – Pará

Helena Doris de Almeida Barbosa

Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Turismo (FACTOR)

Belém – Pará

Diana Priscila Sá Alberto

Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Turismo (FACTOR)

Belém – Pará

RESUMO: As políticas públicas de turismo no Brasil e na Amazônia vem sendo estudadas enfocando seus impasses e resultados, mas não seu processo de formulação e os atores envolvidos. Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa em andamento sobre as políticas públicas de turismo em municípios paraenses. Objetivou identificar os participantes ativos e os fatores que influenciaram os processos de formulação da política pública de turismo de Belém, capital do Pará e área

piloto da pesquisa. Utilizou o Modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon como referencial teórico. As evidências empíricas estão fundamentadas em pesquisas documental e entrevistas com funcionários do órgão gestor de turismo. Os resultados evidenciam que a política pública de turismo de Belém está materializada no “Programa Turismo Belém 14”; que existe um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), que congrega representantes dos setores público e privado ligados direta e indiretamente ao turismo; e que o COMTUR atuou no processo de formulação do “Programa Turismo Belém 14”. Conclui, considerando o modelo de análise utilizado, que, mesmo identificada a participação do COMTUR na formulação do Turismo Belém 14, não foi possível caracterizar quem eram os integrantes desse Conselho e como isso aconteceu, bem como se algum deles atuou como empreendedor de política pública. Porém, foi possível identificar alguns dos fatores que influenciaram o processo de formulação dessa política, tais como as determinações e orientações do Ministério do Turismo Brasileiro que foram cruciais nos fluxos da política e de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública de turismo. Modelo de Fluxos Múltiplos. Planejamento. Gestão pública. Belém (PA).

MULTIPLE STREAM MODEL: INFLUENTIAL

ABSTRACT: The public tourism policies in Brazil and Amazon have been studied focusing on their impasses and results, but not its formulation process and the actors involved. This paper presents results of an ongoing research about the formulation of the tourism public policy in Para state. The objective was to identify the active participants and the factors that influenced the formulation process of Belém's public policies of tourism, capital of Pará and pilot area of research. The Multiple Stream Model of Kingdom was used as theoretical reference. The empirical evidences are based on a documentary research, as well as the semi-structured interviews with employees of the tourism management office. The results indicate that Belém's public policies of tourism are materialized in The Belém 14 Tourism Program, which is the Municipal Tourism Council (COMTUR), that brings together representatives of the public and private sectors directly and indirectly related to tourism; and that COMTUR acted out in the process of formulating the The 14 Belém Tourism Program. It is concluded that, considering the analysis model used, it was not possible to characterize who were the members of this Council and how it happened, as well as whether any of them acted out as public policy entrepreneur, and also that some of the factors that influenced the process of formulation of this policy were the determinations and guidelines of the Brazilian Ministry of Tourism which were crucial in the streams of politics and public policies.

KEYWORDS: Public policy. Tourism. Multiple Streams Model. Planning. Public administration. Belém (PA).

1 | INTRODUÇÃO

A análise de políticas públicas é uma ferramenta importante nos dias atuais, inclusive no Brasil, que se caracteriza como um país democrático e com diretrizes participativas. Todavia, em se tratando das políticas públicas de turismo, se nota o quão recente essa ferramenta crítica começou a ser utilizada e que o enfoque é dado para as já formuladas ou em fase de implementação. O estudo ora relatado visa responder ao seguinte questionamento: quais foram os participantes ativos e os fatores que influenciaram os processos de formulação da política pública de turismo de Belém (Pará)?

O Modelo de Fluxos Múltiplos de John W. Kingdon (2011) foi utilizado como arcabouço teórico-metodológico para embasar a busca por respostas para tal questionamento. Isto por se acreditar que ele é o mais eficiente para analisar a formulação de políticas públicas. Notadamente quanto aos processos pré-decisórios de estabelecimento da agenda e especificação das alternativas.

A pesquisa ora relatada teve como objetivo identificar os participantes ativos e os fatores que influenciaram os processos de formulação da política pública de turismo

de Belém (Pará). Para tanto, foi realizada pesquisa documental, tendo como objeto o Programa Turismo Belém 14 e os documentos encontrados nas plataformas virtuais da Prefeitura de Belém. E, ainda, entrevistas semiestruturadas com funcionários do órgão gestor de turismo.

2 | O MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS NA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

No Brasil, as pesquisas sobre a análise das políticas públicas de turismo são incipientes, dada a relevância da temática. Essa carência se reflete na conjuntura dos estados amazônicos. Nesse contexto, o Quadro 1 demonstra as pesquisas sobre o tema em questão, considerando o horizonte temporal de 2012 a 2018.

Autor(es)/Ano	Aspectos estudados	Local
Nascimento (2012)	Análise do relatório de avaliação do PNT 2007-2010	Brasil
Sansolo (2013)	Políticas federais de turismo na Amazônia, levando em conta os paradigmas do centralismo e da descentralização	Amazônia
Silva (2013)	Processo de implementação da política estadual do Amazonas, no qual tem como prioridade a promoção do turismo ecológico e do cultural	Amazonas
Nascimento (2014)	Semelhanças e diferenças entre as políticas públicas de turismo nos estados do Amazonas e do Pará, considerando o processo de formulação	Amazonas e Pará
Nascimento e Simonian (2014)	Implementação da política de ecoturismo no polo Belém/Costa Atlântica	Pará
Nascimento (2015)	Ascensão do turismo às agendas dos governos dos estados do Amazonas e do Pará	Amazonas e Pará
Coelho, Mota e Vasconcelos (2015)	Análise da implantação de projetos de desenvolvimento urbano para o turismo e para a qualidade de vida no bairro Grande Pirambu, em Fortaleza, de acordo com a visão da comunidade	Fortaleza (CE)
Oliveira (2015)	O turismo na agenda das políticas urbanas, tendo como base os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro de 1996 a 2012	Rio de Janeiro (RJ)
Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a)	O processo de formulação das políticas públicas de turismo do estado do Pará.	Pará
Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016b)	O processo de formulação das políticas públicas de turismo do estado do Amazonas.	Amazonas
Chagas Neto e Almeida (2016)	Características, desafios e perspectivas da gestão pública em turismo a partir do Plano Plurianual 2014-2017 do município de Belém.	Belém (PA)
Nascimento (2017)	O processo de formulação das políticas públicas de turismo no município de Tracuateua (PA)	Tracuateua (PA)

Quadro 1 – Estudos sobre análise de políticas públicas de turismo no período de 2012 a 2018.

Fonte: Atualizado a partir de Nascimento (2017).

No estudo ora relatado utiliza-se, como teoria de base analítica, o Modelo de Fluxos Múltiplos (*Multiple Streams Model*) (KINGDON, 2011), que se concentra nos dois primeiros passos do processo de formulação de políticas públicas: o estabelecimento da agenda e a especificação das alternativas. Esse Modelo se mostrou eficiente na análise da formulação de políticas públicas nacionais nas áreas da Saúde (GOTTEMS; PIRES; CALMON; ALVES, 2013; METTEN; COSTA; GADELHA; MALDONADO, 2015; SILVA; MORAES, 2012) e da Assistência Social (TREVISANI; BURLANDY; JAIME, 2012). E, também, de turismo, como nos estudos de Nascimento (2014, 2015, 2017) e Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a, 2016b).

Inicialmente, Kingdon (2011) diferencia agenda de alternativa. A agenda é a lista de temas que atraem a atenção das autoridades em certa ocasião e as alternativas são as soluções propostas para resolver determinado problema. Ele entende que durante o processo de escolha das alternativas ocorre uma redução delas (via aglutinação das inviáveis, das que se complementam ou das pouco relevantes), formando com isso um conjunto daquelas que realmente serão consideradas. A isso ele denomina de especificação das alternativas.

Tal autor distingue, ainda, entre o estabelecimento da agenda e a especificação das alternativas, afirmando que são processos efetivados de maneira diferenciada. E que a compreensão deles depende do entendimento da razão de alguns temas serem priorizados nas agendas de governo e outros não; e da explicação para o fato de algumas alternativas receberem mais atenção em detrimento de outras. Defende, então, que o estabelecimento da agenda e a especificação das alternativas dependem dos participantes ativos e dos processos pelos quais tais participantes exercem sua influência.

Os participantes ativos classificam-se como visíveis, são os que recebem atenção considerada da imprensa e do público em geral, sendo eles o mais alto representante do Executivo e do Legislativo, a própria mídia e os atores relacionados ao processo eleitoral, notadamente os integrantes dos comitês de campanha. E como invisíveis, os que não recebem tanta atenção da imprensa, tais como os acadêmicos, pesquisadores, grupos de interesses, servidores públicos do segundo escalão do Executivo e do Legislativo. Kingdon (2011) defende o grupo dos visíveis como aqueles que definem a agenda, enquanto o dos invisíveis tem maior influência sobre o processo de escolha de alternativas.

Consta entre esses atores um outro personagem, nominado por Kingdon (2011) como empreendedor de política pública, disposto a investir o tempo e os recursos de que dispõe para promover determinado problema ou as alternativas de solução, de modo a favorecê-lo no futuro. Esse personagem possui boa reputação e/ou popularidade política, habilidade de negociação e não mede esforços para promover

a sua ideia, unindo, assim, a solução ao problema. E pode ser encontrado tanto entre os participantes ativos visíveis quanto invisíveis.

Kingdon (2011) aponta que o produto das políticas públicas surge com a combinação dos fluxos múltiplos (fluxo de problemas, das políticas públicas e da política). E o empreendedor é fundamental na integração desses fluxos, pois quando acontece a convergência deles, abre-se o que esse autor chama de “janela de oportunidades”. Esse constitui-se o momento certo para as propostas serem apresentadas e defendidas junto com suas soluções e, então, ascenda ao topo da agenda de decisões do governo, implicando dessa maneira na modificação dela. É quando o empreendedor de políticas pública atua.

Ainda de acordo com Kingdon (2011), cada um dos fluxos possui dinâmica própria que é influenciada por alguns fatores. Porém, sendo possível a convergência de apenas dois deles ou até mesmo de não convergirem conjuntamente. A Figura 1 apresenta um resumo do Modelo de Fluxos Múltiplos.



Figura 1 – O Modelo de Fluxos Múltiplos de John W. Kingdon

Fonte: Adaptado a partir de Nascimento (2017).

É importante destacar a existência de algumas críticas sobre o modelo utilizado. Porém, a se pensar consoante a Nascimento (2014, p. 5), “tais críticas não o inviabilizam como instrumento para análise dos momentos pré-decisórios da formulação de políticas públicas”. O que contribui ele seja utilizado para a análise de políticas públicas de turismo federais, estaduais e/ou municipais.

3 | ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ora relatada caracteriza-se como exploratória e interdisciplinar. Isto,

pois, conforme Jantsch (1970), criou um elo entre o Turismo e outras disciplinas, a exemplo da Ciência Política e da Administração. Para o alcance do objetivo estabelecido foi realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo, sendo a primeira efetivada considerando publicações disponíveis em bases de dados e em alguns periódicos de Turismo de maior pontuação no ranking acadêmico nacional. O horizonte temporal foi de 2012 a 2018.

A pesquisa documental foi realizada nos sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal de Belém, do Diário Oficial do Município de Belém; da Câmara Municipal; e da Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR). E, na pesquisa de campo, foram efetivadas entrevistas semiestruturadas com funcionários e ex-funcionários do órgão municipal gestor de turismo (BELEMTUR). As informações por eles prestadas contribuíram para a obtenção de informações inexistentes em outras fontes de dados.

Com base no Modelo de Fluxos Múltiplos de Kingdon (2011), considerou-se como categorias de análise problemas, políticas públicas e política. E como variáveis interpretativas para a categoria problemas, os indicadores, eventos-foco e *feedback* sobre programas existentes; para as políticas públicas, a viabilidade técnica, harmonia com os valores das comunidades de especialistas e antecipação de restrições; e para a política, o clima ou humor político nacional, mudanças no governo e forças políticas organizadas. Os postulados de Bardin (2011) subsidiaram a análise das evidências coletadas.

4 | O PROGRAMA TURISMO BELÉM 14

A Política Pública de Turismo de Belém possui interface com as esferas de governo municipal e estadual. Com a municipal é de reponsabilidade BELEMTUR, órgão gestor responsável pelo planejamento e desenvolvimento da atividade em Belém. Com a estadual, necessita estar em consonância com a política pública formulada e implementada pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR). Esta, por sua vez, deve estar em sintonia com a Política Nacional de Turismo (PNT) que “[...] enfoca a descentralização e a regionalização e que inspira governos estaduais a planejarem ações em prol do desenvolvimento turístico” (SOARES *at al*, 2012, p. 304), e no contexto da qual o município está localizado no Polo Turístico Belém.

Em relação à gestão do turismo em Belém, foi identificada a existência de uma política municipal de turismo materializada em um documento denominado “Programa Turismo Belém 14 (PTB14)”, sintetizado no Quadro 2. Nele estão apontadas 14 diretrizes para o desenvolvimento municipal por meio do turismo.

Identificação	Caracterização
Documento-Base	Programa Turismo Belém 14 (PTB14)
Metodologia utilizada na formulação	Não consta na íntegra do PTB14 e também não foi encontrado nada sobre ela em outros documentos
Participantes do processo de formulação	Primeiro e Segundo escalão da BELEMTUR e <i>trade</i> turístico, representado no Conselho Municipal de Turismo
Estrutura do Programa	Síntese do Plano Aquarela; Considerações acerca do Plano Nacional de Turismo; O turismo no Plano Diretor Urbano do município de Belém; Diretrizes que serão trabalhadas no âmbito do programa (Estrutura Pública, Gestão Municipal, Capacitação, Integração, Marketing, Marca Belém, Comunidades, Geração de Dados, Segurança, Sustentabilidade, Distribuição, Produtos de Imagem e Apelo, Segmentos Prioritários e Segmento Específico); Resultados esperados.
Síntese do Plano	14 Diretrizes; 92 propostas (com base nas 14 diretrizes); 7 segmentos prioritários (com estratégias específicas para cada um desses segmentos); 3 resultados esperados.

Quadro 2 – Síntese do Programa Turismo Belém 14 (PTB14)

Fonte: Elaborado a partir de Belém (2011).

No período de formulação do Programa, quem chefiava o Poder Executivo era o então prefeito do município, Sr. Duciomar Costa (PTB). Ele estava em seu segundo mandato de governo, período de 2009 a 2012; tendo sido o primeiro de 2005 a 2008. É importante registrar que não existe uma data específica, indicada no corpo do PTB14 (BELÉM, 2011), que informe o ano de formulação, consta apenas que isso ocorreu durante o governo do referido prefeito.

Porém, durante a pesquisa foram encontrados indícios de que esse processo ocorreu durante o final do seu segundo mandato. Isto, pois, segundo Hamoy (2011, p. 51), “Atualmente, a gestão municipal conta com o programa “Belém 14”, onde estão listadas catorze diretrizes para desenvolver a cidade através do turismo”. De acordo com o Coordenador da BELEMTUR naquele período, esse Programa era novo e com maior abrangência (HAMOY, 2011). O que demonstra o período de formulação do Programa, pois a pesquisa dela foi realizada em 2011.

Quanto ao Poder Legislativo, a chefia era exercida pelo Vereador Sr. Walter Wilton Arbage (PTB). E constatou-se a existência de uma Comissão de Turismo e Patrimônio Público como uma das comissões permanentes da Câmara Municipal de Belém. Mesmo que não tenha sido possível identificar uma atuação efetiva dela na área do turismo, nota-se uma preocupação do Legislativo quanto a isso.

Como relatado anteriormente, o planejamento e o desenvolvimento da atividade turística são responsabilidade da Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR). De acordo com as informações constantes no próprio *site* da Coordenadoria, atualmente há apenas dois projetos em andamento: o “Turismo na Escola: descobrir, entender e cuidar de Belém” e o “Amigo do Turista”. Porém, não há menção sobre o

PTB14, se ele continua sendo implementado ou não.

Foi identificado, ainda, por ocasião da formulação do PTB14, a existência e atuação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Ele foi criado pela Lei nº 7.931 de 23 de dezembro de 1998 (BELÉM, 1998), no governo do então prefeito Sr. Edmilson Brito Rodrigues. O COMTUR é um órgão de deliberação destinado a propor políticas para o desenvolvimento do turismo em Belém.

O Decreto nº 85.717, de 12 de maio de 2016 (BELÉM, 2016) nomeia os membros titulares e suplentes do COMTUR para o período de 2016-2017. Vale destacar que a sigla desse conselho ora consta como COMTUR ora como CMT. E que nele há representação tanto do poder público quanto da iniciativa privada, ligadas diretamente ou indiretamente ao setor.

Há, ainda, o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) instituído pela Lei nº 8.815, de 4 de maio de 2011 (BELÉM, 2011). Objetiva criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao atendimento das políticas, programas e ações voltadas para o desenvolvimento e promoção do turismo, formuladas, executadas ou controladas pela BELEMTUR. Todavia, até o momento, não foi constatada a existência de Inventário da Oferta Turística e de Pesquisa de Demanda, essenciais para a formulação de políticas públicas de turismo.

É importante discorrer sobre a participação dos atores relacionados ao turismo na gestão da atividade, incluindo a formulação das políticas públicas para o setor. Alguns representantes da iniciativa privada possuem assento no Conselho Municipal de Turismo. Dentre eles, destaque para os representantes de instituições como o Belém *Convention & Visitors Bureau*, a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Associação Comercial do Pará (ACP).

Há ainda a participação de algumas associações ligadas diretamente ao desenvolvimento da atividade turística, como a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV), a Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET), a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). No COMTUR constam, igualmente, representações de classe como os sindicatos dos Guias de Turismo (SINGETUR), das Empresas de Turismo (SINDETUR) e, também, dos Hotéis e Restaurantes dos municípios de Belém e Ananindeua (SHORES).

No decorrer da pesquisa, constatou-se que em Belém está um dos cursos de turismo mais antigos do Brasil, alocado na Faculdade de Turismo (FACTUR) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Datado de 1975, desde então vem trabalhando no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a área e na docência superior. Além da UFPA, há ainda bacharelado em turismo na Faculdade Pan Amazônica (FAPAN). Porém, não foi identificada a participação de nenhuma dessas instituições

na formulação do PTB14.

5 | O PROGRAMA TURISMO BELÉM 14 E O MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS

Em consonância com o Modelo de Fluxos Múltiplos, o Programa Turismo Belém 14 materializa as alternativas para o incremento do turismo na capital paraense, conforme sintetizado no Quadro 2. Esse documento é denominado programa, porém apresenta estrutura e características de um plano. O PTB14 seria sempre atualizado, de modo a atender as necessidades e demandas da atividade (HAMOY, 2011). Todavia, não foram encontrados indícios de que isso tenha ocorrido efetivamente.

A partir da análise do Programa Turismo Belém 14, identificou-se que alguns fatores que influenciaram os fluxos, porém outros não. Quanto ao fluxo de problemas, a formulação do Programa Turismo Belém 14 baseada em indicadores nacionais de turismo e não municipais. Isso demonstra uma deficiência em termos de informações quantitativas sobre a atividade turística na capital paraense e retrata a utilização de indicadores nacionais para subsidiar uma política municipal. É um procedimento equivocado e que dificilmente, para não dizer em hipótese alguma, reflete a realidade local.

O mesmo foi observado quanto aos programas já existentes, pois o *feedback* é sobre planos e programas nacionais. O que caracteriza o seguimento das orientações e determinações do MTUR, majoritariamente no que tange à regionalização do turismo. Uma vez que, consoante a Brasil (2013), o planejamento e gestão da atividade turística necessita considerar as regiões turística, a exemplo do Polo Belém, onde a capital paraense está inserida.

Em se tratando do fluxo político, o clima político municipal era favorável, pois o Plano de Governo da gestão municipal naquela época tinha como um dos objetivos tornar o turismo uma das principais fontes de receita. E também não houve mudanças no interior do governo, por se tratar de uma reeleição. Todavia, no período de formulação do PTB14 não foram encontradas informações acerca de mobilizações do *trade* turístico que pudessem ser consideradas como organização de forças políticas.

Quanto ao fluxo das políticas públicas, este foi o que se mostrou de maneira mais consistente quanto aos fatores que o influenciaram. Assim sendo, está relatado no corpo do documento a aceitabilidade do *trade* turístico, representado pelo COMTUR, em relação a política de turismo materializada no PTB14. Também havia uma previsão orçamentária destinada para o turismo no PPA 2010-2013 do município (BELÉM, 2009), que se acredita ter servido de parâmetro para a definição da proposição das alternativas.

No que concerne aos participantes ativo visíveis, foi constatada a atuação do prefeito municipal naquela época, Sr. Duciomar Costa, e do então coordenador da BELEMTUR, Sr. Wady Khayat, cujos nomes estão registrados no corpo do PTB14. E estão registrados como participantes invisíveis alguns integrantes do corpo técnico da Coordenadoria, os quais integram, de acordo com o Modelo de Fluxos Múltiplos, o segundo escalão do executivo municipal. Ademais desses participantes, identificou-se outros mais, quais sejam os integrantes do COMTUR, porém não estão apontadas como se deu a atuação e quais as contribuições desse Conselho no processo de formulação do Programa.

Durante a pesquisa, um dos entrevistados informou que de fato houve a participação do COMTUR no processo de formulação do PTB14. Mas que inexistem registros nos arquivos da BELEMTUR sobre isso, pois eles foram ‘eliminados’ durante o período eleitoral. O que implicou em dificuldades para a realização de uma análise mais consistente e aprofundada.

Constatou-se, considerando o Modelo de Fluxos Múltiplos, que de fato houve a convergência entre os três fluxos (Figura 2), mesmo que apenas um deles, o da política pública, seja caracterizado integralmente como estabelece o modelo. Dessa feita, havia um contexto político favorável, algumas alternativas foram apresentadas para solucionar e fomentar uma determinada questão/assunto/problema, que era o turismo. Quando essa convergência aconteceu, o turismo foi elevado a uma posição de destaque na agenda governamental, o que provavelmente aconteceu pela atuação do então coordenador da BELEMTUR, enquanto empreendedor de política pública.

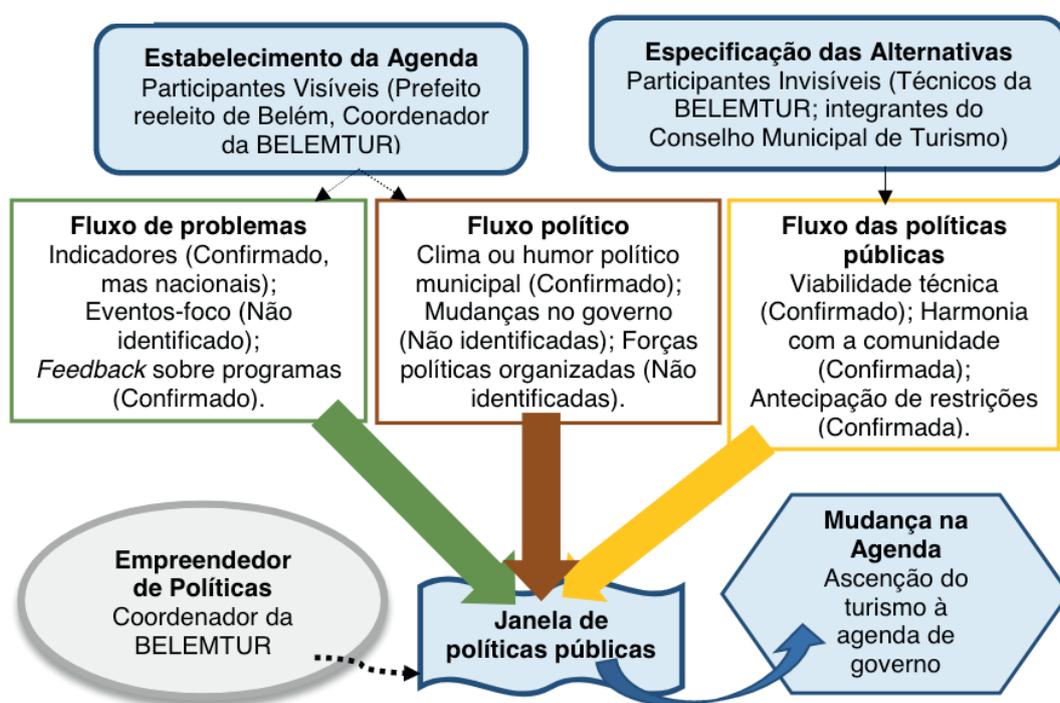


Figura 2 – Formulação do Programa Turismo Belém 14 a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos

Fonte: Adaptado a partir de Nascimento (2017) e dados da pesquisa.

Por fim, ressalta-se que, durante a formulação do PTB14 foram adotadas as orientações e determinações do MTUR, as quais influenciaram tanto o fluxo de problemas quanto o de políticas públicas. E que alguns participantes ativos distintos dos preconizados pelo modelo analítico atuaram no processo de formulação de políticas públicas de turismo do município de Belém. Mas essa atuação não se deu de maneira individualizada, mas sim a partir da representatividade deles no Conselho Municipal de Turismo de Belém.

6 | CONCLUSÃO

A pesquisa realizada contribui com a expansão de estudos sobre análise de políticas públicas de turismo em municípios paraenses, e, por conseguinte, na Amazônia e no Brasil. Foi comprovado que a política pública de turismo de Belém está materializada no Programa Turismo Belém 14. E que, por ocasião da formulação desse programa, alguns fatores se comportaram conforme descreve o modelo de base analítica utilizado, porém outros não.

Os participantes ativos visíveis e invisíveis atuaram conforme descritos no Modelo, porém sobre alguns não foi possível identificar a participação ou como ela se deu. Quanto aos visíveis, não foi possível confirmar a participação do presidente do Legislativo e nem registros do comitê de campanha do Executivo. Em relação aos atores invisíveis, não se constatou a participação dos pesquisadores/comunidade acadêmica e do segundo escalão do Legislativo.

Também não se foi possível identificar, de fato, quem assumiu o papel do empreendedor de política pública no período de formulação do PTB14. Porém, acredita-se que tenha sido o gestor da BELEMTUR. Algumas informações não puderam ser identificadas e/ou confirmadas, devido alguns documentos da Coordenadoria terem sido perdidos/eliminados por ocasião do período eleitoral.

O aspecto mais relevante a ser destacado diz respeito ao modo como o turismo é concebido via fluxo de problemas. Ele é admitido como uma questão que atrai atenção do gestor municipal e de seus assessores mais próximos em função de fatores atinentes ao contexto nacional em detrimento dos municipais, que retratariam veridicamente a realidade local. Dados que poderiam ser encontrados no inventário da oferta e na pesquisa de demanda, inexistentes no município. Isso, por certo, implicou na inefetividade, ineficácia e ineficiência das alternativas que foram elencadas no PTB14.

Conclui-se que o estudo ora relatado confirma os resultados encontrados por Nascimento (2014, 2015, 2017) e Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016a, 2016b). Que é necessária a continuidade da pesquisa para entender se o que foi

identificado em Belém também ocorre em outros municípios paraenses. E para analisar como são formuladas as políticas públicas neles e se a dinâmica dos fluxos se comporta da mesma maneira que em Belém.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELÉM. Coordenadoria Municipal de Turismo. **Programa Turismo Belém 14**: 14 diretrizes para o desenvolvimento de Belém através do Turismo. Belém: BELEMTUR, 2011. (mimeo)

_____. **Decreto nº 85.717, de 12 de maio de 2016**. Nomeia os membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, revoga o Decreto nº 81.101 - PMB, de 01 de março de 2016, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Poder Executivo, Belém, 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/19658548/artigo-2-da-lei-n-7931-de-23-de-dezembro-de-1998-do-municipio-de-belem>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Lei nº 8.815, de 04 de maio de 2011. Institui o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Poder Executivo, Belém, 2011. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87410232/dom-belem-12-05-2011-pg-8?ref=serp>>. Acesso em: 20 jan.2017.

_____. Lei nº 7.931 de 23 de dezembro de 1998. Cria o Conselho Municipal de Turismo (CMT) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém**, Poder Executivo, Belém, 1998. Disponível em: <<https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/579629/lei-7931-98#art-2>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Prefeitura Municipal de Belém. **PPA 2010-2013**. Belém, 2009. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/segep/site/wp-content/uploads/2014/06/1-Lei-do-PPA-2010-a-2013.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes**. Brasília: MTUR, 2013.

CHAGAS NETO, F. S.; ALMEIDA, O. T. Características, desafios, e perspectivas do turismo no Plano Plurianual da Prefeitura de Belém nos anos 2014-2017. In: BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Planejamento e Gestão pública do Turismo e do Lazer**. Belém: NAEA, 2016.

COELHO, S. D.; MOTA, K. C. N.; VASCONCELOS, F. P. A visão da comunidade na implantação de projetos de desenvolvimento urbano para o turismo e para a qualidade de vida: políticas públicas no bairro Grande Pirambu Fortaleza-CE. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 17, n. 1, p. 210-240, abr. 2015.

GOTTEMS, L. B. D.; PIRES, M. R. G. M.; CALMON, P. C. D. P.; ALVES, E. D. A. O Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 511-520, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200020>. Acesso em: 27 out. 2017.

HAMOY, J. A.. **A visão do poder público sobre a importância do planejamento turístico para o município de Belém-PA**. 2011. 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Pará, 2009.

JANTSCH, E. Inter and transdisciplinary university: a systems approach to education and innovation. **Policy Sciences**, v. 1, n. 1, p. 403-428, 1970.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2th. ed. updated. [S.l.]: Longman Classics, 2011.

METTEN, A.; COSTA, L. S.; GADELHA, C. A. G.; MALDONADO, J. A introdução do complexo

econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 915-936, jul./ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-rap-49-04-00915.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

NASCIMENTO, V. L. Q. Plano Nacional de Turismo 2003-2007: afinal, o que resultou? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 6, 2012, Belém. **Anais...** Belém, 2012. v. 1, p. 1-18.

_____. Semelhanças e diferenças das políticas de turismo em estados da Amazônia brasileira. **Revista TURyDES – Turismo y Desarrollo Local**, v. 7, n. 17, p. 1-11, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/curydes/17/politicas-turismo.html>>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. **Políticas Públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará**. 2015. Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

_____. Política pública de turismo de Tracuateua (PA) a partir do modelo de fluxos múltiplos. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 10, n. 2, p.357-375, mai./jul. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6561>>. Acesso em: 27 out. 2017

NASCIMENTO, V. L. Q.; SIMONIAN, L. T. L.. A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 3, p. 618-645, ago./out. 2014. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/download/807/714>>. Acesso em: 27 out. 2017.

NASCIMENTO, V. L. Q.; SIMONIAN, L. T. L.; FARIAS FILHO, M. C. Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007- 2011. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 129-151, jan./abr. 2016a. Disponível em: <<https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/924>>. Acesso em: 27 out. 2017

_____. Política pública de turismo do Amazonas a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 141-157, abr. 2016b. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18472/vt.16n1.2016.1055>>. Acesso em: 27 out. 2017.

OLIVEIRA, F. G. de. O turismo na agenda das políticas urbanas na contemporaneidade: uma análise sobre os planos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro (1996-2012). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 15, n. 3, p. 263- 275, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1217>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SANSOLO, D. G. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 1, p. 105-119, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SILVA, A. B.; MORAES, I. H.S. de. O caso da Rede Universitária de Telemedicina: análise da entrada da telessaúde na agenda política brasileira. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 3, p. 1211-1235, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n3/19.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SILVA, J. M. da. Política de turismo e representações da Amazônia: o turismo ecológico e cultural no estado do Amazonas. **Novos Cadernos NAEA, (Suplemento)**, v.16, n. 1, p. 317-329, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1340/1850>>. Acesso em: 27 out, 2017.

SOARES, E. B, S.; EMMENDOERFER, M. L.; MONTEIRO, L. P.; BORGES, A. R. ICMS turístico e Conselhos Municipais de Turismo: um estímulo a participação social em prol do desenvolvimento turístico em destinos indutores de Minas Gerais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 61, p. 303-321. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4781/5744>>. Acesso em: 01 set. 2019.

TREVISANI, J. de J. D.; BURLANDY, L.; JAIME, P. C. Fluxos Decisórios na Formulação das Condições de Saúde do Programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade**, 21(2), p. 492-509, 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n2/a21v21n2.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

O LAZER E O TURISMO DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA NA CASA RONALD MCDONALD – BELÉM/PA

Data de aceite: 19/11/2019

Helena Doris de Almeida Barbosa

Universidade Federal do Pará, docente da
Faculdade de Turismo
Belém- Pará

Vinícius Silva Caldas

Universidade Federal do Pará, discente da
Faculdade de Turismo
Belém- Pará

Maria do Socorro Maciel Castro

Universidade Federal do Pará, discente da
Faculdade de Turismo
Belém- Pará

Daiany Clay Flexa Santos

Universidade Federal do Pará, discente da
Faculdade de Turismo
Belém-Pará

RESUMO: O lazer e o turismo vêm ao longo do tempo se consolidando em uma perspectiva interdisciplinar, como uma realidade que envolve diferentes aspectos sociais, dentre eles a saúde. Este artigo aborda a relação entre lazer e o turismo de saúde a partir da experiência do projeto Lazer, Patrimônio e Cultura como Coadjuvantes no Tratamento Oncológico de Crianças e Adolescentes. O projeto é realizado pela Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará na Casa

Ronald McDonald Belém (Pará) com intuito de proporcionar momentos de lazer e cultura para as crianças, adolescentes e seus pais, que se deslocam a Belém, para tratamento oncológico e são atendidos pela casa. A conduta metodológica utilizada está pautada em pesquisas bibliográficas, documentais e a vivência na Casa durante a operacionalização do projeto. Os resultados evidenciam que a prática do Turismo de Saúde é algo antigo, porém sua nomenclatura, e existência em Belém de fato são desconhecidas, apesar de estar presente na mesma enquanto segmento e área de atuação profissional. Conclui-se que o Turismo de Saúde é consolidado em outras localidades, e que o lazer a ele agregado pode ser utilizado como coadjuvante nos tratamentos de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Saúde. Casa Ronald McDonald Belém. Lazer. Tratamento Oncológico

LAISURE AND HEALTH TOURISM: RONALD MCDONALD EXPERIENCE – BELÉM/PA

ABSTRACT: Laisure and tourism during time are being consolidated in a interdisciplinar way as a reality that involves many diferente social aspects, among them the health. This article approaches the relation between laisure and health tourism from Leisure, Heritage and

Culture as Supporting in the Oncologic Treatment of Children and Adolescents Project. The Project is developed by Tourism College of Universidade Federal do Pará in Casa Ronald Belém (Pará) providing leisure and culture moments to the children, teenagers and their parents that comes to Belém to do cancer treatment and are attended by Ronald McDonald's house. As methodology, was made bibliographic research and in documents, in addition there was the experience of daily life at Ronald McDonald's house during the Project development. The results shows that health tourism is na old thing, but it's nomeclature, it's existence in Belém still unknown as segment and professional área. It was possible to conclude that health tourism is consolidated in other places, and added to it the leisure can be used as na adjunct in health treatments. **KEYWORDS:** Health Tourism. Casa Ronald McDonald Belém. Leisure. Cancer Treatment.

1 | INTRODUÇÃO

O lazer como direito e prática social é um importante aspecto da sociedade, no entanto muitas pessoas ignoram sua necessidade. Praticado de maneira formal ou informal, tem sua origem associada à Revolução Industrial, quando o tempo da natureza deixa de reger o cotidiano das sociedades, e o tempo do relógio torna-se o condutor da dinâmica social. Com a consolidação do capitalismo e das leis trabalhistas, passa a ser institucionalizado na sociedade o tempo do lazer ou do não trabalho.

No seu contexto agregam-se inúmeras atividades que vão desde práticas associadas ao esporte, a trabalhos manuais, às artes, à cultura, à tecnologia até mesmo às viagens e ao turismo. A atividade turística como uma das modalidades de lazer pode oportunizar momentos de prazer, conhecimento, troca cultural e saúde, associados às viagens. Quando a prática do lazer é realizada a partir do turismo, possibilita ao ser humano a interação com o novo que pode ser conquistado por meio de uma viagem, de um passeio, de uma excursão, fugindo-se do sedentarismo e buscando-se motivações, interações, e voltando-se com novas experiências e ânimo para o cotidiano.

O lazer, portanto, deve ser percebido como a essência da “convivencialidade”, que permite o encontro com o prazer, com as novas relações e com a cultura. Nesse sentido, pode ser percebido como uma espécie de “medicina social”, uma vez que funciona como diluidor de tensões e válvula de escape das angústias e fadigas do cotidiano, principalmente quando direcionado para grupos com fragilidade física e emocional.

No caso deste trabalho, associa-se o lazer ao Turismo de Saúde, a partir do qual pacientes realizam viagens para tratamento de saúde e nesse contexto aproveitam a oportunidade para conhecer a nova realidade na qual se inserem. Este

é o foco deste trabalho: evidenciar de que maneira o lazer e o turismo podem ser utilizados como coadjuvantes nos tratamentos de saúde de crianças e jovens que se deslocam a Belém, capital do estado do Pará, para tratamento oncológico. O projeto de extensão “Lazer, Patrimônio e Cultura como Coadjuvantes no Tratamento de Crianças e Adolescente em Tratamento Oncológico”, dinamizado pela Faculdade de Turismo (FACTUR), da Universidade Federal do Pará (UFPA), atua aliando o lazer ao Turismo de Saúde, com a concepção de que aquele é essencial para todos, especialmente aos portadoras de enfermidades, tornando-se ferramenta de minimização do desconforto do tratamento.

O projeto é operacionalizado na Casa Ronald McDonald (instituição que acolhe jovens e seus acompanhantes do interior do estado e estados vizinhos que realizam tratamento oncológico no Hospital Oncológico Infantil Otávio Lobo (HOIOL), associando o Turismo de Saúde e o lazer como principais vertentes de interação com as crianças e adolescentes que necessitam brincar, conversar, passear durante o tratamento.

O Turismo de Saúde é uma segmentação da atividade turística no qual as pessoas se deslocam do seu local de residência para realizar um tratamento ou procedimento médico. Um de seus princípios como afirma Godoi (2009) é que não há período de sazonalidade para sua prática, diferentemente de muitos segmentos do turismo que à tem como característica fundamental. No seu contexto o lazer pode e muitas vezes é aproveitado como uma espécie de complementação dessa viagem, seria uma estratégia que as pessoas utilizam tanto para conhecer o local para onde se deslocam, quanto para se distrair do tratamento que está passando, muitas vezes enfrentam esses problemas sozinhas e sem ajuda.

A rotina hospitalar pode ser muito desgastante, fazendo com que algumas dessas pessoas cedam ao desânimo e percam a vontade de conhecer a capital, seu patrimônio cultura, história e memória. Em Belém há também os atrativos que podem e devem ser utilizados por esses turistas, desde que haja acessibilidade, pois estes têm o direito ao lazer como qualquer outra pessoa. Levando em consideração o estado de saúde, que os atinge psicologicamente e fisicamente, um momento de descontração pode fazer alguma diferença para minimizar as sequelas do tratamento.

Segundo Marcellino (2006, p. 66) “o espaço para o lazer é o espaço urbano”, pois apresenta melhores equipamentos para o suporte da atividade. Porém autores como Gomes (2014) afirma que o lazer é sim uma necessidade humana, então se realmente é uma necessidade humana é preciso e possível de ser praticado em qualquer ambiente/espaço. Neste contexto, Pinto e Gomes (2016) analisaram três hospitais na cidade de Belo Horizonte, dois tinham projetos de lazer, com dinâmicas desenvolvidas até nos leitos para os pacientes que não poderiam sair de seu quarto, então essa é uma prova que o lazer de fato acontece em qualquer espaço, mas os

envolvidos no tratamento tem que fazer a prática de lazer acontecer.

O lazer é importante aspecto da sociedade, pois muitas pessoas não o percebem como algo necessário. Dumazedier (2004) argumenta que o lazer pode ser a ruptura do tédio, este facilmente detectável em muitas crianças que passam o dia no Casa Ronald sem nenhuma atividade para distraí-los. Apesar da doença outros motivos podem dificultar a visitação dos mesmos aos pontos turísticos da Cidade, pois de acordo com Bahia (2012) tais dificuldades nos atrativos existentes em Belém (PA), são de ordem estrutural citando a insegurança, presente em várias cidades do país e a questão da falta de acessibilidade, vindo assim a minimizar a consolidação do Turismo de Saúde na cidade.

De acordo com Bacal (2003, p.107) “no tempo do lazer o homem tem a possibilidade de realizar atividades que atendam às suas carências físicas e psicológicas”. O intuito do projeto “Lazer e Cultura como Coadjuvante no Tratamento de Crianças e Adolescentes em Tratamento Oncológico” é proporcionar momentos de lazer para essas pessoas, levando-as a fuga da rotina Casa Ronald-Hospital e para que tenham momentos de “liberdade”. Associado a isso oportunizar conhecer parte da cidade de Belém e a troca de experiências e conhecimentos entre os atores envolvidos no mesmo.

São expostas a importância da preservação e conservação da memória e identidade social das cidades para o uso do lazer, contribuiu para a busca do lazer criativo, gratificante e inovador (CALDAS et al, 2019). Tais ações possibilitam a valorização e a inserção dos que estão em fragilidade física e emocional por meio de atividades culturais e visitas técnicas ao patrimônio de Belém, pautadas na ludicidade, integrando jovens de realidades diferentes e academia e comunidade através do lazer e do turismo.

2 | TURISMO DE SAÚDE

O Turismo de Saúde, tem uma origem muito antiga, tanto quanto a história das viagens, porém pouco relatada pelos pesquisadores. Pode-se iniciar por Asclépio, um “médico” que posteriormente se tornou um Deus grego, segundo Godoi (2009). Na Idade Antiga, existiam templos de Asclépio que eram locais de devoção e cura, pois estes locais eram diferentes dos outros, com nascentes de água. Por volta de V a.C as pessoas se deslocavam até esse local com a intenção religiosa e também em busca da cura de alguma enfermidade por meio das águas das nascentes, apontando para a existência de viagens em busca do restabelecimento da saúde na Idade Antiga.

Com o passar dos anos, todas as áreas (como administração, medicina,

sociologia entre outras) sofrem alterações, e não seria diferente com o Turismo. Para Silva e Barreira (1994) isso também ocorreu com o Turismo de Saúde, pois durante o século XVII e XVIII, os nobres (reis e rainhas) se deslocavam para os locais com águas termais com uma espécie de caravana em família, como um divertimento. Com isso ressurgiu a utilização desses espaços como alternativa de lazer e diversão.

Com a Revolução Industrial o século XIX é marcado no Turismo de Saúde como uma espécie de transição. Fratucci (2008) afirma que com o advento da Revolução e a melhoria dos transportes e das estradas, houve o chamado tempo livre dos trabalhadores, fazendo com que estes viajassem mais. Segundo Godoi (2009), a população europeia, mais especificamente os britânicos viajavam, em busca de um clima mais quente e seco para tratarem problemas de saúde, esse aumento de viagens, principalmente por questões de saúde acarretaram no aumento de empreendimentos de hospedagens, pois estes viajantes precisam permanecer por mais tempo no destino.

Com relação questão conceitual do Turismo de Saúde, Fernandes e Fernandes (2011, p. 83) retratam o Turismo de Saúde de maneira mais global e relacionando-o com outros aspectos. Estes consideram o Turismo Médico “um subproduto do turismo de saúde e bem-estar que abrange diversos tipos de cirurgias, transplantes e tratamentos [...], [...] realizados em hospitais e em clínicas fora do país de residência do turista”. No entanto, o conceito que mais se aproximou do conteúdo do objeto desta pesquisa foi de Godoi (2009), pois o autor expõe que há algo à mais que acontece no Turismo de Saúde, a partir de um relacionamento direto ou indireto desses turistas com o local.

O Turismo de Saúde tem uma importância social e econômica, já que o turista de saúde pode utilizar serviços turísticos como hospedagem, alimentação, transportes e muitas vezes por conta da saúde precisará de um tratamento mais inclusivo. Godoi (2009), aborda o Turismo de Saúde com suas tipologias, fluxos e motivações. Este entende como Turismo de Saúde: “[...] os deslocamentos de pessoas entre diferentes localidades cujo objetivo seja a busca de tratamento médico ou de recuperação da saúde, utilizando-se de forma parcial ou completa da infraestrutura turística” (GODOI, 2009, p. 37).

Para Fernandes e Fernandes (2011) e Godoi (2009) o Turismo de Saúde se divide em duas categorias. O primeiro é o Turismo de Bem-Estar que está relacionado com procedimentos estéticos, no qual o Brasil é uma referência em escala mundial. Aqui as cirurgias plásticas se tornaram comuns fazendo com que muitas pessoas se submetam a estes procedimentos no país. Ainda com relação ao Turismo de Bem-Estar há também os *spas*, centros de terapias estéticas, lazer entre outros serviços e empreendimentos. O segundo é o Turismo Médico que é aquele no qual as pessoas se deslocam procurando auxílio profissional por alguma enfermidade independentemente

do grau de risco. (Figura 1).

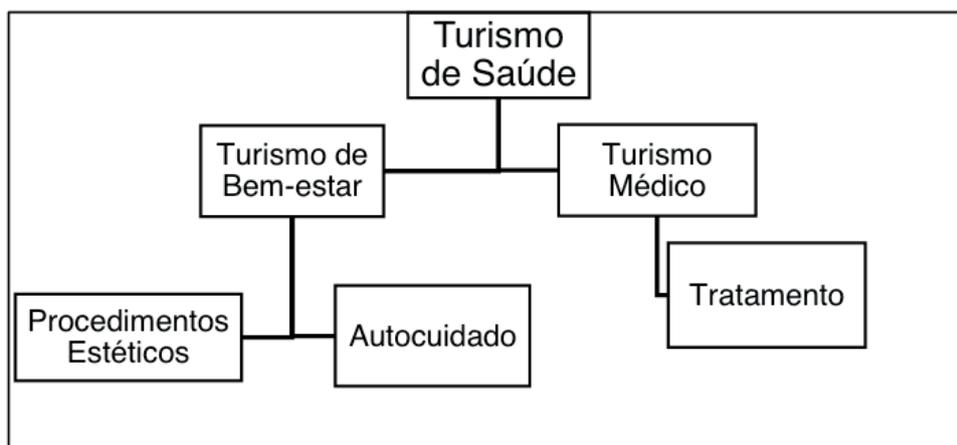


Figura 1- Turismo de Saúde

Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Godoi (2009) e Fernandes e Fernandes (2011).

No Brasil o Turismo de Saúde é reconhecido como um segmento da área do turismo e em 2006 o Ministério do Turismo (MTUR) o definiu como um dos segmentos prioritários do setor (BRASIL, 2010). Em 2010, o Turismo de Saúde é definido pelo MTUR como “atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos” (BRASIL, 2010 p.53). No Plano Nacional de Turismo (PNT) 2013- 2016, o Turismo de Saúde é retratado como abordagem temática, não são apresentadas maiores estratégias para o desenvolvimento deste. Já no PNT de vigência atual (BRASIL, 2018) o segmento de Turismo de Saúde está incluso na estratégia de monitoramento e ordenamento do setor.

Tal segmento se configura como próspero, de acordo com Antunes (2009, p. 1281) não só em Portugal como também no mundo, se constitui uma prática “com maior capacidade para rentabilizar os recursos locais e dinamizar um conjunto de outras actividades que lhe são conexas”. De acordo com Gonçalves e Guerra (2019) a internacionalização do Turismo de Saúde reflete os novos valores dados ao cuidado do corpo e da mente. Como reflexo uma nova dinamização é dada aos destinos turísticos de saúde, não mais dependentes de sazonalidades e/ou distancias.

O Turismo de Saúde não está relacionado somente com o estado físico da pessoa, mas também com o espiritual. Nos dias atuais a espiritualidade está se tornando cada vez mais forte, pois segundo Marques (2003) é algo que pode ajudar nos momentos difíceis, ver a vida de um ponto de vista mais positivo. De acordo Costa (2010, p.41) para o bem-estar é preciso haver um equilíbrio entre “saúde física, emocional, espiritual, intelectual e social”, algumas atividades já tentam desenvolver esse feito como a meditação, *yoga*, retiros espirituais em à busca desse equilíbrio.

3 | O PROJETO LAZER, PATRIMÔNIO E CULTURA NA CASA RONALD MCDONALD BELÉM

O projeto de extensão “Lazer, Patrimônio e Cultura como Coadjuvantes no Tratamento de Crianças e Adolescente em Tratamento Oncológico”, dinamizado pela Faculdade de Turismo (FACTUR), da Universidade Federal do Pará (UFPA), atua aliando o lazer ao Turismo de Saúde, com a concepção de que aquele é essencial para todos, especialmente aos portadoras de enfermidades, tornando-se ferramenta de minimização do desconforto do tratamento. Teve seu início em 2018 a partir de uma proposta de discentes da FACTUR. Transformado em projeto de extensão, foi submetido a um dos editais da Pró-reitora de Extensão (PROEX) da UFPA, tendo sido contemplado pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX) 2018.

Vem agregando alunos da graduação, pós-graduação e parceiros de outras faculdades perfazendo uma totalidade de 1 bolsista, 19 voluntários e um docente coordenador. Ainda em operacionalização o projeto entre outros fatores busca incentivar a prática do lazer e recreação através do turismo cultural para jovens e crianças que estão em tratamento oncológico em Belém, abrigados na Casa Ronald McDonald, expondo a importância da preservação e conservação da memória e identidade social para o uso do lazer. Vem contribuindo para recuperação dos hóspedes da casa e possibilitar o lazer criativo, gratificante e inovador que promovam a valorização e a inserção dos que estão em fragilidade física e emocional por meio de atividades culturais e visitas técnicas ao patrimônio de Belém, pautadas na ludicidade, integrando jovens de realidades diferentes e academia e comunidade através do lazer e do turismo (CALDAS et al, 2019).

O projeto é operacionalizado congregando ações de pesquisa, ensino e extensão, abordando temáticas variadas a partir de palestras, grupos de estudo, oficinas, minicursos, atividades lúdicas e visitas técnicas ao patrimônio de Belém, que favoreçam democratização e o sentimento de pertença ao bem construído pela sociedade. A proposta foi efetivada através de uma abordagem interdisciplinar associando técnicas de lazer e recreação, contribuindo assim, para uma melhor apreensão dos conhecimentos, através de uma práxis prazerosa, humanística e cidadã. Permitindo assim a troca de experiências e conhecimentos entre os estudantes que integram o Projeto e os jovens da Casa Ronald e seus acompanhantes, que muitas vezes se encontram em situação de invisibilidade social e de fragilidades produzidas pelo tratamento.

Parte das ações do projeto são realizados na Casa Ronald Belém com ênfase na brinquedoteca. Sabe-se a importância do brincar para uma criança, e é muito importante poder proporcionar momentos de “faz-de-contas”, que a imaginação aflora, que as conexões se estabelecem. Neste espaço tudo é possível, inclusive

o esquecimento das dificuldades do tratamento, lócus onde também é essencial o compartilhar, o brincar com outras pessoas (Figura 2).



Figura 2- Atividades com Pega-varetas

Fonte: Vinícius Caldas, 2018.

Na brinquedoteca há uma estante de livros infantis, então como muitos ainda não sabem ler, um ponto a ser ressaltado é a possibilidade de proporcionar esse contato das crianças com o livro. Atividades de pinturas e desenhos também estimulam à imaginação dos pequenos, como no espaço também tem televisão e videogame é possível levar filmes e jogar com as crianças e os adolescentes.

No ano de 2018 foram realizadas dinâmicas motivacionais relativas aos patrimônios da cidade que posteriormente foram visitados. (Figuras 3 e 4). Foram dinamizados jogos como dominó, jogo da memória e bingo adaptados com fotos de patrimônios da cidade para que envolvesse pais e filhos durante essas dinâmicas.



Figura 3- Palestra sobre São José Liberto

Fonte: Arquivo do projeto, 2018



Figura 4- Dinâmica do Dominó

Fonte: Vinícius Caldas, 2018.

Para coesão das atividades, o grupo que integra o projeto se reuniu mensalmente para estudar e debater textos e experiências relativas a temática do projeto. Nos encontros na UFPA, foram expostas as impressões da equipe, avaliando-se as atividades desenvolvidas, expectativas e dificuldades.

As visitas técnicas monitoradas realizadas vem atender o interesse dos jovens. Foram visitados o Teatro da Paz; Estádio Olímpico do Pará Edgar Proença (Mangueirão); São José Liberto; Basílica Nossa Senhora de Nazaré; Ita Center Park; Museu do Círio e Solar Barão de Guajará. Tais atividades normalmente eram um momento de integração entre pais e filhos e entre o público-alvo e os integrantes do projeto, pois todos se aproximam nesse momento de socialização e descontração. As visitas técnicas possibilitaram momentos de relaxamento e conhecimento do patrimônio de uma cidade da qual os pacientes fazem parte temporariamente.

No período de 5 meses foram aplicados 40 formulários com questionamentos básicos para os hóspedes da Casa, com o principal intuito de conhecer qual é o perfil desse público. A partir desses dados foi possível desenvolver as dinâmicas dentro do projeto e pode subsidiar ou estimular reflexões e trabalhos acadêmicos relacionadas à essa temática. Os dados coletados evidenciaram que realmente o contato deste público-alvo com outros jovens (alunos e parceiros) possibilita uma interação efetiva no que diz respeito à busca de informações sobre realidades distintas as das suas.

Com uma capacidade para abrigar 30 jovens – de 0 a 18 anos - e seus responsáveis ,no ano de 2018, o público acolhido na Casa Ronald foi composto por jovens do sexo masculino (60%), com o predomínio de pré-adolescentes na faixa etária dos 11 a 15 anos (37,5%) e de crianças de 6 a 10 anos (25%). Muitos deixam de frequentar a escola com regularidade para o tratamento, abrangendo pessoas de vários municípios do estado e até mesmo do Amapá. Isso evidencia a relevância do HOIOL, neste tipo de tratamento, e ainda a precariedade do tratamento oncológico em uma região como a Amazônia, onde muitos municípios e estados, mesmo sendo maiores do que países europeus, mantêm o tratamento centralizado em poucas capitais, e muitas vezes de maneira precária.

Como há uma certa rotatividade dos pacientes, muitos retornam as suas residências temporariamente e voltam para continuidade do tratamento, outros pelo próprio tratamento não se sentem dispostos a participar de certas atividades oferecidas. Dentre as visitas já realizadas, a mais marcante para os entrevistados foi ao Estádio Olímpico Edgar Proença, conhecido como Mangueirão. Tal predileção reflete o fato de a maioria do público-alvo ser do sexo masculino e gostar de futebol, além de nunca terem visitado um estádio.

O estado do Pará de acordo com os preceitos da gestão pública é dividido em 6 polos turísticos, trabalhado em conjunto com municípios que tem realidades parecidas. Como cada polo é de um extremo do estado é difícil encontrar em um

espaço pequeno pessoas dos mais diversos municípios. Esse encontro acontece na Casa Ronald Belém, tem representantes de todos os polos turísticos do estado, menos do Polo Belém, pois estes residem na cidade onde fazem seu tratamento.

Essa realidade de outros municípios e de outros estados como o do Amapá e a necessidade de permanecer em uma casa de acolhimento também mostra que são famílias mais humildes. Dos 40 entrevistados foram citados 27 municípios do estado do Pará quando questionados por seu local de origem (Gráfico 1).

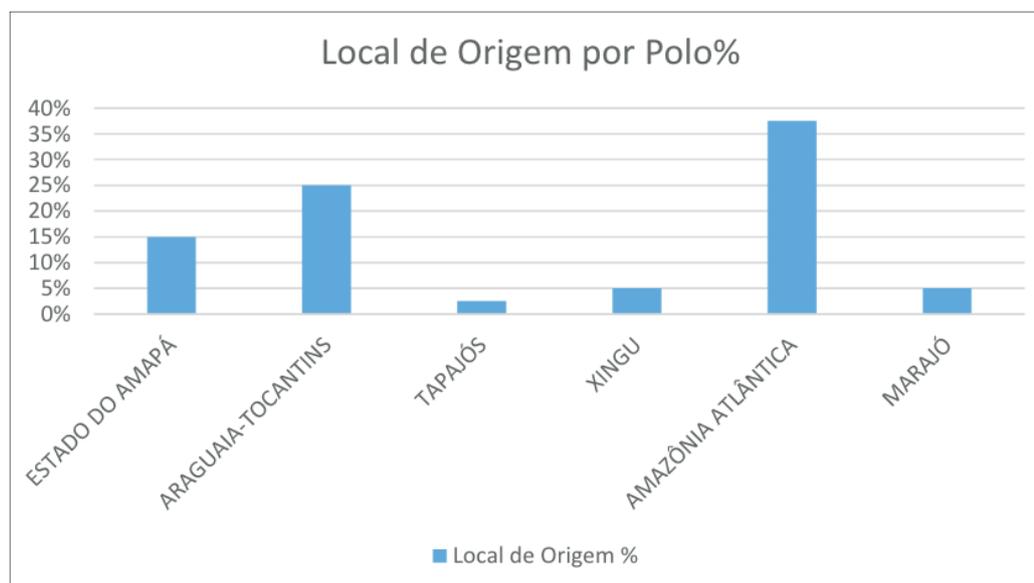


Gráfico 1- Local de Origem dos Entrevistados.

*O estado do Amapá não integra os polos do estado do Pará.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Há presença maior do polo Amazônia Atlântica pode ser pelo fato do mesmo agrupar 49 municípios (PARÁ, 2016), e nenhum tem um hospital referência em oncologia infanto-juvenil. Esse dado evidencia a importância de se observar esse polo e diagnosticar o que está faltando para essas pessoas terem que se deslocar para realizar seu tratamento.

O fator financeiro pode ser perceptível também, pois 82,5% nunca tinham vindo à Belém antes do tratamento. Esse dado mostra também a realidade da presença do Turismo de Saúde na cidade, já que a maioria dos entrevistados possivelmente não estaria ou conheceria Belém se não fosse o fator do tratamento de saúde. Isso demonstra a importância de ter um hospital que seja referência nesse tipo de tratamento para qualquer cidade que queira se estabelecer como receptora de turista de saúde e também mostra a realidade da fragilidade do tratamento oncológico nos municípios do estado Pará,

O projeto apresenta a cidade para este público para que ao retornar ao seu cotidiano conheça um pouco de Belém, e para que as dificuldades do tratamento

sejam amenizadas. No entanto, muitos dos patrimônios e atrativos turísticos da cidade não se inserem estruturalmente numa perspectiva da acessibilidade, por exemplo, para um público cadeirante. As visitas permitem deixar a rotina hospitalar em segundo plano e fazer com que os jovens se sintam como turistas conhecendo uma cidade nova e fazendo vários registros. A união do lazer ao Turismo de Saúde beneficia muitas pessoas, pois o lazer é essencial no cotidiano de todos.

4 | CONCLUSÃO

O lazer e o turismo podem promover benefícios através de atividades simples como cantar, assistir filmes, escutar música, dançar, ler, passeios e por meio de viagens. Os profissionais da saúde e do turismo devem se dar conta do quão relevante pode ser o diálogo entre essas duas áreas aparentemente distantes, mas que juntas podem sim fazer uma diferença total no resultado do tratamento dos pacientes. O projeto de extensão “Lazer, Patrimônio e Cultura como Coadjuvantes no Tratamento de Crianças com Câncer” estabelece este diálogo, associando o lazer, o turismo e a cultura em prol da saúde, como alternativa complementar ao tratamento oncológico, além de contribuir na formação acadêmica e cidadã dos docentes de turismo da Universidade Federal do Pará.

Constatou-se a relevância teórico-prática do Projeto para a formação e a capacitação dos discentes bem como suas contribuições sociais. Vem se consolidando, ainda, como ferramenta eficaz e eficiente para a melhoria da qualidade de vida para as crianças e adolescentes atendidos pela Casa Ronald. Neste contexto o Turismo de Saúde precisa ter mais visibilidade e ser mais discutido nos eventos e nos meios no quais o turismo esteja envolvido. É necessário dar visibilidade e acessibilidade às pessoas que estão na cidade de Belém em busca de tratamento de saúde, e com isso, contribuir para a valorização e democratização do direito de conhecer e fazer parte da história patrimonial da cidade. Estes jovens, fortalecidos, podem se constituir em um vetor de multiplicação de informação junto a suas famílias e disseminador da importância de se conhecer, valorizar e conservar a memória e o patrimônio de nossas cidades.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. O turismo de saúde e bem-estar como factor de desenvolvimento: estudo da região Dão Lafões (NUTS III). In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1, Cabo Verde, 2009. **Anais...** Disponível em: <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2013/46A.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2019.

BACAL, S. **Lazer e o universo dos possíveis**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003. 144 p. (Série Turismo).

- BAHIA, M.C. **O Lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 300f. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: [s.n], 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em 12 mai. 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Brasília-DF: [s.n], 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- CALDAS, V. S et al. O Lazer e o Turismo de Saúde: A Experiência na Casa Ronald McDonald - Belém/PA. In: Fórum ABRATUR 2019, 2019, Joinville- SC. **Anais....** Joinville, 2019. p. 74-77.
- COSTA, Pedro Luís dos Santos Baião da. **Concepção e desenvolvimento de um novo produto: eventos Zen**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Turismo, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, 2010. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2391/1/2010.04.06_.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- DUMAZEDIER, J. A situação ainda não está clara. In: _____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 19-50.
- FERNANDES, João Viegas; FERNANDES, Filomena Maurício Viegas. **Turismo de saúde e bem-estar no mundo: ética, excelência, segurança e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- FRATUCCI, A. C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. 306 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_arquivos/26/TDE-2009-05-28T131249Z-2005/Publico/Aginaldo Fractuuci-Tese.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2018.
- GODOI, A. F de. **O turismo de saúde: uma visão da hospitalidade médica mundial**. São Paulo: Ícone, 2009. v. 17 n. 2. p. 453-472. Abril-Junio 2019. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/17219/PS219_13.pdf, Acesso em: 07 jul. 2019.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer** - RBEL, v. 1, p. 3-20, 2014.
- GONCALVES, E. D.; GUERRA, R. J. C. O turismo de saúde e bemestar como fator de desenvolvimento local: uma análise à oferta termal portuguesa. In: PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. v 17, n 2. p. 453-472. Abril-Junio 2019. Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/17219/PS219_13.pdf, Acesso em: 30. Ago.2019.
- MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, H. F.; LINHARES, M. A (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.65-92.
- MARQUES, Luciana Fernandes. A saúde e o Bem-estar espiritual em adultos Porto-Alegrenses. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 23, n. 2, p.56-65, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v23n2/v23n2a09.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- PARÁ. Secretária de Turismo. **O ordenamento turístico do estado do Pará**, 2016. Disponível em: <<http://www.setur.pa.gov.br/o-ordenamento-tur%C3%ADstico-do-estado-do-par%C3%A1>>. Acesso em 14 mai. 2019
- PINTO, G. B.; GOMES, C. L. A vivência do lazer em hospitais: contribuição para a atuação do profissional do lazer. **Licere** (Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Online), v. 19, p. 51-84, 2016.
- SILVA, A. L. G da; BARREIRA, C. A. **Turismo de saúde**. São Paulo: Editora Senac, 1994

PLANEJAMENTO MUNICIPAL E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARCARENA (PA)

Data de aceite: 19/11/2019

Evelyn Cristina Castro Barros
Faculdade de Turismo (FACTUR/UFPA)
Belém - Pará

Vânia Lúcia Quadros Nascimento
Faculdade de Turismo (FACTUR/UFPA)
Belém - Pará

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o planejamento turístico municipal. Objetiva analisar o planejamento do turismo no município de Barcarena, no estado do Pará. Utiliza como referencial teórico os postulados de Dias (2003) sobre o planejamento do turismo em nível local. As evidências empíricas estão alicerçadas em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, esta última com realização de entrevistas semiestruturadas com o setor público e com representante do setor empresarial. Os resultados encontrados apontam que as ações de planejamento se mostram contínuas com o intuito de fomentar o turismo em Barcarena; que há interesse da gestão municipal em evoluir a categoria do município no Mapa do Turismo Brasileiro; e que ainda há dificuldades no que se refere aos investimentos de empreendimentos particulares e quanto ao processo de elaboração e formulação de roteiros turísticos. Conclui-se

que o planejamento turístico em Barcarena tem sido realizado de modo participativo, porém não na sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Municipal. Turismo. Barcarena (PA).

PLANNING MUNICIPAL AND TOURISM: THE EXPERIENCE OF MUNICIPALITY OF BARCARENA (PA)

ABSTRACT: This article presents the results of a research about the municipal tourism planning. The objective of this study is to analyze the tourism planning in the city of Barcarena, in the state of Pará. I used as theoretical reference the postulates of Dias (2003) on tourism planning at a local level. The empirical evidences are based on bibliographic, documentary and field research. I did the latter one performing semi-structured interviews with the public sector and with representatives of the business sector. The results pointed that the planning actions are done continuously with the intention of promoting the tourism in Barcarena; they also suggest that there is interest of the municipal management in evolving the category of the city on the Map of the Brazilian Tourism; and that there are still difficulties regarding the investments of private enterprises and regarding the process of elaboration and formulation of tourist routes. I concluded that the tourist planning in Barcarena

has been done in a participative way, but not in its entirety.

KEYWORDS: Municipal Planning. Tourism. Barcarena (PA).

1 | INTRODUÇÃO

O planejamento turístico municipal possui importante função na organização da atividade do turismo. Isto porque é por meio dele que a localidade terá condições de verificar, analisar e investir em setores importantes, como a infraestrutura de apoio ao turismo, os serviços e os equipamentos turísticos existentes. De modo que a gestão responsável pela atividade atue de maneira planejada a produzir consequências positivas, como a geração de emprego e, para além disto, a valorização cultural, social e ambiental do município.

O município de Barcarena está localizado na região metropolitana de Belém, no estado do Pará, e faz parte da região turística denominada Polo Araguaia-Tocantins (Figuras 1 e 2). De acordo com Barcarena (2011), apresenta cinco distritos: Sede, Murucupi, Vila do Conde, Estradas e Ilhas.



Figura1. Município de Barcarena no Pará

Fonte: Maps (2018).



Figura 2. Localização de Barcarena em relação à Belém

Fonte: Maps (2018).

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (BRASIL, 2017d) classifica a maioria dos municípios brasileiros nas categorias D e E. Para o desenvolvimento da atividade turística, isso é preocupante, pois, de acordo com a Portaria N° 39, de 10 de março de 2017 (BRASIL, 2017e), as ações desse Programa ficam destinadas aos municípios categorizados de A a C. Assim, o estudo ora relatado versou sobre o município de Barcarena classificado na categoria C, partindo do questionamento: Como o planejamento do turismo tem sido realizado no município de Barcarena?

Objetivou-se analisar de que maneira o planejamento do turismo tem sido realizado no município de Barcarena, estado do Pará. Para tanto, foram efetivadas

pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Esta última com a realização de entrevistas semiestruturadas com a Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, e o atual Prefeito de Barcarena. Foram entrevistados, ainda, o Vice-prefeito do município, o presidente da Associação de Empresas de Barcarena (ASSEB) e o Secretário de Planejamento e Articulação Institucional do município.

A pesquisa ora relatada contribuirá para a sociedade, em especial a comunidade local, visto que busca compreender as características, fatores e motivações para que o turismo possa ser desenvolvido no município de Barcarena, tendo como possível consequência, mais circulação de visitantes no local. Possibilitará, igualmente, a atuação na atividade turística para os alunos e/ou profissionais dos cursos de turismo do estado do Pará, capacitados para serem planejadores da atividade turística, com foco no ecoturismo.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão, o planejamento e as políticas públicas tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores na tentativa de compreender o funcionamento da atividade turística. Assim como, também, a existência ou não desses três eixos para o fomento do turismo nos municípios brasileiros. Alguns destes estudos estão listados no Quadro 1.

Autor(es)/ano	Objeto estudado	Abrangência
Ruschmann (1990)	A importância do planejamento para o desenvolvimento dos destinos turísticos.	Nacional
Endres (2002)	O reflexo do planejamento do turismo como instrumento de condução política centralizada.	Região Nordeste
Dias (2003)	Planejamento turístico como oportunidade de trabalho multidisciplinar e instrumento de ação governamental	Nacional
Endres (2003)	Redes Políticas como novo instrumento de condução política do Estado.	Nacional
Anjos, Anjos, Barros e Zanchi (2005)	Plano sustentável de desenvolvimento para o sistema turístico numa perspectiva sistêmica.	Nacional
Beni (2006)	Falhas e soluções nos programas e projetos para organizar a política e a gestão administrativa do turismo.	Nacional
Faveró (2006)	O papel do governo no planejamento do turismo e a multidisciplinariedade da atividade para um desenvolvimento sustentável.	Nacional
Autor(es)/ano	Objeto estudado	Abrangência
Loch, Santiago e Walkowski (2008)	Plano Diretor como estratégia de organização espacial e planejamento turístico.	Florianópolis (SC)
Xavier e Maia (2009)	As ações propostas no planejamento estratégico municipal e as relacionadas ao planejamento turístico.	Joinville (SC)
Maia e Baptista (2011)	Conceitos de rotas turísticas e formas de planejamento para apresentação de produto turístico-cultural.	Aveiro

Nascimento (2012)	Avaliação do Plano Nacional de Turismo (2003-2007) realizada pelo Ministério do Turismo.	Nacional
Domareski-Ruiz e Gândara (2013)	O planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos, com enfoque para a estrutura urbana e serviços, tomando como parâmetro o modelo de Poder.	Nacional
Grimm, Sampaio, Greuel e Cerveira Filho (2013)	As políticas públicas de turismo de Santa Catarina enfocando a análise das políticas desenvolvidas no âmbito municipal.	Pomedore (SC)
Nascimento (2017)	Fatores e atores que influenciaram o processo de formulação da política de turismo.	Tracuateua (PA)

Quadro 1 - Estudos sobre gestão, planejamento e políticas públicas

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das obras analisadas.

Convém ressaltar que, ao explicitar o papel dos diferentes órgãos gestores públicos na atividade turística, Dias (2003, p. 27) afirma que

O fluxo turístico de uma localidade, por sua vez, não depende, necessariamente, de ações de nenhum órgão nacional; através de medidas locais, um governo municipal pode ser capaz de atrair investimentos e, com uma promoção eficiente, tornar o município um centro de atração turística que poderá rivalizar com outros centros do restante do mundo. O governo nacional, através de incentivos e programas regionais, poderá contribuir para a sua expansão e consolidação, mas a definição dos rumos do desenvolvimento deve ser decidida pela comunidade local, através de amplo processo de participação que envolve a decisão de escolha dos diferentes caminhos que podem ser seguidos.

Em suma, o planejamento turístico de um município necessita emergir de um processo participativo envolvendo a gestão pública, setor empresarial e a comunidade.

Todavia, há que se destacar que o Ministério do Turismo (MTUR) criou o Mapa do Turismo Brasileiro com o objetivo de desenvolver a atividade turística, de modo a “identificar os municípios com real vocação turística ou aqueles impactados pelo setor” (BRASIL, 2017c, p. 5). Com vistas a identificar as condições e possibilidades do turismo em cada localidade, foram estabelecidas categorias definidas como A, B, C, D e E. Essa categorização “[...] é um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro” (BRASIL, 2017d, s. p.). Então, os municípios brasileiros foram enquadrados em uma delas.

Esse enquadramento foi feito, segundo Brasil (2015, s. p.), “A partir de quatro variáveis de desempenho econômico: número de empregos, de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais”. Portanto, Barcarena está na categoria C, que, de acordo com Brasil (2017d), o habilita a receber ações do MTUR que vão desde o apoio a projetos de infraestrutura turística e de gestão até as de fomento à iniciativa privada. O que

denota a necessidade de analisar de que maneira tem sido realizado o planejamento da atividade turística em Barcarena.

Ressalta-se que a ação governamental federal com foco nos municípios não é algo recente. Endres (2003) narra que, na década de 1990, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que evoluiu ao longo dos anos para que o fomento ao turismo também progredisse. Assim sendo, em 2004, foi criado o PRT, que extrapolou as fronteiras dos municípios (BRASIL, 2004). Passou-se, então, a trabalhar as regiões turísticas.

De acordo com Brasil (2017c, p. 8), o PRT “é uma política pública estratégica para a execução da Política Nacional de Turismo”. A regionalização visa beneficiar diferentes municípios, incluindo os que não apresentam todas as condições e características necessárias, por si só, para se consolidarem como destinos turísticos. Isto, pois, a intenção é que um município complemente o outro. Ao se estudar o planejamento do turismo em Barcarena foi possível averiguar se isso tem sido considerado.

3 | METODOLOGIA

Com o intuito de analisar o planejamento do turismo no município de Barcarena, no estado do Pará, foram realizadas, consoante a Severino (2007), pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica possibilitou a construção do arcabouço teórico sobre Gestão, Planejamento e Política pública de turismo. A pesquisa documental teve como objeto de análise o Inventário Turístico Municipal, datado de 2011; e o Plano Plurianual do município, com vigência de 2018 a 2021.

O horizonte temporal da pesquisa estendeu-se desde o ano de 2017 até outubro de 2018. Para a pesquisa de campo, consoante a Minayo, Deslandes e Gomes (2012) e Cervo, Bervian e da Silva (2007), tornou-se como instrumento de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas. Estas foram realizadas com o Prefeito de Barcarena; o Vice-prefeito de Barcarena; a Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; o Secretário de Planejamento e Articulação Institucional do município de Barcarena; e o presidente da Associação de Empresas de Barcarena (ASSEB). Esses atores foram selecionados em função de sua representatividade no contexto do objetivo da pesquisa.

4 | DA BARCA NA ARENA À BARCARENA

A denominação de Barcarena surgiu a partir da embarcação chamada Arena,

que ancorou na localidade e que foi nominada pela população de Barca (BRASIL, 2017b). Diante deste fato, e com o passar dos tempos, a história da Barca Arena deu lugar a denominação do município, após a união das palavras, passando a ser chamado de Barcarena, o que permanece até os dias atuais.

As principais atividades econômicas são, de acordo com Barcarena (2011, p. 2), a “Indústria, comércio, extrativismo, agricultura, turismo e produção Artesanal”. Tem-se, portanto, que a atividade turística integra a base econômica local. Os atrativos de Barcarena apresentam-se, de acordo com o Inventário Turístico Municipal (BARCARENA, 2011), em dois grandes grupos, os naturais e os culturais. Os quais estão elencados no Quadro 2.

Atrativos turísticos naturais	
Baías	Marajó; Carnapijó
Ilhas	Arapari; Onças; Trambioca
Praias	Vila de Conde; Caripí; Itupanema; Cuipiranga; Sirituba; do Sol - antiga praia do Maruim; e do Guajarino
Unidades de conservação	Área de Proteção Ambiental do Horto Botânico; RPPN do Samaúma Park Hotel; Trilha Ecológica de São Bento (comunidade Nova Vida); Trilha Ecológica da Terfron (vila de Itupanema)
Balneários naturais	Chácara no Limite; Belo Horizonte; Cai N'Água; Lar de Mãe (Aicaraú); Igarabar; Guajaraúna; e Chacará Vitória
Atrativos culturais	
Engenhos	Conceição; Madre de Deus; São José (Engenho D'Água); Farol ou Engenho do Carnapijó; Boa Vista; Engenho Velho; São Bento; São Mateus; e Arapari
Obras de arquitetura civil	Ruínas do Casarão do Cafezal; e a Casa da Árvore (integra o Samaúma Park Hotel)
Patrimônios históricos religiosos	Monumento de Nossa Senhora do Tempo; Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (na sede de Barcarena); Igreja Matriz de São João Batista (em Vila do Conde); Igreja de São Francisco Xavier; e a Igreja de Nossa Senhora das Dores

Quadro 2 - Atrativos turísticos de Barcarena

Fonte: Elaborado a partir de Barcarena (2011).

Ao se considerar tais atrativos, Barcarena necessita de planejamento turístico bem formulado e constantemente monitorado e atualizado. O que é percebido na fala da Secretária de Indústria, Comércio e Turismo (SEICOMTUR), ao discorrer sobre a importância do inventário e sobre as condições para a inclusão do município no Mapa do Turismo Brasileiro, transcrita abaixo:

Esse foi um trabalho que nós iniciamos desde o ano passado e nós fomos identificar os empreendimentos, eram muito pouco os que estavam no CADASTUR. E para a gente mudar de categoria, um dos entraves era não ter esses empreendimentos no CADASTUR. Então nós fomos montamos um plano de ação para poder orientar esses empreendimentos, porque é autodeclarativo. Aí nos propusemos, os técnicos orientaram, para poder ter a confiabilidade deles, a credibilidade dos empreendimentos, aí foi que nós mudamos de categoria, passou para C. Nós

estamos identificando os empreendimentos de maior relevância que não estavam ainda formalizados e nós estamos orientando a se formalizar e vai cada vez mais orientar esse setor para que se formalize e faça parte do CADASTUR. [...] para passarmos para o B, teríamos que ter um centro de convenções, aí isso eu já estou costurando de que maneira a gente pode construir, pois nós temos espaço e o município precisa devido aos grandes encontros desse circuito muito grande de negócios, nós precisamos ter um centro de convenções mesmo para poder fazer aqui [...]. (Entrevista concedida em 02 de outubro de 2018).

Registra-se, ainda, conforme Barcarena (2018), que a SEICOMTUR está realizando o levantamento de diversas informações sobre o município para continuar as etapas do inventário turístico e melhorar as possibilidades de consecução de recursos financeiros para o fomento da atividade turística.

Quanto aos aspectos institucionais, além do órgão gestor da atividade turística, a SEICOMTUR, há ainda, de acordo com Barcarena (2011), o Conselho Municipal de Turismo e Lazer, instância de governança municipal criada pela Lei nº 1967 de 27/11/2002. E, também, criado pela Lei nº 1968 também no dia 27/11/2002 (BARCARENA, 2002), o Fundo Municipal de Turismo e Lazer.

Em relação ao Plano Plurianual (PPA) do município, o Prefeito de Barcarena Antônio Carlos Vilaça relata que este foi formulado

Em resposta ao que dispõe a Constituição Federal em seu Art. 165, a Constituição deste Estado em seu Art. 204 e a Lei Orgânica deste Município em seu Art. 23, o Poder Executivo Municipal de Barcarena deverá encaminhar, até o trigésimo dia do mês de Agosto deste exercício, o Planejamento estratégico de médio prazo desta Gestão para os próximos quatro anos, a partir de 2018. (BARCARENA, 2018, s.p.).

E sua formulação foi pensada “[...] em prol do desenvolvimento sustentável do Município de Barcarena.” (BARCARENA, 2018, s. p.). O período de vigência do PPA é de 2018 a 2021.

Nesse contexto, o planejamento turístico municipal é necessário para o processo de desenvolvimento da atividade turística. Isto, tendo em vista, ser um dos grandes fatores que promovem ou dificultam o turismo nas regiões que apresentam o potencial para tal atividade ou que de algum modo foram impactadas por questões ambientais. Ressalta-se que este planejamento deve estar em consonância com o PPA do município.

5 | PLANEJAMENTO DO TURISMO EM BARCARENA: DO REAL AO IDEAL

O planejamento do turismo tem sido realizado via ações como oficinas e cursos, que estão preconizados no Plano Plurianual. Contudo, a comunidade que está diretamente relacionada a atividade turística (setor de serviços), não identifica o turismo como possibilidade para o desenvolvimento local. Isto, pois, considera

apenas a questão financeira e não o retorno em termos sociais e culturais que a atividade pode gerar.

Isso contraria o disposto por Dias (2003) sobre a participação dos atores no planejamento e gestão da atividade turística. Constata-se, então, a importância de se capacitar a comunidade e os empresários locais para o turismo. Uma vez que a Secretária de Turismo e o Prefeito Municipal já concebem o turismo como gerador de possibilidades.

Cita-se como exemplos dessas possibilidades os investimentos, fruto de parceria entre a Secretaria de Turismo e a de Desenvolvimento Urbano, na infraestrutura de apoio ao turismo, que compreende, entre outros, estradas, abastecimento de água e setores de saúde e educacional e que beneficiam o turismo, mas, principalmente, para a comunidade local. O que pode ser observado nos relatos do Prefeito Municipal e do Secretário de Planejamento respectivamente transcritos a seguir

Na infraestrutura, nós estamos investindo nela muito forte. Estamos investindo em estrada; em água, no sistema de água nós temos investido muito nele [...] E estamos trabalhando a estrutura da saúde e da educação principalmente [...]. (Informação verbal).

Então as nossas prerrogativas foram essas. Por exemplo, a situação calamitosa que estava o Caripi que a gente precisou recuperar; a situação do acesso as praias precisaram ser recuperadas; sinalização turística também não existia. Isso foi colocado como prerrogativa e agora o Prefeito está finalizando a parte de um planejamento maior que é para fazer a orla de Barcarena Sede. Nós estamos fazendo a orla do Cuipiranga. E, nesse interim, vamos começar a orla de Barcarena. Fazer a contenção, fazer uma desapropriação daquelas construções a beira mar em Barcarena; destruir e reconstruir espaços que são da prefeitura que era coberta, fazer nova locação e criar um amplo espaço de circulação, lazer e desenvolvimento para cidade. Porque Barcarena tem uma janela fantástica para o rio, que a população hoje não aproveita de forma nenhuma. (Informação verbal).

Como afirmado antes, a gestão do turismo em Barcarena é de responsabilidade da SEICOMTUR, que possui três turismólogos em sua equipe. Todavia, o planejamento municipal é coordenado pela Secretaria de Planejamento e Articulação Institucional. Ela executa um modelo de governança que prevê, a cada 30 dias, a realização de reuniões ordinárias. Nestas há o envolvimento de todas as demais secretarias.

A Secretaria de Planejamento e Articulação monitora o que já foi e o que ainda falta ser realizado no município. Isto seguindo “[...] a lei orçamentária anual e a aplicabilidade dela e a replicância do que está no PPA” (Informação verbal do Secretário de Planejamento e Articulação), um trabalho que envolve ações descentralizadas. O que está consoante aos argumentos de Dias (2003) quanto a necessidade de articulação entre os diferentes setores da gestão pública municipal e o turismo.

Confirma, ainda, os argumentos de Endres (2002) sobre o PNMT, que fomentava o compartilhamento de responsabilidades entre a gestão municipal, o setor privado e a comunidade quanto ao desenvolvimento do turismo. Ressalta-se que as políticas públicas de turismo de Barcarena estão descritas no Plano Plurianual e são desenvolvidas com parceria público-privado.

Convém registrar que Barcarena segue os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), coletânea de 17 objetivos e 169 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Isto, pois, o Secretário de Planejamento afirmou que o PPA foi formulado seguindo as diretrizes da ODS, notadamente quanto aos “Cidade Sustentável, qualidade de vida, diminuição da desigualdade social”, resultando na participação de Barcarena na rede de governança da ODS em nível nacional. É através desta rede que a Secretaria de Turismo consegue parcerias, por exemplo, com instituições financeiras.

Isso corrobora o pensar de Anjos, Anjos, Barros e Zanchi (2005), para quem o planejamento necessita de três fatores, dentro do sistema definido por eles como aberto, quais sejam o âmbito social, o cultural e o ambiental. O que para Endres (2003) deveria ser considerado como sistema fechado, mas não na sua totalidade e sim nos seus limites de atuação. Dentre eles, se enquadra o turismo, dada a necessidade de agregar órgãos além dos que voltados exclusivamente para o turismo, tornando as ações desenvolvidas para o cumprimento do PPA parte do sistema fechado ao agregar diferentes secretarias.

O processo de planejamento foi realizado, em um primeiro momento, por meio de audiências públicas, sendo a comunidade consultada para a formulação do PPA, o que se enquadra, segundo Faveró (2006), como processo de planejamento participativo. Tal autora defende o turismo enquanto sistema aberto, destacando que todos os envolvidos (governo, setor privado e sociedade civil) devem participar do processo do planejamento. Constata-se, então, o estabelecimento dessa interrelação entre as demais Secretarias Municipais e a de Turismo, que sofrem influências de órgãos de maior amplitude, tais como a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e o Ministério do Turismo.

A Secretária de Turismo relata que a participação da sociedade ocorreu por meio de plenárias em que cada “[...] pessoa tinha a oportunidade de dizer o que queria especificamente para o turismo” (Informação verbal). Afirma, ainda, que a SEICOMTUR tem parcerias com as lideranças comunitárias. Isto, pois, “[...] a gente entende que a comunidade conhece bem a realidade” (Informação verbal), possibilitando um planejamento mais adequado a realidade da comunidade.

Há, também, parceria entre a SEICOMTUR e a SETUR, visando a realização de convênio com o MTUR para a formulação do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS) de Barcarena. A SEICOMTUR está fazendo o inventário turístico

de Barcarena, com previsão de conclusão em 2019, pois somente após obter todas as informações necessárias é que o planejamento turístico poderá ser formulado. O objetivo da Secretaria é que em 2019 o PDITS já esteja formulado. Todavia, ações pontuais continuam sendo feitas, como por exemplo a orientação para o Cadastro de Turismo (CADASTUR); a formalização dos empreendimentos e atividades de capacitação dos serviços voltados para o turismo, como o de garçom.

Ressalta-se que no Plano Plurianual, há 4 programas pelos quais a SEICOMTUR está responsável: Desenvolvimento Sustentável do Seguimento do Comércio; Desenvolvimento do Empreendedorismo Municipal; Desenvolvimento Sustentável do Seguimento da Indústria; e Turismo Sustentável. Contudo, apenas este último está voltado especificamente ao turismo, tendo como objetivo o fomento de ações e projetos para promover o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

O planejamento do turismo está diretamente relacionado com a categorização dos municípios pelo MTUR. Assim, a SEICOMTUR vem, desde 2017, atuando para a inclusão dos empreendimentos turísticos locais no CADASTUR, critério para a mudança para a categoria B. Outro é, segundo a Secretária de Turismo de Barcarena, a necessidade de um Centro de Convenções, o que está em discussão junto ao Prefeito, já que há espaço disponível para a construção no município.

De acordo com o Secretário de Planejamento e Articulação Institucional, é possível verificar o quanto o município possivelmente irá investir em determinado setor, a partir do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Os quais precisam ser, consonante a Xavier e Maia (2009), ser formulados enquanto ferramentas para ações estratégicas. Todavia, na LOA de Barcarena para 2018 não havia nada definido para o turismo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que os atores têm conhecimento da importância do turismo para o município que precisa ser desenvolvido com foco na sustentabilidade, seguindo os preceitos da ODS. Para isso, é necessário fazer uso do planejamento. O que é tão importante para que os planos, programas, projetos sejam realizados e tenham resultados positivos.

A gestão pública, setor empresarial e a comunidade apresentam-se atuantes no processo decisório do planejamento. Em especial, no processo de formulação do Plano Plurianual. Verificou-se, também, que, em relação ao planejamento turístico, as ações são descentralizadas, ou seja, realizadas a partir dos anseios municipais, constituindo uma das condições do Programa de Regionalização do Turismo.

A SEICOMTUR tem, em parcerias com as demais secretarias municipais e o

setor privado, o trabalho de informação turística desenvolvido mais amplamente. Assim como a promoção de Barcarena especialmente nos períodos de eventos, a exemplo do Festival do Abacaxi. Todos realizados e seguindo o planejamento formulado, pois o processo de monitoramento ocorre dentro da Secretaria de Planejamento de maneira contínua.

O município apresenta inúmeras potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística, com base nos atrativos naturais e culturais, possibilitando que diferentes segmentos do turismo possam ser realizados. No entanto, ainda é carente de produtos turísticos estruturados que possam ser comercializados e fomentem a atividade em Barcarena. Assim sendo, o turismo ainda é incipiente. Porém, percebe-se a tentativa de levar ao município empresas, em especial, as agências de viagens para participarem do processo de fomento do turismo. Contatou-se o estímulo a comunidade para realizar o cadastro no CADASTUR. E, ainda, o processo de educação ambiental e empreendedorismo aos moradores que de alguma forma possam estar inseridos no referido processo.

Inicialmente, imaginou-se o planejamento turístico em Barcarena como não realizado de modo participativo com a comunidade, dificultando a criação de condições que favoreçam o sentimento de pertencimento e a integração da comunidade autóctone no ambiente local antes de produzi-lo para o turista. Todavia, isso foi refutado, pois constatou-se que existe todo um trabalho sendo realizado pela gestão pública com o intuito de estimular a comunidade a atuar como empreendedores. Também, o cadastramento no CADASTUR e atuação da comunidade para obtenção de renda, sempre agindo de acordo com os princípios da sustentabilidade.

Foi confirmada a inexistência de roteiros turísticos que aproveitem o potencial do município, de modo que os atrativos sejam utilizados e passem a ser conhecidos não somente pela população local, mas também pelos turistas. Isto, pois, percebeu-se que as agências de viagem ainda não estão instaladas em Barcarena em grande proporção, mesmo com as tentativas por parte do setor público, especialmente da SEICOMTUR e da Secretaria de Planejamento.

Por fim, quanto as ações de gestão e planejamento no município serem realizadas de modo apenas a atender critérios necessários para a inclusão do município no Mapa do Turismo Brasileiro, verificou-se que isto não condiz com a realidade do município. As ações são contínuas, assim como o fortalecimento do município no que se refere a atuar como local turístico notadamente na área de infraestrutura, resultando em atividades que não estão sendo realizadas apenas para compor o referido Mapa. Mas sim para elevar o enquadramento do município da categoria C para outra mais expressiva.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. A. dos; ANJOS, S. J. G. dos; BARROS, R. B.; ZANCHI, C. Processo de Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos: princípios norteadores de uma proposta. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 2, n. 7, 2005. p. 377-386.
- BARCARENA. **Inventário da oferta turística de Barcarena**. 2011. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_barcarena2011final_2.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- BARCARENA. Prefeitura de Barcarena. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. **Seicomtur realiza nova etapa do inventário turístico**. 2018a. Disponível em: <<http://www.barcarena.pa.gov.br/portal/noticia?id=566&url=seicomtur-realiza-nova-etapa-do-inventario-turistico>>. Acesso em: 24 ago 2018.
- BARCARENA. Prefeitura de Barcarena. **Plano Plurianual 2018/2021**. 2018b. Desenvolvimento e sustentabilidade. Apresentação. Disponível em: <<http://www.barcarena.pa.gov.br/portal/hotsite/plano-plurianual-20182021>>. Acesso em: 24 ago 2018.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pará. **Barcarena**. Panorama. v.4.3.8.15.5. 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História e Fotos**. 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/historico>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Municípios são agrupados em cinco categorias**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5405-munic%C3%ADpios-tur%C3%ADsticos-brasileiros-s%C3%A3o-agrupados-em-cinco-categorias.html>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério do turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2017c. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/mturmapaturismobrasileiro2017112410APROVADO.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017
- BRASIL. Ministério do Turismo. **O que é categorização?**. 2017d. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria Nº 39, de 10 de março de 2017**. 2017e. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/portaria-n%C2%BA-39,-de-10-de-mar%C3%A7o-de-2017.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília: MTUR, 2004.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DOMARESKI-RUIZ, T. C., Gândara, J. M. G. A relação entre o planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 7, n. 2, mai/ago. 2013, p. 260-280.

ENDRES, A. V. Planejamento Estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 13, n. 1, mai. 2002, p. 66-78.

ENDRES, A. V. Redes Políticas como Novo Instrumento de Condução Política do Estado: Contextualização Frente à Complexidade Social e Possibilidades para o Planejamento Turístico. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 5, n. 3, set/dez 2003.

FAVERÓ, I. M. R. A necessária multidisciplinaridade no planejamento público do turismo. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 8, n.1, jan/abr 2006, p. 141 - 152.

GRIMM, I. J., SAMPAIO, C. A. C., GREUEL, M. C., & CERVEIRA FILHO, J. L. Políticas Públicas do turismo e sustentabilidade: a interrelação na esfera nacional, estadual e local. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 1, n. 15, 2013, p. 95-111.

LOCH, C.; SANTIAGO, A.; WALKOWSKI, M. O Plano Diretor como estratégia de organização espacial e planejamento turístico de Florianópolis/SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 2, 2008, p. 64-83.

MAIA, S. V.; BAPTISTA, M. M. R. T. **As rotas como estratégia turística**: percepção de benefícios e obstáculos na construção de rotas museológicas na região de Aveiro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

NASCIMENTO, V. Q. L. Plano Nacional do Turismo 2003-2007: afinal, o que resultou? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 6, 2012, Belém. **Anais...** Belém, 2012. v. 1, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT1-147-222-20120629201931.pdf>>. Acesso em: 05/08/2017.

NASCIMENTO, V. L. Q.. Política pública de turismo de Tracuateua (PA) a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos, **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 2, n. 10, mai/jul 2017, p. 357-375.

RUSCHMANN, D. V. de M. Planejamento e organização territorial do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 1, n. 1, 1990, p. 63-69. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63857/66613>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

RUSCHMANN, D. V. De M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

XAVIER, W. G.; MAIA, A. G. Planejamento do turismo: um estudo comparativo entre o planejamento estratégico do município de Joinville/SC e o seu planejamento turístico. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 3 n. 11, 2009, p. 375-394. Disponível em: <<http://www.univali.br/revistaturismo>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CULTURA E VIDA: O SUICÍDIO INDÍGENA EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS

Data de aceite: 19/11/2019

Izaura Rodrigues Nascimento

Universidade do Estado do Amazonas-UEA.
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Manaus/ Amazonas.

José Vicente de Souza Aguiar

Universidade do Estado do Amazonas-UEA.
Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia. Manaus/ Amazonas.

RESUMO: Na Constituição de 1988 houve um avanço significativo no reconhecimento da diversidade cultural existente no país. O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 corrobora os direitos culturais dos povos indígenas. Não obstante a expressividade dos textos legais, a violação dos direitos culturais dos povos indígenas manifesta-se de diversas formas e cada vez com maior intensidade, impactando fortemente seus modos de vida. O alto número de suicídio entre os índios que habitam os municípios de São Gabriel das Cachoeiras e Tabatinga, no Estado do Amazonas, todos situados em região de fronteira, pode ser uma manifestação de que os impactos estão atingindo as estruturas profundas daquelas culturas a ponto de o “suicídio”, palavra inexistente nas

línguas de alguns daqueles povos, se impor como processo preocupante. Observa-se que os direitos culturais e o direito à vida são indissociáveis. Assim, neste artigo propõem-se uma reflexão acerca dos fatores que estão contribuindo para tal situação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a partir da qual se busca fazer uma aproximação das condições de vida dos povos indígenas na Amazônia focando na problemática do suicídio. Observa-se que entre os elementos em comum com povos indígenas com alto índice de suicídios em outros países está a parca ou inexistente oferta de serviços públicos, a discriminação e o preconceito a que tem sido submetidos historicamente.

PALAVRAS-CHAVE: povos indígenas, suicídio, direitos culturais

CULTURE AND LIFE: SUICIDE OF INDIGENOUS PEOPLE IN BORDER TOWNS IN THE STATE OF AMAZONAS

ABSTRACT: The 1988 Constitution showed significant progress concerning the acknowledgment of the cultural diversity existing in the country. Decree 6.040 of February 7, 2007 corroborates the cultural rights of indigenous peoples. Notwithstanding the expressive legal texts, the violation of cultural rights of indigenous peoples is evidenced on many occasions and with increasing severity, strongly impacting their

ways of life. The high suicide rate among indigenous people who inhabit the towns of São Gabriel das Cachoeiras and Tabatinga, in the state of Amazonas, all located in a border region, may be a demonstration that the impacts are reaching the profound structures of those cultures to a point where “suicide”, a nonexistent word in some of those peoples’ languages, imposes itself as a worrisome process. It may be observed that cultural rights and the right to life are inseparable. Thus, this paper proposes a reflection on the contributing factors for this situation. This is a bibliographical research, which seeks to address the living conditions of indigenous peoples in the Amazon focusing on a pressing issue, suicide. It can be noted that one of the elements indigenous peoples with high suicide rates have in common with those in other countries is the scarce or nonexistent provision of public services, discrimination and prejudice to which they have historically been subject.

KEYWORDS: indigenous peoples, suicide, cultural rights

1 | INTRODUÇÃO

O suicídio corresponde a um fenômeno complexo, pois envolve diversos fatores assim como são diversas suas formas de abordagem. De qualquer modo há sempre a relação entre indivíduo e sociedade. É um fenômeno normal, que pode ocorrer em toda sociedade, em alguns casos compreendem formas rituais de resgate da honra (caso do Japão), como forma de expiação de culpa e de vingança, caso dos Trobriandeses, como descreve Malinowski em *Crime e Castigo em uma Sociedade Selvagem*, publicado em 1926. Em outros casos podem expressar o desencanto com o mundo.

O suicídio não resulta de uma única causa, em geral resulta do acúmulo de uma complexa rede de interações pessoais e de circunstâncias sociais. No caso de povos indígenas acresce-se dois fatores, um relaciona-se à sua história de colonização e o outro as interações com as instituições sociais e políticas atuais.

Deve-se distinguir a categoria suicídio, da morte voluntária, sendo a categoria morte ritual e o suicídio tipos de morte voluntária. O primeiro compreende uma categorização ocidental moderna praticada pelos sujeitos de cultura ocidentalizada, enquanto a morte ritual é possível compreender a partir da expressão da percepção de especificidades culturais, como assinalam Souza e Santos (2009). Ao utilizarem a categoria morte ritual para compreenderem as mortes voluntárias entre os Suruwaha, habitantes de terra situada na Bacia do rio Purus, no Município de Tapauá, no Amazonas, os autores possibilitam estabelecer uma crítica ao uso da categoria suicídio de modo indiscriminado.

Desse modo talvez se precise verificar o significado da morte nos grupos indígenas mais afetados para compreendermos porque comparativamente a outros

povos da mesma região não respondem do mesmo modo às pressões externas. Mesmo no caso dos povos do Mato Grosso do Sul onde as intensidades dos conflitos podem favorecer os suicídios Ethal (2001) adverte para a visão superficial do fenômeno quando se analisa somente fatores externos. O Conselho Indigenista Missionário - CIMI tem indicado um quadro de genocídio silencioso, referindo-se ao caso dos índios Guarani-Kaiwá, naquele estado.

Conflitos e número de suicídios que afetam populações indígenas do Alto Rio Negro e do Alto Solimões, embora não tenham obtido igual repercussão se apresentam como situações de igual gravidade. Fatores externos e internos estão a eles associados, de forma que do ponto de vista da pesquisa científica um dos grandes desafios consiste em compreender o significado do suicídio.

Há uma taxa considerada aceitável do número de suicídios e ao mesmo tempo uma vigilância quanto ao seu número de ocorrências. Se por um lado o processo de identificação de sua ocorrência na sociedade moderna se tornou mais acessível. Por outro lado suas explicações continuam a desafiar a compreensão.

A taxa de suicídios no Brasil é considerada baixa, em 2014 era de 6,0 por 100 mil habitantes, no entanto diversos pesquisadores e organizações voltadas à proteção dos povos indígenas tem observado a elevação do número de suicídios entre os povos indígenas no Brasil, com destaque para alguns estados e municípios, entre os quais os municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas.

A pesquisa compreendeu sobretudo uma revisão bibliográfica sobre o tema, a partir de artigos, dissertações, teses, relatórios, buscando uma aproximação com o problema, que tem sido apontado como uma questão de saúde pública, dado o nível alcançado sobretudo nos dois municípios mencionados anteriormente.

No artigo abordamos inicialmente a População indígena no Estado do Amazonas, seguido de Sociedade nacional e os direitos indígenas, do Suicídio entre os indígenas no Amazonas, retomando-se alguns aspectos nas Considerações finais.

2 | A POPULAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO AMAZONAS

O Estado do Amazonas concentra uma parte significativa da população indígena do país. Seis dos seus municípios estão entre os dez municípios brasileiros que possuem maior população absoluta de índios, os quais habitam sobretudo a área rural, conforme se pode observar no quadro a seguir.

Classificação dos municípios do Amazonas entre os dez municípios com maior população indígena do Brasil

	Município	Pop. Total		Município	Pop. Rural
1º.	São Gabriel da Cachoeira	29.017	1º	São Gabriel da Cachoeira	18.001
2º.	São Paulo de Olivença	14.974	2º	Tabatinga	14.036
3º.	Tabatinga	14.855	3º	São Paulo de Olivença	12.752
5º.	Santa Isabel do Rio Negro	10.749	4º	Benjamin Constant	8.704
6º.	Benjamin Constant	9.833	5º	Santa Isabel do Rio Negro	8.584
9º.	Barcelos	8.367	10º	Barcelos	6.997

Fonte: IBGE, Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Brasil -2010.

Observa-se que os municípios em foco neste artigo, quais sejam São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga estão entre os com maior população indígena do país em números absolutos, que habitam principalmente a área rural. A população indígena em relação à população total desses municípios corresponde, respectivamente a 76,57%, e 28,41%.

Estes municípios fazem fronteira com a Venezuela e a Colômbia (São Gabriel da Cachoeira), e com a Colômbia e o Peru (Tabatinga). As etnias que habitam estes municípios transitam entre os países fronteiriços.

3 | SOCIEDADE NACIONAL E OS DIREITOS INDÍGENAS

A expansão de fronteiras no Brasil no período colonial e imperial ocorreu a partir de um “conjunto de choques territoriais” com índios e negros, como destaca Little (2002). Do século XVI ao XIX “cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos” (LITTLE, 2002, p. 4).

É sabido que na história de colonização do Brasil os povos indígenas foram sucessivamente utilizados como mão de obra, visto que eram, principalmente na Amazônia, a principal força de trabalho utilizada pelos colonos leigos e pelos missionários. O que gerou um processo de desmontagem dos seus modos de vida tradicional. Com implicações diretas sobre suas organizações culturais, sociais e econômicas.

A partir do século XIX os povos indígenas na Amazônia passaram a sofrer as pressões das frentes de ocupação não indígena na região, cujo propósito visava a

exploração da borracha, principalmente.

Vale ressaltar o processo de tensão entre os colonizadores, exploradores dos recursos naturais e os povos indígenas é histórico, impondo a estes últimos condições de existência precárias, quando não ameaçada de morte física. Este processo não ocorreu apenas no plano do uso de sua mão de obra, das ameaças e conflitos, mas também a partir da formação do pensamento social dos não indígenas.

Isto fica evidente no livro *Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia*. Nela, o autor destaca, o processo de nomeação e caracterização dos indígenas como *selvagens, civilizados, mansos, preguiçosos, rudes, indolentes, hereges, feiticeiros*, dentre outras com potenciais de classificação e hierarquização equivalentes (AGUIAR, 2012).

As classificações nas narrativas evidenciam o pensamento de uma grande parte da sociedade envolvente sobre os povos indígenas, o que pode representar o grau de dificuldades que eles têm de enfrentar para viver na sociedade atual, dada a condição de hostilidade que perpassa grande parte das visões da sociedade não indígena.

No século XX a continuidade do contato da sociedade nacional com os povos indígenas foi marcado por sucessivas tentativas de “integração”, sob a perspectiva da promoção do desenvolvimento do país. A partir da construção de estradas, da implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos, usinas hidrelétricas, expansão da fronteira agrícola e pecuária, ocorreram processos marcados por conflitos e pela remoção de diversos povos de seus territórios tradicionais.

Por seu turno, tais situações tiveram como reação a organização dos povos indígenas e a articulação destes com populações extrativistas e o movimento ambientalista transnacional. Desse modo, “a partir da década de 1980, os povos indígenas ganharam força política mediante um processo de organização interna de suas sociedades, alianças regionais e nacionais...”(LITTLE, 2002, p. 14).

A relação da sociedade nacional com os povos indígenas, assim, passou por diversas fases, do enfrentamento, da assimilação e da tutela sobre esses povos ao reconhecimento de seus direitos culturais. Na Constituição de 1988 houve um avanço significativo no reconhecimento da diversidade cultural existente no país, especialmente nos artigos 215 e 231, destaca-se este último:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Em 2002 o Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 corrobora os direitos culturais

dos povos indígenas, o que envolve os territórios tradicionais, que são definidos em seu artigo 3º. No mesmo artigo, inciso IV, lê-se que entre os objetivos da Política Nacional de Povos e Populações Tradicionais consta “garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos”.

Não obstante a expressividade dos textos legais, a violação dos direitos culturais dos povos indígenas manifesta-se de diversas formas e cada vez com maior intensidade, impactando fortemente nos seus modos de vida.

Pesquisas desenvolvidas pela Nova Cartografia Social da Amazônia, evidenciam a violação dos direitos culturais dos povos indígenas. A implantação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, conforme aponta Souza (2009) exemplificam esse processo em curso. O Estudo de Impacto Ambiental, bem como o Relatório de Impacto Ambiental minimizam em seus textos os impactos sobre as populações indígenas, sobre as áreas por eles ocupadas.

Os grandes projetos (hidrelétricas, hidrovias, portos, estradas) que visam dar suporte à produção de *commodities* (minerais e agrícolas), unindo interesses governamentais de acesso ao mercado global aliado aos interesses de grandes grupos empresariais sobrepõem o discurso do desenvolvimento ao respeito às culturas das populações tradicionais, particularmente indígenas e aos seus direitos fundamentais.

O Relatório da Relatora Especial sobre os direitos indígenas, do Conselho dos Direitos Humanos – ONU, de agosto de 2016, sobre sua visita ao Brasil ocorrida no mês de março de 2016 destaca diversos aspectos que corroboram a desassistência apontada e demonstram o retrocesso da proteção aos direitos dos povos indígenas nos últimos anos.

Consta no referido Relatório que a violência contra os povos indígenas ocorre de diversos modos. Diretamente, por meio de assassinatos de líderes do movimento indígenas, expulsão de suas terras e intimidação, amparados pela impunidade do sistema de segurança e de justiça do Estado brasileiro. A lentidão no processo de demarcação das terras indígenas foi apontada como causa de muitos dos conflitos entre índios e agricultores. Outros tipos de violências ocorrem por meio de medidas do poder judiciário o qual tem promovido a “suspensão” dos direitos indígenas.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi apontada pela relatora como um emblema da suspensão dos direitos, a despeito das ações do Ministério Público Federal, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Cabe destacarmos que a Hidrelétrica impacta 11 terras indígenas na Região Amazônica.

No caso dos municípios em questão, no Estado do Amazonas, não se trata de grandes projetos, mas da condição de subcidadania à qual foram relegados os povos indígenas. Ou seja, de um lado observa-se a presença do estado como indutor de

projetos que impactam fortemente sobre os modos de vida das populações indígenas por meio dos projetos de infraestrutura, de outro observa-se uma ausência cada vez mais expressiva na garantia dos direitos à terra, à saúde, à educação, caracterizada pela desassistência a esses povos.

No relatório de Violência contra os Povos Indígenas de 2015, foi identificada a desassistência em relação a saúde, a educação e a desassistência em geral. As informações foram obtidas no MPF, na rádio local e com lideranças indígenas. A desassistência à saúde no Alto Rio Negro tem base na denúncia da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – Foirn. Dados parciais sobre a mortalidade infantil nos DSEI do Alto Solimões, com 77 casos e no DSEI do alto rio Negro, com 29 casos podem ilustrar este processo no Amazonas.

No mesmo relatório também é citada a desassistência na área de educação escolar, com 8 casos registrados, 3 no município de Tabatinga. Os registros dizem respeito sobretudo à merenda escolar, regularidade no fornecimento e qualidade. Quanto à desassistência geral foram identificados 5 casos, 3 dos quais em Tabatinga e incluem problemas com a emissão de Rani, fornecimento de energia elétrica e violência entre os jovens.

Parece provocativo que assim como a desassistência, os suicídios estão incluídos no capítulo sobre Violência por omissão do poder público no Relatório Violência contra Povos Indígenas de 2015.

4 | O SUICÍDIO ENTRE OS INDÍGENAS NO AMAZONAS

De acordo com os Relatórios Violência contra os Povos Indígenas no Brasil com dados dos anos de 2014 e 2015 obtidos na Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI e publicados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, ocorreram 135 suicídios em 2014 e 87 em 2015.

Em 2014 no Estado do Amazonas, considerando os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs do Alto Rio Negro, do Alto Solimões, Manaus, Médio Solimões e Afluentes, e Vale do Javari, ocorreram 56 suicídios, o maior número do país, superando o Estado do Mato Grosso do Sul, com 48 casos.

Em 2015 ocorreram 24 suicídios no Amazonas (considerando os DSEIs do Alto Rio Negro, do Alto Solimões, Alto Purus e Médio Rio Solimões). O Estado foi o segundo do país com maior número de suicídios, tendo o Estado do Mato Grosso do Sul ocupado o primeiro lugar, com 45 casos em 2015. Neste ano observou-se a diminuição do número de casos no Estado do Amazonas em relação ao ano anterior.

Em 2014 foram registrados 6 suicídios no DSEI do Alto Rio Negro e 13 no Alto Solimões. Em 2015 foram registrados 8 suicídios no Alto Rio Negro e 13 no Alto Solimões. Ressalta-se que no DSEI do Alto Solimões estão situados os municípios

de Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamim Constant. No Alto rio Negro estão localizados os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

Segundo Souza e Orellana (2013) o número de suicídios no Brasil é considerado baixo. Na região Norte e no Estado do Amazonas, considerando o total da população os números seguem a mesma tendência. No entanto ao desagregar os dados e analisar a frequência de morte por suicídio nos municípios do Amazonas, a questão se torna um problema de saúde pública, na visão dos autores.

A análise com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS e de população, do IBGE, realizada por Souza e Orellana (2013) demonstrou que no período de 2006 a 2010 ocorreram 688 suicídios no Amazonas, dos quais 19% (131) com envolvendo indígenas, com um aumento de 1,6 em 2010 em relação a 2006. Conforme os referidos autores, a Taxa de Mortalidade Ajustada no município de Tabatinga foi de 75,8/100 mil habitantes e de São Gabriel das Cachoeiras foi de 41,9/100 mil habitantes, taxas consideradas muito altas.

A maioria das vítimas era constituída por homens (76%), solteiros (84,7%) com anos de escolaridade entre 4 e 11 (65,6%), com idade de 15 a 24 anos, por meio de enforcamento (88,5%). A taxa ajustada de mortalidade por suicídio dos indígenas foi 4,4 vezes maior do que os não indígenas, o que aponta o alto grau de vulnerabilidade social desses povos, conforme ressaltam Souza e Orellana (2013). Perfil similar também foi identificado por Maia (2015), em seu estudo sobre o perfil sociodemográfico de vítimas de suicídio nas mesorregiões do Amazonas no período de 2001 a 2012.

Deve-se considerar que parte do aumento no número de registro de suicídios pode estar relacionado à melhoria na captação de informações e registro por parte do sistema de saúde, conforme esses autores. Erthal (2001) também já havia se referido a esta situação quanto à região do alto Solimões onde a maior atuação de profissionais de saúde a partir da década de 90 teriam contribuído para o aumento da notificação dos casos.

Apesar disso deve-se levar em consideração a existência de subnotificação dos casos de suicídios, sobretudo em estados como o Amazonas, com um grande contingente de população indígena, distribuída em seu vasto território.

A pesquisa de Mota (2014) a respeito da análise de dados sobre suicídios no Brasil também conclui que no período de 2009 e 2011 os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga apresentam alto número de suicídios. Neste período foram registrados 43 suicídios indígenas no primeiro (97,93% do total no município) e 37 suicídios indígenas no segundo (74% do total no município).

Deve-se destacar que suicídios entre povos indígenas não ocorrem somente no Brasil, estudos sobre a Nova Zelândia, Austrália, Canadá também revelam um

número alto de suicídios entre estas populações conforme aponta Mota (2014). Em geral são associados à discriminação, intensificação de conflitos interétnicos, a luta pela territorialidade, a falta de assistência por parte do estado, que podem afetar profundamente a identidade étnica.

Um artigo publicado no *The Guardian* em 06, de abril de 2016 revela que em uma área no extremo norte do Canadá, em um único dia, um sábado, houve 11 tentativas de suicídio entre os índios Attawapiskat. Desde setembro de 2015 mais de 100 pessoas atentaram contra a própria vida. Conforme o artigo são pessoas com pouco ou nenhuma oportunidade, vivem no frio, suas casas são degradadas e sofrem de abuso sexual, físico e psicológico a gerações. Informações similares já constavam no relatório *Suicide among Aboriginal People in Canada*, de 2007 (KIRMAYER *et al*, 2007). Subtraídas as grandes diferenças geográficas, e a diferença de temperatura, observa-se similar desrespeito a povos indígenas e similares desafios na compreensão do fenômeno no estado brasileiro, em particular no Estado do Amazonas.

No trabalho de Pereira (2013) sobre o suicídio entre indígenas de São Gabriel da Cachoeira a autora apresenta algumas hipóteses para as elevadas taxas de mortalidade por suicídio entre indígenas naquele município. As razões apontadas são o afastamento dos jovens das atividades tradicionais de subsistência bem como as elevadas expectativas juvenis quanto ao futuro e inserção no mercado de trabalho regional; com relação aos atributos individuais, os jovens indígenas se veem numa concorrência desleal com os não indígenas pela preferência das jovens indígenas, outra razão é que também estariam em um momento de aprendizagem do consumo de álcool, este poderia encorajar o ato suicida.

Pereira considera essa fase da vida marcada por atributos “psicológicos” de falta de controle e desobediência a prescrições rituais, e aos conselhos dos mais velhos. Também considera a possibilidade de o consumo de bebidas alcólicas contribuírem de algum modo para as altas taxas de mortalidade por suicídio nesta localidade.

No que se refere aos atributos do mundo social, destacam-se os possíveis conflitos familiares, as dificuldades em adaptar-se ao mundo urbano; e a possibilidade de serem vítimas de “sopro ou estrago” (encanto xamânico em sua face malévola, feitiçaria para causar doenças e morte. Em geral motivado por inveja). Haveria uma grande vulnerabilidade juvenil a esse tipo de agressão, pois os jovens não conheceriam as estratégias de proteção ou deliberadamente não seguiriam os conselhos dos mais velhos, deixando de tomar medidas preventivas contra esse tipo de ataque. Haveria, ainda, a influência de atributos do mundo sobrenatural, na medida em que espíritos de jovens mortos viriam buscar outros jovens.

Estudos mais específicos, por etnia favorecem a melhor compreensão do

fenômeno. Na análise sobre o suicídio entre os Tikuna, Erthal (2001) destaca os conflitos internos como possíveis causas que propiciariam o suicídio, sob a influência da feitiçaria:

Particularmente em comunidades com marcadas cisões de cunho religioso, nas quais esses eventos não são referidos nem computados nas estatísticas oficiais, as quais, por sua vez, apontam para a existência de graves disputas faccionais que possibilitariam o desencadear da ocorrência de suicídios (p. 302).

Este tipo de fenômeno, portanto, não é captado pelos métodos clássicos de medida de morbimortalidade sobretudo devido à dificuldade de incorporação dos saberes e entendimentos das populações indígenas a respeito de suas doenças e mortes nesses sistemas classificatórios, como destaca a autora.

Além disso, seria fundamental verificarmos sua distribuição por localidade, tendo em vista a compreensão dos fatores que contribuem para que se realizem. Em seu estudo sobre os Tikuna a autora observou uma variação no número de ocorrências nos distintos agrupamentos desta população. Um outro aspecto importante diz respeito à utilização de categorias. A utilização da referência da cultura Tikuna quanto à faixa etária demonstra que com isso se pode obter interpretações mais adequadas do fenômeno. Embora a população jovem entre os Tikuna esteja também entre as mais afetadas, há uma distribuição diferente entre dois grupos:

A concentração de casos de suicídio nas faixas etárias de 16-18 anos (47,2%) e 19-25% (27,3%) parece indicar o alto grau de instabilidade vivido por estes jovens adultos – em particular, os do sexto masculino – dentro de sociedade altamente marcada por divisões faccionais e pela importância das relações familiares (p. 310).

Não obstante as diversas características das vítimas de suicídio, chama a atenção o fato de que a maioria ocorre em jovens que possuem de 4 a 11 anos de escolaridade. Pode-se adicionar às contribuições precedentes que o perfil motiva diversas reflexões, uma delas diz respeito à relação do livre exame à instrução o que, ao contribuir para a perda de centralidade das tradições, conforme aponta Durkheim em seu clássico *O Suicídio* (2011), pode torna os jovens vulneráveis. Outra reflexão diz respeito a que no processo de educação a influência da subjetividade moderna ocidental sobre as subjetividades indígenas, leva à sobreposição do indivíduo em detrimento do coletivo.

A despeito da preocupação na formulação de uma educação intercultural inevitavelmente o consumismo e o valor da aparência, próprios da modernidade líquida atravessam a formação da juventude podendo gerar expectativas de inserção confrontadas com frustrações mediante a discriminação e uma condição de subcidadania.

Ademais, a sociedade moderna e, por conseguinte, a escola centra-se na

formação do sujeito competitivo, voltado para o mercado, em detrimento da formação de um sujeito que possa ser e viver em ações de colaboração. O que poderíamos chamar de um processo no qual há quase uma exigência na formação escolar de produção de um aluno pautado no critério de utilidade para o mercado. Dessa forma, os que conseguem se inserir no mundo da competição alcançam alguns benefícios econômicos e sociais. Do contrário, ficam à mercê vivendo de uma subcidadania, o que pode gerar um estado de falta de expectativa para os jovens, tornando-os vulneráveis existencialmente.

Muitas das manifestações da violência podem estar associadas à necessidade de reconhecimento como aponta Honnet (2009), mas não se pode compreendê-la dissociada da desigualdade social (BAUMAN, 2003), dado o grau de discriminação e desassistência a que estão submetidos os povos indígenas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos consultados, embora com fontes, períodos e recortes diferenciados permitem evidenciar o alto número de suicídios entre os índios dos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga. A pesquisa quantitativa permite identificar a anormalidade do fenômeno, as áreas onde ocorre e estabelecer a relação entre algumas variáveis.

Os relatórios informam a desassistência e o retrocesso na proteção dos direitos culturais indígenas, comprometendo com isso o direito à vida desses povos. Eles também parecem sugerir que num cenário dramático, a força da resistência pela guerra em tempos coloniais deu lugar, em alguns casos, à uma lucidez sombria.

Em geral a maioria dos estudos privilegiam os fatores externos na tentativa de explicar os suicídios, porém o aprofundamento da compreensão do alto índice de suicídios entre as populações indígenas dos municípios onde ocorrem, em particular no caso em análise, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e de Tabatinga, no entanto, exige uma análise das etnias onde os altos números se manifestam, visto que conforme vimos, diversos autores apontam que a explicação do suicídio por fatores externos são insuficientes.

Tal explicação requer um olhar ainda mais específico, buscando compreender sua distribuição entre os agrupamentos da etnia, sua estrutura social e suas características culturais. E, a partir de suas próprias categorias, como a classificação etária, e de suas explicações fazer uma maior aproximação da compreensão do fenômeno.

Sugere-se que o indivíduo, figura própria da sociedade ocidental moderna, invade o território simbólico onde o coletivo se impunha, subtraindo em muitos casos

a identificação e o reconhecimento culturais e impactando sobre a subjetividade. O direito à vida, princípio basilar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desse modo, passa a ser violado por meio da dominação mais visível e da mais invisível, impondo formas de reconhecimento social que não tinham espaço naquelas culturas, borrando os limites entre muitos hábitos e costumes da sociedade nacional e dos povos indígenas.

Os processos mais exteriores e identificáveis de colonização e catequização dão lugar à sociedade de consumidores, à valorização da aparência e dos bens materiais. É possível que no cenário dos povos indígenas assolados pelo suicídio este seja o signo mais dramático de tais impactos sobre as subjetividades e as culturas desses povos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Vicente de S. **Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia**. Manaus: Edua, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CIMI. Relatório: **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015**. Disponível em <<<http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>>. Acesso em 10.11.2016.

CIMI. Relatório: **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014**. Disponível em <<<http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>>>. Acesso em 10.11.2016.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio: estudo de sociologia**. 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2011.

ERTHAL, Regina M. de Carvalho. **O suicídio Tikuna no Alto Solimões: uma expressão de conflitos**. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17 (2): 299-311, mar-abr, 2001.

HONNETH, A. **Lutas por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 2ª.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KIRMAYER, L.J. *et al.* **Suicide among Aboriginal People in Canada**. Aboriginal Healing Foundations, 2007.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**, 2002. <Disponível em http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em 10.10.2016

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e Costume na sociedade selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª, Ed., 2008.

MAIA, M. L. M. **Suicídio nas Mesorregiões do Amazonas: análise do perfil sócio-demográfico – 2001 a 2012**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, UEA. 2015.

MOTA, A. A. DA. **Suicídio no Brasil e os contextos geográficos: contribuições para política pública de saúde mental**. Tese (Doutorado em Geografia).UNIP. Faculdade de Ciências e

Tecnologia, 2014.

NASCIMENTO, Izaura R. **Globalização ambiental: Organizações Não Governamentais e Redes na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2014.

PEREIRA, Marluce Mineiro. **Representações Sociais de Suicídio Indígena em São Gabriel da Cachoeira – AM**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. ILDM-Fiocruz Amazônia/UFPA/UFAM, 2013.

RELATÓRIO da missão ao Brasil da Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas. Conselho de Direitos Humanos. Nações Unidas. Ago, 2016. Disponível em <<http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/images/docs/country/2016-brazil-a-hrc-33-42-add-1-portugues.pdf>>. Acesso em 10.10.2016.

SOUZA, Kariny Teixeira de Souza. SANTOS, Márcio Martins dos. **Morte Ritual: reflexões sobre o “suicídio” Suruwaha**. In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.3, n. 1, p. 10-24, jan./jun.2009.

SOUZA, Kariny Teixeira de Souza. **Os povos indígenas e o “Complexo Hidrelétrico Madeira”**: uma análise etnográfica das contradições do processo de implementação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. In: Conflitos Sociais no Complexo Madeira. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2009.

SOUZA, M. L. P. de. ORELLANA, J. D. Y. **Desigualdade na mortalidade por suicídio entre indígenas e não indígenas no estado do Amazonas**, Brasil. In: J. Bras. Psiquiatr. 2013;62 (4): 245-52.

The Canadian First Nation suicide epidemic has been generations in the making. **The Guardian**, 12 de abril de 2016. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/12/canadian-first-nation-suicide-epidemic-attawapiskat-indigenous-people>>. Acesso em 02.09.2016.

EMPREENDEDORISMO, INDÚSTRIA CRIATIVA E ECONOMIA CRIATIVA: UMA EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Data de aceite: 19/11/2019

Audemir Leuzinger de Queiroz

Produtor de Conteúdos Educacionais

audemir.leuzinger@gmail.com

Celia Lima Paradela

Professora da Universidade Veiga de Almeida/Rio

celiaparadela@gmail.com

RESUMO: O processo de saturação observado nos principais setores econômicos nos últimos tempos permite que empreendedores em potencial imaginem a possibilidade de consolidar novos modelos de negócios e novas indústrias para um novo cenário social e econômico. O uso das expressões Indústria Criativa e Economia Criativa tem sido intensificado nos círculos intelectuais, no ambiente de negócios, na academia e na mídia, apesar da bibliografia incipiente sobre o assunto. Os termos configuram um campo de conhecimento ainda em construção. O problema estudado se configura na questão de quais são os fatores básicos para a construção das definições atuais de Empreendedorismo, Indústria Criativa e Economia Criativa. O objetivo geral é conhecer a evolução desses conceitos ao longo do tempo. Foram utilizadas pesquisas exploratórias e bibliográficas. O artigo justifica-se pela já citada escassez de trabalhos que ofereçam

conhecimento nessa área, favorecendo sua aplicação em atividades empreendedoras. Conclui-se que o empreendedorismo evoluiu de acordo com as necessidades econômicas de cada época e sempre buscou suprir as necessidades do mercado, seja na prestação de serviços ou no desenho de novas ideias e produtos, criando uma associação com a definição que atualmente orienta, diferencia e destaca o empreendedorismo: a busca constante da inovação.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, Indústria Criativa, Economia Criativa.

1 | INTRODUÇÃO

No ambiente pós-industrial e pós-globalizado de hoje, onde predominam conhecimento, colaboração, aprendizado e informação, o processo de saturação observado recentemente nos principais setores da economia permite que empreendedores em potencial reconheçam a possibilidade de novos modelos de negócios e novas formas de melhor adaptação ao atual cenário social e econômico.

Mais recentemente, o uso das palavras *Indústria Criativa* e *Economia Criativa* foi intensificado nos círculos intelectual,

empresarial, acadêmico e de mídia, apesar da escassa literatura.

A contemporaneidade e a relevância do tema alertam que ambos os termos configuram um campo de conhecimento em rota crescente e ritmo de formatação contínua. É importante aprofundar os conceitos do ponto de vista econômico e social.

Esses conceitos emergem em uma série de segmentos dinâmicos cujo comércio mundial está crescendo mais rapidamente que o resto da economia, independentemente do tipo de medição.

Ao conceituar o problema, podemos dizer que os conceitos de empreendedorismo, indústria criativa e economia criativa ainda estão evoluindo e que diferentes definições e formas de medição e caracterização são apresentadas em todo o mundo.

No entanto, há pouca dúvida sobre o que está no centro desses conceitos. As definições para o campo do empreendedorismo são diversas e não há consenso entre os autores e estudiosos do assunto. As pessoas que trabalham nesta área estão convencidas de que a consolidação de tais conceitos é importante.

Portanto, tentamos responder à pergunta sobre quais fatores fundamentais são cruciais para a construção das atuais definições de empreendedorismo, indústria criativa e a evolução em direção à visão da economia criativa.

2 | EMPREENDEDORISMO, UM NOVO AMBIENTE DE TRABALHO E NEGÓCIOS

O início do século XXI foi marcado por uma série de mudanças sociais, políticas, ambientais e econômicas. Essas mudanças requerem ajustes no modelo capitalista anteriormente praticado, cujos fundamentos da gestão organizacional ainda se baseiam no modelo fordista do início do século XX: verticalização, estrutura hierárquica, produção padronizada e trabalho assalariado. Esse modelo está sendo cada vez mais substituído por processos horizontais, networking, desenvolvimento de conhecimento, aprendizado e necessidade de inovação constante (já que novos produtos são entregues mais rapidamente), dinâmica globalizada de negócios e o aumento da demanda através da diferenciação como diferencial para competitividade.

Isso é feito em um ambiente de tecnologia avançada que fornece condições sem precedentes para criatividade e inovação em todas as áreas da atividade humana. Equipados com computadores de alto desempenho, equipamentos e dispositivos com tecnologia avançada podem até adquirir habilidades cognitivas (ver, reconhecer, comunicação multimodal, raciocínio lógico). O acúmulo dessas habilidades permite aprendizado individual e organizacional, autonomia operacional e independência nos processos de tomada de decisão. Temos em vista evoluções impactantes: carros autônomos, robôs imitáveis e adaptáveis, sistemas inteligentes de diagnóstico

médico, gerenciamento integrado de fluxo de produtos, manutenção preventiva. Tudo isso, combinado com a computação em nuvem acessível, com a Internet das coisas e com instrumentos de pesquisas científicas muito mais poderosos, impulsiona a grandes avanços em genômica, neurociência, nanotecnologia, nanomateriais e armazenamento de energia.

Di Serio e Vasconcellos (2009) mencionam que no século XX a dimensão racional do conhecimento prevaleceu nas empresas. No entanto, incorporar o processo criativo e as dimensões do conhecimento nas organizações é um requisito atual e, portanto, é necessário alterar o modelo de governança individual ou corporativa. Numa abordagem sistêmica, as mudanças da humanidade não são mais progressivas, cumulativas e padronizadas, mas de maneira descontínua.

As organizações ao longo de sua existência e os pesquisadores reconhecem em sua experiência que mudanças potenciais ocorrem em várias áreas, como produto, serviço, mercado, negócios, estrutura organizacional, processo, tecnologia e comportamento.

Para entender as inter-relações entre a teoria organizacional e o fenômeno do empreendedorismo, é necessário aprofundar as análises teóricas e estabelecer novos elos entre elementos concretos de nossa dinâmica socioeconômica. Esse aprofundamento é necessário para entender que o empreendedorismo, por não ser esclarecido por uma única ciência e ainda estar estruturado como disciplina independente, produz várias formas de organização que encontram apoio teórico na Administração para entender a dinâmica dessas organizações impulsionadas pelos empreendedores.

2.1 Construção da visão de gestão empreendedora

Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um dos principais autores que não apenas lidou com economia, mas também com negócios, além da criação, desenvolvimento e gerenciamento de empresas. É considerado por Fillion (1999) como o pai do empreendedorismo, por ter sido o primeiro a lançar as bases para esse campo.

No início deste século, surgiu uma nova visão de desenvolvimento econômico e inovação, projetada por Joseph A. Schumpeter (1982). Sua teoria destacou o modelo econômico dinâmico no qual ocorrem as transformações que produzem o desenvolvimento econômico.

Conceitua que o empreendedor é responsável por fazer novas combinações. Essas combinações podem ser identificadas através da: introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de bem; introdução de um novo método de produção ou comercialização de um bem; abertura de novos mercados; conquista de novas fontes de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e estabelecimentos de

uma nova organização de qualquer setor industrial, abrangendo, assim, as coisas novas e as novas maneiras de se fazer.

Pesquisas mostram que as iniciativas nessa área no Brasil remontam à década de 1980. Geralmente, acredita-se que estudos e pesquisas, ou mesmo a promoção do empreendedorismo, estejam apenas começando. Timmons, do Babson College, Wellesley, citado por Dolabela (2002, p. 53), destaca: "*Estamos diante de uma revolução silenciosa, assim como a Revolução Industrial entrou no século XX*". Existem vários projetos governamentais para incentivar a cultura empreendedora a acelerar seu crescimento. As universidades também buscam cada vez mais difundir essa cultura, considerando uma trilha quase obrigatória na graduação e um caminho para novas competências.

Schumpeter (1982) foi o primeiro economista de renome a revisitar Say. Em seu clássico de 1911, *The Theory of Economic Development*, ele rompeu com a economia tradicional. Ele postulou que o desequilíbrio dinâmico criado pelo empreendedor inovador era a "*norma*" de uma economia saudável e a realidade central da teoria e prática econômica.

Schumpeter (1982) introduziu a noção de "*destruição criativa*". Esse é o mecanismo que mantém o capitalismo em movimento, e é o empresário que dirige esse mecanismo. Para Schumpeter, o empreendedor não é necessariamente alguém que investe capital inicial ou inventa o novo produto, mas aquele que tem a ideia do negócio. As ideias são impressionantes, mas nas mãos dos empreendedores elas se tornam poderosas e lucrativas. Visão e criatividade são menos óbvias. Para Schumpeter, "*novas combinações*", incluindo "*fazer coisas novas ou coisas que já foram feitas de uma nova maneira*", eram cruciais. O capitalista assumiu o risco. Mesmo que um "fundador" continue sendo responsável por sua organização, Schumpeter acredita que ele não desempenha mais um papel empreendedor assim que deixa de inovar.

Para Farrel (1997), a "*necessidade*" seria a fonte do empreendedorismo, o que levaria à criação de algo novo, à construção de um negócio ou ao comportamento competitivo, mesmo por um subordinado. Uma abordagem completa do empreendedorismo abrange aspectos culturais, psicológicos, econômicos e tecnológicos. Mas o espírito empreendedor está relacionado à satisfação de algumas necessidades, à disposição para enfrentar crises, ao uso de oportunidades, à simples curiosidade ou ao acaso. Independentemente da causa, a capacidade de inovação é percebida como um instrumento específico e integrado ao "espírito empreendedor".

A estruturação científica do fenômeno do empreendedorismo avançou significativamente nas últimas décadas. Embora outras ciências tenham séculos de idade, esse campo de pesquisa ainda é relativamente jovem e seu progresso é cada vez mais uma consequência da necessidade atual de entender a essência de sua

existência.

2.2 A era do empreendedor e gestão empreendedora

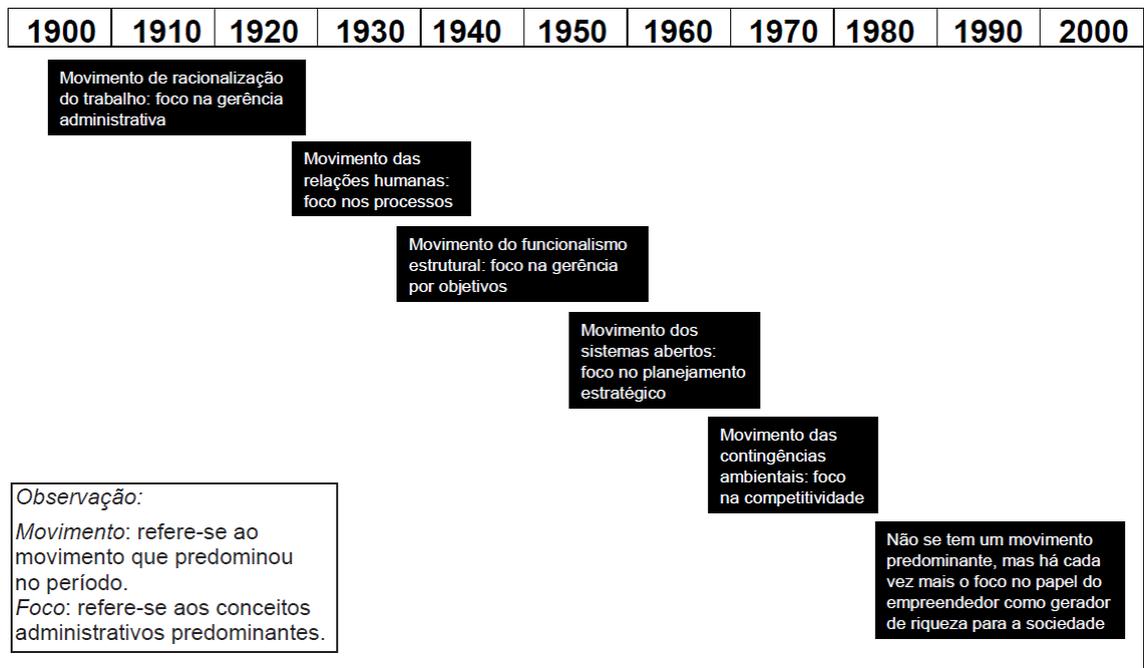
Alguns conceitos administrativos prevaleceram em certos períodos do século XX, em parte por causa do desenvolvimento sócio-político, cultural, tecnológico, desenvolvimento e consolidação do capitalismo.

A figura a seguir mostra quais desses conceitos foram os mais cruciais: no início do século, era o movimento de racionalização do trabalho; nos anos 30, o movimento pelas relações humanas; nas décadas de 1940 e 1950, o movimento funcionalismo estrutural; na década de 1960, o movimento Open Systems; na década de 1970, o movimento de contingências ambientais.

Atualmente, não existe movimento predominante, mas acredita-se que o empreendedorismo esteja mudando cada vez mais os negócios no mundo. O papel do empreendedor sempre foi fundamental para a sociedade. Por que o treinamento para empreendedores agora se intensifica? O que é diferente do que no passado?

O que é especial é que o progresso tecnológico, como mencionado anteriormente, é um ambiente muito mais favorável para os empreendedores. A economia, os meios de produção e os serviços também são altamente desenvolvidos. Portanto, hoje temos que formalizar o conhecimento que só foi adquirido empiricamente no passado. Portanto, a ênfase no empreendedorismo é muito mais devida a mudanças e velocidade tecnológicas, e não apenas a uma moda passageira. A competição na economia também força a aquisição de vários paradigmas individuais ou corporativos.

Portanto, o momento atual pode ser chamado de era do empreendedorismo, pois os empresários eliminam barreiras comerciais e culturais, reduzem distâncias, globalizam e renovam conceitos econômicos, criam novas relações de trabalho e empregos, quebram paradigmas e geram riqueza para os negócios.



Vinte anos atrás, era tolice um jovem formado se aventurar em um negócio próprio, pois os empregos oferecidos por grandes empresas nacionais e multinacionais e a estabilidade alcançada em cargos públicos eram muito convidativos e com bons resultados, além de bons salários, status e potencial de crescimento dentro da organização. O ensino da Administração mirava esse foco: treinar profissionais para administrar grandes empresas em vez de iniciar um negócio. Com a mudança desse cenário, nem profissionais experientes, nem jovens que procuram oportunidades de trabalho, nem escolas de administração foram preparados para o novo contexto. Alterar a visão de um tópico específico, redirecionar ações e repensar conceitos leva tempo para alcançar resultados práticos.

2.3 Classificação geral de empreendedores.

Os autores não são unânimes em relação aos tipos de empreendedores. Apresentamos a seguir algumas abordagens a este respeito.

Leite e Oliveira (2007) apresentaram a principal classificação para análise e estudo comparativo: Empreendedorismo de Oportunidades e Empreendedorismo de Necessidades (empresas fundadas por não haver alternativa).

2.3.1 O que é Empreender por Oportunidade

Segundo Shane (2003), o processo empreendedor é uma sequência de etapas da existência de uma oportunidade. O empresário decide tirar proveito das possibilidades oferecidas, devido às suas características e habilidades pessoais, bem como à sua atuação no ambiente. Nesse momento, ele busca os recursos necessários para definir sua estratégia empreendedora para organizar e executar o processo.

Para Saks e Gaglio (2002), identificar oportunidades de mercado é a principal ação do processo empreendedor para alcançar o progresso econômico e seu desenvolvimento. Portanto, são os sistemas sociais que permitem ao empresário descobrir, avaliar e usar oportunidades através da interdependência entre agente e sistema. O que ajuda o empreendedor a reconhecer oportunidades é, portanto, o meio, o contexto em que ele está inserido.

Baron (2004) argumenta que o reconhecimento de oportunidades está intimamente ligado às estruturas de conhecimento dos empreendedores. Esse reconhecimento requer uma percepção coerente entre fatores aparentemente não relacionados, como fatores tecnológicos, econômicos, políticos e sociais. e para isso eles precisam de conhecimento prévio para poder fazer essas conexões. Também é sabido que, ao acessar novas ideias de negócios originais e / ou mais abordagens do que as existentes, é possível. A habilidade de identificar oportunidades se caracteriza pela capacidade de identificar novas oportunidades de produtos e/ou prestação de serviços; perceber o que os outros não percebem, visualizar além, é o famoso “faro”.

2.3.2 O que é Empreender por Necessidade

As necessidades podem ser entendidas como um desequilíbrio interno do indivíduo ou a manifestação de uma deficiência, uma necessidade específica. Isso leva a tensões, insatisfação, desconforto e desequilíbrio (Lezana & Tonelli, 2004). Existem três maneiras de retornar ao equilíbrio: satisfação da necessidade, compensação (quando a necessidade é transferida para outro objeto) ou frustração (neste caso, permanece no indivíduo, podendo ou não retomar ao estado de equilíbrio). As necessidades são moldadas por características sociais, culturais e econômicas.

Neste texto, define-se operacionalmente o empreender por necessidade como um requisito de segurança ou sobrevivência. Os empreendedores por necessidade são, portanto, aqueles que iniciam um negócio motivado pela falta de uma alternativa satisfatória entre trabalho e renda. Por outro lado, os empreendedores de oportunidades são motivados pela percepção de um possível nicho de mercado.

2.3.3 Classificações Específicas

Outros autores realizaram classificações considerando características específicas dos tipos de empreendedorismo: Pessoa (2005) apresenta três tipos principais de empreendedores:

- a) O Empreendedor Corporativo (intraempreendedor ou empreendedor interno),
- b) O Empreendedor Start-up (que cria novos negócios/empresas)

c) Empreendedor Social (que cria empreendimentos com missão social).

O Empreendedorismo Corporativo pode ser definido como um processo de identificação, desenvolvimento, captura e implementação de novas oportunidades de negócios em um negócio existente.

O Empreendedor Start-up quer começar um novo negócio. Ele analisa o cenário e diante de uma oportunidade apresenta um novo empreendimento. Seus desafios são claros: oferta da demanda existente, que não foi adequadamente levada em consideração; buscar e apresentar diferenças competitivas em um mercado existente; vencer a concorrência; conquistar clientes; e alcançar a lucratividade e a produtividade necessárias à manutenção do empreendimento.

O processo de Empreendedorismo Social requer principalmente a reorganização das relações entre a comunidade, o governo e o setor privado, com base no modelo de parceria. O resultado final é a promoção da qualidade de vida social, cultural, econômica e ecológica sob a ótica da sustentabilidade.

O empreendedorismo social difere do empreendedorismo propriamente dito de duas maneiras: não produz bens e serviços à venda, mas resolve problemas sociais e não se destina a mercados, mas a populações em situações de risco social (exclusão social, pobreza, miséria, risco de vida).

Conforme Bennett (1992), um novo estilo empreendedor está surgindo, ele corresponde ao Ecoempreendedor. O ecoempreendedor trabalha em uma variedade de negócios, incluindo: coleta de materiais recicláveis para fábricas das quais surgem novos produtos; vendas para empresas e produtos públicos feitos de materiais reciclados; conversão de óleos de motor que seriam jogados em estradas sujas em lubrificantes de alta qualidade; reciclagem dos líquidos resfriados de aparelhos de ar condicionado quebrados ou desmontados; transformar embalagens plásticas de leite em um plástico parecido com “madeira”, que não apodrece nem exige manutenção; usar jornais velhos para fazer forragens baratas e resistentes a bactérias para animais de fazendas; transformar sedimentos e restos de alimentos em fertilizantes e corretivos de solo (Bennett, 1992).

Por fim, um último tipo de empreendedor é o Empreendedor Tecnológico. O perfil do empreendedor tecnológico é caracterizado pela familiaridade com o mundo acadêmico, pela busca de oportunidades de negócios na economia digital, pelo conhecimento e pela cultura técnica, que o levam a investir em nichos de mercado onde a sobrevivência é baixa, bem como pela falta de visão de negócios e conhecimento das forças de mercado (Instituto Euvaldo Lodi, 2010).

3 | EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Não seria possível falar sobre empreendedorismo sem se referir à inovação,

pois essa é a chave para fundar e manter um negócio. "*Os empreendedores inovam, a inovação é o instrumento específico do empreendedor*" (Drucker, 1987). A palavra inovação deriva dos termos latinos in e novare e significa fazer algo novo ou renovador.

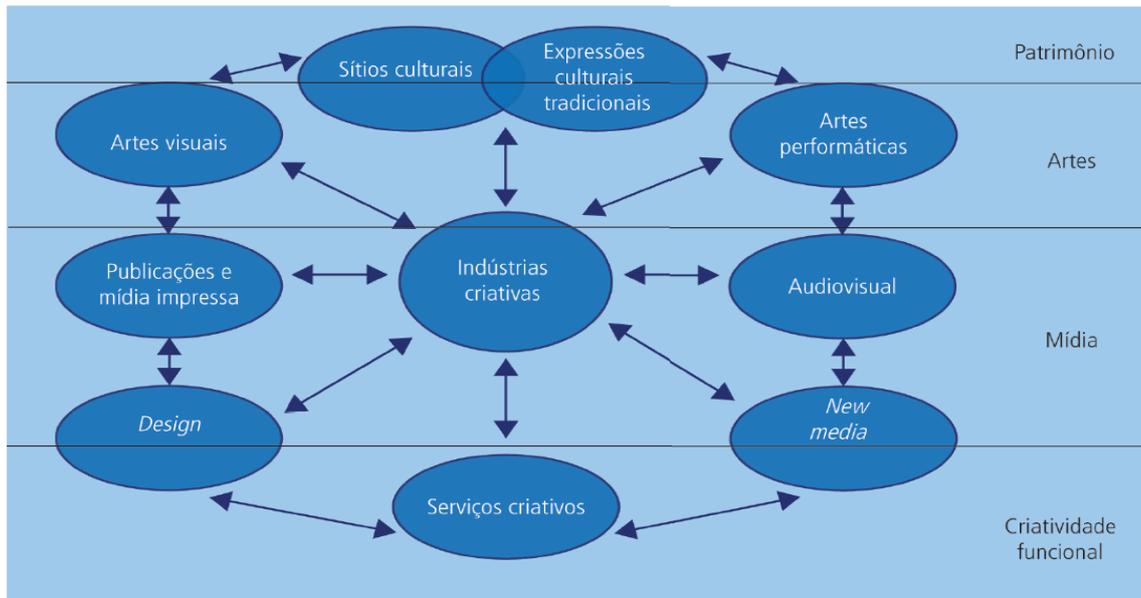
A inovação, segundo Drucker, é a capacidade de transformar algo que já existe em um recurso que gera riqueza. "[...] *Qualquer mudança no potencial de produção de recursos que ainda não existe é uma inovação ...*" (Drucker, 1987, p. 40). A compra a prestação foi uma inovação que exigiu apenas uma ideia e revolucionou o mercado mundial. Portanto, "*a inovação não precisa ser técnica, nem precisa ser uma "coisa"*"(Drucker, 1987, p. 41).

Outro fator-chave é a busca incansável pela inovação, pois as ideias raramente surgem por acaso. Drucker (1987) também afirma que a eficácia da inovação está relacionada à sua simplicidade e concentração; caso contrário, pode ser confusa ou simplesmente deixar de funcionar, tornando-a inútil. "*A inovação sistemática é, portanto, a busca direcionada e organizada da mudança e a análise sistemática das possibilidades que a mudança pode trazer para a inovação econômica ou social*". (Drucker, 1987, p. 45).

4 | CONCEITO DE INDÚSTRIA CRIATIVA

O termo indústria criativa é relativamente novo. Segundo Cunningham (2002), surgiu na Austrália em 1994 com o lançamento do relatório *Creative nation: commonwealth cultural policy*. Tornou-se mais conhecido em 1997, quando líderes políticos do Departamento de Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido criaram a Força-Tarefa das Indústrias Criativas, de acordo com o DCMS (2001). Como resultado, o termo "indústrias criativas" desenvolveu e expandiu a economia cultural para além das artes e marcou uma mudança na abordagem a potenciais atividades comerciais que até recentemente eram consideradas puramente ou predominantemente em termos não econômicos.

Modelo de indústrias criativas



Fonte: UNCTAD (2010).

Para a UNCTAD (2010), as indústrias criativas têm um espaço enorme para lidar com a interação de diferentes setores. Estes setores criativos variam desde aqueles enraizados no conhecimento tradicional e cultural – tais como artesanato, festividades culturais – a subgrupos mais tecnológicos e orientados a serviços – tais como audiovisual e as novas mídias. A classificação da UNCTAD cobre a lacuna deixada por vários países e instituições, incluindo vários ramos sob o título Indústrias Criativas, mas poucos tentam classificar estas indústrias em domínios, grupos ou categorias. No entanto, isso facilitaria a construção e o quadro geral do desenvolvimento e expansão desta nova era, que se estende a toda a economia.

5 | ECONOMIA CRIATIVA

O conceito introduzido pela primeira vez por Howkins (2001) baseia-se na relação entre a criatividade, o simbólico e a economia. Portanto, a visão atual da indústria criativa é expandida.

A partir da definição de Howkins (2001) e da estrutura conceitual da UNCTAD (2010), pode-se deduzir que a economia criativa é o conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico - incluindo a criatividade mencionada acima, como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços; é um conceito em evolução que se baseia em recursos criativos e potencialmente gera crescimento e desenvolvimento econômico, pode promover a geração de renda, a criação de empregos e os ganhos de exportação, promovendo a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano, e abrange aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com a tecnologia e a propriedade intelectual na mesma dimensão e têm laços muito próximos com o turismo e o esporte.

A crescente importância do conceito, que foi estabelecido e desenvolvido

nos últimos dez anos, deve-se principalmente ao reconhecimento do tamanho e desenvolvimento da indústria criativa e, portanto, do potencial oferecido à economia criativa. O documento da UNCTAD (2010) lista as justificativas e recomendações para o reconhecimento e a importância das indústrias criativas, bem como estudos e análises sobre a estrutura, dinâmica e evolução do número de segmentos inseridos.

Assim, o conceito, como Howkins (2001) queria, foi uma maneira de chamar a atenção para o papel da criatividade como força na economia contemporânea, incluindo a proposição de que o desenvolvimento econômico e cultural não é um fenômeno independente ou não relacionado, mas sim, é parte de um processo mais amplo de desenvolvimento sustentável, no qual o desenvolvimento econômico e cultural pode ocorrer de forma síncrona. Em particular, a ideia de economia criativa nos países em desenvolvimento, e o Brasil em particular, chama a atenção para os consideráveis recursos criativos e a amplitude da riqueza cultural.

As indústrias criativas que utilizam esses recursos não apenas permitem que os países escrevam suas próprias histórias e projetem suas próprias identidades culturais para si e para o mundo, mas também fornecem a eles uma fonte de crescimento econômico, criação de empregos e maior participação na economia mundial. Ao mesmo tempo, a economia criativa promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.

As indústrias, serviços e arranjos produtivos que compõem a economia criativa têm, assim, um peso significativo na economia global. O mais importante, no entanto, é o potencial de crescimento, especialmente nos países em desenvolvimento. Essas atividades estão no centro da economia pós-industrial, baseada em ativos intangíveis e impulsionada por cinco fatores aparentemente inesgotáveis: criatividade, valores culturais, diversidade, conhecimento e inovação (Sa Leitão 2009).

Reis (2008) defende a economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento baseada em duas abordagens complementares. O primeiro baseia-se no reconhecimento da criatividade e do capital humano para promover a integração de objetivos sociais, culturais e econômicos em face de um modelo de desenvolvimento global pós-industrial exclusivo e, portanto, insustentável. Nesse antigo paradigma, a diversidade cultural e a cultura em geral podem ser vistas como obstáculos ao desenvolvimento, em vez de promover a criatividade e superar barreiras sociais e econômicas. Em vez de um modelo inclusivo, havia um paradigma social versus econômico claramente identificado em regiões como o Caribe, a Índia e a África.

A segunda abordagem de Reis à economia criativa como estratégia de desenvolvimento mostra como as mudanças econômicas, e em particular as novas tecnologias, estão mudando os vínculos entre cultura e economia, abrindo uma gama de oportunidades econômicas baseadas em aspirações criativas.

Segundo Reis (2008), essa é uma grande oportunidade para reorganizar recursos e promover a distribuição de um novo ciclo econômico. Esse ciclo evolui em resposta a questões globais persistentes, motiva e apoia novos modelos de negócios, processos organizacionais e institucionais e relacionamentos entre atores econômicos e sociais.

6 | O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL E O GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM)

Vários fatores levaram um grupo de pesquisadores a organizar o projeto Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 1997, uma iniciativa conjunta do Babson College nos EUA e da London Business School na Inglaterra, com o objetivo de medir a atividade empreendedora dos países e estabelecer sua relação com o crescimento econômico.

O GEM descreve o novo retrato social e econômico do empreendedor brasileiro. Esse pode ser considerado o projeto mais ambicioso e eficaz para monitorar o empreendedorismo global. Em suma, os últimos 20 anos foram repletos de iniciativas para promover o empreendedorismo, mas nos últimos dez anos, no entanto, importantes condições prévias foram criadas para uma nova fase do empreendedorismo no Brasil.

Esse novo impulso começou a emergir da percepção da importância do país em relação a algumas das partes interessadas do mundo do empreendedorismo, especialmente no Brasil, após a publicação do resultado do primeiro relatório executivo do GEM em 2000.

O GEM 2016 analisa as taxas empreendedoras de adultos de 18 a 64 anos no Brasil e nos países participantes, segundo estágio do empreendimento e motivação dos empreendedores. As taxas permitem análises comparativas da intensidade da atividade empreendedora dos países.

De acordo com o desenvolvimento das taxas de empreendedorismo conforme o estágio do empreendimento no período 2002-2016, há uma tendência de crescimento da taxa total de empreendedorismo, principalmente de 2005 a 2010, de 21% para 32%. É importante ressaltar que o Brasil alcançou 39% da taxa total de empreendedorismo (TTE) em 2015, o maior valor da série analisada. No entanto, em 2016, o número total de empresários diminuiu 3,0 pontos percentuais, o que corresponde a um resultado de 36%, equivalente a 48,3 milhões de pessoas. Esse declínio se deve tanto à queda da taxa de empreendedorismo estabelecida (ETE) em 2016 (17%) em comparação com 2015 (19%) quanto à taxa de empreendedorismo inicial (TEA) em 2016 (20%) em um ponto percentual.

Se analisarmos a evolução histórica das taxas de empreendedores nascentes e novos no Brasil, inseridos na classificação de empreendedores iniciais, há uma variação constante na taxa de empreendedores nascentes entre 3% e 7% de resultados durante o período analisado. Em 2016, essa taxa foi 6,2% menor que em 2015 (6,7%). Como resultado, o Brasil tem dificuldade em romper o limite de 7 em cada 100 brasileiros atuando em empreendimentos nascentes.

Enquanto a economia brasileira desacelerou após 2012, o empreendedorismo continuou a crescer e agora fomentado pela versão "por necessidade". Isso pode ser um sinal de que o empreendedorismo em nosso país pode estar assumindo um perfil mais independente do nível de atividade econômica. Pode ter mais influência na última década devido a outros fatores estruturais que também estão mudando, como o aumento dos níveis de educação dos brasileiros e sua preferência por empresas menores e mais simples. Outro fator pode ser a lei responsável pela criação do MEI, ou mesmo mudanças na cultura brasileira, cada vez mais aberta à atividade empreendedora.

A partir de 2010, a formalização do MEI (Microempreendedores Individuais) levou a um intenso movimento de registros, conforme dados da Receita Federal, acumulando mais de 5,0 milhões de inscrições.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos compreender as inter-relações entre a teoria organizacional e o fenômeno empreendedorismo por meio de análises teóricas e do estabelecimento de novas conexões entre elementos concretos de nossa dinâmica socioeconômica e o ato de empreender.

Afirmamos que o comportamento empreendedor direciona indivíduos e muda contextos e, por isso o empreendedorismo resulta na destruição de velhos conceitos e na oportunidade da adoção de novos paradigmas.

Reconhecemos que o momento atual no mundo pode ser descrito como uma era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que eliminam barreiras comerciais e culturais, reduzem distâncias, globalizam e renovam conceitos econômicos, criam novas relações industriais, novos empregos e prosperidade para a sociedade.

Por outro lado, a chamada economia criativa, na era da Internet, mostrou que boas ideias inovadoras, know-how, bom planejamento e uma equipe competente e motivada são ingredientes poderosos que, quando adicionados no momento certo, complementam o combustível indispensável à criação de novos negócios – o capital – e podem gerar negócios grandiosos em curto espaço de tempo.

O artigo mostrou que o Global Entrepreneurship Monitor de 2016 (GEM), que apresenta o retrato socioeconômico do empreendedor brasileiro, mostra que os últimos 20 anos foram cheios de iniciativas para promover o empreendedorismo e que os últimos dez anos criaram a base para uma nova fase de empreendedorismo no Brasil.

Também observamos neste artigo que o termo 'indústrias criativas' evoluiu e expandiu o campo das indústrias culturais além das artes e representa uma mudança na abordagem de possíveis atividades comerciais que até recentemente eram consideradas exclusiva ou predominantemente não-econômicas.

Reconhecemos também a indústria criativa como um conjunto de atividades econômicas que dependem da criatividade como o fator mais importante na produção de seus bens e serviços. Embora o conceito de indústria criativa esteja evoluindo, ele é sustentado pelo fato de que os recursos criativos são potenciais impulsionadores do crescimento e desenvolvimento econômico.

Assim, a indústria criativa pode impulsionar a geração de renda, a geração de empregos e os ganhos de exportação e promover a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Concluimos que a articulação dos conceitos de indústria criativa e economia criativa, associada à dimensão do potencial e à variedade cultural do Brasil, encaminha para a visão de nova e grande oportunidade de negócios que se abre ao empreendedorismo brasileiro em expansão.

REFERÊNCIAS

BARON, R. A. Opportunity Recognition: a cognitive perspective. Lally school of management & technology, Academy of management best conference paper, 2004.

BENNETT, S. J. (1992). *Ecoempreendedor: oportunidades de negócios decorrentes da revolução ambiental*. São Paulo: Makron Books.

CUNNINGHAM, S. D. From cultural to creative industries: theory, industry, and policy implications. Media international Australia incorporating culture and policy. Quarterly journal of media research and resources, n. 102, p. 54-65, 2002.

DCMS, D. for C. Creative industries mapping document. United Kingdom: DCMS, Media and Sport, 2001.

DI SERIO, L.C.; VASCONCELOS, M.A., *Estratégia e Competitividade Empresarial: Inovação e criação de valor*. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

DRUCKER, PETER F. *Inovação e Espírito Empreendedor – Entrepreneurship*. 6 ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

FARREL, Larry C. *Entrepreneurship – Fundamentos das Organizações Empreendedoras*. São Paulo: Atlas, 1997

- FILION, L. J. (1999). Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. *Revista de Administração de Empresas*, 39(4), pp. 6-20.
- HOWKINS, J. *The creative economy: how people make money from ideas*. [S.l.]. Penguin, 2001.
- INSTITUTO EUVALDO LODI. (2010). *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Brasília: CNI. IEL Nacional.
- LEITE, A., & OLIVEIRA, F. (2007). Empreendedorismo e Novas Tendências. *Estudo EDIT VALUE Empresa Junior*, 5, 1-35. Disponível em: www.foreigners.textovirtual.com/empreendedorismo-e-novastendencias-2007.pdf.
- LEZANA, A. G. R. & TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. In: DE MORI, F. (Org.). *Empreender: identificando, avaliando e planejando um novo negócio*. Florianópolis: ENE, 2004.
- PESSOA, E. (2005). *Tipos de empreendedorismo: semelhanças e diferenças*. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/tipos-de-empreendedorismo-semelhancas-e-diferencas/10993>>.
- REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento / organização* – São Paulo : Itaú Cultural, 2008.
- Relatório Empreendedorismo no Brasil GEM - Global Entrepreneurship Monitor 2016
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4826171de33895ae2aa12cafe998c0a5/\\$File/7347.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4826171de33895ae2aa12cafe998c0a5/$File/7347.pdf)
- SÁ LEITÃO, Sergio. *Economia Criativa*. PUC – RIO – CERTIFICADO DIGITAL No. 08113352/CA. 2009
- SAKS, N. T. & GAGLIO, C. M. Can opportunity identification be taught? *Journal of Enterprising Culture*, v.10, n. 4, p. 313, 2002.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SHANE, S. *A general theory of entrepreneurship: the individual-opportunity nexus*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Creative economy report 2010. Creative economy: a feasible development option*. U.N., 2010.

ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO EM INCUBADORAS INSTALADAS NO RIO GRANDE DO SUL

Data de aceite: 19/11/2019

Émerson Oliveira Rizzatti
Vitor Rodrigues Almada
Émerson Oliveira Rizzatti
Thiago Eliandro de Oliveira Gomes
Daniel Gomes Mesquita
Debora Nayar Hoff

RESUMO: O sucesso das empresas incubadas é a razão de existir das incubadoras, e o êxito de ambas é influenciado por diversos fatores, quer sejam internos ou externos. Uma incubadora de empresas, assim como de qualquer outra organização, é constituída para cumprir uma missão que beneficie todos os envolvidos. A identificação dos Fatores Críticos de Sucesso deve apontar as principais áreas de atividade que sejam essenciais para que uma organização possa cumprir sua missão, os quais devem ser incluídos no plano estratégico, em conjunto com as metas e os objetivos. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi analisar a influência dos Fatores Críticos de Sucesso no desempenho de incubadoras de empresas do Rio Grande do Sul. Na pesquisa utilizou-se o método exploratório-descritivo, seguido de uma abordagem mista entre quantitativa e qualitativa, com utilização da técnica de levantamento *survey* para uma

amostra de 19 incubadoras, dos quais foram tratados sob a análise estatística descritiva e estudo da correlação entre as variáveis. Foram estimados os coeficientes de correlação entre as variáveis Patrocinadores, Objetivos, Localização, Setor, Modelo de Negócio, Pré-Incubação, Incubação e Graduação versus Indicadores de desempenho das incubadoras analisadas (n=19), das quais as correlações analisadas não foram significativos ($p>0,05$). Concluiu-se que fatores como infraestrutura, prédios, salas e equipamentos disponíveis aos incubados, fomento ao empreendedorismo, os serviços de orientação sobre o plano de negócio, o monitoramento e a avaliação do desempenho e da maturidade das empresas incubadas, exercem uma forte influência nos indicadores de desempenho das incubadoras de empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Incubadora. Fatores Críticos De Sucesso. rio Grande Do Sul.

ANALYSIS OF CRITICAL SUCCESS FACTORS IN INCUBATORS INSTALLED IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: The success of incubated companies is the incubator's reason for existing, and the success of both is influenced by a number of factors, whether internal or external. A business incubator, just like any

other organization, is set up to fulfill a mission that benefits all stakeholders. Identifying Critical Success Factors should point out the key areas of activity that are essential for an organization to fulfill its mission, which should be included in the strategic plan, along with the goals and objectives. Thus, the objective of the research was to analyze the influence of Critical Success Factors on the performance of business incubators in Rio Grande do Sul. The research methodology used the exploratory-descriptive method, followed by a mixed approach between quantitative and qualitative, using the survey technique for a sample of 19 incubators, which were treated under descriptive statistical analysis and study of the correlation between the variables. Correlation coefficients between the Sponsors, Objectives, Location, Sector, Business Model, Pre-Incubation, Incubation and Graduation versus Performance Indicators of the incubators analyzed were estimated ($n = 19$), of which the correlations analyzed were not significant ($p > 0.05$). It was concluded that factors such as infrastructure, buildings, rooms and equipment available to incubated companies, fostering entrepreneurship, business plan guidance services, monitoring and evaluating the performance and maturity of incubated companies, have a strong influence on performance indicators of business incubators.

KEYWORDS: Incubator. Critical Success Factors. Rio Grande Do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

O sucesso das empresas incubadas é a razão de existir das incubadoras, sendo que o êxito de ambas é influenciado por diversos fatores, quer sejam internos ou externos. Visando melhorar o índice de sucesso de empresas iniciantes, a partir dos anos 1980, os agentes públicos brasileiros começaram a promover o surgimento de incubadoras de empresas, inspirados no sucesso dessas organizações nos Estados Unidos e na Europa (LALKAKA, 1996). Logo as incubadoras de empresas tornaram-se ferramentas de promoção do desenvolvimento econômico a nível mundial. Colocadas em prática pelos formuladores de políticas, tanto no âmbito nacional quanto local, especialmente quando o objetivo é fomentar a inovação através do surgimento de novas empresas baseadas em tecnologia.

Incubadoras são organizações que oferecem um ambiente adequado para a criação e o desenvolvimento de novos negócios, além de serviços como orientação ou assessoria gerencial e o compartilhamento de infraestrutura e de experiências. Esse suporte oferecido aos novos empresários costuma aumentar a taxa de sobrevivência de empresas que passam pelo processo de incubação em comparação com as não incubadas (AERTS; MATTHYSSENS; VANDENBEMPT, 2007).

Uma incubadora de empresas, assim como qualquer outra organização, é constituída para cumprir uma missão que beneficie todos os envolvidos: investidores, funcionários, fornecedores, parceiros comerciais e a comunidade. Para garantir o

cumprimento dessa missão é preciso que os gestores da organização atuem de forma lógica e sistemática através do desenvolvimento de uma estratégia, a qual engloba um conjunto de metas e objetivos que a organização deve alcançar em um período específico de tempo. Esses objetivos são transformados em planos táticos e planos operacionais, com atividades a serem realizadas em vários níveis da organização. Este processo de planejamento estratégico fornece um meio para garantir que toda a organização esteja focada e compartilhando um propósito e uma visão (CARALLI, 2004).

Conceitualmente, a identificação dos Fatores Críticos de Sucesso deve apontar as principais áreas de atividade que sejam essenciais para que uma organização possa cumprir sua missão. Depois disso, eles têm que ser incluídos como um componente importante de um plano estratégico, em conjunto com as metas e os objetivos, e não apenas como simples alertas ou avisos pontuais (CARALLI, 2004). Conhecer os Fatores Críticos de Sucesso para as incubadoras, bem como a relação destes com o melhor desempenho destas organizações, torna-se essencial, e para tanto este estudo se insere neste contexto e tem como tema as Incubadoras de Empresas e seus Fatores Críticos de Sucesso.

Neste contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: Quais são os principais Fatores Críticos de Sucesso que estão presentes nas incubadoras de empresas que apresentam melhor desempenho no Rio Grande do Sul?

A partir desse questionamento, a existência de Fatores Críticos de Sucesso específicos que influenciam o desempenho das incubadoras de empresas, mais do que outros fatores, passou a ser a *hipótese desta pesquisa*. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi analisar a influência dos Fatores Críticos de Sucesso no desempenho das incubadoras de empresas do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa se justifica do ponto de vista acadêmico-científico, uma vez que há na literatura uma lacuna no que concerne aos Fatores Críticos de Sucesso para incubadoras, em especial numa abordagem que procure relacioná-los com indicadores de desempenho.

2 | FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO E SEUS ESTUDOS

Nos Estados Unidos, 87% das empresas que passam pela incubação sobrevivem por cinco anos, enquanto que, entre as empresas que não incubaram apenas 47% alcançam esse tempo de funcionamento (INFODEV, 2016). Neste sentido, torna-se relevante conhecer os Fatores Críticos de Sucesso para as incubadoras, bem como a relação destes com o melhor desempenho destas organizações. Este estudo se insere neste contexto e tem como tema as Incubadoras de Empresas e seus Fatores Críticos de Sucesso.

Ao se aprofundar o entendimento acerca das incubadoras, via produção científica relacionada a estas estruturas, percebe-se um enfoque direcionado muito mais para o entendimento das empresas incubadas do que das próprias incubadoras. No entanto, entende-se que o desempenho da incubadora é relevante para o sucesso do conjunto, ou seja, não é possível se pensar em empresas incubadas com bom desempenho se estiverem estabelecidas dentro de incubadoras que não o tem. Isso sinaliza a necessidade de compreensão dos fatores que fazem uma incubadora ter bom desempenho, aqui chamados de Fatores Críticos de Sucesso.

Ao se buscar referências sobre os Fatores Críticos de Sucesso na literatura, percebe-se uma lacuna a ser suprida. Vários dos estudos observados publicaram uma lista ou categorias de Fatores Críticos de Sucesso para incubadoras, todos com grande convergência, sendo que alguns são mais específicos e direcionados como estudo de caso para um território (ABETTI, 2004; BUYS; MBEWANA, 2007; SIEDENBERG; MALETZ, 2007; ALTINK, 2009) e outros para grupos de incubadoras em comparações entre regiões ou países (LALKAKA, 2003; LEE; OSTERYOUNG, 2004; RATINHO; HENRIQUES, 2010). Poucos artigos foram encontrados apresentando propostas de priorização ou de classificação de importância entre os Fatores Críticos de Sucesso (LAOSIRIHONGTHONG; PUNNAKITIKASHEM; SOMSUK, 2010; SOMSUK; LAOSIRIHONGTHONG, 2014).

Dentre estes últimos pode-se citar:

- a) Somsuk e Laosirihongthong (2014), que utilizaram a teoria fuzzy para priorizar quais os Fatores Críticos de Sucesso mais importantes na percepção dos gestores de incubadoras;
- b) Gallon, Ensslin e Ensslin (2011) usam a metodologia de Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (MCDA-C) para apoiar o gestor de uma incubadora na definição quanto aos Fatores Críticos de Sucesso mais importantes nesse caso específico. Os autores, no entanto, não se preocuparam em generalizar essa metodologia para decisão de importância ou grau de prioridade entre os fatores de sucesso, mas somente com o uso do MCDA-C como método de suporte às decisões dos gestores de incubadoras;
- c) Lee e Osteryoung (2004) no estudo de caso em dois países quanto a 14 Fatores Críticos de Sucesso, através de testes estatísticos inferiram quais Fatores Críticos de Sucesso eram mais importantes nos Estados Unidos e na Coréia do Sul, comparando a percepção de grupos de gestores de incubadoras.

A primeira lacuna percebida é que os estudos encontrados na literatura não ordenam os Fatores Críticos de Sucesso em relação ao seu grau de determinância do desempenho das incubadoras.

Por outro lado, pode-se dizer que os estudos sobre incubadoras instaladas no Rio Grande do Sul são igualmente limitados, tanto em quantidade quanto em abrangência, pois são estudos de caso de somente uma incubadora, configurando outra lacuna na literatura sobre o tema. Dentre os trabalhos acerca de incubadoras no Rio Grande do Sul se pode citar:

- a) Medeiros et al. (2013) realizaram pesquisa na Incubadora Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria (ITSM) com o objetivo identificar os principais motivos pelos quais as empresas fazem parte da incubadora;
- b) Engelman e Fracasso (2011) estudaram o caso da Incubadora Multissetorial de Base Tecnológica Raiar localiza-se no Parque Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (TECNO PUC), com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados por uma incubadora de empresas a partir da comparação entre as percepções dos gestores de empresas incubadas e da Coordenação da incubadora.

3 | METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi caracterizada como sendo de caráter exploratório-descritivo, a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema e descrever as características da população e buscar a relação entre os Fatores Críticos de Sucesso e os indicadores de desempenho relativos aos anos de 2012 a 2016.

Para garantir com segurança ao responder o problema de pesquisa proposto, optou-se pela utilização de uma abordagem mista entre quantitativa e qualitativa. Quanto ao caráter quantitativo, o estudo enquadra-se como *survey* (GIL, 2008), onde a entrevista foi escolhida como técnica de coleta de dados fazendo uso de formulário de entrevista como instrumento (HAIR et al, 2005). Dentro da abordagem qualitativa, foram utilizados como método de coleta de dados a observação direta in loco e a análise documental do *web site* institucional de cada incubadora alvo desta pesquisa.

No formulário, 33 Fatores Críticos de Sucesso (FCS) foram convertidos em questões usadas para indicar o nível de prática e o de desempenho das incubadoras de empresas analisadas. Para a tabulação das respostas coletadas durante as entrevistas, foi atribuído valor a cada um dos 5 níveis de prática, variando na escala de 1 a 5, dos quais foram tratados sob a análise estatística descritiva e estudo da correlação entre as variáveis, considerando um nível de 5% de significância e uso do *Software Statistical Package for Social Science* versão 20 (SPSS 20).

4 | RESULTADOS

A partir das entrevistas com os gestores de 19 incubadoras visitadas, das observações diretas e da análise documental este estudo apresentou um panorama que inclui o histórico e um resumo de sua constituição, sua classificação de acordo com as categorias propostas por Lalkaka (2006), a saber: Patrocinadores (Governo, Universidade ou Empresa); Objetivos (Sociais, comunitários, acadêmicos ou lucrativos); Localização (Rural, urbana, industrial ou universitária); Setor (Tradicional, tecnológica ou mista); e Modelo de Negócio (Origem dos recursos, Com ou sem fins lucrativos).

Portanto, o movimento de criação de incubadoras se intensificou nos últimos anos em função do interesse das universidades e do investimento de recursos públicos. No entanto, durante as visitas foi possível verificar uma mudança de comportamento dos gestores das incubadoras mais novas em comparação com as mais antigas, principalmente no que se refere ao foco de atuação, pois nas incubadoras que iniciaram durante a década de 1990 o foco principal era a oferta de espaço físico de boa qualidade a baixo custo, enquanto que as incubadoras mais recentes focam na criação e na operação de redes para acesso a recursos e conhecimentos, sintonizando a incubadora ao ecossistema de inovação no qual ela está inserida (ANPROTEC, 2016).

Foi calculada a média de todas as respostas dos 19 entrevistados, da qual se obteve o valor de 2,45, na escala de 1 a 5. Na Tabela 1, o destaque é para 5 incubadoras com as maiores médias nos indicadores de desempenho e suas respectivas médias para os FCS.

Incubadora	Patrocinadores	Objetivos	Localização	Setor	Modelo de Negócio	Pré-Incubação	Incubação	Gradação
Criatec	2,80*	5,00*	5,00*	3,00*	3,67*	5,00*	3,50*	5,00*
UNITEC	4,60*	2,00	4,00*	4,00*	3,67*	5,00*	3,38*	5,00*
Pulsar	3,00*	2,67	3,67*	2,75*	3,17*	3,50*	2,88*	3,50*
RAIAR	1,80	2,33	3,33*	1,25	1,67	2,50	2,00	2,00
INOVATES	1,80	2,00	1,33	1,50	1,00	2,00	1,38	1,00
Média por F.C.S.	2,80*	2,80*	3,47*	2,50*	2,64*	3,60*	2,63*	3,30*
Média Geral	2,17	2,74	2,93	2,00	2,23	3,05	2,18	2,29

Tabela 1 - Fatores Críticos de Sucesso nas incubadoras de melhor desempenho

Fonte: Elaborado com base nos dados primários desta pesquisa.

* valores acima da Média Geral em cada categoria

Três categorias de FCS apresentaram os maiores níveis de prática nas cinco incubadoras com as maiores médias nos indicadores de desempenho são:

Localização, Pré-Incubação e Graduação. Sendo que, a categoria Localização englobou ações em relação ao local, infraestrutura, prédios, salas e equipamentos disponíveis aos incubados, assim como em relação à localização da própria incubadora em uma cidade ou região e seu entorno.

Na categoria Pré-incubação estão os Fatores Críticos de Sucesso relacionados com o fomento ao empreendedorismo, os serviços de orientação sobre o plano de negócio ou outras ferramentas de suporte ao desenvolvimento de novas ideias e a seleção de candidatos à incubação. Já na categoria Graduação estão os Fatores Críticos de Sucesso que estão alinhados com o monitoramento e a avaliação do desempenho e da maturidade das empresas incubadas, assim como as definições da etapa de saída das empresas do processo de incubação.

Ao comparar-se o desempenho individual ao resultado geral, observa-se que oito incubadoras apresentaram resultado geral acima da média, entretanto, nenhuma incubadora apresentou o resultado geral com média no nível Prática Sistematizada (Média Geral maior que 4,5). Ainda sob análise do Fator Prática Inicial, outro índice em destaque foi em relação à execução da metodologia CERNE sob orientação da ANPROTEC (2014), indicando que os níveis de prática dessas 8 incubadoras ficaram acima da média. Isto sinaliza que a equipe gestora dessas incubadoras vem buscando melhores práticas de gestão e utilizam procedimentos para execução das práticas e mantém registros dos resultados dessa execução.

Quanto aos Fatores Críticos de Sucesso, relativos à natureza jurídica (com ou sem fins lucrativos), à origem das receitas, à qualificação da equipe gestora e ao modelo de gestão da incubadora, constataram-se a média de 2,23 para os FCS da categoria Modelo de Negócio, indicando que as incubadoras entrevistadas estão no nível da Prática Inicial, pois apenas documentam como fazem e executam como documentados, mas não realizam planejamento dessas práticas para um período mínimo de 12 meses (ANPROTEC, 2014). Para o nível de prática dos FCS voltados para Incubação (média de 2,18) e Graduação (2,29) estando ambas abaixo da média geral, indicando que a maioria mantém práticas iniciais ou não adota ações relativas essas práticas.

Em relação aos indicadores de desempenho, foi destacado o número de postos de trabalho nas empresas entre o início da incubação e a graduação, indicando crescimento de 137,5%, o nível de Inovação e Transferência de Tecnologia, medido pela quantidade de projetos de pesquisa que concluíram os processos de transferência, patenteamento e licenciamento realizados pelas empresas incubadas, o destaque positivo é a ULBRATECH, 55 patentes registradas no ano de 2016, e por último, mas não menos importante, o indicador Impacto Econômico, registrando aumento da Receita Bruta dessas empresas incubadas, que passou de R\$ 7 milhões em 2012 para mais de R\$ 36 milhões em 2016, representando um crescimento de

411,65%. Entretanto, a média anual da Receita Bruta por incubadora se manteve relativamente estável de 2013 a 2016, com exceção para o ano 2012 com uma média anual (R\$ 890 mil) abaixo da metade do valor da média geral (R\$ 1,8 milhões).

Na etapa seguinte foram estimados os coeficientes de correlação entre as variáveis Patrocinadores, Objetivos, Localização, Setor, Modelo de Negócio, Pré-Incubação, Incubação e Graduação versus Indicadores de desempenho das incubadoras analisadas (n=19), das quais as correlações analisadas não foram significativas ($p > 0,05$).

Esse fato de não ter sido encontrada uma correlação entre os FCS e os indicadores de desempenho pode ser explicado pela realidade encontrada em relação ao tempo de existência das incubadoras, pois 37% delas tinham quatro anos ou menos de atividades na data desta pesquisa, ou seja, essas incubadoras tiveram pouco tempo de colocar em prática muitos dos FCS aqui questionados.

De acordo com Dornelas (2002) o tempo médio de duração do ciclo de uma empresa dentro de uma incubadora é de 2 a 4 anos. Por outro lado, pode-se dizer que, de modo geral, o desenvolvimento dos FCS das incubadoras gaúchas é ainda inicial, pois poucas se avaliaram como tendo processos bem implementados e maduros dentre aqueles que foram avaliados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os FCS representam uma importante orientação para a gestão das incubadoras por incluir aspectos internos e externos dessas organizações que se complementam e abrangem todo o processo de incubação. No entanto, ainda não estão totalmente incorporados na prática diária dos gestores das incubadoras pesquisadas, talvez pelo pouco tempo de atividade de muitas delas, o que impede que se identifiquem aqueles que são realmente críticos para o desempenho destas.

As incubadoras de empresas, através da oferta de infraestrutura, serviços especializados e redes de contatos, aceleram o desenvolvimento de empresas orientadas à inovação tecnológica e aumentam significativamente sua sustentabilidade do mercado. Por isso, representam um importante agente dentro do sistema local de inovação que visa à mudança na estrutura econômica local. Isso é sinalizado pela literatura, mas pode ser observado pelo desempenho das incubadoras analisadas, que apesar de recentes, já contribuem para a criação de novas empresas e empregos.

O fato de estarem incorporadas às estruturas das universidades e interagirem com as instituições locais, os centros de pesquisa e uma ampla rede de contatos é importante para o êxito das incubadoras. O apoio dos três níveis de Governo, Municipal, Estadual e Federal, foi essencial para o desenvolvimento das incubadoras

até agora, não só pelos recursos financeiros disponibilizados na implantação, mas pelas políticas de incentivo ao empreendedorismo e de apoio às pequenas empresas, que atualmente mantém.

Não se pode superestimar a capacidade e a importância das incubadoras, afinal, elas são parte de um sistema local e depende da capacidade de interação dos atores desse sistema para obter êxito. Algumas incubadoras entrevistadas estavam atuando com pouca interação com esses atores, tanto por suas respostas na entrevista, quanto na observação direta, e também não demonstraram indicadores de desempenho significativos.

Por fim, a questão de pesquisa que foi levantada no início do planejamento deste estudo foi respondida, indicando que fatores como infraestrutura, prédios, salas e equipamentos disponíveis aos incubados, fomento ao empreendedorismo, os serviços de orientação sobre o plano de negócio, o monitoramento e a avaliação do desempenho e da maturidade das empresas incubadas, exercem uma forte influência nos indicadores de desempenho das incubadoras de empresas.

REFERÊNCIAS

- ABETTI, P. A. Government-supported incubators in the Helsinki region, Finland: Infrastructure, results, and best practices. **Journal of Technology Transfer**, v. 29, n. 1, p. 19–40, jan. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/606eiT>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- AERTS, K.; MATTHYSSENS, P.; VANDENBEMPT, K. Critical role and screening practices of European business incubators. **Technovation**, v. 27, n. 5, p. 254–267, maio 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/QW41Ab>>. Acesso em: 21 set. 2016.
- ALTINK, J. J.. **Business Incubator Zenica; breeding ground for successful entrepreneurship?** 2009. Master Thesis. Innovative Entrepreneurship & Business Development. University of Twente, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/QNTbrh>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. **Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil**. Brasília, DF: ANPROTEC : SEBRAE, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/uhUYAJ>>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. **Modelo CERNE - Termo de Referência**. Brasília, DF: ANPROTEC, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/FYiEw7>>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- BUYS, A. J.; MBEWANA, P. N. Key success factors for business incubation in South Africa: The Godisa case study. **South African Journal of Science**, v. 103, n. 9–10, p. 356–358, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/kc0RRJ>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- CARALLI, R. A. **The Critical Success Factor Method: Establishing a Foundation for Enterprise Security Management**. Pittsburgh: Software Engineering Institute of Carnegie Mellon University, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/6w2V9x>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- DORNELAS, J. C. A. **Planejando incubadoras de empresas - Como desenvolver um plano de negócios para incubadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ENGELMAN, R.; FRACASSO, E. M. A qualidade percebida nos serviços de Incubação de Empresas. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 17, n. 70, p. 802–822, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/0DqS1Z>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

GALLON, A. V.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho organizacional em incubadoras de empresas por meio da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C): a experiência do MIDI tecnológico. **Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 1, p. 37–63, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/0Hyc9b>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAIR, J. F. (jr); MONEY, A. H.; BABIN, B.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INFODEV. **Training Program - Business Incubation Definitions and Principles**. (World Bank Group, Org.) **Program for Entrepreneurship and Innovation**. Washington: infoDev, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/wktYvS>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

LALKAKA, R. Technology Business Incubation: Role, Performance, Linkages, Trends. In: National Workshop on Technology Parks and Business Incubators, Isfahan. **Anais...** Isfahan: Isfahan Science & Technology Town, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/vYk2ij>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LALKAKA, R. Technology Business Incubators: Critical Determinants of Success. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 798, n. 1, p. 270–290, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/tX4iT4>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

LAOSIRIHONGTHONG, T.; PUNNAKITIKASHEM, P.; SOMSUK, N. Determining enabling factors of University Technology Business Incubation program: Resource-based view theory. In: IEEM2010 - IEEE International Conference on Industrial Engineering and Engineering Management, Macau. **Anais...** Macau: IEEE, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/xRIZqO>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

LEE, S. S.; OSTERYOUNG, J. A Comparison of Critical Success Factors for Effective Operations of University Business Incubators in the US and Korea. **Journal of Small Business Management**, v. 42, n. 4, p. 418–426, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/sXfMgz>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MEDEIROS, F. S. B.; LACERDA, E. L.; DENARDIN, É. S.; PAGNO, E.; PAGNO, E. As Incubadoras de Empresas como alternativa para alavancar um negócio. In: Congresso Virtual de Administração, Brasil. **Anais...** Brasil: 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/k9gHoi>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

RATINHO, T.; HENRIQUES, E. The role of science parks and business incubators in converging countries: Evidence from Portugal. **Technovation**, v. 30, n. 4, p. 278–290, abr. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/ZjRCVB>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

SIEDENBERG, D. R.; MALETZ, E. A. A Gestão dos Fatores Críticos de Sucesso nas Incubadoras de Empresas da Região do Ruhr - Alemanha. (C. M. University, Org.) In: 31º Encontro da ANPAD, 31, Rio de Janeiro / RJ - Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro / RJ - Brasil: ANPAD, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/gxIAzb>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SOMSUK, N.; LAOSIRIHONGTHONG, T. A fuzzy AHP to prioritize enabling factors for strategic management of university business incubators: Resource-based view. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 85, p. 198–210, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Ct8nMU>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS DO EMPREENDEDOR

Data de aceite: 19/11/2019

Thiago Eliandro de Oliveira Gomes

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Alegrete – Rio Grande do Sul

Émerson Oliveira Rizzatti

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Alegrete – Rio Grande do Sul

Vitor Rodrigues Almada

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Alegrete – Rio Grande do Sul

Darlen de Oliveira Almirão

Universidade da Região da Campanha (URCAMP)

Alegrete – Rio Grande do Sul

RESUMO: O empreendedorismo no Brasil destaca-se em razão de seu impacto direto no crescimento econômico. Existem duas abordagens com foco distinto, a econômica, onde o empreendedor é nomeado como o agente de mudanças e a abordagem comportamental, baseada nas características e habilidades dos indivíduos. Do ponto de vista comportamental, o empreendedor é o indivíduo capaz de visualizar as oportunidades, questionar, ousar, ser criativo. O objetivo deste trabalho foi apresentar uma contribuição a respeito do comportamento empreendedor, buscando compreender a perspectiva das características do comportamento de um empreendedor de

sucesso. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e sob o ponto de vista de sua natureza, tem seu enquadramento como básica. O tratamento dos dados e realização da análise seguiu uma abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa evidenciaram que, apesar dos autores tratarem as características sob contextos e circunstâncias diferentes, mas que todas as pesquisas convergem para um mesmo caminho, de que as características que compõe o perfil empreendedor contemporâneo são de natureza subjetiva baseada em fatores emocionais, envolvendo um conjunto de características fundamentais de sua personalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Comportamento Empreendedor. Características Empreendedoras. Desenvolvimento Econômico.

SYSTEMATIC REVIEW OF

ENTREPRENEURIAL BEHAVIORAL SKILLS

ABSTRACT: Entrepreneurship in Brazil stands out because of its direct impact on economic growth. There are two approaches with a distinct focus, the economic one, where the entrepreneur is named as the agent of change and the behavioral approach, based on the characteristics and abilities of individuals. From the behavioral point of view, the entrepreneur

is the individual who is able to visualize opportunities, question, dare, be creative. The objective of this work was to present a contribution regarding the entrepreneurial behavior, seeking to understand the perspective of the characteristics of the behavior of a successful entrepreneur. For this, a bibliographical research was carried out and from the point of view of its nature, its framework is basic. Data processing and analysis followed a qualitative approach. The results of the research showed that, although the authors treat the characteristics under different contexts and circumstances, but that all the researches converge along the same path, that the characteristics that make up the contemporary entrepreneurial profile are of a subjective nature based on emotional factors, involving a set of fundamental characteristics of his personality.

KEYWORDS: Entrepreneurship. Entrepreneurial Behavior. Entrepreneurial Characteristics. Economic Development.

1 | INTRODUÇÃO

Associado à característica atribuída de propulsor da economia e gerador de emprego e renda, as quais impactam diretamente no crescimento econômico brasileiro, o assunto empreendedorismo passou a receber tratamento singular do interesse científico (FERREIRA et al., 2012; CARVALHO et al., 2015). Empreender é visualizar as oportunidades que poucos enxergam, assumindo um comportamento proativo diante de questões que necessitam serem definidas (DORNELAS, 2008; BAGGIO; BAGGIO, 2014).

O empreendedorismo permite abordar os propósitos relativos ao empreendedor e seu universo de atuação (FERREIRA et al., 2012, SANTINI et al., 2015). Nesse contexto, percebe-se que o empreendedor torna-se um agente de mudança essencial para o progresso, por conta de suas atitudes criativas e definidoras de novos contextos direcionadas à alavancagem dos resultados e à consolidação de novos projetos (LEITE, 2012; OLIVEIRA, 2014) incorporando em qualquer projeto, seja pessoal ou organizacional, criatividade, motivação e novas tecnologias que substituem as antigas, elevando a eficiência e a produtividade perante as oportunidades e riscos (BAGGIO; BAGGIO, 2014).

Contudo, para empreender com eficácia e segurança é indispensável ter racionalidade para avaliar as oportunidades, aliada à sensibilidade para o negócio, combinando recursos, ideias e habilidades, planejamento estratégico e capacidade de implementação de projetos e análise dos resultados (DORNELAS, 2008; CHIAVENATO, 2008; SILVA et al., 2013).

O empreendedor tem necessidade de inovação e aumento do capital intelectual, racionalidade e disciplina gerencial para avaliar e aproveitar as oportunidades que venham a garantir sua sobrevivência (MATEI et al., 2012; RIES, 2012) e sob essa ótica, a sociedade exige cada vez mais qualificação para fomentar o aprendizado

contínuo de toda a cadeia de valor das organizações, elevando a uma categoria de eficiência econômica, qualificada e preparada para o mercado (COSTA; LEANDRO, 2016).

Logo, o objetivo dessa pesquisa foi apresentar uma contribuição a respeito do comportamento empreendedor, buscando compreender a perspectiva das características do comportamento de um indivíduo empreendedor de sucesso.

A fim de cumprir o objetivo proposto, a organização estrutural deste artigo oferece, afora essa contextualização a respeito do tema, outras quatro seções. A segunda seção é dedicada ao referencial teórico, onde constam tópicos que são a base para a realização deste estudo. O delineamento dos procedimentos metodológicos que foram capazes de satisfazer a investigação proposta está na terceira seção e, posteriormente, a análise dos resultados da pesquisa na qual se expõe sobre o que foi observado e desenvolvido no trabalho em decorrência dos dados coletados. Por fim é apresentada a conclusão da pesquisa no tocante aos resultados encontrados.

2 | O EMPREENDEDOR E O EMPREENDEDORISMO

O estudo do empreendedorismo está presente nas diferentes áreas do conhecimento, o que remete a um elemento potencial do desenvolvimento econômico e social. Contudo, ainda existem dificuldades em identificar com precisão a definição de empreendedorismo e empreendedor e tampouco há um consenso científico, graças as suas vertentes econômica, sociológica e psicológica (YEUNG, 2009; BAGGIO; BAGGIO, 2014).

Logo, inseridas na lógica de que o indivíduo empreendedor é o sujeito fundamental para o desenvolvimento econômico, estando apto a impulsionar a máquina e potencializar os lucros por meio de uma “visão” ou um “espírito” na maioria das vezes mais pessoal do que coletivo. O indivíduo empreendedor torna-se um viabilizador dos conceitos estratégicos em um mercado global complexo, o que vincula o tema “empreendedorismo” a crescimento, desenvolvimento e enriquecimento das organizações, bem com os indivíduos que nelas trabalham (COSTA; BARROS; MARTINS, 2012). Os autores ainda destacam que existem duas abordagens com foco distinto, a econômica, onde o empreendedor é nomeado como o agente de mudanças e a abordagem comportamental, baseada nas características e habilidades dos indivíduos.

Do ponto de vista comportamental, Dornelas (2008) associa o empreendedor ao indivíduo que é capaz de visualizar as oportunidades, questionar, ousar, ser criativo. Sob a mesma perspectiva, o empreendedor cumpre um papel na sociedade de construção e manutenção de uma dinâmica social, composta por criação de oportunidades, permitindo a circulação de renda e a melhoria na qualidade de vida

das pessoas, em razão dos seus produtos e serviços e pelo retorno à sociedade através do recolhimento de impostos revertidos em saúde, educação, transporte, etc. (BEHLING et al., 2015).

Vicenzi e Bulgacov (2013) afirmam que a tendência é associar o conceito de empreendedorismo a criação de novos negócios, inovação e vantagem competitiva. No entanto, existem definições mais abrangentes que mostram que o empreendedorismo vai além do mero ato de abrir novas empresas, e que a figura do empreendedor ao longo dos séculos passou a ser aquele indivíduo que possui a informação e a transforma em potencial criativo capaz de gerar riqueza e desenvolvimento social (PIMENTEL, 2008).

A facilidade na troca de informações e conhecimento entre as mais diversas áreas sociais, fez com que as organizações passassem a investir na formação de uma fonte de recursos que permita movimentação rápida no processo de desenvolvimento. Essa mudança de paradigma ocorreu com a valorização do capital intelectual baseado no conhecimento, tornando as pessoas a fonte primária para o desenvolvimento da humanidade e da sociedade (GONZAGA JUNIOR, 2011).

Ademais, no sentido mais amplo, percebe-se que o comportamento empreendedor pode auxiliar o sucesso empresarial e que estes comportamentos remetem aos valores do empreendedor. Endres e Woods (2006) consideram que os empreendedores estão em constante alerta a exploração de oportunidades, das quais são criadas através de um processo cognitivo, levando em conta as aspirações pessoais.

Hafer e Jones (2015) durante pesquisa a respeito da relação entre empreendedorismo e habilidade cognitiva, sobre o papel do capital humano nos modelos de crescimento econômico, identificaram que as habilidades cognitivas são fatores importantes na explicação das distintas formas de empreender e que podem contribuir para uma maior qualidade nas instituições.

Assim, esse procedimento abarca um processo cognitivo da qual é influenciado intencionalmente pelo seu próprio funcionamento, onde o indivíduo tem a possibilidade de intervir no ambiente, alterando e sendo alterado e aprendendo através da observação do comportamento dos outros e assim construindo sua individualidade para então, reproduzir esse comportamento (BANDURA, 2001), ou seja, o empreendedor desenvolve atividades por conta própria com a intenção de aumentar o seu rendimento, ou ainda, por conta de outro indivíduo que desenvolve atividades empreendedoras que resultem em melhorias para a empresa (HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2011).

Ao associar teoria cognitiva ao comportamento empreendedor, de imediato se remete a autoeficácia como pilar central dessa teoria, haja vista a influência sofrida na qualidade da vida e na autoestima, evidenciadas na necessidade de realização

e desenvolvimento econômico perseguido pelo empreendedor, motivados pela realização própria (BANDURA, 2001; LORENTZ; MINELLO; BÜRGER, 2017). Deste modo, a autoeficácia está relacionada ao desempenho empreendedor pessoal e empresarial (HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2011).

Logo, produto da experiência do indivíduo, as competências empreendedoras possibilitam o processo de geração de ideias originadas na organização, de maneira a desenvolver habilidades específicas à gestão de negócios e resultados, para que a organização se torne competitiva (SILVA et al, 2008; HASHIMOTO et al., 2010). Sobre o entendimento dos aspectos teóricos, entender qual é o papel do empreendedor é cada vez mais valorizado e, nesse processo, é importante destacar suas características.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Dada à intenção em elaborar a análise sobre a forma de atuação do empreendedor e seu comportamento segundo características abordadas na literatura, o processo de investigação partiu da realização de pesquisa bibliográfica, via coleta e exame da fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação e no estudo das informações de pesquisas anteriores disponíveis, pertinentes ao empreendedorismo e suas características (GIL, 2010; LAKATOS; MARCONI, 2010).

A pesquisa bibliográfica serviu de referência para a realização da pesquisa, passando pelas etapas de levantamento bibliográfico e a formulação do problema, fazendo a ligação entre o pesquisador e o material relativo ao assunto (LAKATOS; MARCONI, 2010, BERTUCCI, 2011; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Sob o ponto de vista de sua natureza, a pesquisa tem seu enquadramento como básica. Para Prodanov e Freitas (2013) este tipo de pesquisa tem por objetivo a obtenção de novos conhecimentos que venham a contribuir para o avanço da ciência, em razão de um acúmulo de informações por parte do pesquisador, sem que haja, necessariamente, uma aplicação prática prevista, o que permite um novo enfoque do assunto sob diversas perspectivas e óticas.

Este artigo adotou a abordagem qualitativa, dispensando tratamento estatístico, tendo por intuito compreender o comportamento empreendedor e seu contexto, a partir da perspectiva das características do comportamento de um indivíduo empreendedor. Para seleção do periódico científico foi realizada pesquisa junto ao sistema *Qualis* de classificação de periódicos e eventos, onde foi utilizada a palavra-chave Empreendedorismo.

Logo, o levantamento bibliográfico foi realizado utilizando as palavras-chave Características Empreendedoras, Atitudes Empreendedoras e Perfil Empreendedor. Para este levantamento foram selecionados artigos publicados no periódico científico

Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, classificada de acordo com o sistema *Qualis*, durante a classificação de periódicos para o quadriênio 2013-2016, obtendo classificação B2. Após essa fase de coleta de dados, a etapa posterior da pesquisa foi à organização das informações obtidas.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Costa, Barros e Martins (2012) destacam que existem duas abordagens com foco distinto, a econômica e a abordagem comportamental. No entanto, as duas abordagens convergem para um mesmo ponto, haja vista que seu principal agente é o empreendedor. A primeira linha de pensamento tem uma abordagem econômica, onde o empreendedor é visto como um fornecedor de empregos e provedor de mercadorias ou de serviços, que ao introduzem inovações, assume riscos em uma economia e conseqüentemente a conduz ao desenvolvimento econômico e ao progresso das nações (CHIAVENATO, 2008; COSTA; BARROS; MARTINS, 2012).

A segunda linha, a abordagem comportamental, McClelland (1972 apud FILARDI; BARROS; FISCHMANN, 2014) destaca a importância da "motivação" para o crescimento econômico. A medida do grau de motivação se dá, maiores são as chances de se tomarem empresários bem-sucedidos. A partir desta perspectiva, o autor afirma que as características do comportamento empreendedor são derivadas do grau de realização e ainda identifica dez características fundamentais ao crescimento econômico dos indivíduos.

Estas características são disposição para correr riscos calculados, busca de oportunidades e iniciativa, persistência, exigência de qualidade e eficiência, comprometimento, busca de informações, estabelecimento de metas, planejamento e monitoramento sistemáticos, persuasão e rede de contatos, independência e autoconfiança (FILARDI; BARROS; FISCHMANN, 2014).

Sob a ótica do comportamento empreendedor, nesta análise, a proposta foi comparar as características, apontando semelhanças que justifiquem as alterações observadas. As características selecionadas para compor mostram que, autores como Câmara e Andalécio (2012), Zampier, Takahashi e Fernandes (2012) e Rocha et al (2016), compartilham da mesma opinião a respeito do uso de estudos iniciados por David McClelland, precursor da corrente comportamentalista dos estudos sobre empreendedorismo.

Já, Moraes, Hashimoto e Albertine (2013), Ferreira e Freitas (2013), demonstraram que, ao longo do tempo, características passaram a ser bastante citadas com relação ao perfil empreendedor, como as características atitudinais: autoeficaz, assume riscos calculados, planejador, detecta oportunidades, persistente, sociável, inovador, líder e autorrealização. Para complementar a pesquisa foi identificadas características

atribuídas ao ímpeto empreendedor, desenvolvidas em função da interligação de três características básicas, segundo Chiavenato (2008):

Característica	Descrição
Necessidade de realização	O empreendedor tem a necessidade de realização coisas novas das quais competem com certo padrão de excelência em suas atividades de maneira criativa e preferem ser pessoalmente responsáveis por tarefas e objetivos que atribuíram a si próprias.
Disposição para assumir riscos	O empreendedor assume diversos riscos ao iniciar seu próprio negócio, preferindo circunstâncias ousadas até o ponto em que podem exercer determinado controle pessoal sobre o resultado.
Autoconfiança	Quem possui autoconfiança sente que pode enfrentar os desafios que existem ao seu redor e acreditam em suas habilidades pessoais para superar os problemas enfrentados.

Quadro 1 - Características empreendedoras segundo Chiavenato (2008)

Fonte: Chiavenato (2008).

A linha comportamental dos empreendedores envolve um conjunto de características fundamentais de sua personalidade, das quais o diferencia dos administradores. Enquanto a organização de recursos é o foco para o administrador, o empreendedor é um indivíduo singular, que se dedica para a definição de contextos, apresentando características além dos atributos do administrador (ROCHA et al, 2016). Os autores ainda destacam que os empreendedores são visionários, pessoas singulares, determinados, dinâmicos, dedicados, otimistas, independentes, prósperos, sabem tomar decisões e explorar oportunidades e são bem relacionados e detentores de conhecimentos., conforme se vê no Quadro 2.

Característica	Descrição
São visionários	Eles têm a visão de como será o futuro para seu negócio e a sua vida
Sabem tomar decisões	Nos momentos de adversidade, sendo isso um fator-chave para o seu sucesso.
São pessoas singulares	Sabem agregar valor aos serviços e produtos que colocam no mercado.
Sabem explorar oportunidades	São curiosos, atentos a informações e as chances de aumentar o conhecimento.
São determinados e dinâmicos	Cultivam certo inconformismo diante da rotina.
São dedicados	Integralmente para resolver todos os obstáculos
São otimistas	Principal combustível que os mantém animados e autodeterminados.

São independentes	Determinam os próprios passos e caminhos para gerar Empregos.
São prósperos	Eles acreditam que o dinheiro é consequência do sucesso dos negócios.
São formadores de equipe	Sabem liderar e recrutar as melhores cabeças para assessorá-los nos campos onde não detêm o melhor conhecimento
São bem relacionados	Sabem construir uma rede de contatos (<i>network</i>)
São organizados	De forma racional, procuram o melhor desempenho para o negócio.
Planejam	Desde o primeiro rascunho do plano de negócios até a apresentação do plano a investidores com definição das estratégias de marketing do negócio, etc
Possuem conhecimentos	O domínio sobre suas atividades aumenta a chance de êxito nos negócios
Assumem riscos calculados	Quanto maior o desafio, mais estimulante será a jornada empreendedora.
Criam valor para sociedade	Com a geração de empregos, dinamizam a economia em busca de soluções para melhorar a vida das pessoas.

Quadro 2 - Características do comportamento dos empreendedores

Fonte: Rocha et al (2016, p. 48).

Filardi, Barros e Fischmann (2014) ao realizarem a pesquisa, evidenciaram a existências de semelhanças a respeito das características empreendedoras no decorrer do tempo e traçaram um paralelo entre as discussões tradicionais às contemporâneas, conforme se demonstra no Quadro 3.

TRADICIONAL	CONTEMPORÂNEO
Assume risco, tomador de risco, Preferência pelo risco.	Tolerante a risco
Fonte da autoridade Formal (é líder)	Líder
Inovador e aberto a inovações	Inovador
Iniciativa, Pró-ativo	Pró-ativo
Procura e aceita desafios	Corajoso
Ambicioso, Motivado pelo poder	Ambicioso
Procura ser independente, Orientado para independência	Independente
Relações Humanas	Interpessoal
Habilidade de se comunicar	Comunicativo
Conhecimento técnico	Qualificado
Foco interno de controle, Foco no controle, Posição de controle, Necessidade de controlar, Domínio	Controlador
Necessidade e Reconhecimento de Realização	Necessidade de Realização

Orientado para resultado e para crescimento	Objetivo
---	----------

Quadro 3 - Características tradicionais e contemporâneas.

Fonte: Filardi, Barros e Fischmann (2014, p 131).

O foco da abordagem comportamental concentra-se nas tentativas de definição dos perfis das personalidades do empreendedor, residindo principalmente no resultado da experiência das características individuais do empreendedor, para garantir o sucesso do negócio. Em geral abordagem comportamental compreende as ideias de psicólogos e sociólogos e, que o indivíduo empreendedor manifesta uma série de características comportamentais que o identificam (BAGGIO; BAGGIO, 2014; ROCHA et al, 2016).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou o objetivo de contribuir a respeito do comportamento empreendedor, buscando compreender a perspectiva das características do comportamento de um indivíduo empreendedor de sucesso, a partir da análise da evolução das características empreendedoras publicados em artigos nacionais.

Constatou-se através do presente estudo que, apesar dos autores tratarem as características sob contexto e circunstâncias diferentes, mas ainda assim, todas as pesquisas convergem para um mesmo caminho, de que as características que compõe o perfil empreendedor contemporâneo são de natureza subjetiva baseada em fatores emocionais, envolvendo um conjunto de características fundamentais de sua personalidade.

Ainda observou-se que as características mais destacadas dos empreendedores são, na maior parte das vezes, as características elencadas por David McClelland, precursor da corrente comportamentalista dos estudos sobre empreendedorismo, e que a partir delas, outras características são derivadas, baseado em competências interpessoais e sociais.

Logo o aprimoramento dessas características empreendedoras, compõe um comportamento empreendedor que ao longo do tempo ganha uma nova visão científica de sua concepção, assumindo novas conotações, as quais viabilizam o processo de evolução do potencial do empreendedor para o sucesso.

Dentre as limitações da pesquisa, o estudo deteve-se apenas na análise de um periódico. Como sugestão para futuras pesquisas destaca-se a ampliação do escopo dos meios de publicação, contemplando além de outros periódicos, anais de eventos destinados ao tema empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. **Empreendedorismo**: conceitos e definições. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014.
- BANDURA, A. Social Cognitive Theory: an agentic perspective. *Annual Reviews Psychol*, n.52, p.1-26, 2001.
- BEHLING, G. et al. Microempreendedor individual catarinense: uma análise descritiva do perfil dos empreendedores individuais em Santa Catarina. *Navus, Florianópolis/SC*. v. 5, n. 1, p. 65-78. jan./mar. 2015.
- BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC)**: ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação lato sensu. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- CAMARA, E. C; ANDALÉCIO, A. M. L. Características empreendedoras: um estudo de caso com farmacêuticos utilizando o modelo de McClelland. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 1, n.3, 2012.
- CARVALHO, G. D. G., et al. Radar da inovação como ferramenta para o alcance de vantagem competitiva para micro e pequenas empresas. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 162-186, out./dez. 2015. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/101898/107573>>. Acesso em 15 mai. 2017.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. **A alavanca que move o mundo**: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 370-375, Jun. 2012.
- COSTA, A. P. N.; LEANDRO, L. A. L. O atual cenário das Micro e Pequenas Empresas no Brasil. In: *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 8, 2016. Resende. **Anais...** Resende. Associação Educacional Dom Bosco. p. 1-12.
- DORNELAS, J. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ENDRES, A., WOODS, C. Modern Theories of Entrepreneurial Behavior: A Comparison and Appraisal. *Small Business Economics*, v. 26, p. 189-202, 2006.
- FERREIRA, E. R. A.; FREITAS, A. A. F. Propensão empreendedora entre estudantes participantes de empresas juniores. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v.2, n.3, 2013.
- FERREIRA, L. F. F. et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Gestão da Produção*, São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.
- FILARDI, F.; BARROS, F. D.; FISCHMANN, A. A. Do homo empreendedor ao empreendedor contemporâneo: Evolução das características empreendedoras de 1848 a 2014. *Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE*, v. 13, n. 3, p. 123-140, Julho/Setembro. 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONZAGA JUNIOR, E. L. **Gestão da informação e do conhecimento**. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2011.

- HAFER, R. W.; JONES, G. Are entrepreneurship and cognitive skills related? Some international evidence. **Small Bus Econ**, n. 44, p. 283–298, 2015.
- HALLAK, R., BROWN, G.; LINDSAY, N. The Place Identity - Performance relationship among tourism entrepreneurs: A structural equation modeling analysis, **Tourism Management**, n. 33, p. 143-154, 2011.
- HASHIMOTO, M.; ANDREASSI, T.; ARTES, R.; NAKATA, L. E. **Relações entre intra-empendedorismo, clima organizacional e desempenho financeiro**: um estudo sobre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil. EnANPAD, Rio de Janeiro, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEITE, E. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LORENTZ, M. H. N.; MINELLO, I. F.; BÜRGER, R. E. O comportamento empreendedor de diretores de uma instituição de ensino pública e sua percepção quanto à universidade empreendedora. **Revista Espacios**, v. 38, n. 5, p. 6, 2017.
- MATEI, A. P. et al. Avaliação da qualidade demandada e diretrizes de melhoria no processo de interação Universidade-Empresa. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 27–42, 2012.
- MORAES, M.J; HASHIMOTO, M.; ALBERTINE, T.Z. Perfil Empreendedor: estudo sobre características empreendedoras de motoristas funcionários, agregados e autônomos do transporte rodoviário de cargas. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 2, n.1, p. 132-157, 2013.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Empreendedorismo**: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.
- PIMENTEL, A. **Curso de empreendedorismo**. São Paulo: Digerati Books, 2008.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RIES, E. **A Startup Enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Leya, 2012.
- ROCHA, A. C. et al. Comportamento, atitudes e práticas empreendedoras: um resgate teórico dos pressupostos que abordam a temática. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 1, n. 1, p. 44-60, jan/abr, 2016.
- SANTINI, S. Fatores de mortalidade em Micro e Pequenas Empresas: um estudo na Região Central do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**. p. 145-169, 2015.
- SILVA, C. G. et al. 2013. O perfil dos empreendedores nas startups: um estudo de caso na incubadora tecnológica de Santa Maria. In: Fórum Internacional Ecoinovar, 2, 2013. Santa Maria. **Anais...**, Santa Maria, p. 1-16.
- SILVA, S. S. et al. Características comportamentais empreendedoras: um estudo comparativo entre empreendedores e intra-empreendedores. **Revista Cadernos de Administração**, v. 1, n. 2, jul – dez/2008.
- VICENZI, S. E.; BULGACOV, S. Fatores motivadores do empreendedorismo e as decisões estratégicas de pequenas empresas. **Revista de Ciências da Administração**. v. 15, n. 35, p. 208-

221, abr. 2013.

YEUNG, H. W. **Transnationalizing entrepreneurship**: a critical agenda for economic geography. *Progress in Human Geography*, v. 33, n. 2, p. 210-235, 2009.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W.; FERNANDES, B. H. Sedimentando as bases de um conceito: as competências empreendedoras. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.1, n.1, p. 101-130, jan/abril 2012.

PARQUES TECNOLÓGICOS: AMBIENTES DE INOVAÇÃO

Data de aceite: 19/11/2019

Carlos Henrique Lucena

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP) - FEA – Administração
São Paulo – SP

RESUMO: Neste trabalho desenvolveu-se um procedimento de pesquisa do tipo exploratória, descritiva e comparativa, com abordagem principalmente qualitativa. A metodologia utilizada se insere na modalidade de Levantamento Correlacional com o objetivo de identificar as estruturas dos Parques Tecnológicos do Brasil e seus pontos críticos de sucesso, modelos de gestão e governança, quais os fatores decisivos para a implementação desse tipo de empreendimento aqui no Brasil e quais os principais cases de sucesso de todo o território nacional. Com o objetivo maior de servir como aparato de estudo e benchmarking para novas implementações como as abordadas neste projeto. As principais análises partiram da pesquisa documental e empiricamente das informações disponíveis em sites, pesquisas bibliográficas e artigos. A partir desses estudos foi possível identificar os principais determinantes para uma matriz tecnológica eficiente, por meio de um Sistema Nacional de Inovação e seus principais agentes

que são Governo, Universidades e Empresas. Mediante os fatos foi possível levantar hipóteses para que esse Sistema no Brasil ainda seja tão imaturo, sendo tido como a categoria mais baixa (terceira) segundo a classificação de Albuquerque (1996). Também foram expostos os esforços para que esse cenário brasileiro se transforme, sendo tido como uma das opções mais interessantes os Parques Tecnológicos, principal escopo desse estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Tecnológicos, Inovação, Brasil, Sistema Nacional de Inovação, São Paulo.

TECHNOLOGICAL PARKS: INNOVATION ENVIRONMENTS

ABSTRACT: In this work an exploratory, descriptive and comparative research procedure was developed, with a mainly qualitative approach. The methodology used is part of the Correlational Survey modality in order to identify the structures of Brazil's Technology Parks and their critical success points, management and governance models, which are the decisive factors for the implementation of this type of enterprise here in Brazil and which are the main success stories of the entire national territory. With the major objective of serving as a study and benchmarking apparatus for new implementations such as those addressed in

this project. The main analyzes came from documentary research and empirically from the information available on websites, bibliographic searches and articles. From these studies it was possible to identify the main determinants for an efficient technological matrix, through a National Innovation System and its main agents that are Government, Universities and Companies. Based on the facts it was possible to raise hypotheses that this system in Brazil is still so immature, being considered as the lowest category (third) according to Albuquerque's classification (1996). Efforts to transform this Brazilian scenario were also exposed, being considered as one of the most interesting options the Technology Parks, the main scope of this study.

KEYWORDS: Technology Parks, Innovation, Brazil, National Innovation System, Sao Paulo.

INTRODUÇÃO

A etimologia da expressão Parque Tecnológico vem da junção de dois símbolos da modernidade: Cultura e ciência, ou seja, Polo/cidade e Técnica. Dessa forma, fica-se subentendido uma localidade que possui o domínio da técnica e da produção de conhecimento. Muitos autores já discorreram sobre o tema, apesar de sua recente aparição no Brasil. Um deles, SPOLIDORO, disse que “um Parque Tecnológico é uma iniciativa com base numa área física, com um conjunto de prédios, destinada a receber empresas inovadoras ou intensivas em conhecimentos e de promover sua interação com instituições de ensino e pesquisa.”

STEINER, CASSIM & ROBAZZI discorram que os parques são “empreendimentos criados e geridos com o objetivo permanente de promover pesquisa e inovação tecnológica, estimular a cooperação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas, bem como dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais intensivas em conhecimento, implantadas na forma de projetos urbanos e imobiliários que delimitam áreas específicas para localização de empresas, instituições de pesquisa e serviços de apoio”.

Em resumo os parques tecnológicos são aglomerados geográficos de empreendimentos que objetivam promover pesquisas e inovação no ramo tecnológico por meio de parcerias entre universidades, Governo, empresas e instituições próprias de pesquisa como laboratórios.

Dessa forma possuem o mesmo objetivo geral baseado nessa premissa que é: Gerar inovação tecnológica para promover competitividade e com isso desenvolver socioeconomicamente a região/cidade na qual está inserido por meio da gestão do conhecimento e das parcerias com o setor público e privado.

Esse objetivo geral que guia a existência dos parques se divide em outros mais específicos que são norteados pelas diferentes motivações, expectativas e interesses dos agentes institucionais desse local. (VEDOVELLO, JUDICE E MACULAN).

Dentre esses objetivos surgem ainda a geração de emprego, a criação e fortalecimento de empresas, a de agente de difusão da cultura empreendedora e de informações que promovam o descobrimento científico e a inovação. Além disso, por muitos parques terem empresas associadas no seu entorno dificilmente há uma pesquisa pura sem aparato comercial, quase todas são voltadas para a criação de produtos vendáveis como forma de retribuição para os associados e para a própria Sociedade.

Ao partilharem do mesmo ambiente e trabalharem de forma conjunta, as partes ganham em termos de produtividade e o ambiente em que estão situados também recebe contribuições dos mais diversos tipos como no campo financeiro com geração de ideias, produtos, empregos e no campo Social com atração de investimentos e promoção de melhorias para a região, por isso o grande incentivo de políticas públicas para esse tipo de estrutura.

De acordo com levantamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), dos 80 parques tecnológicos analisados em todo o Brasil em 2013, o Estado de São Paulo respondeu por 25%, com 28 iniciativas voltadas à implantação desses empreendimentos, porém apenas 6 deles em operação. (INVESTE SÃO PAULO, 2017).

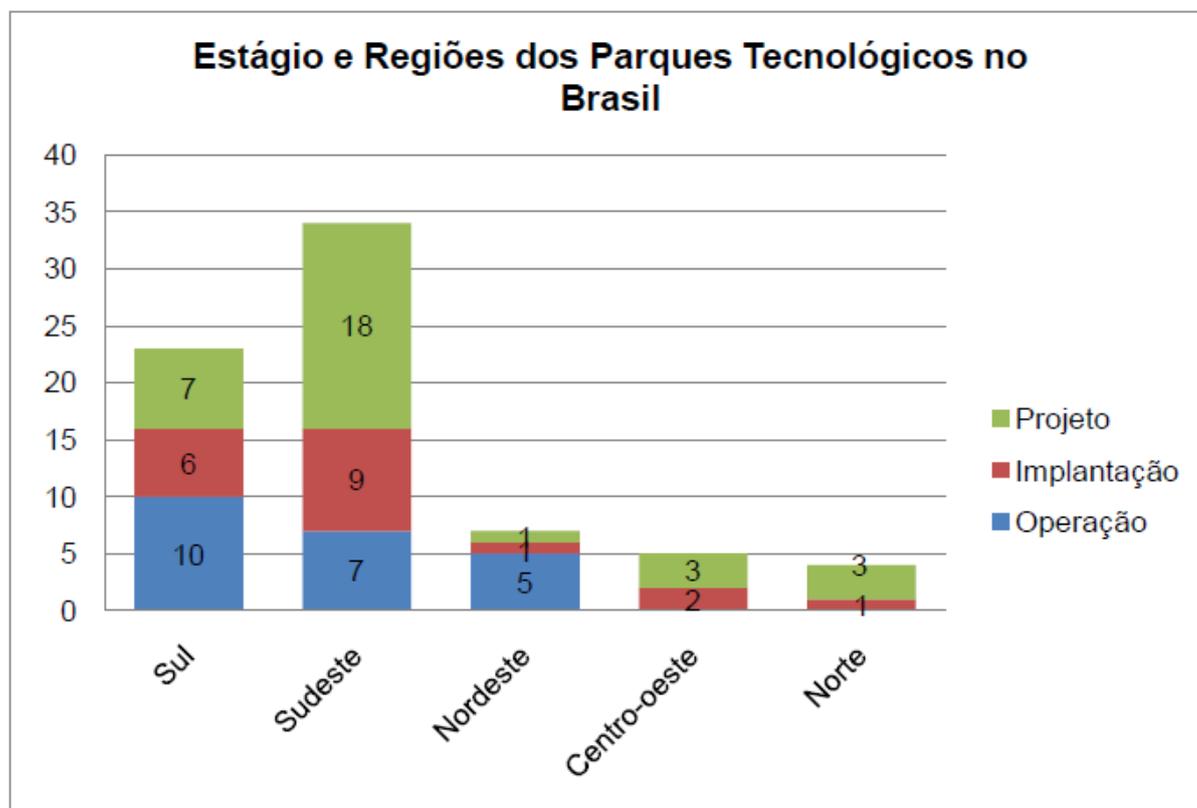


Gráfico 1: Estágio e Regiões dos Parque Tecnológicos no Brasil.

Fonte: Portfólio de Parques Tecnológicos no Brasil elaborado por ANPROTEC, 2008.

Logo nota-se a dimensão e impacto que um importante parque tecnológico

pode ter em sua região de atividade. Por meio da geração de riqueza econômica e intelectual os parques promovem a saudável competição entre as empresas. Com a finalidade de desenvolver novas tecnologias e novos produtos alinhados com o que o mercado atual exige. Agindo conjuntamente entre empresas que têm um problema, interesse e pessoas, laboratórios que estão dispostos a buscar alternativas e soluções para isso, e ainda com o catalizador do Estado auxiliando em uma produção de qualidade, direcionada e incentivada.

A parceria que se faz possível por meio do parque tecnológico entre governo, setor privado e as universidades (tríplice hélice) promove uma interação tão facilitada e alinhada que permite a pesquisa científica juntamente com a inovação tecnológica terem sua produção catalisada de forma a elevados níveis de produtividade e assertividade na geração de conhecimento e de novos produtos.

Sendo assim, essa parceria e boa interação desses três agentes se faz de ponto crítico de sucesso ou fracasso de uma organização como o parque tecnológico. Para BALCONI E PASSANNANTI esse é um dos três principais pontos fundamentais para determinar o grau de relevância de uma organização desse tipo. Os outros dois são o desenvolvimento imobiliário e o programa organizativo modelo de governança – escopo desse estudo.

SURGIMENTO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS

A ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) apoiada pelos Ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia, lançaram um documento intitulado “Parques Tecnológicos no Brasil - Estudo, Análise e Proposições” e lá foram feitos os primeiros questionamentos na busca por entender como esse fenômeno começou.

Após as análises, se conclui que esse processo se configurou em três gerações, bem definidas em aspectos cronológicos e geolocalização, além de ocorrerem também em conjuntos específicos de países.

A primeira geração foram os parques pioneiros que surgiram de forma espontânea e muito influenciados já por uma cultura empreendedora em seu país, com recursos humanos e financeiros de altíssima qualidade, suprimindo as necessidades que surgiam. O exemplo famoso dessa manifestação é a Stanford research Park – no vale do silício.

A segunda geração ficou conhecida como parques seguidores, justamente por pegaram a ‘onda’ dos parques pioneiros e seguirem o embalo deles, sem muito sucesso, porém. Devido a terem surgido de forma planejada, estruturada e formal, perdiam agilidade na tentativa de copiar os parques pioneiros e acabaram tendo

resultados mais modestos que os primeiros. São exemplo dessa geração os parques tecnológicos europeus.

A terceira e última geração foram os que ficaram conhecidos como estruturantes, justamente pelo fato de agregarem fatores de sucesso da primeira geração com os aprendizados da segunda geração. Em sua maioria, surgiram associados ao desenvolvimento econômico e tecnológico dos países emergentes, já focados numa economia internacional e globalizada. Catalisados por facilidade de acesso ao conhecimento, ao conceito de escalabilidade de serviços, produtos e tecnologias e a diversificação como fato gerador de vantagem competitiva.

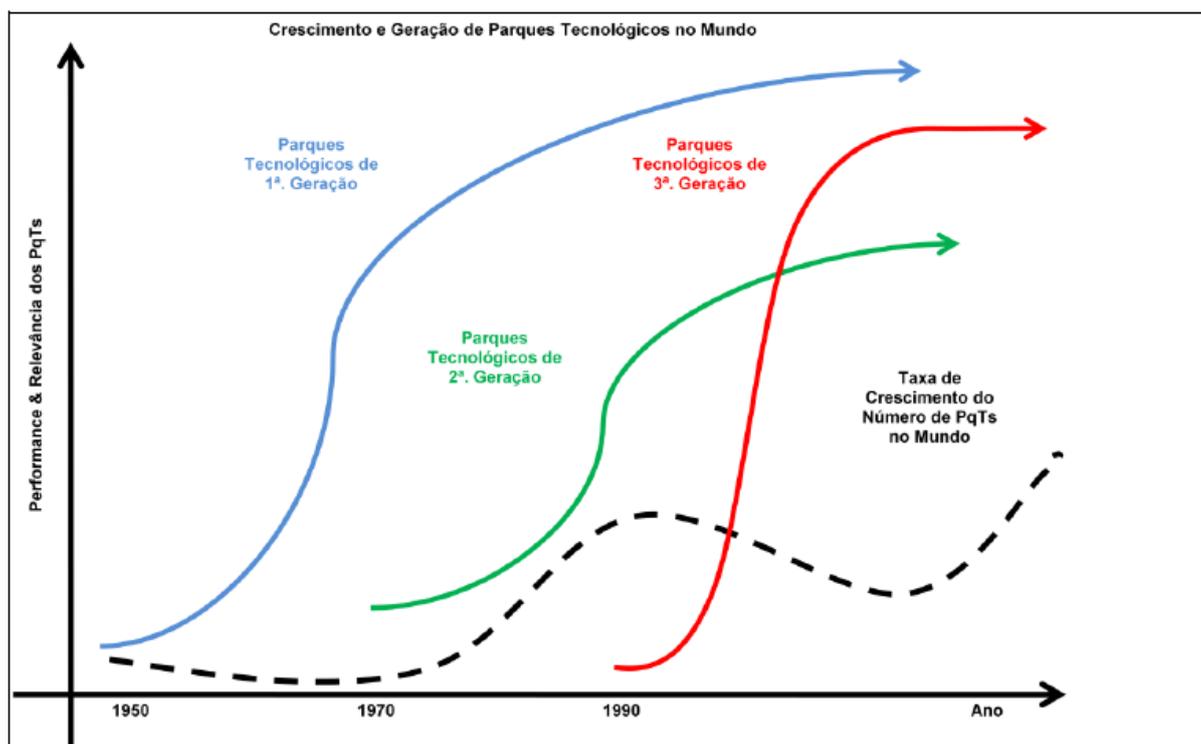


Gráfico 2: Crescimento e Geração de Parques Tecnológicos no Mundo.

Fonte: ANPROTEC & ABDI, 2008. Parques Tecnológicos no Brasil – Estudo, Análises e Proposições.

DEFININDO O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO (SNI)

Partindo do preceito de que os países têm como principal desafio o desenvolvimento, notamos que aqueles que ainda não são considerados desenvolvidos nos parâmetros estabelecidos buscam atingir tal objetivo e os que já são, enfrentam a dificuldade de continuar esse desenvolvimento com índices positivos. O caminho que parece mais sensato para atingir tais metas baseado em históricos é a Inovação. Dessa forma, vamos analisar mais especificamente a Inovação no Brasil, nosso principal escopo durante essa pesquisa, visando entender o que deu certo e o que não deu nessa incessante busca por novidades e desenvolvimento de pesquisas voltadas ao desenvolvimento do país.

Ao princípio de tudo, a Inovação não é um evento espontâneo e ao acaso, é

necessário o estabelecimento de um Sistema Nacional de Inovação - SNI que se efetuado de maneira correta, articulando de maneira efetiva as instituições públicas e privadas produz novas tecnologias, por meio das interações e da inovação. O consenso durante as pesquisas sobre o Brasil e o SNI é que o país não cumpre de maneira efetiva os preceitos necessários para um sistema maduro, sobretudo quando colocado em comparação com outros países considerados desenvolvidos.

Muitos são os estudos sobre o que define um Sistema Nacional de Inovação eficiente, tema bastante abordado nos anos 90. Um dos primeiros a definir foi Lundvall (1992) que notou que esse sistema é fortemente influenciado por fatores econômicos, políticos e culturais que determinam o sucesso das atividades de inovação.

Outro pesquisador que discorreu sobre o assunto foi Freeman (1995) que definiu o SNI como um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país que contribuem para a criação, avanço e difusão de inovações tecnológicas.

Já durante o século XXI, as pesquisas continuaram, principalmente com Edquist (2001) que definiu o SNI como um composto formado por todas as entidades econômicas, organizações sociais e políticas. Dessa forma nota-se quase que um consenso entre todos os estudiosos sobre o tema, a interação entre os diversos agentes é o que produz frutos positivos e assim, inovações, benefícios à sociedade e desenvolvimento ao país.

TEORIA DA HÉLICE TRIPLA

Os três principais agentes notados nas definições dos pesquisadores citados são o Estado, as Universidades e as Empresas. O primeiro com função de fomentar políticas públicas voltadas a tecnologia e inovação, o segundo como local de criação e difusão do conhecimento por meio de pesquisas e o último por meio da transformação da pesquisa em desenvolvimento, produto.

Dessa forma, a economia fica baseada em dois parâmetros: Conhecimento e Inovação. Por meio de uma teoria denominada Hélice Tríplice, por Etzkowitz e Leydesdorff (1977) que afirma que o desenvolvimento parte da boa interação entre os três agentes citados, além das ações individuais e efetivas de cada um deles.

Sendo que ao Estado cabe a função particular de criar políticas públicas de fomento à inovação, diminuição das incertezas por meio da manutenção de um ambiente macroeconômico estável, promoção de linhas de financiamento, particular ou público com a finalidade de aumentar a produção e a qualidade científica e investir no sistema educacional do país, base da formação do capital intelectual de uma nação (De Nigri & Kubota, 2008).

As Universidades devem formar o capital intelectual, os recursos humanos, dar os preceitos e ferramentas básicas para que se extraiam frutos e pesquisas capazes

de gerar tecnologia e inovação por meio da produção de conhecimento que será transferido para a iniciativa privada.

As Empresas, por sua vez, encarregam-se de captar e utilizar todo o conhecimento científico e tecnológico produzido no desenvolvimento de produtos e serviços a fim de gerar comercialização e difusão dos conhecimentos criados, promovendo o desenvolvimento local.

Destacando-se a parte do 'desenvolvimento local' pois para um Sistema Nacional de Inovação eficiente, as empresas devem pertencer ao Sistema por meio de Capital e Constituição Nacional, pois empresas subsidiárias de outro SNI não agregam tanto ao desenvolvimento tecnológico do país já que têm parte dos resultados remetidas a outros países.

Logo, uma interação entre esses três agentes onde o Estado cria as bases necessárias para a pesquisa, as Universidades se aproveitam das bases e criam o conhecimento e as tecnologias e as Empresas traduzem esse conhecimento em produtos para a Sociedade é o processo ideal para um Sistema Nacional de Inovação eficiente e o desenvolvimento do país. Assim o parque cumpre sua função de integrador entre mercado e produção científica; por meio das parcerias com as indústrias agregando valor com novos empreendimentos e desenvolvimento econômico.

OS TRÊS NÍVEIS DO SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

Para Albuquerque (1996) um Sistema de Inovação pode ser classificado em três níveis ou categorias, sendo a primeira os países que são lideranças no progresso tecnológico internacional. A segunda são os países que utilizam de forma eficiente e acrescentam novos avanços a tudo aquilo aprendido com os centros mais avançados. O terceiro nível são os países que não conseguiram produzir e nem copiar os avanços tecnológicos, ou seja, são imaturos em relação a inovação.

Seguindo essa classificação o Brasil estaria na terceira categoria, com um contexto adverso e mínimo incentivo ao desenvolvimento de tecnologias e inovações.

A INOVAÇÃO NO BRASIL

Historicamente o Brasil é um país atrasado se comparado com outros países já desenvolvidos, isso devido a sua independência, industrialização e criação de instituições de pesquisa e universidades de forma tardia.

As faculdades, um dos agentes no Sistema de Inovação Nacional, só começaram com a vinda da Corte Portuguesa em 1808. O ministério voltado especificamente para Ciência e Tecnologia só surgiu em 1985, mas enfrentou um cenário de grande

crise econômica e um sistema monetário-financeiro frágil, dessa forma tendo um contexto macroeconômico muito incerto, contrariando a teoria de De Nigri & Kubota, que atribuem ao Estado a função de diminuir incertezas para a produção científica.

A industrialização expressiva começou apenas na segunda metade do século XX. Antes disso a Economia era baseada na agricultura para exportação, porém a Grande Depressão mudou essa composição. A partir dos anos 50, começa o processo conhecido como substituição de importações, por meio da importação de tecnologias com investimento estrangeiro direto e não valorizando a capacitação do setor produtivo interno (Pacheco, 2003). Obviamente que o capital e tecnologia estrangeiro catalisaram a industrialização brasileira, porém não tinham como foco a inovação local.

Mesmo com tantas barreiras, alguns setores obtiveram avanços tecnológicos devido aos incentivos estatais como o setor de petróleo, mineração, telecomunicações e aeronáutica (Pacheco, 2003).

Logo, a tardia industrialização, a demora na criação de instituições de pesquisa, a falta de políticas públicas com incentivo a inovação e a falta de ação conjunta entre o governo, as universidades e as empresas são fatos determinantes para que o Brasil esteja classificado no terceiro nível dos Sistemas de Inovação Nacional, ou seja, tenha um sistema considerado imaturo (Albuquerque e Sicsú, 2000).

De qualquer forma, o país tem se esforçado para mudar esse contexto contrário a inovação. Por exemplo, têm-se políticas públicas o Programa de Capacitação de Recursos Humanos – RHAE que estimula a criação de equipes de pesquisa tecnológica e lança editais até hoje. Também foram criados a FINEP – Financiadora de Estudo e Projetos e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que são instrumentos financiadores de instituições científicas e tecnológicas.

Além da criação leis como a Lei nº 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, garante incentivos fiscais que podem ser utilizados de forma automática por pessoas jurídicas que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação.

Mesmo com tantas barreiras e incentivos a quebra dessas barreiras um ponto crucial deve ser abordado, o estreitamento das relações entre os agentes que compõe o Sistema Nacional de Inovação a fim de promover a criação e o uso de novos conhecimentos. Uma das alternativas para superar essas dificuldades, minimizar as distâncias entre esses agentes e assim aumentar a eficácia do Sistema de Inovação Nacional são os Parques Tecnológicos, tema abordado nesse projeto.

PARQUES TECNOLÓGICOS E SUAS COMPOSIÇÕES

A forma como estão estruturadas a gestão e a forma jurídica dos parques também desempenham importância na capacidade de gerar ambientes propícios

para a inovação. As principais formas jurídicas dos Parques tecnológicos são Fundações, Sociedades de Economia Mista e Organizações Sociais.

Fundações: De acordo com o artigo 62 do Código Civil Brasileiro, “para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la” (Lei 10.406, 2002). Sendo assim se caracteriza com fundação o local onde há um patrimônio despersonalizado e destinado a um fim. A vantagem de organizar um Parque Tecnológico sob a forma de fundação é que eles ganham diversas imunidades e isenções no tocante as tributações vigentes.

Sociedades de Economia Mista: É o caso de uma entidade privada onde, porém, o Estado é o maior detentor do capital social e é regulada pela lei das Sociedades Anônimas devendo prestar contas como Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado dos Exercícios e se sujeitar a auditoria externa. A primeira sociedade de economia mista brasileira foi o Banco do Brasil, em 1808, seguido pelo Banco do Estado de São Paulo. O boom desse tipo de organização foi o processo de industrialização brasileira, de 1930 a 1950, onde essa forma jurídica foi a utilizada para incentivar as empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) na busca do desenvolvimento do país.

Organizações Sociais: O título é dado exclusivamente pelo poder público e recebido por uma entidade privada, sem fins lucrativos, como forma de oferecer benefícios para que ela continue realizando seus interesses que devem ser alinhados com o que a comunidade deseja e que por consequência seria o que o Governo deseja. Sendo assim os serviços prestados antes pelo Governo passariam a ser responsabilidade de uma organização privada e incentivada com imunidade fiscal e fomento dirigidos exclusivamente a elas para a realização dos interesses da comunidade.

Sendo assim desprende-se que a forma de gestão implantada em um parque influência de maneira crucial a forma com que ele se desenvolverá e quais objetivos ele terá como orientação na hora de desenvolver suas pesquisas e projetos. Alguns focando no lucro para seus contratantes, outros focalizando desenvolver a comunidade na qual estão inseridos e atender aos interesses governamentais.

Nota-se também o grande incentivo do poder público para a organização de Parques Tecnológicos, o que explica porque em 2013 um quarto das iniciativas de implantação dessas organizações estava sob perspectiva da União, respondendo por 28 projetos. Ainda mais, o governo, segundo Sábato e Botana, está intrinsecamente ligado ao surgimento de um ambiente propício a Inovação.

OS PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL

Os parques no Brasil são tema de estudo e de utilização muito recente, segundo um estudo publicado na revista comemorativa de 20 anos da Anprotec a primeira ação formal para esse tipo de empreendimento aconteceu apenas em 1984, com o programa nacional de parques tecnológicos desenvolvido pelo CNPq. O primeiro parque em si somente em meados dos anos 90, mas ainda de forma bem tímida, incentivado por um cenário de alta instabilidade para as novas empresas, os parques surgiram na tentativa de auxiliar essas organizações, por meio de um auxílio do que mais tarde viriam a ser as incubadoras.

Outros incentivos que propiciaram a importação desses empreendimentos aqui para o território brasileiro foram o interesse dos investimentos internacionais que, baseados nas boas experiências obtidas principalmente na América do Norte e Europa, se voltavam para os países emergentes. Um segundo fator foi a consolidação de algumas universidades brasileiras no cenário nacional, com a formação de capital humano de alta capacitação e o incentivo a pesquisa. Os incentivos do governo também começaram com o objetivo de fomentar setores da economia que tinham potencial para concorrer no mercado internacional, na nova economia globalizada.

Dessa forma tem-se que os parques do Brasil em geral têm um tamanho mediano, mas com grande disponibilidade de terras para serem alugadas ou cedidas para as empresas e universidades que desejam se instalar próximas dali. Alguns findam-se apenas a descoberta científica e a testes por meio de prototipagem, não entregando exatamente o produto acabado, mas alguns modelos a serem desenvolvidos pelas empresas. Outros já possuem em sua malha uma parceria com indústrias que instalam verdadeiras fábricas e maquinários necessários para que o produto em desenvolvimento ali já saía totalmente pronto para o mercado.

CONCLUSÃO

Após os levantamentos, desprende-se que a inovação é um valor buscado e essencial para todas nações que desejam ser consideradas desenvolvidas e, para que se torne mais acessível o alcance desse objetivo, criou-se então o Sistema Nacional de Inovação (SNI) que é um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país que contribuem para a criação, avanço e difusão de inovações tecnológicas, segundo Freeman (1995). Para tanto são necessárias ações que facilitem a interação desses agentes que são o Governo, as Universidades e as Empresas, sendo a principal opção para isso os Parques Tecnológicos.

Os Parques Tecnológicos podem ter três principais formas jurídicas, sendo elas Fundações que são caracterizadas por um patrimônio despersonalizado e destinado a um fim, com as vantagens de ganhar isenções e imunidades quando organizados

dessa forma. Sociedades de Economia mista que é uma entidade privada em que o Estado é o maior detentor do capital social, como o Banco do Brasil. E, por fim, as Organizações Sociais que são entidades privadas sem fins lucrativos.

Abordando o tema inovação foi estudado a abordagem de diversos pesquisadores do tema como Lundvall, Freeman, Edquist e Albuquerque. Quase que há um consenso sobre o que é um fator determinante para um ambiente propício ao desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias que é a aproximação entre o Estado por meio do fomento e estabilidade Macroeconômica, das Universidades com a produção de capital intelectual e das Empresas com utilização e transformação das pesquisas em produtos e bens para a sociedade.

O tema no Brasil é visto como ainda novo, pouco desenvolvido por causa da tardia industrialização e falta de um cenário Político-Econômico estável. Mas são notáveis os esforços governamentais para que esse cenário seja revertido, como a Lei do Bem que garante isenções fiscais para pessoas jurídicas que se dediquem a pesquisas no setor de inovação e tecnologia.

Dessa forma, o Brasil ainda está muito atrasado em relação ao seu Sistema Nacional de Inovação, mas com a análise dos Parques Tecnológicos citados notamos o estreitamento da relação dos agentes determinantes para o bom desenvolvimento das pesquisas e criações. Logo, a perspectiva que fica é uma positiva em relação ao desempenho dos Parques que por meio de suas atividades geram valor para si e para todo o entorno no qual estão inseridos com a geração de empregos, novas tecnologias e produtos e ainda garantem o desenvolvimento do país que ainda visa ser uma referência em inovação.

Como desprendimento percebe-se que os fatores mais críticos e convergentes nos parques de sucesso em todo o território nacional são sempre a sua associação a um centro de pesquisa bem sucedido e relevante, a participação efetiva do governo local por meio de fomento com investimentos, programados e contínuos, ou por meio de doação de territórios para implantação das instalações dos parques e a forma de constituição e governança de organização social, se valendo dos benefícios fiscais e revertendo todo o lucro obtido nas parcerias indústria e universidades na continuidade e desenvolvimento de mais estudos e descobertas com a finalidade de gerar conhecimento útil para inovação tecnológica.

Outros fatores quase sempre presentes nos cases de maior sucesso nessas formações são uma proposta clara e objetiva de valor, a busca da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em áreas de necessidade prioritária do país, atuação como indutor da política industrial, a construção de marcas fortes e consolidadas, vinculação a empresas e projetos âncoras, composição de forma atraente ao capital privado, a integração com o mercado fornecendo produtos e inovações, além da geração de emprego e o foco para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ANPROTEC e SEBRAE. Glossário dinâmico de termos na área de tecnópolis, parques tecnológicos e incubadoras e empresas. Brasília: ANPROTEC, 2002.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORA DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES – ANPROTEC. Parques tecnológicos no Brasil: estudo análise e proposições. 2008a. disponível em http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/versao_final-pagina-a-pagina_pdf_45.pdf
- AZEVEDO, A.M.M.; FALVO, J.F. Políticas públicas de inovação em redes: o sistema Paulista de Parques Tecnológicos e sua interação com políticas públicas Federais e Municipais. Anais XV Congresso Latino-Ibero-americano de Gestão de Tecnologia – Altec. Porto: 2013.
- CASTELLS, M; HALL, P. Techno poles of the World: the making of 21 Century industrial complexes. London: Routledge, 1994.
- CIRANI, Claudia Brito Silva et al. PARQUES TECNOLÓGICOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE MODELOS DE GESTÃO. [S.l.: s.n.], [20--]. 21 p
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre, 2003.
- FIATES, José Eduardo Azevedo et al. PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL: Estudo, Análise e Proposições. Brasil: Consenso Editora Gráfica, [20--]. 24 p.
- FIATES, J. E. A.; PIRES, S.O. (Coord.). Glossário dinâmico de termos na área de tecnópole, parques tecnológicos e incubadoras de empresas. ANPROTEC/SEBRAE, Brasília, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Polis de Tecnologia de Campinas entra no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/polis-de-tecnologia-de-campinas-entra-no-sistema-paulista-de-parques-tecnologicos/>>. Acesso em: 12/03/2019
- GUGLIANI, E.; SELIG, P. M.; SANTOS, N. dos. XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. Foz do Iguaçu, 2012. Disponível em <<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/inovapucrs/tecnopuc/anprotec-2012-artigo-governanca-analise-contexto.pdf>>. Acesso em 13/03/2019
- INVESTE SÃO PAULO, Agência Paulista de promoção de Investimentos e Competitividade. Disponível em <<http://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/inovacao-ciencia-e-tecnologia/parques-tecnologicos/>>. Acesso em 13/03/2019
- MEDEIROS, A. M.; MATTEDI, A. P.; MARCHI, M. M. Polos tecnológicos e núcleos de inovação: lições do caso brasileiro. Revista de Administração da USP – RAUSP, São Paulo 25(4):3-12, outubro/novembro de 1990.
- MEDEIROS, L. A, MARTINS, T.; PERILO, S. Polos, Parques e Incubadoras- A busca da modernização e competitividade: Brasília: CNPq/IBICT/SENAI, 1992
- STEINER, João E.; CASSIM, Marisa Barbar; ROBAZZI, Antônio Carlos. Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação. [20--]. 40 p. Dissertação (Instituto de estudos avançados) - Universidade de São Paulo, São Paulo, [20--].
- VILLELA, T. N.; MAGACHO, L. A. M. Abordagem histórica do Sistema Nacional de Inovação e o papel das Incubadoras de Empresas na interação entre agentes deste sistema. [Sly: s.n.], [20--]. 19 p.

TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Data de aceite: 19/11/2019

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

UFRJ, Programa de Engenharia Urbana

Rio de Janeiro - RJ.

Giovani Manso Ávila

UFRJ, Programa de Engenharia Urbana

Rio de Janeiro - RJ.

RESUMO: Este artigo objetiva demonstrar como o transporte alternativo operado por mototáxi pode ser considerado, além de um mecanismo de mobilidade, uma estratégia de “contornamento territorial”, no caso das comunidades da cidade do Rio de Janeiro. A metodologia baseia-se na fundamentação teórica sobre a “cidade contemporânea i-mobilizada” e na aplicação de entrevistas não estruturadas a usuários dos mototáxis e vans e aos mototaxistas no/do bairro Bangu, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Os resultados apontam para denominadores comuns entre o fenômeno atual e sua “primeira onda”, na década de 1990, no Estado do Ceará, mas com um novo aspecto, agora ligado à superação da dialética mobilidade-imobilidade causada pelas medidas de contenção das “forças de segurança” na cidade. Conclui-se que os mototáxis, assim, fazem-se fundamentais tanto para a integração entre áreas formais e

informais, como para a preservação da vida dos moradores de territórios segregados.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade i-mobilizada. Contornamento territorial. Mototáxi.

ALTERNATIVE TRANSPORTATION IN RIO DE JANEIRO: A STRATEGY OF TERRITORIAL “*CONTOURNEMENT*”

ABSTRACT: This article aims to demonstrate how the alternative transport operated by moto taxis can be considered, besides a mobility mechanism, a strategy of territorial “*contournement*”, in the case of the communities of the city of Rio de Janeiro. The methodology is based on the theoretical grounding on the “i-mobilized contemporary city” and on the application of unstructured interviews to motorcycle and taxi users and (motorcycle) taxi drivers in the Bangu neighborhood, in the west zone of Rio de Janeiro. The results point to common denominators between the current phenomenon and its “first wave”, in the 1990s, in the state of Ceará, but with a new aspect, now linked to the overcoming of the mobility-immobility dialectic caused by the containment measures of the “security forces” in the city. It concludes that moto taxis are thus fundamental both for the integration between formal and informal areas, as well as for the preservation of the lives of residents of segregated territories.

KEYWORDS: I-mobilized city. Territorial “*contournement*”. Moto taxi.

1 | INTRODUÇÃO

Na cidade do Rio de Janeiro, ainda que não exclusivamente, uma tática ou estratégia adotada pelas polícias para a execução de medidas tidas como de segurança, em repressão à criminalidade violenta, é a chamada contenção, ou fechamento, territorial (HAESBAERT, 2012). Praticada sob diversas formas, como veremos, seu objetivo central é imobilizar um determinado recorte espacial, tido como sendo, momentaneamente ou não, da criminalidade associada ao narcotráfico de varejo, para que haja rendições e apreensões de pessoas e produtos, segundo as polícias, relacionados a esta atividade em uma escala micro local.

Com “micro ações”, as operações policiais passam a ser rotineiras, buscando um desgaste das quadrilhas, o que, por outro lado, enclausura uma população, normalmente de baixa renda, cotidianamente, através da projeção “temporário-permanente” da imobilização para o controle do território. Neste contexto, o presente artigo busca, como objetivo específico, notar e investigar as iniciativas de contornamento das populações mais afetadas pelas contenções e risco à morte violenta para que se amplie o debate das possibilidades de saída e trânsito transterritoriais. Sua relevância reside no novo modo de ver o transporte alternativo (ou complementar) urbano - ligado à proteção dos usuários de transporte público em escala macro - que dá vida à cidade a partir dos movimentos pendulares e do aproveitamento de espaços públicos para lazer, onde os veículos “fazem ponto”.

Como base conceitual, será explorado o trabalho de COELHO (1997), que identifica, em seu contexto originário (Cratêus e Sobral, Ceará, Nordeste brasileiro, 1995), o uso de mototáxis para solução de problemas similares de mobilidade: busca de recursos que dão funcionalidade às cidades de porte médio com necessidades de circulação para garantia de trabalho. Porém, em termos de segurança, trata apenas daquela de tráfego (vulnerabilidade a acidentes), pois sua motivação foi a notação de deficiência no sistema rodoviário de transportes e de eficiência das iniciativas populares para suprimir engarrafamentos e maiores gastos financeiros com circulação.

Buscou-se, por este fator, investigar o uso de mototáxis, e também vans, nos dias atuais, porém, em uma metrópole nacional com grandes problemas de segurança pública, devido à nova “onda” ou “boom” desta modalidade de transporte para o então chamado “contornamento territorial”.

O presente estudo embasar-se-á, assim, nos autores supracitados e em um estudo primário de percepção dos usuários para confirmar, ou não, a seguinte hipótese:

o transporte alternativo ou complementar do Rio de Janeiro, nas áreas segregadas e de violência urbana e institucional, configura uma estratégia de contornamento territorial das populações integrando os fragmentos da cidade e dando forma a seu organicismo e sistema-total, além de proteção às suas vidas.

Com base nisto, espera-se incentivar uma ampliação dos campos da pesquisa e da política urbana no pensar mobilidade, transportes e redes de serviços e infraestruturas das cidades em sentido integrado - no presente caso, com a segurança. Além de promover um debate que permite explorar novas formas ou iniciativas inclusive auto administradas para a garantia de direito à cidade.

2 | CONTENÇÕES TEMPORÁRIA, PERMANENTE, SIMBÓLICA E “HISTÓRICA”

Como já mencionado, a contenção é uma forma de cerceamento da circulação como tática de controle do território (HAESBAERT, 2012). Depois de dois anos de levantamento diário de informações sobre os fechamentos territoriais por parte do grupo de pesquisas coordenado pelo geógrafo Rogério Haesbaert (Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense), foi elaborada uma tipologia de fechamentos devido à diferenciação percebida de intensidades da dialética mobilidade-imobilidade por motivos de violência urbana, coerção ou autoproteção (op. cit.). Assim, o autor constata três diferentes estratégias de contenção territorial, no Rio de Janeiro: a temporária (i), a permanente (ii) e a simbólica (iii); e, acrescentamos, pode-se falar em um quarto tipo: a contenção histórica (iv).

(i) “Reconhece-se, por exemplo, que uma das estratégias mais comuns (ou táticas, dependendo da projeção da ação, tanto em termos de concepção quanto de desdobramentos) é a que envolve o fechamento de vias de grande circulação, desde ruas, rodovias, até mesmo, algumas vezes, ferrovias (os ‘trens de subúrbio’, no caso do Rio de Janeiro) (op. cit.). Um caso emblemático pode ser verificado na Figura 1. Trata-se da Avenida Brasil, uma via de grande circulação casa-trabalho-casa, o dinamismo diário que alimenta a vida urbana (utilitarista) tendo o transporte urbano coletivo como central para o deslocamento de pessoas, trabalho e capital, paralisada por tanques do exército em missão “pacificadora” no conjunto de favelas da Maré.



Figura 1. Militares fecham a Avenida Brasil durante tiroteio.

Fonte: UOL (shorturl.at/lpADH).

Como sugere o título da matéria, trata-se de um fechamento temporário, “durante o tiroteio”, mas que, “de qualquer forma, pela simples verificação da intensidade no número de ocorrências já demonstra que aquilo que poderia ser visto simplesmente como ocasional ou temporário, acaba por se tornar ‘permanente’, no sentido da ‘normalidade’ de sua recorrência” (HAESBAERT, 2012). E o Complexo da Maré continua como exemplo (Figura 2): “forças de segurança” ocupam locais fixos para permanência, no caso, por prazo indeterminado, dependente do estágio de “pacificação” e neutralização do poder de fogo alcançados (UOL, 2014). Bem se exemplifica, assim, a contenção “temporário-permanente”.

(ii) Em termos de contenção permanente (definitiva), as estruturas são outras: muro-barragem e muro-duto, ambas legitimadas a partir de um discurso ecológico maquiado, evidenciado por uma série de pesquisas, como em CANÇADO (2009), REDE et al. (2009) e CAMARGO (2012) - ver Figuras 3 e 4.

Na Figura 3, discursa-se o “ecolimite” para proteção da área ambiental vizinha à favela do Santa Marta (Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro), enquanto, na Figura 4, é isolada uma via expressa, da favela da Maré utilizando-se o discurso da poluição sonora.



Figura 2. Exército estende ocupação na Maré.



Figura 3. O muro da discórdia.

Fonte: ANF (<http://www.anf.org.br/o-muro-da-discordia/>).



Figura 4. Barreiras acústicas.

Fonte: INDAC (shorturl.at/doR08).

Cumprе notar, aqui, que as favelas são os exemplos marcantes, pois, historicamente, consolidaram-se como espaços estigmatizados da criminalidade (CAMPOS, 2005), o que se usa discursivamente para legitimar a repressão (FERRAZ, 2012) e, portanto, a contenção. Isto vem a somar ainda com a invisibilização da favela tanto na escala “do sensível” (do sentido humano da visão) quanto na escala simbólica (da favela em termos de vivência, produção cultural, entre outros significados).

(iii) A terceira estratégia de contenção identificada dialoga com essa invisibilização que é também de informação sobre as áreas segregadas (HAESBAERT,

2012). Pela/para invisibilização, as políticas públicas são direcionadas às áreas já assistidas - em algum sentido - pelo poder público, sendo ressaltadas pelas mídias hegemônicas e, assim, projetos de urbanização coercitiva empurram a periferia mais à periferia (há uma hiperperiferização), como no caso das remoções compulsórias que chegaram a realocar famílias em espaços de distância superior a 20 km de suas moradias de origem (SOUZA, 2015). GROSTEIN (2001) pode, com isto, confirmar em escala local o padrão dual e insustentável da urbanização brasileira, para o qual chama atenção explicitamente:

De um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, seu contraponto absoluto, a cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade, exacerbando as diferenças socioambientais (GROSTEIN, 2001).

(iv) Deste mesmo processo ou padrão advém a “contenção histórica” que crescemos. Enquanto a contenção simbólica se refere à assistência seletiva do poder público e ao suporte midiático para estas seleções, aqui se é voltada à construção histórica das favelas e áreas informais das cidades, desde a escolha de seu “sítio natural” até a configuração de seus modos de habitar. Portanto, considera-se as seguintes características usuais: topografia acidentada, vielas sem pavimentação ou com pavimentação precária, baixa cobertura de espaços livres e menos cobertura de espaços de circulação, e acessibilidade restrita também em termos de “fechamento comunitário”, em um sentido de autoproteção. Com isto, o poder público e as mídias hegemônicas ampliam a contenção simbólica se utilizando de discursos naturalizantes (da segregação física entre cidade formal e informal devido ao ambiente natural onde as favelas se instalam) e de ordem moral (da manutenção da segregação devido às formas irregulares de ocupação). Ou seja, há, ainda, uma transferência de responsabilidade à população segregada que, final e criativamente, produz seus contornamentos.

3 | CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Para suprir a desassistência do poder público contornando as contenções, constrangimentos e barragens, e, de maneira geral, a imobilização (ou seja, para suprir as necessidades de integração com o tecido sociopolítico-urbano), as populações de espaços segregados “desenvolvem uma habilidade especial em ‘transitar entre fronteiras’ (do legal e do ilegal, do ‘deter-se’ e do ‘avançar’...) [...] ‘contornando’ dois grandes riscos, o da morte violenta e o de ficar subordinado à caridade ou ao assistencialismo alheio” (TELLES, 2007). Assim define-se o que já foi tocado ao longo do item anterior: a “contraface indissociável da contenção”, o contornamento,

“a capacidade de reterritorialização múltipla, ou seja, de construção de uma multi ou mesmo transterritorialidade, referida ao trânsito constante entre territórios”, “o ‘viver no limite’ que caracteriza a vida dos mais precarizados - ao mesmo tempo manifestação de sua fragilidade e de sua força” (HAESBAERT, 2012). Ou, em outras palavras: a ultrapassagem das contenções para exercício da cidadania, do direito à mobilidade (ir e vir), através de mecanismos criativos e insurgentes de transportes, como podem-se demonstrar os mototáxis no Rio de Janeiro, que serão finalmente contextualizados e em escala nacional.

4 | AS ONDAS DOS MOTOTÁXIS NO BRASIL

Neste “viver no limite”, importa-se para as favelas cariocas contidas e potencializa-se o mercado dos mototáxis, um transporte rápido que possibilita a ultrapassagem de barreiras que os automóveis, por exemplo, não alcançam (COELHO, 1997). Ele surge no Brasil, na Região Nordeste, da precariedade dos sistemas de transporte coletivo sentida pela população que considerava o mototáxi um meio de transporte extremamente econômico, rápido e capaz de superar as dificuldades dos engarrafamentos (op. cit.).

4.1 A primeira onda: onda cearense

Com base no estudo do fenômeno dos mototáxis Modesto Siebra Coelho, a primeira utilização de motocicletas para o transporte urbano no Brasil se iniciou no Estado do Ceará, mais precisamente nas cidades de Cratêus e Sobral, em 1995, a partir da união necessidade-potencial criativo de um microempreendedor ex- funcionário de banco (op. cit.). As cidades mencionadas e todas aquelas que rapidamente seguiram a tendência tem em comum o porte de cidade média e a necessidade de transportes coletivos que, segundo o autor, eram poucos e, em alguns casos, inexistentes. Por este motivo, as ruas eram tomadas de veículos particulares e o congestionamento passou a fazer parte do cotidiano destas cidades (op. cit.).

Foram melhorias sentidas pela população com o uso dos mototáxis: fluidez de tráfego (descongestionamento e rapidez) e barateamento de custos nos deslocamentos casa-trabalho-casa; geração de empregos (desde os microempreendedores com suas empresas de mototáxis até os próprios moto taxistas - saída interessante para a população de baixa renda frente a uma crise econômica que rondava o país); quebra de preconceitos como “uma mocinha de família não devia ‘pegar carona’” e “motociclistas são rabos de burro ou playboys”; algum grau de aventura; e, de modo geral, melhoria das condições de vida e repercussões

positivas sobre o ambiente e circulação urbanos (op. cit.).

Porém, também havia problemas e conflitos sobre este novo meio. Estes podem ser resumidos ao apelo à regulamentação e ao seu embate. Como desfavoráveis ao mercado de mototáxi, havia os taxistas tradicionais e, “jogando pesado”, os empresários do transporte rodoviário (op. cit.). Os argumentos giravam entorno de um discurso jurídico-legal e de segurança. Como estamos tratando de uma “ciência dos transportes”, porém, este discurso não se pode tomar como referência. Apontar que “a constituição de 88 [(BRASIL, 1988)], no artigo 175, diz que incumbe ao poder público [...] a prestação do serviço público” e “o Código Nacional de Trânsito, no artigo 182, proíbe expressamente o transporte remunerado de passageiros em veículos particulares” possui caráter apenas normativo. Leis e normas, via de regra, são propostas, alteradas, revogadas, etc., a partir de forças políticas que - infelizmente - independem de avaliações de rigor acadêmico.

Sobre a questão da segurança, argumenta-se o risco que correm os usuários e os próprios mototaxistas, expostos devido à falta de proteção das motocicletas, e a vulnerabilidade destas frente ao trânsito junto a carros e ônibus. COELHO (1997), inclusive, sugere a criação de “motovias” exclusivas para o veículo.

4.2 A segunda onda: onda fluminense

Adicionalmente às motivações da Onda Cearense e, mais precisamente, no Rio de Janeiro, os mototaxis surgiram da necessidade de ultrapassar barreiras intencionais e/ou características da formação de territórios informais.

No caso das favelas cariocas, em sua maioria, em termos de sítio urbano, a permeabilidade é baixa e a densidade populacional é altíssima devido à falta de espaços abertos, o que impede a circulação de carros e ônibus. A topografia é, geralmente, acidentada e as ocupações se estendem ao longo de encostas irregulares. O fator econômico fecha a caracterização tendo em vista a precariedade das condições de vida aos quais estão expostos os habitantes, então, baixo assalariados. E, como já abordado no presente texto, há desassistência do poder público nestas localidades, exceto pelo “Estado de Polícia” (FERRAZ, 2012).

Deve-se compreender, neste momento, para o espaço estigmatizado como sendo espaço da violência, em vista, novamente, de sua baixa permeabilidade ou acessibilidade, que algumas formas de ilegalidades têm aí a oportunidade de se instalar. O conceito de contenção territorial é, assim, promovido por medidas de segurança, pela dialética “natural” imobilidade-mobilidade e por práticas de contenção das minorias controladoras do território quando em situações de crise (isto será explorado adiante). Mas as favelas detêm um potencial criativo de reagir às contenções: a minoria controladora do território contorna as intervenções policiais

através das redes regionais e internacionais de narcotráfico (ou seja, a partir, na realidade, de escalas maiores dominadas pelos atores criminosos de colarinho branco) e, sua maioria, trabalhadora pobre urbana, através das iniciativas como o uso de mototáxis, tendo como outro aspecto comum com a Primeira Onda o não mencionado uso de motocicletas para pequenas entregas. No Rio de Janeiro, um exemplo deste transporte tem como carga bujões de gás e sacos de areia e cimento para ampliação dos assentamentos precários, o que se observou durante as atividades de campo para entrevistas informais.

As favelas podem ser compreendidas como cidades informais contidas/imobilizadas. A Figura 2 já demonstra isto. Para exemplificar esta tese se utilizando de outra parte da cidade, de um subúrbio mais longínquo em relação ao Centro da cidade, os pontos de mototáxi localizados na Rua Iriguaçu e na Avenida Ministro Ary Franco, ambas no centro comercial do bairro Bangu, na Zona Oeste do Rio, atendem especificamente as comunidades pertencentes ao conjunto de favelas da Vila Aliança, nas quais, segundo relatos extraídos de moradores, quase diariamente há retaliações por parte dos narcotraficantes em relação à circulação da população, a qual tem sido utilizada como “escudo contra as invasões (policiais) da comunidade”. O interessante do exemplo da Vila Aliança é que ela não se encaixa no estereótipo de favela carioca de topografia acidentada e constituída apenas por vielas de baixa acessibilidade. Ela possui uma praça que funciona de terminal rodoviário legal, com itinerários, inclusive, via Centro. Ainda assim, segundo os moradores, confirmando a tese, hoje, parcialmente, limitada, de COELHO (1997), os mototáxis suprem a insuficiência do transporte público rodoviário, sendo localizados seus pontos nas esquinas da avenida principal (Av. Augusto Figueiredo) com cada viela interiorizante das comunidades, sendo fundamental para a integração aos centros e sub-centros de trabalho e a pontos de acessibilidade como as estações ferroviárias da cidade.

A limitação dos motos táxis expostos pela população é a dificuldade de se locomover com grande volume de bolsas ou sacolas de compras, o que pode implicar em algum risco. Um uso notório de mototáxi na região diz respeito à ida e volta a um supermercado localizado na Avenida Ministro Ary Franco, justificando a posição de um dos pontos analisados. Ainda assim, muitos usuários optam pela moto táxi, mesmo com grande volume de bolsas, porque “é rapidinho. A gente nem sente e já chegou”.

Apointa-se assim uma nova diferença entre as ondas cearense e fluminense, alterando aquela tese defendida por COELHO (1997), não por ineficácia de suas análises, mas por tratar-se de outro contexto espaço-temporal, e que indica ao uso do transporte “alternativo” (na verdade, melhor entendido como “transporte complementar”, em vista do funcionamento como linha alimentadora dos transportes de massa) sua função de contornamento territorial a contenções “naturais” e de

insegurança (em contorno ao contornamento-contenção do tráfico de drogas), interligando as cidades informal e formal para a “vida líquida” do urbano moderno BAUMAN (2005). A analogia é aqui feita para a vida dos moradores de favelas, que, como mencionado, buscam o contornamento da morte violenta - a sobrevivência no contexto da violência urbana.

Com base na leitura completa de COELHO (1997), o transporte alternativo pode ser entendido como mecanismo de deslocamento cujas possibilidades de uso suprem necessidades não contempladas pelas modalidades hegemônicas de transporte, seja por insuficiência de atendimento destes ou por preferência do usuário, cabendo aí o termo “alternativo”. A ideia de “transporte complementar” é aqui adotada por conta da dependência desta população imobilizada de ligar-se às redes de circulação mais densas. O uso das aspas em “alternativo” se justifica nisto, mas pode ser deixado de lado por se tratar de uma discussão semântica que não influenciaria nos resultados da presente pesquisa, pois se questiona o termo e não seu conteúdo, que já foi apresentado. Em relação à provocação, “alternativo” deixa de receber aspas porque o mototáxi, como já concluído parcialmente, é um meio de transporte complementar *alternativo à contenção territorial*.

5 | NARCOTRÁFICO E (I)MOBILIZAÇÃO INTRAURBANA: TERRITÓRIOS (DES)CONTIDOS

Segundo depoimento de moradores da Vila Aliança, a sucessão de operações policiais ocorridas desde dezembro de 2014 até junho de 2015 (uma das mais longas articulações policiais da história local), tem feito, mais do que nunca, os traficantes utilizarem da população como escudo em um movimento dialético de contornamento-contenção. A população, em alguns casos, é ordenada de que saia de suas casas para que a Polícia Militar (PM) não entre nas favelas realizando disparos de arma de fogo ou, inclusive, acerte um popular, o que traz implicações como necessidade de prestação de socorro e atenção da mídia às operações e com repercussão negativa para a PM. Mas a medida mais violenta é o uso de mulheres e crianças, em sua maioria, sofrendo disparos de armas de fogo pelos narcotraficantes, nas pernas ou pés, abandonadas nas ruas, ou seja, interrompendo temporariamente a passagem de viaturas e policiais a pé que, novamente, tem o dever de prestar atendimento de socorro às vítimas. Numa leitura objetiva: a polícia é “contida do lado de fora”, a população é contida e o tráfico contornado, ainda que seu território informal seja “naturalmente” contido, no sentido já exposto da baixa acessibilidade devido à alta densidade urbana, vielas não pavimentadas de ordem não-planejada e um cinturão de insegurança em defesa dos negócios ilícitos.

As operações policiais têm sido frequentes na Vila Aliança, o que faz com que traficantes de drogas de varejo usualmente fechem vias ateando fogo em pneus e bloqueando os acessos não só às favelas como, desta vez (Figura 5), também ao centro comercial de Bangu via viaduto.



Figura 5. Bandidos fecham Vila Aliança com barricadas.

Fonte: Jornal O Dia (shorturl.at/pBOVW).

Apesar desta limitação, alguns mototaxistas do centro comercial se colocaram em posição de voz ativa por serem colegas daqueles que operam dentro do conjunto de favelas. Todos são moradores das localidades a que servem. Foi relatado que, dado o horário inicial das operações, quando os moradores e moto taxistas ainda veem alguma possibilidade de trânsito para contornamento, a recorrência ao serviço aumenta exponencialmente, o que também é aplicado para as vans e Kombis.

Desta forma, os motos táxis, as vans e Kombis, todos vistos como transporte alternativo e/ou complementar, configuram-se como meios alternativos à contenção territorial de populares.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogando diretamente com o que apresenta HAESBAERT (2012), que menciona uma “contenção dialética” (não neste termo) criada por traficantes de drogas de varejo em áreas faveladas ou comunidades carentes, o transporte urbano alternativo, em sua maioria, irregular e informal, se consolida como medida criativa de “saída transterritorial às contenções”, integrando as cidades formal e informal, seja por trabalho e/ou consumo, nutrindo a vida urbana e liquidando, ainda que não em condições ideais, dificuldades de circulação e acessibilidade enfrentadas nas áreas caracterizadas. A caracterização particular das favelas da Vila Aliança, composta, em parte considerável, por ruas largas, pavimentadas e em terreno de baixada, possibilita a extrapolação da tese aqui defendida para os espaços segregados independentes de sua tipologia de contenção. Mais do que os aspectos físicos, *há*

uma variada construção narrativa de negação à favela que a contém.

O transporte por vans e mototáxis, assim, consolida-se, em especial, como um “transporte alternativo às contenções”. Isto significa: o transporte alternativo e/ou complementar urbano desempenha um papel de contornamento de populares principalmente à morte violenta. Contorna, ainda, a desassistência estatal a partir de iniciativas próprias e rompe com barreiras discursivas ligadas à *insegurança* que inibiriam sua circulação. Há rapidez na chegada ou na saída de casa e promoção de proteção sentida.

Um ponto a ser explorado ainda é o possível controle *não-consentido* do tráfico sobre os mototaxistas - não por ter sido colocado pelos taxistas tradicionais, que sugeriram relações de comércio. É cotidiana a presença de homens com armas de fogo nos pontos moto taxistas localizados no mesmo conjunto de favelas conhecido como Vila Aliança. Fato já *reconhecido* com as atividades das vans aponta para este não-consentimento (UOL, 2012). Por este motivo, a investigação de uma possível desintegração dos serviços, causada pelo controle coercitivo e violento aos condutores, definindo-se locais que podem ou não ser atendidos e como, deve ser realizada, a partir de uma abordagem etnográfica, não apenas pela justificativa da imobilização, como, também, fundamentalmente, pela proteção dos próprios moto taxistas. Isto incrementaria análises mais aprofundadas das possibilidades e desejos sobre a regulamentação universal dos transportes em foco, sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CAMARGO, Jean Carlos Gomes. **Ecolimites ou sócio-limites? Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles [online], 2012. Disponível em: <<http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/ecolimites-ou-socio-limites/>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:08.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

CANÇADO, Wellington. O muro: “ecolimites” e as favelas do Rio de Janeiro. **Minha Cidade (vitruvius) [online]**, vol. 106, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.106/1854>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:10.

COELHO, Modesto Siebra. **A nova onda do transporte urbano: o mototáxi**. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 1997. (Novos Tempos, 2).

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. Desordem/Ordem na cidade, políticas de segurança e violência. In: Ana Clara Torres Ribeiro; Tamara Tania Cohen Egler; Fernanda Sánchez. (Orgs.). **Política governamental e ação social no espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012, 167-74.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos insustentáveis. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, n.1, pp. 13-19, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100003>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:12.

HAESBAERT, Rogério. Cidade "i-mobilizada": contenção e contornamento como estratégias territoriais de controle. In: Jorge Luiz Barbosa; Ester Limonad. (Orgs.). **Ordenamento territorial e ambiental**. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 73-94. (Coleção Espaço, Território e Paisagem, 2).

REDE Rio Criança et al. (Org.). **Os muros nas favelas e o processo de criminalização**. Rio de Janeiro: Justiça Global [online], 2009. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/r_jg_2009_muros_favelas.pdf>. Acesso em 23 ago. 2019, às 16:15.

SOUZA, Gabriel Carvalho Soares de. **Morar Carioca da Providência: a ambiguidade da ação municipal na urbanização de favelas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Rio de Janeiro: PEU/POLI/UFRJ, 2015.

TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: Francisco de Oliveira; Cibele Saliba Rizek. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.195-218. (Coleção Estado de Sítio).

UOL. **Exército estende ocupação na Maré**. Disponível em: <http://portal.tododia.uol.com.br/_conteudo/>. Publicado em: 30/12/2014. Acesso em: 09 abr. 2015, às 22:04.

VIABILIDAD SOCIAL Y ECONÓMICA DE LA REACTIVACIÓN DEL SERVICIO FERROVIARIO ROSARIO-CAÑADA DE GÓMEZ (ARG)

Data de aceite: 19/11/2019

Leonel Raúl Swistoniuk

Universidad Nacional de Rosario, Escuela de
Ingeniería Civil
leonelsw@gmail.com

RESUMEN: Debido al crecimiento de las ciudades vecinas de la Gran Rosario en las últimas décadas y los deficientes medios de transportes que las vinculan, los organismos municipales tuvieron la iniciativa de promover la reactivación del antiguo sistema ferroviario de pasajeros de la región, que comprende el corredor Rosario-Cañada de Gómez. Con esa meta, el presente trabajo tiene como objetivo desarrollar el proyecto de la estación y analizar la viabilidad económica y social del mismo. El trabajo se dividió en cuatro etapas, en la primera se analizó la demanda por el servicio y se realizó una proyección futura, basándose en datos brindados por otros medios de transportes públicos, los cuales actúan en el área de influencia, y datos de instituciones públicas referentes a la población del país. En la segunda etapa, se planificaron los tipos de servicios ofrecidos, sus frecuencias y horarios, por medio de Diagrama de Malla. En la tercera etapa, se desarrolló una propuesta para la edificación de la Estación Intermodal

de Rosario. En la última etapa, se realizó un Análisis Económico y Flujo de Caja, donde, se constató la necesidad de Inversión Inicial por parte del Gobierno Argentino para la ejecución del proyecto, el cual, aún en el peor escenario posible, presenta beneficios a la sociedad y viabilidad económica sin depender de nuevos subsidios estatales.

PALABRAS CLAVE: Sistema Ferroviario, Demanda de Pasajeros, Diagrama de Malla, Estación Intermodal, Análisis Social y Económico.

RESUMO: Devido ao crescimento das cidades vizinhas da Gran Rosário nas últimas décadas e os deficientes meios de transporte que vinculam elas, os órgãos municipais tiveram a iniciativa de promover a reativação do antigo sistema ferroviário de passageiros da região, que compreende o corredor Rosário - Canada de Gomez. Com esse intuito, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver o projeto da estação e analisar a viabilidade econômica e social do mesmo. O trabalho dividiu-se em quatro etapas, na primeira analisou-se a demanda pelo serviço e realizou-se uma projeção futura, baseando-se em dados fornecidos de outros meios de transportes públicos, os quais atuam na área influenciada, e dados de instituições públicas referentes a população do país. Na segunda etapa planejou-se os tipos de serviços

oferecidos, suas frequências e horários, por meio de Diagramas de Malha. Na terceira etapa desenvolveu-se uma proposta para o projeto de edificação da Estação Intermodal de Rosário. Na última etapa realizou-se uma análise econômica e fluxo de caixa, onde, constatou-se a necessidade de investimento inicial por parte do governo Argentino para a execução do projeto, o qual, mesmo no pior cenário possível, apresenta benefícios a sociedade e viabilidade econômica sem depender de novos subsídios estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Ferroviário. Demanda de Passageiros. Diagrama de Malha. Estação Intermodal. Análises Social e Econômica.

1 | INTRODUCCIÓN

Debido al notable crecimiento poblacional de Ciudades Aledañas a la Gran Rosario en la última década, como ser las de Funes y Roldán (60% y 25% respectivamente; FUENTE: INDEC - IPEC, Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda (2010)), surge la iniciativa por parte del gobierno de la reactivación del antiguo Servicio Ferroviario que vincula las antes citadas, hasta su extremo de importancia en la ciudad de Cañada de Gómez, Santa Fe, Argentina, conectando ésta con Rosario mediante una traza de 70 kilómetros en Vías Dobles.

El objetivo principal es, socialmente, brindar un óptimo escenario para el desarrollo de las llamadas “Ciudades Satélites”; las cuales se desenvuelven parcialmente aisladas unas de otras, ya que las principales actividades económicas se dan en una focal de mayor jerarquía (Rosario). También se las suelen conocer como Ciudades Dormitorios, ya que sus residentes las utilizan principalmente para descansar, mientras que desarrollan sus actividades diarias en las Focales. Al presentar éstas, la tranquilidad que no consiguen en las Grandes Metrópolis.

Es por ello, que el requisito fundamental para lograr tal desarrollo y a la vez descongestión de la Propia Rosario, es dotar de un medio de transporte Eficiente en la región; como ser el Ferrocarril, que reemplazaría a los tediosos embotellamientos y congestiones en las ciudades, por un medio Sustentable, Económico, Rápido y Ágil.

Mediante un estudio dividido en cuatro partes básicas, se logra una proyección del servicio Ferroviario utilizando conocimientos Elementales de la Ingeniería Civil, sin sofisticados Softwares, y base en datos públicos brindados por Organismos Oficiales.

En su Primera Etapa, se estudió la demanda que presentaría el futuro servicio, calculada para el año Inicial de funcionamiento, con sus respectivas proyecciones futuras mediante Funciones Estadísticas. Basada en datos brindados por empresas de Buses que prestan servicio actualmente en la zona, adaptándolos a las necesidades de análisis, y contemplando distintas variables de entorno; Económicas, Sociales y

Culturales.

La Segunda Parte busca planificar el servicio con el fin de satisfacer la demanda antes analizada, de la manera más eficiente posible. Mediante Diagrama de mallas, construidos en base a las prestaciones del Material Rodante disponible por fabricantes Nacionales y previamente preseleccionado, además de considerar las Leyes Físicas, tales como las ecuaciones cinemáticas del movimiento rectilíneo uniformemente acelerado de un cuerpo; se logra una grilla de horarios finales de cada formación, ajustándola en función de consideraciones que vinculan dicha teoría con la realidad.

En una tercera Etapa, se pretendió confeccionar una Guía de Recomendaciones a tener en cuenta al momento del diseño de un Edificio de Estación Multimodal de Transportes. Basándose en Reglamentaciones y Normas Internacionales, de países como EEUU, Chile, España, Alemania y China; los cuales cuentan con sus respectivas reglamentaciones. Además, a modo de ejemplo, se proyectó una Estación Multimodal en un predio de propiedad Estatal, lindero a la traza de las Vías en cuestión, adecuando su entorno al futuro servicio, y respondiendo al desarrollo social de la Región donde se emplazaría.

Por último, para ser estudiada su Viabilidad, se desarrolló un análisis económico contemplando cada una de sus inversiones y gastos de funcionamiento, como así también los Ingresos obtenidos de su ejercicio. Lo cual mostró que, además de ser Altamente Beneficioso Socialmente, también lo es económicamente, por lo que permite continuar su funcionamiento sin dependencia monetaria por parte del Estado.

Cabe aclarar, que el presente artículo, es solo una extracción resumida de un amplio proyecto llevado a cabo como Tesis de Grado en la carrera de Ingeniería Civil. El cual, por limitantes reglamentarias de presentación, no puede ser expuesto en su total desarrollo.

2 | LA DEMANDA

El objetivo principal de su estimación es, determinar el volumen máximo de pasajeros en una formación de coches, en el Horario de Máxima Demanda, que harían uso del servicio. Para así, mediante ello, conocer el Número de Coches necesariamente acoplados para prestar una oferta coherente. Además, de esta manera, se conocerán los requisitos mínimos para el diseño de los andenes, en cuanto a sus dimensiones necesarias.

El corredor estudiado cuenta con una longitud aproximada de 70km, y su principal centro urbano es la ciudad de Rosario (948.312 habitantes) emplazada en uno de sus extremos, vinculando además a las ciudades de Funes (23.520 habitantes), Roldán (14.299 habitantes), San Gerónimo (2.780 habitantes), Carcarañá (16.432

habitantes), Correa (6.020 habitantes) y en su otro extremo Cañada de Gómez (29.824 habitantes).

FUENTE: INDEC - IPEC, Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda (2010).

2.1 Desarrollo

Partiendo de los datos brindados por las empresas prestadoras de Servicio Colectivo de Transporte Público de Pasajeros (Las Rosas y Monticas), entre las ciudades de Rosario y Roldán; se ordenaron los mismos a conveniencia del análisis, resultando dicho orden como: Fecha, Horario, Bandera (recorrido) y número de Pasajeros. Los datos corresponden a los primeros 14 días del mes de Mayo de 2014.

Se tomaron para el análisis 4 períodos de horarios en el transcurso del día, los cuales servirán posteriormente para organizar el número necesario de formaciones por rangos horarios. Luego se observó una importante variación en la demanda entre los días laborables y los fines de semana o feriados; motivo por lo cual se decidió trabajar sólo con los primeros, para mediante un análisis posterior, reducir convenientemente la oferta adecuándola a la demanda.

Como hipótesis de partida, se consideró que no todo el volumen de pasajeros de Buses optarán por el Tren, entonces se plantearon suposiciones porcentuales en diferentes variables, como ser: Vehículos particulares participan en correspondencia al 10% del volumen de Buses, Usuarios de Buses intervienen en el 50%, Volumen Generado por la nueva Oferta correspondiente al 2% de cada Población, además se consideró una revancha del 10% por posibles errores de estimación.

Resultando así, la siguiente tabla

	MAÑANA	MEDIO DIA	TARDE	NOCHE
ROSARIO - FUNES	347	335	341	315
FUNES - ROLDAN	246	233	240	213
FUNES - ROSARIO	340	343	339	281
ROLDAN - FUNES	263	258	261	186

Tabla 1: Pasajeros atraídos por el Ferrocarril en cada Tramo.

Como los datos corresponden solo a los dos primeros tramos (Rosario-Funes-Roldan), luego de analizar los mismos, se desarrolló una ecuación matemática en la cual intervienen diferentes variables como ser: población de cada ciudad y distancia hacia la ciudad de Rosario; a fin de extrapolar las estimaciones a lo largo del corredor.

Asumiendo distintas hipótesis:

- las demandas provenientes de cada localidad, serán dependientes (proporcionales) a las demandas de las localidades con datos conocidos, (Funes y

Roldan)

- la demanda desde cada localidad, aumentará de manera proporcional al número de habitantes que posea la misma.

- La demanda disminuirá en relación a la distancia hacia la ciudad de Rosario.

- Los valores de la localidad de Roldan, serán utilizados para ajustar dicha extrapolación.

Y;

- hab_i = los habitantes de la localidad i ,

- Vol_i = el volumen de pasajeros provenientes de la localidad i [pasajeros],

- Dis_i = la distancia comprendida entre Rosario y la localidad i [km],

Resulta;

$$Vol_2 = X \cdot hab_2 \cdot \frac{Vol_1}{hab_1} \cdot \frac{Dis_1}{Dis_2}$$

Donde X es una constante de corrección, que se calcula para cada banda horaria, dependiendo de los datos de las ciudades de Rosario y Funes, y corregida mediante comparación con los de Roldán.

Luego, partiendo de datos extraídos de organismos públicos encargados de llevar adelante los censos en la provincia de Santa Fe y el país completo, con la ayuda de software de planillas de cálculos, se procedió a la proyección de la demanda considerando como año 0 al 2014, y luego proyectando para los sucesivos períodos 2020 y 2025.

Según el trabajo realizado en el Centro Tecnológico de Transporte, Transito y Seguridad Vial, de la Secretaria de Extensión Universitaria - Universidad Tecnológica Nacional, denominado “El empleo y la demanda de Transporte: un análisis estadístico sencillo circunscripto al ferrocarril metropolitano de pasajeros ex Belgrano Norte”; basado en indicadores derivados de las series de Encuestas Permanente de Hogares (EPH), del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), en su modalidad “continua”, cuyo origen es el año 2003. El cual puede ser relacionado y comparado con el corredor en estudio ya que, el ramal ex Belgrano Norte cuenta con la configuración de 22 Estaciones, recorriendo un total de 52km uniendo Retiro con la localidad bonaerense de Villa Rosa, partido de Pilar, Buenos Aires; presentado de esta manera puntos de comparación en cuanto a distancia recorrida y ciudades de jerarquía (72km, Rosario – Cañada de Gómez). El mencionado Informe describe la influencia que existe entre los Indicadores Actividad, Empleo y Desempleo; con respecto a la demanda de transporte Ferroviario Interurbano. Mostrando una influencia del motivo “trabajo” en la demanda superior al 70% de la generación de los viajes. Por lo cual, conocer la manera en que ambos fenómenos se relacionan es crucial para pronosticar el comportamiento futuro de la demanda.

Basado en este análisis, la proyección futura fue influenciada en un 70% con los indicadores socioeconómicos: Actividad, Empleo y Desocupación; en la forma positiva y/o negativa que corresponda.

Es así, como resultaron las tablas de valores actuales y proyectados de las demandas en cada tramo, para los años 2014, 2020 y 2025. De las cuales se presenta una Gráfica correspondiente al año 2020 a modo de ejemplo;

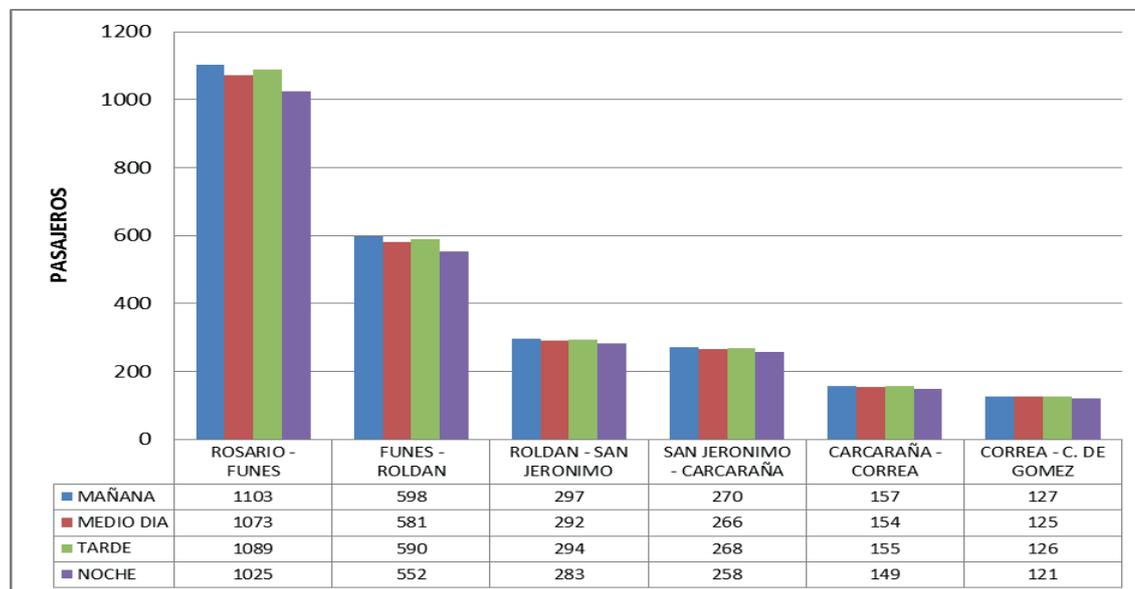


Figura 1: Demanda en cada tramo del Corredor, año 2020.

3 I PLANIFICACIÓN DEL SERVICIO

Tras una serie de Hipótesis referidas al Material rodante, como ser condiciones de calidad y seguridad mínimas, ocupación, capacidades, configuraciones; y otras basadas en las instalaciones de las estaciones, como tiempos de maniobras, esperas, utilización de las trazas, etc.; se procedió a la planificación de los servicios ofrecidos diariamente.

Los movimientos desarrollados por las formaciones fueron calculados en base a la utilización de las leyes físicas correspondientes a las ecuaciones cinemáticas del movimiento rectilíneo uniformemente acelerado de un cuerpo (tren). Con lo cual se determinaron los tiempos demandados por cada secuencia de movimiento a lo largo de todo el recorrido; como ser: tiempo de frenado en cada estación, aceleración, viaje a velocidad crucero, maniobras de entrecruces y maniobras en estaciones cabeceras.

3.1 Diagrama de Malla

Con las mallas de trenes se pretende representar los movimientos reales de las formaciones en un gráfico de dos dimensiones, en el eje de abscisas se representa el tiempo, en el de ordenadas, diferentes puntos de la infraestructura ferroviaria;

los espacios entre estos últimos representan tramos de la infraestructura que los enlazan. En el gráfico se dibujan segmentos que unen puntos del mismo formando líneas, cada una de ellas representa el movimiento de un tren por los diferentes puntos y tramos de la infraestructura a lo largo del tiempo.

Primeramente se debió contar con un relevamiento de las distancias detalladas entre cada estación, como así también los puntos conflictivos en los cuales la circulación de la formación se realiza a una velocidad menor a la de crucero.

Operando analíticamente, se determinó el tiempo necesario para recorrer el tramo total, al cual se le debió adicionar las maniobras en cabecera. Tras dichos resultados, se fueron realizando modificaciones sobre los diagramas con el fin de obtener un servicio competitivo y eficiente, es así como se adicionaron formaciones, y ajustaron los horarios de salida de las mismas desde cada estación evitando conflictos de entrecruces. Resulta de esta manera el siguiente Diagrama de Malla para un sentido de circulación, truncado por dimensiones limitantes:

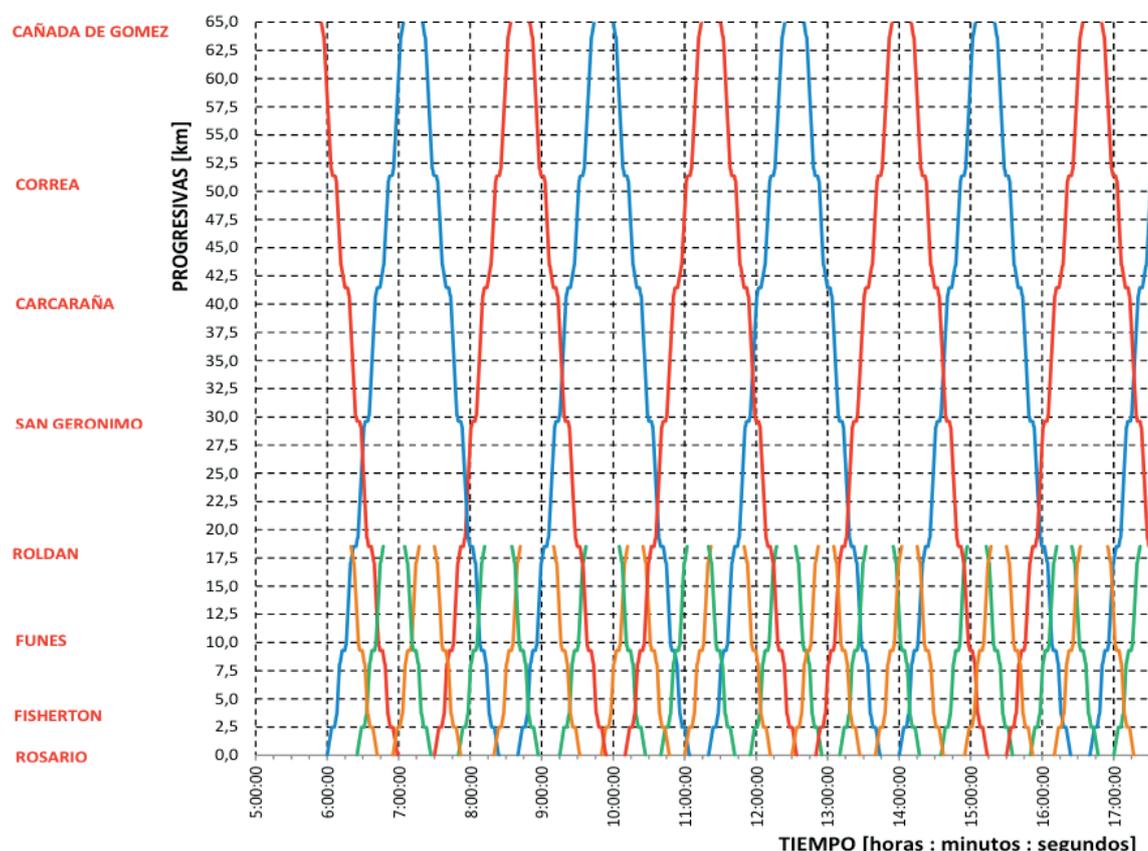


Figura 2: Diagrama de Malla Recorrido completo con 4 Formaciones.

Una vez determinada la demanda y los horarios de los diferentes servicios prestados en el corredor, se procedió a designar las formaciones en los diferentes horarios para así garantizar una calidad en cuanto a equilibrio Oferta-Demanda. Resultando suficiente una formación Doble, es decir, un coche Pulman (78 pas) y uno Estándar (250 pas) acoplados.

4 | LA ESTACIÓN

Las estaciones son, primeramente, medios de accesos a las redes ferroviarias nacionales, actuando a veces como portales de ingreso o egreso para otros destinos. Se han vuelto cada vez más importantes como destinos en sí mismas, como sitios para salir de compras, trabajar, concurrir a “ciudades dormitorio” como lo son en muchas veces las ciudades de Funes y Roldán, o simplemente visitar familiares o amigos. Muchas estaciones solo son nodos de intercambios entre diferentes modos de transportes.

La construcción de la estación debe ser tal que resulte acogedora, segura para su uso, fácil de recorrerla y que contribuya positivamente en las experiencias de los viajeros. Deberían animar a los usuarios a volver y considerar los viajes en tren como la forma más cómoda y agradable para viajar.

Las necesidades de un pasajero típico se pueden representar en tres zonas claves de la estación, estas son: la Zona de Acceso, Zona de las Instalaciones y Zona de Plataforma. La forma y tamaño de cada una de ellas puede variar mucho entre diferentes estaciones, pero en cada caso el recibimiento ofrecido y la calidad del servicio deben seguir siendo el mismo en cada estación de una misma red.



Figura 3: Zonas de una Estación.

Luego de un análisis de cada punto interviniente en la Figura 4, se confeccionó el proyecto del Edificio de la Estación Multimodal Rosario. Contemplando anteriormente un relevamiento minucioso en la zona, de factores como ser Estacionamientos, Líneas de Buses, Servicios Públicos de Transportes (Taxis), Proyectos del Departamento de Transito de Rosario (Ciclo vías), Planes Maestros de la Región, etc, con el propósito de lograr un servicio Complementario y no Competitivo; ya que el Ferrocarril presenta la desventaja de no poder prestar el “Servicio Puerta a Puerta” a los Pasajeros. Cada Ítem fue generando diversas Necesidades a salvar, por lo que se plantearon diferentes soluciones alternativas para cada una.

4.1 El Edificio

A modo de ejemplo, se presenta de manera resumida la proyección del edificio correspondiente a la Estación Multimodal, emplazada en un terreno de propiedad estatal, sobre el margen de la traza de Vías Férreas.

El Edificio General de la Estación se dividió en dos Plantas Principales. Una Superior, en donde se Localizaron los Servicios de Restaurantes, Bares, Comercios Minoristas, Boleterías, Información, y Zonas de Espera entre otros; y una Inferior, en donde se encuentran los restantes servicios, el ingreso desde la vía pública, y el más importante, el acceso a los Andenes. Además de estas Plantas, existe una tercera en Entrepisos, donde se tiene acceso a ella mediante los Bloques en las esquinas de la Estación, los que hacen las veces de Columnas soportes de la planta Superior.

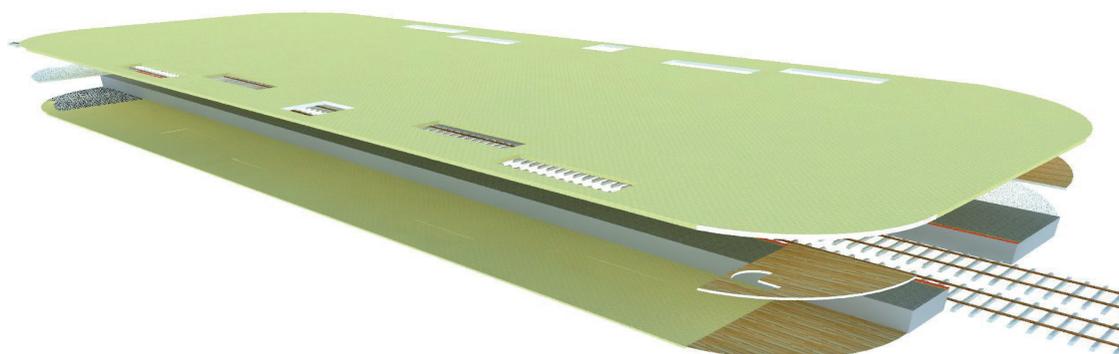


Figura 4: Perspectiva de plantas de la Estación.

La parte más importante de toda estación, independientemente de su tamaño, la compone los andenes, los cuales deben contar con las reglamentaciones más específicas posibles a fin de garantizar principalmente seguridad seguida de agilidad en su circulación.



Figura 5: Andenes.

Es así como, luego de un detallado diseño, resulta el modelo final, el cual puede ser mostrado en su entorno;



Figura 6: Planimetría en entorno.



Figura 7: Perspectivas de la Zona Intervenido.

5 | ANÁLISIS ECONÓMICO

A fin de prever o reducir posibles pérdidas durante el ejercicio, se utilizó un instrumento metodológico llamado Evaluación de Proyectos de Inversión.

Una evaluación puede ser de dos tipos: evaluación privada y evaluación social. La primera pretende determinar el valor del proyecto para el inversionista, mientras que la segunda valora la importancia del mismo para la sociedad. Ésta última es la

evaluación que se priorizó para el actual proyecto, ya que generalmente el servicio ferroviario no presenta atracción de inversión privada en cuanto a lo financiero, sino que los beneficios son principalmente enfocados a la sociedad, por lo que el rol de inversionista lo toma el Estado.

Tras un desarrollo compuesto por Cómputos, Análisis de Costos Fijos y Variables, Ingresos o Recaudaciones, Inversiones, etc. Se llevaron adelante Flujos de Caja demostrando los posibles escenarios a lo largo del ejercicio (Optimista, Pesimista y Real); considerando inversiones estatales y/o Privadas.

6 | CONCLUSIONES

Mediante el presente artículo, si bien se encuentra en una versión resumida del Trabajo Original, evidencia la posibilidad de Proyectar un Servicio Ferroviario contemplando cada una de sus partes, por métodos simples, y procedimientos elementales adquiridos en la Carrera de Ingeniería Civil.

Además, plasma una alternativa a los problemas actuales presentes en las grandes conglomeraciones urbanas, como ser la descongestión mediante Transportes Eficientes hacia localidades vecinas, permitiendo a sus residentes conseguir mejores Condiciones de Vida en virtud a la Tranquilidad que ellas presentan. Destacando a su vez, que dicha solución podría resultar Económicamente Favorable para sus Inversores.

Luego del Análisis Económico, se determinó la necesidad de Inversión Inicial por parte del Estado, ya que sus escenarios presentaron tiempos de recuperación monetaria de excesiva prolongación. Pero a su vez, al comenzar su ejercicio, los flujos de caja arrojarían resultados favorables para su continuidad sin subsidios algunos.

REFERENCIAS

ALONSO, Luis E. Privatización del Transporte y Modelos sociales futuros. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992. 108 p.

BACA, Urbina Gabriel, "Evaluación de Proyectos" 3ra Edición, 1998

CLARK, Robert R. – "General Guidelines for the Design of Light Rail Transit Facilities in Edmonton". 1984

COHEN, Ernesto; MARTINEZ, Rodrigo – "Formulación, Evaluación y Monitoreo de Proyectos Sociales". Manual. División de Desarrollo Social, CEPAL.

"Crecimiento del gran rosario en los últimos 30 años. Periodo 1980 – 2010" Secretaría de Planificación y Política Económica. Provincia de Santa Fe, Septiembre de 2013.

EL FERROVIARIO – “Un espacio para todos los amantes del ferrocarril”.

Blog <http://ferrocarrilestrenesyestaciones.blogspot.com.br/2007/12/la-linea-rosario-central-canada-de-gomez.html>

GUERRERO-BARBOSA, T.G.; CANTILLO, G. y CAMARGO, S. “Modelación de viajes interurbanos de pasajeros en sistemas intermodales de baja demanda”. Revista EIA, 10(20). Julio diciembre, 101-110p.

ING. GIRARDOTTI, Luis M. – “Revisión de la demanda en corredores”. Planeamiento del Transporte – Facultad de Ingeniería UBA. Abril de 2003.

MAR GONZALES – SAVIGNAT; MATAS, Anna; RAYMOND, José Luis; RUIZ, Adriana – “Predicción de demanda: Análisis de la incertidumbre y modelos de predicción en España”. Evaluación Económica de Proyectos de Transporte. 29 de Marzo de 2009.

MASSIA, Santiago. “Belgrano Cargas”. Pensar. Documento de Políticas Públicas N°42. 24 de Julio de 2013.

MIGUEL ARRANZ PASCUAL. “Herramienta Para La Regulación De La Circulación De Trenes”. UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA, ESCUELA TÉCNICA SUPERIOR DE INGENIERÍA INFORMÁTICA. Enero 2014.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y OBRAS Y SERVICIOS PÚBLICOS- Secretaría de Obras Públicas y Transporte. Compendio Estadístico del Sector Transporte en la Argentina. Buenos Aires, 1996. 226p.

PLAN ESTRATEGICO ROSARIO METROPOLITANA- PERM+10. Diez años de Plan Estratégico. Rosario, 2008. p.443.

RAILWAY TECHNICAL WEB PAGES – “Railway systems, technologies and operations across the world”. <http://www.railway-technical.com>

SECTRA, Ministerio de Planificación, Programa de Vialidad y Transporte Urbano. “Manual de recomendaciones para el análisis técnico y evaluación social de proyectos de transporte ferroviario”. Consorcio CIMA-CIPRES. Santiago – Chile, abril de 2010.

STEER, Davier Gleave, “Análisis de costos y Competitividad de modos de transporte terrestre de carga interurbana”. Santiago – CHILE. 11 de julio de 2011.

A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS ESCÂNDALOS MIDIÁTICOS LAVA JATO AND MEDIA SCANDALS

Data de aceite: 19/11/2019

Rafael D'Oliveira

Universidade Estácio de Sá Belo Horizonte –
Minas Gerais

RESUMO: Este trabalho é pautado no tema mídia e política. O estudo busca entender a relação da imprensa com a Operação Lava Jato, os protestos populares e os escândalos envolvendo a política brasileira e a mídia, baseados na cobertura jornalística do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. A ideia é entender qual é o papel do veículo na cobertura da investigação e de que forma isso impactou nos protestos da população e em outros fatores que impulsionaram, ainda mais, a crise política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Política; Operação Lava Jato.

ABSTRACT: This work is based on the theme media and politics. The study seeks to understand the relationship of the press with Operation Lava Jato, popular protests and scandals involving Brazilian politics and the media, based on the journalistic coverage of Jornal Nacional, at Rede Globo de Televisão. The idea is to understand the role of the vehicle in the coverage of the investigation and how this

has impacted on the population's protests and on other factors that have further boosted the Brazilian political crisis.

KEYWORDS: Media; Policy; Operation Lava Jato.

INTRODUÇÃO

Desde seu início, a Operação Lava Jato balançou os meandros políticos. Porém, ela ganhou ainda mais força após as eleições de 2014, quando a imprensa passou a atuar de maneira decisiva, tanto na divulgação dos fatos quanto na formação de opiniões. O vazamento da conversa de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) com a então presidente Dilma Rousseff, no dia 16 de março de 2016, data em que o ex-presidente foi nomeado ministro da Casa Civil, deixou a entender que a Rede Globo, primeira a divulgar os áudios em rede nacional, tornou-se ponte entre a Operação Lava Jato e os telespectadores, atuando de maneira decisiva nesta transmissão de notícias.

O Jornal Nacional, noticiário mais assistido do país, acalorou ainda mais a discussão sobre a nomeação de Lula e impulsionou os protestos de parte da população que, de forma quase imediata, foi às ruas naquele mesmo dia, em mais de dez estados brasileiros, pedindo pela

renúncia da então presidente Dilma Rousseff. Logo, essa situação apresenta uma mudança no papel da mídia, que, naquele momento, deixou de atuar como somente um meio de informação e passou a ser parte envolvida no processo, influenciando as reações populares. Ou seja, uma atitude protagonista.

Discutir esse tema é importante para entender qual é o papel da mídia no cenário político, tendo como base o poder da imprensa nesse âmbito. Precisamos entender como isso pode influenciar diretamente as ações da população, tais como protestos, opiniões a respeito de um tema etc.

A escolha do assunto se deve à repercussão da Operação Lava Jato e como esse assunto abalou toda a conjuntura política brasileira, evidenciando o poder da mídia sobre as reações populares, e, também, o seu papel no jogo político. Como profissional do meio da comunicação, este pesquisador busca entender e encontrar explicações para esse comportamento da mídia e identificar se, de fato, estamos diante de um caso de protagonismo midiático, e buscar entender como a mídia opera dentro deste contexto.

Portanto, esse estudo pretende discutir o método de ação da mídia na política brasileira em situações em que ela deixa de prestar o serviço de levar a informação à sociedade e passa a figurar como papel principal em um caso de investigação ou em uma desordem política. O objetivo é esclarecer uma nova perspectiva sobre o poder midiático que possa desenvolver futuros estudos sobre o tema.

É interessante que toda a sociedade entenda a transmissão de informações feitas pela mídia e saiba como isso, de certa maneira, está sendo mostrado por um ângulo pré-interpretado pelo meio de comunicação. Nesse caso, embora a mídia pareça ser democrática e imparcial, é necessário entender o processo de seleção, construção e condução das matérias por meio do ponto de vista do veículo que a está transmitindo e seus valores de seleção das notícias. Ou seja, este é um estudo sobre a maneira como a imprensa apresenta os fatos e como isso repercute na sociedade e nos meios políticos, principalmente relacionados ao Jornal Nacional da Rede Globo.

Para os jornalistas e profissionais do meio, é importante que entendam a maneira como o seu trabalho reflete na sociedade, tanto no comportamento quanto no retorno que isso pode resultar. Ou seja, também é um estudo sobre os reflexos do protagonismo midiático.

MÉTODOS

O estudo para definir o que é o protagonismo midiático foi feito por meio de pesquisa bibliográfica, com leituras de artigos e livros. Para analisar o protagonismo da mídia durante a Operação Lava Jato foi preciso escolher pontos de principal

relevância dentro de todo o processo que, aliás, até esta publicação, perdura. Os episódios utilizados na pesquisa foram selecionados por meio de pesquisa documental sobre o assunto e a repercussão desses momentos no Jornal Nacional, da Rede Globo.

Foi necessária, também, a análise de vídeos do noticiário em datas específicas. A busca por esses arquivos de vídeo é feita por meio do site da Rede Globo e, também, no YouTube. Quanto ao estudo de mídia, foi preciso definir o conceito de construção da notícia e o seu papel na transmissão das informações e o modo como isso é aplicado nas coberturas jornalísticas, com o objetivo de identificar os momentos em que a mídia passa a ser mediadora dos fatos, mas, como parte do processo, exercendo protagonismo.

RESULTADOS

O ponto chave deste estudo ocorre em março de 2016. Após ser citado nas investigações da Operação Lava Jato, o ex-presidente Lula é nomeado pela então presidente Dilma Rousseff para assumir o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. O anúncio oficial de sua posse foi por volta das 13h do dia 16 de março de 2016 e, mesmo antes daquele momento, quando o assunto era apenas uma especulação, a oposição acusava Dilma de tentar ceder o cargo ao ex-presidente para que ele não fosse preso pela investigação. Fato este que também era repassado pela mídia para a sociedade com o contraponto governista de que Lula teria o poder suficiente para estabilizar a crise política.

Com a opinião pública em sua maioria contrária à situação, a oposição anunciou que iria recorrer à Justiça para anular a nomeação, piorando o processo de desestabilidade do governo que já lutava contra um pedido de impeachment que corria na Câmara e estava parado esperando um posicionamento do Superior Tribunal Federal (STF). Mesmo que timidamente, alguns protestos já começavam pelo país, quando por volta das 16h20 o juiz Sérgio Moro derrubou o sigilo das interceptações telefônicas do ex-presidente e divulgou as conversas gravadas pela Polícia Federal que incluíam o diálogo entre Lula e Dilma Rousseff. Fato que desencadeou uma série de protestos no Brasil e no Congresso, quando deputados passaram a pedir pela renúncia de Dilma. “Um grampo envolvendo a presidência da república é um fato muito grave. Esse ato está estimulando uma convulsão social. Isso não é papel do Poder Judiciário”, afirmou o advogado de Lula na época.

Conversa de Lula com Dilma

- Dilma: Alô

- Lula: Alô

- Dilma: Lula, deixa eu te falar uma coisa.

- Lula: Fala, querida. Ahn
- Dilma: Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!
- Lula: Uhum. Tá bom, tá bom.
- Dilma: Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.
- Lula: Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando.
- Dilma: Tá?!
- Lula: Tá bom.
- Dilma: Tchau.
- Lula: Tchau, querida.

O governo acusava o vazamento como algo seletivo, pois, as divulgações feitas pela imprensa, davam ênfase aos diálogos que envolviam o ex-presidente, políticos da base petista e, principalmente um diálogo entre Dilma e Lula sobre sua posse como Ministro. Além disso, falava-se em uma violação da constituição por expor a então presidente.

(...) não há qualquer segredo em relação à estratégia de vazamentos seletivos de informações sigilosas para imprensa executada pela Operação Lava Jato. Vale reproduzir aqui trecho de artigo sobre a Operação Mani Pulite, na Itália, do juiz Sergio Fernando Moro, publicado ainda em 2004 (...) (...) “Os responsáveis pela operação mani pulite ainda fizeram largo uso da imprensa. Com efeito: Para o desgosto dos líderes do PSI, que, por certo, nunca pararam de manipular a imprensa, a investigação da “mani pulite” vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no “L’Espresso”, no “La Republica” e outros jornais e revistas simpatizantes. Apesar de não existir nenhuma sugestão de que algum dos procuradores mais envolvidos com a investigação teria deliberadamente alimentado a imprensa com informações, os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva” (...) (MORO apud LIMA, 2016).

No artigo escrito por Moro e citado por Lima, o juiz comenta a publicidade dos fatos envolvidos na operação italiana Mani Pulite que se assemelham à Operação Lava Jato. E, além disso, é abordada a maneira como os episódios de vazamentos seletivos eram utilizados pelos poderes e pela mídia de maneira estratégica.

(...) A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. Há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado. Cabe aqui, porém, o cuidado na desvelação (sic) de fatos relativos à investigação, e não a proibição abstrata de divulgação, pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios. As prisões, confissões e a publicidade conferida às informações obtidas geraram um círculo virtuoso, consistindo na única explicação possível para a magnitude dos resultados obtidos pela operação mani pulite (...) (MORO apud LIMA, 2016).

O Jornal Nacional foi um dos veículos que noticiou a divulgação dos áudios.

Exibido das 20h25 às 21h10 daquele dia, o noticiário dedicou cerca de 10 minutos de sua programação para exibir os vazamentos e as principais notícias da noite foram destinadas ao tema, cerca de nove matérias. Além de seguir teorias já citadas até aqui, o fato ia ao encontro dos padrões de noticiabilidade do jornal: Abrangência, a gravidade das implicações, o peso do contexto e a importância do todo.

(...) Quanto maior o universo de pessoas atingidas por um fato, maior a probabilidade de ser publicado. Isso vale sempre para os assuntos nacionais (...) (...) Quanto maior for a gravidade de um fato, maior a probabilidade de ser noticiado no JN (...) é da própria natureza do jornalismo apontar o que está errado pra que seja corrigido. Mostrar o que está ruim para que seja melhorado. Denunciar os que se corrompem para que sejam punidos (...) (...) Um fator que não pode ser desprezado quando se elegem os assuntos que serão destacados por uma edição jornalística é a importância relativa de uma notícia quando comparada às demais daquele dia (...) (...) mostrar aquilo que de mais importante se deu naquele dia, com clareza, isenção, pluralidade e correção. (BONNER, 2009, P. 95, 96, 101, 103)

Entretanto, no dia do vazamento o jornal teve de adaptar a sua produção jornalística típica para dar espaço aos áudios, pois, naquele momento a população brasileira esperava pela divulgação dos áudios no programa, isto por sua credibilidade. Tanto que, naquela data, o JN registrou um grande desempenho em audiência nas duas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo, atingindo 32.0 pontos de média e 43% de share em São Paulo e 38 pontos de média e 53% de share no Rio de Janeiro. Cada ponto foi equivalente a 69.4 mil domicílios na Grande São Paulo e a 43.3 mil domicílios no Rio de Janeiro.

(...) persiste um hábito brasileiro típico nas ocasiões em que algo grande, ou muito importante acontece: liga-se a televisão, à noite, para ver o Jornal Nacional. O sujeito ouviu um comentário de alguém no local de trabalho ou no rádio; o colega da escola contou que leu num site de notícias; alguém telefonou; mandou um SMS... No Brasil, quando uma notícia bombástica estoura como busca-pé em toda parte, mais gente se sente impelida a ligar a televisão, à noite, no Jornal Nacional. (BONNER, 2009, P. 147).

Além disso, o jornal divulgou outras conversas de Lula, mas o peso do envolvimento de Dilma, em meio aos protestos a favor de sua renúncia foi o limite para a maioria dos protestantes pró-impeachment que já espalhavam sua ideologia pelo país. Mais uma vez, nota-se a presença de teorias citadas por este estudo como os definidores primários e a do agendamento dando destaque ao que já era uma discussão recorrente da sociedade e envolvia importantes setores da política brasileira.

Os vazamentos e o seu timing, no Brasil, parecem – e muito provavelmente são – cuidadosamente planejados para provocar reações no Congresso Nacional, mas, sobretudo, para “manter o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva”. Por outro lado, tamanha é a seletividade das informações sigilosas que são vazadas e tamanha é a incapacidade do Ministério da Justiça e da Polícia

Federal em identificar a origem de tais vazamentos, que se torna claro o objetivo não só de “manter o interesse”, mas de construir uma opinião pública favorável a alguns políticos e partidos e desfavorável a outros políticos e partidos. (LIMA, 2016)

Logo após divulgar os áudios, o Jornal Nacional reportou os protestos que, naquele momento, tomavam as ruas do país pedindo a saída da então presidente Dilma e, também, foi noticiado que o Superior Tribunal Federal havia mantido o rito de impeachment contra Dilma. Sendo assim, a Câmara dos deputados tinha o posicionamento positivo do STF para dar seguimento ao processo contra a presidente. A Câmara Federal Foi dividida entre deputados revoltados com o teor das conversas e outros com o vazamento considerado inconstitucional e seletivo. Nas ruas, os protestos ganhavam força, principalmente em Brasília, onde cerca de 5 mil pessoas se reuniram em frente ao Planalto para protestar contra a nomeação de Lula à Casa Civil.

Não é novidade para ninguém o comprometimento histórico dos oligopólios de mídia brasileiros com os golpes de estado e os regimes ditatoriais. O que talvez constitua novidade é a aparente ausência de limites para a ação destes oligopólios em conluio com segmentos do Ministério Público, da Polícia Federal e do Judiciário (...) (...) A crise política e econômica, um Congresso Nacional predominantemente conservador e orientado por interesses fisiológicos, combinados com a estratégia seletiva da “Mani Pulite” utilizada pela da Operação Lava Jato e o comprometimento descarado dos oligopólios de mídia, constituem um conjunto de circunstâncias inédito que assusta e amedronta. (LIMA, 2016).

No dia 17 de março de 2016 o Jornal Nacional voltou a repercutir o tema de maneira incisiva. Desta vez, as reportagens mostravam o aumento dos protestos que pediam pela renúncia da presidente e o posicionamento das partes envolvidas. Além disso, mostrava-se as diferentes reações à conversa entre Lula e Dilma no Superior Tribunal Federal, na Câmara e no Senado e o então ministro Lula tomou posse, mas, foi impedido de exercer a função por conta de uma liminar judicial. “Não há Justiça quando delações são tornadas públicas, de forma seletiva, para execração de alguns investigados, e quando depoimentos são transformados em fatos espetaculares”, disse Dilma sobre os áudios vazados.

A situação política da então presidente começava a tomar rumos decisivos, afinal, naquele dia, a Câmara definiu a comissão que julgaria o seu processo de afastamento. Além disso, os protestos seguiam acontecendo, mas, desta vez, ganhava ênfase em São Paulo, quando manifestantes favoráveis ao impeachment se reuniram na avenida paulista em frente ao prédio da Federação das Indústrias de São Paulo. Culminando no início do processo que terminaria na derrubada da ex-presidente Dilma Rousseff.

DISCUSSÃO

Newsmaking, a construção da notícia

Antes de colocar em discussão a teoria do *newsmaking* é necessário que se entenda o conceito o qual ela contrapõe: A teoria do espelho. Essa metodologia, que surgiu no início do século XIX, propõe a ideia de que as notícias representam um reflexo da realidade. Ou seja, são apenas narradas por um observador que transmite os fatos que observa de maneira fiel, fazendo com que as notícias se moldem de acordo com o que acontece de fato. Para o autor Felipe Pena, este modelo isenta a opinião do jornalista e a influência de outros fatores na construção de uma notícia.

Por essa teoria, o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre as suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões (...) (..) Até hoje, a comunidade jornalística defende a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos funcionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos (...) (...) A metáfora do espelho é bastante limitada (...). (PENA, 2006, P.125-126).

“O jornalismo está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção social de uma suposta realidade” (PENA,2006, p.128). Assim, em via contrária à teoria do espelho, em 1947 por meio dos estudos de Kurt Lewin, surge o *newsmaking*, teoria que atua como uma espécie de filtro no cotidiano do jornalismo para selecionar as notícias, suas angulações e influência social. De acordo com Mauro Wolf, esse estudo indica que existem alguns critérios que são seguidos na construção de uma informação e na maneira como ela é repassada à sociedade.

Desta forma, o *newsmaking* se torna essencial para este estudo, pois, por meio dele é possível notar que a imprensa, mesmo que de maneira indireta, tem um conceito pré-moldado sobre as notícias antes de levá-las a público, fato que pode influenciar a opinião da sociedade. Essa construção da notícia pode sofrer a interferência de diversos fatores, desde o posicionamento pessoal do jornalista até o cunho político do veículo de comunicação. Contudo, mesmo que o jornalismo tenda a se mostrar imparcial, defendendo a teoria do espelho, a parcialidade está presente na maioria das abordagens midiáticas.

Há vários motivos que influenciam o controle social nas redações, tais como: autoridade institucional e sanções; sentimento de obrigação em relação a superiores; aspirações quanto à mobilidade profissional; ausência de fidelidade a um grupo contrário; natureza agradável do trabalho; o fato de que a notícia tornou-se um valor. (WOLF, 2010, P.187).

Entretanto, dizer que as notícias são construídas por meio desses fatores ou sofrem a influência dos mesmos, não quer dizer que elas sejam falsas ou desconexas

da realidade. Na verdade, o conceito ajuda a entender que o jornalismo, ao invés de refletir, passa a ser parte da construção da realidade. Além disso, o *newsmaking* cria um processo de produção semelhante aos que são observados nas indústrias, com procedimentos próprios e com rotina organizacional.

Portanto, embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo. O que diminui a pertinência de alguns enfoques conspiratórios na teoria do jornalismo, como, por exemplo, o paradigma da “manipulação da notícia”. Assim, uma suposta intenção manipuladora por parte do jornalista seria superada pelas imposições da produção jornalística. (PENA, 2006, P.129)

Critérios de noticiabilidade

Portanto, a *newsmaking* funciona nas redações por meio de métodos de produção que servem de critérios que vão definir a noticiabilidade dos fatos. Para Wolf, é necessário entender, por meio de observações, a lógica dos critérios de noticiabilidade de cada veículo de comunicação e como isso influencia em suas coberturas jornalísticas. No caso deste estudo, é importante entender quais são os critérios que moldam a notícia antes que ela chegue até os telespectadores. O autor define noticiabilidade como um conjunto de critérios, operações e instrumentos associados à fase de produção e compostos pelo que ele nomeia de valores-notícia.

Em geral, a noticiabilidade de um acontecimento é avaliada em relação ao grau de integração que ele representa com respeito ao andamento normal e rotineiro das fases de produção. (...) Os valores-notícia estão continuamente presentes nas interações cotidianas dos jornalistas em sua cooperação profissional. Eles constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos compartilhados a respeito da natureza e dos objetos da notícia, referências que podem ser utilizadas para facilitar a elaboração complexa e rápida dos noticiários. (WOLF, 2010, P. 197-203).

O autor classifica o resultado de tais critérios como presente em grande parte das organizações e redações de veículos jornalístico que evidenciam seus valores-notícia sobre o seu conteúdo. Entretanto, ele acredita que os conceitos não são fixos e mudam de acordo com o tempo ou com a influência de outros fatores, mesmo que mostrem semelhanças com a cultura profissional do jornalismo.

A seleção das notícias é um processo de decisão e de escolha, realizado rapidamente (...) Os critérios devem ser aplicáveis de maneira fácil e rápida, de modo que as escolhas possam ser feitas sem muita reflexão (...) O resultado é um amplo número de critérios, e toda notícia disponível pode ser avaliada com base em muitos deles, alguns contrastantes entre si (...) A classificação é prática, e não abstrata. E eles mudam com o tempo, mesmo apresentando uma forte homogeneidade com a cultura profissional (...) Os valores-notícia derivam de considerações relativas a: 1 – caracteres substantivos da notícia (conteúdo). 2 – disponibilidade do material. 3 – público. 4 – concorrência. (WOLF, 2010, P.204).

Wolf classifica esses critérios como parte do que vai definir o conteúdo a ser exibido ao telespectador, tendo em vista filtros como o profissionalismo do jornalista responsável pela pauta, até a estrutura do trabalho nos aparatos informativos dos veículos. Todos formam critérios para a construção da notícia para suprir a necessidade de informações àqueles que vão consumir tal conteúdo, de acordo com suas necessidades. Ele cita os autores Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge para explicar tal ponto e justificar as ações que fazem da notícia um acontecimento relevante para o futuro.

Para ser noticiável, o acontecimento deve ser significativo, ou seja, interpretável dentro do contexto cultural do ouvinte ou do leitor. Relacionado a esse fator está também o valor/notícia da proximidade, seja como vizinhança geográfica, seja como vizinhança cultural. (GALTUNG; RUGE apud WOLF, 2010. P. 210).

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO COTIDIANO

Por meio dos conceitos discutidos até aqui, é possível entender que a imprensa produz seu conteúdo, neste caso as notícias, utilizando critérios de construção que fazem com que a informação transmitida seja consumida pelos telespectadores, no caso deste estudo, e, assim, faça parte de sua vida de maneira contundente. Portanto, essa produção com este objetivo, nos leva a agenda *setting*, ideia que surgiu no início do século passado na obra *Public Opinion* (1922) do jornalista norte-americano, Walter Lippman.

A teoria do agendamento, como também é conhecida, foi teoricamente conceituada, no final da década de 1960, pelos pesquisadores Maxwell E. McCombs e Donald Shaw. A teoria discorre que a mídia, por meio da seleção de notícias, é responsável por determinar os assuntos que a sociedade vai discutir em seu cotidiano.

Quando a teoria do agendamento toma corpo a partir dos trabalhos de McCombs e Shaw, o estudo assume outra direção. O objetivo não é mais analisar o papel da mídia na mudança de opiniões, mas sim, sua influência na formação e mudança de cognições, ou seja, na forma como as pessoas apreendem (e aprendem) as informações e formam seu conhecimento sobre o mundo. (PENA, 2006, P. 144).

A teoria do agendamento é importante para entendermos o papel da mídia na construção da opinião popular, fato que vai ao encontro do objetivo deste estudo que é descobrir a influência da mídia na opinião dos telespectadores que acompanhavam a cobertura jornalística de um fato por um veículo de comunicação.

Na maioria dos casos, estudos baseados nessa teoria referem-se à confluência entre a agenda midiática e a agenda pública. Entretanto, seus objetivos não são verificar mudanças de voto ou de atitude, mas sim, a influência da mídia na opinião dos cidadãos sobre que assuntos devem ser prioritariamente abordados pelos

Entretanto, é importante ressaltar que a teoria não defende a ideia de que a imprensa deva convencer os seus receptores a tomar alguma ação. Ela aborda os temas que são noticiados e discutidos pela sociedade em seu cotidiano.

A preocupação não está concentrada apenas no que as pessoas conversam, mas também em como elas conversam (...) A influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade. (PENA, 2006, P.144).

Neste caso, é possível elucidar os objetivos deste estudo. Por exemplo, a mídia pautava de maneira contínua um fato moldado por meio de seus critérios de noticiabilidade e seus valores-notícia, enquanto que, parte da população utilizava esse conteúdo para se posicionar mediante ao tema. “A influência da mídia é admitida na medida em que ajuda a estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas” (WOLF apud PENA, 206, P.145).

A MÍDIA E A OPINIÃO

Alinhado ao objetivo do estudo, encontram-se duas teorias que podem explicar melhor a relação entre as coberturas jornalísticas, principalmente de temas políticos, e a opinião pública. Dentre elas, está a Teoria dos Definidores Primários, que também está ligada à influência das rotinas de produção jornalística sobre as notícias. Entretanto, ela não versa sobre a possibilidade de existir algum tipo de manipulação das abordagens jornalísticas e, sim, relacionada ao poder de algumas fontes em relação à produção das notícias.

As possíveis distorções do noticiário não seriam fruto de uma simples conspiração dos profissionais da imprensa com os dirigentes da classe hegemônica, mas, na verdade, uma subordinação às opiniões das fontes que têm posições institucionalizadas, também chamadas de definidores primários. (PENA, 2006, P.154).

Ou seja, as pessoas que ocupam altos cargos na sociedade tais como presidentes, governadores, prefeitos, delegados etc, vão nortear a construção das notícias de um determinado tema, influenciando de maneira direta na rotina de produção dos veículos de comunicação. Afinal, eles são responsáveis por legitimar as produções jornalísticas. Por exemplo, um escândalo político só existe mediante provas que autenticam o fato e a participação de políticos.

No caso deste estudo, a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula são definidores primários que legitimam a abordagem do Jornal Nacional da Rede

Globo de Televisão, não por meio da opinião deles em entrevistas ou declarações, mas, sim, pelo vazamento do áudio da conversa dos mesmos. Assim também podemos definir a participação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal no assunto.

A preferência pela opinião dos poderosos funciona, na verdade, como uma defesa ao jornalista. Ao colher o depoimento que legitima a informação, ele se esconde atrás da palavra do outro (...) (...) No máximo, entrevista alguém da oposição que defenda uma interpretação contrária. Assim, ele demonstra objetividade, mas quem perde é o leitor, que não sabe qual é informação exata. (PENA, 2006, P.154).

Não se pode afirmar que essa teoria estará sempre ligada ao mesmo objetivo, de legitimar um posicionamento, uma visão, um discurso etc. Por estar diretamente ligada à produção editorial dos veículos de comunicação, a teoria também pode ser aplicada sob a pressão dos *deadline*. Em outros casos, um jornalista não vai arriscar e perder sua reportagem por não conseguir uma declaração de uma pessoa de alto cargo e, por isso, ele vai buscar outra fonte que não tenha uma alcunha institucional para ser seu definidor primário do assunto.

(...) não há como ser tão determinista, encarando a teoria dos definidores primários de forma estruturalista, com preceitos imutáveis e atemporais. Muito menos limitá-la ao paradigma instrumentalista de servir aos interesses de uma classe (...) (...) o ponto chave da teoria é que a mídia reproduz a ideologia dominante e perpetua o *status quo*. (PENA, 2006, P.155).

Ao citar a perpetuação do *status quo*, ou seja, a ideologia que predomina no cenário atual que acerca a produção dos veículos de comunicação. Essa relação entre mídia e opinião pública também pode ser explicada por outra teoria, a Espiral do Silêncio. Conceito que surgiu por meio dos estudos da cientista política, Elisabeth Noelle-Neumann. O termo foi citado pela primeira vez em 1972 e publicado em 1984 no livro *A Espiral do Silêncio*, também de Neumann. “Essa teoria defende que os indivíduos buscam a integração social por meio da observação de opinião dos outros e procuram se expressar dentro dos parâmetros da maioria para evitar o isolamento”. (PENA, 2006, p.155). Para o estudo, é possível, a partir daqui elucidarmos a influência da mídia sobre a opinião popular, conforme objetivo.

As pessoas tendem a esconder opiniões contrárias à ideologia majoritária, o que dificulta a mudança de hábitos e ajuda a manter o *status quo*. A opção pelo silêncio é causada pelo medo da solidão social, que se propaga em espiral e, algumas vezes, pode até esconder desejos de mudança presentes na maioria silenciosa (...) (...) Ou seja, as pessoas não só são influenciadas pelo que os outros dizem como também pelo que imaginam que eles poderiam dizer. (NOELLE-NEUMANN apud PENA, 2006, P.155).

Essa teoria nos leva à percepção de que os meios de comunicação tendem a

priorizar as opiniões dominantes e, por isso, muitas vezes a mídia é taxada como manipuladora pelas minorias. Entretanto, na realidade, os veículos de comunicação apenas optam por concordar com a opiniões dominantes.

Nesse ponto, a teoria da espiral do silêncio aproxima-se da teoria dos definidores primários, pois ambas defendem que a tal prioridade é causada pela facilidade de acesso de uma minoria privilegiada (as fontes institucionais) aos veículos de informação. (PENA, 2006, P.156).

Para o estudo, é importante entender que, no momento em que os áudios vazados foram noticiados, a opinião pública era contrária ao governo de Dilma Rousseff e, inclusive, muitas pessoas já protestavam a favor de sua saída da Presidência. Portanto, isso coloca em discussão se, naquele momento, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão concordou com a opinião dominante no país.

A teoria da espiral do silêncio trabalha com três mecanismos condicionantes: a acumulação, que é o excesso de exposição de determinados temas na mídia; a consonância, que é a forma semelhante como as notícias são produzidas e veiculadas; a ubiquidade, que é a presença da mídia em todos os lugares (...) (...) Juntos, esses mecanismos determinam uma forte influência da mídia sobre o público (...) (...) decisiva para consolidar os valores de classe dominante e formar nossa percepção de realidade. (PENA, 2006, P.156-157).

A OPERAÇÃO LAVA JATO

Antes de alcançar o ponto chave deste estudo, é necessário entender o que é a Operação Lava Jato e qual a sua importância no cenário político brasileiro. A investigação da Polícia Federal que atua sobre escândalos de corrupção ganhou este nome - Lava Jato - por se tratar de um esquema de desvios e lavagem de dinheiro que tiveram início em uma rede de postos de combustíveis e lava rápido de automóveis. Estima-se que a Lava Jato seja a maior investigação de corrupção já feita no Brasil.

A dimensão e a complexidade das investigações mostram que o episódio pode ser uma oportunidade única para discutir a corrupção no Brasil de forma definitiva. Mas, para isso, é preciso saber separar os inúmeros interesses por trás dessa teia de acontecimentos, que se tornou o tema preferido das manchetes de jornal (...) (...) mudar os paradigmas da corrupção brasileira é um desafio que por vezes parece intransponível, mas que precisa ser enfrentado. (STREIT, 2014).

Desde março de 2014, quando teve seu início, a operação conduzida também pela Justiça Federal de Curitiba e o Ministério Público Federal investigou e processou diversas organizações criminosas, além de recolher provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo desvios na casa dos bilhões na Petrobras, empresa que já era alvo de outros escândalos. Por exemplo, a compra da refinaria

em Pasadena (Texas- EUA) em 2006, quando a petrolífera brasileira pagou US\$ 1,18 bilhão em uma refinaria que valia cerca de US\$ 42,5 milhões, pago em 2005 pela empresa belga Astra Oil.

Sendo assim, os escândalos em um período próximo das eleições presidenciais em 2014, fez com que a oposição pressionasse o governo de Dilma e utilizasse meios para tentar persuadir a população a se tornar contrária à reeleição da então presidente. Mas, mesmo assim, não foi o suficiente para barrar a vitória de Rousseff. Entretanto, após esse episódio, as discussões acerca da Operação Lava Jato e as tentativas oposicionistas de enfraquecer e desestabilizar o governo eleito foram recorrentes e, cada vez mais, enfáticos.

Em um momento de acirrada polarização política, não é exatamente uma surpresa que o caso da Petrobras seja utilizado pela oposição para tentar desestabilizar o governo de Dilma Rousseff. Aliás, isso vem sendo feito desde a campanha que antecedeu a reeleição da petista. O assunto veio à tona em muitos debates com o então candidato à presidência Aécio Neves (PSDB) (...) (...) Obviamente, o PT e partidos da base aliada como o PP e o PMDB, que aparecem com destaque nas investigações, terão muito o que responder no decorrer de todo o processo que envolve a Lava Jato (...) (...) o que talvez Aécio não tenha se lembrado, durante os ataques feitos à adversária, é que ele próprio se beneficiou de generosas doações feitas por 6 das 9 empresas investigadas pela Polícia Federal. (STREIT, 2014).

OS ESCÂNDALOS E A IMPRENSA

Mesmo sem sucesso, a oposição continuou pressionando a mídia. Enquanto os escândalos seguiam se proliferando nos noticiários, de acordo com o jornalista e escritor, Luciano Martins Costa, a imprensa, ainda em 2014, época em que a operação ganhava força, passava a se comportar de maneira parcial. Costa, que analisou a cobertura da Operação Lava Jato pela mídia, acredita que: “São muitas as estratégias utilizadas para diminuir a importância de determinados partidos e culpabilizar os demais”. Ele cita o exemplo de outro caso na mídia que mostra a imparcialidade dos fatos, a edição digital da Folha-UOL que publicou no dia 20/11/2014 um texto com o seguinte título: “Doações de investigadas na Lava Jato priorizam PP, PMDB, PT e oposição”.

O levantamento se concentra nos partidos da base aliada, e deixa em segundo plano, no rodapé, figuras mais representativas, como as do senador José Serra e Antônio Anastasia, ex-governador de Minas Gerais, ambos do PSDB, além do deputado federal Ronaldo Caiado e seus colegas recém-eleitos José Carlos Aleluia, Alberto Fraga e Alexandre Leite, todos do Democratas. Alguém pode imaginar um título como “Aécio Neves foi financiado por empresas investigadas na Lava Jato”? Ou “José Serra também recebeu doações de empreiteira na Lava Jato”? (COSTA, 2014).

O especialista também disserta sobre como a oposição ideológica da mídia

tradicional em relação ao governo e a maneira como isso pode influenciar negativamente a opinião pública. Em entrevista, na mesma época, Costa ressaltava que a cobertura da imprensa era fragmentada, baseada em vazamentos feitos seletivamente por agentes públicos, sem diferenciar informações válidas de suposições, opiniões, conteúdos restritos ou sigilosos e definidos por um viés claramente partidário.

Essa cobertura tende a produzir um clima de condenação a instituições da República e o descrédito da democracia representativa, ao dificultar o discernimento do público sobre as causas da corrupção. Durante meses, principalmente no período mais crítico da campanha eleitoral, a mídia tradicional forçou o noticiário sobre o escândalo para envolver o governo federal e seus aliados. Com o surgimento de novos detalhes do caso, alguns jornais e algumas emissoras são obrigados a reconhecer que o saqueamento da Petrobras vem de longa data. (COSTA, 2014).

O ponto de vista do escritor aponta diretamente para o objetivo deste estudo que é mostrar a imparcialidade da imprensa na apuração dos fatos relacionados à Operação Lava Jato. Costa também dá ênfase a alguns aspectos que possam justificar tal posicionamento da mídia.

A imprensa, de modo geral, se opõe ao governo inaugurado em 2003 por motivos ideológicos: seu credo liberal não admite a ação do Estado como organizador da economia e sempre foi contra os programas sociais de incremento da renda dos mais pobres(...) (...) esse viés ideológico, misturado à contrariedade de empresários que costumavam se beneficiar das políticas públicas, produz um jornalismo de baixa qualidade e dificulta a formação das novas gerações de profissionais da imprensa. (COSTA, 2014).

O jornalista, sociólogo e professor de Ciência Política e Comunicação, Venício Lima, define tais comportamentos da imprensa como um escândalo político midiático. Em seu artigo sobre o assunto, o autor cita o termo para definir fatos que se assemelham ao estudado por esta pesquisa.

Os EPM - escândalo político midiático - surgem historicamente no contexto do chamado jornalismo investigativo, combinado com o crescimento da mídia de massa e a disseminação das tecnologias de informação e comunicação. E, sobretudo, no quadro das profundas transformações que ocorreram na natureza do processo político, ainda dependente, em grande parte, da mídia tradicional. Envolve indivíduos ou ações situados dentro de um campo ligado à aquisição e ao exercício do poder político através do uso, dentre outros, do poder simbólico. Fundamentalmente, o exercício do poder político depende do uso do poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade. (LIMA, 2010).

Lima define o conceito de poder simbólico como a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos, por meio da produção e transmissão de formas simbólicas. Ou seja, assim como o governo exerce um poder simbólico sobre a sociedade, a mídia

detém o mesmo aparato para inflamar a população com assuntos pautados em seu posicionamento.

Para exercer esse poder, é necessário a utilização de vários tipos de recursos, mas, basicamente, usar a grande mídia, que produz e transmite capital simbólico – vale dizer, controla a visibilidade pública. A reputação, por exemplo, é um aspecto do capital simbólico, atributo de um indivíduo ou de uma instituição. O que está em jogo, portanto, num EPM é o capital simbólico do político, sobretudo sua reputação. (LIMA, 2010).

De acordo com a Teoria Funcionalista da Escola Norte-Americana, dentre os papéis da comunicação está a função de vigilância, interação, educação, recreação, atribuição de status, execução de normas sociais e efeito narcotizante. Tendo o domínio sobre esses papéis na sociedade, a mídia se tornou um palco para os escândalos políticos.

Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia. (LIMA, 2010).

Portanto, tendo essa força sobre os posicionamentos sociais, a mídia começa a ser cobiçada por outros poderes. Afinal, ela é capaz de construir e desconstruir a relação dos políticos com a sociedade, colocando em cheque a sustentabilidade de qualquer governo, tendo em vista que o modelo político brasileiro se trata de uma democracia representativa, onde os governantes dependem da boa relação com a sociedade.

Na verdade, a grande mídia ainda detém um enorme poder de legitimar a esfera propriamente política através do tipo de visibilidade pública que a ela oferece. Os atores da esfera política dependem de visibilidade na esfera midiática para se elegerem e/ou se manterem no poder. Através desse poder, próprio da esfera midiática, a grande mídia tenta submeter e controlar o processo político, em particular os processos eleitorais. É aí que surgem os EPM. (LIMA, 2010).

Em relação a tal controle e jogo de poder midiático, entra-se em discussão a democratização da mídia. Com a evolução dos meios digitais, cada vez mais, esta pauta se torna frequente em discussões sobre o tema. Os novos aparatos tecnológicos móveis, como celulares, câmeras digitais etc, fizeram com que as notícias ganhassem multiversões. Sendo assim, expondo, cada vez mais, os escândalos midiáticos.

A democratização da mídia é um tema importante, não apenas diante do fato de que a imprensa brasileira deixou de ter uma relação orgânica com o jornalismo, mas também porque, numa sociedade hipermediada, a concentração dos meios em mãos de poucas dúzias de corporações dá a elas um poder excessivo. Por exemplo, pode-se afirmar que a mídia contribui para tornar mais conservadora a

segunda geração das famílias beneficiadas pelos programas sociais do governo, voltando-os contra seus próprios interesses. A democratização da mídia é uma questão autêntica de segurança nacional. (COSTA, 2014).

O JORNAL NACIONAL E A MEDIAÇÃO DOS FATOS

O Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão é um dos mais importantes do país e já faz parte do cotidiano do brasileiro, tanto que os medidores de audiência, em seus levantamentos, colocam o noticiário entre os cinco programas mais assistidos do Brasil com uma média de 26 pontos de ibope. No ar há 47 anos, o noticiário busca apresentar notícias de maior interesse do público, mostrando aquilo que de mais importante aconteceu em um dia.

Quando dizemos que o Jornal Nacional deve mostrar o que de mais importante aconteceu em um dia, nós estamos deixando bem clara qual é a vocação do Jornal Nacional: Os temas factuais. Os fatos transcorridos desde a edição anterior até o fechamento daquela edição. Esta é a principal matéria-prima do JN, mas não a única. (BONNER, 2009, P. 19).

Entretanto, mesmo com altos índices de audiência, o Jornal Nacional registrou quedas em seu ibope geral. Estima-se que, entre os anos de 2012 e 2015, 28 a cada 100 telespectadores deixaram de assistir o noticiário. A média do programa caiu de 31,8 pontos registrados em 2012 para 24,8 pontos em 2015. Vale considerar que cada ponto é equivalente a aproximadamente 240 mil domicílios. Coincidentemente o período se alinha ao início da atual crise brasileira envolvendo o setor político, judiciário, econômico e a mídia.

Desde o início do processo eleitoral de 2014 e, sobretudo, depois que foram proclamados os resultados das últimas eleições presidenciais, instalou-se no Brasil uma crise política cujo ritmo e pauta pública são seletivamente determinados por um conluio explícito entre segmentos do Ministério Público, da Polícia Federal, do Judiciário e oligopólios de mídia que, em torno da justa causa do combate à corrupção, se uniram no objetivo não declarado – mas evidente – de destruir qualquer vestígio de ética e moralidade pública que possa existir no Partido dos Trabalhadores, seus líderes e militantes. (LIMA, 2016).

Sendo assim, a Operação Lava Jato passa então a produzir uma série de fatos que se tornaram notícias factuais envolvendo em grande parte, até aquele momento, o ex-presidente Lula, a então presidente Dilma Rousseff e políticos da base do Partido dos Trabalhadores. Fomentando a crise política que ganhava força no país e os protestos contra Dilma. O Jornal Nacional passa a reproduzir com frequência os fatos ligados a isso, afinal, fazem parte do produto do noticiário, de acordo com Bonner. O mesmo acontece com toda a imprensa de maneira geral, seguindo o que foi observado na teoria dos definidores primários e da agenda setting.

Desde que foi lançada, a Operação é uma campeã de audiência e recordista nacional em exposição seletiva. Além da hiperexposição por parte dos maiores conglomerados de mídia brasileira (Globo, Abril, Folha e Estadão), vem havendo um esforço por parte do Ministério Público Federal (MPF) a difundir as investigações de forma mediada, com dados já mastigados e compreensão do grande público. (ROCHA, 2016)

Sendo assim, de acordo com a opinião pública, em uma espiral do silêncio, o assunto passa a ter uma opinião embasada pelo que é exposto na mídia e a imprensa passa a mediar os assuntos ligados à operação com protagonismo, ou seja, ao mediar a relação desses atores com a sociedade, a mídia passa a fazer parte das investigações e do grupo de oposição ao governo que ganhava espaço no Congresso.

O modus operandi da Lava Jato chama a atenção e indica o nível de protagonismo que pode ter uma camada de profissionais de carreira, tecnocratas e operadores jurídicos, com um aval da “opinião pública” para fazerem justiça. Basicamente, ao polarizar o noticiário, vão ao encontro da sede – correta e legítima – de justiça incluindo algum grau de vingança popular contra o andar de cima. O que assusta não é a punição para as empreiteiras, mas seletividade midiática e o esforço inaugural da Lava Jato, ao contrário de outras operações, no meu entender, ainda mais relevantes, como a Farol da Colina, Macuco, Chacal, Satiagraha, Castelo de Areia e Monte Carlo. (ROCHA, 2016),

CONCLUSÃO

Este estudo conclui que, mesmo que seu objetivo não fosse voltado a isso, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão se envolveu em um escândalo político midiático. Afinal, ele intermediou de maneira decisiva nas discussões acerca da política brasileira naquele dia. O noticiário tem uma enorme participação no cotidiano dos brasileiros, fato que lhe dá enorme credibilidade em relação ao que transmite e noticia. Em uma combinação de fatores envolvendo o Ministério Público Federal, o Judiciário, a Polícia Federal, os políticos de oposição e a mídia, o poder representativo do veículo de informação serviu para validar o conceito de escândalo político midiático envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ex-presidente Dilma Rousseff.

Com isso, os protestos tomaram conta do país no dia 16 de março de 2016 pedindo a saída da presidente que, logo após, perdeu sua estabilidade governamental e o apoio social, fato que culminou em sua falta de articulação para evitar o processo de impeachment que resultou em sua queda. De fato, outros fatores antes deste acontecimento já eram noticiados de acordo com os padrões de um escândalo político midiático, entretanto, o vazamento dos áudios com ênfase nas conversas de Dilma e Lula foi o ponto chave de sua queda.

Não existe um limite que defina o momento em que a mídia deixa de exercer

somente a função de transmitir informações e passe a mediar fatos de maneira protagonista. Na verdade, o que existe, de fato, são fatores que colocam a mídia na função de protagonista. Ou seja, ela passa a ser um instrumento dos poderes por sua função de influência popular. Sendo assim, ela passa a ser alimentada por conteúdos factuais por outros poderes, dentre eles políticos, jurídicos etc, para transmitir à população de acordo com sua função. Entretanto, ela também exerce um filtro de acordo com seus valores-notícia para reproduzir essas informações e faz isso de acordo com o que a população esteja colocando em discussão. Em síntese, a mídia colhe, seleciona e reproduz de acordo com o que a sociedade necessita e alinhada aos seus valores notícia.

REFERÊNCIAS

BONNER, William. Jornal Nacional modo de fazer. Editora Globo, 2009, Rio de Janeiro.

COSTA, Luciano Martins. O jornalismo envergonhado. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o_jornalismo_envergonhado/ . Publicado em: 24 de novembro de 2014. Acesso em: 23 de novembro de 2016 às 11h.

<http://www.revistaforum.com.br/digital/175/politicos-empresarios-e-imprensa-quantos-interesses-cabem-na-operacao-lava-jato/>. Publicado em: 28 de novembro de 2014. Acesso em: 26 de agosto de 2016 às 13h.

LIMA, Venício A. Há limites para a ação da imprensa?. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/lava-jato/ha-limites-para-a-acao-da-imprensa/>. Publicado em: 06 de junho de 2016. Acesso em: 15 de junho de 2016 às 22h.

LIMA, Venício A. Os escândalos políticos midiáticos. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/os-escandalos-politicos-midiaticos/>. Publicado em: 14 de setembro de 2010. Acesso em: 14 de novembro de 2016 às 14h.

PENNA, Felipe. Teoria do Jornalismo. Editora Contexto, 2006, São Paulo.

PORTO, Gabriella. Teorias da comunicação. Disponível em: <http://www.infoescola.com/comunicacao/teorias-da-comunicacao/>. Acesso em: 26 de novembro de 2016 às 10h.

ROCHA, Bruno Lima. Operação lava jato: comunicação mediada e apelação midiática. Disponível em: <http://jornalismob.com/2016/08/31/operacao-lava-jato-comunicacao-mediada-e-apelacao-midiatica/> Publicado em: 31 de agosto de 2016. Acesso em: 29 de novembro de 2016 às 19h.

STREIT, Maíra. Políticos, empresários e imprensa: quantos interesses cabem na Operação Lava Jato?. Disponível em:

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DO CRIME ORGANIZADO

Data de aceite: 19/11/2019

Maxwell Marques Mesquita

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. Tenente da Polícia Militar do Estado do Amazonas. maxwell_mesquita@hotmail.com.

Guilherme José Sette Júnior

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos na Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Capitão da Polícia Militar do Estado Amazonas. bpisette@gmail.com.

Lilian Barbosa Vieira

Pós-graduanda em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Amazonas. Tenente da Polícia Militar do Estado do Amazonas. lbvieira6@hotmail.com.

RESUMO: A seguinte expressão: “O crime está se tornando mais forte a cada dia com o uso das redes sociais” deu origem a um questionamento que carece de base científica e não apenas especulativa. Assim, esta percepção necessita ser compreendida teoricamente em seus fundamentos. As facções estão utilizando cada vez mais mídias e redes sociais para se relacionar com seus membros atuais e potenciais, em adição ao uso das mídias tradicionais. Mesmo sendo instrumentos muito recentes, as instituições criminosas sabem bem como usar as mídias sociais para adquirir maior

parte dos benefícios destes canais interativos de comunicação. Deste modo, cabe aos órgãos responsáveis pela segurança pública terem conhecimento destas ferramentas e seu potencial, a fim de serem capazes de detectar e prevenir que a imagem estatal seja prejudicada, deste modo atuando com a contrapropaganda sempre que possível.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência; Análise; Mídia Social; Crime Organizado; Família do Norte.

IMPACT OF SOCIAL MEDIA ON STRENGTHENING ORGANIZED CRIME

1 | INTRODUÇÃO

Os profissionais de segurança pública têm observado, recentemente, que as organizações criminosas, mais especificamente a Família do Norte do Estado do Amazonas (FDN-AM), têm passado a utilizar as mídias sociais para difusão de seu conteúdo a fim de conseguirem mais membros para sua causa. Sob esta ótica, seguidores e admiradores desta facção tornam-se adeptos aos pensamentos delituosos desta organização visando ter um espaço para compartilhar seus pensamentos. Neste sentido, faz-se necessário o estudo atento destas redes sociais e como elas são

utilizadas como ferramenta de propagação ideológica. Assim sendo, utilizou-se como parâmetro uma página específica para a análise de seu discurso.

Nesta seara, objetivou-se compreender a construção discursiva dos admiradores da facção Família do Norte através dos integrantes e seguidores da página “Compensão”, mantida aparentemente por membros da referida organização criminosa, tendo em vista que suas postagens remetem diretamente à apologia de diversos crimes, e ideologia adotada pela facção conforme será exposto adiante.

2 | MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

É fundamental basear-se nas trilhas teórico-metodológicas de uma disciplina como a análise do discurso, a fim de compreender interpretações e sentidos constantes na formação de discursos inseridos num ambiente virtual específico. Desta feita utilizou-se, ainda, da teoria fundamentada através de suas ferramentas organizativas e assimilações acerca do posicionamento do pesquisador e liberdade de análise. O discurso pode constituir sujeitos, relações sociais e sistemas de crenças através de processos analítico-discursivos na medida em que é destacado (FAIRCLOUGH, 2001).

Conforme Orlandi (2000), as interpretações possíveis de um dado discurso são derivadas das dos temas e conceitos expostos no diálogo, assim os discursos são debatidos em e devem levar e consideração questões sociais e históricas, ou seja, a carga subjetiva de cada ator envolvido (PINTO, 1999).

Com relação às condições de produção do discurso, o interdiscurso é importante na análise do discurso, pois o que está sendo dito sofre interferência do que já foi dito, ainda que o sujeito não o faça conscientemente (ORLANDI, 2000). Desta feita, os discursos são tratados como produtos culturais empíricos elaborados por eventos comunicacionais, como publicações em uma rede social, e abrange os materiais textuais trabalhados pelos administradores da página “Compensão” e divulgados em postagens na mesma.

A referida página conta com cerca de 30 (trinta) mil membros e foi escolhida como objeto por representar de maneira mais explícita o pensamento desse grupo e por possuir o maior número de postagens e interações dos fãs, através de visualizações, curtidas e compartilhamentos de conteúdo. O presente trabalho compreende, como universo de pesquisa, apenas as postagens realizadas nesta página entre os dias 01 de janeiro de 2018 e 20 de setembro de 2018. Para a análise, considerou-se, portanto, o período elencado acima.

3 | MÍDIAS SOCIAIS E CRIME ORGANIZADO

A utilização da mídia social Facebook traz consigo a adesão do usuário a um conjunto de normas e acordos do próprio serviço, onde este restringe temáticas vistas como inapropriadas, mesmo com este fator, é comum encontrar discursos que favorecem práticas delituosas e estimulam a violência contra determinados grupos (SOUZA E DINIZ, 2015). Observa-se que estes discursos maliciosos são antigos, contudo encontraram uma nova forma de expressão com as mídias sociais, em razão da difusão da internet. Estas, por sua vez, expandiram os estilos de atuação do crime por meio da construção, com grande facilidade, dos seus próprios canais de contato com as comunidades que ocupam.

Segundo Souza e Diniz (2015), o Facebook é uma ferramenta de mídia, que possui a finalidade de relacionamento e disseminação de conceitos, sendo assim um canal de divulgação ideológica. Em seu viés doutrinário, indivíduos podem ser sugestionados mediante exposição contínua à conteúdos tanto positivos quanto negativos. Por ser uma plataforma interativa permite a manifestação de apoio ou desaprovação ao conteúdo, sendo a manifestação e interação um propulsor daquele canal, ampliando a rede de divulgação e visibilidade deste.

Para Recuero (2009, p. 24), uma rede é “[...] uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores”. Complementando, Boyd e Ellison (2007) especificam que sites de redes sociais permitem a construção de relações e a exposição pública da rede social de cada ator. A reputação dos atores sociais é construída a partir da visibilidade deste e informações sobre como é e o que pensa, tal qual a sua popularidade e autoridade, que são respectivamente: posição do ator na rede social avaliada por meio de reputações boas e/ou ruins e influência de um ator com relação à sua rede baseada em sua reputação sobre um dado tema (SOUZA E DINIZ, 2015).

A reputação dos atores sociais é construída a partir da visibilidade deste e informações sobre como é e o que pensa, tal qual a sua popularidade e autoridade, que são respectivamente: posição do ator na rede social avaliada por meio de reputações boas e/ou ruins e influência de um ator com relação à sua rede baseada em sua reputação sobre um dado tema (SOUZA E DINIZ, 2015).

Já McLuhan (1964) ressalta que a expansão dos sentidos traduzida na evolução dos meios de comunicação acarreta em uma nova estrutura aparente do social, deste modo, é unanimidade entre as Nações Unidas e o FBI o entendimento de que o crime organizado é tratado como uma espécie de empresa capitalista, possuindo estruturas verticais bem delimitadas, redes de influência fortemente consolidadas e retorno financeiro muito alto (PEREIRA, 2011).

Segundo Misse (2007), as redes sociais pertencentes à gama criminal são

capazes de interligar mercados legais e ilegais, ao explorar as “mercadorias políticas” por meio das propinas, extorsões e redes de proteção, e ao explorar ilegalmente mercadorias criminalizadas, como o jogo, a prostituição e as drogas. Formas de persuasão aliadas a estratégias organizacionais semelhantes às aplicadas no setor empresarial e comercial já são amplamente utilizadas para esse fim.

Para Adorno (2007) “[...] a rápida emergência e a disseminação da criminalidade organizada encontraram condições favoráveis nos padrões, também mundiais, de desenvolvimento urbano”. Tal propagação, encontra hoje nas redes sociais um meio permanente de interação entre membros de grupos criminosos.

Ziegler (2003), discorrendo sobre organizações criminosas, reproduz o conceito elaborado pelo Fundo Nacional Suíço de Pesquisa Científica:

“Existe crime organizado [transcontinental] quando uma organização cujo funcionamento é semelhante ao de uma empresa internacional pratica uma divisão muito aprofundada de tarefas, dispõem de estruturas hermeticamente fechadas, concebidas de maneira metódica e duradoura, e procura obter lucros tão elevados quanto possível cometendo infrações e participando da economia legal. Para isso, a organização recorre à violência, à intimidação, e tenta exercer sua influência na política e na economia. Ela apresenta geralmente uma estrutura fortemente hierarquizada e dispõe de mecanismos eficazes para impor suas regras internas. Seus protagonistas, além disso, podem ser facilmente substituídos. “.

Das características do crime organizado, a participação na economia legal e influência política podem ser alvos atingidos por meio de redes sociais, onde no ambiente antagonista de mercados, a exemplo das disputas por controle e adeptos entre organizações criminosas, “a rede aparece também como terreno de batalha e como fator que proporciona o contínuo movimento às relações de equilíbrio entre as partes em disputa. Se nos morros disputa-se espaço físico à bala, na Internet travam-se disputas simbólicas pela conquista de corações e mentes” (PARAVIDINO, 2007).

Quanto ao histórico, nos primórdios do crime organizado voltado ao narcotráfico no Brasil, está o Comando Vermelho, considerado grande influenciador no surgimento de outros grupos de mesmo tipo. Com origem nas instalações do Instituto Penal Cândido Mendes, no Estado do Rio de Janeiro, a organização toma forma ao final dos anos de 1970, a partir de uma junção de presos políticos e presos comuns, e institui a frase “Paz, justiça e liberdade!” como lema (Amorim, 1994). Independentemente das especificações sobre seu surgimento, como aponta Maia (2011, p. 12), “[...] o Comando Vermelho enveredou por um processo de crescimento, atraindo cada vez mais adeptos”.

Do mesmo modo, a facção criminosa denominada Família do Norte (FDN) tornou-se uma importante organização criminosa no Estado do Amazonas, que que diz respeito à tráfico de drogas, tendo seu surgimento pautado pelos ideais de

justiça e liberdade aos infratores da região norte do Brasil, é considerada a terceira organização criminosa no Brasil. Sua expansão no Amazonas se deu devido à baixa influência das principais facções nacionais como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) na região.

A comunicação e reputação de um grupo são elementos essenciais no processo de faccionalização. Recuero (2009), expõe que as redes sociais permitem visibilidade e articulação que designam manutenção dos laços sociais fora das redes. Onoch (2015) alega que relações formadas em redes sociais por sua proximidade e densidade, são entendidos na ciência social como instrumento de recrutamento, motivação e difusão da mobilização.

O crime organizado no Brasil e no mundo, evoluiu utilizando-se de ferramentas de comunicação e do aprimoramento destas, principalmente para burlar mecanismos estatais de controle de sua ampliação, aprimorando-se na transmissão de ordens, e mensagens de reafirmação ideológica de dentro de presídios e afins. Hoje além de uma comunicação furtiva, percebe-se o desenvolvimento e estratégias, direcionados ao marketing criminoso, ou seja, uma estratégia de divulgação dos ideais da facção. Elementos que culminaram em um certo reconhecimento de facções, de aparência de poder, como no caso da Família do Norte e seus direcionamentos, a propaganda e marketing estão estabelecidos, tais fatores são observados nas postagens de páginas do Facebook.

Siqueira (2016) afirma que em 2013 começaram a surgir os primeiros estatutos da organização criminosa FDN, com descrições dos direitos e deveres que deveriam ser seguidos por todos os seus integrantes. As diretrizes foram divulgadas tanto em Facebook quanto outras redes sociais. Músicas alusivas aos feitos do grupo, que referenciavam os feitos da organização, conhecidos como “funk proibidão” são amplamente compartilhadas em redes sociais desde então, como por exemplo, no início de 2017 o “Funk do Massacre FDN” amplamente compartilhado em vídeo, teve cerca de 51 mil visualizações, é alusivo aos assassinatos de 56 detentos ocorridos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), caso de grande repercussão nacional e internacional.

Atualmente, pode-se identificar a presença da facção criminosa FDN com grande força nos sites de redes sociais. Em se pesquisar “FDN” identificam-se inúmeras páginas pessoais alusivas à facção criminosa. Surgida em outubro de 2016, a página do Facebook “Compensação”, atualmente com mais de 30 mil membros, é utilizada por atores com interesses em comum que se perpetuam por meio de redes de associação.



Figura 01. Conteúdo divulgado na página “Compensão”

Fonte: Os autores

Na Figura 01 há um vídeo compartilhado pela página onde um jovem pede perdão por ter divulgado uma gravação onde ele teria praticado relações sexuais com uma mulher. O vídeo foi compartilhado por ele sem o consentimento da jovem, motivo pelo qual foi detido e indiciado pelo crime, porém ele grava o segundo vídeo pedindo desculpas por ter cometido o erro de propagar o vídeo sexual.



Figura 02. Comentários de membros da página

Fonte: Os autores

A figura 02 reflete os comentários dos seguidores da página, assim observa-se os comentários denegrindo a imagem do infrator. Alguns inclusive pedem para que ele seja morto ressaltando que o “CPF tem que ser cancelado” e outro direciona o entendimento que ele seria estuproador chamando-o de “jack”.



Figura 03. Conteúdo divulgado na página “Compensão”

Fonte: Os autores

A figura 03 refere-se a outra postagem feita na página oficial “Compensação” e faz alusão ao possível homicídio de um reeducando do sistema penitenciário. Ele teria levado à óbito uma menor de idade e por isso estaria sendo publicamente ameaçado na página analisada. Destaca-se a utilização de imagens para gerar comoção entre os seguidores do perfil, bem como a rotulagem explícita de “assassino”. A postagem afirmando que o “CPF será cancelado”, pode ser entendida como uma ordem ou confirmação de “sentença” dada ao autor do feminicídio.



Figura 04. Comentários de membros da página

Fonte: Os autores

A figura 04 demonstra, novamente, o discurso e um possível interdiscurso dos membros da página quando estes demonstram a sua insatisfação perante a conduta do cidadão que teria cometido o homicídio. Diante desta situação, os seguidores pedem a sua morte através das postagens “Sal e coloral...tem que respeitar mulher”, “...agora é só esperar o sal”, “merece more mesmo” e “certo pelo certo, o errado é cobrado”. Ao observar estas postagens, notou-se a convergência de pensamento exposto entre aqueles que interagiram com a publicação.



Figura 05. Conteúdo divulgado na página “Compensação”

Fonte: Os autores

Já a figura 05 retrata a propagação de pensamento da organização criminosa FDN-AM, pelo fato de conclamar os demais membros a identificarem aqueles que, por acaso, teriam “traído” a referida facção. Neste sentido, com tom de ameaça,

percebe-se, novamente, grande engajamento dos seguidores em prol da página com o fito de dar cumprimento ao que foi falado no enunciado.



Figura 06. Comentários de membros da página

Fonte: Os autores

A última imagem, figura 06, reflete a aceitação dos membros com a afirmação do enunciado da figura 05. Deste modo, passam a enfatizar que a FDN é a facção que comanda o Amazonas e não as demais, de âmbito nacional. Recuero (2009) afirma que tais redes com um núcleo conectivo mais forte e rodeado por relações fortalecidas se enfraquecem segundo as interações e laços de afetividade, constituindo espaços destinados à divulgação de convicções, comportamentos e valores. Geralmente geridas por um usuário as comunicações em páginas desse tipo ocorrem, em um primeiro momento, de maneira unidirecional e, em seguida, acabam por receber maiores proporções, com a ajuda dos usuários que a acompanham.

Para Paravidino (2007), pertencer à comunidade virtual de uma facção significa rivalizar com a facção oposta, mas principalmente, ter o apoio da facção que defende. Dessa forma, estar de um dos lados, por defesa própria ou não, faz com que a violência seja uma forma de viver e de inserir-se socialmente. Assim, os discursos expostos nas comunidades reforçam a atração a novos membros.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado que a Família do Norte está utilizando cada vez mais as mídias e redes sociais para se relacionar com seus membros atuais e potenciais, sendo notório que sabem bem como usar as mídias sociais com o fito de divulgar suas ações criminais e ideologia para conseguirem mais membros.

Observa-se que sites de mídias sociais possibilitam a construção de relações pessoais e a exposição pública da rede de cada ator em questão. Deste modo o

Facebook atua como um canal de divulgação das ideologias presentes desde a criação do Comando Vermelho no Estado do Rio de Janeiro, deste modo a página “Frases De Cria CV MT” adequou-se à proposta inicial da pesquisa por conter discursos que favorecem práticas delituosas e a divulgação da ideologia criminal.

Embora a organização criminosa Família do Norte esteja crescendo com o uso das mídias sociais, cabe ao Estado por meio de todo o seu aparato organizacional coibir tais práticas criminais. Para tanto as secretarias de cultura, saúde, educação segurança pública, dentre outras, devem atuar em conjunto visando integração para compreender esta dinâmica do discurso nas redes. Com estas atitudes atreladas à contrapropaganda, visando coibir a propaganda adversa criminal, a divulgação de conteúdo ilícito pode reduzir aos poucos e beneficiar a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. & Salla, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. 2007. Estudos Avançados.
- AMORIM, C. 1994. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro, Record, 573 p.
- BOYD, D.M.; ELLISON, N.B. 2007. **Social Network Sites: definition, history, and scholarship**. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1):210-230. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>. Acesso em: 22/06/2018.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. **Discurso e mudança social**. Brasília, Universidade de Brasília.
- MCLUHAN, M. 1964. **Understanding media: the extensions of man**. Nova Iorque, McGraw-Hill, 392 p. Disponível em: robbybacken.com/text/nw_research.pdf. acesso em 25/06/2018.
- MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- MISSE, M. 2007. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estudos Avançados, 21(61):139-157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a10v2161.pdf>. Acesso em: 25/06/2018.
- ONUICH, O. 2015. **EuroMaidan Protests in Ukraine: Social Media Versus Social Networks. Problems of Post-Communism**. v. 62, n. 4, p. 217-235.
- ORLANDI, E.P. 2000. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 2ª ed., Campinas, Pontes, 100 p.
- PARAVIDINO, F.V. 2007. **A apologia à criminalidade nas comunidades do Orkut**. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste**. XII, Minas Gerais, 2007. Anais disponíveis em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0340-1.pdf>. Acesso em: 07/11/18.
- PEREIRA, E.G. 2011. **O tráfico de drogas ilícitas: uma modalidade do crime organizado**. Revista Digital Espaço Acadêmico, vol. 34, s.p. Disponível em: http://www.bibliotecapolicial.com.br/upload/documentos/O-TRAFICO-DE-DROGAS-E-O-CRIME-ORGANIZADO-21069_2011_8_7_51_24.pdf. Acesso em: 02/06/2018.

PINTO, M.J. 1999. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo, Hacker Editores, 105 p.

RECUERO, R. 2005. **Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos Weblogs**. In: **Encontro da Compós**, XIV, Rio de Janeiro, Anais... Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/recuero Compos.pdf>. Acesso em: 27/06/2018.

RECUERO, R. 2009. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Sulina, 206 p.

SIQUEIRA, Italo Barbosa Lima. **“Aqui ninguém fala, escuta ou vê” Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus**. 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5584/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Italo%20B.%20L.%20Siqueira.pdf>. Acesso em 07/11/18.

SOUZA, R. V. D; Diniz, L. D. R. **Construções discursivas do crime em sites de redes sociais: uma análise das postagens da página “Tudo 2” no Facebook**. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos. Vol. 17, nº 2, p. 147-160, maio/agosto. 2015.

ZIEGLER, Jean. **Os senhores do crime: as novas máfias contra a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

O LO-FI E A PRODUÇÃO DE SIGNOS EM UMA SOCIEDADE EM REDE

Data de aceite: 19/11/2019

Lucas Peluffo dos Santos Portilho

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
São Borja – RS

César André Luiz Beras

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
São Borja – RS

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo investigar de que forma a sociedade em rede e a globalização da informação, termos conceituados por Castells (1999), através da internet e das tecnologias, podem auxiliar na superação de limitações encontradas no momento de produzir e distribuir de maneira independente as produções Lo-Fi assim permitindo a criação da estética do ruído, sendo compreendidos através de estudos baseados em Conter (2016) e, por conseguinte, Silveira (2016), potencializando a produção de signos, sendo possível argumentar graças às colaborações de Deleuze (2003). O estudo foi possível a partir da metodologia de pesquisa bibliográfica, sendo pesquisada uma série de livros que possibilitaram a criação do argumento.

PALAVRAS-CHAVE: Lo-Fi. Sociedade em Rede. Produção Independente. Estética do Ruído. Produção de Signos.

THE LO-FI AND PRODUCTION OF SIGNS IN A NETWORKED SOCIETY

ABSTRACT: The present research has as objective to investigate how the networked society and the globalization of information, terms pointed by Castells (1999), through the internet and technology, can help overcome limitations on the production and distribution, in an independent manner the Lo-Fi production, therefore allowing the creation of the aesthetics of noise, been comprehended through Conter (2016), and consecutively Silveira (2016), empowering the production of signs, being possible to argument thankfully to the contributions of Deleuze (2003). This study was possible by the methodology of bibliographic research, been researched a series of books allowing the creation of the argument.

KEYWORDS: Lo-Fi. Network Society. Independent production. Aesthetics of noise. Production of signs.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere ao projeto de pesquisa “O Lo-Fi e a produção de signos em uma sociedade em rede” produzido no primeiro semestre de 2018 para a conclusão do curso de Bacharel em Comunicação Social.

Publicidade e Propaganda, que aborda o estilo musical Lo-Fi e a sua capacidade de emitir e produzir signos no contexto de uma sociedade em rede. A fim de entender o contexto onde o Lo-Fi está inserido, é de total importância compreender de que maneira ocorre sua produção e sua distribuição em uma sociedade em rede, buscando identificar como esse estilo musical é potencializado a partir da globalização. O estudo visa identificar as maneiras de como a internet auxilia produtores independentes superarem limitações encontradas ao produzir música, barateando custos de produção e tornando acessíveis informações e técnicas, e como permitem a interação global dos indivíduos que se identificam com esse estilo, facilitando a sua comunicação, distribuição e troca de conhecimento. O estudo também tem como intuito entender como o Lo-Fi pode ser identificado como um fenômeno de contracultura, e como pode ser compreendido como uma experiência de significação da estética do ruído, emitindo signos e significações a serem interpretadas.

Com base em duas hipóteses complementares desenvolvidas através de estudos e leituras baseado nas obras dos autores Manuel Castells, *Fim do milênio* (1996) e *A sociedade em rede* (1999) e Gilles Deleuze, *Proust e os signos* (2003), se pretende responder a seguinte problemática: Como a sociedade em rede pode auxiliar na criação da estética do ruído de videoclipes Lo-Fi, superando suas limitações e assim potencializar a produção de signos?

O objetivo geral do trabalho é compreender as possibilidades de produções Lo-Fi como criações independentes da estética do ruído, em superar limitações de produção e acesso no contexto da sociedade em rede tornando possível a emissão e recepção de novos signos sobre a experiência mundana. E três são os objetivos específicos: analisar a exploração da estética do ruído a partir da reutilização de elementos sonoros e imagéticos contidos nos videoclipes ligados à cultura pop nas produções Lo-Fi; Conhecer como a sociedade em rede adquire a função de auxiliar na superação das limitações encontradas nas produções audiovisuais Lo-Fi; e Refletir sobre as diferentes formas de experimentação de signos a partir de produção do ruído e do consumo das produções Lo-Fi.

2 | METODOLOGIA

Para a idealização do trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória, onde foi feito primeiramente uma pesquisa e análise de outros trabalhos, como artigos, dissertações e teses, para a melhor compreensão do tema. Após isso, foi feito um levantamento bibliográfico, com base nos autores: Manuel Castells em *Fim do milênio* (1996) e *A sociedade em rede* (1999); Gilles Deleuze, *Proust e os signos* (2003) e Fabrício Silveira *Rupturas instáveis – entrar e sair da música pop* (2013) obter explicações não utilizados por outros pesquisadores, buscando criar um diálogo

entre os autores.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A principal contribuição pretendida pelo presente trabalho seriam os estudos sobre a sociedade em rede para a formação de identidades, onde no estudo atual, a diferença principal será a abordagem da recepção e da criação de signos, a partir de um público que se identifica com a música Lo-Fi. Neste sentido, a articulação temática proposta se mostra com alguns elementos novos que podem qualificar e prosseguir a discussão possibilitando uma potencialização do processo de construção do conhecimento sobre a música Lo-Fi.

Na primeira sessão do trabalho, dois argumentos auxiliaram a embasar e responder o problema de pesquisa, “Como a sociedade em rede pode auxiliar na criação da estética do ruído de videoclipes Lo-Fi, superando suas limitações e assim permitir a potencialização de signos?”. O primeiro argumento trata de como a sociedade em rede potencializa as produções Lo-Fi, desde o momento de sua produção até a sua distribuição. O segundo argumento trata sobre como é possível encontrar informações na internet que auxiliem produtores em seus projetos, e como a internet torna eficaz e acessível às formas de comunicação entre esse público. A segunda sessão, irá tratar sobre o Lo-Fi e a experiência de significação, produção de signos.

O primeiro argumento parte da ideia que, a sociedade em rede potencializa o estilo musical Lo-Fi, que será tratado na próxima sessão, na sua produção e também no momento de sua distribuição, compartilhando informações e conhecimentos quase que instantaneamente através de grupos em redes sociais integrados por produtores independentes e pessoas que buscam produzir suas próprias músicas. Assim, em grupos e comunidades digitais criados nas redes sociais que tem como objetivo integrar pessoas que se consideram produtores independentes e pessoas interessadas em produzir sua própria música de forma independente, ou seja, produções no estilo Lo-Fi, são feitas trocas de informações necessárias para ser possível a produção desse estilo musical. Também são expostas e discutidas informações que apresentem alternativas viáveis e acessíveis para produções se tornarem independentes superando limitações encontradas ao produzir música, não necessitando de estúdios e gravadoras profissionais para captar sons e áudios e se tornando livre de equipamentos, instrumentos e aparelhagens de alto nível.

A comunicação e o compartilhamento dessas informações, que muitas vezes se tornam indispensáveis para o auxílio na produção e distribuição, é criada e personalizada ao gosto e a necessidade, de forma que se identifique com o público

do estilo. Público que é formado por jovens que estão conectados à internet e que utilizam as redes sociais para manter a comunicação, fazendo com que o compartilhamento de informação seja feita de forma coletiva, através dessas redes virtuais, como Castells afirma:

Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como os personalizando ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (CASTELLS, 1999, p. 40).

Considerando que a internet utiliza de uma língua própria e universal vista através de redes sociais, entendemos que novas redes interativas são criadas e personalizadas de acordo com as necessidades e identidades de cada indivíduo, neste caso, produtores independentes e pessoas que se identificam com o estilo musical. Estes grupos e fóruns são livres para compartilhar qualquer tipo de informação relevante sobre Lo-Fi, e isso faz com que os membros não se prendam apenas ao compartilhamento de informações que auxiliem nas produções, mas, além disso, estes grupos também abrem espaço para produções independentes serem ouvidas e terem uma maior visibilidade, fazendo com que o movimento cresça e se integre globalmente. Assim, a integração global do público que se interessa pela proposta do estilo musical Lo-Fi, se faz através de grupos criados na internet por indivíduos que trazem significados do estilo para si, fazendo então que novas formas de comunicação sejam criadas conforme a necessidade e a identidade de cada um, através de comunidades, grupos e fóruns, se adaptando ou tornando parte do estilo de vida de cada indivíduo.

O segundo argumento teórico que vai embasar a reflexão, trata sobre como é possível encontrar informações na internet que auxiliem produtores independentes em seus projetos, e como a internet torna eficaz e acessível às formas de comunicação entre esse público. Desta forma é visto que as redes interativas são capazes de integrar o público que se identifica com a proposta do estilo, a produtores Lo-Fi, em diversos países e regiões, possibilitando a troca de informações e até o desenvolvimento de novos produtores, fazendo com que pessoas que não possuíssem nenhum conhecimento e nenhuma técnica musical, se tornassem capacitadas e possibilitadas de criarem suas próprias produções Lo-Fi.

Podemos perceber que, através de interações proporcionadas pela globalização, uma nova estrutura cultural foi criada, a sociedade em rede, fazendo com que informações pudessem ser proporcionadas e compartilhadas pela internet e pelas suas tecnologias da informação. Assim fazendo com que novas identidades culturais

fossem adquiridas, a partir do contato e da integração de diferentes indivíduos, trocando uma grande quantidade de informações.

O estilo Lo-Fi, ganhou maior visibilidade através da sociedade em rede, onde permitiu que houvesse uma maior interação entre os seus públicos, abrangendo desde produtores independentes, pessoas que desejam produzir suas próprias músicas, pessoas que se identificam com o estilo da música e um novo público de pessoas, que acabam se identificando com a proposta vista através da estética dos videoclipes e traz o estilo para si.

A segunda sessão vai ser apresentada a reflexão sobre a estética do ruído, a produção de signos e o Lo-Fi, com um argumento que ajudou a embasar e responder o problema. O argumento parte da ideia de que a criação de signos é possível a partir da estética do ruído encontrada nas produções independentes Lo-Fi. Para isso, é necessário entender quando e onde surgiu, além de conceituar o termo “Lo-Fi”.

Registros apontam que o termo foi empregado pelo DJ William Berger da rádio estadunidense WFMU, onde era dedicado um espaço para que produções caseiras pudessem ser notadas. A denominação do termo se dá através da oposição ao termo sonoro “Hi-Fi” (high-fidelity), que em português significa alta fidelidade, ou seja, registros sonoros que possuam uma clareza em sua reprodução, uma nitidez clara, como explica Marcelo Conter:

O termo mais comumente empregado para descrever um registro fonográfico com uma sonoridade precária é Lo-Fi. A popularização do termo se deve a um programa de rádio da emissora nova-iorquina WFMU, intitulado Lo-Fi pelo seu produtor William Berger. Ao entrar no ar em 1986, dedicava meia hora para apresentar exclusivamente gravações caseiras e amadoras. O termo, naquela época, opunha-se ao então já consolidado hi-fi (abreviação de high-fidelity), empregado para se referir a registros fonográficos ou a aparelhos de som de altíssima qualidade e nitidez sonora. (CONTER, 2016, p. 36).

Produções independentes Lo-Fi surgem então, como oposições a cultura massiva e às produções que caminham em um mesmo sentido seguindo tendências, músicas com a mesma fórmula que seguem uma mesma evolução, como a música pop. Desde a sua produção sonora para a música e estética para os videoclipes, com elementos retirados muitas vezes da cultura popular, até o momento de sua distribuição, através de plataformas e redes interativas alternativas, o Lo-Fi busca uma independência da indústria midiática, das gravadoras e estúdios profissionais e também de equipamentos, onde através da sociedade em rede, é possível superar suas limitações de produção e distribuição.

A estética do ruído é inaugurada pelo álbum e pode ser vista em outros subgêneros musicais, onde às vezes é encontrado também migrando para outras áreas, como design, fotografia e videoclipes, fazendo com que o álbum seja considerado fundador desse fenômeno. Assim, os ruídos se resultam de diversas maneiras onde se tornam

elementos importantes e constitutivos de diferentes estilos musicais, como diz Silveira: “Os ruídos são todos e quaisquer sinais indesejáveis, são interrupções, são fenômenos desordenados, manchas que irrompem na estruturação de um texto, de uma imagem ou de um som. O ruído é algo não intencional: é um sinal que não se quer transmitir.” (SILVEIRA, 2013, p. 56).

Os ruídos, de forma geral, são sinais indesejados e interruptivos, sinais que não eram para aparecer, como os chiados em gravações com microfones não apropriados para captações de voz, mas que quando tratados como uma experiência artística, a ideia de “ruído” ganha outras caracterizações, como que fazendo parte da produção, se tornando um sinal proposital. Hoje eles são intencionais e utilizados como parte constitutiva das produções musicais e audiovisuais Lo-Fi e podem ser explorados através de sobreposições sonoras e criações de ambiências no caso das músicas, e através de erros em imagens como granações e texturizações de objetos, repetições e sobreposições de frames e alternância de cores imagética, nos videoclipes.

Considerando o Lo-Fi como um objeto, a emissão de signos e interpretações por ele é feita. Em muitos casos, as produções Lo-Fi são relacionadas a sentimentos, causadas pelos elementos que as constituem, chamados de signos mundanos. Esses signos são suficientes e ao mesmo tempo cruéis, pois surgem em uma velocidade rápida a partir de um contato imediato, se tornando substitutos de qualquer ação ou pensamento, não remetendo a nenhuma outra coisa. Isso faz com que o receptor busque a compreensão do motivo pelo qual foi recebido. Como afirma Deleuze:

Não existe meio que emita e concentre tantos signos em espaços tão reduzidos e em tão grande velocidade. Na verdade, estes signos não são homogêneos. Em um mesmo momento eles se diferenciam, não somente segundo as classes, mas segundo "famílias espirituais" ainda mais profundas. De um momento para outro eles evoluem, imobilizam-se ou são substituídos por outros signos. Assim, a tarefa do aprendiz é compreender por que alguém é "recebido" em determinado mundo e por que alguém deixa de sê-lo; a que signos obedecem esses mundos e quem são seus legisladores e seus papas. O signo mundano surge como substituto de uma ação ou um pensamento, ocupando o lugar. Trata-se, portanto, de um signo que não remete a nenhuma outra coisa, significação transcendente ou conteúdo ideal, mas que usurpou o suposto valor de seu sentido. (DELEUZE, 2003, p. 5).

A compreensão não é possível caso o receptor não tenha o primeiro contato com os signos mundanos, pois mesmo que se trate de signos cruéis e vazios, não são homogêneos. Surgem como substitutos de qualquer ação ou pensamento, podendo causar uma espécie de curiosidade por não se apresentarem por completos ao aprendiz, fazendo o buscar em outros mundos, como no mundo da arte, a compreensão de por que alguém o recebe e por que alguém deixa de ser. Neste sentido, após os signos mundanos os signos da arte são essenciais para os outros signos, pois eles reagem sobre todos os outros os transformando, de maneira que se

fazem presentes na música e nos videoclipes Lo-Fi, onde é possível identificar ruídos na sonorização e de forma imagética, identificar o uso de cores gritantes, ilustrações e animações de personagens e formas de objetos inanimados, possibilitando a compreensão além da interpretação do primeiro contato, integrando outros signos, dando-lhes sentidos estéticos e o colorido que faltava. (DELEUZE, 2003, p. 13).

Assim, o último mundo dos signos, os signos da arte, reage sobre todos os outros signos, os integrando, dando-lhes a essência que faltava e os transformando, de maneira que sem eles, o aprendizado do receptor não seria completo, pois sem a Arte não seria possível compreender e nem ultrapassar o nível primário de interpretação encontrado no primeiro contato com o objeto de aprendizado, o Lo-Fi.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível ampliar o conhecimento sobre as produções independentes Lo-Fi, vistos de uma perspectiva científica sobre a sua potencialização na produção de signos em quem escute o estilo musical. Pretende-se ainda, realizar mais pesquisas na área, como a aplicação de um questionário on-line, através do Google Forms em um grupo de Facebook de produtores Lo-Fi, também será realizada a seleção e decupação de cinco videoclipes Lo-Fi e a análise dos comentários de uma rádio Lo-Fi ao vivo on-line.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

_____. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

CONTER, Marcelo. B **A Máquina Abstrata Lo-fi**. 2015. Artigo apresentado no Intercom de 2015;

CONTER, Marcelo. B **Lo-fi: Agenciamentos de baixa definição na música pop**. Tese (Doutorado de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. UFRGS. 2016;

DA SILVA, R. **Informação, cultura e cidadania no coração da periferia pelas batidas do hip hop**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro;

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003;

FERREIRA, G. Z **Lo-fi: Aproximações e Processos Criativos**. Da fonografia à arquitetura. 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, UFRGS;

SILVEIRA, Fabrício., CONTER, Marcelo. B **Cultura Pop e Linguagem de Videoclipe**. “Faça você Mesmo”: o demônio de Daniel Johnston. Rio de Janeiro. Edição 42, v. 22, n.1, 2015;

SILVEIRA, Fabrício. **Rupturas instáveis – entrar e sair da música pop**. 1ª edição, 2013;

SILVEIRA, Marcelo, D. P da. **Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas**. *Psicol. cienc. prof.* Dez 2004, vol.24, no.4, p.42-51. ISSN 1414-9893;

O SACRIFÍCIO E A PERDA COMO FATORES RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NOS JOGOS DIGITAIS: UM OUTRO OLHAR À JORNADA DO HERÓI

Data de aceite: 19/11/2019

Júlio César da Silva Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo

RESUMO: Sacrifício e perda são elementos constitutivos da jornada do herói. Nas análises conduzidas, os tópicos se mostraram fatores relevantes nas narrativas dos jogos de formas distintas: a perda de um objeto de valor pode transformar um sujeito comum em herói assim como em vilão, ou mudar um herói para vilão; por outro lado, o sacrifício é um ato de um herói com caráter estabelecido de antemão, de modo que o tópico não altera ou forma o caráter da personagem, e sim é resultado deste. Já em relação à agência do jogador, é notável a sua liberdade em navegar pelo mundo fictício, entretanto sem poder alterar a narrativa, já que histórias com muitos rumos correm o risco de passar totalmente despercebidas pelos jogadores e causar um gasto desnecessário na produção do jogo. Assim, os jogos buscam ceder espaço ao jogador no que concerne à mecânica, uma vez que é neste ponto que reside a experiência do jogar como mídia diferente das demais; além disso, os tópicos estudados não afetam a decisão do jogador por não serem precisamente parte do design do jogo.

PALAVRAS-CHAVE: sacrifício, perda, jogos digitais, semiótica, narrativa.

SACRIFICE AND LOSS AS IMPORTANT ELEMENTS IN THE CONSTRUCTION OF NARRATIVES IN GAMES: ANOTHER GLANCE AT THE HERO'S JOURNEY

ABSTRACT: Sacrifice and loss are constitutive elements of the hero's journey. In our analysis, the topics were relevant factors in game narratives in different ways: the loss of an object of value can transform an ordinary person into a hero as well as a villain, or change a hero to a villain; on the other hand, the sacrifice is an act of a hero with predetermined established character, so this topic does not change or form a person's nature, the sacrifice is a result of the nature. Regarding the player's agency, it is important to notice its freedom to navigate the fictional world, without however being able to change the narrative, since stories with too many branches could be missed by players and cause unnecessary expenses in the game production. So, games provide freedom in gameplay rather than story since that is what makes gaming experience unique and different from other media. Besides, the topics studied here do not affect player's decision because they are not part of the design of the games.

KEYWORDS: sacrifice, loss, games, semiotics,

narrative.

1 | INTRODUÇÃO

O sacrifício e a perda, como elementos constitutivos da jornada do herói, são recorrentes nas mais diversas histórias do mundo. Entretanto, pouco há, na obra *O herói de mil faces* (1995), que introduz a jornada do herói, sobre o sacrifício ou a perda, ainda que esses fatores estejam presentes em outras obras do autor Joseph Campbell. Em seu sucessor, Christopher Vogler (2015), também pouco se fala sobre o sacrifício.

Não se pode negar que o sacrifício faz parte da figura do herói. Prometeu roubou o fogo dos deuses para dar aos homens, e como penitência, teve seu fígado massacrado por uma águia por toda a eternidade; Jesus Cristo foi crucificado pelos homens; trazendo histórias mais modernas, Harry Potter sabia que deveria morrer para vencer Voldemort e assim caminhou em direção à sua perdição; Kratos crava a espada olímpiana em seu peito para entregar todo seu poder à humanidade. As histórias tornam-se mais complexas ao longo dos tempos, mas não foge à estrutura básica da jornada.

A escolha do sacrifício enquanto recurso narrativo para construir ou definir o caráter do herói é extensivamente utilizado em inúmeras histórias, uma vez que o ato do sacrifício, como um ato de altruísmo e renúncia em favor de algo que está acima dos valores impostos, isto é, um ato de total entrega e de rendição a outro diferente do herói, independente da forma que esse outro é simbolizado, é o que muitas vezes diferencia o herói das demais pessoas. Entretanto, esse ato pode vir de forma involuntária, sendo assim uma perda que é necessária para que o cidadão comum se torne o herói da narrativa, como é o caso no filme *Homem-Aranha* (2002), em que o personagem Peter Parker perde seu tio por conta de uma atitude irrefletida sua, e apenas então deixa sua vontade individual de lado para o bem maior (no caso, proteger sua cidade). Assim, considerando que o sacrifício e a perda são elementos pertinentes na construção da narrativa e do herói, centra-se tais aspectos no estudo das narrativas dos jogos digitais.

O que se busca aqui é entender como esses tópicos moldam o caráter do herói e inclusive criam linhas tênues entre o bem e o mal, como afetam o protagonista e outros personagens, bem como as distinções entre o sacrifício e a perda, como elementos significativos na construção da narrativa.

2 | METODOLOGIA

Primeiramente, como base teórica, utiliza-se a perspectiva da semiótica de linha

francesa, sobretudo o quadrado semiótico, para auxiliar na definição dos termos **sacrifício e perda** para que o uso seja apropriado ao caso analisado bem como a função exercida por cada no desenrolar das histórias escolhidas.

Os trabalhos de Vogler e Campbell sobre a jornada do herói são essenciais justamente porque se intenta jogar luz nas questões do sacrifício e da perda como elementos essenciais na jornada do herói.

Por fim, encarar o game como uma mídia diferenciada das demais quando falamos de narrativa traz em si uma complicação de design de game. Para dar conta desse aspecto, toma-se trabalhos específicos sobre desenvolvimento de jogos e narrativas voltadas para games.

Com bases teóricas e metodológicas bem fundadas, parte-se para a análise propriamente dita dos jogos elencados a seguir:

1. *Metal Gear Solid V – The Phantom Pain* (2015);
2. *Metal Gear Solid 3 – Snake Eater* (2004);
3. *Warcraft III* (2002);
4. *God of War 3* (2010);
5. *Red Dead Redemption* (2010);
6. *Final Fantasy X* (2001);
7. *Chrono Trigger* (1995);
8. *Super Metroid* (1994).

Esses jogos foram escolhidos por apresentar o sacrifício e a perda de modo a influenciar toda a narrativa e a construção do herói. Cada uma das histórias, à sua própria maneira, é composta por jornadas em que o sacrifício do herói ou a perda de um objeto de valor interfere no caráter do herói ou é influenciado por este.

3 | DEFININDO SACRIFÍCIO E PERDA

Quais são as principais diferenças entre o sacrifício e a perda? Pesquisando em dicionários dos mais variados, é possível encontrar diversas definições para ambos os termos, e talvez a definição mais precisa considerando o objetivo desta pesquisa seja esta: “Abandono forçado ou voluntário daquilo que nos é precioso; renúncia” (de acordo com dicionário Priberam); enquanto a melhor definição de perda seria esta: “Carência, privação do que se possuía” (de acordo com dicionário do Aurélio).

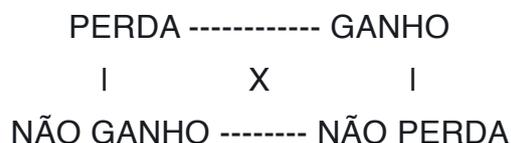
Portanto, com essas definições, determinar uma ação ou um evento como sacrifício ou perda torna-se mais preciso, especialmente no que concerne à principal distinção encontrada: escolha. A perda se caracteriza por um evento ou uma ação que o personagem (que sofre a perda) não tem controle, ou seja, ele não pode evitar no momento em que ela ocorre. Por outro lado, o sacrifício é uma escolha do

personagem, ainda que forçada, como diz o dicionário, mas não deixa de ser uma escolha que é colocada em determinado momento e o seu ato se torna consequência dessa escolha.

Essas definições auxiliam no quadrado semiótico de ambas as palavras. Para tanto, é necessário compreender o que é o quadrado semiótico, e para isso, temos o livro *Dicionário de Semiótica*:

Compreende-se por **quadrado semiótico** a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer. A estrutura elementar da significação, quando definida – num primeiro momento – como uma relação entre ao menos dois termos, repousa apenas sobre uma distinção de oposição que caracteriza o eixo paradigmático da linguagem: ela é, portanto, suficiente para construir um paradigma composto de n termos, mas não permite por isso mesmo distinguir, no interior desse paradigma, categorias semânticas baseadas na isotopia (o “parentesco”) dos traços distintivos que nele podem ser reconhecidos. Faz-se necessária uma tipologia das relações, por meio da qual se possam distinguir os traços intrínsecos, constitutivos da categoria, dos traços que lhe são alheios. (GREIMAS; COURTÈS, 2013, p. 400, grifos do autor).

Portanto, entendendo o quadrado semiótico como articulação lógica de uma categoria semântica, como relação entre dois opostos, deve-se então encontrar o oposto de cada um dos dois termos. O oposto de “perda” é “ganho”, e assim se estabelece a primeira relação de oposição:



Já em relação ao sacrifício, a busca pelo seu termo contraditório se mostra um tanto complicada. Em dicionários de antônimos, encontra-se termos como “egoísmo”, “individualismo”, “apego”, “benefício”, “prazer”, “deleite” e “agrado”, todos que de certa forma são opostos ao sacrifício, porém não explicitam precisamente o seu oposto, e, sobre isso, o *Dicionário de Semiótica* é muito claro: “definida [a oposição] pela impossibilidade que têm os dois termos de se apresentarem juntos, será denominada relação de **contradição**” (GREIMAS; COURTÈS, 2013, p. 401, grifo do autor). “Egoísmo” e “individualismo” não seriam contraditórios ao sacrifício já que o ato em si não qualifica uma atitude altruísta, já que abrir mão de um objeto de valor para conseguir algo maior, ao próprio ser, pode ser uma atitude egoísta ou individualista, uma vez que o sujeito está pensando em seu próprio bem, e sacrifica algo precioso a si para algo ainda mais precioso, e isso envolve escolha. “Prazer”, “deleite” e “agrado” remetem à felicidade, a atitudes que não trazem tristeza e não são, por definição, dificuldades, enquanto o sacrifício remete a escolhas complicadas que podem levar à tristeza em um primeiro momento; porém, nenhum dos antônimos

citados traz a ideia oposta de escolha, sequer se referem a um campo semântico próximo ao termo sacrifício.

Logicamente falando, todo sacrifício envolve perda, uma vez que o sujeito deve abrir mão de algo em busca de um objeto de valor. Pode-se citar a franquia de filmes Jogos Mortais como exemplo, em que os sujeitos raptados são sempre colocados à prova, devendo sacrificar algo para que possam viver, e cabe sempre ao sujeito a sua liberdade de escolha (ainda que brutalmente forçada). Entretanto, nem toda perda envolve escolha, e, por consequência, não envolve sacrifício. Cita-se como exemplo o filme Homem-Aranha (2002), na cena em que o protagonista Peter Parker perde seu tio por uma atitude egoísta sua. A cena em particular é intrigante e estimulou a busca pela definição precisa dos termos, uma vez que o protagonista é confrontado com uma escolha, porém não tem consciência das suas consequências. Seria então um sacrifício do personagem?

A resposta é não. No momento em que o personagem é confrontado com a escolha de parar ou não, de impedir o ladrão de fugir ou de deixá-lo ir, Peter Parker não sabia o que traria como consequência. Ao descobrir o desfecho, ele deixa de ser o lutador de luta-livre que utilizou seus poderes para seu próprio benefício e se torna o Homem-Aranha, um herói da cidade de Nova York que é uma força vigilante trabalhando para prender e impedir bandidos de causar o mal aos seus conterrâneos. Não se trata de um sacrifício, e sim uma perda significativa, que altera a sua jornada e transforma um sujeito em herói.

Tomando o percurso gerativo de sentido, especificamente o nível fundamental, entende-se a perda como a disjunção do sujeito com um objeto de valor, que, nas narrativas mais tradicionais, força o sujeito a ir em busca da conjunção e, na maior parte das vezes, restabelecer o status quo. Essa aventura para retornar o status quo é a história, a jornada do sujeito.

Por outro lado, o sacrifício vai além: o sujeito escolhe (por dever moral, cívico, pessoal ou outros) entrar em disjunção com um objeto de valor no intuito de entrar em conjunção com outro objeto mais “valioso”, se assim pode-se dizer. O sacrifício do herói consiste nesses dois fatores: disjunção para conjunção. O herói renuncia a algo precioso a ele para conseguir algo ainda mais precioso.

4 | NARRATIVA EM GAMES

Quando se trata de narrativas de livros, filmes, séries e outras mídias que limitam, na maioria das vezes, a participação do receptor à posição de espectador, a jornada do herói ocorre entre o protagonista da história e a própria jornada, sendo então o seu espectador apenas um sujeito passivo, que pode torcer por um caminho

ou outro, por um desfecho ou outro, porém não pode interagir a ponto de alterar o curso da narrativa. Em jogos digitais, a situação é outra.

Todo jogo é, por definição, interativo. Diversos autores discutem sobre a questão “o que é um jogo”, e aqui se apresenta um resumo dessa discussão, presente na obra de Katie Salen e Eric Zimmerman (2004), em que os autores buscam oito definições de jogo para compará-las e criar a sua própria, essencialmente condensando todas em uma única frase: “Um jogo é um sistema em que os jogadores engajam em conflito artificial, definido por regras, que leva a um resultado quantificável.” (SALEN; ZIMMERMAN, 2004, p. 11). Para fins desta pesquisa, o que interessa é a ideia de interatividade, presente na definição de diversos autores e nessa colocada aqui: jogadores engajam em um conflito artificial definido por regras. Um ambiente interativo não é um jogo; para que seja um jogo, é necessário um conjunto de regras.

A fim de não estender a discussão para além dos limites deste trabalho, cita-se um artigo publicado no site IGN Brasil de Flávia Gasi (2015), em que ela aborda a polêmica afirmação do game designer David Cage de que seu produto *Heavy Rain* não era um jogo, e sim um “filme interativo”. Contrariando sua afirmação, Gasi (2015, n.p.) defende que “Um videogame é um sistema de regras, com objetivo e interatividade. A máquina deve responder ao jogador, por meio de controles (seja um controle de PS4, ou o seu corpo, no Kinect). Se não há interação, não há game.”. Portanto, até mesmo jogos que não se utilizam de mecânicas de combate, ou que não possuem um dinamismo de interação, são considerados jogos na medida em que obedecem a essa estrutura básica: sistema de regras, interativo, com objetivos, com resultados.

Isso indica que jogos narrativos, ou seja, aqueles em que a história é um elemento importante e constitutivo do jogo, possuem dois ângulos a serem observados: os personagens do jogo em relação à história e os interatores com relação ao jogo e à história. Como dito anteriormente, os jogos digitais se distinguem de outras mídias por conta de sua interatividade, e essa possibilidade estendida ao jogador deve ser significativa. Uma ideia bastante difundida entre autores e game designers é a de que um jogo deve oferecer interatividade com escolhas significativas, em que o jogador sinta que suas escolhas e suas ações interferem no andamento e no progresso do jogo. Sendo assim, os jogos digitais mais recentes, dos anos 2000 para cá, buscam oferecer o máximo de possibilidades para que o jogador faça a sua própria jornada, tomando o(s) protagonista(s) como seu corpo em um mundo digital interativo, imerso nesse ciberespaço. Muitos jogos apresentam limitações nessas possibilidades: por exemplo, ainda que o jogador possa escolher um ou outro caminho para seguir em uma determinada narrativa, as escolhas não são infinitas e de um jeito ou de outro possuem as mesmas consequências.

Tome-se por exemplo o jogo *Chrono Trigger* (1995), um dos games contemplados

por esta pesquisa. Após um tempo de jogo, o protagonista e seu grupo são levados a um lugar chamado End of Time, representado pelo ano ∞ , onde o jogador pode viajar no tempo para diversas eras (Idade das Trevas, Pré-história, futuro pós-apocalíptico, entre outros períodos). Se quiser, existe a opção de o jogador ir direto ao confronto final para enfrentar Lavos, o grande antagonista do jogo, e se o derrotar, o jogo termina. Esse é um dos finais alternativos do jogo. Entretanto, não é o caminho “padrão” para finalizar o jogo (o jogador deve passar por uma série de desafios antes de enfrentar Lavos, e esse final pula todos esses passos), e, em uma primeira jogada, é quase impossível o jogador derrotar o vilão nesse ponto dado que não está forte o suficiente, ele deve evoluir bastante ainda. De toda forma, serve para exemplificar o conceito de ramificações da narrativa de um game.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do momento em que o herói abre mão do conforto de seu mundo comum para viajar a terras desconhecidas, enfrentar o céu e o mar, desbravando no mundo especial para buscar um objeto de valor para o bem maior ou para seu próprio benefício, o sujeito já está sacrificando algo. Isso é o que distingue o herói dos sujeitos comuns: quando surge um perigo iminente que coloca em risco o status quo de um determinado local, mundo ou universo, o herói renuncia ao conforto e segurança para resolver a situação e retornar ao estado de paz e tranquilidade.

A perda também faz parte de toda história. Se o sujeito está em conjunção com seu objeto de valor, não há motivo para ele fazer qualquer coisa. A disjunção é o primeiro passo da narrativa: falta algo para que o herói possa ficar tranquilo em seu mundo comum. A narrativa é, pois, a jornada do sujeito em busca da conjunção com seu objeto de valor, seja ele qual for. Em certo sentido, algo sempre se perde: a tranquilidade, a paz, seja este algo figurativizado no que for.

Cada um dos jogos apresenta protagonistas que foram drasticamente afetados por uma perda ou sacrifício e que essa mudança funcionou como motor para o desenrolar da história, seja durante o próprio game ou em jogos subsequentes (continuações).

Em *Super Metroid*, ocorre um caso claro de sacrifício, não do protagonista, mas de um ser que inclusive dá nome ao jogo que por algum motivo renunciou a sua vida em prol da protagonista.

Não foi uma escolha de Samus Aran (personagem que o jogador controla) ou do jogador; foi uma ação voluntária do metroid, embora não seja possível apontar com clareza qual a motivação. O fato dessa motivação ser uma questão em aberto também é um dos pontos mais interessantes: pode-se atribuir o sacrifício ao cuidado que Samus teve com o metroid larva, ou por Mother Brain (antagonista) ser um

inimigo em comum, onde o dito popular se faz presente: o inimigo do meu inimigo é meu amigo. Seja qual for o motivo, o sacrifício é um elemento essencial na história do jogo e que afeta o caráter da protagonista, já que em jogos anteriores da franquia, metroids eram os vilões principais. A partir de então, Samus Aran tem outra visão dessas criaturas e nem sempre elas tomam o papel de vilão da história.

Outro jogo da mesma geração que *Super Metroid* é *Chrono Trigger*, que apresenta uma história mais complexa. A narrativa possui cerca de 13 finais alternativos. Isso significa que o jogador terá acesso a um final do jogo caso ele cumpra com determinadas condições ou requisitos ao longo de sua jornada. O jogo conta, portanto, com diversas escolhas significativas que levam a um ou outro final do jogo.

Apesar dos vários finais, a narrativa é bastante linear durante a primeira parte do jogo. Patrick Holleman (2012), que elaborou diversos estudos sobre o que ele chama de design reverso, ilustra bem esse ponto. Segundo o autor, *Chrono Trigger* conta duas histórias: uma que ele chama de *The Tragedy of the Entity* (A tragédia da entidade) e outra chamada *The Comedy of the Sages* (A comédia dos sábios). Na primeira história, o jogo corre de forma linear: o jogador segue de ponto a ponto, de forma quase que pré-determinada (ir para outros locais não traz nenhuma recompensa ou progresso), em que o jogador vai para diversas eras na tentativa de entender o que está acontecendo com o mundo que vive e conhecendo aos poucos o vilão Lavos, o apocalipse do futuro; na segunda história, o jogo não é linear, o jogador tem a liberdade e incentivo a visitar diversos locais diferentes sem a necessidade de ir a um antes ou outro.

A primeira parte segue um esquema comum de narrativa: a história vai se construindo de modo a levar a um grande clímax, pois o grupo que o jogador controla viaja para diversas eras do tempo na tentativa de impedir que aconteça o “dia de Lavos”, também conhecido como apocalipse. Entretanto, durante a jornada, o jogador não percebe que suas ações não estão surtindo efeito até chegarem ao “falso clímax”, em que o grupo enfrenta Lavos e é subjugado de forma brutal, sem esperança para vitória, e nessa luta Crono – o protagonista – se sacrifica para evitar que seus amigos morram.

Holleman (2012, p. 6-7) fala sobre essa tentativa de enganar o jogador:

O grande truque da Tragédia da Entidade é que em uma linguagem ela comunica ao jogador que ele está vencendo: ele ganha as lutas, coleta itens, sobe de nível, viaja pelo tempo. Contudo, em outra linguagem, comunica a ele – sutilmente – que tudo que ele está fazendo é na realidade insignificante (para não dizer totalmente linear). (tradução nossa)

Então ocorre a derrota terrível, que encerra a tragédia da entidade.

Em seguida, o grupo sai em busca de voltar no tempo, evitar a morte de Crono

e salvar o mundo. Nesse ponto, dependendo das ações do grupo, Crono pode ou não ser salvo.

Sobre a comédia dos sábios:

O resultado dessas aventuras [durante a tragédia da entidade] era historicamente insignificante: o jogador não alterava nada de uma era a outra. No segundo jogo [comédia dos sábios], as aventuras não eram sobre destruir Lavos e sim sobre ajudar personagens menores, normalmente pessoas que eram conectados de alguma forma a um membro da sua equipe. (HOLLEMAN, 2012, p. 7, tradução nossa)

Existem outras escolhas significantes e uma das mais interessantes para este trabalho é ao encontrar o suposto vilão Magus. Em outras eras, o grupo de Crono enfrenta Magus e seus “escudeiros” Slash, Flea e Ozzy e os derrotam algumas vezes; em outro momento do tempo, já tendo mais informações sobre Magus e seu papel na história, é dada a escolha do jogador de recrutar Magus para sua equipe ou de lutar contra ele até a morte. Isso afeta o destino de um dos heróis do seu grupo, e conseqüentemente um dos finais do jogo.

No que concerne ao sacrifício que ocorre no jogo, podemos citar dois relevantes para a história e personagens: no momento em que o grupo é subjugado por Lavos e Crono decide enfrentá-lo sozinho, sacrificando-se para que seus amigos não sejam mortos; e quando Schala, irmã de Magus e uma das peças importantes no despertar de Lavos, utiliza todo seu poder para mandar os amigos de Crono e Magus para um lugar seguro no tempo, sendo em seguida destruída por Lavos.

Considerando o que Holleman (2012) propõe, o jogo constrói a narrativa de forma a criar um suspense e uma tensão crescente que parece eclodir quando os heróis descobrem a verdade sobre Lavos e o enfrentam, mas que é brutalmente frustrada pelo poder do vilão. Nesse momento, não ocorre o combate final onde o herói por um triz sai vitorioso, onde a tensão é aliviada pelo triunfo do bem sobre o mal; pelo contrário, o herói morre, o grupo percebe que sua jornada até agora não surtiu nenhum efeito em retardar ou evitar o apocalipse e esse seria então o momento em que a esperança desaparece face ao mal inevitável e aparentemente indestrutível.

Em 2001, a desenvolvedora Square Enix lançou mais um título de sua franquia de maior sucesso, o *Final Fantasy X*. Por uma boa porção do jogo, é esperado que a personagem Yuna seja o sacrifício necessário para derrotar o grande mal da história. Entretanto, perto do final, o sacrifício deixa de ser o da invocadora Yuna para ser o do protagonista Tidus e de um guardião de Yuna, que, cientes desse fato e de sua inevitabilidade, prosseguem da mesma forma. O jogo é então um fim ao ciclo de morte do mundo, em que o protagonista se sacrifica em prol desse bem maior.

Isso significa que o sacrifício não é um tópico que aparece em um determinado

ponto da jornada do herói, é algo intrínseco à narrativa. Faz parte do mundo comum, é requisito básico para o chamado da aventura, e o elixir é o fim desse ciclo de morte (e sacrifício conseqüentemente). Ele faz parte do caráter de todos que escolhem a “carreira” de invocador ou guardião.

Saindo do mundo dos *role-playing games*, outro jogo que apresenta a perda como elemento transformador é *Metal Gear Solid 3 – Snake Eater*. A perda da mentora em MGS3 altera o caráter do herói Naked Snake, ou Jack, como é chamado. Ele inicia o jogo sendo uma ferramenta política a favor do governo americano e termina abandonando o seu país após testemunhar o sacrifício da antagonista (sua mentora). Aqui, é um mesmo ato que tem duas perspectivas: olhando o lado da mentora, ela se sacrifica pelo país sabendo que era necessário para manter a ordem no mundo; pela visão de Snake, a perda transforma o herói em vilão que aparece em títulos subsequentes.

Em termos de história, a perda de MGSV é relevante para sua construção de caráter como herói e até mesmo anti-herói, bem como para sua transformação para vilão, já que por conta dessa disjunção o protagonista Big Boss torna-se cada vez mais violento, porém com ideais e princípios firmes.

Red Dead Redemption apresenta um caso de sacrifício: sabendo que ele não teria como lidar com tantos inimigos, Marston coloca sua família a salvo a custo de sua própria vida. A morte do herói é de tal força dramática que um dos motivos pelo qual esse jogo é tão aclamado por público e crítica é a sua narrativa. Outro ponto importante a se citar aqui é o que chamamos de *sidequests*, que são pequenas missões ou histórias paralelas à narrativa principal (também chamada de *main quest*). Essas pequenas missões não são necessárias para concluir o jogo: o jogador pode apenas cumprir as missões principais do jogo para chegar ao final do jogo descrito acima; porém, as *sidequests* servem para agregar à história principal como um reforço da existência daquele mundo, ou seja, aquele mundo traz em si diversas pequenas narrativas que dão força à suspensão da descrença, mostrando-nos que aquele mundo é verossímil.

Portanto, levando em consideração que o jogador pode escolher se faz ou não as missões paralelas, pode-se entender então que o jogo oferece escolhas significativas que impactam na reputação do jogador dentro desse mundo fictício, mas essas escolhas não afetam a história principal. Isso se deve a um fator explicado Skolnick (2014) e Dille & Platten (2007), em que os autores explicam que nem sempre o custo-benefício de criar múltiplos ramos da história compensa dado que o jogador pode não ver ou experienciar todos os caminhos. Assim, do ponto de vista mercadológico e financeiro, diversas fases, cenários, níveis, personagens, mecânicas, entre tantos outros elementos que compõem o jogo podem ser criados para nada, já que não seriam vistas.

Entretanto, essa é uma visão que varia de jogo para jogo, gênero para gênero. Certos tipos de jogos possibilitam ao jogador diversas escolhas significativas que alteram o rumo da história, como é o caso de *Chrono Trigger*. Títulos famosos que também utilizam essa narrativa ramificada são *Chrono Cross* (1999), *Silent Hill 2* (2001), *Life is Strange* (2015), *Heavy Rain* (2010), *Detroit: Become Human* (2018), entre outros.

6 | CONCLUSÃO

A maior parte dos jogos estudados apresentam narrativas em que o jogador tem pouca ou nenhuma escolha significativa para a história do jogo, de forma a alterar o rumo do seu enredo. Isso se dá pelo risco que se tem no desenvolvimento do game, pois de acordo com desenvolvedores e escritores veteranos, o jogador pode passar finalizar o jogo sem nunca ter visto os diversos rumos e finais e assim muito se perde (DESPAIN, 2008; SKOLNICK, 2014; DILLE & PLATTEN, 2007). Nota-se, portanto, desses jogos, que as escolhas estão muito mais ligadas às mecânicas do jogo do que à narrativa, mesmo em jogos com ênfase na história. Há jogos que fogem à regra, mas o que se mostra mais comum é a tendência de evitar múltiplos ramos para que o jogador tenha acesso a todas as partes e que o desenvolvimento de diversos cenários, personagens, mecânicas etc. não pareçam uma perda de tempo aos produtores.

Sobre o sacrifício e a perda, as histórias mostram que há uma tendência desses tópicos em momentos críticos do jogo, e de fato são importantes na construção do caráter do herói durante a sua aventura. Entretanto, nem sempre o sujeito protagonista é o herói da história por conta do sacrifício: em MGS3, a antagonista se sacrificou pelo seu país e não é considerada a heroína da história, já que foi a perda de Snake que levou ao resto da saga MGS. Outra coisa a se destacar é a motivação para o sacrifício: Kratos não abriu mão de sua vida por um ato altruísta, em *God of War 3*, ele apenas finalizou o que tinha a fazer e não quis o poder nas mãos da deusa Atena; John Marston se sacrificou por sua família; Yuna se sacrificaria pelo seu povo; Arthas, em *Warcraft III*, sacrificou seu melhor amigo por poder e se tornou o vilão em seguida; Crono se sacrificou pelos amigos. O resultado do ato não faz parte da construção do caráter; pelo contrário, é o caráter do herói que leva ao sacrifício.

Já na questão da perda, o quanto o protagonista ou as personagens relevantes da história se transformam e se adaptam à perda que sofrem afeta na construção de seu caráter. Big Boss perdeu sua mentora e mais tarde sua base militar, levando-o a mudar sua visão de mundo e ser o vilão nos jogos subsequentes; Tidus perdeu

seu mundo e passou a lutar por um novo objetivo, mesmo sabendo que não veria as mudanças que viriam após a sua vitória. O trauma da perda pode levar o sujeito a ser o vilão ou o herói, o que possibilita concluir que esse tópico é extremamente significativo na construção do caráter do sujeito tanto como herói, em um primeiro momento, como vilão, a depender do caso.

Por fim, no que concerne à jornada do herói e o lugar da perda e do sacrifício nela, vê-se que o sacrifício aparece frequentemente em momentos críticos da narrativa, sobretudo no clímax, na etapa da Recompensa ou Ressurreição do Herói, onde o protagonista está a um passo da morte e deve lançar mão de todas as táticas e forças que tem para triunfar, e isso inclui a disposição de abrir mão de um objeto de valor na tentativa de conquistar algo maior. Isso tende a concordar com a narrativa hollywoodiana (SKOLNICK, 2014), que usa esse tópico para intensificar as emoções dos seus espectadores.

A perda, por outro lado, frequentemente surge como um problema a ser resolvido, e, portanto, constitui um Chamado à Aventura, pois, como já foi dito, um sujeito em plena conjunção com seu objeto de valor não tem motivo para se movimentar ou para se aventurar, de modo que não há história para se contar.

A grande distinção é na formação de caráter: o sacrifício surge de um ser com caráter já estabelecido, consciente do que deseja e disposto a tomar a atitude. Em casos em que o sacrifício exige a vida do protagonista, seria contraintuitivo que fizesse parte da construção de caráter do herói; a perda é mais veemente na formação do herói (ou do vilão) por causar uma reflexão sobre a vida e o mundo em que o sujeito vive para reavaliar suas decisões e mudar a sua visão de mundo.

Conclui-se que com esse trabalho foi possível compreender um pouco mais o quanto os tropos estudados afetam na jornada do herói e na construção de caráter dos personagens, mostrando que o sacrifício não faz parte necessariamente na formação do herói, enquanto a perda é relevante tanto para a figura do herói quanto para o vilão. Espera-se que em próximos trabalhos seja possível analisar o quanto o jogador tem autoria nesses temas em jogos que possibilitem mudanças reais no rumo da história.

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. 11. ed. São Paulo: Pensamento, 1995.

DESPAIN, W. **Professional techniques for video game writing**. Massachusetts: A.K. Peters, 2008.

DILLE, F.; PLATTEN, J. Z. **The ultimate guide to video game writing and design**. New York: Lone Eagle, 2007.

FULLERTON, T. **Game design workshop: a playcentric approach to creating innovative games**.

Amsterdã: Elsevier, 2008.

GASI, F. **Quando um jogo não é um jogo?** IGN Brasil, 2015. Disponível em: <<http://br.ign.com/por-tras-dos-pixels/8349/opinion/por-tras-dos-pixels-29-quando-um-jogo-nao-e-um-jogo>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2013.

HOLLEMAN, P. **Reverse design**: Chrono Trigger. The Game Design Forum, 2012.

SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. **Rules of play**: game design fundamentals. Cambridge: The MIT Press, 2004.

SKOLNICK, E. **Video game storytelling**: what every developer needs to know about narrative techniques. New York: Watson-Guptill, 2014.

VOGLER, C. **A jornada do escritor**: estrutura míticas para contadores de histórias e roteiristas. São Paulo: Aleph, 2015.

MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO: PARA UMA COMPREENSÃO ALÉM DOS ELEMENTOS EXPLÍCITOS DO TEXTO

Data de aceite: 19/11/2019

Ellen Valotta Elias Borges

Universidade Estadual Paulista, Departamento de
Ciência da Informação
Marília, SP

Mariana Rodrigues Gomes de Mello

Universidade Estadual Paulista, Departamento de
Ciência da Informação
Marília, SP

Lucilene Cordeiro da Silva Messias

Universidade Estadual Paulista, Departamento de
Ciência da Informação
Marília, SP

RESUMO: Considerando o desenvolvimento tecnológico da sociedade atual, este trabalho reflete sobre as relações que acontecem além do acesso da informação e foca no processo de apropriação da informação, o que envolve texto, contexto e leitor. Nesse sentido, apresenta questionamentos que envolvem não apenas o acesso à informação, mas, principalmente a necessidade de desenvolver uma mediação satisfatória entre sujeito e informação para o alcance de uma apropriação que possa ir além dos elementos explícitos do texto. A avalanche de informações possibilita cada vez mais a busca pelo conhecimento de tudo um pouco. Entretanto, este conhecimento é superficial

e impossibilita a solidificação, a reflexão e o aprofundamento de todas as informações, principalmente por sua efemeridade. Frente ao exposto, pode-se dizer que o acesso não garante a apropriação da informação. Partimos da ideia de que a mediação da leitura literária pode propiciar o desenvolvimento crítico e reflexivo que leva o sujeito a realizar uma apropriação que ultrapasse os elementos explícitos presentes no texto. Para tanto, é preciso considerar a informação como um processo complexo que exige uma relação estreita entre mediação e apropriação. As discussões acerca destas relações foram desenvolvidas na crença de que o texto literário pode oferecer diferentes possibilidades de apropriação, contribuindo para a compreensão não apenas dos elementos explícitos, mas também dos elementos implícitos do texto, o que favorece a prática de ações mais reflexivas e menos superficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à informação, Apropriação da informação, Mediação da informação, Leitura literária, Texto literário.

MEDIATION AND APPROPRIATION OF INFORMATION: GETTING A BETTER UNDERSTANDING BEYOND EXPLICIT ELEMENTS OF THE TEXT

ABSTRACT: Taking into account the

technological development of current society, this work reflects about relationships that occur beyond the access to information, focusing on process of appropriation of information, which involves text, context and reader. In this way, it should reflect not only on the access to information but also on the need of developing a satisfactory mediation between reader and information in order to achieve an appropriation beyond explicit elements of the text. The information avalanche allows us to know a little of everything. However, this knowledge is superficial and does not allow the sedimentation, the reflection and a deeper understanding of information, mainly because of its ephemeral nature. Considering all of the above, it can be stated that the access to information does not necessarily guarantee the appropriation of information. We begin from the assumption that mediation of literary reading provides a critical and reflective development, allowing the subject to construct an appropriation beyond the explicit elements of the text. Thus, it is necessary to consider information as a complex process that requires a close link between mediation and appropriation. All the discussions we have been presented here are based on the belief that the literary text can provide different possibilities of appropriation in order to contribute to understanding not only explicit but also implicit elements, which improves more reflective and less superficial actions.

KEYWORDS: Access to information, Appropriation of information, Mediation of information, Literary reading, Literary text.

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico trouxe muitos avanços para a sociedade, principalmente no que tange ao processo comunicativo e às relações sociais. As diversas possibilidades de acesso à informação, principalmente por meio da tecnologia, traz à tona a questão do uso que se faz deste acesso. Nesse sentido, torna-se essencial refletir sobre a necessidade da mediação entre sujeito e informação para o alcance de uma apropriação que possa ir além daquilo que está explícito no texto, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para compreender informações e construções que estão implícitas na elaboração de um texto literário e, conseqüentemente, de outros textos mais simples.

O dilúvio informacional trouxe conseqüências para o processo de compreensão das mensagens que ganha outras funções além de informar e, nesse sentido, muitas vezes também desinforma, desorienta e desorganiza. Compreende-se, então, que o acesso ilimitado a inúmeras informações torna quase impossível a realização de uma reflexão mais profunda sobre as mensagens divulgadas por diferentes meios de comunicação. Borges destaca as implicações do avanço tecnológico para o processo de apropriação:

A efemeridade das informações veiculadas, principalmente nas redes sociais e

nos suportes tecnológicos, propicia o comodismo e a aceitação de verdades dos outros, sem a preocupação de buscar a própria verdade. Esta cultura atual favorece cada vez mais a apropriação no sentido de reprodutibilidade e cada vez menos a produção criativa [...] (BORGES, 2018, p.89).

Frente ao exposto, pode-se afirmar que possibilidade de acesso não significa, de igual modo, as mesmas possibilidades de apropriação. As informações não param de chegar e não há tempo de refletir sobre tudo que é divulgado. Estamos diante de uma nova forma de compartilhamento de informações que prioriza a disseminação de ideias e mensagens sem o filtro necessário para refletir sobre as fontes, os contextos e os autores de todas as informações.

O predomínio tecnológico na sociedade atual exige comportamentos cada vez mais rápidos e objetivos, desvalorizando as questões cujo foco esteja centrado na subjetividade e profundidade de pensamento crítico. Posto isto, o escopo deste trabalho é apresentar a necessidade de relacionar a mediação e a apropriação da informação com o texto, o contexto e o leitor. Parte-se da ideia de que a mediação da leitura literária pode propiciar o desenvolvimento crítico e reflexivo que leva o sujeito a apropriar-se do texto além dos códigos linguísticos. Borges discorre sobre o assunto e afirma que:

A apropriação da informação não depende somente de códigos linguísticos, a construção de seus significados está ligada a sujeitos sociais que trazem consigo valores e conhecimentos próprios que interferem na interpretação de uma informação (BORGES, 2018, p.91).

Com base nas considerações da autora supracitada, pode-se inferir que o processo de apropriação depende da atuação do sujeito, pois “[...] o indivíduo é o protagonista do processo de apropriação.” (BORGES, 2018, p.91). Nesse sentido, o processo de mediação é fundamental para o desenvolvimento de determinadas habilidades para que o sujeito se aproprie das informações de um texto. Borges afirma que:

A importância do ato informativo está no modo como apropriação é realizada. Os meios de informação cooperam cada vez mais para a velocidade do fluxo informacional e o sujeito, por sua vez, acompanha o ritmo tecnológico e influencia cada vez mais os modos de compartilhar informações. Todas essas alterações trazem novas necessidades de compreender a efemeridade da informação e suas apropriações na vida social (BORGES, 2018, p.91).

Para tanto, buscaremos levantar questões que abordem o papel social da literatura no oferecimento de diferentes formas de se apropriar do texto escrito, compreendendo também, aquilo que está implícito.

2 | TEXTO, CONTEXTO E LEITOR: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

Todo texto está inserido em um contexto para a leitura que será realizada por algum leitor. Não há texto fora de um contexto. Tampouco há texto se não houver alguém que o leia e dê vida a ele. Nas palavras de Marx: “[...] o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo”. (1988, p.18). Considerando que a sociedade está em constante processo de mudança, não há como compreender um texto fora do seu contexto social.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o ato da leitura é um processo complexo que envolve texto, contexto e leitor. Portanto, é essencial destacar a forma como este estudo compreende o processo de leitura. Para Chartier (1999, p. 77) “[...] ler é sempre apropriação, invenção, produção de significados [...] o leitor é um caçador de percorre terras alheias”.

Partindo da compreensão de leitura apresentada por Chartier, este estudo compreende que a leitura não está limitada a decodificação de um texto escrito. Quando abordamos o termo leitura, estamos considerando a leitura das mais diversas produções culturais presentes no mundo, seja por meio de um texto escrito, falado, cantado, desenhado ou representado por outro tipo de linguagem. Independentemente do tipo de texto, a leitura será realizada de alguma forma, por algum sujeito, em algum momento e contexto específico. Almeida Júnior (2007, p. 33) discorre sobre o processo de leitura e apresenta infinitas possibilidades no ato de ler:

Ler é decodificar palavras; ler é o processo que permite a relação entre nós e o mundo; a leitura nos proporciona o conhecimento; a realidade só se apresenta integralmente por meio da leitura; a leitura, assim como a escrita, é a expressão máxima da inventividade, da criatividade e da intelectualidade do homem; a leitura nos leva a uma viagem pelo imaginário; ler é se apropriar do acervo de conhecimentos e experiências da humanidade; a leitura é a possibilidade da fruição do belo, da estética; ler é se nutrir da tradição e da memória do homem; a leitura é proeminentemente prazer; a leitura é a representação maior da virtualidade; ler é caminhar pelos espaços do sonho; a leitura possibilita a vivência momentânea dos desejos, das vontades e dos anseios reprimidos ou impossíveis de serem concretamente realizados; a leitura permite ser o outro, estar no outro; ler é se apropriar de um dos mais importantes instrumentos de opressão, a escrita.

O ato da leitura e as relações existentes entre o texto e o leitor não podem ser isolados do contexto histórico, cultural e social. Todos estes contextos modificam as perspectivas e as representações que definem o ato de ler. Barros (2003, p.83) afirma que: “[...] é preciso inserir o texto no contexto de uma ou mais formações ideológicas que lhe atribuem, no fim das contas, o sentido”. Em outras palavras, ainda que o texto seja o mesmo, as interpretações que lhes damos variam de acordo com cada leitor e com sua formação sociocultural. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Borges (2016, p.15) afirma que: “[...] não podemos manter um texto sob controle; a

cada contexto e novas leituras surge um novo texto com vida própria e incontrolável diante do mundo da linguagem e da interpretação de significados”. As condições de produção de um discurso compreendem, além dos sujeitos e da situação, a memória que é o elemento constitutivo do discurso. Envolvem, também, as circunstâncias da enunciação, é o contexto imediato, e no sentido amplo, o contexto sócio histórico e ideológico (ORLANDI, 2009).

A compreensão do que é um texto traz diferentes implicações e questionamentos teóricos. Considerar o processo de leitura no seu sentido *lato* implica compreender que toda manifestação informacional é um texto desde que tenha sentido. O termo manifestação informacional foi cunhado por Borges para descrever dentro da Ciência da Informação aquilo que Bakhtin chamou de fenômenos ideológicos: “Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior” (BAKHTIN, 2014, p.38). Partindo da compreensão dos fenômenos ideológicos de Bakhtin, Borges desenvolve a concepção de manifestações informacionais para poder abordar a subjetividade do termo informação: “[...] a informação é considerada como o resultado de uma materialização das manifestações informacionais.” (BORGES, 2018, p.100). A autora discorre sobre o termo e afirma que:

A necessidade de usar o termo manifestação informacional surgiu no sentido de representar aquilo que recebe a encarnação material do signo, ainda que esta encarnação material não seja representada fisicamente. Em outras palavras, toda manifestação informacional possui um valor semiótico, um significado, uma apropriação, mas nem toda apropriação precisa ser materializada por meio de uma expressão física; ela pode ficar alojada no discurso interior, na consciência (BORGES, 2018, p.100).

Para Almeida Júnior (2009, p.97), “A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação”. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Borges (2018, p.99) salienta que “[...] qualquer alteração no processo de apropriação (interferência, influência, orientação, ajuda, manipulação, etc.) também ocasiona uma modificação da informação”. É por isso que a autora compreende a informação como “[...] um fenômeno ideológico em processo e não pode ser uma manifestação com sentido fixo”. (BORGES, 2018, p.99). Para Santos (2000) “Vivemos num sistema visual muito instável em que a mínima flutuação da nossa percepção visual provoca rupturas na simetria do que vemos”. Aquilo que parece nem sempre é o que parece ser. A verdade de um sujeito pode ser a indagação do outro, rompendo, assim, a ideia de verdade absoluta. Estamos presenciando diversas rupturas de paradigmas que não conseguem mais serem estabelecidos

fora do complexo.

A complexidade informacional que se apresenta na atualidade não deve ser compreendida pela complexidade da informação em si. Desde tempos remotos, a informação sempre existiu e as relações entre os sujeitos sociais também. A mesma complexidade causada pelos impactos dos meios eletrônicos é a mesma causada, anteriormente, pelo surgimento dos livros impressos, dos jornais, da rádio, do telefone, da televisão, etc. A sociedade está em constante evolução e sempre surgirão novos recursos e novas culpas para justificar os problemas e conflitos sociais que surgem a cada nova descoberta. Santos aborda esta questão de forma clara e reflexiva:

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade. (SANTOS, 1988, p.46)

Partindo destas ideias de reflexão acerca do complexo, é importante definir o conceito de informação de forma simples, ainda que sua atuação esteja presente de forma complexa e subjetiva em várias áreas de estudo. Além de ser utilizado na linguagem cotidiana, o termo informação é um conceito interdisciplinar e possui um importante papel na sociedade contemporânea e científica. Atua de diferentes formas em várias teorias e também reflete tensões entre abordagens objetivas e subjetivas. Dessa forma, “a coisa mais importante em CI (como em política da informação) é considerar a informação como uma força constitutiva na sociedade.” (CAPURRO, 2007, p.150). Ainda, segundo o autor: “[...] quando usamos o termo Informação em CI, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo”. Tal afirmação nos faz relacionar informação a conhecimento. Este é um dos pontos principais deste trabalho.

Os conceitos de conhecimento e comunicação sempre estiveram presentes na sociedade humana, entretanto, é a forma como a elite dominante manipula as informações para adquirir o conhecimento que afeta as relações sociais.

3 | MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO: UMA RELAÇÃO PRODUTIVA

A mediação da informação se concretiza em um ambiente de diálogo, cooperação, interação e respeito entre os envolvidos. Almeida Júnior (2015) destaca que a interferência do profissional da informação abrange todos os espaços em que a informação (ou protoinformação) circula, sejam espaços físicos ou não. Ele também pondera acerca da impossibilidade de satisfazer plenamente as necessidades do

sujeito, visto que o acréscimo de informações é gerador de dúvidas e incertezas, produzindo novos conflitos. Para o autor, falar em mediação é falar em interferência. Desse modo, reformula o conceito de medição em 2015:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta, consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva, visando a apropriação da informação que satisfaça parcialmente e de maneira momentânea uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.25).

Refletir acerca do conceito de mediação traz à tona conceitos como apropriação, relações sociais e, conseqüentemente, culturais. Borges (2018, p.80) destaca que “[...] os atos de significação construídos pelos sujeitos devem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e cultural, pois esses dois aspectos influenciam diretamente a construção e compreensão dos sentidos”. Nas palavras de Almeida Júnior “A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo.” (2008, p.93). Trazer reflexões que tratam das relações sociais é permitir enfrentamento e posições diferentes, é compreender a realidade do outro de dentro da sua realidade. Nesse sentido, o fato de considerar realidades diferentes exige uma compreensão de mediação que ultrapassa a ideia de equilíbrio e encontros prováveis. O ato da mediação está muito próximo ao novo e ao desconhecido, ao ato comunicativo dialógico que exige a participação ativa dos sujeitos e, principalmente, do mediador.

Ao discorrer sobre o papel do mediador durante o processo comunicativo, Borges (2018, p.83) afirma que “[...] a informação é algo a se construir e que esta construção é realizada por relações dialógicas entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação [...]” Nesse sentido, pode-se dizer que o mediador é aquele que atua como facilitador no processo que aproxima o sujeito da informação, levando-o a realizar uma apropriação satisfatória que ative mecanismos responsáveis para a geração de novos conhecimentos.

O mediador é alguém que toma o texto como um monumento que precisa ser explorado, olhado, analisado, desconstruído se necessário, para que possa emergir a voz, a compreensão singular daquele que lê. “Alguém que manifesta à criança, ao adolescente e também ao adulto uma disponibilidade”, um acolhimento, uma presença dialógica e que, principalmente, considera o outro – que precisa ser levado ao texto – como um sujeito histórico, cultural, portanto, “construído por” e “construtor de palavras” carregadas de sentidos. (BARBOSA; BARBOSA, 2013, p. 11)

O termo mediação deriva do latim *mediatione* que designa originalmente intervenção humana entre duas partes, ação de dividir em dois ou estar no meio,

também está associado à ideia de interveniência, relação, conjugação, religação, ponte ou elo estabelecido nas relações humanas, por meio de um elemento mediado (MARTINS, 2010).

Ao restringir a mediação no âmbito da Ciência da Informação podemos encontrar inúmeras expressões associadas ao termo, tais como: mediação da informação, mediação cultural, mediação da leitura, mediação pós-custodial, mediação documental, mediação profissional, mediação do conhecimento, mediação do objeto cognitivo, mediação digital e mediação do espírito. (BORTOLIN, 2010). Entretanto, cabe salientar que esta pesquisa restringe-se à investigação que envolve a temática “mediação da informação” que representa a base de compreensão para o estudo aqui desenvolvido.

A noção de mediação como uma ponte que serve para interligar a informação ao sujeito é um conceito muito difundido nos estudos em Ciência da Informação. Entretanto, essa noção é contestada por Almeida Júnior (2009), uma vez que a ideia de ponte representa algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a outro, sendo estes predeterminados e fixos, ausentes de qualquer interferência durante o trajeto. O conceito de mediação é muito mais complexo e abrangente, compreendendo também as noções de intermediação, conexão, conciliação e mais recentemente intervenção e interferência. De acordo com Silva (2015, p. 102) a mediação da informação está sempre pautada nas relações estabelecidas entre seres sociais.

[...] a mediação da informação é um construto que parte dos ‘seres sociais’ (relações múltiplas, plurais e coletivas entre os seres) e se consolida na formação da consciência do ser (passível de singularidade interpretativa de cada ser). De outro modo, a mediação é um construto social que se estabelece entre o ser e o mundo aproximando a teoria (conhecimento) da prática (ação), sendo que a construção de conhecimento deve ser composta a partir do real ou concreto (das configurações sociais, materiais e históricas), com vistas a transformação da realidade do(s) ser(es).

Tendo em vista que a mediação permeia todo o percurso e as ações necessárias à apropriação crítica que considera os elementos além dos códigos linguísticos, podemos ponderar que esse processo pode ocorrer de modo implícito ou explícito. É implícito quando anterior ao contato direto com o sujeito, ou seja, na seleção das informações a compor o acervo, nos instrumentos utilizados para tratar a informação, na disposição e organização dos materiais, etc. É considerada explícita quando há o contato direto com o sujeito que demanda por uma informação, sendo a sua presença física ou virtual.

A mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. “[...] A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que

tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

A mediação da informação é uma atividade cíclica, pois novos conhecimentos são gerados a partir do momento que esse sujeito socializa o que por ele foi apreendido. A informação é a força transformadora do homem, atuando como uma espiral de conhecimento e ação, permitindo que o indivíduo transforme a si e a realidade que o cerca. A mediação da informação torna-se, então, movimento essencial de transformação de indivíduos comuns em protagonistas sociais.

Gomes (2014) defende que o objetivo implícito da mediação é o desenvolvimento do protagonismo social. Encontra em Freire embasamento para suas reflexões. Freire defende a mediação como uma ação por meio da qual o homem pode se transformar em sujeito, já que na vivência do processo de mediação se pode refletir acerca da situação vivida, sobre seus interlocutores, sobre o mundo e sobre si mesmo, experiência que potencializa a formação da consciência que faz nascer o homem comprometido e capaz de intervir na realidade, enfim, capaz de se transformar em um protagonista e, simultaneamente, contribuir para a formação do protagonismo social. (FREIRE apud GOMES, 2014, p. 49).

4 | LITERATURA E APROPRIAÇÃO: UMA RELAÇÃO TRANSFORMADORA

Antonio Candido chama literatura todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura. Para ele, “[...] não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação.” (CANDIDO 1995, p. 242). Vista deste modo, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, sendo humanizadora, pois atua tanto no consciente quanto no subconsciente de cada um de nós, analfabetos ou não, influenciando-nos por meio das palavras, por meio de sugestão ou instrução, reflexão ou imposição. Para o sociólogo moderno a arte é social, pois

[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (CANDIDO, 2006, p.30).

Nesse sentido, a literatura não é apenas um conjunto de obras. Hoje sabemos que a compreensão de uma obra só pode ser alcançada de maneira íntegra pela fusão do texto e do contexto. A cada encontro com o texto literário, as possibilidades

criadas pelo fictício são oportunidades únicas de viver experiências por meio de outros personagens. Assim, mergulhamos no mundo imaginário do texto e tentamos compreender o novo; somos obrigados a criar significados para seguirmos adiante e, desta forma, desenvolvemos nosso intelecto à medida que penetramos no texto para que ele atue dentro de nós. Por exemplo, uma das dificuldades de compreensão das obras de Machado de Assis está relacionada ao uso de elementos implícitos. Pode-se verificar este uso na obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas” em que a personagem Eugênia é chamada em determinado capítulo de “flor da moita”. O leitor que não esteve atento aos capítulos anteriores ou não teve a curiosidade de voltar para procurar os elementos explícitos para compreender a mensagem que estava inserida no termo “flor da moita”, deixa de compreender o humor negro que está implícito naquelas palavras escritas pelo autor. Eugênia era filha de um casal que Brás Cubas, em sua infância, havia flagrado namorando atrás de uma moita. Entretanto, aquela relação não vingou já que o homem era casado. Depois de muitos anos, já moço, Brás Cubas reencontra a senhora que ele havia flagrado quando criança e observa que ela morava sozinha com uma moça. Aquela moça, filha da senhora, ao ser apresentada a Brás Cubas ativou sua memória no fato ocorrido há muitos anos, aproximadamente a quantidade de anos representada pela idade da moça. Ao ver a jovem, fruto daquele relacionamento fortuito, Brás Cubas deixa sair de seus pensamentos a expressão “flor da moita” para fazer referência a Eugênia. A rápida representação desta situação desenvolvida em um dos capítulos da obra de Machado de Assis serviu para demonstrar que a apropriação dos elementos implícitos está relacionada à conexão com elementos explícitos que, de alguma forma, orienta o leitor. Entretanto, não há garantia de que este leitor reconheça, se lembre, associe e faça uma relação entre os elementos explícitos e implícitos. Diante do exposto, o papel da mediação e do mediador é essencial para ajudar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o reconhecimento de tais elementos. No caso de textos literários, o professor, muitas vezes, faz este papel de mediador. Porém, na sociedade geral, o mediador pode ser qualquer pessoa ou suporte tecnológico, daí o risco de orientações utilizadas com o intuito de desinformar ou manipular. Faz-se necessário que este tipo de construção literária, também presente na vida real, seja mais abordado, trabalhado e desenvolvido durante o processo de mediação.

Jauss comenta sobre a relação entre literatura e sociedade. Para o autor: “[...] a obra pode transmitir os valores dominantes de uma sociedade ou legitimar novos valores ou ainda romper com valores tradicionais [...]” (apud JOUVE, 2002, p.125). Por todos estes aspectos mencionados, é importante compreender o papel humanizador da literatura fora do contexto educacional e inseri-la na atuação social como forma de humanizar e desenvolver habilidades essenciais para a boa prática das relações sociais. É preciso verificar como o texto literário funciona como

conector entre o sujeito e a realidade e em que medida a formação sociocultural contribui para o deslocamento de uma leitura superficial e repetitiva para a produção de uma leitura mais crítica e reflexiva, transformando o ato de ler em uma prática social que forma, deforma e transforma leitores em reais atores sociais. Em suma, só é possível apropriar-se daquilo que se entende, porém o significado das palavras não é imutável, pelo contrário, é algo heterogêneo, complexo e sua construção ganha forma de acordo com as relações estabelecidas entre os sujeitos sociais. Contudo, cabe destacar que independentemente do processo de leitura ser realizado individualmente, seu uso sempre estará relacionado ao social, podendo atuar de modo positivo ao negativo em relação à coletividade.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de todas as questões e reflexões apresentadas, podemos considerar que a mediação é uma ação de interferência e está longe de ser um ato de passividade e neutralidade; é uma ação complexa que exige competências variadas, enfatizando a necessidade da participação ativa do leitor. Posto isto, é preciso uma atuação crítica e reflexiva, evitando, assim, os riscos de manipulação. Almeida Júnior (2009) argumenta que a consciência acerca da existência de uma realidade de interferência na ação mediadora minimiza possíveis manipulações e suas consequências.

A mediação da informação é uma ação com forte impacto social e com potencial para minimizar as desigualdades, pois está diretamente relacionada à formação crítica e consciente do indivíduo e a sua capacidade de intervir positivamente na interpretação e apropriação das mensagens explícitas de um texto, possibilitando compreender as informações que estão implícitas.

Diante da complexidade da construção de um texto literário, verifica-se a necessidade de trazer a literatura para outras áreas de conhecimento como algo essencial para o desenvolvimento da apropriação. Apropriar-se significa compreender além das palavras e dos códigos linguísticos que aparecem de modo explícito em uma construção textual. Portanto, saber utilizar a mediação de forma inseparável ao processo de construção do conhecimento é uma prática que deve estar constante no ato da leitura. Esta mediação poder ser realizada por um profissional da informação, por um especialista em alguma área ou por diversos recursos tecnológicos que possibilitam variadas instruções via internet. O fato de não saber não é o problema, o grande desafio está na comodidade de achar que se sabe tudo, não duvidar de nada e aceitar as informações compartilhadas sem realizar um filtro, uma pesquisa, uma reflexão acerca de determinado assunto. A figuratividade de um texto literário também está presente na vida cotidiana por meio de ironias, elogios que visam

algum interesse ou formas rudes que, na verdade, nada mais são do que formas de chamar a atenção.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PARCIAIS

Considerando o ato da leitura como um processo complexo, compreende-se a necessidade de estudar a leitura como um processo que viabiliza a compreensão e o entendimento do mundo por meio da decodificação e interpretação de símbolos verbais e não verbais. Por isso, torna-se impossível discorrer sobre a leitura sem mencionar outros conceitos estruturantes como a mediação e a apropriação.

O excesso de informações compartilhadas e divulgadas na mídia atualmente reflete a necessidade de se trabalhar o estudo e orientação de apropriação além dos interesses de grupos dominantes. Ainda que a informação seja representada pelo mesmo código linguístico, a construção de seus sentidos pode ser realizada mediante um processo de manipulação que atuará diretamente na apropriação e construção de novos conhecimentos. A partir dessa realidade, encontra-se na leitura uma condição inegável para a formação social, cultural e intelectual do ser humano, podendo atuar no combate à desinformação e má informação, práticas que atuam negativamente no compartilhamento de notícias falsas. Nesse sentido, é importante entender que leitura, mediação e apropriação são conceitos complementares e essenciais para a compreensão do percurso que o sujeito realiza no processo de construção do conhecimento.

Compreende-se, então, que o processo de leitura sem uma mediação que propicie o desenvolvimento de tais habilidades, se torna insuficiente para a construção de uma apropriação que apresente além dos elementos explícitos, principalmente as construções apresentadas por um texto literário. Nesse sentido, salienta-se que a literatura é essencial para desenvolver uma visão de mundo mais reflexiva, realizando conexões necessárias para ampliar o repertório de informações e a gama de conhecimentos do leitor.

As discussões acerca das relações entre informação, mediação e apropriação precisam estar presentes no âmbito científico, social e cultural. Embora sejam conceitos interligados, observa-se que os conceitos de leitura, mediação e apropriação são temáticas exploradas, muitas vezes, de forma isolada. Por isso, é essencial resgatar o estudo desses conceitos de forma dependente e complementar, oferecendo a real dimensão da atuação do sujeito no processo de leitura, apropriação e construção do conhecimento.

No tocante ao contexto literário, é preciso trabalhar a consciência dos indivíduos sobre a importância do papel da literatura. A leitura de textos literários com uma mediação adequada propicia o surgimento de novas possibilidades de apropriação,

já que a construção deste tipo de texto exige muito além da decodificação dos códigos linguísticos. É preciso desenvolver a capacidade de compreender além das palavras explícitas, de se apropriar das informações implícitas, de criar curiosidades e o senso investigativo para a compreensão dos elementos implícitos, muito presentes na produção literária.

Frente ao exposto, as reflexões e apontamentos levantados por este estudo visam a contribuir para a transformação de conhecimentos que precisam ser desenvolvidos individualmente de modo mais crítico e reflexivo para que a atuação do sujeito tenha o poder de impactar e contribuir de modo positivo nos diferentes tipos de relações sociais, independentemente dos recursos e inovações tecnológicas. A tecnologia está presente e pode contribuir muito com o desenvolvimento das relações entre mediação e apropriação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de.; BORTOLIN, S. **Mediação da informação e da leitura**, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/13269/>>. Acesso em: 12 de jun. 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>. Acesso em: 08 set. 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (OrgS.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p.9-32.

ASSIS, M.de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 1997.

BORGES, E.V.E. **Apropriação da informação**: os elementos, o processo e a materialização da informação. 2018. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

BORGES, E.V.E O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v.10, n.3, p. 15-24, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5681/4263>. Acesso em: 6 jan. 2017.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, D.L. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BARBOSA, J. B.; BARBOSA, M. V. **Leitura e mediação**: reflexões sobre a formação do professor. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. Tese (doutorado em ciência da informação)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/>

CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf. Acesso em: 02 set. 2013.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr.2007

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação e Informação**. Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 12 mar. 2016.

JOUVE, V. **A leitura**. Tradução Brigitte Hervot. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

MARTINS, A. A. **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88MHR9/dissertacao_ana_amelia.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 jun. 2015.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. Ed. Campinas: Pontes, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108 . Acesso em: 10 mar. 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à informação 346, 347

Alunos 7, 10, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 37, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 61, 85, 119, 121, 125, 126, 127, 190, 192, 198

Análise 2, 4, 13, 15, 21, 25, 26, 32, 39, 44, 45, 65, 66, 67, 71, 72, 78, 79, 80, 88, 110, 114, 117, 123, 124, 127, 132, 135, 143, 146, 147, 149, 152, 155, 156, 158, 162, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 195, 199, 200, 208, 216, 218, 219, 220, 221, 227, 230, 237, 241, 242, 243, 247, 248, 249, 251, 252, 255, 256, 262, 269, 270, 285, 298, 314, 315, 323, 324, 326, 331, 335, 359

Análisis Social y Económico 284

Aprendizado baseado em vizinhança 83

Aprendizado de máquina 83, 84, 92, 93

Apropriação da informação 346, 348, 352, 358

Avaliação de desempenho 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 79, 80, 81, 246

Azeredo coutinho 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

B

Barcarena (PA) 196, 197

Belém 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 208

Brasil 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 23, 26, 27, 32, 37, 40, 55, 61, 62, 63, 64, 78, 80, 82, 100, 104, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 152, 156, 162, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 181, 182, 183, 188, 189, 195, 197, 199, 200, 201, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 220, 221, 225, 231, 232, 233, 234, 235, 245, 246, 247, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 274, 277, 278, 282, 298, 300, 307, 311, 317, 318, 338, 345

Brasil-colônia 133, 134, 137, 143

C

Características empreendedoras 28, 29, 34, 36, 39, 247, 251, 253, 254, 255, 256, 257

Casa Ronald McDonald Belém 184, 185

Centro histórico 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 170

Centro histórico de aracaju 146, 152, 156

Cidade i-mobilizada 271

Ciência 3, 10, 41, 45, 46, 52, 54, 73, 80, 83, 135, 147, 148, 165, 170, 176, 195, 224, 235, 251, 260, 261, 262, 265, 278, 309, 318, 331, 346, 350, 353, 358, 359

Comitês de máquinas 83

Comportamento empreendedor 74, 234, 247, 249, 250, 251, 252, 255, 257

Contornamento territorial 271, 272, 273, 276, 279

Crime organizado 314, 316, 317, 318, 323

D

Demanda de pasajeros 284

Desenvolvimento econômico 40, 63, 65, 74, 164, 224, 231, 234, 236, 238, 247, 249, 251, 252, 263, 265, 266

Diagrama de malla 284, 289, 290

Direitos culturais 209, 213, 214, 219

E

Economia criativa 222, 223, 231, 232, 234, 235

Educação ambiental 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 206

Elementos do espaço 146, 148, 158, 160, 162, 168

Empreendedorismo 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 62, 63, 65, 66, 74, 81, 205, 206, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 237, 243, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 257, 258

Empreender 28, 29, 31, 35, 36, 39, 40, 98, 227, 228, 234, 235, 248, 250

Empresas incubadas 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 237, 238, 240, 241, 243, 245

Espaço geográfico 146, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 167

Espaço turístico 146, 147, 158, 160, 161, 162, 164, 168, 169

Estación intermodal 284

Estética do ruído 325, 326, 327, 329

Estudos econômicos 133, 135, 137, 138

Extensão 9, 54, 55, 56, 58, 61, 88, 111, 142, 186, 190, 194

F

Família do norte 314, 315, 317, 318, 322, 323

Fatores críticos de sucesso 237, 239, 240, 241, 242, 243, 246

Formação de professores 1, 15

G

Gestão pública 171, 173, 182, 183, 192, 199, 203, 205, 206, 314

I

Incubadora 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 82, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 257

Indústria criativa 222, 223, 230, 231, 234

Inovação 11, 14, 30, 65, 68, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 94, 95, 98, 103, 117, 119, 126, 149, 154, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 232, 235, 238, 242, 243, 244, 246, 248, 250, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270

Inteligência 77, 84, 92, 93, 95, 102, 112, 115, 118, 122, 131, 314

Interdisciplinaridade 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 51

J

Jogos digitais 333, 334, 338

L

Lazer 152, 169, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 202, 203, 272

Leitura literária 346, 348

Lo-fi 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331

M

Mediação da informação 346, 350, 351, 352, 353, 354, 356, 358, 359

Mídia 55, 56, 156, 174, 222, 230, 256, 280, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 333, 335, 357

Mídia social 314, 316

Modelo de fluxos múltiplos 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 208

Mototáxi 271, 277, 278, 279, 280, 282

N

Narrativa 153, 282, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344

O

Operação lava jato 296, 297, 298, 299, 301, 307, 308, 309, 311, 313

P

Parques tecnológicos 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 270

Penedo 158, 159, 160, 164, 165, 166, 168, 169, 170

Perda 32, 89, 90, 218, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342, 343, 344

Planejamento 6, 13, 21, 29, 31, 35, 43, 44, 51, 71, 74, 76, 77, 100, 119, 120, 150, 160, 163, 165, 169, 170, 171, 176, 177, 179, 182, 183, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 234, 239, 243, 245, 248, 252, 303

Planejamento municipal 196, 203

Política 1, 4, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 26, 129, 134, 135, 136, 141, 145, 146, 153, 158, 160, 164, 166, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 183, 195, 198, 199, 200, 207, 208, 213, 214, 220, 269, 273, 283, 294, 296, 297, 298, 300, 301, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 317, 342, 351, 359

Política pública de turismo 171, 172, 176, 181, 183, 200, 208

Povos indígenas 26, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221

Produção de signos 325, 326, 327, 329, 331

Produção independente 325

R

Rádio 54, 55, 56, 61, 215, 300, 329, 331, 351

Redes sociais 54, 55, 56, 60, 61, 314, 316, 317, 318, 322, 324, 327, 328, 347

Rio grande do sul 237, 238, 239, 241, 247, 257

S

Sacrifício 143, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344

São paulo 14, 27, 40, 61, 80, 81, 82, 104, 105, 116, 137, 144, 145, 156, 157, 167, 169, 170, 182, 183, 194, 195, 207, 208, 212, 216, 220, 235, 236, 246, 256, 257, 259, 261, 267, 270, 283, 300, 301, 313, 323, 324, 331, 333, 344, 345, 358, 359

Semiótica 333, 334, 336, 345, 358

Sistema ferroviário 284

Sistema nacional de inovação 259, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270

Sistemas tutores inteligentes 83, 85

Suicídio 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Sustentabilidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 12, 14, 64, 119, 120, 122, 127, 170, 177, 195, 205, 206, 207, 208, 229, 244, 257, 310

T

Texto literário 346, 347, 354, 355, 356, 357

Tratamento oncológico 184, 186, 187, 190, 192, 193, 194

Turismo 146, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 231

Turismo cultural 146, 148, 155, 156, 165, 167, 168, 169, 190

Turismo de saúde 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195

